

Retratos de Assentamentos



Retratos de Assentamentos

Volume 25, Número 1, 2022

Arte de Capa: *Arte em Aquarela: Regina Carmona/ Thatiany Mariano*
Diagramação: *Thatiany Mariano*

Retratos de Assentamentos

Volume 25, Número 1, 2022

ISSN 1516-8182
E-ISSN 2527- 2594

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP

CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7252

Revista eletrônica: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

E-mail: contato@retratosdeassentamentos.com

Retratos de Assentamentos

Volume 25, Número 1, 2022

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

EDITORES

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker
Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL

Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leila Stein, Leonilde
Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Marcelo Aláριο Ennes, Maria
Aparecida Moraes Silva, Marilda Menezes, Oriowaldo Queda, Sérgio Pereira
Leite, Sérgio Sauer, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA/DIAGRAMAÇÃO/NORMATIZAÇÃO

Thatiany Mariano



Retratos de Assentamentos

E-ISSN 1516 8182

Volume 25, Número 1, 2022
<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Araraquara – SP – Brasil, 1994. v.25, n.1, 2022. 388p.

ISSN 1516-8182
E-ISSN 2527- 2594



Mais um número de nosso periódico! E com ele, novas esperanças... Finalmente, a situação política do país parece alvissareira. No horizonte, ambiguidades. Mais do que ambiguidades, ameaças. Tempos ainda ameaçadores.

Milhões de brasileiros que sofreram com os descabros do neoliberalismo (no modelo autoritário) aguardam melhores tempos. Não há clima e nem mesmo pretexto para golpes, dizem alguns analistas. Outros, mais realistas, se preocupam. Mas olhando à nossa volta, parece-nos sentir a força da América Latina. Argentina, Chile, Bolívia e até o Peru, cuja crise institucional e política parecia sem solução, estão gozando relativa tranquilidade com a volta à normalidade democrática.

Bem no momento do fechamento desta edição, o feliz resultado das eleições na Colômbia nos trouxe ainda mais esperança e alento. Romperam-se vários cercos, com forças políticas progressistas vencendo pela primeira vez uma eleição e, também, pela primeira vez, uma mulher negra com uma história de vida, de lutas e de coragem será a vice-presidente daquele país.

Porém nada é tão simples no jogo geopolítico de um planeta que prepara seu Império. No caso brasileiro, ambiguidades de toda ordem assaltam nosso espírito e nos angustiam. É incrível como as esperanças ressuscitadas pelas eleições sofrem e nos causam inquietudes. E o paradoxo: a riqueza aumentou com a pandemia, mas também a fome, é claro.

Não por acaso, grande parte dos artigos que recebemos tratam de alimentação e meio ambiente, dois problemas importantes para a salvação do planeta e da humanidade imbricando-se mutuamente e que só podem ser resolvidos quando em governos democráticos, campesinato e o campo produtor de alimentos forem privilegiados por políticas igualitárias.

E o que vemos neste momento no Brasil a política e reforma agrária, que já era insuficiente por conta do agronegócio (herdeiros do latifúndio) praticamente deixou de existir enquanto política pública.

Passa a existir de forma resignificada, pondo em questão a perspectiva do incremento das liberdades instrumentais em contraponto à altíssima

concentração fundiária, amparada por políticas governamentais que têm castrado conquistas e direitos das comunidades rurais.

Desafios concretos da luta pela terra, a história de violência praticada contra as populações no meio rural, os bloqueios constatados nos programas e políticas públicas são discutidos neste número de Retratos.

Acertadamente, prevalece a hipótese ou afirmação de que não se trata do fim da reforma agrária e muito menos da questão agrária em nosso país. Não se pode negar o significado material importante da criação dos assentamentos. Em torno de um milhão de famílias assentadas desde 1985, mobilizando recursos e promovendo novas dinâmicas socioeconômicas nas distintas regiões do país. Há problemas de natureza diferentes, desde a conjuntura plenamente adversa para a continuidade de criação de novos assentamentos à busca por uma agricultura de base familiar e/ou comunitária diferenciada, agroecológica e com vocação para produção de alimentos “limpos” e saudáveis.

Requalificar a reforma agrária no século XXI passa por entender os novos e velhos processos, bem como os sujeitos que têm no rural seu espaço de vida e trabalho. Ganham destaque as diferentes iniciativas rumo à transição agroecológica, as consequências do fechamento das escolas do campo, oscilantes diante da negação de direitos e da precarização dos valores camponeses.

A discussão da sustentabilidade se concretiza na análise de alternativas face a problemas ambientais, presentes neste número a partir de soluções práticas e simples para o esgotamento sanitário de residências em assentamentos rurais, face a uma situação de poluição que pode colocar em risco a saúde das famílias locais. A questão ambiental também é discutida a partir da percepção de consumidores, mulheres com mais de 40 anos de idade, com renda familiar até cinco salários-mínimos, preocupadas com sua saúde e preservação ambiental.

Não se pode generalizar, mas a transição com base na agroecologia enquanto modelo de produção ao convencional se faz presente na crítica ao excesso de aplicação de agrotóxicos nas culturas alimentares e nos alerta às consequências para a saúde humana e ambiental.

Permeando os diferentes eixos, o número destaca as memórias de jovens rurais que reafirmam identidades, traduzem mensagens e expressam sentimentos de ruralidades, especialmente a respeito da vida no campo, do trabalho e de

novas experiências vividas nas universidades. Destaca-se novamente, a urgência das políticas públicas educacionais para o meio rural. Memórias individuais como vivência e interpretação de um processo histórico complexo que afetou as vidas de camponeses assentados, devido ao domínio do senhor de terras que ora apresenta sua “maldade” ora se distancia com estratégias paternalistas são expressões culturais que se reproduzem nos assentamentos, apontando diferenças a serem interpretadas em suas especificidades.

Finalizamos o número com um balanço da trajetória dos assentamentos rurais em São Paulo, ressaltando a importância de analisá-los a partir da diversidade social e das distintas dinâmicas territoriais em que são implementados. As experiências dos assentamentos revelam sempre as contradições entre o projetado e o vivido, e sua análise perpassa as lutas pela conquista e pela manutenção da terra por parte de distintos grupos sociais marginalizados, bem como aos projetos que envolvem e dão sentido aos seus dilemas e ressignificações.

É certo que estudar os assentamentos ou a realidade de comunidades rurais no Brasil traz dilemas constantes para quem se aventura a compreendê-los, pois são partes constituintes e indissociáveis de análise. As preocupações ambientais e as transições ecológicas ganham em volume e qualidade, de certo acompanhando o debate mundial sobre aquecimento global e mudanças climáticas. Os reflexos disso no abastecimento alimentar reforçam as já extremamente necessárias políticas públicas de combate à fome no Brasil.

Sem dúvidas esse número de Retratos é um convite à leitura, à reflexão e, talvez, à renovação de nossas esperanças.

Boa leitura!

Os editores.



Os benefícios e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares

Gabriela Perin¹

Ana Flávia Cordeiro Souza de Almeida²

Paulo Asafe Campos Spínola³

Regina Helena Rosa Sambuichi⁴

RESUMO: Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem se mostrado como importante canal de comercialização para os pequenos produtores rurais e relevante política pública de promoção do acesso à alimentação saudável. Ao longo de sua trajetória, diversas alterações normativas e institucionais foram realizadas com o intuito de aprimorar a implementação do programa. Desta forma, este trabalho teve como objetivo analisar os principais benefícios e desafios do PAA para os agricultores familiares fornecedores. O método aplicado incluiu revisão sistemática de literatura e análise de conteúdo. Os estudos mostraram que, ao longo de sua trajetória, o PAA promoveu ganhos de caráter econômico, social e ambiental. Do ponto de vista econômico, foram observados relatos acerca do aumento da renda de agricultores familiares, o que permitiu a estes uma melhoria nas condições de vida em geral. No âmbito social, percebe-se que o programa foi capaz de proporcionar a seus beneficiários uma alimentação diversificada, de qualidade e oriunda da produção local, além de incentivar um reconhecimento e valorização da cultura alimentar local. Quanto aos ganhos na perspectiva ambiental, observou-se que o PAA fomentou a diversificação de culturas, bem como a adesão às boas práticas de produção. Também foram percebidos desafios e dificuldades para o acesso e operacionalização do programa, como a falta de apoio e logística e limitações econômicas inerentes à política pública, que podem limitar o acesso ao PAA a longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso a Mercados; Diversificação da Produção; Segurança Alimentar; Compras Públicas.

THE BENEFITS AND CHALLENGES OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) FOR FAMILY FARMERS

ABSTRACT: Created in 2003, the Food Acquisition Program (PAA) has proven to be an important marketing channel for small rural producers and a relevant public policy to promote access to healthy food. Along its trajectory, several normative and institutional changes were carried out in order to improve the program's implementation. Thus, this work aimed to analyze the main benefits and challenges of the PAA for family farmers suppliers. The method applied included systematic literature review and content analysis. Studies have shown that, throughout its trajectory, the PAA has promoted economic, social and environmental gains. From an economic point of view, reports were observed about the increase in the income of family farmers, which allowed them to improve their living conditions in general. In the social sphere, it is clear that the program was able to provide its beneficiaries with a diversified, quality food sourced from local production, in addition to

¹ Pesquisadora no International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG). E-mail: gabriela.perin@ipc-undp.org

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM), pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: ana.cordeiro@ipea.gov.br

³ Consultor de Direitos Humanos em Fian Brasil - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. E-mail: paulo.asafe@ipea.gov.br

⁴ Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. E-mail: regina.sambuichi@ipea.gov.br

encouraging recognition and appreciation of the local food culture. As for the gains from the environmental perspective, it was observed that the PAA fostered crop diversification, as well as adherence to good production practices. Challenges and difficulties in accessing and operating the program were also perceived, such as the lack of support and logistics and economic limitations inherent to public policy, which may limit access to the PAA in the long term.

KEYWORDS: Market Access; Production; Food Security; Public Food Procurement.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar representa um importante pilar para a economia e o abastecimento do Brasil, sendo responsável, segundo o Censo Agropecuário de 2017, por 77% dos estabelecimentos agropecuários do país, 23% do valor da produção agropecuária total e 67% do total de trabalhadores nos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017). No entanto, até meados da década de 1990, não havia políticas públicas de abrangência nacional que englobassem as particularidades econômicas e sociais desse segmento. A primeira delas foi instituída em 1996, após inúmeras mobilizações de movimentos sociais rurais, e constituiu-se no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um programa de crédito subsidiado voltado ao apoio da produção familiar, e que apresenta várias modalidades as quais variam de acordo com a renda anual dos agricultores (SILVA; DEL GROSSI; FRANÇA, 2010).

Apesar da importância dessa política pública de oferta de crédito, outros instrumentos de política agrícola se faziam necessários para garantir a sustentabilidade da produção, como a sustentação de preços, garantia de mercado e assistência técnica para a agricultura familiar. Diante desse cenário, o governo federal instituiu em 2 de julho de 2003, por meio do artigo nº 19 da Lei nº 10.696, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) visando executar ações relacionadas a política agrícola, a segurança alimentar e nutricional (SAN) e com vistas a fomentar a agricultura familiar (SAMBUICHI *et al.*, 2019).

Criado como uma ação estruturante do Programa Fome Zero, o PAA tem como principais finalidades garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar e promover o acesso à alimentação adequada para pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan). Para isso, o programa compra produtos diretamente de agricultores familiares (beneficiários fornecedores) com dispensa de licitação, e os distribui para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, os atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição vinculados à administração pública (restaurantes

populares e cozinhas comunitárias), pessoas assistidas pela rede pública de ensino e saúde e as que “estejam sob custódia do Estado em estabelecimentos prisionais e em unidades de internação do sistema socioeducativo” (BRASIL, 2017).

O programa, operado principalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelos estados, pelo Distrito Federal (DF) e pelos municípios, em diversas modalidades de implementação, executou recursos ao longo de dezoito anos de existência até ser substituído, em 2021, pelo Programa Alimenta Brasil. Este novo programa, criado pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, convertida na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, foi estruturado nos mesmos moldes do anterior e manteve a maior parte das suas modalidades e finalidades, embora tenham sido excluídos do texto da nova legislação alguns aspectos importantes do PAA, como a modalidade aquisição de sementes e as finalidades de formação de estoque públicos de alimentos, de estímulo à produção orgânica e agroecológica e de promoção e valorização da biodiversidade (BRASIL, 2021).

Optou-se por manter neste estudo o antigo nome do programa, pois trata-se de uma revisão sistemática da literatura em que o levantamento foi feito anteriormente à mudança, além de que o programa se popularizou com a nomenclatura “PAA”, interiorizado assim pelo Estado brasileiro como referência no suporte à agricultura familiar, perpassando os diferentes governos e níveis federativos desde 2003 até o momento presente, mesmo com as mudanças ocorridas na legislação.

Ao longo de sua trajetória de atuação, o PAA foi objeto de estudos e avaliações nas mais diversas áreas e com uso de métodos qualitativos e/ou quantitativos de análise, compreendendo em sua maioria, estudos de caso de pequena abrangência geográfica. As pesquisas têm apontado vários efeitos positivos do programa, diversos entraves e também problemas a serem resolvidos para melhorar o seu processo de execução, porém, são ainda poucos os estudos mais amplos, que se propõem a compilar dados a partir da literatura para levantar as principais contribuições e limitações do programa de maneira sistematizada (ASSIS, PRIORE; FRANCESCHINI, 2017; GRISA *et al.*, 2010; SAMBUICHI *et al.*, 2019).

Assim, este trabalho teve como objetivo analisar os principais benefícios e desafios do PAA para seus beneficiários fornecedores, que são os agricultores familiares. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática de literatura, na qual se buscou e selecionou os trabalhos já publicados sobre o PAA que apresentaram estudos baseados em dados primários coletados em campo. A partir dessa revisão, foi feita uma análise de conteúdo dos trabalhos para identificar e sistematizar os benefícios e desafios observados em cada estudo para este público-alvo, resultando na criação de 31 categorias de análise no total.

A contribuição deste artigo se dá no âmbito da ampla sistematização de estudos publicados sobre o PAA, partindo desde o ano da sua criação e abrangendo os anos de maior relevância da atuação do programa, em um levantamento que, além de sinalizar os benefícios e as dificuldades mais observadas nas pesquisas, sumarizou os temas abordados a partir de categorias analíticas, o que pode ser utilizado para nortear trabalhos futuros que apresentem o programa como objeto de análise. Os resultados obtidos apontam para o fato de que políticas públicas como o PAA são instrumentos relevantes nos processos de aprendizagem e de amadurecimento das instituições no nível local, sendo possível perceber que parte das dificuldades eram mais observadas nos primeiros anos de implementação da política, sendo (muitas delas) superadas no decorrer do período, sobretudo aquelas relacionadas ao seu funcionamento e operacionalização. Por outro lado, apesar das melhorias e aprendizados, a redução de investimento de recursos no programa gerou outros desafios a serem superados.

O texto está organizado em quatro seções. Iniciando por esta introdução, na sequência, apresenta-se a seção 2, na qual são mostrados os métodos utilizados nesta pesquisa. A seção 3 apresenta a análise de conteúdo sobre os principais benefícios e desafios para os beneficiários fornecedores do PAA observados nos estudos empíricos levantados na pesquisa. Por fim, a seção 4 apresenta as considerações finais do estudo.

METODOLOGIA

A revisão sistemática de literatura teve como objetivo buscar estudos que analisaram empiricamente o Programa de Aquisição de Alimentos. Para isso definiu-se como horizonte temporal o período de 2003 a 2019 e utilizou-se como descritores as palavras: “*Programa de Aquisição de Alimentos*” e “*PAA*”. Foram excluídos desta busca os trabalhos acadêmicos como teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso para evitar duplicações de estudos, considerando-se que parte destes, geralmente, são posteriormente publicados.

Os artigos foram levantados a partir de buscas nas seguintes bases de dados eletrônicas: *The Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (Lilacs); Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Google Acadêmico e anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Esta última fonte foi selecionada por se tratar de um evento que ocorre anualmente, apresenta anais disponíveis na internet para consulta pública e para o qual foram encontradas muitas citações de estudos sobre o tema em trabalhos publicados em outras fontes. Também foram examinadas as

referências bibliográficas utilizadas nos estudos levantados, a fim de se identificar outros trabalhos voltados ao escopo desta pesquisa, e que, eventualmente, não foram identificados pela busca eletrônica.

Para verificação do material levantado, foi realizada uma análise de conteúdo com base nas orientações propostas por Bardin (2011) compreendendo três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento de resultados. Na fase de pré-análise foram identificados 269 estudos sobre o PAA, os quais foram explorados a partir da leitura flutuante. Foram lidos o título, resumo, metodologia, resultados e conclusões e, a partir disso, com o intuito de atender à regra de homogeneidade proposta pela autora, foram definidos critérios para que os estudos fossem considerados elementos de análise desta pesquisa: 1) artigos publicados em periódicos (com Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas - ISSN) ou em anais de eventos, uma vez que eles já passaram por um processo prévio de revisão por pares, o que aumenta a confiabilidade quanto à validade dos resultados de pesquisa; 2) apresentar dados primários; 3) ter informações claras sobre o período de realização da pesquisa; e 4) apresentar qualidade metodológica⁵. Também foram excluídos os trabalhos repetidos, ou seja, que continham o mesmo objeto de análise e recorte temporal para não gerar duplicação das análises. Assim, dos 269 estudos reunidos nesta fase, selecionou-se 110 para compor a amostra final de trabalhos.

A segunda fase, de exploração do material, foi composta de quatro etapas, como sugere Bardin (2011): 1) codificação; 2) recorte de material; 3) categorização; e 4) agrupamento de categorias. O resultado destas fases foi a definição de dois grandes grupos nomeados de “benefícios” e “desafios”. Levando em consideração que o PAA apresenta como público beneficiário os agricultores familiares e os consumidores, este trabalho concentrou-se em analisar somente os benefícios e desafios percebidos pelos beneficiários fornecedores, em função da limitação de espaço para discutir os resultados. Adicionalmente, as categorias de análise foram elaboradas conforme a percepção dos benefícios e desafios pelos agricultores participantes do programa, captadas pelos trabalhos analisados. A categorização dos textos foi feita com o auxílio do *software* ATLAS.ti, onde todas as publicações selecionadas foram lidas, cuidadosamente classificadas e quantificadas em uma planilha de *Excel*. As categorias e grupos extraídos da literatura estão apresentados e descritos na seção 3 deste texto.

A fase de tratamento dos resultados compreendeu as inferências e interpretações dos relatórios gerados pelo *software* ATLAS.ti. Houve a preocupação em considerar somente os resultados derivados dos dados coletados em campo, não sendo incluídas as conclusões baseadas na revisão de literatura ou em dados

⁵ Elementos que evidenciem a validade do construto e confiabilidade, com base nas estratégias propostas por Yin (2001).

secundários. Importante mencionar também que os resultados identificados nos trabalhos demonstram apenas os benefícios e desafios estudados em cada realidade investigada. Desta forma, esclarece-se que, nos casos em que não houve a observação de um determinado benefício ou desafio, não significa necessariamente que ele não exista ou que não tenha ocorrido naquele estado ou município, pois, em muitos casos, a metodologia, objetivo e/ou objetos de análise do estudo pode não ter sido adequado ou voltado para analisar aquela característica.

ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DO PAA PARA OS SEUS FORNECEDORES

Os benefícios do PAA para os agricultores familiares foram sistematizados em grupos (econômico, ambiental e social) e 19 categorias (Quadro 1). É importante destacar, porém, que essas categorias devem ser analisadas de maneira correlacionada e não de modo isolado, pois os estudos sinalizam que houve a construção de uma cadeia de ações interligadas e que promove no nível local um ciclo virtuoso em torno do programa.

No grupo dos benefícios econômicos, foram identificadas as categorias: comercialização e garantia de venda; melhoria da renda; aumento da produção; preço bom; estímulo ao investimento na produção e/ou estabelecimento; aquisição de bens; acesso a outros mercados; estímulo ao beneficiamento/processamento dos alimentos; e acesso a outros programas governamentais.

As análises dos artigos mostraram que o aumento da renda, citado em mais de 60% dos artigos analisados, é um efeito direto da garantia de mercado, do aumento e diversificação da produção e dos preços justos praticados pelo PAA. A realidade de muitos agricultores familiares é a de nem sempre conseguir vender tudo o que produzem, ou então, deixam de produzir em maiores quantidades por não disporem de canais de comercialização suficientes para escoar a produção familiar (MOTA *et al.*, 2015). Ao acessar o programa e ter mais garantia de escoamento da produção, os fornecedores passam a utilizar novas áreas de produção e novas tecnologias (ANDRADE JÚNIOR, 2009). Por vezes, o aumento da renda gerado na comercialização resulta em ganhos de capacidade de investimento na propriedade e na produção, seja em novas áreas para plantio, novos equipamentos, tecnologias, animais ou mesmo para melhorar sua qualidade de vida por meio da aquisição de insumos e bens duráveis (CHMIELEWKA; SOUZA; LOURETE, 2010; MATTEI, 2007).

A garantia de venda gera também maior segurança para o agricultor iniciar a produção de novas e diversificadas culturas (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017; MODENENSE; SANT'ANA, 2019). Esta dinâmica positiva gera um ciclo virtuoso, pois, conforme explica Ellis (1998), para além do PAA, a diversificação

produtiva reduz o risco de perdas por fatores externos, como queda de preços e alterações drásticas nas condições climáticas ou ambientais, o que permite maior segurança financeira para os agricultores familiares.

Quadro 1 - Os benefícios do PAA no âmbito dos beneficiários fornecedores.

Grupo	Categoria	Descrição	N ¹
Econômico	Comercialização e garantia de venda	Aumento da comercialização e garantia de venda dos produtos comprados pelo PAA, possibilidade de o agricultor comercializar o excedente da produção e planejar a próxima. Diminuição da venda para atravessadores.	71
	Melhoria da renda	Aumento, diversificação e/ou garantia da renda para o agricultor após participar do PAA.	69
	Aumento da produção	Aumento da produção em quantidade para os produtos que já são cultivados pelo agricultor.	41
	Preço bom	Preço bom ou justo dos alimentos comprados pelo PAA.	38
	Estímulo ao investimento na produção e/ou estabelecimento	Realização de investimentos no estabelecimento e/ou na produção por meio da utilização de técnicas e/ou compra de instrumentos, máquinas ou insumos para melhorar o cultivo dos produtos.	19
	Aquisição de bens	Aquisição de bens duráveis e de consumo (eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis, carro, moto).	19
	Acesso a outros mercados	Inserção dos produtos em outros mercados como feiras, atacados e mercearias, a partir de mudanças fomentadas pelo PAA, como: aumento e/ou diversificação da produção e melhoria na qualidade do produto.	16
	Acesso a outros programas governamentais	Acesso a outros programas como o PNAE, Pronaf e programas de governos estaduais e locais voltados para a agricultura familiar.	10
	Estímulo ao beneficiamento/ processamento dos alimentos	Incentivo ao beneficiamento ou processamento dos alimentos produzidos e à criação de pequenas agroindústrias familiares.	12
Econômico e ambiental	Diversificação da produção	Aumento no número/variedade de produtos cultivados pelo agricultor.	41
	Produção orgânica e/ou boas práticas	Incentivo para a produção agroecológica e orgânica e utilização de boas práticas na produção.	15
	Promoção de circuitos curtos	Possibilidade de o agricultor escoar sua produção no município onde reside ou nas proximidades, diminuindo custos com transporte.	8
Econômico e social	Estímulo ao cooperativismo/ associativismo	Estímulo à criação e/ou fortalecimento de organizações formais de agricultores (cooperativas/associações) a fim de vender ao PAA da Conab.	38
	Dinamização de redes e/ou agregação social	O PAA integra diferentes grupos em torno de sua implementação, como as instituições públicas (de assistência técnica e secretarias municipais), organizações da sociedade civil, cooperativas e associações, até entre municípios vizinhos.	26
	Melhoria na qualidade dos alimentos produzidos	Melhora na qualidade dos produtos produzidos tendo em vista o alto nível de exigência do PAA.	14

Quadro 1 - Os benefícios do PAA no âmbito dos beneficiários fornecedores (cont.)

Social	Estímulo ao autoconsumo e melhoria da qualidade da alimentação	Melhoria na qualidade e quantidade da alimentação das famílias produtoras após aumento da produção e diversificação fomentados pelo PAA.	25
	Participação das mulheres	Incremento da participação das mulheres agricultoras no PAA seja como titulares da DAP ou de forma anônima, mas atuante.	18
	Melhora da autoestima e autonomia	Aumento da autoestima dos agricultores em razão da venda para o PAA, pois eles sabem que quem consumirá seus produtos são pessoas em vulnerabilidade, idosos, crianças e residentes da mesma região que ele. Aumento da autonomia advinda da capacidade do programa de estruturar a produção e condições para os agricultores acessarem novos mercados.	13
	Estímulo ao controle social	Atuação de conselhos de políticas públicas (preferencialmente de segurança alimentar) ou instâncias para discussão da implementação do PAA envolvendo agricultores, responsáveis por entidades que recebem alimentos e poder público.	3

Nota¹: Número de trabalhos que observou o benefício.

Fonte: Elaboração dos autores.

Muitos estudos identificaram que os preços pagos pelo PAA são bons, impactando positivamente na renda dos agricultores familiares (AGAPTO *et al.*, 2012). De acordo com Cirino e Líbano (2020) o fato de os valores praticados pelo programa serem melhores do que aqueles do mercado, em determinadas localidades pesquisadas, induziu o aumento da demanda pela participação no PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS).

O acesso ao programa acaba sendo também um instrumento de alavancagem para a organização de agricultores e agricultoras e de melhorias na qualidade do produto ofertado. Com isso, passam a ter melhores condições de entrada em novos mercados como as feiras, a venda direta e outros programas institucionais de compra de alimentos (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011; SPAROVEK *et al.*, 2007; SOUZA; LORETO, 2019). Além disso, há também o incentivo ao beneficiamento/processamento e a industrialização dos alimentos que se dá por meio da compra de produtos processados como geleias, polpas de frutas, queijos, pães e bolos. Esses produtos possuem uma maior agregação de valor, fato que também acaba impactando no aumento da renda (CAMARGO *et al.*, 2013; PLEIN; FILIPPI, 2012).

Por fim, a organização produtiva e burocrática fomentada pelo PAA criou condições, em determinadas realidades, para que as famílias produtoras acessassem outros programas públicos, como políticas de crédito, assistência técnica e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). São programas que promovem aumento da renda dando condições para que as famílias aumentem

seu poder de compra e de investimento (CAMARGO *et al.*, 2013; OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2017; GRISA *et al.*, 2016). O acesso ao PNAE se destaca neste aspecto, pois a Lei nº 11.947/2009 expandiu o escopo do programa, determinando que pelo menos 30% das compras para alimentação escolar devam ser adquiridas da agricultura familiar. A experiência com o PAA foi muito importante para que as organizações desta categoria pudessem acessar esse novo mercado institucional, como observado no estudo de Oliveira e Ferrante (2013), que pesquisou o assentamento Sepé Tiaraju, em Ribeirão Preto, São Paulo, onde se identificou que “100% das famílias assentadas apontam que o PAA cumpriu sua função organizadora, criando condições para a participação das famílias no PNAE” (p. 101).

O caráter estruturante do PAA contribui para que os fornecedores estejam mais aptos não apenas do ponto de vista mercadológico e produtivo, mas também organizacional e prático. Por exemplo, o fortalecimento do capital social se apresenta também na obtenção de documentos (pessoais e burocráticos) que promovem a cidadania e habilitam o acesso às políticas públicas. Assim, além do acesso aos programas de compras públicas, como o PNAE, e às políticas voltadas à agricultura familiar, como o Pronaf, o PAA alavanca também a participação em outras políticas, como programas de complementação de renda e assistência social, a exemplo do Bolsa Família (CAMARGO *et al.*, 2013; GRISA *et al.*, 2016; OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2017).

Do ponto de vista ambiental, destaca-se as categorias: produção orgânica e/ou boas práticas; promoção de circuitos curtos; e a diversificação da produção. Neste contexto, os estudos sinalizaram que o PAA pode contribuir para a difusão de uma produção agroecológica e orgânica e/ou adoção de boas práticas na produção ao adquirir produtos orgânicos com valor até 30% acima daqueles praticados no programa. Este aspecto beneficia quem produz e quem consome, além de preservar o solo, a água e os animais. De acordo com Cunha, Freitas e Salgado (2017) os produtores que participaram do PAA “sentem ‘orgulho’ por cultivarem alimentos livres de agrotóxicos” (p. 439), principalmente por saberem que o alimento que produzem será consumido pela comunidade, muitas vezes parentes ou vizinhos. Desta forma, a diversificação fomentada pelo PAA, além de ser uma maneira de reduzir riscos e aumentar a produção e a renda, conquistando ganhos econômicos, atua na proteção ambiental, modificando a matriz produtiva e estimulando a produção de vários tipos de leguminosas, vegetais e árvores frutíferas (SOUZA; LORETO, 2019). A diversificação produtiva também pode ser analisada na perspectiva ambiental, já que a rotação de culturas diminui o desgaste do solo e o aumento de cultivos evita a proliferação de pragas e doenças.

Ainda do ponto de vista ambiental, a literatura identificou que o PAA ao fomentar o comércio de produtos em âmbito local e regional, amplia as possibilidades de venda em outros mercados, como feiras e entregas diretas ao consumidor, como já mencionado. Essa circulação de mercadorias no nível local estimula os circuitos curtos de comercialização, o qual diminui as distâncias entre os agricultores familiares e os consumidores, reduzindo assim, a pegada ecológica, os custos com transporte e fomentando os sistemas locais de produção (ARAÚJO; KUBO, 2017; MARQUES; LE MOAL; ANDRADE, 2014; OLIVEIRA; FERRANTE, 2013).

No contexto econômico e social, foi possível associar as categorias: estímulo ao cooperativismo e/ou associativismo; dinamização de redes e/ou agregação social; e melhoria da qualidade dos alimentos produzidos, enquanto que no âmbito essencialmente social foram identificados: estímulo ao controle social; participação das mulheres; melhoria da autoestima e autonomia; e estímulo ao autoconsumo.

A organização em cooperativas ou associações é incentivada direta e indiretamente pelo PAA quando se exige que os fornecedores estejam organizados institucionalmente para o acesso em algumas modalidades. Ademais, o limite de venda para as cooperativas é superior àqueles praticados nas vendas individuais, o que também estimula a participação dos agricultores familiares em organizações formais. A relação entre o acesso ao programa e a participação em organizações parece se retroalimentar. É importante destacar que o programa atua tanto fortalecendo as cooperativas e associações já existentes, havendo resultados mais efetivos do PAA em municípios com organizações estruturadas (GRISA *et al.*, 2010; SILVA; FERREIRA, 2016), quanto estimulando a formação de novas organizações dos agricultores (OLIVEIRA; FERRANTE, 2013; SILVA; SILVA, 2011; SANTOS *et al.*, 2019).

Relacionando-se ao fortalecimento de organizações formais, os estudos identificaram que o PAA atua também no incentivo à construção de redes e arranjos locais. O acesso ao programa, o planejamento da produção, a venda e a entrega dos produtos às entidades exigem coordenação dos atores envolvidos, formando e dinamizando redes em torno da política, o que resulta em uma maior interação entre atores de diferentes esferas sociais. As evidências empíricas apontam que o PAA incentiva uma construção social e aproximação entre fornecedores, poder público, entidades, consumidores e demais atores da sociedade civil, inclusive gerando práticas mais solidárias e redes de reciprocidade (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017; SPAROVEK *et al.*, 2007).

O fortalecimento das organizações formais e a dinamização de redes locais se somam ao debate em torno dos conselhos locais no âmbito do PAA. A literatura mostra que em um dado momento e em determinadas realidades, o programa estimulou o funcionamento dessas instâncias de participação social, que atuaram

na articulação entre o público beneficiário do PAA, a sociedade civil e o poder público (GRISA *et al.*, 2010). Em Tapiramutá (BA), a presença atuante do conselho, sua composição representativa da comunidade e forte articulação com a prefeitura facilitou a implementação do programa (ROCHA; CERQUEIRA; COELHO, 2006).

Os benefícios de cunho social foram observados também no contexto da participação de mulheres no programa. Os estudos identificaram um aumento da participação deste público sendo observados pelos autores cinco aspectos importantes: i) o fortalecimento de organizações (formais ou informais), a dinamização de redes e a agregação social refletiram na consolidação de muitas organizações geridas e compostas por mulheres (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017); ii) o incentivo ao beneficiamento dos alimentos também contribuiu para o aumento da participação das mulheres no programa, uma vez que essa é uma atividade muito executada pelo público feminino e por suas organizações (DORETTO; MICHEL-LON, 2007); iii) em determinadas localidades, há uma predominância de cadastros masculinos no programa, contudo, na prática, o que se percebe é que são as mulheres as operadoras e gestoras das atividades relacionadas ao PAA (CORADIN; SOUZA, 2015); iv) o preço pago por produtos do extrativismo no programa permitiu a valorização das atividades das mulheres extrativistas (MOTA *et al.*, 2015); e v) a geração de renda para as agricultoras, no âmbito do PAA, proporciona maior autonomia econômica para as mulheres (SANTOS *et al.*, 2019) alinhando-se ao aumento da autoestima do público feminino que participa do programa (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017; MOTA; SILVA JÚNIOR; RODRIGUES, 2016).

As evidências acerca da autoestima e autonomia foram percebidas em muitas realidades pesquisadas e impactaram os participantes do PAA como um todo, não só as mulheres. Esses fatores estão relacionados com a garantia de comercialização, que torna os fornecedores independentes de atravessadores (DEGGERONE; GAZZONI, 2018; GRISA *et al.*, 2016), além de relacionar-se ao aumento da renda e à inserção no mercado, elementos que proporcionam independência econômica (DESER, 2008).

Todos esses benefícios do programa observados na literatura e destacados até aqui se somam a um aspecto cultural importante que é a valorização da identidade regional e da agricultura familiar, a partir da adaptação da produção às características locais de consumo (SILVA; MATTOS, 2017). O PAA, ao adquirir os produtos característicos do consumo local, fomentou a melhoria dos alimentos destinados ao autoconsumo, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional das famílias fornecedoras (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017). O aumento da produção e da diversificação estimuladas pelo programa possibilitou que fosse gerado um excedente de alimentos com maior valor nutricional, já que o mesmo produto produzido para a venda é também o que compõe a mesa do próprio ag-

ricultor (NASCIMENTO; JOHANN; BASSO, 2017; BATISTA *et al.*, 2016; ANDRADE; OLIVEIRA; SOUZA-ESQUERDO, 2014; CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017).

ANÁLISE DOS DESAFIOS DO PAA PARA OS SEUS FORNECEDORES

Embora os estudos tenham mostrado muitos ganhos decorrentes do PAA, observou-se também muitos problemas e desafios a serem superados na sua implementação. As categorias de análise que foram constituídas para o debate acerca dos desafios para os fornecedores do programa estão descritas no Quadro 2. Estas categorias foram classificadas em três grandes grupos: dificuldades de acesso, falta de apoio e logística e questões econômicas. Ressalta-se, porém, que todos estão interligados, pois a falta de apoio e logística, por exemplo, resulta em dificuldades para o acesso e operação, o que pode implicar em limitações de ordem econômica, assim como as questões econômicas podem também limitar o acesso ao programa.

Em relação às dificuldades de acesso, primeiramente cabe pontuar que, sendo o PAA uma política pública voltada para um público específico, existem critérios definidos para que os agricultores fornecedores possam acessar o programa. São necessários documentos básicos como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a composição da renda familiar e dados sobre a unidade produtiva (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho, endereço completo) (LEAL, 2015). Porém, observa-se existir no Brasil uma assimetria informacional entre os meios urbano e rural quando se trata, dentre outros aspectos, de acesso aos documentos. Desta forma, muitos agricultores esbarram na falta de documentação de suas terras (LIMA; ZOMER, 2011); na dificuldade de comprovar a renda (ANDRADE; OLIVEIRA; SOUZA-ESQUERDO, 2014; LEAL, 2015) foi realizado um estudo de caso em três assentamentos localizados no município de Araras, estado de São Paulo, onde a implementação do PAA se deu em 2008 por iniciativa dos agricultores familiares assentados (Associação - "Terra Boa"; ou ainda na carência de recursos necessários para deslocamento até a sede do município onde residem (MOTA *et al.*, 2015). Somado a isso, o programa exige que a DAP seja renovada a cada três anos e muitos agricultores se deparam com dificuldade tanto de acesso aos órgãos públicos responsáveis pelo ato, quanto aos próprios documentos exigidos na renovação (MOTA *et al.*, 2015).

Relacionado a isso, os relatos dos estudos identificaram dificuldades também no âmbito dos excessos de burocracia na operacionalização do PAA que vão desde a elaboração do projeto (ALVES *et al.*, 2011) na visão dos agentes de extensão rural (de ATER, até a prestação de contas para liberação dos pagamentos pelos produtos (CARVALHO; BECKER; NESKE, 2017). Foi mencionada a falta de um profissional

para ajudar na elaboração de proposta, gestão dos recursos e na prestação de contas, uma vez que a maioria dos agricultores não detém conhecimento voltado às técnicas de gestão e caso as informações não sejam preenchidas de forma correta, isso pode refletir em atrasos nos pagamentos (OLIVEIRA *et al.*, 2010; SILVA; FERREIRA; AMODEO, 2014; SILVA *et al.*, 2012). Para muitos agricultores e organizações os trâmites burocráticos são muito extensos (PEIXOTO; OLIVEIRA, 2015) e fazem com que haja uma perda de interesse em participar do programa (CIRINO; LIBÂNIO, 2020; DIAS; SANTANA; RENSI, 2017).

Uma vez que conseguem se inserir no processo de compra institucional, parte dos agricultores encontra o desafio de planejar e organizar a produção. A primeira dificuldade neste aspecto está relacionada à ausência de informação sobre os procedimentos do programa, suas formas de pagamento, de controle e monitoramento de produtos e entregas. Em alguns estudos, os fornecedores não souberam definir o programa, ou sua finalidade e nem para onde eram destinados os produtos que eles produziam (FERREIRA *et al.*, 2014; SIMÃO *et al.*, 2017). Em outros casos, havia também desconhecimento sobre as regras de execução da proposta e períodos de entrega (DORETTO; MICHELLON, 2007; MOTA; SILVA JUNIOR; RODRIGUES, 2016). As pesquisas sinalizam a necessidade de ampliação de reuniões e capacitações sobre o processo de implementação do PAA, que contemplem desde o levantamento de documentos necessários, até a produção e entrega dos alimentos para o consumo (ALVES *et al.*, 2011).

A dificuldade em se organizar e planejar a produção e a matriz produtiva resulta em problemas relacionados ao cronograma de entrega de produtos para o PAA. Isso porque o programa funciona, em sua maioria, com entregas semanais, enquanto que os agricultores fazem o cultivo e a colheita de acordo com as safras (ALMEIDA *et al.*, 2018; HENTZ, 2016; ROCHA; CERQUEIRA; COELHO, 2006) tendo como referencial analítico a perspectiva da segurança alimentar e nutricional (SAN. Essa questão pode gerar consequências como os atrasos nas entregas de determinados produtos ou então no excesso de alimentos em determinadas épocas do ano (CIRINO; SILVA, 2017; MACHADO *et al.*, 2020; SOARES *et al.*, 2013). Os estudos apontam também para um descompasso entre a produção agrícola na região e o calendário do programa, que desconsidera a sazonalidade das safras (ROCHA; CERQUEIRA; COELHO, 2006).

Foi possível perceber que as dificuldades com a “burocracia para acessar o programa”, “planejamento e organização” e “operacionalização ou pouca informação” estão diretamente relacionadas ao aspecto da falta de assistência técnica (Ater) para realizar as atividades propostas (ANDRADE; OLIVEIRA; SOUZA-ESQUERDO, 2014). Este problema foi apontado tanto pelos agricultores

fornecedores, como por gestores que reconhecem a importância desse serviço para organizar a produção e capacitar os agricultores a fim de se alcançar os padrões exigidos pelo PAA e ajudar a elaborar os projetos de venda (ROSA MIRANDA; GOMES, 2017). A falta de Ater para elaboração dos projetos PAA foi mencionada como um fator que prejudicou o acesso de muitos fornecedores, uma vez que eles não têm condição de contratar assistência privada, já que isso comprometeria a renda das famílias (MENDES; NEVES; MACHADO, 2019; QUEIROZ *et al.*, 2015).

Para aqueles que recebem assistência, essa se mostrou insuficiente devido às limitações quanto ao quantitativo de técnicos em comparação ao número de agricultores a serem atendidos e também dificuldades de locomoção dos mesmos devido a amplas distâncias a serem percorridas e poucos veículos (DORETTO; MICHELLON, 2007; LIMA; ZOMER, 2011).

Parte dos estudos também apontou para a dificuldade dos fornecedores em cumprirem as normas sanitárias exigidas pelo programa na venda de determinados produtos de origem animal e vegetal, que necessitam da aprovação municipal, por meio do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), ou estadual, via Serviço de Inspeção Estadual (SIE). Em muitas localidades há ausência desses serviços ou dificuldade de acesso a eles (CHMIELEWSKA; SOUZA; LOURETE, 2010; PEIXOTO; OLIVEIRA, 2015; PLEIN; FILIPPI, 2012).

Já os produtos beneficiados e agroindustriais esbarram no cumprimento da regulamentação sanitária, instituída pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e/ou pelo Mapa. Ocorre que essas normas estão voltadas para concentrações de mercado, se aplicando mais facilmente às grandes empresas agroalimentares e não à realidade das organizações de agricultores familiares (CHMIELEWSKA; SOUZA; LOURETE, 2010; COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015).

Há também o desafio na obtenção da certificação de produtos orgânicos, fazendo com que o alimento produzido sem agrotóxicos ou adubos químicos/sintéticos seja classificado como sendo de origem convencional e não receba o acréscimo de 30% previsto na legislação do PAA (ROSA MIRANDA; GOMES, 2017). Tais situações ocorrem porque a produção e comercialização de alimentos de origem animal e vegetal, com algum grau de beneficiamento/processamento, ou certificados como orgânicos, exigem do agricultor além de um maior poder aquisitivo, um maior grau de conhecimento técnico e de organização, inacessível para a maioria dos pequenos produtores (MACEDO *et al.*, 2019; VIEIRA; DEL GROSSI, 2010).

As dificuldades relacionadas às exigências sanitárias aparecem nos estudos de modo muito atrelado à ausência de amparo do poder público e de suas instituições no nível local. Muitos relatos registraram a pouca ou nenhuma participação destas entidades no programa, o que é considerado pelos agricultores como umas das principais dificuldades para a sua operacionalização, isso porque sem a colaboração desses órgãos, o avanço do programa se torna mais lento e difícil (CARVALHO; BECKER; NESKE, 2017; LIMA; ZOMER, 2011; LOPES *et al.*, 2019; SALGADO *et al.*, 2015). Este aspecto também dificulta o diálogo entre os fornecedores e as instituições consumidoras, que poderia ajustar a oferta de produtos com a demanda, objetivando evitar o excesso ou a escassez de alguns alimentos e organizar a periodicidade das entregas (BARTH-TEIXEIRA *et al.*, 2017; FILUS; BERGAMASCO; SOUZA-ESQUERDO, 2017; MACHADO *et al.*, 2020). Há ainda a ausência ou insuficiência no apoio ao transporte e logística dos produtos. Muitos agricultores não dispõem de veículos para levar os alimentos até as cidades. As más condições das estradas, as dificuldades com caixas e utensílios para transporte e armazenamento muitas vezes inviabilizam a participação no PAA. Os agentes se deparam também com ausência de centros adequados para distribuição e/ou armazenamento de alguns produtos (BARTH-TEIXEIRA *et al.*, 2017).

A pouca divulgação do programa e de seus benefícios também se constituiu em um desafio para o acesso ao PAA, pois estudos mostraram que, apesar do interesse em participar do programa, a falta de contato dos órgãos gestores para divulgação, orientação e/ou treinamento acerca de seu funcionamento foi um fator que contribuiu para a não inserção (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015) ou desistência dos agricultores em participar do PAA (PLEIN; FILIPPI, 2012; SIMÃO *et al.*, 2017).

Já na fase de venda dos produtos, em algumas localidades, houve reclamações quanto aos preços praticados pelo PAA. Apesar de haver muitos relatos sobre os preços justos do programa, como apresentado na seção de benefícios, muitos fornecedores apontaram que, além do limite de compras, em alguns casos o preço dos produtos não vale a pena. É o que foi encontrado por Silva e Mattos (2017) em Pernambuco, onde o preço da carne orgânica pago pelo PAA não era atrativo para os agricultores, que preferiam vender os produtos orgânicos em outros canais de comercialização. Já Silva *et al.* (2012) relataram que os preços pagos pelo PNAE remuneravam melhor os agricultores em Viçosa, Minas Gerais, além de mencionarem que este outro programa seria menos burocrático.

O preço dos produtos segue a tabela da Conab, que faz uma pesquisa local para compor os preços de referência que serão válidos durante todo o período de um ano da proposta. Assim, apesar da variação dos preços do mercado ao longo do ano, os produtos comprados pelo PAA terão o mesmo valor. Essa questão gera

reclamação dos agricultores por considerarem que em alguns momentos a tabela de preços utilizada pelo programa está abaixo dos valores praticados no mercado (CARVALHO; BECKER; NESKE, 2017; MARQUES, LE MOAL; ANDRADE, 2014; SIMÃO *et al.*, 2017). Isso ocorre em virtude da sazonalidade do produto e da dinâmica da oferta e procura por alimentos, que causa variação dos preços (PEREIRA; LOURENZANI, 2014; SALGADO *et al.*, 2015). Alguns relatos expuseram que, embora a Conab construa preços de referência, parece haver levantamentos no momento da safra de determinados produtos em que há grande oferta, fazendo com que os preços médios caiam (CARVALHO; PEDROSO NETO, 2016).

a ausência ou insuficiência no apoio ao transporte e logística dos produtos. Muitos agricultores não dispõem de veículos para levar os alimentos até as cidades. As más condições das estradas, as dificuldades com caixas e utensílios para transporte e armazenamento muitas vezes inviabilizam a participação no PAA. Os agentes se deparam também com ausência de centros adequados para distribuição e/ou armazenamento de alguns produtos (BARTH-TEIXEIRA *et al.*, 2017).

A pouca divulgação do programa e de seus benefícios também se constituiu em um desafio para o acesso ao PAA, pois estudos mostraram que, apesar do interesse em participar do programa, a falta de contato dos órgãos gestores para divulgação, orientação e/ou treinamento acerca de seu funcionamento foi um fator que contribuiu para a não inserção (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015) ou desistência dos agricultores em participar do PAA (PLEIN; FILIPPI, 2012; SIMÃO *et al.*, 2017).

Já na fase de venda dos produtos, em algumas localidades, houve reclamações quanto aos preços praticados pelo PAA. Apesar de haver muitos relatos sobre os preços justos do programa, como apresentado na seção de benefícios, muitos fornecedores apontaram que, além do limite de compras, em alguns casos o preço dos produtos não vale a pena. É o que foi encontrado por Silva e Mattos (2017) em Pernambuco, onde o preço da carne orgânica pago pelo PAA não era atrativo para os agricultores, que preferiam vender os produtos orgânicos em outros canais de comercialização. Já Silva *et al.* (2012) relataram que os preços pagos pelo PNAE remuneravam melhor os agricultores em Viçosa, Minas Gerais, além de mencionarem que este outro programa seria menos burocrático.

O preço dos produtos segue a tabela da Conab, que faz uma pesquisa local para compor os preços de referência que serão válidos durante todo o período de um ano da proposta. Assim, apesar da variação dos preços do mercado ao longo do ano, os produtos comprados pelo PAA terão o mesmo valor. Essa questão gera reclamação dos agricultores por considerarem que em alguns momentos a tabela de preços utilizada pelo programa está abaixo dos valores praticados no mercado

(CARVALHO; BECKER; NESKE, 2017; MARQUES, LE MOAL; ANDRADE, 2014; SIMÃO *et al.*, 2017). Isso ocorre em virtude da sazonalidade do produto e da dinâmica da oferta e procura por alimentos, que causa variação dos preços (PEREIRA; LOURENZANI, 2014; SALGADO *et al.*, 2015). Alguns relatos expuseram que, embora a Conab construa preços de referência, parece haver levantamentos no momento da safra de determinados produtos em que há grande oferta, fazendo com que os preços médios caiam (CARVALHO; PEDROSO NETO, 2016).

Após a venda dos produtos, observou-se também problemas na fase dos pagamentos, principalmente no caso do acesso ao PAA por meio de organizações. Isto ocorreu porque, neste caso, o pagamento é feito às organizações, e não acontece no ato de entrega dos produtos, mas, sim após a aprovação da prestação de contas pelo órgão executor do programa. Muitas vezes esta fase mostrou-se morosa devido a impedimentos como: problemas nos trâmites de prestação de contas das organizações; erros de preenchimento de documentos ou notas fiscais; ou à impossibilidade de emissão de certidões negativas de cooperativas e associações (D'ÁVILA; SILVA, 2011; FILUS; BERGAMASCO; SOUZA-ESQUERDO, 2017).

O atraso nos pagamentos pode gerar desde a desconfiança dos agricultores quanto ao recebimento dos valores (PLEIN; FILIPPI, 2012), até a dificuldade para que as famílias produtoras planejem novo cultivo, já que muitas delas não dispõem de capital de giro para financiar a produção (ALMEIDA *et al.*, 2018). Também impede o pagamento dos custos básicos da produção como água e manutenção, o que pode gerar endividamento (Chmielewska, Souza e Lourete, 2010). Essas questões prejudicam mais aqueles agricultores com menor grau de estruturação quanto à produção e que dependem financeiramente das entregas feitas para o PAA (ANDRADE; OLIVEIRA; SOUZA-ESQUERDO, 2014).

Outra dificuldade descrita na literatura é o baixo limite de comercialização estabelecido para cada produtor, que oscila (atualmente) entre R\$ 6.500,00 e R\$ 8.000,00 mil por ano, dependendo da modalidade e do operador (LOPES; ALMEIDA, 2012; MÜLLER; FIALHO; SCHNEIDER, 2007, SILVA; LIMA, 2017). Os estudos identificaram que esse valor não supre as necessidades básicas dos agricultores (AGAPTO *et al.*, 2012) e apontam que esta questão se tornou um entrave a uma maior adesão por parte dos agricultores ao PAA (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2010; SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015). Além disso, como o valor limite é baixo, é necessário um maior controle da quantidade entregue por cada produtor para que os mesmos não ultrapassem suas cotas logo nas primeiras entregas (FLORIAN, COSTA E BARROS, 2018; PEREIRA E LOURENZANI, 2014). O aumento no limite da cota, segundo estudos, poderia beneficiar uma maior quantidade de agricultores familiares (ROSA MIRANDA; GOMES, 2017),

além de elevar a renda dos envolvidos, a quantidade de produtos vendidos e, posteriormente, as doações às instituições beneficiadas (SANTOS *et al.*, 2012).

A descontinuidade do programa foi outro aspecto identificado como preocupante na percepção dos agricultores familiares e agentes públicos. De acordo com as pesquisas, entre uma proposta e outra, em razão do término da vigência do contrato, há um hiato temporal e neste período ocorre paralisação de compra e entrega de produtos, impactando todos os atores do programa (CARVALHO; BECKER; NESKE, 2017; GRISA *et al.*, 2016). A incerteza com relação à continuidade do PAA também foi relatada nos trabalhos como prejudicial para os agricultores, pois desestimulou a realização de investimentos na produção e causou dificuldades de planejamento (MACEDO *et al.*, 2019; MÜLLER; FIALHO; SCHNEIDER, 2007).

As dificuldades relacionadas ao baixo limite de compra e à descontinuidade do programa associam-se muito à drástica redução do volume de recursos disponibilizados para o PAA após 2012. Em 2013, ocorreu uma forte redução dos recursos executados no programa principalmente nas modalidades operadas pela Conab. Após uma leve recuperação orçamentária em 2014, o investimento na política voltou a decrescer e, em 2018, o PAA operou com recursos comparativamente menores do que aqueles aplicados em seu primeiro ano de implementação, apresentando também o menor número de beneficiários consumidores (SAMBUICHI *et al.*, 2019).

A redução de recursos experienciada pelo PAA em anos recentes trouxe incertezas aos agricultores quanto à sua continuidade e levantou preocupações aos participantes, principalmente àqueles que possuem fragilidades econômicas para se inserirem em outros mercados (MODENENSE; SANT'ANA, 2019). Observa-se que, em diversos casos, o PAA compra produtos que agricultores não conseguem vender em outros mercados, sendo responsável por uma parte considerável ou até integral da renda familiar (MENDES; PERONDI; TELLES, 2018; MOTA *et al.*, 2014).

Apesar da forte diminuição observada nos recursos aplicados no PAA em anos mais recentes, destacada em estudos de caráter geral como o de Sambuichi *et al.* (2019), no nível local, a percepção dos agricultores participantes, relatada nos estudos de caso consultados, recai principalmente sobre a descontinuidade do programa, ou seja, a reclamação deles é sobre o programa funcionar em um ano e não continuar no seguinte, o que nem sempre é percebido por eles como uma consequência da redução do investimento no programa por parte do Governo Federal. Essa é uma das razões que explicam o fato dessa diminuição de recursos não ter aparecido diretamente como uma categoria de análise entre os desafios observados, além de que, muitos estudos analisados são anteriores ao período em que as restrições orçamentárias ficaram mais evidentes.

Quadro 2 - Os desafios do PAA no âmbito dos beneficiários fornecedores.

Grupo	Categoria	Descrição	N ¹
Dificuldade de acesso e operação	Operacionalização ou pouca informação	Falta de informação sobre: procedimentos do programa; prestação de contas; pagamento; controle e monitoramento das entregas.	38
	Burocracia para acessar o programa	Excessos de exigências quanto ao volume de documentos necessários para participar no programa; dificuldade em reunir os documentos para emitir/renovar a DAP e para participar das chamadas públicas; dificuldades de adequação às mudanças de normas dentro do processo burocrático.	36
	Planejamento e organização	Dificuldades (de agricultores ou organizações) com planejamento e organização da produção e entrega de produtos na quantidade pactuada; problemas com calendário do programa não adequado à sazonalidade produtos na região.	24
	Exigências de qualidade e/ou normas sanitárias	Dificuldades de atender as exigências burocráticas quanto à legislação sanitária; ausência ou insuficiência de órgãos locais responsáveis pela vigilância sanitária; falta de suporte público para o cumprimento da legislação.	19
Falta de apoio e logística	Infraestrutura local e logística	Ausência ou insuficiência de transporte no apoio à logística dos produtos; más condições das estradas; ausência de utensílios para transporte e armazenamento de produtos; ausência de centros adequados para distribuição e/ou armazenamento de produtos.	35
	Ausência ou deficiência de assistência técnica	Pouca (ou nenhuma) orientação pelos órgãos de assistência técnica e extensão rural em apoio ao cultivo.	34
	Ausência de apoio do poder público local	Falta de apoio do poder público local para a implementação do programa; pouco interesse em renovar (ou angariar) o programa.	15
	Controle social incipiente	Ausência ou inatividade de instâncias de participação social associadas à pauta do PAA.	7
Limitações econômicas do programa	Limite de compra	O limite de venda anual por beneficiário é considerado baixo.	31
	Atraso nos pagamentos	Demora para que o pagamento chegue até o beneficiário fornecedor.	26
	Preço baixo	Preço baixo dos alimentos comprados pelo PAA em comparação com outros mercados.	21
	Descontinuidade do programa	Descontinuidade no acesso ao PAA: quando o programa deixa de ser executado no município; ou quando há diminuição dos recursos.	16

Nota¹: Número de trabalhos que observou o desafio.

Fonte: Elaboração dos autores.

Somado a todos os desafios relatados até aqui, há ainda as evidências de como as instâncias de participação, como os conselhos, estão incipientes em torno do PAA, evidenciando que há uma urgência de se construir instrumentos de participação social (LEMOS; LIMA, 2014). Os conselhos (tanto os de segurança alimentar, quanto os de assistência social e os de desenvolvimento rural sustentável), embora existentes na concepção do PAA, na prática, são pouco atuantes e apresentam estrutura administrativa precária (ROCHA; SACCO DOS ANJOS, 2016). Muitos agricultores desconhecem a existência ou o papel deles, ficando evidente que há locais em que não há monitoramento da oferta e da demanda e nem reuniões com as redes de participantes do programa, para se discutir as adequações necessárias no âmbito de uma realidade específica (ROCHA; CERQUEIRA; COELHO, 2006).

Apesar dos desafios que o PAA enfrentou ao longo dos anos, é importante ressaltar que o programa passou por um processo de aprendizado e amadurecimento, tanto em relação às instituições, quanto do ponto de vista social. Muitas dificuldades identificadas pelas pesquisas foram fundamentais para readequações em muitos dos processos de implementação da política. Foi possível perceber também que parte das dificuldades eram mais observadas nos primeiros anos de implementação da política, sendo (muitas delas) superadas no decorrer do período, sobretudo aquelas relacionadas ao seu funcionamento e operacionalização (ALMEIDA; PERIN; SAMBUICHI, 2019).

CONCLUSÃO

As análises gerais dos artigos levantados na revisão sistemática permitiram inferir que o PAA provocou mudanças positivas que atingem diretamente os seus beneficiários fornecedores (agricultores familiares), além de implicações benéficas ao nível local, quando se analisa o programa a partir dos seus efeitos multiplicadores. As pesquisas evidenciaram o seu caráter sistêmico e intersetorial sendo possível perceber que o programa atua e produz resultados em âmbito econômico, ambiental e social.

Ao longo de sua trajetória, o PAA promoveu ganhos em termos econômicos, como o aumento da renda e a compra de bens duráveis. Na linha produtiva, os estudos evidenciaram que a garantia da comercialização proporcionada pelo PAA produziu efeitos diretos no aumento da quantidade produzida, no incentivo à agregação de valor por meio do beneficiamento/processamento dos alimentos e na expansão de investimentos na propriedade. O PAA estimulou também a estruturação de cadeias produtivas, a melhoria da qualidade dos produtos e a organização dos agricultores, promovendo a criação de associações e cooperativas. Isto

possibilitou a entrada de produtos da agricultura familiar em outros mercados ao mesmo tempo em que promoveu o fortalecimento das economias locais.

No âmbito social, o PAA agregou diferentes grupos que antes estavam separados, desestruturados ou excluídos do processo produtivo, incentivando a participação de mulheres e de comunidades tradicionais e aumentando a sua renda, autonomia e autoestima. O programa foi capaz também de fomentar a construção de redes no nível local proporcionando a implementação de políticas públicas de modo intersetorial, atuando, desta forma, em conjunto com outros programas estruturais voltados ao desenvolvimento rural. Observou-se ainda impactos positivos do programa no aspecto ambiental, abrangendo o estímulo à diversificação da produção, à produção orgânica e/ou boas práticas agrícolas e aos circuitos curtos de comercialização.

Os trabalhos levantados mostraram também diversos desafios a serem enfrentados para o aprimoramento do programa. Os principais problemas observados nos estudos foram relacionados à dificuldade de acesso e operação por parte dos seus beneficiários e organizações; à falta de apoio e logística por parte das instituições e poder público; e às limitações econômicas do programa, agravadas pela redução dos recursos aplicados. Apesar dos desafios, os estudos indicam também ter havido um processo de aprendizado e amadurecimento dos processos burocráticos, sendo que várias dificuldades de operacionalização observadas nos primeiros anos de implementação da política foram deixando de ser observadas nos estudos mais recentes.

Desta forma, apesar da crescente importância do programa para a agricultura familiar e segurança alimentar, o PAA tem experienciado, nos anos mais recentes, uma redução na aplicação dos valores, especialmente nas modalidades operadas pela Conab, o que resulta também em uma redução do público beneficiário, tanto fornecedores quanto consumidores. Esse cenário se refletiu no aumento dos desafios para o programa e pode indicar também, uma diminuição de alguns benefícios.

Conforme percorrido ao longo deste trabalho, de maneira geral, as pesquisas sobre o PAA têm apontado os aspectos relacionados aos resultados e alcance de objetivos da política. Em sua maioria, são estudos pontuais e com pouca abrangência geográfica. Sinalizam também quais as dificuldades no que tange à capacidade de gestão dos entes federativos para implementação de programas públicos de apoio à agricultura familiar e desenvolvimento rural. Contudo, pesquisas sobre o PAA ainda precisam dialogar com o debate da organização federativa do Brasil, levando em consideração o sistema tributário e a distribuição de recursos entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Parece não haver também estudos empíricos,

quantitativos e qualitativos, que identifiquem o nível de capacidade institucional das UFs brasileiras para executar programas públicos da natureza do PAA, indicando, inclusive as heterogeneidades existentes dentro do território nacional.

Como sugestão de agenda de pesquisa para trabalhos futuros, sugerimos ampliar o escopo da revisão de literatura de modo a abranger nas análises pesquisas realizadas em dissertações e teses que não tenham sido publicadas em anais de eventos ou periódicos. Também, se sugere realizar a busca por descritores em outras línguas, sobretudo inglês e espanhol, de modo a incluir estudos feitos por pesquisadores e consultores vinculados a organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que atuam na área de segurança alimentar, cooperação e desenvolvimento. Por fim, ainda como sugestão de pesquisas futuras, recomenda-se o acompanhamento do Programa Alimenta Brasil a fim de se analisar a evolução dos recursos investidos no programa e o impacto das mudanças mais recentes sobre os benefícios e desafios identificados ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; SOUZA ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P.; ESQUERDO, V. F. de S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 13–21, 2012.

ALMEIDA, A. F.; PERIN, G.; SAMBUICHI, R, H. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) analisado em três dimensões: benefícios, amadurecimento e perspectivas para a política. **Anais do 3º Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público (CIDESP)**, p. 249-268. Florianópolis, 2019.

ALMEIDA, L. M. de M. C.; PUGLIESI, L.; FERRANTE, V. L. S. B.; CARDOZO, D. R.; PAULILLO, L. F. de O. Índice “UFSCar” de Efetividades do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares do interior paulista. **Gestão & Produção**, São Carlos-SP, v. 25, n. 3, p. 500–512, 2018.

ALVES, V. O.; VIEIRA, N. dos S.; SILVA, T. C. da; FERREIRA, P. R. O associativismo na agricultura familiar dos estados da Bahia e Minas Gerais: Potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 66–88, 2011.

ANDRADE, F. R. P. de; OLIVEIRA, J. T. A. de; SOUZA ESQUERDO, V. F. de. Limites para o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos assentamentos rurais de Araras/SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 17, n. 1, p. 225–244, 2014.

ANDRADE JÚNIOR, R. C. de. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina: o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (COOARPA). **Cadernos do CEOM**, 22(30), p. 83–100, 2009.

ARAÚJO, M. de L. L. de; KUBO, R. R. Segurança Alimentar e Nutricional e Povos Indígenas: a experiência dos Asheninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, 38(132), p. 195–210, 2017.

ASSIS, S. C. R. de; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. D. C. C. Impacto do programa de aquisição de alimentos na segurança alimentar e nutricional dos agricultores. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 617–626, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BARTH-TEIXEIRA, E.; SANTOS, C. S. dos; GREGOLIN, M. R.; CHRISTOFFOLI, P. I. Análise da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/CONAB) no Território Cantuquiriguaçu-PR. 2017. **55º Congresso SOBER**, Santa Maria: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2017.

BATISTA, L. M. G.; RIBEIRO, S. M. R.; SANTOS, R. H. S.; ARAÚJO, R. M. A.; RIBEIRO, A. Q.; PRIORE, S. E.; LÚCIA, C. M. D.; LANA, R. de P.; GASPARONI, G. P. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 494–504, 2016.

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61–72, 2010.

BRASIL. Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. 2017.

BRASIL. Medida Provisória no 1.061, de 9 de agosto de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 6, 10 ago. 2021. Seção 1.

CAMARGO, E. A. de O. M de.; GOMES, E. R. S.; MEIRA, B. C.; BORSATTO, R. S. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do assentamento 23 de Maio, Itapetininga, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, v. 43, n. 1, jan./fev. 2013.

CARVALHO, G. S.; PEDROSO NETO, A. J. O Programa de Aquisição de alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização individuais e coletivas. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 258–276, 2016.

CARVALHO, P. R.; BECKER, C.; NESKE, M. Z. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Santana do Livramento/RS: um estudo de caso sobre a experiência local. 2017. **55º Congresso SOBER**, Santa Maria: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2017.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe. **Texto para Discussão 1510**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2010. p. 1–42.

CIRINO, J. F.; LIBÂNIO, C. L. S. Avaliação de impacto do programa de aquisição de alimentos modalidade doação simultânea em Ponte Nova-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020.

CIRINO, J. F.; SILVA, S. V. M. da. Determinantes para cumprimento do prazo de projetos do programa de aquisição alimentos - doação simultânea em minas gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 55, n. 2, p. 247–266, 2017.

CORADIN, C.; SOUZA, R. S. Os Quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. **Revista NERA**, 18(26), 122–146, 2015.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. da. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 53, n. 01, p. 109–126, 2015.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 55, No 03, p. 427-444, Jul./Set. 2017.

D'ÁVILLA, C. A. R.; SILVA, S. P. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local: uma análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais. **Revista Política Pública**, v. 15, n. 2, p. 335–346, 2011.

DEGGERONE, Z. A.; GAZZONI, A. L. A. A construção social de mercados pela CECAFES - RS: Oportunidades e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Compra Institucional. 2018. **56º Congresso SOBER**, Campinas: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2018.

DESER – DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS RURAIS. O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07: uma avaliação. Curitiba: Deser, 2008. 51 p.

DIAS, A.; SANTANA, J.; RENSI, J. A experiência paraibana do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação pela perspectiva dos agricultores beneficiários. 2017. **IV EBAP** [...]. João Pessoa: Encontro Brasileira de Administração Pública, 2017.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 1, p. 1–28, 2007.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, v. 35, n.1, p.1-38, 1998.

FERREIRA, M. J.; BORSATTO, R. S.; GOMES, R. R. S.; MEIRA, B. C. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento para organização social de agricultores familiares: o caso de Angatuba, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 55–62, 2014.

FILUS, V.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. de. Análise do PRONAF, PAA e PNAE no assentamento XX de novembro, Cordeirópolis-SP-Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 55, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: Sober, 2017.

FLORIAN, F.; COSTA, V. M. H. de M.; BARROS, M. S. C. de. Percepção de atores sociais sobre Programas de Alimentação e Nutrição em município do Estado de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 51–65, 2018.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, n. 13, p. 137–170, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; ROZENDO, C.; COSTA, F. B.; MACHADO, C. J.; LIMA, D. V. de; SCHIAVON, J.; ANDRADE, A. J. P. de; INÁCIO, K. R. de S.; SILVA, V. K. da; ROSA, L. D. Ambiente institucional, governança e performance do PAA: uma análise nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. In: JANNUZZI, P.; MONTAGNER, P. (orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2016. p. 204–208.

HENTZ, C. Análise do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Pinhalzinho – SC como estratégia de reprodução socioeconômica da produção familiar. **ACTA Geográfica**, Boa Vista/RR, v. 10, n. 22, p. 48–67, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Brasil, 2017.

LEAL, S. C. T. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema/SP. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, v. 18, n. 26, p. 147–164, 2015.

LEMOS, S. M. dos; LIMA, I de S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política pública para a agricultura familiar e o desenvolvimento local. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 25, n. 1, p. 69–92, 2014.

LIMA, A. de F. A. de; ZOMER, C. Condições gerais da organização e da produção em assentamento rural de Aripuanã - MT e o acesso dos produtores aos incentivos e benefícios federais. 2011. **VIII Convibra Administração**, Congresso Virtual Brasileiro de Administração –, 2011.

LOPES, D. E.; ALMEIDA, R. A. de. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. **Revista Pegada**, v. 13, n. 1, p. 132–148, 2012.

LOPES, M. G.; NASCIMENTO, S. G. da S.; HANKE, D.; ÁVILA, M. R. de. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Dom Pedrito (RS): um estudo sobre implantação, execução, limites e desafios. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 2, n. 1, p. 79–106, 2019.

MACEDO, A. de C.; BORSATTO, R. S.; SANTOS, L. de L.; FERRAZ, M. T. M. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em promover sistemas agroalimentares territorializados. 2019. **Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais [...]**. Campinas: 2019.

MACHADO, N. L.; SILVA, F. C. da; LAFORGA, G.; GOMES, E. M.; RAMBO, J. R. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de Barra do Bugres-MT: um estudo segundo a perspectiva das instituições beneficiárias receptoras. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 30221–30247, 2020.

MARQUES, P. E. M.; LE MOAL, M. F.; ANDRADE, A. G. F. de. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo. **RURIS**, v. 8, n. 1, p. 63–89, 2014.

MATTEI, L. F. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. In: Congresso da

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), 45, Florianópolis, Santa Catarina. **Anais...**Florianópolis: Sober, 2007.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. da S.; MACHADO, T. da S. O Programa de Aquisição de Alimentos como indutor da soberania alimentar. **Mercator**, v. 18, p. 1–15, 2019.

MENDES, T. A.; PERONDI, M. Â.; TELLES, C. dos S. O crepúsculo das políticas públicas: uma análise da (des) operacionalização do programa PAA no município de saude do Iguaçu – PR nos anos 2016 e 2017. 2018. **56º Congresso SOBER**, Campinas: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2018.

MODENESE, V. DA S.; SANT'ANA, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 636–655, dez. 2019.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; PORRO, N. M.; OLIVEIRA, T. C. V. de. As Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 3, p. 449–470, 2014.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; RODRIGUES, R. F. de A. O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. 189–204, 2015.

MOTA, D. M. da; SILVA JUNIOR, J. F. da; RODRIGUES, R. F. de A. Influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a persistência das mulheres extrativistas e agricultoras no Norte e no Nordeste do Brasil. *In*: JANNUZZI, P.; MONTAGNER, P. (orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016. p. 211–214.

MÜLLER, A. L.; FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília/DF, v. 1, n. 1, p. 1–22, 2007.

NASCIMENTO, D. T.; JOHANN, J. A.; BASSO, D. O grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, 11(2), 82–107, 2017.

OLIVEIRA, A. B. de; TINÔCO, D. dos S.; ALLOUFA, J. M. de L.; ARAÚJO, R. M. de. Uma análise do processo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso do Rio Grande do Norte. **Revista Política Pública**, v. 14, n. 1, p. 157–171, 2010.

OLIVEIRA, L. G. de; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B. Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil. **Ciência Rural, Santa Maria**, 47(01), 1–6, 2017.

OLIVEIRA, P. M. DE; FERRANTE, V. L. S. B. O Programa de Aquisição de Alimentos no PDS Sepé Tiarajú: bloqueios e perspectivas. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 1, p. 77–110, 2013.

PEIXOTO, Â. M. M.; OLIVEIRA, A. R. de. A abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO. **Revista NERA, Presidente Prudente**, v. 18, n. 26, p. 70–91, 2015. Available at:

PEREIRA, M. E. B. de G.; LOURENZANI, A. E. B. S. Desafios e perspectivas do programa de aquisição de alimentos no município de Tupã – SP. **Ciência e Natura, Santa Maria/RS**, v. 36, n. 2, p. 230–240, 2014.

PLEIN, C.; FILIPPI, E. E. O Programa Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): geração de renda e segurança alimentar. **Faz Ciência (UNIOESTE Impresso)**, v. 14, n. 19, p. 63–86, 2012.

QUEIROZ, R. F. N. de; NEVES, S. M. A. da S.; SEABRA JUNIOR, S.; MACHADO, T. da S. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Boletim de Geografia, Maringá/PR**, v. 33, n. 3, p. 184, 2015. DOI 10.4025/bolgeogr.v33i3.22817.

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. da S.; COELHO, V. P. Agricultura familiar e políticas públicas: algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia. **Desenbahia, Salvador**, v. 3, n. 5, p. 55–78, 2006. .

ROCHA, J. H.; SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do programa de aquisição de alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista- Roraima. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, v. 19, n. 31, p. 111–142, 2016.

ROSA MIRANDA, D. L.; GOMES, B. M. A. O Programa Nacional de Aquisição de Alimentos e agricultura familiar no Vale do Ribeira, Paraná, Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília/DF, v. 8, n. 1, p. 67–79, 2017. DOI 10.18472/SustDeb.v8n1.2017.18462.

SALGADO, R. J. dos S. F.; DIAS, M. M.; SILVA, E. A.; SANTOS, L. F. dos; CUNHA, W. A. da. Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): percepção dos atores envolvidos em sua operacionalização. 2015. **53º Congresso SOBER**, João Pessoa: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2015. p. 1–20.

SAMBUICHI, R. H. R.; KAMINSK, R.; PERIN, G.; MOURA, I. F. de; JANUÁRIO, E. S.; MENDONÇA, D. B.; ALMEIDA, A. F. C. de. Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 2482, 2019.

SANTOS, A. O.; SOUSA, W. L. de; MONTE, L. de F. de O.; VIEIRA, T. A.; QUARESMA, E. de S. O Programa aquisição de alimentos (PAA) na região Metropolitana de Santarém (Pará): o caso das mulheres agricultoras da COOMAPLAS. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 11090–11106, 2019.

SANTOS, A. R. dos; VIEIRA, N. dos S.; FERREIRA, P. R.; SANT'ANA E CASTRO, T. T. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Doação Simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos de Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 9–24, 2012.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. A. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 2, p. 12–32, 2011.

SILVA, J. F. B. da; LIMA, M. E. P. de. Políticas Públicas PNAE e PAA e o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso da Associação de Produtores

Rurais do Núcleo VI de Petrolina/PE. **Ideias & Inovação**, Aracaju/SE, v. 3, n. 3, p. 97–105, abr. 2017.

SILVA, J. G. da; DEL-GROSSI, E.; FRANÇA, C. G. de. **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SILVA, T. C. da; FERREIRA, P. R.; AMODEO, N. B. P. A Importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos territórios da cidadania dos Estados de Minas Gerais e da Bahia: Criação de novos mercados a partir da visão dos Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). **Mundo Agrário**, v. 15, n. 29, 2014.

SILVA, V. M. da; MATTOS, J. L. S. de. Impactos do programa de aquisição de alimentos na transição agroecológica da comunidade Vila Nova-PE. **Extramuros**, v. 5, n. 2, p. 138–154, 2017.

SILVA, T. C. R. da; GAVA, R.; CIRINO, J. F.; SILVA, E. A. Entre o potencial de transformação local e os entraves do Programa de Aquisição de Alimentos na cidade de Viçosa-MG. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa/MG, v. 4, n. 4, p. 399–419, 2012.

SIMÃO, G. L.; FREITAS, A. F. de; SILVA, E. A.; BASTOS, B. R. de N.; SALGADO, R. J. dos S. F.; AMODEO, N. B. P. Políticas públicas de desenvolvimento local e adensamento de capital social: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em quatro municípios de Minas Gerais. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 10, n. 2, p. 288–306, 2017.

SOARES, P.; MARTINELLI, S. S.; MELGAREJO, L.; CAVALLI, S. B. Fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: o exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas/SP, v. 20, n. 1, p. 41–51, 2013.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. 205–222, 2015.

SOUZA, A. F.; LORETO, M. das D. S. Representações sociais de lideranças institucionais sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise lexicográfica. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 7808–7822, 2019.

SPAROVEK, G.; PLATA, L. A. E.; MAULE, R. F.; KLUG, F. S. F.; KLUG, I. S. F.; GOLDSZMIDT, R.; FERNANDES, R. L.; CAMARGO, R. A. de; MARTINS, S. P. Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA - Região Nordeste. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 5, p. 62–64, 2007.

VIEIRA, D. de F. A.; DEL GROSSI, M. E. Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 4, n. 2, p. 21–48, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.



O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da soberania e a segurança alimentar e nutricional no Brasil

Tatiana Tomal Brondani dos Santos¹

Ricardo Lobato Torres²

RESUMO: Por meio de uma revisão de literatura, pesquisa documental e de campo, o presente trabalho objetiva caracterizar a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política promotora de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e realizar uma breve análise do impacto da aquisição de alimentos da agricultura familiar do PNAE na geração de renda aos agricultores familiares locais, no âmbito do município de Almirante Tamandaré-PR. Enfatizou-se a aquisição de alimentos da agricultura familiar no PNAE enquanto exemplo de política pública promotora de SSAN, dada a sua relevância para o desenvolvimento local, possibilitando geração de renda aos agricultores envolvidos e melhorias na qualidade dos alimentos ofertados à população. Avaliou-se o incremento na geração de renda da agricultura familiar com a obrigatoriedade da aquisição de seus alimentos ao PNAE em âmbito municipal, estadual e federal. Analisou-se ainda relatos de agricultores familiares que fornecem alimentos ao PNAE em Almirante Tamandaré. Os resultados demonstraram incremento no decorrer dos anos na geração de renda deste segmento historicamente excluído do acesso aos mercados institucionais, e o impacto positivo do acesso ao mercado institucional aos agricultores familiares de Almirante Tamandaré.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Agricultura Familiar; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM AND THE IMPORTANCE OF STRENGTHENING FAMILY AGRICULTURE FOR THE PROMOTION OF SOVEREIGNTY AND FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY IN BRAZIL

ABSTRACT: Through a literature review, documentary and field research, the present work aims to characterize the importance of the National School Feeding Program (PNAE) as a policy to promote Sovereignty and Food and Nutritional Security (SSAN) and carry out a brief analysis of the impact the acquisition of food from PNAE family farming, generating income for local family farmers, within the municipality of Almirante Tamandaré. The emphasis was placed on the acquisition of food from family farming in the PNAE, as an example of public policy promoting SSAN, given its relevance to local development, enabling the generation of income for the farmers involved and improvements in the quality of food offered to the population. The increase in the generation of income from family farming was assessed with the requirement to purchase food from the PNAE at the municipal, state and federal levels. It was also analyzed reports of family farmers who provide food to the PNAE in Almirante Tamandaré. The results showed an increase over the years in the generation of income in this segment historically excluded from access to institutional markets and the positive impact

¹Mestrado em Planejamento e Governança Pública na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) (2021). Atualmente é auditora fiscal em nutrição da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré. E-mail: tatitomal@gmail.com

² Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Economia (Mestrado - Profissional) da UFPR, e nos Programas de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (Mestrado/Doutorado - Profissional) e em Administração (Mestrado - Acadêmico) da UTFPR. E-mail: ricardotorres@ufpr.br

of access to the institutional market to family farmers in Almirante Tamandaré.

KEYWORDS: National School Feeding Program; Family Farming; Sovereignty and Food and Nutritional Security.

INTRODUÇÃO

A Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) vivenciada pela população brasileira é resultado do processo político-histórico de formação do país e da economia. Desde sua colonização, o Brasil manteve posição subordinada aos grandes centros hegemônicos na estruturação do sistema agroalimentar, voltando sua produção para atender aos interesses internacionais. Com isso, o país passou a depender da importação de alimentos para consumo interno, levando a mercadorização do alimento, o que representa grave ameaça à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) da população (AZEVEDO; RIGON, 2016; COCA, 2016; PAULA, 2017).

Os paradigmas de desenvolvimento que consideravam o crescimento econômico prioritário ao desenvolvimento social, não possibilitaram a superação da fome e geraram renda concentrada e desigualdade social e étnico-racial. Como desdobramentos, surgiram o desequilíbrio e a erosão cultural da dieta e dos sistemas alimentares, aumento do consumo de alimentos industrializados, concentração de terras com minorias, proletarização dos agricultores familiares, êxodo rural e a contaminação química e genética dos alimentos, introduzindo novos elementos de INSAN que resultaram no desfecho caracterizado por um mosaico nutricional, onde coexistem a fome, o sobrepeso e a obesidade (AZEVEDO; RIGON, 2016; COCA, 2016; PAULA, 2017; SWINBURN *et al.*, 2019).

A crença de que o aumento da produtividade de alimentos acabaria com a fome serviu como justificativa para a Revolução Verde. No entanto, tal resultado não foi alcançado e acabou por agravar a situação de INSAN da população, além de ocasionar consequências tais como a modernização da agricultura, o incentivo à produção de larga escala voltada à exportação, a degradação ambiental devido ao uso de agrotóxicos e transgênicos, a manutenção da concentração de terras, os avanços das monoculturas e da agropecuária ocasionando o desmatamento e o “engolimento” das pequenas propriedades rurais de agricultores familiares. Assim, além da dificuldade de acesso ao alimento pela insuficiência de renda por grande parte da população, o país vivencia concentração fundiária, resultado de um processo histórico, que exclui parte da população do acesso à terra e da possibilidade de produção de alimentos (AZEVEDO; RIGON, 2016; COCA, 2016; PAULA, 2017).

O fortalecimento de um modelo de regime alimentar contra-hegemônico baseado na Soberania Alimentar como alternativa ao modelo corporativista é urgente. Para tal, pressupõe dentre outros aspectos, o fortalecimento dos agricultores familiares e camponeses (COCA, 2016).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas públicas brasileiras com diretrizes de execução alinhadas com a temática da sustentabilidade e que dialoga com os princípios da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e da Agroecologia. A Lei nº 11.947 promulgada em julho de 2009 demonstra preocupação voltada ao desenvolvimento da economia local vinculada à operacionalização do PNAE, com atenção a questões ambientais e sociais, ao estipular recursos para a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar local, preferencialmente de orgânicos (SOUSA *et al.*, 2015).

Assim, o objetivo deste artigo é realizar uma breve reflexão sobre a importância do fortalecimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar para a promoção da SSAN. Para tal, caracteriza-se o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) enquanto política pública de âmbito federal promotora de SSAN, enfatizando a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, após implementação da Lei nº 11.947/2009. Objetiva-se ainda realizar uma breve análise do impacto da aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE na geração de renda aos agricultores familiares locais, no âmbito do município de Almirante Tamandaré. Justifica-se tal pesquisa pela relevância e continuidade desta política pública, existente desde a década de 1950, pela sua transversalidade, possibilitando a ação do estado de forma sustentável, bem como pela prevalência de INSAN em países como o Brasil.

A ênfase dada à aquisição de alimentos da agricultura familiar deve-se à sua relevância para o desenvolvimento local, possibilitando geração de renda aos agricultores envolvidos e melhorias na qualidade dos alimentos ofertados à população. Cabe destacar, que este artigo configura-se em uma versão revisada de estudo desenvolvido por Santos e Torres (2021), intitulado “O programa nacional de alimentação escolar e a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil”, apresentado no 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC), em 2021, e publicado nos anais do evento.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a construção dessa pesquisa, realizou-se uma abordagem qualitativa por meio de uma revisão sistematizada da literatura, de pesquisas documentais, en-

volvendo relatórios emitidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) e dados da execução do PNAE na cidade de Almirante Tamandaré no Paraná e de uma pesquisa de campo com agricultores familiares do município de Almirante Tamandaré.

Por meio da revisão sistematizada da literatura se objetivou identificar partes específicas e relevantes de publicações, que apresentem as características da agricultura familiar e do PNAE, que embasaram a fundamentação teórica deste artigo.

Para a seleção do banco de artigos foram definidos dois eixos de pesquisa: “1 – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar” e “2 - agricultura familiar”. Na sequência, definiu-se as respectivas palavras-chave: (1) “PNAE”, “Programa Nacional de Alimentação Escolar”, “alimentação escolar” e (2) “agricultura familiar”, “agricultores familiares”. A partir da definição das palavras-chave, 6 diferentes possíveis combinações entre as palavras-chave dos eixos de pesquisa com o uso da expressão *booleana* “AND” foram formadas. Estas combinações possibilitaram buscas na base de dados Scielo contida no portal de periódicos da CAPES, a qual justifica-se a escolha pela sua relevância científica.

Com o procedimento de busca inicial, selecionou-se um banco de 164 artigos brutos. Na sequência, realizou-se o processo de filtragem com a leitura de títulos de todos os artigos, o que possibilitou excluir os artigos: duplicados, realizados em outros países que não o Brasil e com datas de publicação anterior a 2010. A escolha deste período justifica-se pela publicação do marco legal do PNAE, enfatizado nesse estudo, no ano de 2009. Ao selecionar os títulos com alinhamento aos eixos de pesquisa definidos, obteve-se um total de 26 artigos, os quais foram submetidos à leitura integral para confirmar o alinhamento ao tema, e finalmente compor o portfólio bibliográfico utilizado na caracterização da pesquisa, totalizando 24 artigos, conforme resumido na Tabela 1.

Tabela 1- Revisão Sistematizada da Literatura

Filtros Aplicados	Número de Artigos
Filtro 1 - Combinações dos descritores	164
Filtro 2 – Após eliminação de duplicidades, país estudado, data de publicação e alinhamento do Título com eixos de pesquisa	26
Filtro 3 - Leitura na Íntegra	24
Portfólio Básico	24

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Realizou-se, ainda, uma pesquisa documental com análise dos dados da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar disponibilizados no site do

FNDE para o município de Almirante Tamandaré, para o Estado do Paraná e para a totalidade das Entidades Executoras³ no Brasil, entre os anos de 2011 a 2017.

A escolha da localidade municipal se deu pela atuação profissional da autora com o referido programa no município em questão. A escolha das demais localidades justifica-se pela expectativa de evidenciar a amplitude espacial desta medida e possíveis diferenças entre os entes da federação, relacionados a diferentes processos de institucionalização da política. Já as datas escolhidas basearam-se nos anos com informações disponibilizadas no site oficial, a partir de 2011, quando se iniciou o funcionamento do Sistema de Gestão de Contas – SigPC – Contas Online do FNDE, até o ano de 2017.

Registra-se que tais dados são registros realizados pelos gestores públicos municipais e estaduais responsáveis pela execução local do PNAE, para fins de prestação de contas. Tais prestações de contas ainda estão sob análise e, portanto, os dados apresentados são preliminares e passíveis de alteração (FNDE, 2021).

Realizou-se de forma complementar, uma pesquisa documental da execução do PNAE de Almirante Tamandaré. Para tal, foram analisados os dados de aquisição de alimentos da agricultura familiar da associação de agricultores familiares do próprio município para a alimentação escolar de Almirante Tamandaré, disponibilizados no Portal da Transparência desta prefeitura. O objetivo foi verificar a participação dos agricultores familiares do município no montante total de aquisições da agricultura familiar ao PNAE local.

Por fim, compõe ainda este artigo parte dos dados obtidos na pesquisa de campo. Foram utilizados trechos das entrevistas realizadas com 20 agricultores familiares do município de Almirante Tamandaré, vinculados à Associação de Produtores Agrícolas de Almirante Tamandaré (APAAT). Os aspectos éticos foram contemplados em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde para pesquisa em seres humanos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná mediante o Parecer nº 4.329.075, de 08 de outubro de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta inicialmente a análise realizada dos textos obtidos por meio da revisão sistematizada da literatura e de demais leituras de textos de referência da área. Inicia-se com a importância do fortalecimento da agricultura familiar. Em seguida, apresenta-se a caracterização do PNAE e as suas mudanças após a implementação da Lei nº 11947/2009, referentes a obrigatoriedade da aquisição da agricultura familiar local.

³ Por entidades executoras deve-se entender os estados e municípios, que após a descentralização do PNAE, tornaram-se os responsáveis por sua execução.

Caracterizada a obrigatoriedade e a importância da aquisição de alimentos da agricultura familiar ao PNAE na promoção da SSAN e para o fortalecimento de um processo de desenvolvimento com maior igualdade de oportunidades nas três primeiras subseções, apresenta-se na última subseção os resultados da pesquisa documental e de campo realizadas. Primeiro, apresenta-se uma análise do cumprimento da meta definida para aquisição de minimamente 30% do recurso oriundo do FNDE em alimentos da agricultura familiar local ao PNAE, no âmbito do município de Almirante Tamandaré, no estado do Paraná e na totalidade das Entidades Executoras do Brasil. Depois, elabora-se uma breve análise do impacto da aquisição de alimentos da agricultura familiar ao PNAE, enquanto política pública promotora de SSAN na geração de renda aos agricultores familiares locais, no âmbito do município de Almirante Tamandaré. Para tal, utilizou-se tanto dados fornecidos pela Prefeitura Municipal quanto relatos obtidos por meio das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

IMPORTÂNCIA DO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O atual regime alimentar demonstra nitidamente os interesses hegemônicos ao apresentar o modelo patronal de agricultura como predominante, defendendo a monocultura em larga escala e a utilização excessiva de agrotóxicos. O controle do sistema alimentar continua com as grandes empresas transnacionais, com uma alta volatilidade dos preços dos alimentos e com novos padrões de consumo alimentar que comprometem a saúde e o ambiente. Caracteriza-se como liberal produtivista com intensificação do uso de tecnologias em meio a uma globalização financeira, com controle dos capitais agroalimentares pelas empresas e não pelos estados e com o alimento sendo compreendido como uma mercadoria/capital e não como um bem social. Apresenta como características marcantes um dinamismo econômico e tecnológico e ao mesmo tempo a INSAN da população (AZEVEDO; RIGON, 2016; COCA, 2016; PAULA, 2017). Nesse sentido, importante destacarmos que:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Para o enfrentamento das múltiplas crises contemporâneas e para a garantia da SSAN da população tornam-se necessárias mudanças no modelo de produção alimentar vigente baseado nas premissas da Revolução Verde, visualizando-se

caminhos para um movimento contra-hegemônico. É necessário problematizar a questão do acesso a terras, por meio da reforma agrária; fortalecer políticas públicas que apoiem a agricultura familiar para a produção de alimentos; incorporar a sustentabilidade no modelo de produção de alimentos minimizando os impactos ambientais; necessidade de garantia de uma agenda de SSAN na governança global; fortalecer a produção local de alimentos em um modelo de Soberania Alimentar que defenda a importância do alimento enquanto indispensável à garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) e não apenas como uma mercadoria negociada em favor do capital (AZEVEDO; RIGON, 2016; COCA, 2016; PAULA, 2017). Enfatiza-se neste artigo a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da SSAN.

Frente à comoditização do alimento e ao agronegócio, a agricultura familiar representa uma busca pelo desenvolvimento rural sustentável, com a promoção de cadeias locais e regionais de comercialização. Assim, sua importância se destaca por sua tendência ao fortalecimento das estratégias de autoconsumo, diversificação e integração das atividades produtivas (SCHABARUM; TRICHES, 2019) the types of products marketed and prices paid for vegetables for school feeding to family farmers in Paraná state. The types of products and respective prices were collected on the website of the National Fund for Education Development. In order to compare prices, we used data from the Food Supply Center of Curitiba (Paraná

A agricultura familiar é reconhecida como a principal fornecedora de produtos considerados básicos para alimentação humana. Cumpre um papel decisivo na produção de alimentos para o mercado interno, sendo indiscutível a sua importância na produção agrícola (ASSIS; PRIORE; FRANCESCHINI, 2017; CAISAN, 2017) e para economia nacional (COLOMBO *et al.*, 2018). Sua importância está além da garantia do abastecimento alimentar do país. Representa uma opção estratégica em favor de um desenvolvimento equitativo da sociedade (ABRAMOVAY, 2007). As atividades desse segmento são componentes centrais de estratégias de desenvolvimento com equidade social e SSAN (REAL; SCHNEIDER, 2011) produção e políticas públicas alimentares analisando o papel e as potencialidades do Programa de Alimentação Escolar brasileiro. Para tanto, é descrito o caso de Belo Horizonte (MG).

Agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, como o campesinato, o agricultor de subsistência ou o pequeno produtor. É compreendido como um guarda-chuva conceitual que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal. Não é uma categoria social recente e se caracteriza pela relação entre trabalho, propriedade e família (ALTAFIN, 2007; WANDERLEY, 1996) par la

prodigieuse efficacité de l'entreprise capitaliste et par l'instrument unique que constitue la monnaie, elles se sont désintéressées d'un système social qui fonctionne sans salariés, ni entrepreneurs, ni monnaie, et qui cependant demeurerait majoritaire en Occident il y a un siècle, et le demeure encore aujourd'hui dans le monde. \” HENRI MENDRAS. *La fin des paysans*. Dedico este trabalho ao Professor HENRI MENDRAS. INTRODUÇÃO. A agricultura familiar não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência, que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada. Mas, afinal, o que vem a ser uma agricultura familiar? Em que ela é diferente do campesinato, do agricultor de subsistência, do pequeno produtor, categorias que, até então, circulavam com mais frequência nos estudos especializados? Como entender o campesinato brasileiro à luz da teoria clássica? Este trabalho tem a intenção de refletir sobre este tema, tendo como ponto de partida e eixo norteador, as seguintes hipóteses: a.

A agricultura familiar no país caracteriza-se como um segmento que exerce importante papel na SSAN, na proteção ao meio ambiente e à sociobiodiversidade, na geração de emprego e renda, na redução do êxodo rural, na absorção de empregos, na produção de alimentos diversificados e de qualidade, na geração de riqueza no país e no desenvolvimento local (COSTA; GUIMARÃES; BORGES, 2017; GUILHOTO *et al.*, 2007; PADUA; SCHLINDWEIN; GOMES, 2013; REAL; SCHNEIDER, 2011; ROSSETTI; DA SILVA; WINNIE, 2016; TURPIN, 2009) o método utilizado baseia-se na mensuração do Produto Interno Bruto (PIB).

O apoio de políticas públicas é indispensável ao fortalecimento de cadeias curtas de abastecimento alimentar, como as da agricultura familiar, de modo a rediscutir e redimensionar o atual modelo de desenvolvimento rural e reconectar produtores e consumidores (CAMPELO, 2013; DAROLT *et al.*, 2016; DINIZ; NEVES NETO; HESPANHOL, 2016; MIRANDA; GOMES, 2016; TURPIN, 2009) selected with stakeholders (farmers, traders, consumers and food experts. Assim como o agronegócio recebeu historicamente apoio do Estado para seu fortalecimento, é necessário um mesmo esforço governamental para o apoio necessário a agricultura familiar, de acordo com suas especificidades (RIGON; BEZERRA, 2014; SARAIVA *et al.*, 2013; TRICHES; SCHNEIDER, 2010) production and food policy based on Brazil's School Feeding Program (SFP).

Um dos principais pontos das políticas públicas brasileiras para o fortalecimento da agricultura familiar foi o desenvolvimento dos mercados institucionais que seriam as compras públicas realizadas pelo governo para atender as necessidades de ações e programas específicos (OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2017). Ao promover o favorecimento da compra de alimentos oriundos dos agricultores familiares prioriza-se o apoio a este segmento articulando o fornecimento de seus alimentos para populações específicas, prioritariamente, em maior risco de INSAN (MARQUES *et al.*, 2017).

Assim, a partir da agricultura familiar, ações de SSAN podem ser implementadas ao aumentar a disponibilidade de alimentos e a variabilidade de nutrientes à população. Além disso, favorece a comercialização em nível regional, contribui para hábitos alimentares saudáveis e para a melhoria da qualidade da alimentação (BATISTA *et al.*, 2016; CONTI, 2009).

O Estado providenciou nos últimos anos políticas que apoiam a aproximação de consumidores e produtores no nível local, como o PNAE, possibilitando uma modificação no padrão alimentar com melhor aceitação de alimentos mais saudáveis pelos alunos, uma nova perspectiva de mercado aos agricultores familiares e o fomento de práticas de produção (TRICHES; SCHNEIDER, 2010) production and food policy based on Brazil's School Feeding Program (SFP).

O PNAE ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PROMOTORA DE SSAN

A alimentação escolar é um dever do Estado e um direito dos estudantes. O PNAE foi instituído na década de 1950 e possui o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2020; PEDRAZA *et al.*, 2018).

Enquanto uma estratégia de promoção da alimentação saudável e de SSAN, ao promover o DHANA, o PNAE é considerado o maior programa de suplementação alimentar da América Latina, a política pública de maior longevidade do país na área de SAN e um dos maiores, mais abrangentes e duradouros programas na área de alimentação escolar do mundo (LIBERMANN; BERTOLINI, 2015).

Incorpora ainda como princípios a sustentabilidade e a soberania alimentar. O conceito de soberania alimentar defende que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura (LEÃO, 2013). A noção de soberania alimentar está

associada à geração interna de emprego e à menor dependência das importações e flutuações de preços do mercado internacional procurando dar importância à autonomia alimentar dos países (BELIK, 2003).

Em um cenário onde a falta de regulação da indústria de alimentos resulta na grande oferta de alimentos industrializados e onde o alimento é considerado uma mercadoria, submetido às flutuações dos mercados financeiros privados, a defesa do DHANA torna-se um dos grandes desafios impostos ao sistema alimentar brasileiro (JACOB; CHAVES, 2019).

A sustentabilidade desse sistema alimentar envolve a satisfação das necessidades alimentares sem o sacrifício dos recursos naturais, tornando possível a garantia da disponibilidade de alimentos a longo prazo. A garantia da SAN, pela dimensão da disponibilidade de alimentos, está relacionada a esse aspecto. No Brasil e em muitos outros países, esta sustentabilidade se encontra seriamente comprometida (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

O Brasil vivencia uma dupla problemática com a exclusão dos pequenos agricultores dos mercados e o complexo perfil nutricional de sua população. Essa crise do modelo produtivista indica a necessidade do papel do estado por políticas públicas que promovam cadeias curtas alimentares (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

O PNAE é uma importante estratégia do Governo Federal para o enfrentamento das consequências do padrão alimentar da sociedade atual, onde escolhas alimentares não saudáveis ocasionam o surgimento do sobrepeso e obesidade, e também doenças crônicas não transmissíveis. Desde suas primeiras resoluções, busca-se cada vez mais cardápios saudáveis, regionalizados e adaptados à cultura local, sendo que a mais recente normativa obriga parte da aquisição de seus alimentos de agricultores familiares rurais (MARQUES *et al.*, 2014).

O Brasil possui o dever de prover, proteger e promover o DHANA, por ter inserido este direito na sua Constituição Federal e ser signatário de acordos internacionais que o reconhecem. O PNAE apresenta a alimentação escolar como um direito e sinaliza para um processo de quebra de paradigma ao deixar de associar-se esse programa apenas ao caráter assistencialista. No entanto, a existência de um marco legal não é suficiente para a plena realização do DHANA. A incorporação de seus princípios no processo de planejamento e execução das ações de SSAN faz-se necessária e pode ser observada nas mudanças ocorridas na operacionalização do PNAE (SIQUEIRA *et al.*, 2014).

A RELAÇÃO DO PNAE COM A AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL

Possibilitada por uma ação intersetorial no governo federal aliada à participação da sociedade civil através do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), destaca-se como uma grande conquista, a publicação da Lei nº 11.497 de 16 de junho de 2009 (PEIXINHO, 2013). Esta tornou-se um marco nas políticas públicas ao tornar obrigatória a utilização de no mínimo 30% dos recursos oriundos destinado ao PNAE pelo FNDE para aquisição de alimentos da agricultura familiar (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Tal medida visa o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente respeitando a sazonalidade, a cultura e a tradição, devendo ser priorizados ainda os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, bem como produtores de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (PEIXINHO, 2013).

Essa lei estendeu ainda o programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos e abriu um precedente histórico em relação às compras institucionais, para a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, possibilitando ao gestor público dispensar o processo licitatório, por meio de outro instrumento, a “Chamada Pública”. Tal medida facilitou o acesso do agricultor familiar ao mercado institucional (PEIXINHO, 2013).

Apesar da execução do PNAE ser vista como uma permanente fonte de conflito entre empresas fornecedoras de alimentos e produtores rurais locais, após a implementação da lei, alguns pequenos produtores conseguiram aumentar sua produção e promover melhorias em suas propriedades a partir da demanda institucional, possibilitando ainda que produzissem alimentos com qualidade superior e alcançassem novos mercados (BELIK; DOMENE, 2012).

A alimentação escolar torna-se assim um fator de desenvolvimento local, por meio do fomento proporcionado pela aquisição da agricultura familiar local. Potencializando esta ação, um planejamento adequado que possibilite conhecer a realidade local e executar uma ação transversal possibilita superar os desafios e entraves existentes (SARAIVA *et al.*, 2013).

A existência de entraves para a efetivação dessa política, como dificuldades com a documentação exigida, a qualidade da produção, a falta de adequação entre o calendário e o programa e a capacidade agrícola, afetam o acesso dos agricultores ao programa e persistem ao longo dos anos, mesmo anos após a promulgação da Lei nº 11.947/2009. A superação de tais dificuldades depende não apenas da vontade política. Visto a complexidade do tema, necessita envolver os distintos atores para efetivar a inserção do produtor rural no PNAE e garantir a oferta de

alimentos saudáveis com regularidade, assegurando, assim, o DHANA e a SSAN dos alunos (MARQUES *et al.*, 2014).

A racionalidade e as condições sociais herdadas sob as quais as organizações coletivas dos agricultores familiares são constituídas definem os modos de funcionamento das mesmas, as formas de interações com outros atores e a forma de acesso a políticas públicas, podendo afetar os arranjos locais e os resultados do programa (FREITAS; FERREIRA; FREITAS, 2019). As Entidades Executoras, para o sucesso dessa política, têm o desafio de alcançar o equilíbrio de se definir preços que sejam atrativos e justos aos agricultores familiares sem prejudicar a racionalização do gasto público, possibilitando através deste mercado institucional o desenvolvimento rural local (SCHABARUM; TRICHES, 2019).

A compra da agricultura familiar pelo PNAE é uma iniciativa de amplo alcance, do ponto de vista conceitual, de execução e de resultados, e uma importante estratégia de SSAN, de cumprimento do DHANA e de promoção do desenvolvimento sustentável a longo prazo (SCHWARTZMAN *et al.*, 2017).

O agricultor familiar e/ou suas organizações tornam-se atores-chave para efetivar o processo de aquisição de produtos para a alimentação escolar e estreita-se a relação entre campo e cidade contribuindo para relacionar o consumo à produção de alimentos mais sustentáveis. Além dessa vantagem, possibilita-se ainda diminuir os custos com transporte e aprimorar a qualidade e confiabilidade dos alimentos, além de aumentar a identificação com hábitos de consumo saudáveis (MARQUES *et al.*, 2014).

A aproximação do PNAE com a agricultura familiar possui a intencionalidade de influenciar o sistema alimentar brasileiro e o padrão alimentar de sua população a partir da alimentação escolar. Através do incentivo de alimentos pouco ou não processados, pretende-se contribuir para um padrão de consumo alimentar mais saudável. Tal estratégia configura-se ainda como potencial para o resgate do patrimônio alimentar saudável e para o fortalecimento do desenvolvimento local (TEO; MONTEIRO, 2012).

A iniciativa do governo federal de inserir a produção local em um programa complexo, como é o caso do PNAE, pensadas sob a ótica da SSAN e da garantia do DHANA, tem como característica marcante a intersetorialidade das ações e a participação de vários setores em um mesmo programa (educação, saúde, agricultura, controle social) (SCHWARTZMAN *et al.*, 2017; VILLAR *et al.*, 2013). Porém, se não houver de fato uma integração entre setores e objetivos comuns, o que pode ocorrer é que interesses individuais prevaleçam em detrimento da ideia inicial do programa (MARQUES *et al.*, 2014).

O programa tem ocasionado múltiplos efeitos positivos para a agricultura familiar local, proporcionando nova dinâmica social e econômica ao grupo de agricultores familiares que aderiram às compras institucionais (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017). O acesso ao PNAE provocou também mudanças na matriz produtiva, com maior diversificação produtiva dos agricultores familiares e influenciou o surgimento de novos processos de organização produtiva com inovações organizacionais. A aproximação das relações entre agricultores familiares cooperados e os atores relacionados ao processo de aquisição de alimentos para alimentação escolar permitiram a adequação do mercado a padrões mais próximos à realidade dos agricultores familiares (MARQUES *et al.*, 2014; SILVA; DIAS; AMORIM JUNIOR, 2015).

A compra dos alimentos oriundos da agricultura familiar favorece o desenvolvimento local e proporciona a oportunidade de unir a promoção à saúde com a sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural. A sua não inclusão no PNAE pode comprometer a satisfação das necessidades nutricionais devido ao prejuízo na oferta de alimentos adequados aos hábitos regionais de cada localidade (PEDRAZA *et al.*, 2018).

Destaca-se a necessidade de maior atenção relacionada à execução do PNAE, particularmente a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, para a garantia de uma alimentação escolar dentro de princípios que promovam a SAN. Estudos referentes a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar apontam para baixos índices em alguns locais alertando que essa não é, ainda, uma prática generalizada (PEDRAZA *et al.*, 2018).

PNAE ENQUANTO PROMOTOR DE GERAÇÃO DE RENDA À AGRICULTURA FAMILIAR

Para avaliar o investimento realizado de recursos oriundos do FNDE destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar local ao PNAE no âmbito do município de Almirante Tamandaré, no estado do Paraná e na totalidade das Entidades Executoras do Brasil analisou-se os dados disponibilizados no site do FNDE, resumidos na Tabela 2. Observa-se que nas três esferas governamentais analisadas ocorreu o incremento no percentual de compras da agricultura familiar ao PNAE entre os anos de 2011 a 2017. No entanto, apenas o município e o estado analisados atingiram, a partir do ano de 2014, o cumprimento da meta mínima de aquisição de 30% do recurso financeiro oriundo do FNDE em alimentos da agricultura familiar ao PNAE.

Em âmbito federal, até o ano de 2017 essa meta ainda não havia sido atingida, representando que há municípios e Estados que não conseguiram o mesmo êxito

no cumprimento dessa meta como os aqui explanados. Ressalta-se que mesmo após terem atingido a meta em questão, tanto município quanto Estado apresentaram, em anos subsequentes, um decréscimo do percentual em anos isolados, sendo em 2016 para o Estado e em 2017 para o município, demonstrando possíveis fragilidades recorrentes no processo de aquisição dos alimentos.

Independente do atingimento da meta mínima dos 30%, destaca-se que foi significativo o incremento no decorrer dos anos do percentual de compras nos três entes federados estudados. Se compararmos os dados de 2007 com os de 2011 o incremento foi de 17,12% no município, 27,76% no estado e de 15,16% em âmbito federal. Tais incrementos representam um impacto positivo nas economias dos entes estudados, uma vez que os recursos destinados à aquisição dos alimentos foram investidos com a agricultura familiar local. Representam ainda um incremento na geração de renda deste segmento, historicamente excluído do acesso aos mercados institucionais.

Tabela 2 - Percentual de aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar no Município de Almirante Tamandaré-PR, no Estado do Paraná e para Todas as Entidades Executoras nos anos de 2011 a 2017.

Ano	Município de Almirante Tamandaré (%)	Estado do Paraná (%)	Total de entidades executoras do Brasil (%)
2011	5,54	3,07	7,85
2012	10,1	15,48	11,39
2013	8,46	29,00	18,00
2014	43,68	51,00	22,00
2015	34,06	41,00	23,00
2016	34,61	25,47	22,12
2017	22,66	30,83	23,01
Média	23,34	27,44	18,57

Fonte: FNDE – Dados extraídos do Sistema de Gestão de Contas – SigPC – Contas Online do FNDE.

Visando aprofundar a caracterização da aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito do município estudado, realizou-se uma busca no portal de transparência do Município de Almirante Tamandaré objetivando-se identificar no montante de recursos do PNAE que foram pagos à agricultura familiar qual a porcentagem destinada à associação de agricultores familiares do próprio município, conforme consta na Tabela 3. Tal análise é importante uma vez que

a aquisição de alimentos da agricultura familiar prioriza a compra de alimentos produzidos localmente, mas na ausência de oferta dos mesmos em âmbito local podem ser adquiridos de agricultores familiares de outros municípios, obedecendo-se os critérios de classificação com maior pontuação para municípios com maior proximidade ao município da aquisição.

Tabela 3 - Percentual de aquisição da agricultura familiar de Associação do Município de Almirante Tamandaré para a alimentação escolar de Almirante Tamandaré-PR, nos anos de 2011 a 2017.

ANO	Valor Transferido do FNDE ao Município	Valor total em aquisições da agricultura familiar pelo município	Valor em aquisições da agricultura familiar local do município de Almirante Tamandaré	% da aquisição de alimentos da agricultura familiar local em relação ao total adquirido do segmento
2011	R\$ 605.232,00	R\$ 33.523,85	R\$ 29.152,61	86,96%
2012	R\$ 829.704,00	R\$ 83.758,88	R\$ 77.911,49	93,02%
2013	R\$ 943.220,00	R\$ 79.828,93	R\$ 68.700,93	86,06%
2014	R\$ 812.388,00	R\$ 354.839,54	R\$ 132.057,22	37,22%
2015	R\$ 900.102,00	R\$ 306.549,11	R\$ 110.568,81	36,07%
2016	R\$ 919.631,40	R\$ 318.324,54	R\$ 189.542,06	59,54%
2017	R\$ 1.066.790,40	R\$ 241.732,12	R\$ 219.448,83	90,78%

Fonte: FNDE – Dados extraídos do Sistema de Gestão de Contas – SigPC – Contas Online do FNDE e Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré

Ao analisar os valores destinados à compra de alimentos oriundos da agricultura familiar do próprio município, observa-se que representam o maior percentual dos recursos destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar ao PNAE de Almirante Tamandaré. Isto demonstra que o PNAE, além de gerar incremento de renda e assim melhorias nas condições de vida aos agricultores familiares,

possibilita também maior geração e circulação de renda no próprio município, ao priorizar que os alimentos sejam adquiridos localmente, favorecendo assim a economia local.

No entanto, observa-se uma diminuição do percentual de aquisições locais da agricultura familiar entre os anos 2014 a 2016 quando comparado aos demais anos. Tal dado pode refletir o impacto da prioridade dada por cada gestão administrativa municipal sobre o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar ao PNAE. Observa-se ainda que em todos os anos analisados, a associação local não oferta a totalidade dos alimentos necessários ao PNAE do município, que adquire parcela de alimentos de agricultores familiares de outros municípios. Tal fato pode representar uma potencialidade de futuro mercado aos agricultores familiares locais que podem se adequar a essas necessidades do mercado institucional local.

De acordo com extrato de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)⁴ – Pessoa Física existentes no município, emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Almirante Tamandaré possui 453 registros, **ativos e inativos**, de agricultores familiares (MAPA, 2020a). No entanto o acesso desses agricultores familiares a esse mercado institucional ocorre por meio da APAAT, a qual de acordo com extrato de sua DAP jurídica possui apenas 89 agricultores familiares com DAP associados. Desses 89 agricultores familiares, apenas 70 residem no município (MAPA, 2020b), sendo esses considerados a população total beneficiada pela possibilidade de acesso ao mercado institucional representado pelo PNAE.

Tal aquisição possui ainda um impacto nutricional frente as compras tradicionais relacionadas ao PNAE. Após o incentivo à aquisição de alimentos da agricultura familiar, o PNAE do município passou a contar com maior acesso a alimentos *in natura* e minimamente processados, em substituição a alimentos processados. Como resultado, a alimentação escolar ofertada aos educandos da rede municipal de ensino, desde então torna-se potencializadora de melhores condições de SAN.

Destaca-se que o objetivo da análise desses dados não foi o de realizar um estudo da implementação da aquisição de alimentos da agricultura familiar no PNAE, pois para tal seria necessário aprofundar a contextualização e determinar todos os agentes e fatores envolvidos, em cada um dos níveis governamentais destacados, possibilitando-se a adequada relação dos resultados com esses distintos fatores. Objetivou-se apenas analisar a geração de renda local proporcionada pela obrigatoriedade da aquisição dos alimentos da agricultura familiar ao PNAE.

⁴ A DAP é a sigla do Documento de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que atesta a condição de agricultor familiar, segundo a definição da Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O estudo das condições de SAN dos agricultores familiares de Almirante Tamandaré e as implicações das políticas governamentais para esse setor são objetivos da pesquisa principal da autora. A entrevista para a pesquisa em questão foi realizada com 20 agricultores familiares do município de Almirante Tamandaré dos quais 14 fornecem regularmente alimentos ao PNAE. Os demais forneciam alimentos apenas ao PAA, haviam iniciado o fornecimento ao PNAE na semana da entrevista não sendo possível ainda avaliar os impactos ou não forneciam alimentos ao mercado institucional. Apresenta-se na Tabela 4, os impactos do acesso ao mercado institucional na geração de renda dos 14 agricultores familiares entrevistados que fornecem alimentos ao PNAE.

Tabela 4 - Análise do impacto do fornecimento de alimentos ao PNAE na geração de renda dos agricultores familiares de Almirante Tamandaré.

Após o acesso ao mercado institucional, o (a) senhor (a) obteve melhoria na renda familiar?	N	%
Sim	11	78,57
Não mudou	3	21,43
O acesso ao mercado institucional, possibilitou ao (a) senhor (a) realizar algum tipo de ganho/melhoria para sua família e/ou propriedade?		
Sim	13	92,86
Não	1	7,14
Após o acesso ao mercado institucional, o (a) senhor (a) sentiu-se mais valorizado enquanto agricultor familiar?		
Sim	9	64,29
Indiferente	5	35,71
De forma geral como considera o acesso a esse mercado?		
Positivo	14	100

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os 14 agricultores familiares de Almirante Tamandaré que fornecem alimentos ao PNAE relataram que consideram o acesso a este mercado institucional positivo de forma geral. Para 11 deles após o acesso ao mercado institucional foi possível obter melhorias na renda familiar. Os outros 3 relataram que melhorias na renda

não foram sentidas pois acabaram apenas trocando o cliente para o qual forneciam seus alimentos. No entanto, mesmo não sentindo melhoria direta na renda familiar estes agricultores familiares afirmaram que consideraram positiva a possibilidade de fornecer seus alimentos ao PNAE.

Além disso, 13 dos entrevistados relataram que com essa renda gerada pelo fornecimento ao PNAE foi possível realizar melhorias na propriedade ou residência, além de melhorias à qualidade de vida de suas famílias. E ainda, após o acesso ao mercado institucional 9 dos 14 entrevistados relataram sentir-se mais valorizados enquanto agricultores familiares.

Quando indagados sobre os principais benefícios vivenciados pelo acesso ao mercado institucional, 100% dos entrevistados respondeu a garantia de mercado e de renda, e 92,86% a garantia de preço para a venda de seus produtos. O trecho de uma das entrevistas, apresentado abaixo, demonstra tais aspectos evidenciados como positivos:

Você sabe o preço que você vai vender. É um dos ponto que você sabe que o que você produzir você vai vender naquele preço, né. Compra garantida. Você não sabe certo a quantidade, mas é venda garantida. Eu uso sempre esse exemplo, (risos) você sabe que demora pra receber, mas você sabe que recebe (risos). Que não é que nem conforme mercado assim: você vai levando, levando chega uma hora te dão o calote. Graças a Deus aqui, que nem diz: demora pra receber, mas você sabe que vai receber (Entrevistado 10).

A logística de entrega de alimentos na APAAT, sem a necessidade de atravessador ou grandes deslocamentos para a venda de seus produtos foi citada como ponto positivo por 21,43% dos entrevistados. Inclusão social e possibilidade de agregar valor ao produto podendo entrega-lo em diferentes graus de processamento foram relatados por 7,14% dos entrevistados, conforme dados apresentados na Tabela 5.

Quando questionados sobre a existência de pontos negativos, 11 agricultores familiares apontaram o pagamento irregular e 5 a pequena quantidade de alimentos absorvida pelo programa frente à produção que possuem. Quanto ao pagamento irregular todos que o citaram complementaram dizendo que no momento encontra-se normalizado, mas que no passado, em outras gestões administrativas da prefeitura, chegaram a ficar meses sem receber pelo produto entregue.

Demora pra receber, mas graças a Deus melhorou bastante. Pra quem ficou um ano, um ano e bordoadada sem receber, agora tá dois, três meses na mão. (risos) Nós cheguelmo a ficar um ano sem receber. Deus o livre. (Entrevistado 10).

Ele não tem negativo. O negativo que a gente sentia, mas já melhorou bastante aqui era o prazo de pagamento, mas ele melhorou já. Ó, eu trouxe a cebolinha, vou trazer amanhã e vou receber em 15 dias. É que eles vão pagar tudo porque é um dinheiro que sobrou, porque senão eles têm um prazo de sessenta, noventa dias. Mas é garantido mesmo. (Entrevistado 4).

Tabela 5 - Principais benefícios e dificuldades relatados pelos agricultores familiares de Almirante Tamandaré sobre o acesso ao mercado institucional.

Quais os principais benefícios do fornecimento ao PNAE?	N	%
Garantia de mercado/renda	14	100
Garantia de preço	13	92,86
Logística de entrega dos alimentos na APAAT e fornecimento sem atravessador	3	21,43
Inclusão social	1	7,14
Agregar valor ao produto (possibilidade de comercializar o alimento em diferentes graus de processamento)	1	7,14
E as principais dificuldades?		
Pagamento irregular	11	78,57
Quantidade de produtos	5	35,72
Porcentagem do valor de venda retida pela APAAT	3	21,43
Limite de venda por DAP	1	7,14

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A porcentagem do valor de venda do agricultor familiar retida pela APAAT foi apontada como ponto negativo por 3 dos agricultores entrevistados e o limite de venda por DAP definido pelo PNAE também foi apontado como ponto negativo por um dos agricultores familiares entrevistados.

Apesar da existência de pontos negativos, de forma geral os agricultores familiares demonstravam em seus relatos que os pontos positivos superavam os negativos e com isso todos os entrevistados responderam que o acesso ao mercado institucional, aqui representado pelo PNAE, impacta positivamente suas vidas e de suas famílias. Nesse sentido destaca-se a importância do mercado institucional para a manutenção do agricultor no campo conforme evidenciado nos trechos das entrevistas destacados abaixo:

Que nem eu falei pro cê, se hoje não existisse o PAA e o PNAE eu era uma que abandonaria a verdura. Eu ia tentar, mesmo contra vontade, arrumar

um servicinho fora. Eu abandonaria a agricultura, eu não continuaria. Pela incerteza. Que nem aqui, eu entrego tantos quilos, vou ganhar tanto. Então pela incerteza, eu não plantaria mais. (Entrevistado 10)

Daí eu ia parar de trabalhar. Nessa idade já trabalhei muito né. Então se não tive onde vende, eu paro. (riso) (Entrevistado 12)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNAE é um grande exemplo de sustentabilidade de políticas públicas e de uma política transversal potencializadora da SSAN e do desenvolvimento sustentável local. Tal afirmação justifica-se, dadas algumas características desse programa como: a sua abrangência nacional e sua longevidade enquanto política pública, o incremento de recursos federais destinados a sua operacionalização ao longo dos anos, o respeito à cultura alimentar local, o incentivo ao consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos, a intersetorialidade de ações e o amparo legal destinando minimamente 30% dos recursos oriundos do FNDE a aquisição de alimentos da agricultura familiar local.

Ao se caracterizar o PNAE enquanto política pública promotora de SSAN, enfatizando-se a importância da obrigatoriedade de aquisição de alimentos da agricultura familiar local, pretendeu-se demonstrar o impacto que o aprimoramento da administração pública pode representar no desenvolvimento da sociedade de forma inclusiva, principalmente ao valorizar o próprio território.

Esta política pública, além de promover a SSAN, possibilita incremento na geração de renda aos agricultores familiares locais e se mostra como um instrumento potencializador de um desenvolvimento inclusivo. É um importante instrumento para o fortalecimento de um processo de desenvolvimento local com maior igualdade de oportunidades a este segmento historicamente excluído de acesso aos mercados institucionais.

Neste artigo buscou-se realizar uma breve reflexão da importância do fortalecimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar como uma das ações prioritárias para a promoção da SSAN. Frente a sua complexidade, englobando múltiplas dimensões, a SAN exige intersetorialidade em suas ações, construção coletiva de sua agenda pública com ênfase a participação social e também a centralidade do estado no suporte e direcionamento das mesmas, como por exemplo, por meio das políticas públicas.

Ao se avaliar o atingimento da meta de aquisição de 30% de alimentos da agricultura familiar em distintas instâncias governamentais demonstrou-se a importância da dimensão institucional (*polity*) com seus agentes, regras, condutas e relações de agentes que afetam a intenção e a ação governamental, ocasionando impactos diferentes no resultado da política nos distintos âmbitos avaliados. Ob-

serviu-se resultados progressivos ao longo dos anos, apontando o aprimoramento do processo de compra da agricultura familiar pelos entes federativos.

Esse processo culminou, dentre outros fatores, também da mobilização popular solicitando a incorporação da oferta de uma alimentação saudável e adequada aos educandos, aliada ao desenvolvimento local com a aquisição de alimentos do agricultor familiar. Desta forma demonstra-se a importância da população participar ativamente e influenciar o processo decisório e a escolha das políticas, garantindo a indução da ação do governo de forma sustentável e pressionando por mudanças na operacionalização das políticas visando maior efetividade em prol do atendimento das suas necessidades. Em nosso contexto atual, amplia-se a responsabilidade da sociedade na cobrança de ações governamentais que promovam o desenvolvimento sustentável, preocupando-se não apenas com a manutenção do presente, mas também com a possibilidade de futuro para as próximas gerações.

A análise empírica realizada com os agricultores familiares de Almirante Tamandaré demonstrou que apesar de existirem pontos negativos, o acesso ao mercado institucional impacta positivamente a vida dos agricultores familiares e de suas famílias. As aquisições de alimentos produzidos em outras localidades, sugere a possibilidade de novos mercados aos agricultores familiares locais, que podem buscar adequar suas produções as necessidades do mercado institucional local.

Diante do mosaico nutricional da população brasileira, da importância das políticas públicas promotoras de SSAN no contexto nacional e do importante papel assumido pelos agricultores familiares no abastecimento alimentar brasileiro e junto ao mercado institucional, contribuindo para promoção da SSAN e para a garantia do DHANA da população, torna-se importante o fortalecimento da agricultura familiar e o aprimoramento da execução do PNAE e demais políticas públicas promotoras de SSAN em todos os entes federativas para a garantia do DHANA e promoção da SSAN a todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o Conceito de Agricultura Familiar**. Brasília: UNB, 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>.

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues De; PRIORE, Silvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sylvia Do Carmo Castro. Impacto do programa de aquisição de alimentos na segurança alimentar e nutricional dos agricultores. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 617–626, 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017222.02292015.

AZEVEDO, Elaine De; RIGON, Silvia Do Amaral. Sistema Alimentar com base no conceito de sustentabilidade. *In*: TADDEI, J.A.; LANG, R.M.F.; TOLONI, M. H. A. (org.). **Nutrição em Saúde Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2016. p. 467–478.

BATISTA, Lucimar Moreira Guimarães; RIBEIRO, Sônia Machado Rocha; SANTOS, Ricardo Henrique Silva; ARAÚJO, Raquel Maria Amaral; RIBEIRO, Andréia Queiroz; PRIORE, Sílvia Eloíza; LÚCIA, Ceres Mattos Della; LANA, Rogério de Paula; GASPARDONI, Gisely Peron. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 494–504, 2016. DOI: 10.1590/S0104-12902016150258.

BELIK, Walter. **Segurança alimentar: a contribuição das universidades**. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

BELIK, Walter; DOMENE, Semíramis Martins Álvares. Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo-Brasil. **Agroalimentaria**, [S. l.], v. 18, n. 34, p. 57–72, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 20 maio. 2020.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a->

informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolucao-nº-6,-de-08-de-maio-de-2020. Acesso em: 22 ago. 2020.

CAISAN, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017.

CAMPELO, Daniel Alves. The public policies for Brazilian family farming in semiarid climate: from drought combat to daily living in such climate. **Revista Brasileira de Pós Graduação**, [S. l.], v. 10, n. 21, p. 865–888, 2013.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: Construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 32, p. 14–33, 2016.

COLOMBO, João Nacir; PUIATTI, Mário; FILHO, Jaime Barros da Silva; VIEIRA, Janiele Cássia Barbosa; SILVA, Geovani do Carmo Copati Da. Viabilidade agro-econômica do consórcio de taro (*Colocasia esculenta* L.) e pepino em função do arranjo de plantas. **Revista Ceres**, Viçosa, MG, v. 65, n. 1, p. 56–64, 2018. DOI: 10.1590/0034-737X201865010008.

CONTI, Irio Luiz. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

COSTA, Márcia Helena Batista Corrêa Da; GUIMARÃES, Sandra Meire; BORGES, Joice Alvarenga. Experiência de Política Integrada de SANS em Minas Gerais. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 62–74, 2017. DOI: 10.20396/san.v24i1.8649156.

CUNHA, Wellington Alvim Da; FREITAS, Alan Ferreira De; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 55, n. 3, p. 427–444, 2017. DOI: 10.1590/1234-56781806-94790550301.

DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio; ALENCAR, Maria De Cléofas Faggion; ABREU, Lucimar Santiago. Alternative food networks

and new producer-consumer relations in France and in Brazil. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1–22, 2016. DOI: 10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016.

DINIZ, Raphael Fernando; NEVES NETO, Carlos De Castro; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A emergência dos mercados institucionais no espaço rural brasileiro: Agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 234–252, 2016. DOI: 10.12957/geouerj.2016.19161.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados da Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 26 mar. 2021.

FREITAS, Alan Ferreira De; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; FREITAS, Alair Ferreira De. A trajetória das organizações de agricultores familiares e a implementação de políticas públicas: Um estudo de dois casos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. l.], v. 57, n. 1, p. 10–27, 2019. DOI: 10.1590/1234-56781806-94790570101.

GUILHOTO, Joaquim J. M.; ICHIHARA, Silvio M.; SILVEIRA, Fernando Gaiger; DINIZ, Bernardo P. Campolina; AZZONI, Carlos R.; MOREIRA, Guilherme R. C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA 2007, Recife. **Anais [...]**. Recife: Encontro Nacional de Economia, 2007.

JACOB, Michelle Cristine Medeiros; CHAVES, Viviany Moura. Falhas do sistema alimentar brasileiro: contribuições da geografia literária para o fortalecimento da democracia alimentar. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2019. DOI: 10.1590/s0103-73312019290106.

LEÃO, Marília. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

LIBERMANN, Angelita Pinto; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Ciencia e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 3533–3546, 2015. DOI: 10.1590/1413-812320152011.16822014.

MALUF, Renato Sergio; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate - UNICAMP**, Campinas, v. IV, p. 23, 1996.

MAPA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Index - Extrato DAP Pessoa Física. **MAPA**, Brasília, DF, 2020. a. Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>. Acesso em: 2 jun. 2020.

MAPA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Extrato DAP Jurídica da APAAT. **MAPA**, Brasília, DF, 2020. b. Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP/Visualizar?Token=Y3BmPTA4MzAyMjI0MDAwMTYwJm51bWVyb0RBUD0mdXN1YXJpbz0mY2hhdmU9JnRpcG89Sn-VyaWRpY2E=>. Acesso em: 2 jun. 2020.

MARQUES, Amanda de Andrade; FERNANDES, Maria das Graças Melo; LEITE, Ionaldo Neres; VIANA, Rodrigo Toledo; GONÇALVES, Maria da Conceição R.; DE CARVALHO, Alice Teles. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: O caso de Araripe, Ceará. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1329–1341, 2014. DOI: 10.1590/S0104-12902014000400017.

MARQUES, Paulo Eduardo; RETIÈRE, Morgane; ALMEIDA, Nayla; SANTOS, Carolina Ferraz Dos. A participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: estudo de casos em municípios paulistas da região administrativa de Campinas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 101–112, 2017. DOI: 10.20396/san.v24i2.8649835.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa; GOMES, Bruno Martins Augusto. National program of fortification for family farming: trajectories and challenges at the Ribeira Valley, Brazil. **Sociedade & Natureza (Uberlândia)**, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 397–408, 2016. DOI: 10.1590/1982-451320160306 Soc.

OLIVEIRA, Leandro Gomes De; BATALHA, Mário Otávio; PETTAN, Kleber Batista. Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 47, n. 1, p. 1–6, 2017. DOI: 10.1590/0103-8478cr20160395.

PADUA, Juliana Benites; SCHLINDWEIN, Madalena Maria; GOMES, Eder Pereira. Agricultura familiar e produção orgânica: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006. **Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 225–235, 2013. DOI: 10.1590/s1518-70122013000200009.

PAULA, Nilson Maciel De. **Evolução do Sistema Agroalimentar Mundial: contradições e desafios**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

PEDRAZA, Dixis Figueroa; DE MELO, Nadinne Livia Silva; SILVA, Franciely Albuquerque; ARAUJO, Erika Morganna Neves. Evaluation of the National School Food Program: Review of the literature. **Ciencia e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1551–1560, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018235.17832016.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciencia e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909–916, 2013. DOI: 10.1590/s1413-81232013000400002.

REAL, Luciana Correia Villa; SCHNEIDER, Sergio. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do Programa de Alimentação Escolar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57–79, 2011.

RIGON, Silvia Do Amaral; BEZERRA, Islandia. Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 435–443, 2014. DOI: 10.12957/demetra.2014.11628.

ROSSETTI, Francini Xavier; DA SILVA, Marina Vieira; WINNIE, Lo Wai Yee. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 912–923, 2016. DOI: 10.20396/san.v23i2.8647528.

SANTOS, Tatiana Tomal Brondani dos; TORRES, Ricardo Lobato. O programa nacional de alimentação escolar e a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil. In: **Anais ... 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Admin-**

istração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). **Anais...** Brasília(DF) UnB, 2021. Disponível em: <https://www.event3.com.br/anais/soberebpc2021/341438-O-PROGRAMA-NA-CIONAL-DE-ALIMENTACAO-ESCOLAR-E-A-IMPORTANCIA-DO-FORTALECIMENTO-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR-PARA-A-PROMO>. Acesso em: 26/09/2021 19:53

SARAIVA, Elisa Braga; SILVA, Ana Paula Ferreira Da; SOUSA, Anete Araújo De; CERQUEIRA, Gabrielle Fernandes; CHAGAS, Carolina Martins dos Santos; TORAL, Natacha. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927–936, 2013. DOI: 10.1590/s1413-81232013000400004.

SCHABARUM, Joseane Carla; TRICHES, Rozane Márcia. Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses: Análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 49–62, 2019. DOI: 10.1590/1234-56781806-94790570103.

SCHWARTZMAN, Flavia; MORA, Claudia Andrea Rodriguez; BOGUS, Claudia Maria; VILLAR, Betzabeth Slater. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, p. 1–15, 2017. DOI: 10.1590/0102-311X00099816.

SILVA, Marcio Gomes; DIAS, Marcelo Miná; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes. Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 53, n. 2, p. 289–304, 2015. DOI: 10.1590/1234-56781806-9479005302006.

SIQUEIRA, Renata Lopes De; COTTA, Rosangela Minardi Mitre; RIBEIRO, Rita de Cassia Lanes; SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia Eloiza. Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 301–310, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000100301.

SOUSA, Anete Araújo De; SILVA, Ana Paula Ferreira Da; AZEVEDO, Elaine De; RAMOS, Mariana Oliveira. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 217–229, 2015. DOI: 10.1590/1415-52732015000200010.

SWINBURN, Boyd A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, [S. l.], v. 393, p. 791–846, 2019. DOI: 10.1016/S0140-6736(18)32822-8. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8).

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MONTEIRO, Carlos Augusto. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 5, p. 657–668, 2012. DOI: 10.1590/S1415-52732012000500010.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: Reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933–945, 2010. DOI: 10.1590/S0104-12902010000400019.

TURPIN, Maria Elena. A Alimentação Escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos Agricultores Familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20–42, 2009. DOI: 10.20396/san.v16i2.8634783.

VILLAR, Betzabeth Slater; SCHWARTZMAN, Flavia; JANUARIO, Bruna Lourenço; RAMOS, Jamile Fernandes. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 223–226, 2013. DOI: 10.1590/s1415-790x2013000100223.

WANDERLEY, Maria. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSO SOCIAIS AGRÁRIOS. 1996, Caxambu, MG. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPOCS, 1996. p. 18.



Abastecimento alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul

Christiane Marques Pitaluga¹

Cleonice Alexandre Le Bourlegat²

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi verificar junto ao segmento familiar sul-mato-grossense, que participa do abastecimento alimentar através de políticas públicas, quais são as principais condições para a sua (in)viabilização ou ocorrência. A pesquisa, do tipo exploratória e descritiva, valeu-se de dados originários de fontes bibliográficas e documentais, associadas às entrevistas que favoreceram o diálogo com órgãos públicos, uma organização de economia solidária e representantes da agricultura familiar, estas interpretadas por meio de técnica qualitativa. Foi possível diagnosticar que, embora a proporção de agricultores familiares que usufruem de políticas públicas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ainda seja pouco expressiva, os resultados têm sido alentadores na construção de sistemas alimentares associados às cadeias curtas. Eles incidem tanto nas dimensões socioeconômicas e ambientais como na inclusão social, além de contribuir para maior segurança alimentar no ambiente escolar e de outras instituições e populações vulneráveis. No entanto, os principais desafios têm sido a construção social dos sistemas alimentares com apoio de organizações públicas e sociais, num processo integrativo e de construção compartilhada do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Compras Institucionais; Sistemas Alimentares; Agricultura Familiar.

FOOD SUPPLY BY FAMILY FARMING TO INSTITUTIONAL MARKETS IN MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT: The objective of this research was to verify with the family segment of Mato Grosso do Sul, which participates in food supply through public policies, what are the main conditions for its (un)feasibility or occurrence. The exploratory and descriptive research used data from bibliographical and documentary sources, associated with interviews that favored dialogue with public organizations, a solidarity economy organization and representatives of family farming, these were interpreted using a qualitative technique. It was possible to diagnose that, although the proportion of family farmers who benefit from public policies such as the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE), is still not significant, the results have been encouraging in the construction of food systems associated with short chains. They affect both the socioeconomic and environmental dimensions and social inclusion, in addition to contributing to greater food security in the school environment and in other institutions and vulnerable populations. However, the main challenges have been the social construction of food systems with the support of public and social organizations, in an integrative process and shared construction of knowledge.

¹ Docente da Escola de Administração e Negócios - ESAN, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, graduada em Ciências Econômicas, Mestre em Agronegócios pela UFMS e doutoranda em Desenvolvimento Local pela UCDB. E-mail: christiane.pitaluga@ufms.br

² Professora e pesquisadora na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Diretora Acadêmica e docente do Master Internacional Erasmus Mundus (SteDe). Doutorado em Geografia (Desenvolvimento Regional) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: clebourlegat@ucdb.br

Keywords: Institutional Markets; Food Systems; Family Farming.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar exerce importante papel no abastecimento alimentar desde o período colonial. De acordo com Rangel (2005a) se já nos tempos do latifúndio feudal, os alimentos serviam ao autoconsumo, aos poucos esta agricultura foi sendo organizada na figura do campesinato. A Reforma Agrária acabou orientando a produção familiar para uma finalidade complementar, enquanto a agricultura essencialmente de mercado ficou a cargo da fazenda capitalista (RANGEL, 2005b). Em 1998, desde o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar³, conforme lembram Pasqualotto, Kauffmann e Wizniewsky (2019) a comercialização e mesmo a agroindustrialização foram sendo incorporadas. Assim, desde a virada do Milênio, Graziano Silva (2002), já apontava para um “novo rural” manifestado na agricultura familiar brasileira, marcado pela pluriatividade, envolvendo atividades agrícolas e não agrícolas.

As políticas de apoio à agricultura familiar tiveram um efeito sinérgico com aquelas políticas de segurança e soberania alimentar, baseadas em crédito rural e compras institucionais, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Grisa, Ávila e Cabral (2021) destacam que no ano de 2003, através do PAA, múltiplos atores políticos e sociais se dedicaram com sucesso a alavancar a função das compras públicas visando fortalecer não apenas a agricultura familiar, mas também promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento dos territórios.

Em nível internacional, a proclamação da chamada “Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028)” pela Assembleia Geral das Nações Unidas vem contribuindo para um maior reconhecimento desta modalidade de agricultura em relação ao papel econômico, social, cultural e ambiental por ela exercido no mundo rural e nas redes territoriais em que se encontram integradas (ONU/FAO, 2019). Pautada pelos compromissos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a FAO lançou o “Marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana” (FAO, 2020) como uma espécie de guia aos governos subnacionais e locais, de modo a subsidiá-los em como garantir sistemas alimentares sustentáveis e uma melhor nutrição, buscando impulsionar o protagonismo dos pequenos produtores. Entre as diretrizes colocadas, aparece o incentivo às chamadas cadeias curtas de comercialização, vistas como as formas mais simplificadas de conectar

³No campesinato a produção familiar volta-se basicamente ao consumo, enquanto na agricultura familiar, embora de origem camponesa, esta produção vai sendo incorporada à economia de mercado, mediante adaptações necessárias para este fim (LAMARCHE, 1993).

produtores e consumidores nesta modalidade de abastecimento. Fornazier e Belik (2013) já vinham assinalando, neste sentido, o reconhecimento de diversos países da Europa sobre a relevância dos sistemas alimentares locais, nesta ótica econômica, ambiental e social.

No Brasil, conforme assinalam Belik; Schneider e Schiek (2010) entre 2005 e 2010 as políticas públicas federais foram redefinidas via compras institucionais destinadas ao mercado local, visando agregar valor à produção familiar, por meios mais sustentáveis e com alimentos mais saudáveis. Conforme alertam Cunha, Freitas e Salgado (2017) ainda que vários estudos tenham sido elaborados a respeito dos impactos destas políticas, ressenete-se da necessidade da sua melhor compreensão nos diversos contextos locais e regionais do país.

O objetivo da pesquisa que deu origem a este artigo foi verificar junto ao segmento familiar sul-mato-grossense, que participa do abastecimento alimentar através de políticas públicas, quais são as principais condições para a sua (in)viabilização ou ocorrência.

O texto do artigo, além desta introdução e das considerações finais, na sua segunda parte apresenta o referencial teórico de apoio à compreensão das dinâmicas de abastecimento alimentar e nutricional em mercados locais. O tipo de pesquisa e a metodologia utilizados para sua realização foram delineados na terceira parte, reservando-se os resultados e discussão para a quarta parte.

DINÂMICAS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MERCADOS LOCAIS

A Segurança alimentar e nutricional tem sido tratada como um conceito em permanente construção, justamente por abranger diferentes interesses e dimensões (sociais, culturais, políticos e econômicos), envolvendo vários segmentos da sociedade (AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS - ABRANDH, 2013). As iniciativas e políticas, neste caso, conforme o relatório da ABRANDH (2013), vêm buscando contemplar os dois componentes: (1) alimentar, que significa disponibilizar, produzir, comercializar, assim como promover o acesso aos alimentos; (2) nutricional, que se refere às práticas alimentares e ao uso biológico dos alimentos. Esta ampla abordagem implica para sua promoção, segundo o mesmo relatório, numa mobilização intersetorial, envolvendo desde a agricultura e abastecimento, até a saúde e educação, desenvolvimento, trabalho e assistência social).

Garantir a segurança alimentar e nutricional tornou-se um propósito mundial encabeçado Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO), ainda que esta preocupação tenha vindo à tona, em especial desde o final

da Primeira e Segunda Guerras. Ajudou a justificar a criação da própria FAO em 1945, assim como a contemplação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no artigo 5º. da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Mas a segurança alimentar e nutricional ganhou grande destaque na década de 1990, em especial em 1993 na Conferência Internacional de Direitos Humanos e em 1996, por ocasião da realização da Cúpula Mundial de Alimentação promovida pela FAO.

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), de acordo com o CONSEA (2017), “consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo”. O termo “adequada” refere-se ao contexto vivido por cada etnia, cultura ou grupo social, seja de natureza social, cultural, econômico ambiental (CONTI, 2013).

Em 1996, na Cúpula Mundial de Alimentação, os estados-membros da FAO reunidos em Roma, assinaram o compromisso para reduzir a insegurança alimentar do mundo pela metade e reconheceram a importância da segurança alimentar para o bem-estar geral da humanidade e como um benefício público (RIVERA; QAMAR, 2003). Para solucionar o combate à fome, segundo os mesmos autores, foi reconhecida a necessidade de fornecer oportunidades às pessoas subnutridas de modo a se obter a renda adequada, além de garantir um suprimento abundante de alimentos. Ainda foi valorizado o papel desempenhado pela mulher em atividades de produção, processamento e armazenamento e comercialização de produtos agrícolas, reconhecendo-se sobre a necessidade de incentivar este potencial feminino na tomada de decisões e suporte na produção de alimentos.

No relatório apresentado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004, no âmbito da imensa desigualdade social que vinha persistindo, foi reconhecida a discriminação contra mulheres, negros, indígenas, quilombolas e seu impacto na realização do direito à alimentação (CONSEA, 2004). No artigo 3º. da Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ela foi assim definida:

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Na declaração de Niélény, resultante do Forum Mundial pela Soberania Alimentar em 2007, a soberania alimentar foi considerada não só um direito dos

povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, como o direito de decidirem sobre seu próprio sistema alimentício e de produção.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), construído neste processo, segundo assinala Conti (2013) tem sido dotado de natureza dinâmica e multidimensional, requerendo abordagens sistêmicas que possibilitem a compreensão das diversas interações envolvidas neste processo, manifestadas sob forma de sistemas locais de SAN. Por sua natureza e dada a importância que a agricultura familiar tem exercido na oferta de alimentos ao país, este modelo agrícola tem sido contemplado com as políticas de incentivo à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (CONTI, 2013).

Os agricultores familiares, que participaram da integração às grandes cadeias agroalimentares, especialmente sob contratos de integração, segundo Wilkinson (2010), se encontram cada vez mais submetidos a restrições e comportamentos, que os impedem de se desenvolver. Por sua vez, também, segundo Gazzola (2017) uma grande dificuldade das agroindústrias familiares tem sido cumprir as regras e normas de instituições reguladoras de alimentos, tanto no aspecto técnico como administrativo, via de regra, constituindo uma barreira de acesso ao mercado.

Estas e outras condições contribuiriam para ampliar a discussão a respeito da construção de sistemas agroalimentares no mundo para melhor conectar produtores e consumidores. A possível diversidade de iniciativas e manifestações repercute em conceitos e interpretações construídos de forma diferenciada (FORNAZIER; BELIK, 2019). No Brasil, estas preocupações repercutiram no campo das políticas públicas, com a adoção da estratégia das compras governamentais de produtos alimentares saudáveis da agricultura familiar, numa continuidade ao suporte à agricultura a familiar, caracterizadas por novas exigências, tanto do lado da sociedade como da esfera pública (ALLAIRE, 2016).

Para Schneider (2016) estes espaços de trocas da agricultura familiar com o Estado ou alguma instituição pública são caracterizados pelo alto nível de regulamentação e controle formal, de interesse dos agricultores familiares. Os preços obtidos por estes tendem a ser superiores quando comparados aos mercados tradicionais, além de contarem com regularidade na garantia do pagamento. Os mercados institucionais propiciam uma união entre construção social e política, uma vez que trabalham com recursos públicos originados de contribuições públicas, que exigem instrumentos de governança democráticos e transparentes (SCHNEIDER, 2016). Os incentivos à agricultura familiar por meio de compras institucionais de alimentos levam em conta ao mesmo tempo, o atendimento às demandas

nutricionais, com produtos in natura recém-colhidos, mais frescos e saudáveis, e com maior garantia na evolução social e econômica dos agricultores familiares.

Neste novo modelo de produção e consumo de alimentos sob incentivo de políticas públicas, conforme assinalam Triches e Schneider (2010) procura-se maior aproximação entre o produtor e o público-alvo desses alimentos, reconectando campo e cidade. Esta cadeia curta de suprimentos envolve um número limitado de intermediários, ao mesmo tempo mais comprometidos com a cooperação, gerando uma relação geográfica e social mais estreita entre produtores, processadores e consumidores, num processo de desenvolvimento local (EURLEX, 2013). Estas alternativas de produção e de comercialização fortalecem não só as relações sociais e a diversidade produtiva, como facilitam o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, proporcionando maior garantia da segurança alimentar e nutricional (FNDE, 2017). Estas novas relações de consumo alimentar, envolvendo maior proximidade com os produtores, proporcionam uma série de benefícios que se estendem a todos os envolvidos, tais como a melhoria dos hábitos alimentares tornando-os mais saudáveis, estimula práticas ambientais sustentáveis, e o fortalecimento da agricultura familiar (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Favorecer esta proximidade também pode implicar no incentivo à formação de sistemas alimentares locais alternativos, com impactos socioeconômicos, culturais e ambientais que fortalecem o desenvolvimento local (FORNAZIER; BELIK, 2019). Do ponto de vista econômico, segundo os autores, representa maiores oportunidades de elevação de renda às atividades exercidas, assim como do aumento de emprego no local. Favorece ainda a coesão social e o espírito de comunidade. Neste sentido, os novos mercados acabam por propiciar a manifestação de novos empreendimentos associativos, visando maior segurança de comercialização e acesso a linhas de financiamento, seja como capital de giro para a aquisição da produção necessária a seus associados (SILVA; SILVA, 2011). Do ponto de vista social, os sistemas alimentares constituídos podem contribuir no fortalecimento de laços sociais, reciprocidade e confiança nas redes de articulação estabelecidas no lugar e de maior inclusão social, inclusive de quem se encontra em periferias mais vulneráveis e desfavorecidas (FORNAZIER; BELIK, 2019).

Por meio da edificação de novos meios de conexão entre atores e consumidores numa cadeia agroalimentar curta, os atores envolvidos ainda podem valorizar a identidade e origem dos produtos (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2017). Esta busca pela identidade e procedência dos produtos, segundo estes autores, agrega valor aos mesmos, mas para isto não se atém apenas aos aspectos culturais e sociais, mas também a princípios éticos e ambientais. Deste modo, Schneider e Ferrari (2014) reconhecem que esta alteração na relação mais direta entre produtor e

consumidor, também significa uma mudança nos mercados de consumo, quando passam a exigir qualidade diferenciada e origem de procedência dos produtos adquiridos.

Todas estas formas de agregação de valor facilitadas pela formação destes sistemas alimentares em nível local, ao gerar novos espaços econômicos e novas formas de inserção no mercado, segundo Schneider e Ferrari (2014) também contribuem para a ampliação da autonomia, tanto dos agricultores familiares como de suas organizações coletivas. O mecanismo de compra de alimentos locais produzidos pelos agricultores familiares, portanto, não só alavancam benefícios a todos os atores envolvidos nesse processo, como promovem a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o desenvolvimento local (FROEHLICH, 2010).

Do ponto de vista ambiental, estes sistemas alimentares constituídos por meio de redes de articulação local, comprometidas com a produção e oferta de alimentos saudáveis, conforme lembram Fornazier e Belik (2019) suscitam métodos de produção mais sustentáveis, além dos produtos percorrerem quilometragens mais reduzidas, conseqüentemente com menos emissão de carbono. Ainda favorecem, segundo os autores, a prática da economia circular com base nos resíduos orgânicos e energias renováveis.

Embora se reconheça os avanços significativos, em especial do empenho na esfera pública em direcionar as compras institucionais de alimentos para a agricultura familiar, Goodman (2017), lembra que estas iniciativas ainda ocorrem por meio de ações isoladas. Também é preciso reconhecer, segundo Silva e Silva (2011), que ainda existem diversas fragilidades existentes nestes novos mecanismos de aquisição do produto alimentar local, entre estes a infraestrutura de transporte e armazenamento, além da assistência técnica. Ainda falta maior equilíbrio nessa relação, para que os agricultores familiares não fiquem reféns de uma política de governo que ainda não virou política de Estado.

DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada entre os anos de 2018 e 2019, do tipo exploratória e descritiva, conforme definidas por Gil (2016). Sendo uma pesquisa exploratória procurou-se proporcionar uma visão geral e aproximativa acerca do objeto delimitado, ainda pouco explorado, com procedimentos específicos para este fim (GIL, 2016). Conforme Marconi e Lakatos (2011) a pesquisa exploratória conduz a observações empíricas e análises de dados, dos quais se obtém descrições e se estabelece inter-relações entre eles. Como pesquisa descritiva, associada à exploratória, a finalidade básica é descrever as características do objeto e sujeitos pesquisados, por meio da coleta de dados, que permitam identificar e tentar explicá-los frente às condições manifestadas em relação ao objetivo proposto (GIL, 2016).

No tocante aos procedimentos metodológicos utilizados, as fontes secundárias da pesquisa foram de natureza bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico favoreceu a seleção de teorias e categorias conceituais, que pudessem constituir um aporte teórico no suporte à análise e discussão dos dados obtidos, relativos, em especial, às condições dadas nos processos de produção e comercialização empreendidos pelos agricultores familiares, no abastecimento de mercados institucionais. Entre as fontes documentais, destacaram-se dados e estatísticas provenientes de publicações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), US Department Agriculture (USDA), além de outras fontes seguras vinculadas à temática abordada pela pesquisa.

A coleta de dados em campo foi de natureza qualitativa, envolvendo aplicação de entrevistas semiestruturadas que permitiram o diálogo com os representantes dos órgãos públicos, uma organização de economia solidária e representantes da agricultura familiar. Foram entrevistados integrantes de duas organizações públicas que se relacionam diretamente com os mercados institucionais, na aquisição dos produtos alimentares locais, sendo estes: (1) a coordenadora da agricultura familiar e o gestor de desenvolvimento da agricultura familiar da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), ambos vinculados a Secretaria de Estado e Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro/MS). Como representante da Central de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul, esteve uma pessoa vinculada à ação educativa desta entidade. Como representantes da agricultura familiar foram entrevistados: (1) o presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Campo Grande; (2) o presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio (Copran); (3) lideranças femininas da agricultura familiar provenientes de oito comunidades: Pérola da Roça, Associação Leste Pantaneira de Apicultores; Associação de Mulheres Produtoras de Baru, Associação dos Agricultores de Taquarussu e Anastácio, Gleba Santa Terezinha, Associação das Mulheres Rurais e Empreendedoras de Santa Terezinha, Assentamento Monjolinho e São Manoel, Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio/ MS.

Ribeiro (2008), aponta como vantagens da utilização da técnica da entrevista a flexibilidade na aplicação, a facilidade de adaptação de protocolo e de viabilização da comprovação e esclarecimento de respostas, além da maior possibilidade de taxas de respostas elevadas e o fato de poder ser aplicada a pessoas não aptas à leitura. A pesquisa qualitativa, de acordo com Gresseler (2007), possibilita o entendimento de uma realidade ideográfica específica, cujos significados relacionam-se com um determinado contexto.

As informações obtidas por meio das entrevistas cuidadosamente gravadas passaram por um processo rigoroso de transcrição, para serem devidamente organizadas em conformidade às premissas estabelecidas pela técnica de análise de conteúdo, defendidas por Bardin (2011). O papel central deste procedimento, segundo esta autora, é o desvendamento crítico dos diferentes discursos manifestados entre os sujeitos entrevistados. Busca-se por meio dele, uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo, extraído das comunicações, assim como sua respectiva interpretação. Este procedimento favoreceu identificar e compreender melhor a dinâmica do objeto da pesquisa, assim como ocorrem alguns mecanismos em determinadas particularidades contextuais. Permite ainda se detectar possíveis fragilidades, gargalos e desafios a serem ultrapassados por todos os agentes envolvidos no consumo institucional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de campo foi realizada com os sujeitos envolvidos nas compras institucionais de alimentos de agricultores familiares em Mato Grosso do Sul, induzidas por duas políticas públicas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS: PAA E PNAE

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído em 2003, no Programa Fome Zero, foi alterado pela Lei n. 12.512 de 2011 e regulamentado por diversos decretos, estando em vigência o Decreto 7.775 de 2012. Nasceu com duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para este fim, adquire alimentos produzidos pela agricultura familiar, e os destinam às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, como também por aquelas atendidas pela rede de assistência social, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, além da rede pública e filantrópica de ensino. De acordo com as informações da cartilha do PAA da Companhia Nacional de Abastecimento CONAB (s/d), os recursos originam-se do Ministério da Cidadania, do Desenvolvimento Agrário, entre outros, e os beneficiários são, tanto os fornecedores como os consumidores dos alimentos. Dos fornecedores fazem parte os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquícultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais. As preferências, segundo Porto (2016), têm sido dadas à biodiversidade e aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos, frescos e processados. Em 2019, de acordo com dados da Prefeitura Municipal, o PAA

abrangeu em Campo Grande em torno de 55 mil beneficiários, diretos e indiretos (PREFEITURA DE CAMPO GRANDE, 2020).

O PAA dá enfoque na geração de renda e inclusão social de mulheres e jovens, assim como nos fornecedores organizados sob forma de associações e cooperativas, procurando fortalecer circuitos locais e regionais, assim como redes de comercialização, num respeito às tradições culturais locais (MDS, 2017). Entre os beneficiários estão os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede de assistência social e pelos equipamentos de alimentação e nutrição. Este Programa vem sendo executado por estados e municípios, em parceria com o Ministério da Cidadania e Conab. Para este fim, a execução do PAA passou a ser realizada por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes.

A Compra Direta Simultânea (CDS) tem sido a modalidade mais praticada por meio de compra direta de associações e cooperativas, destinada a organizações filantrópicas e de assistência social, com a finalidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade econômica e nutricional e ou insegurança alimentar e nutricional (HELING *et al.*, 2017). O Programa fica sob a normatização de um grupo gestor normas, composto pelos seguintes ministérios: Cidadania, Planejamento, Fazenda, Orçamento e Gestão e Agricultura e os fornecedores são credenciados por meio da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar- DAP, válido por dois anos. Este programa passou por um forte enfraquecimento, a partir de 2014, após mudanças normativas visando maior controle, diante de verificação de algumas irregularidades (PORTO, 2016). Em função disto, ainda para o mesmo o autor, Porto (2016) além da redução de recursos financeiros, houve queda na diversidade de produtos comercializados e as organizações consumidoras ficaram restritas às entidades socioeducativas e organizações de assistência social, enfraquecendo o protagonismo da sociedade civil. Desde 2015 o percentual mínimo de 30% deve ser destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 2009, sofreu modificações até 2014 (Lei 12.982). Uma de suas diretrizes refere-se à aquisição institucional direcionada à “alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis” (item do artigo 2º). A outra diz respeito à recomendação da “aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares

rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos” (item V do artigo 2º). Também priorizou produtos orgânicos ou agroecológicos (FNDE, 2017). De acordo com as diretrizes estabelecidas em lei, os recursos financeiros são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e sua transferência é feita diretamente, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato. Esta transferência pode ser feita diretamente às Entidades Executoras, que adquirem os elementos e distribuem às escolas (modo centralizado) ou estas Entidades Executoras repassam os recursos para as escolas que se responsabilizam pela aquisição dos alimentos (modo descentralizado/escolarizado). Importante notificar que a aquisição deve obedecer a um cardápio, planejado por um ou uma nutricionista, se possível do mesmo ente federativo à qual pertence as escolas.

Este cardápio, além de seguir os hábitos alimentares, a cultura e tradição alimentar local, leva em conta a sustentabilidade e diversificação agrícola existente na região. Os agricultores proponentes podem apresentar projetos de venda sob forma de grupo formalizado, informal e mesmo individual. Em todas as modalidades lhes são exigido uma DAP, de natureza jurídica no caso de grupos formalizados e física para as outras duas modalidades. Tanto o Distrito Federal, como os Estados e Municípios precisam constituir Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) em suas respectivas jurisdições administrativas, de natureza deliberativa, fiscalizadora e de assessoramento. No caso do PNAE, conforme afirma Souza (2017), verificou-se uma evolução apreciável das compras institucionais da agricultura familiar entre 2012 e 2015 no Brasil (de 36% a 86%), mesmo que 55% dos Municípios não tenham realizado aquisição de agricultores familiares pelo PNAE.

Em relação aos quatro Territórios da Cidadania em Mato Grosso do Sul com 45 municípios, segundo ainda o autor citado acima, o melhor desempenho neste sentido esteve no território do Cone Sul, seguido pelo território da Reforma. Mesmo assim, de acordo com Soares e Souza (2016), entre 2012 e 2014, apenas 15 municípios adquiriram o mínimo de 30% das compras da agricultura familiar⁴. Souza (2017), chamou atenção para a forte atuação das nutricionistas, durante o período de 2012 a 2015, em todos os municípios dos cinco Territórios da Cidadania do estado, na adequação dos cardápios para os produtos locais, reuniões periódicas com agricultores e mesmo em cursos de formação. A participação do CAE em cursos de formação sobre compra direta só não ocorreu em sete municípios e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER também foi atuante neste sentido, a não ser em quatro municípios destes cinco territórios.

⁴Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Navirai, Tucuru, Anastácio, Bodoquena, Maracaju, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Rio Brillhante, Anaurilândia, Nova Andradina e Novo Horizonte do Sul.

CONDIÇÕES DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR NA VISÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS

Para investigar as condições do abastecimento alimentar assegurado pela agricultura familiar em Mato Grosso do Sul por meio de compras institucionais, conforme anteriormente assinalado, procurou-se escutar duas instituições públicas que mediam este processo, além de uma organização que dá suporte à educação do cooperativismo solidário e sete representantes da agricultura familiar. As duas instituições públicas estão vinculadas à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro) do estado de Mato Grosso do Sul: (1) Coordenadoria da Agricultura Familiar (Coafa); (2) AGRAER. A representante do órgão de apoio à organização dos agricultores familiares, a Central de Economia Solidária em Mato Grosso do Sul, estava envolvida com o Programa de Educação de Cooperativismo Solidário (Pecsol) do sistema Unicafe (União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária). Entre os responsáveis pelo abastecimento alimentar oriundos da agricultura familiar foram entrevistados o presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Campo Grande e o Presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio /MS (Copran), além de outros representantes de oito comunidades da agricultura familiar.

Foram organizadas a partir dos relatos dos entrevistados, as principais variáveis percebidas por eles, que concorrem no desempenho dos agricultores familiares para o abastecimento dos consumidores via compras institucionais.

Um primeiro destaque diz respeito ao reconhecimento, em especial dito pelo presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Campo Grande, a participação ainda muito baixa de agricultores familiares envolvidos no abastecimento de produtos alimentares, via compras institucionais, tanto em nível de estado como de Campo Grande, submetida a alterações anuais. Os mercados institucionais vêm sendo abastecidos com alimentos cultivados em função da época do ano, fato este que revela não apenas a diversidade da produção, mas também aponta para um menor custo ambiental.

Foi realçado ainda pelos entrevistados dos órgãos públicos o papel exercido pelas condições ambientais prevalentes nas terras trabalhadas, em função da situação climática e características do solo. Estas condições exercem influência, sobretudo na natureza de produtos cultivados e sua sazonalidade e seus impactos afetam, tanto na quantidade como na frequência de oferta de determinados produtos. As consequências de desempenho são ainda maiores, quando agricultores de outros estados se inserem nas chamadas públicas. Frente a tais dificuldades, as escolas da rede estadual, que mantém o processo de aquisição de alimentos de forma

descentralizada, procuram adequar seus cardápios junto aos produtores locais, incluindo produtos mais ajustados à situação. Já nas escolas da rede municipal de Campo Grande, as nutricionistas procuram se aproximar dos agricultores familiares neste processo, para ajustar os cardápios nas escolas.

As diferenças de atendimento pelos agricultores e empreendimentos familiares, em escolas da rede municipal realizada de forma centralizada e da rede estadual feita de forma descentralizada (ou escolarizada) pelo PNAE, na visão dos entrevistados, tiveram impactos diferenciados. No caso da rede municipal de Campo Grande, por exemplo, o processo da compra centralizada, é realizado via Superintendência de Alimentação Escolar (Suali). Além de conduzir o processo das chamadas públicas, este órgão também se responsabiliza pela elaboração dos cardápios, orienta os agricultores sobre o abastecimento e distribuição nas escolas, assim como pela gestão do Programa de Alimentação Escolar. Esta condição, em princípio, na visão dos entrevistados, tem-se mostrado mais favorável ao desempenho dos agricultores e empreendimentos familiares, por favorecer o planejamento da produção, a variedade de alimentos, o volume e logística na entrega, assim como unificação no recebimento dos recursos. Mesmo assim, houve reconhecimento de que o processo descentralizado ou escolarizado, praticado no abastecimento da rede estadual de escolas, pode implicar em algumas vantagens. Neste caso, ao se transferir a responsabilidade de gestão de aquisição para cada escola, os trâmites são mais simplificados e numa estrutura administrativa mais enxuta. Implica em maior variedade de alimentos e em exigências na forma de entrega, como por exemplo se o produto vem descascado ou cortado no caso da mandioca, abóbora entre outros, lembrando que este produtor não é melhor remunerado por este beneficiamento. Por outro lado, esta descentralização traz maiores dificuldades na logística e custo de entrega, que ficam sob a responsabilidade do produtor. Como as escolas ficam distantes uma das outras, o tempo dispendido para o deslocamento pode comprometer a qualidade do produto. Nesta situação, o fornecedor necessita contar com armazenagem e acondicionamento prévios até o momento da entrega, situação que demanda outros investimentos, para os quais não há financiamento. Também foi alertado pelos entrevistados sobre as dificuldades enfrentadas em 2018, no abastecimento da rede estadual de escolas, com a instituição da Nota Fiscal Eletrônica em 2017. A ausência de familiaridade com os novos procedimentos digitais resultou no atendimento de apenas 6% das escolas.

Outra variável importante destacada pelos entrevistados refere-se à decisão do fornecedor em atuar de forma individual ou coletiva, considerada central para o desempenho dos agricultores e empreendedores familiares nas compras institucionais. Constitui um dos elementos de desempate nas chamadas públicas a forma de associação ou cooperativa. Além de proporcionar vantagens no

atendimento dos processos licitatórios, foi reconhecido que atuar por meio de associação ou cooperativa ajuda a garantir volume, diversificação dos produtos, regularidade e logística mais adequada na entrega dos alimentos. Neste caso, é preciso lembrar que estes são considerados os grandes gargalos pelos agricultores familiares.

As informações trazidas pelo presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio (COPRAN) ajudaram a fundamentar a valorização atribuída pelos agricultores familiares a esta atuação sob forma de redes articuladas, no abastecimento dos destinatários via compras institucionais. Esta cooperativa foi constituída, desde 2005, por agricultores familiares da Colônia do Pulador do município de Anastácio, para a comercialização de farinha de mandioca. Ela foi se fortalecendo, na medida que foi agregando cooperados de outras colônias, assentamentos e aldeias, tanto do município de Anastácio como de Aquidauana, para comercializar seus diversos produtos. A Copran tem participado ativamente no fornecimento com regularidade e variedade de produtos, tanto no atendimento às chamadas públicas municipais (Aquidauana, Anastácio, Guia Lopes da Laguna e Nioaque), como das escolas da rede estadual de ensino. A farinha de mandioca continua sendo o principal produto, seguido de hortaliças (cheiro verde, alface, couve, rúcula, entre outras), batata doce, mandioca e frutas de época (melancia, banana, limão, entre outras).

As principais dificuldades enfrentadas entre seus cooperados, independente do gênero, tem sido o baixo grau de instrução, falta de conhecimento sobre as chamadas públicas, pouca participação/envolvimento de jovens, ausência de regularidade na entrega dos alimentos, dificuldades na logística e pouca diversificação dos produtos. Esta última dificuldade tem origem no isolamento e distanciamento até o destino da entrega dos produtos.

Desta forma, as entrevistas realizadas permitiram a construção de um quadro (Quadro 1), que elucida a participação e o desempenho tanto do agricultor familiar, quando este age de maneira individual, quanto das Associações e Cooperativas, no que se referem às atuações frente aos mercados institucionais.

Importante destacar aqui que inexistente junto às chamadas públicas discriminação no fornecimento dos produtos, seja na forma individual ou coletiva. O que se pôde verificar na pesquisa, tem sido a força sinérgica das redes constituídas em torno da associação ou cooperativa, no enfrentamento das dificuldades de entrega dos produtos.

As colocações feitas pela representante da Central dos Trabalhadores em Economia Solidária vieram fortalecer a importância exercida pela ação cooperativa. Por outro lado, assinala sobre o esforço desta organização em protagonizar um processo educativo, no sentido da melhoria do desempenho

produtivo e de comercialização dos agricultores familiares. Para esta finalidade, se servem do Programa de Educação de Cooperativismo Solidário (Pecsol) do sistema Unicafe. As estratégias organizacionais das cooperativas induzem, entre outros, o fomento à governança e à inclusão de mulheres e jovens. O entrevistado destacou, por exemplo, o suporte que esta organização tem oferecido por meio deste processo educativo, no Território da Reforma, às lideranças femininas da agricultura familiar, incluindo neste processo também as comunidades quilombolas e aldeias indígenas. Relatou ainda sobre uma ocasião em que obtiveram junto à Superintendência de Alimentação Escolar (Suali) do município, a presença da nutricionista para integrar o programa educativo. Até então, este contato do agricultor familiar com esta profissional, responsável pela elaboração dos cardápios da merenda escolar, nunca havia ocorrido e o resultado foi muito profícuo. Oportunizou não só o esclarecimento de uma série de desconhecimentos e dúvidas a respeito da composição dos cardápios, como a construção coletiva deles, a partir do momento em que a nutricionista também conhecesse na realidade, a cesta de itens produzidas pelas agricultoras e as dificuldades por elas enfrentadas. O encontro dialogado favoreceu, portanto, um alinhamento de ações entre os fornecedores e o município, no abastecimento das escolas, com uma variedade de produtos alimentares locais frescos.

As entrevistas com as lideranças femininas de oito comunidades da agricultura familiar, que se encontram inseridas no atendimento a compras institucionais, surgiram de um encontro facilitado pela Superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em Mato Grosso do Sul. Importante esclarecer que estas comunidades organizadas sob forma de associação e mesmo cooperativa, têm recebido, conforme os seus relatos, o suporte de organizações como a da Central de Trabalhadores em Economia Solidária e integrantes de órgãos públicos, com destaque para a Agraer. Referenciaram-se à importância deste apoio na construção destas redes articuladas no âmbito das quais preponderam formas de ajuda mútua entre as mulheres envolvidas.

O apoio à produção e aprimoramento dos alimentos produzidos, assim como esclarecimentos de dúvidas quanto aos mecanismos de comercialização e participação nas chamadas públicas, segundo elas, tem fortalecido estes grupos. Isto tem contribuído para os avanços conquistados em sua adequação às solicitações destas chamadas, sejam do PAA como do PNAE, tanto no fornecimento de produtos naturais como processados. No abastecimento às escolas, atuam tanto na rede municipal como estadual. No caso de produtos naturais, o fornecimento ainda tem dependido da sazonalidade de cada um (ex. verduras, mandioca, abóbora, goiaba, milho verde, banana, limão). Um destaque também foi dado por

elas aos frutos típicos extraídos do cerrado (ex. jatobá, baru, bocaiuva). Já no caso dos produtos processados, informaram conhecer e seguir as normas de vigilância sanitária estadual. Entre estes alimentos, alguns exemplos foram citados, tais como geleia de goiaba, banana-passa desidratada, banana-*chip*, pães e biscoitos produzidos com farinha de jatobá ou castanha de baru.

Quadro 1 - Desempenho dos agricultores familiares no abastecimento de mercados institucionais.

	Agricultor familiar (individual)	Associação/Cooperativa
Formas de produção	<ul style="list-style-type: none"> - Restrita à produção familiar realizada na propriedade rural -Atua basicamente em mercado local, com menores oportunidades para estarem bem-informados e criar estratégias de mercado mais eficazes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção realizada em articulação com outros agricultores de diversas propriedades rurais -Atuação mais ampla, dotada de mecanismos de governança, com maior capacidade de processamento da informação, avaliação de riscos, podendo atender mercados de maior abrangência.
Participação em chamadas públicas dos mercados institucionais	<ul style="list-style-type: none"> -Pequena participação, com menores chances de ser contemplado; -Nem sempre consegue atender aos requisitos da documentação, assim como aos itens requeridos; 	<ul style="list-style-type: none"> -Maior participação, com maiores chances de ser contemplado; -Melhor domínio sobre os requisitos da documentação e maior garantia no seu atendimento;
Abastecimento dos mercados institucionais	<ul style="list-style-type: none"> -Baixa capacidade de abastecimento em quantidade e variedade de produtos; -Dificuldade na regularidade de entrega dos produtos; -Baixa capacidade de logística para o abastecimento dos produtos fora do mercado local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior capacidade de fornecimento de quantidade e variedade de produtos; -Maior garantia na regularidade de entrega dos produtos; - Maior capacidade logística para atender mercados mais distantes.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir das entrevistas (2019).

As compras institucionais de alimentos, conforme afirma Swensson, Hunter, Schneider e Tartanac (2021), tem-se configurado como um instrumento político para o desenvolvimento sustentável, já adotado internacionalmente e previsto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), particularmente no objetivo 12.7. Este tipo de instrumento, segundo os autores, tem exercido papel fundamental na melhoria da disponibilidade e acessibilidade dos alimentos nutritivos oriundos de sistemas de produção em pequena escala. Por meio de estruturas regulatórias, estas políticas podem estabelecer os tipos de alimentos a serem adquiridos, de onde, de quem e como, com grande potencial para influenciar o consumo e os sistemas de produção de modo mais sustentáveis, atendendo a uma multiplicidade de beneficiários. Por outro lado, os governos em suas várias instâncias podem adaptar estas compras institucionais de alimentos, de acordo com suas prioridades e devidos contextos (SWENSSON *ET AL.*, 2021).

É inegável o crescente interesse por parte dos produtores bem como a importância das compras institucionais de alimentos da agricultura familiar praticadas no Brasil e Mato Grosso do Sul, embora se tenha constatado que elas atingem uma proporção ainda pouco significativa dos agricultores familiares, como também sinalizou o presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Campo Grande em relação ao município. No que se refere a Mato Grosso do Sul, na safra (2015/2016), a agricultura familiar movimentou, em crédito rural, o montante de R\$ 224.191.834,66 em contratos nas modalidades Custeio e Investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (FAO, 2016). Conforme informações do Banco Central, em 2016, os cinco municípios que mais contrataram o crédito foram Dourados (R\$ 25 milhões); Fátima do Sul (R\$ 9 milhões); Itaporã (R\$ 8 milhões); Deodápolis (R\$ 7,885 milhões); e Ivinhema (R\$ 7,750 milhões) (MDA, 2017).

Duas situações vêm se tornando alguns dos focos de preocupação. De um lado, conforme lembram Peixoto e Oliveira (2020), o Brasil retomou o mapa da fome da FAO, especialmente durante atual cenário de pandemia e, de outro, verifica-se um certo arrefecimento desta política no caso do PAA. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi extinto em 2019 e vem caindo ano a ano o volume de recursos utilizados nesta modalidade política. Algumas das soluções encontradas para esta realidade tem sido a participação em diversas feiras bem como do beneficiamento de alguns produtos, técnica realizada graças ao compartilhamento das práticas e saberes locais das mulheres.

Por outro lado, foi possível verificar entre os entrevistados os impactos positivos da criação dos sistemas alimentares locais induzidos pelas compras institucionais, sejam de natureza socioeconômica, cultural, ambiental e de inclusão social,

corroborando as afirmações de Fornazier e Belik (2019). O desempenho destes sistemas se torna mais efetivo, induzidos por estas políticas de compras institucionais, conforme se pôde verificar junto aos entrevistados, quando os agricultores familiares aprendem a atuar coletivamente por meio de cadeias curtas. Contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, cujos maiores gargalos têm sido motivados, segundo Grisa e Schneider (2014) pela limitada fonte de recursos e o acesso ao mercado.

O suporte de organizações tem sido fundamental neste sentido, favorecendo o protagonismo e maiores interações, inclusive com nutricionistas responsáveis pelos cardápios dos consumidores. A inclusão social induzida por estas políticas e organizações de suporte, foi verificada em Mato Grosso do Sul, em especial, no caso das lideranças femininas entrevistadas.

Como lembrado por Swensson *et al.*(2021) os governos estaduais e locais podem adaptar os objetivos das políticas de compras institucionais às suas prioridades e contextos. Pitaluga e Le Bourlegat (2021), em suas pesquisas durante a pandemia da COVID-19, revelaram a formação de dois ecossistemas de inovação que emergiram em Mato Grosso do Sul por incentivo de uma política pública da Fundação do Brasil. Por meio de um edital, o banco envolveu duas redes constituídas por fornecedores - agricultores familiares e pequeno comércio local - no abastecimento de coletividades em situação de insegurança alimentar em sua área de influência, mediante suporte dos órgãos municipais de Assistência Social. A articulação, via cadeias curtas, proporcionou respostas ágeis para o abastecimento de alimentos saudáveis junto aos beneficiários. Os ecossistemas de inovação foram constituídos em abril de 2020, envolvendo até junho duas etapas de entregas de cestas básicas a um total de 3.600 famílias. Na pesquisa pôde-se vislumbrar a importância das instâncias do governo no abastecimento de alimentos via redes de articulação e por meio de cadeias curtas. Verificou-se, neste processo, a importância da integração entre as organizações envolvidas e destas com os agricultores locais (associações e cooperativas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abastecimento alimentar da agricultura familiar aos mercados institucionais viabilizados por políticas públicas em Mato Grosso do Sul, por meio de cadeias curtas, como se pôde avaliar, ainda que abranja um segmento ainda pouco representativo tem representado oportunidade de desenvolvimento econômico, social, ambiental e de inclusão social a esta categoria de produtor agrícola. Por outro lado, também tem contribuído para garantir maior segurança alimentar e nutritiva em escolas e diversas instituições que abastece, principalmente às pop-

ulações vulneráveis. A comercialização junto aos mercados institucionais aponta, de maneira significativa, para novos caminhos, sejam eles do abastecimento com qualidade e segurança alimentar, do comércio justo e especialmente no que tange à aproximação entre agricultores e produtores e assim enrobustecendo questões como valorização do local, identidade com os alimentos e confiança no produto alimentar que chega à mesa.

De todo modo, verificaram-se várias fragilidades neste processo, seja em relação ao preparo dos agricultores para melhor desempenho, seja no âmbito produtivo como na comercialização. O principal desafio apontado na pesquisa sobre o desempenho dos agricultores familiares para se habilitarem a esta modalidade de abastecimento, tem sido a capacidade de se articularem como sistemas alimentares. Destes, como pôde ser verificado, fazem parte desta rede não apenas os agricultores, como também organizações públicas e sociais de apoio e as instituições de destino. A sustentabilidade deste processo depende, em grande parte, de um maior alinhamento entre as regras estabelecidas e as práticas de integração em rede entre todos estes participantes, num processo territorial fruto de uma construção social sistêmica.

O fortalecimento deste processo construtivo depende ainda em grande parte de políticas públicas mais apropriadas, que atinjam inclusive a melhoria da infraestrutura de transporte e comunicação, do fomento de um aprendizado compartilhado entre os diversos participantes, locais e extra locais, assim como de maior integração entre as políticas públicas voltadas à promoção e sustentabilidade dos sistemas alimentares.

REFERÊNCIAS

ALLAIRE, G. A crítica social dos mercados: o caso do valor dos alimentos locais. *In*: Org. MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura Familiar**. Desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 75 a 91.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar**. Consea/ Presidência da República, Notícias, modificada em 28 de junho de 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar?> Acesso em: 2 set 2021.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. **Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasília, 2010. p 284. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-brasil-indicadores-e-monitoramento/relatorio-consea.pdf> Acesso em: 01 set 2021.

CONTI, I. L. Interfaces entre direito humano e alimentação adequada, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar. *In: I.L Conti e E.O Schroeder (orgs). Convivência com o Semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília-DF: Editora IABS, 2013.

COSTA, J. J. **Soberania Alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil e na Argentina**. 2014. p. 121. Dissertação (Mestrado) USP, São Paulo, 2012.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 55, Nº 03, p. 427-444, Jul./Set. 2017 – Impressa em Setembro de 2017. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550301>

Declaração de Nyélény – Foro Mundial Pela Soberania Alimentar. 2006 - 2022 Nyeleni - Food sovereignty - Newsletter, Bulletin, Boletim. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article327>. Acesso em: 09 mar 2022.

EUR-LEX. European Union Law. **Regulation (EU) No 1308/2013 of the European Parliament and of the Council of 17 December 2013 establishing a common organisation of the markets in agricultural products and repealing Council Regulations (EEC) No 922/72, (EEC) No 234/79, (EC) No 1037/2001 and (EC) No 1234/2007 (OJ L 347, 20.12.2013, p. 671)**. Brussels. 2015. p.419. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex-%3A32013R1305>. Acesso em: 03 jul 2021.

FAO. **Marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana**. Roma. 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/ca3151pt/> Acesso em: 15 mar 2022.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). **América Latina y el Caribe Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional: Sistemas alimentarios sostenibles para poner fin al hambre y la malnutrición.** Santiago. 2017. p.174. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i6747s/i6747s.pdf> Acesso em: 03 abr 2021.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar.** FAO/Escritório no Brasil, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1190270/> Acesso em: 24 de ago 2021.

FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar – PNAE.** Brasília: 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar> Acesso em: 3 de jul 2021.

FORNAZIER, A.; BELIK, W. Produção e consumo local de alimentos: objetivos e debates. *In: 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, Vol. 1, 2013, Belém, PA. XIV Anais Novas fronteiras da agropecuária no Brasil e na Amazônia: Desafios da Sustentabilidade,* Belém: Sober, 2013. p.1-19.

FORNAZIER, A.; BELIK, W. Articulação entre políticas de compras governamentais da agricultura familiar e políticas territoriais. **Planejamento e políticas públicas | ppp | n. 52 | p.460-487, jan./jun. 2019.** Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/963>. Acesso em: 10 ago 2021.

FROEHLICH, E. **A capacidade de “Fazer Diferente”:** os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do programa de alimentação escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS). 2010. 152f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GAZOLLA, M. Por que muitos agricultores não formalizam o comércio de alimentos através das cadeias curtas? *In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternatvas.* Porto Alegre, RS:UFRGS, 2017. p 455 a 471.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. *In*: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2017. p 59 a77.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. rev. 1ª imp. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Economia, 2002. p. 166. (coleção Pesquisas, 1).

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2007.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, fev. 2015.

GRISA, C.; ÁVILA, M. L.; CABRAL, R. A politização das compras públicas de alimentos nos governos estaduais do Brasil: atores e ideias na construção de sistemas alimentares sustentáveis. *In*: **Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina / organização Jean-François Le Coq [et al.]**. - 1. ed. - Rio de Janeiro : E-papers, 2021.

HELING, C. A.; OLIVEIRA, E. R. de; ALMEIDA, R. A. de; GABRIEL, A. M. A.; MAGALHÃES, A. M.; SOUZA, A. G.; PEREIRA, T. L. Programa de Aquisição de Alimentos em MS: soberania alimentar, crise e perspectivas de superação. Realização - **Revista On-Line de Extensão e Cultura**. vol. 4, n. 7, p.51-78, 2017.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica: ciência e conhecimento, métodos científicos, teorias, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 6 ed. rev.e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

NIÉLÉNY. Declaração de Nyélény – **Foro Mundial Pela Soberania Alimentar** . Niélény, Sieling, Mali, mar de 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article327>. Acesso em: 25 ago 2021.

ABRANCH, S. M. A. AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p. : il. ISBN 978-85-63364-06-7.

PASQUALOTO, P.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWSKY, J. G. **Agricultura Familiar Desenvolvimento Rural Sustentável**. (recurso eletrônico). 1ª ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. 1 e-book.

PEIXOTO, A. M. M.; OLIVEIRA, A. R. Produção de alimentos, agricultura camponesa e soberania alimentar: o PAA no estado de Goiás. Confins: **Revista Franco-Brasileira de Geografia**. Dossiê políticas públicas, redes técnicas e as socioculturas no território em Goiás. n. 48. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.34041>. Acesso em: 30 ago 2021.

PITALUGA, C. M.; LE BOURLEGAT, C. A. Ecosistemas de inovação e as cadeias curtas no abastecimento de alimentos vulneráveis em Mato Grosso do Sul durante a pandemia da COVID-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n.2, p. 404-426. Jun. 2021. <https://doi.org/10.36920/esa - v 29n2-7>

PORTO, S. I. **Programa de aquisição de alimentos (PAA): Política pública de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no Brasil**. 2016. 131f. Dissertação (Mestrado) - Universidad Internacional de Andalucía, Programa Oficial de Postgrado – Agroecología, Baeza – Jaén, Espanha, 2014.

PREFEITURA DE CAMPO GRANDE. CGNOTÍCIAS RECURSOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS BENEFICIARÃO 60 MIL PESSOAS EM 2019. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/recursos-do-paa-vaio-beneficiar-mais-de-60-mil-pessoas-em-2019/> Acesso em: 11 mar 2022.

RANGEL, I. M. A questão agrária e o ciclo longo. In: RANGEL, I.; BENJAMIN, C. (orgs.). **Obras Reunidas**, 3ª ed. Contraponto, 2005 a (vol.II) p. 768.

RANGEL, I. Crise agrária e a metrópole. In: RANGEL, I.; BENJAMIN, C. (orgs.). **Obras Reunidas**. 3ª ed. Contraponto, 2005 b. (vol.II), p. 768.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência:**

olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio. 2008.

RIVERA, W. McLeod. M.; QAMAR, M. K. **Agricultural Extension, Rural Development and The Food Security Challenge**. Roma: Food and Agriculture Organization of United States, 2003. Disponível em: <http://www.fao.org/3/y5061e/y5061e.pdf>. Acesso em: 27 ago 2021.

ROSA, M. V. de F. P. do C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. p.112.

SEAD -Secretaria Especial de Agricultura familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha Plano Safra da Agricultura familiar 2017-2020: fortalecer o campo para desenvolver o Brasil**. Brasília: SEAD/ Casa Civil, 2017. Disponível em: https://www.aged.ma.gov.br/files/2018/05/Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf Acesso em: 05 jul 2021.

SED -Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. **Alimentação Escolar**. SED: Campo Grande, 2021. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-se-fortalece-no-mato-grosso-do-sul> Acesso em: 08 set 2021.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (orgs). **Construção de mercados e agricultura Familiar: Desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.93 a 140.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, [S. L.] v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/949>. Acesso em: 07 set 2021.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Porto Alegre, RS:UFRGS, 2017. p. 9-24.

SILVA, M. G; SILVA, S. P. Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. **Boletim Mercado de Trabalho - conjuntura e análise**, ano 16, n. 49, p. 87-93, nov. 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3951/1/bmt49_econ04_paraalem.pdf Acesso em: 01 ago 2021.

SOARES, A. B e SOUZA, A. G. Análise dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar no estado do Mato Grosso do Sul. In: 8º Encontro Científico de Administração, Economia e Contabilidade ECAECO, v. 1 n. 1, 2016, Ponta Porã/MS, 4-6 out de 2016. **Anais...** 8º ECAECO (2016). Ponta Porã, 2016. p. 1-10.

SOUZA, A. G. de. **Os Entraves e a assimetria informacional nas compras diretas da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2017. 72 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

SWENSSON, L. F; HUNTER, D.; SCHNEIDER, S. e TARTANAC, F. Public food procurement as a game changer for food system transformation. **The Lancet: planetary health**. Vol. 5, 8a edição, p 495-496, 1 Ago 2021. DOI:[https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(21\)00176-5](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(21)00176-5). Disponível em: https://cgspace.cgiar.org/bitstream/handle/10568/114631/Public_Svensson_2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 02 set 2021.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade** São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010.

UNICAFES Nacional. Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL). Módulo I: **Modelo de organização do cooperativismo solidário**/MP Guimarães – ME: VITA CRED – VITA EDUC, Brasília, 2018. 68 p. Disponível em: <https://www.unicafes.org.br/upload/download/144.pdf?v=20190626013824> Acesso em: 01 set 2021.



A criação de um sistema participativo de garantia em tempos de pandemia (COVID-19), no estado de Alagoas

José Ubiratan Rezende Santana¹

Ana Maria Dubeux Gervais²

Leandro Benatto¹

José Elísio da Silva Gomes³

Fabiano Leite Gomes⁴

Jorge Luiz Schirmer de Mattos⁵

RESUMO: O processo de criação de um Sistema Participativo de Garantia (SPG) no estado de Alagoas tem mobilizado uma diversidade de sujeitos nos territórios, a exemplo de agricultores familiares, assentados de reforma agrária e do crédito fundiário, indígenas, acampados e proprietários de sítios. A efetiva participação dos integrantes do sistema participativo é um dos princípios orientadores do SPG, que, devido à realidade atual de crise na saúde pública ocasionado pela pandemia (COVID-19), foi aprimorado por meio de tecnologias digitais. O presente estudo tem como objetivo evidenciar as estratégias utilizadas para realizar uma etapa relevante do processo de criação do SPG, referente à escolha do nome da rede de agricultores e colaboradores, no âmbito do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Para enfrentar a dificuldade de acesso à internet nas comunidades rurais, bem como o acesso restrito a aparelhos de celular e computadores, foram utilizadas três ferramentas digitais, específicas para cada etapa do processo. A metodologia foi considerada eficaz e assegurou o caráter participativo do processo de “batismo” do SPG, que passou a ser denominado Bem Viver.

PALAVRAS-CHAVE: Certificação Participativa. Campesinato. Mídias Digitais.

THE CREATION OF A PARTICIPATORY GUARANTEE SYSTEM IN PANDEMIC TIMES (COVID-19), IN THE STATE OF ALAGOAS

ABSTRACT: The process of creation of a Participatory Guarantee System (PGS) in the state of Alagoas has mobilized a huge diversity of subjects in the territories: peasant farmers, settled families of agrarian reform and land credit, Indigenous people, camped people and small landowners. The actual participation of members of the participatory system is one of the PGS guidelines, which had to be improved through digital technologies to face the present Covid-19 crisis. This study aims to shed light on the strategies employed to accomplish an important stage of the process of creation of a PGS, related to the choice of who will represent the net of farmers and contributors inside the Participatory Conformity Assessment Body (in portuguese, Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade, OPAC) at the federal level. To overcome the problem of Internet access in rural communities, as well the restrictive access to cellphones and computers, we have employed three

¹ Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente-Universidade Federal de Sergipe. E-mail: biraflorista@yahoo.com.br benattoleandro@gmail.com

² Doutorado em Sociologia-UNIVERSITE de Paris I(Pantheon-Sorbone). Pós-Doutoral no CIRAD. E-mail: ana.gervais@ufrpe.br

³ Graduação em Agronomia Universidade Federal de Alagoas E-mail: elisiogomesj@gmail.com

⁴ Mestrado em Agronomia UFPB, Doutorado em Proteção de plantas E-mail: leiterural@yahoo.com.br

⁵ Mestre em Zootecnia Universidade Federal de Lavras. Doutor em Zootecnia Universidade Federal de Viçosa. E-mail: jorge.mattos@ufrpe.br

digital tools, each one for each stage of the process. The methodology was considered effective and ensured the participatory nature of the process of “baptism” of the PGS, which came to be called the PGS Bem Viver.

KEYWORDS: Participatory Certification. Peasantry. Digital Media.

INTRODUÇÃO

Desde o ano de 2019 a Articulação Alagoana de Agroecologia, denominada Rede Mutum, a Associação de Agricultores Alternativos de Igaci (AAGRA) e um conjunto de famílias camponesas vêm se articulando para constituir no estado de Alagoas um Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Os SPGs são regulamentados pelo Decreto 6.323 de 2007 e pela Instrução Normativa nº 19 de 2009, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2007; BRASIL, 2009), que disciplinam os procedimentos necessários para assegurar que um produto, processo ou serviço atendam aos regulamentos técnicos da produção orgânica, com base na Lei 10.831 de 2003 (BRASIL, 2003). Também denominado de “certificação participativa”, o SPG possui, em sua dinâmica de organização da produção orgânica, características que superam os requisitos mínimos estabelecidos pela legislação. Possui princípios orientadores que não são estritamente relacionados aos aspectos técnico-produtivos e incentiva o envolvimento de um conjunto de agricultores e colaboradores para a sua constituição.

Num SPG, os camponeses e camponesas refletem sobre seus sistemas de produção e dos seus pares. Ademais, definem, reavaliam ou ratificam os diferentes desenhos desses sistemas. Em conjunto decidem, por exemplo, se a unidade de produção visitada possui a conformidade orgânica e, assim, esteja apta a receber o selo Brasil Orgânico, aceito em todo o território nacional.

A formação de redes de produção orgânica e agroecológica é uma das características que permeiam a criação de um SPG (HIRATA *et al.*, 2019). Neste sentido, mais do que processos de vistoria ou auditorias para fiscalizar se a produção atende aos requisitos técnicos da produção orgânica, o SPG configura nos territórios diferentes estratégias de cooperação entre camponeses e destes últimos com os consumidores (CAVALLET *et al.*, 2018). Os participantes do sistema são responsáveis por todas as etapas do processo de garantia da qualidade orgânica, da geração de credibilidade à comercialização dos produtos.

Para o estabelecimento de redes de cooperação e de confiança mútua, é encorajado criar um conjunto de ações nos territórios e nas unidades de produção familiares a fim de envolver os sujeitos no processo, seja para articular

experiências já existentes relacionadas à produção orgânica, seja para inserir novos grupos de camponeses nestas dinâmicas, especialmente com propostas de formação continuada. Ou seja, trata-se de uma busca constante pela autonomia nos territórios camponeses (ROSSET; BARBOSA, 2021).

Com a pandemia ocasionada pela COVID-19 que atingiu o país a partir de fevereiro de 2020, as atividades presenciais foram restritas, pois o distanciamento social foi identificado como uma das principais estratégias para evitar a infecção em grande escala da população (LIMA, 2020). Deste modo, as ações do SPG passaram a ser readequadas para atender às recomendações sanitárias e evitar a contaminação de camponeses e camponesas em seus territórios. Tal fato constituiu-se em um grande desafio para os camponeses e suas organizações em Alagoas, que não possuía nenhum SPG registrado oficialmente. Tratava-se de dar andamento a essa nova experiência em meio à crise na saúde pública do estado e do país como um todo.

O presente texto tem como objetivo sistematizar as estratégias utilizadas para constituir o SPG em meio à pandemia e às recomendações de distanciamento social. Para tal, o estudo aborda as adaptações metodológicas realizadas para viabilizar, de forma participativa e por meio de mídias digitais, o “batismo” de um SPG no estado, a ser inscrito no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG) como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OAC).

O problema da pesquisa foi: quais as ferramentas metodológicas são pertinentes para manter a essência dos processos participativos no SPG em contexto de pandemia? O artigo está organizado em três seções, além da presente introdução e das considerações finais. A primeira seção, está ancorada numa revisão de literatura, na qual se faz uma breve discussão sobre o controle social no âmbito do SPG, exigindo o incentivo à realização de processos participativos nas atividades inerentes à sua criação. A segunda seção envolve os aspectos metodológicos do estudo, ao passo que a terceira seção aborda os resultados do trabalho, envolvendo as ferramentas disponíveis e pertinentes para estruturar um processo coletivo, participativo e com distanciamento social.

O SPG E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ASSEGURAR A GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA

O SPG pode ser considerado como uma metodologia destinada à avaliação da conformidade orgânica de forma participativa, realizada entre os próprios camponeses, podendo envolver também consumidores e colaboradores, a fim de aumentar o nível de confiança no sistema e ampliar a participação (HIRATA et al., 2021). O estímulo à participação é exercitado no nível da família, das comunidades

e entre as comunidades (CAVALLET, et al., 2018). Além da importância social que os processos participativos imprimem nos territórios, a ampla participação permite também reduzir custos do processo de avaliação da conformidade, pois o controle social realizado pelos integrantes do sistema torna-se uma alternativa ao dispositivo de certificação orgânica denominado de terceira parte, procedimento mais propalado pelo mundo (BINDER; VOGL, 2018; NIEDERLE et al., 2020).

Assegurar a participação dos camponeses, consumidores e colaboradores é um desafio constante (KAUFMANN; VOGL, 2017; HIRATA et al., 2021). Estudo desenvolvido por Kaufmann e Vogl (2017) identificou que a constituição de parcerias no âmbito do SPG pode otimizar o tempo dos agricultores, sobretudo na gestão dos documentos necessários para realizar procedimentos visando assegurar confiança no sistema participativo. Com efeito, os camponeses inseridos num SPG, além das atribuições produtivas, devem se responsabilizar por ações recomendadas com vistas à geração de confiança, como a participação em reuniões, em dias de campo, nos cursos, nas visitas de pares e de verificação, bem como manter registros documentais, como o Plano de Manejo Orgânico (PMO), as guias de vendas dos produtos, as notas fiscais e os dados de plantio, adubação e colheita.

Além do apoio à gestão, o conjunto de atores sociais que fazem parte dos SPGs conformam redes de cooperação e comercialização de produtos de base agroecológica e orgânica. Nesse ínterim, são formados coletivos de comercialização solidária (MIRANDA et al., 2021) e constituídas redes alimentares alternativas nos territórios (NIEDERLE et al., 2020). Os circuitos curtos de comercialização são priorizados, ao invés das cadeias longas de comercialização (HIRATA et al., 2019). O conjunto dessas ações possibilita construir caminhos para democratizar o sistema agroalimentar (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ; 2018) e afastar o processo de certificação orgânica do Brasil de uma lógica concentradora dos mercados globalizados e da dinâmica de comercialização das grandes redes varejistas.

A adaptação à realidade da agricultura familiar (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020) possibilitou que mais de 8.000 agricultores passassem a ser certificados via Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) (HIRATA et al., 2021), em diferentes contextos locais (LOCONTO; HATANAKA, 2017) de norte ao sul do país. Mas há ainda poucos estudos sobre os SPGs (BINDER; VOGL, 2018), sobretudo referente ao perfil dos camponeses que integram esses sistemas. A International Federation of Organic Agriculture Moviments (IFOAM) indica que existem cerca de 250 experiências de SPGs pelo mundo, em países que reconhecem oficialmente tal sistema como um mecanismo de avaliação da conformidade orgânica, dando o direito aos camponeses de utilizarem os selos

de produtos orgânicos, bem como de frequentarem mercados específicos para esta qualidade, assim como em países que reconhecem apenas a certificação por terceira parte como procedimento de avaliação de conformidade orgânica. Neste último, os SPGs se configuram como estratégias sociais e autônomas para garantia da confiança entre os sujeitos envolvidos, sem o direito ao uso do selo orgânico (IFOAM, 2018).

Essa realidade intercontinental evidencia que os SPGs são metodologias eficientes para fornecer garantias, bem como são alternativas à dinâmica da agricultura orgânica convencional ou de certificação privada, baseada em sistemas complexos de inspeções, leis, padrões, credenciamento, contratos, certificados, selos e, mais especialmente, interesses comerciais (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ; 2018).

Convém agora destacar características inerentes aos SPGs que reforçam o seu caráter participativo e que o distingue do processo de convencionalização da certificação privada, especialmente: (1) não há inspetores externos que intervêm nos processos de produção e consumo; (2) todas as partes envolvidas definem conjuntamente os padrões e ajudam a avaliar a conformidade; (3) há o exercício constante do diálogo para obter maior transparência e confiança entre os envolvidos; (4) toda documentação gerada no procedimento de garantia é acessível a todos; (5) a garantia da qualidade tem caráter local; (6) a autogestão é definida numa relação entre produtores e consumidores, com honestidade e respeito pela natureza; (7) a horizontalidade constitui um pilar de sua lógica; (8) todas as partes assumem responsabilidades e tomam decisões (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ; 2018).

Com estes princípios, o SGP pode ser concebido como um modelo alternativo para organizar os sistemas agroalimentares locais, com dinâmicas vinculadas aos territórios e adaptadas aos diferentes contextos socioambientais e econômicos dos agricultores. É um processo que resgata às organizações pioneiras da agricultura orgânica, que envolviam produtores e consumidores, antes mesmo das regulamentações oficiais existirem. É oportuno realçar também a relevância da legislação brasileira por ter reconhecido oficialmente os SPGs, o que torna o Brasil país pioneiro nesse âmbito (MEIRELLES, 2020).

Desde o ano de 2020, com o quadro de pandemia, o Brasil enfrenta o desafio de manter as dinâmicas participativas dos SPGs com vistas a preservar uma confiança em torno desta forma de garantia de qualidade orgânica. Neste sentido, foi necessário estabelecer procedimentos remotos e utilizar ferramentas digitais para manter processos ativos. Estudo realizado por Hirata et al. (2021), ao avaliar as primeiras visitas de pares e de verificação em formato remoto, constatou que

o procedimento adotado pelo SPG Sul de Minas foi eficiente para: assegurar a qualidade orgânica da produção; identificar não conformidades; contribuir com a troca de experiências entre os agricultores; promover interação entre os agricultores. Embora houvesse limitações, como a dificuldade dos agricultores lidarem com os celulares e a instabilidade da internet nas comunidades rurais, este estudo ressalta o êxito da experiência.

MATERIAIS E MÉTODOS

A ação aqui descrita, de criação do Sistema Participativo de Garantia (SPG), é organizada pela Rede Mutum de Agroecologia e pela Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA). Para constituição do SPG, são realizadas atividades diversas, como reuniões, visitas de pares e formações sobre temas relacionados ao processo de transição agroecológica, conformidade da produção orgânica, mecanismos de avaliação da qualidade orgânica, legislação orgânica no Brasil, registro de experiências pelos camponeses, organização da produção orgânica para escoamento e estruturação de circuitos curtos de comercialização. São ações que possuem dinâmica própria, pois são planejadas e executadas pelos camponeses, técnicos e colaboradores envolvidos.

Na escolha metodológica da pesquisa, adotou-se o caráter qualitativo, com apoio de dados quantitativos (TRIVINOS, 1987). Com a finalidade de registrar o conjunto de atividades supracitadas, foi utilizado o diário de campo associado à observação participante (OLIVEIRA, 2014). O pesquisador, ao adotar o diário de campo em seus procedimentos metodológicos, tem o papel de descrever elementos relevantes dos processos vivenciados nas diferentes culturas camponesas.

O estudo faz parte da tese de doutorado profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial do autor, que, a partir do método da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986; BALDISSERA, 2001), buscou adentrar na dinâmica local de constituição do SPG como membro colaborador. Na medida que os conhecimentos dos pesquisadores sobre os processos de criação do SPG são ampliados, incrementa-se também, com o decorrer das ações, o conhecimento dos participantes. O levantamento de dados foi realizado entre o período de agosto a dezembro de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A REPRESENTAÇÃO OFICIAL DO SPG

O processo de criação de um SPG no estado de Alagoas está baseado em dinâmicas locais que exigem a ativa participação de seus membros. Trata-se de construção protagonizada por agricultores familiares, assentados de reforma

agrária e do crédito fundiário, indígenas, quilombolas, acampados e proprietários de sítios.

Com o novo cenário de isolamento social recomendado para conter a pandemia (COVID-19), os processos participativos passaram a ser limitados, sobretudo para salvaguardar a saúde das populações rurais e evitar a propagação do vírus pelos territórios. Ao mesmo tempo, as ações produtivas nas comunidades continuaram acontecendo e os procedimentos de constituição do SPG foram readequados para a nova realidade.

A partilha das experiências passou a ser realizada em formato digital, por meio da divulgação de fotos e vídeos gravados pelos próprios agricultores. Importa assinalar que essa dinâmica de socialização das experiências é característica das redes que se constituem em torno da produção de base agroecológica (ROSSET; BARBOSA, 2021), ação que foi incorporada e ampliada no âmbito do SPG, que busca divulgar as experiências produtivas consideradas relevantes sob o ponto de vista da Agroecologia, mas também exercitar o controle social da produção no contexto da garantia de qualidade orgânica por via participativa. Neste sentido, são socializados novos plantios, arranjos produtivos, manejo de insetos e microrganismos, preparos de adubos orgânicos, cercas vivas para formação de barreiras vegetais, dentre outras experiências.

Nesse ínterim, com o objetivo de manter o princípio da participação e adaptar-se às exigências de distanciamento social, o conselho do SPG, formado por representantes de núcleos, construiu em agosto de 2020 um percurso metodológico para escolha do nome do SPG, até então denominado provisoriamente de SPG AAGRA/Rede Mutum.

Deste modo, a escolha do nome do SPG, além de sua importância em termos de identificação em nível local e nacional, dever ser representativa também do ponto de vista da diversidade de participantes do sistema, o que envolve fatores como cultura, etnia e modo de vida das famílias dos agricultores que participam da experiência.

PERCURSO METODOLÓGICO PARA O “BATISMO” DO SPG EM MEIO À PANDEMIA

CRIAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA

O processo de escolha do nome do SPG ocorreu 14 meses após o início das atividades para criação do sistema participativo. Nesse percurso, cerca de 165 agricultores se integraram ao desafio de criar o SPG. Para conduzir um processo de organização local, com autonomia e empoderamento dos envolvidos, foram criados três núcleos territoriais, divididos entre região da Mata, Agreste e Sertão

do estado de Alagoas. Cada núcleo possui grupos locais, criados pelo critério de proximidade das relações sociais e espaciais entre as famílias, totalizando a formação de 20 coletivos. O SPG possui ainda um conselho gestor, formado por dois integrantes de cada núcleo e pela diretoria da AAGRA, que tem como finalidade discutir o direcionamento das ações e atuar também como uma experiência de gestão ampliada do SPG.

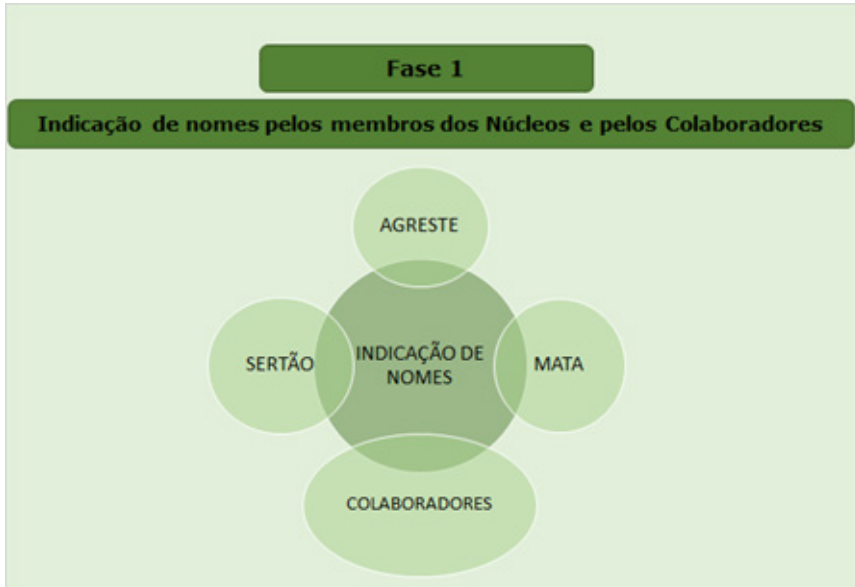
Para construir a proposta metodológica, foi criada uma comissão julgadora, formada por membros do conselho gestor, colaboradores e técnicos extensionistas responsáveis pelas ações nos territórios. Como colaboradores participaram representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da ONG Centro de Apoio Comunitário de Tapera em União a Senador (Cactus), da Rede Mutum de Agroecologia e do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). A campanha foi dividida em três fases, conforme apresentado nas subseções seguintes.

FASE 1 DE ESCOLHA DO NOME DO SPG

A fase 1 foi reservada à proposição de nomes pelos participantes (Figura 1). Inicialmente, foi realizada uma dinâmica de mobilização e sensibilização para discutir a importância da escolha do nome do SPG. Foi selecionada uma ferramenta de mídia digital, o WhatsApp, para socializar a indicação dos nomes pelos participantes.

O processo inicial resultou na indicação de 28 nomes (Figura 2), que passaram a compor a fase seguinte, sendo 10 nomes indicados pelos colaboradores (quadros em cor branca) do SPG e 18 nomes indicados pelos agricultores (quadros em cor verde) integrantes do sistema participativo.

Figura 1 - Fase 1 do processo de batismo do SPG.



Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Figura 2 - Nomes de batismo do SPG indicados pelos participantes na fase 1.



Fonte: elaborado pelos autores (2020).

FASE 2 DE ESCOLHA DO NOME DO SPG

A Fase 2 do processo de batismo esteve a cargo da comissão julgadora, que reduziu o número de propostas de 28 para o máximo de dez nomes, com a finalidade de submetê-los a uma rodada final de escolha pelos demais participantes do SPG. Esta comissão julgadora foi composta por 16 integrantes, dois representantes de cada núcleo, o equivalente a seis membros; dois representantes da diretoria da AAGRA; três técnicos extensionistas e quatro membros colaboradores das instituições parceiras (Embrapa Alimentos e Território, CPT, INCRA e Rede Mutum).

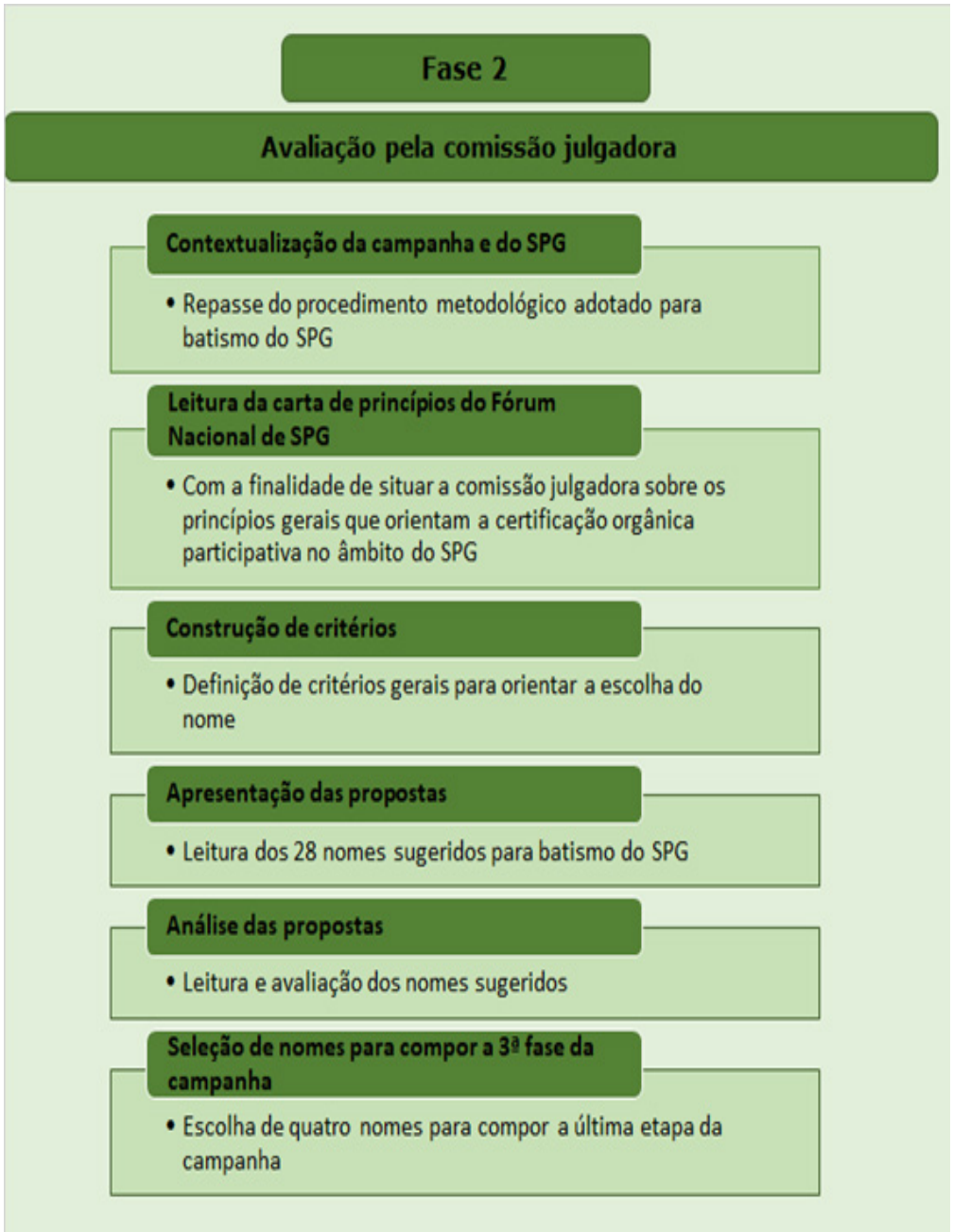
A comissão julgadora se reuniu para discussão das propostas, utilizando-se da plataforma digital denominada Google Meet, ferramenta apropriada a esse tipo de reunião. O encontro remoto teve como objetivo a construção coletiva de critérios gerais para seleção das dez proposições. Para tal, foi inicialmente lida a carta de princípios do Fórum Brasileiro de SPG e OCS, com a finalidade de situar os participantes a respeito do debate nacional sobre os sistemas participativos. Na figura 3, é descrito o passo a passo do trabalho desenvolvido pela comissão.

A observância dos princípios definidos pelo Fórum foi fundamental nessa fase inicial de definição dos critérios de escolha do nome do SPG. Sua relevância não está somente associada à orientação do trabalho a ser desenvolvido pelo SPG, bem como ao processo de garantia participativa de qualidade, de modo a proporcionar confiança de que o produto é desenvolvido sem o uso de contaminantes, mas igualmente ao papel de assegurar que os demais valores sociais estejam embutidos naqueles produtos (OLIVEIRA, 2012).

Os critérios definidos para orientar a escolha do nome foram os seguintes: (1) ser representativo para o estado de Alagoas; (2) contemplar as questões de gênero, ou pelo menos não excluir; (3) ser um nome curto; (4) possuir algum elemento simbólico com representação da família e (5) que remeta a algum sentimento para os grupos do SPG. Como regra geral, os dez nomes escolhidos deveriam atender a pelo menos um desses critérios.

A comissão julgadora ao avaliar as 28 propostas de nomes indicados na primeira fase, considerando os critérios eleitos para a segunda fase, determinou a escolha de apenas quatro nomes para a próxima fase e não dez como inicialmente proposto na metodologia. As denominações selecionadas foram: (1) Toró das Alagoas; (2) ZumbiDanda; (3) Bem Viver e (4) Croá (Figura 4). Com efeito, a comissão julgou que os outros 24 nomes não atendiam aos critérios previamente definidos.

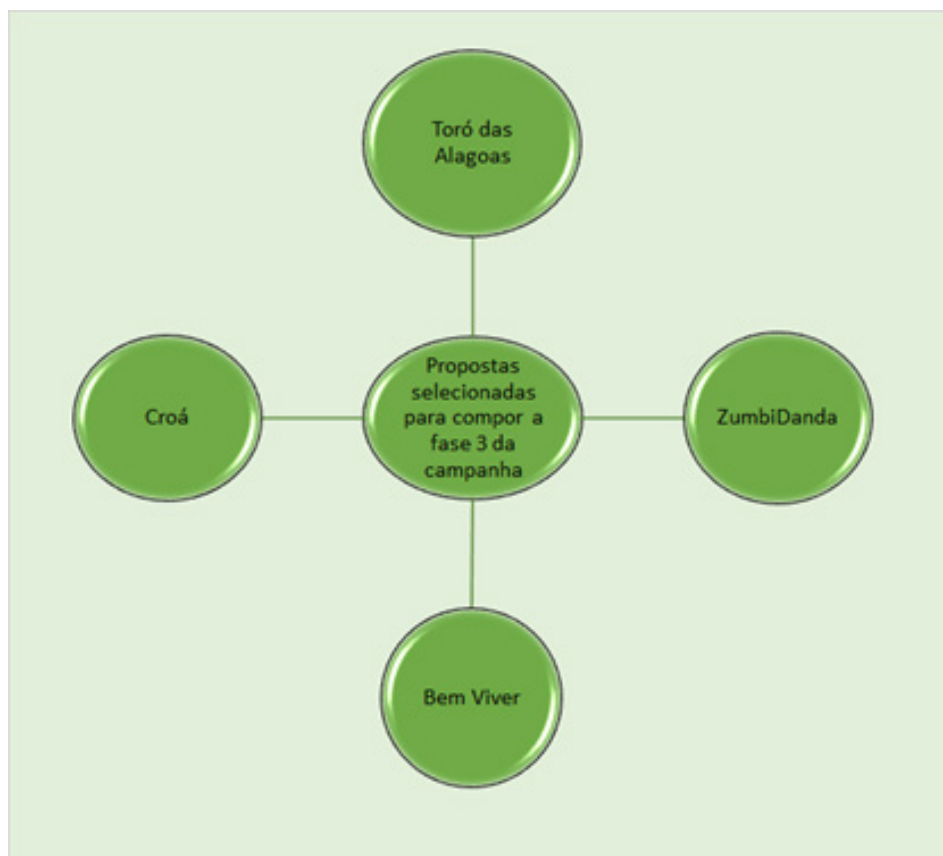
Figura 3 - Passo a passo do trabalho desenvolvido pela comissão julgadora na fase 2 do processo de batismo do SPG.



Fonte: elaborado pelos autores (2020).

A comissão julgadora ao avaliar as 28 propostas de nomes indicados na primeira fase, considerando os critérios eleitos para a segunda fase, determinou a escolha de apenas quatro nomes para a próxima fase e não dez como inicialmente proposto na metodologia. As denominações selecionadas foram: (1) Toró das Alagoas; (2) ZumbiDanda; (3) Bem Viver e (4) Croá (Figura 4). Com efeito, a comissão julgou que os outros 24 nomes não atendiam aos critérios previamente definidos.

Figura 4 - Relação dos quatro nomes selecionados para compor a fase 3 do processo de batismo do SPG.



Fonte: elaborado pelos autores (2020).

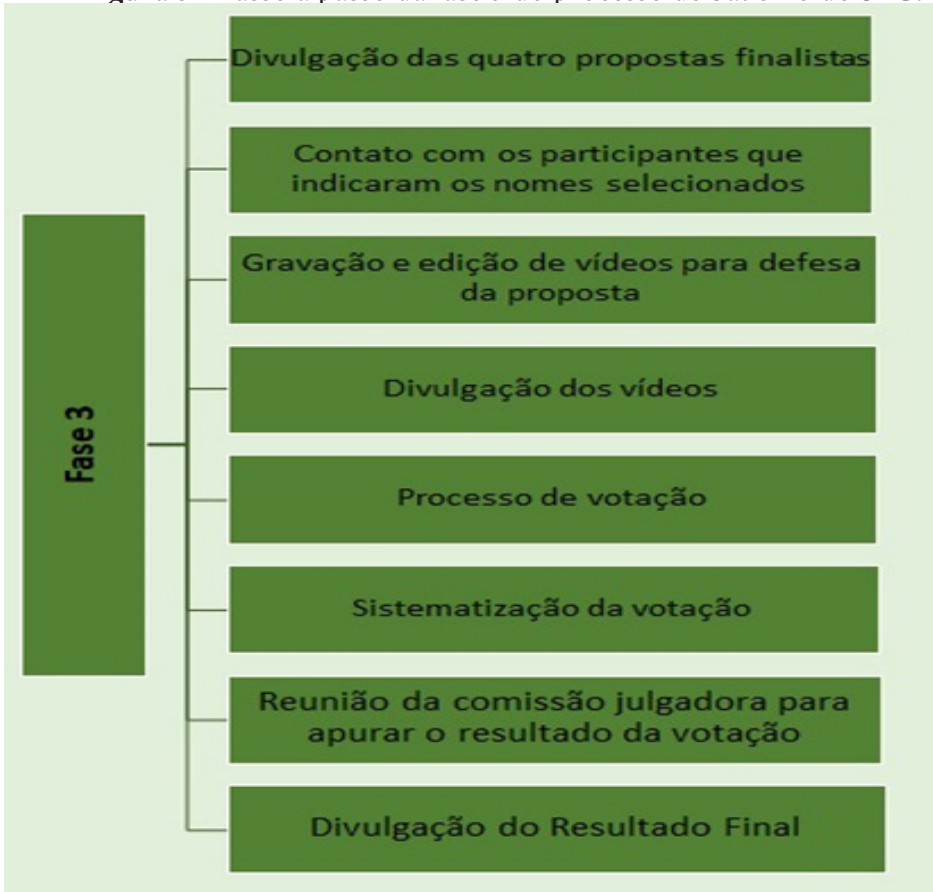
FASE 3 DE ESCOLHA DO NOME DO SPG

A fase 3 da campanha visou a seleção final do nome oficial do SPG, entre os quatro nomes indicados na fase 2. A metodologia utilizada para a fase 3 contou

com o uso de outra plataforma digital, YouTube, direcionada ao compartilhamento de vídeos.

Com a finalidade de assegurar a ampla divulgação e participação dos membros do SPG, bem como elucidar a intencionalidade de cada proposta finalista, coube aos membros responsáveis pelas indicações justificar a sua proposição por meio de vídeo. Na figura 5, é ilustrado o passo a passo dessa fase.

Figura 5 - Passo a passo da fase 3 do processo de batismo do SPG.

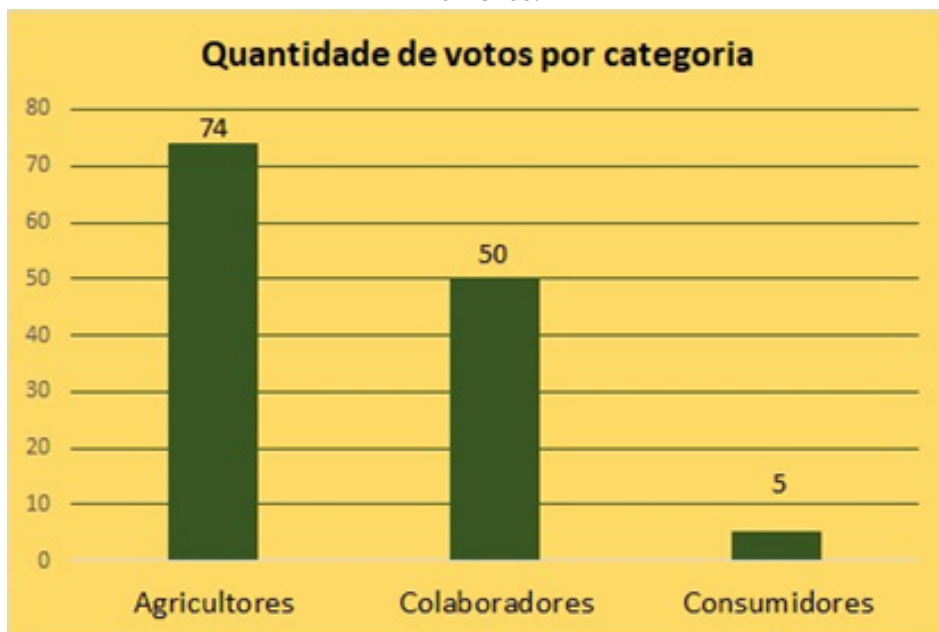


Fonte: elaborado pelos autores (2020).

A orientação da comissão foi de que os vídeos deveriam ter a duração de no máximo dois minutos e conter informações pertinentes para a escolha do nome pelos participantes da campanha. Os vídeos gravados foram enviados para a comissão julgadora que realizou a edição e posteriormente publicação no YouTube.

A votação foi realizada por meio do Whatsapp e contou com ampla participação dos membros do SPG: 74 agricultores, 50 colaboradores e 5 consumidores, totalizando 129 votos (Figura 6). O resultado da votação revela que a metodologia adotada foi assertiva para garantir a participação, sobretudo dos agricultores, considerando o período atípico de pandemia. Esta participação pode ser evidenciada também pela quantidade de visualizações dos vídeos, conforme levantamento realizado na presente pesquisa, a saber: (1) Toró das Alagoas, 112 visualizações; (2) ZumbiDanda, 77 visualizações; (3) Bem Viver, 110 visualizações; e (4) Croá, 138 visualizações.

Figura 6 - Resultado da votação de escolha do nome do SPG por categoria de membros.



Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Por fim, o processo de “batismo” se concluiu com a escolha do nome Bem Viver, com 60 votos (47%). O segundo, terceiro e quarto colocados foram Croá, Toró das Alagoas e ZumbiDanda com 37, 22 e 10 votos, respectivamente (29%, 17%, 8%).

O nome Bem Viver é uma expressão que remete a novas relações entre ser humano e natureza, enfatizando o respeito a todas as formas de vida na terra (ALBUQUERQUE, 2021). Friggeri (2021) assinala que o termo Bem Viver tem origem

na América Latina e possui um viés popular. O autor fundamenta a compreensão do termo a partir da realidade dos povos indígenas, que possuem dinâmicas em que a centralidade das atividades em suas sociedades está na comunidade, baseada numa ética de reciprocidade; diferente da lógica capitalista de exploração do homem e da natureza em relações dominadas pela individualidade.

Silva (2014) e Friggeri (2021) afirmam que o Bem Viver possui caminhos não capitalistas, de caráter emancipatório da sociedade e decolonial. Bem Viver é definido como sendo “o horizonte utópico de construtores de caminhos comprometidos com a felicidade dos povos e a sustentabilidade de seus modos de vida” (SILVA, 2017, p. 1). Para o autor, é necessário compreender as formas de apropriação do capital e decolonizar o saber, as relações do ser humano na sociedade e as formas de apropriação da natureza.

Deste modo, o nome escolhido para representar o SPG em Alagoas carrega um conjunto de proposições teóricas emancipatórias, não coloniais e com caráter comunitário. A busca pela maior autonomia dos agricultores membros do sistema, que se afasta da lógica centralizadora do capital, sobretudo no tocante aos sistemas agroalimentares, faz da referida escolha não apenas um nome, mas um conceito que imprime horizontes a serem percorridos. O SPG, ao buscar construir novas relações no campo, estreita seu vínculo com as definições do Bem Viver.

O trabalho em rede, o comprometimento com a produção, a seriedade, a avaliação da conformidade, a soma de conhecimentos e a construção de um tecido social compacto fazem do SPG mais do que um mecanismo para certificação, mas uma metodologia que tem aproximado pessoas, organizado grupo de agricultores e potencializado o empoderamento e a autonomia no campo (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020. p. 46).

No mesmo sentido, o SPG atua também como um instrumento pedagógico para articular e motivar os membros do sistema participativo. A participação, transparência e a confiança são princípios fundamentais para o controle social da política pública e para fortalecer laços entre os agricultores envolvidos, bem como entre as comunidades.

Embora a pandemia tenha forçado o distanciamento social dos membros integrantes do SPG, a metodologia adotada mostrou-se adaptada à realidade do momento e capaz de estabelecer dinâmicas horizontais e participativas viáveis para alcançar os objetivos propostos, sobretudo diante do desafio de “batizar” um processo social de geração de autonomia e confiança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto apresenta uma estratégia metodológica para desenvolver ações no âmbito do processo de criação de um SPG no contexto de pandemia, com foco na escolha do nome que representa a experiência de garantia participativa da qualidade orgânica em nível local e nacional. O referido processo foi ajustado para assegurar dinâmicas participativas e horizontais, sem o contato físico entre os participantes, ou seja, com distanciamento social.

A metodologia construída mostrou-se eficaz e adaptada à realidade. Foram utilizadas três ferramentas de mídias digitais para cumprir o objetivo proposto. Aquelas mais populares e, de certa forma, mais acessíveis aos agricultores (as), como Whatsapp e YouTube, foram utilizadas em etapas que exigiam maior participação dos envolvidos. No caso do Google Meet, plataforma menos habitual para os membros do SPG, seu uso ocorreu apenas no momento da reunião de análise das propostas por parte da comissão julgadora.

A adaptação aqui apresentada ilustra a resiliência de agricultores, que, mesmo em momento de crise sanitária e social provocada pela pandemia, conseguiram cumprir uma etapa relevante e emblemática do processo de construção do SPG, que é a escolha de seu nome, mantendo um caráter participativo e um controle social do processo pelos seus membros.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. P. de. Popular Education and decoloniality: resistances, re-existences and powers for an inclusive health care and collective projects for the “Living well”. *Revista Interface*, v. 25, p. 1 – 5, 2021.

BALDISSERA, A. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “Agir” coletivo. *Sociedade em Debate*, v. 7, n. 2, p.5-25, 2001.

BINDER, N.; VOGL, C. R. Participatory Guarantee Systems in Peru: two case studies in Lima and Apurímac and the role of capacity building in the food chain. *Sustainability*, v. 10, p. 1-21, 2018. <https://doi.org/10.3390/su10124644>.

BRASIL. **Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº19**, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>. Acesso em: 05 ago. 2021.

CAVALLET, L. E.; CANAVARI, M. NETO, P. F. Participatory guarantee system, equivalence and quality control in a comparative study on organic certifications systems in Europe and Brazil. **Rev. Ambiente & Água**, v.13, n.4, p. 1-12, 2018. <https://doi.org/10.4136/ambi-agua.2213>.

CUÉLLAR-PADILLA, M.; GANUZA-FERNANDEZ, E. We don't want to be officially certified! Reasons and implications of the participatory guaranteed systems. **Sustainability**, v.10, p. 1-15, 2018. <https://doi.org/10.3390/su10041142>.

FRIGGERI, F. P. Buen vivir y socialismo indoamericano: una búsqueda epistémico-política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 105, p. 1 – 17, 2021. <https://doi.org/10.1590/3610513/2020>.

HIRATA, A. R.; FERNANDES, S. G.; ROCHA, L. C. da; BERGAMASCO, S. M. P. P.; SILVA, A. G. da; OLIVEIRA, D.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. de. Sistema Participativo de Garantia Orgânicos Jequitinhonha: o desafio da participação em tempos de pandemia. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 1, p. 92-108, 2021. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2021.v24i1.471>.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; ASSIS, T. R. de P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. The Contribution of the Participatory Guarantee System in the Revival of Agroecological Principles in Southern Minas Gerais, Brazil. **Sustainability**, v.11, n. 17, p. 1-15, 2019. <https://doi.org/10.3390/su11174675>

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Panorama Nacional dos Sistemas Participativos de Garantia. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Org.) **Sistemas Participativos de garantia no Brasil: histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSuldeminas, p. 13-48, 2020.

IFOAM – Organics International. **The Global PGS Newsletter**: updates on participatory guarantee systems worldwide, v. 8, n.6, 2018. Disponível em: https://www.ifoam.bio/sites/default/files/2020-03/pgs_newsletter_nov_dec_2018.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

KAUFMANN, S.; VOGL, C. R.; Participatory Guarantee Systems (PGS) in Mexico: a theoretic ideal or everyday practice. **Agriculture and Human Values**, v. 35, p. 457-472, 2018. <https://doi.org/10.1007/s10460-017-9844-2>.

LIMA, R. C. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n.2, p. 1-10, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300214>.

LOCONTO, A. M.; HATANAKA, M. Participatory guarantee systems: alternative ways of defining, measuring, and assessing “sustainability”. **Sociologia Ruralis**, v. 58, n.2, p. 1-19, 2017. <https://doi.org/10.1111/soru.12187>.

MEIRELLES, L. A origem da certificação participativa e o desafio dos sistemas participativos de garantia. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da. **Sistemas participativos de garantia do Brasil**: histórias e experiências. Pouso Alegre: IFSUL-DEMINAS, 2020, p.51-64.

MIRANDA, D. L. R.; ESCOSTEGUY, I. L.; ROVER, O. J.; SAMPAIO, C. A. C. Construção social de mercados orgânicos: o caso das células de consumidores responsáveis em Florianópolis-SC. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, p.1-14, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.220071>.

NIEDERLE, P.; LOCONTO, A.; LEMEILLEUR, S.; DORVILLE, C. Social movements and institutional change in organic food markets: evidence from participatory guaranteed systems in Brazil and France. **Journal of Rural Studies**, v. 78, p. 282-291, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.06.011>.

OLIVEIRA, M. B. de. Certificação participativa e Agroecologia: processos de organização e resistência camponesa na mata paraibana. **Revista Agrária**, São Paulo, v.1, n. 16, p. 35-62, 2012. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i16p35-62>.

OLIVEIRA, R. de C. M. de. (Entre)linhas de uma pesquisa: o diário de campo

como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v2., n.4, p. 69-87, 2014.

ROSSET, P. M.; BARBOSA, L. P. Autonomía y los movimientos sociales del campo en América Latina: um debate urgente. **Aposta Revista de Ciências Sociais**, n. 89, p. 8-31, 2021.

SILVA, J. de S. **Construindo caminhos decoloniais para o Bem Viver: alternativas de ou alternativas ao desenvolvimento?** (2017). Disponível em: <http://docplayer.com.br/75481591-Construindo-caminhos-decoloniais-para-o-bem-viver-alternativas-de-ou-alternativas-ao-desenvolvimento-1-jose-de-souza-silva-2-introducao.html>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SILVA, J. de S. O dia depois do desenvolvimento: giro filosófico para a construção de uma agricultura familiar agroecológica. **Revista Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 401 – 420, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.



Caminhos da transição agroecológica: comparação entre práticas alternativas de dois segmentos de agricultores familiares, no território noroeste paulista

Natália Gabriela Rós Marques de Oliveira¹

Antonio Lázaro Sant'Ana²

Túlio Gabriel Rós Marques de Oliveira³

RESUMO: Este trabalho teve como origem pesquisas que buscaram gerar informações a respeito de práticas e conhecimentos referentes à agroecologia no Território Noroeste Paulista (SP). O objetivo deste artigo foi analisar, comparativamente, junto a agricultores assentados da reforma agrária e de uma associação composta também de agricultores familiares, quais as técnicas e valores, provindos de suas tradições, são implementados ou orientam a organização de seus sistemas de produção e que podem ser considerados como pertinentes ao processo de transição agroecológica. Foram utilizados questionários aplicados, na forma de entrevista, junto a total 23 famílias de três assentamentos rurais e a 34 membros da Associação de Produtores Rurais de Pontalinda – APRUPO, todos situados no referido Território. Os resultados evidenciaram que os assentados compõem um grupo mais jovem em comparação aos associados e possuem menor experiência como agricultores. Ambos segmentos apresentam expressiva diversificação de produção, em termos de culturas e criações. Entre os associados da APRUPO, em torno de $\frac{3}{4}$ dos pesquisados utilizam agrotóxicos para o controle fitossanitário, enquanto entre os agricultores assentados, a maioria emprega formas alternativas de controle de pragas, doenças e plantas espontâneas, quando analisadas em conjunto. Embora não haja ações sistemáticas visando estimular processos de transição agroecológica, pode-se considerar que parte dos associados da APRUPO e a maioria dos assentados pesquisados situam-se em um estágio intermediário entre a redução e a substituição do uso de agrotóxicos por métodos alternativos que proporcionam maior sustentabilidade em termos ecológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Assentados da Reforma Agrária; Associados da APRUPO; controle fitossanitário; Conhecimento Tradicional.

PATHS OF STRUGGLE: HISTORICITY, CHALLENGES AND TRANSFORMATIONS IN THE COURSE OF THE PORTO SEGURO SETTLEMENT, MARABÁ, PARÁ

ABSTRACT: This work had as its origin researches that sought to obtain information about practices and knowledge about the agroecology in the Northwest Paulista Territory (SP). The objective of this scientific paper was to analyse, comparatively, with the farmers approved by the agrarian reform and an association also composed of family members, which techniques and values, provided by their traditions, implemented or oriented to the organization of their production systems and which can be considered relevant in the process of agroecological transition. A total of 23 families from three agricultural settlements and 34 members of the Pontalinda Rural Producers Association - APRUPO were interviewed. The results showed that the settlers

¹ Mestranda em sistemas de produção do curso de pós-graduação em agronomia, Unesp, Câmpus de Ilha Solteira. E-mail: nataliarosm@gmail.com

² Prof. Livre-docente em Sociologia, Faculdade de Engenharia da Unesp, Câmpus de Ilha Solteira. E-mail: lazaro.sant@unesp.br

³ Graduação em andamento em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Maringá, UEM. E-mail: tuliorosmarques@hotmail.com

make up a younger group compared to the associates and have less experience as farmers. Both groups show significant production diversification in terms of cultures and creations; among the APRUPO's associates, $\frac{3}{4}$ use pesticides for an phytosanitary control, while among the farmers settle they mostly undertake alternative forms of control of pests control, disease and spontaneous plants, when taken together. Although there are no systematic actions to implement agroecological transition processes, it can be considered that part of APRUPO's associates researched and the mainly of assemblies who answered the research are in an intermediate phase between the reduction and substitution of the use of pesticides by alternative methods that provide greater sustainability, in ecological therms.

KEYWORDS: Land reform settlements; aprupo's associates; phytosanitary control; traditional knowledge.

INTRODUÇÃO

Pretende-se neste trabalho discutir, em uma perspectiva comparativa, os resultados de pesquisa realizada junto a dois segmentos de agricultores familiares do Território Noroeste Paulista: os agricultores de três assentamentos rurais de reforma agrária e os membros de uma associação composta de agricultores familiares que obtiveram a terra por meio de herança ou compra. A pesquisa que deu origem a este artigo visou analisar quais práticas e valores, ligados as suas tradições, são utilizados pelos dois grupos de agricultores familiares, na condução dos sistemas de produção e que podem estar relacionados a processos de transição agroecológica; assim como verificar o conhecimento dos agricultores sobre o conceito e os princípios da agroecologia.

Segundo Santos (2000, p.96), território é “[...] o chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”.

O Território Noroeste Paulista, homologado em 31 de outubro de 2007, é composto por 36 municípios que formam as Microrregiões Geográficas de Jales e Fernandópolis, além de dois municípios da Microrregião de Votuporanga (Paris e Valentim Gentil). A agricultura familiar abrange cerca de 73% dos 9.021 estabelecimentos agropecuários, mas ocupam apenas 30% da área do Território. O desenvolvimento da fruticultura (com destaque para a uva fina e rústica, a laranja para mesa e o limão), substituindo as lavouras de café, deu uma característica diferenciada, especialmente à Microrregião de Jales. Na década passada houve uma expansão significativa da cultura da cana de açúcar, mas também continua sendo relevante a pecuária de corte e de leite (PLURAL, 2011).

Com base em informações do Painel dos Assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA verifica-se que há cinco assentamentos na área de abrangência do Território Rural Noroeste Paulista. Com exceção do PA Santa Rita (município de Turmalina), implantado em 1987, os outros quatro assentamentos (P. A. Ranchão em Pontalinda; P. A. União em Guarani D’Oeste; P. A. Fazenda Bom Jesus em Indiaporã e P. A. Padre Jósimo em Aparecida D’Oeste) foram criados a partir de 2013, sendo que no total as áreas dos projetos têm capacidade de assentar 243 famílias, mas acordo com os dados do INCRA (2016) havia 199 famílias assentadas.

Quanto às organizações de agricultores familiares, Saron e Hespanhol (2012) identificaram sete associações e uma cooperativa que operavam com o Programa de Aquisição de Alimentos, em sete municípios; mas também há organizações que foram criadas após a implantação dos assentamentos rurais e outras que, na época, não atuavam com o PAA, em pelo menos mais cinco municípios do Território. Essas organizações desempenham um papel relevante, quando desenvolvem ações que contribuem para reforçar as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares.

Embora a geração de informações sobre práticas e conhecimentos, referentes à agroecologia seja um aspecto importante para identificar as estratégias dos agricultores familiares, não foram encontradas pesquisas científicas (até à época da pesquisa) que buscam estudar esse processo nos municípios que compõem o Território Noroeste Paulista.

BREVE CONTEXTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

A questão agrária e seus problemas no Brasil acabam por relacionar-se com questões estruturais que historicamente são responsáveis pelas dificuldades de se realizar um efetivo processo de desenvolvimento rural do país, o que acaba por privilegiar os poucos que contém os meios de produção, a influência política e as finanças (GIRARDI, 2008).

Na década de 1960, no contexto da reforma agrária na venezuelana, é que, pela primeira vez, surgiu o termo “assentamento”, difundindo-se em seguida ao restante do mundo. Um assentamento rural pode ser definido como a criação de novas unidades de produção agrícola, utilizando-se políticas governamentais para este fim, com o objetivo de se reordenar o uso da terra, a favor dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BERGAMASCO NORDER, 1996).

No Brasil, os estudos a respeito dos assentamentos rurais tiveram início no começo dos anos 1980, abordando debates sobre a questão agrária no país. A origem dos assentamentos rurais no Brasil se dá por meio de políticas do Estado

e, principalmente, pela pressão dos trabalhadores e seus aliados (MEDEIROS; STERCI, 1994).

Observa-se que o período de intensificação pela luta da terra ocorreu entre 1988 até 2006, estendendo-se aos dias atuais retração tanto das ações dos movimentos sociais, como do poder público. A partir de 1995, com o ápice em 1999, com forte atuação dos movimentos de luta pela terra, houve um aumento significativo de famílias assentadas, sendo estes anos correspondentes aos governos de Fernando Henrique Cardoso. A força dos movimentos sociais levou à adoção de uma Medida provisória (2.027-38 de 4 de maio de 2000), a qual criminalizava a luta pela terra. Em 2001, esta medida ainda foi substituída por outra ainda mais clara quanto à criminalização (Medida Provisória 2.109-52 de 24 de maio de 2001), a qual previa a retenção da vistoria de imóveis rurais ocupados por dois anos, além de excluir os trabalhadores que participam de ocupações. Após estas medidas houve redução significativa de famílias assentadas. Apenas se dá a recuperação do crescimento de ocupações e de famílias assentadas em 2003, com o então governo de Luiz Inácio Lula da Silva, devido à minimização da aplicação da criminalização (GIRARDI, 2008).

Bergamasco e Norder (1996) estimaram que em 1994 existiam algo em torno de 350.000 famílias assentadas, distribuídas em 1.500 núcleos. Em 2015, quase um milhão de famílias viviam em assentamentos e áreas reformadas; sendo que no estado de São Paulo, constava no cadastro do INCRA 17.483 famílias assentadas (INCRA, 2016).

Para que haja o estabelecimento estável da agricultura familiar, com enfoque nos assentamentos, existem três etapas a serem cumpridas. A primeira refere-se à ocupação e criação dos assentamentos rurais, e é obtida por meio da luta social e do reconhecimento do governo destas ações de movimentos socioterritoriais. A segunda etapa refere-se à conquista das condições de vida para os agricultores do local, sendo a terceira a conquista das condições de produção na terra ocupada. Dessa forma pode-se inferir que para que seja realizada uma efetiva Reforma Agrária no país, não cabe apenas ser assegurada ao agricultor a terra, mas também as condições de vida e de produção adequada (GIRARDI, 2008).

Medeiros (2015) avalia que, no período recente, vê-se cada vez mais um atrelamento do conceito de agricultura familiar ao conceito de agricultura moderna e produtiva, conduzindo a uma agricultura familiar com conceitos de empreendedorismo, que caminham em direção ao agronegócio, sendo esta visão reforçada pelo poder da bancada ruralista no Congresso Nacional, a qual também contribui para um estado de silenciamento das potencialidades da reforma agrária para a reestruturação econômica, social e política no Brasil. Segundo Delgado e Bergamasco (2017), a partir de 2016, assistiu-se a um fim de ciclo, ao invés de

apenas um término, ao compararem a linha política do governo anterior com aquele que entrara em vigência, com o afastamento de qualquer perspectiva de ampla distribuição de terras.

AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR

Apesar de ter proporcionado aumento da produtividade dos principais cultivos, mundialmente, a Revolução Verde demonstrou-se não sustentável, desencadeando uma série de danos ao meio ambiente, provocando perdas de biodiversidade e do conhecimento tradicional a ela associado, favorecendo, ao longo do tempo, agricultores mais ricos, e empobrecendo os demais. Diante deste quadro, alguns debates a respeito da soberania alimentar e de sistemas produtivos pautados na agroecologia começaram a ganhar força e visibilidade (ALTIERI, 2010).

A agroecologia, mais do que um sistema agrícola, é uma ciência que busca agregar conhecimentos que permitam a construção de estilos de agricultura sustentáveis. Tem como objeto a análise sistemática dos agroecossistemas, visando a construção de bases científicas para o apoio da transição dos modelos de produção convencionais para os estilos de agricultura sustentáveis, mas também busca aliar o conhecimento local (baseando-se em questões históricas, sociais e culturais) ao conhecimento científico (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Alguns sistemas agrícolas pautados em agroecologia e possuindo como base conhecimentos de indígenas, de agricultores familiares, de instituições não governamentais e algumas governamentais, instituições acadêmicas, estão demonstrando que é possível haver a melhoria da segurança alimentar, com manutenção dos recursos naturais e da agrobiodiversidade, com conservação do solo e água, sendo essas experiências comprovadas em centenas de comunidades rurais de várias regiões do mundo (PRETTY; MORRISON; HINE, 2003).

Os sistemas de cultivo baseados nos preceitos da agroecologia não preveem um combate direto e remediador de pragas e doenças, sendo o foco a melhoria da qualidade do solo no intuito de tornar as plantas fortes e saudáveis, aptas para resistirem naturalmente às pragas e doenças, além de estimular o desenvolvimento de organismos benéficos à vida do solo por meio da diversificação do agroecossistema (GLIESSMAN, 2000).

Para que surjam novos modelos de agricultura pautados em um cultivo mais ajustado aos ciclos ecológicos, biodiversos, sustentáveis e socialmente justos é necessário considerar o conhecimento ecológico da agricultura tradicional de pequena escala, os quais foram responsáveis por fornecer alimento para o mundo durante séculos, além de ainda hoje alimentar milhões em muitas partes do planeta (ALTIERI, 2004).

Essa transição de um modelo convencional para outro de cunho mais ecológico, baseado nos preceitos da agroecologia, ocorre gradualmente, sem que se determine um final para a mesma, sendo composto por três níveis principais, segundo Gliessman (2000), o primeiro nível do processo está embasado no “incremento da eficiência de práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente”; o segundo nível do processo de transição ou conversão, corresponde à “substituição do uso de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas”; e por último, o nível referente ao “redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base em novos conjuntos de processos ecológicos” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p.14). Sob uma ótica mais recente, Gliessman *et al.* (2006) discute um quarto nível de transição agroecológica, que para o autor definir-se-ia como a reconexão entre agricultores e consumidores por intermédio da transformação ética, moral e social de valores.

Os sistemas de agricultura diversificados nos quais o agricultor, em pequena escala, produz várias culturas em conjunto (como grãos, frutas, verduras, feno, entre outras) resultam em uma produção maior do que as monoculturas, como o milho cultivado em grande escala, apesar do contrário ser propalado pelos defensores da agricultura convencional. Estes modelos produtivos, aliados aos saberes científicos agroecológicos, dão ao agricultor familiar a oportunidade de produzir sem prejuízos irreversíveis ao meio, de forma rentável, e com qualidade (ALTIERI, 2010).

A agricultura familiar é uma nova categoria sociopolítica, surgida na década de 1990, por meio da qual se buscou por reconhecimento e direitos, principalmente a partir dos movimentos sindicais do campo (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014). Wanderley (2000) considera que o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi uma das expressões dessa mudança na forma como a agricultura familiar era vista, como “os pobres do campo”, ou “os produtores de baixa renda”.

Segundo a Lei nº 11.326/2006 é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que dirige e trabalha em estabelecimento ou empreendimento com a maioria da mão-de-obra proveniente da sua família; detenha área de até 4 módulos fiscais; e tenha a renda familiar predominantemente originada das atividades econômicas vinculadas a seu estabelecimento ou empreendimento (BRASIL, 2006).

Atribui-se à agricultura familiar a absorção de empregos (por ser a que mais agrega mão de obra), a produção da maior parte do alimento consumido no campo e nas cidades, a redução do êxodo rural (manutenção das famílias no campo)

e a contribuição para a geração de riquezas do país (GUILHOTO; AZZONI; SILVEIRA, 2007).

A relativa autonomia dos agricultores familiares para administrar os recursos naturais é vital para que haja a continuidade de práticas alternativas de agricultura. Schmitt (2013) avalia que há interesse de empresas transnacionais em limitar ou aniquilar essa autonomia, sendo a agroecologia uma maneira de se retomar a gestão exercida pelos agricultores familiares, de forma mais independente.

Os princípios agroecológicos são majoritariamente adotados por agricultores familiares, a partir das práticas culturais e tradicionais do povo de cada região, levando-se em conta os “saberes” e valores passados entre as famílias. Carneiro (1999) afirma que a produção agrícola familiar é sustentada por relações que dialogam entre tradições culturais e novas ideias, em uma tentativa de se criar rearranjos que a adaptem às condições econômicas e sociais vigentes.

A forma como a agricultura familiar ocupa o campo e dinamiza sua vida social se opõe à atuação despovoadora e predatória da agricultura latifundiária, à qual é a dominante na sociedade (WANDERLEY, 2000). Portanto, a luta pela terra, por meio da política de reforma agrária, tem um significado que vai além do aspecto técnico-produtivo.

METODOLOGIA

Foram pesquisados agricultores de três assentamentos rurais de reforma agrária do Território Noroeste Paulista e os membros da Associação de Produtores Rurais de Pontalinda – APRUPO, composta de agricultores familiares que obtiveram a terra por meio tradicional (herança ou compra).

Os três assentamentos foram criados em 2013: Projeto de Assentamento (P. A.) Ranchão em Pontalinda com um total de 30 famílias assentadas; P. A. União, em Guarani D’Oeste, com 59 famílias; P. A. Bom Jesus, em Indiaporã, com 66 famílias. Não foram incluídos na pesquisa o P. A. Santa Rita, pois foi implantado em 1987 e apresenta outra dinâmica em relação aos demais e o P. A. Padre Jósimo, criado em 2014, mas que, na época da pesquisa, ainda estava em fase inicial de implantação. Os agricultores pesquisados foram escolhidos aleatoriamente, de acordo com a localização de seus lotes, próximos às áreas de acesso. No período de novembro de 2016 a fevereiro de 2017 foram entrevistadas 23 famílias assentadas (9 do P. A. União; 7 do P. A. Ranchão e também 7 do P. A. Bom Jesus), sendo que a finalização da pesquisa ocorreu quando se detectou a saturação teórica das respostas quanto às principais questões da pesquisa (MUSIS; CARVALHO; NIENOW, 2009), que se referiam às práticas e conhecimentos ligados à transição agroecológica utilizados pelos agricultores.

No caso da APRUPO foram pesquisados 34 agricultores, considerando-se que, apesar de o número total de associados ser de aproximadamente 100 pessoas, nessa Associação específica, cada membro de uma mesma família, residente em um mesmo estabelecimento, é considerado também um membro da associação. Desta forma 34 entrevistados abrangeu um número de pessoas suficiente para fornecer informações de quase todas as famílias participantes da associação.

As entrevistas foram realizadas, no mês de julho de 2018, na principal feira livre de Pontalinda (SP) e nas propriedades dos agricultores com a utilização do mesmo questionário aplicado às famílias assentadas, com pequenos ajustes que não alteraram as principais questões da pesquisa. Também nesse caso o trabalho de campo foi encerrado quando se percebeu a saturação teórica das respostas quanto às principais questões da pesquisa (MUSIS; CARVALHO; NIENOW, 2009).

Em ambos os casos tratou-se de uma amostra intencional (GIL, 2008), que embora utilize dados quantitativos, teve como objetivo principal apreender, em termos qualitativos, os aspectos envolvidos na possível construção de processos de transição agroecológica.

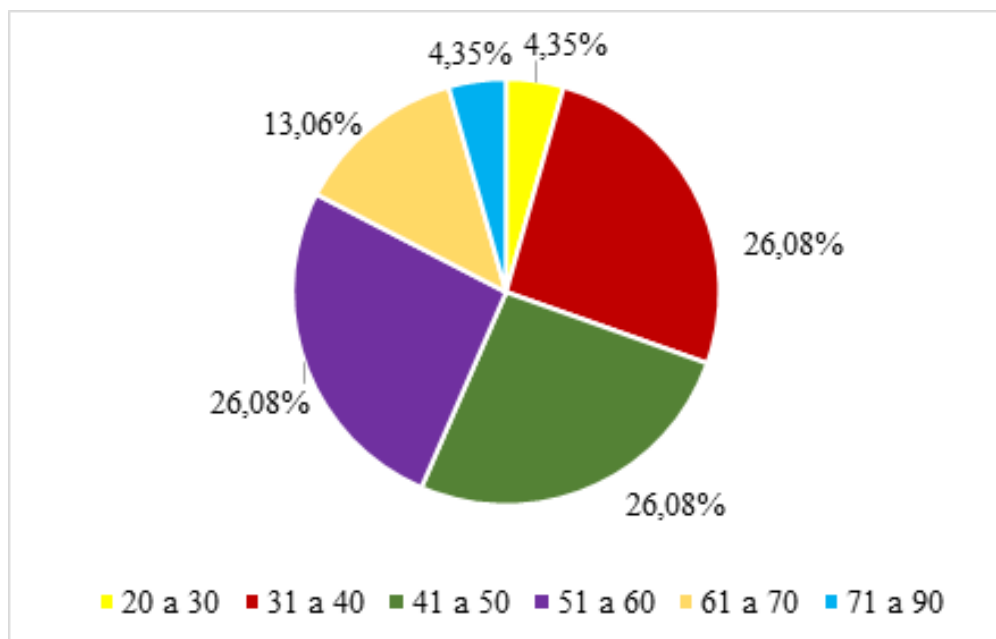
O principal instrumento da pesquisa foi um questionário semiaberto, tal como definido por GIL (2008), que é aquele composto de perguntas fechadas e abertas, e será aplicado na forma de entrevista, de preferência, nos próprios locais de moradia e trabalho dos produtores (assentamentos rurais). As questões abordaram aspectos que permitiram a caracterização das famílias e dos estabelecimentos, levantar informações detalhadas dos sistemas de produção e sobre as práticas tradicionais ou alternativas utilizadas (entendidas como aquelas que não se enquadram nas recomendações científicas do padrão da agricultura moderna convencional e possuem como origem o conhecimento passado de geração em geração ou a inventividade dos agricultores ou ainda a orientação técnica de base ecológica), assim como sobre os valores que orientam a organização da produção e da comercialização que podem estar ligados ao processo de transição agroecológica. Também foi investigado o conhecimento dos produtores sobre os princípios científicos da agroecologia. As entrevistas nos estabelecimentos rurais onde estava ocorrendo a produção permitiram observar as práticas utilizadas, além de estimular diálogos informais que resultaram em alguns casos, em informações complementares importantes para a interpretação dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITÓRIO NOROESTE PAULISTA

Dentre os agricultores assentados entrevistados, quase 80% possui entre 31 e 60 anos, distribuídos igualmente nas faixas três faixas etárias compreendidas nesse período (26,08%). Constatou-se alguns agricultores com idade entre 61-70 anos (13,06%), e um percentual ainda menor, de 4,35%, nos dois extremos (entre 71-90 e 20-30 anos) (Figura 1). A média de idade foi em torno de 40 anos de idade, sendo que o agricultor mais novo possuía 24 anos e o mais velho 82 anos.

Figura 1 - Distribuição percentual por faixa etária dos assentados pesquisados.



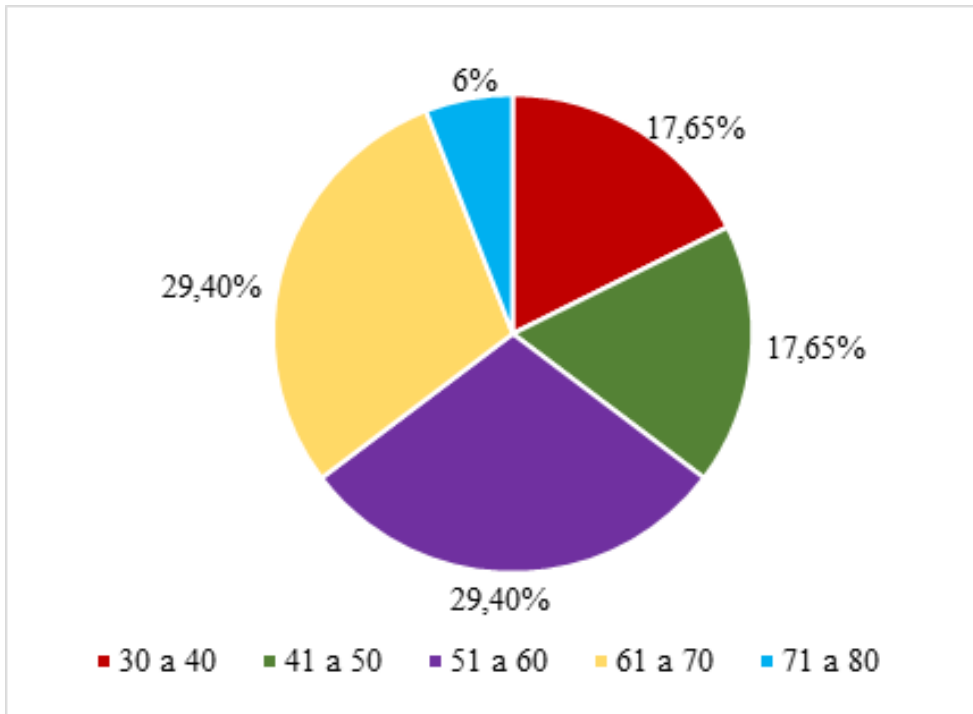
Fonte: Os autores (2017).

Já dentre os agricultores da APRUPO, quase dois terços (65,2%) dos agricultores pesquisados possuíam 51 anos ou mais, enquanto 17,65% estavam na faixa etária de 31 a 40 anos, o mesmo percentual também encontrado entre aqueles com idade entre 41 a 50 anos (Figura 2). Pode-se notar, portanto, que os agricultores associados apresentaram faixa de idade mais avançada, em sua maioria, em comparação aos agricultores assentados do Território.

A respeito do tempo com que trabalham como agricultores, percebe-se que os agricultores assentados, em sua maior parte (34,79%) possui tempo de trabalho na agropecuária de 3 a 10 anos. Cinco agricultores (21,73%) relataram que estão na atividade sob um período de 21 a 30 anos. Em proporções menores, por faixa, mas

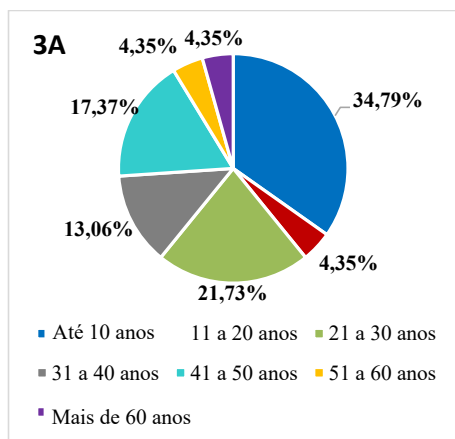
que somados perfazem um total de 39,3% do total pesquisado, estão os entrevistados que relataram trabalhar há mais de 30 anos como agricultores, sendo um deles (4,35%) há mais de 60 anos (Figura 3A). Estes resultados decorrem em parte da menor faixa etária dos assentados, mas também indica que parte destes já exerceram outras profissões. Já dentre os associados da APRUPO, percebe-se um maior tempo como agricultores, em sua grande maioria os entrevistados possuem mais de 30 anos (73,53%) de experiência, indicando que exercem a atividade desde a infância ou juventude. Se incluirmos aqueles com 21 anos ou mais, totalizam 88,23% (Figura 3B). Pouco mais da metade dos agricultores está presente na propriedade atual por um período igual ou maior do que 21 anos (52,94%), o que indica certa estabilidade em termos de permanência na terra. Os outros 47,06% residem na propriedade atual por um período de até 20 anos.

Figura 2 - Distribuição percentual por faixa etária dos agricultores pesquisados da Associação de Produtores Rurais de Pontalinda - APRUPO.

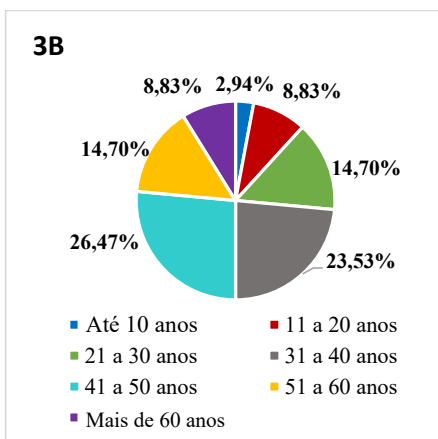


Fonte: Os Autores (2018).

Figura 3A e 3B - Distribuição (%) dos agricultores assentados e dos agricultores associados da APRUPO, de acordo com o tempo com que trabalham na agropecuária.



Fonte: Os Autores, 2017



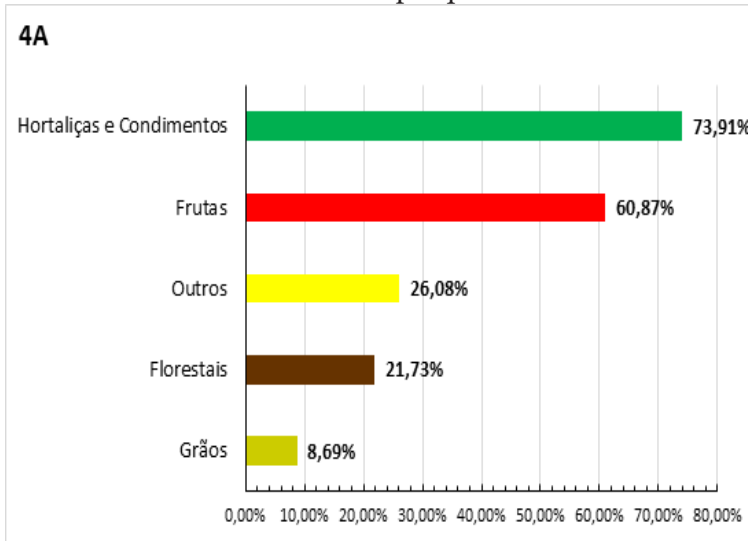
Fonte: Os Autores, 2018.

CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO E MANEJO

Com relação às culturas presentes nos estabelecimentos dos agricultores pesquisados, verificou-se diversificação de cultivos, sendo ainda maior dentre os assentados (no total citaram 84 culturas diferentes) em relação aos associados (41 culturas diferentes citadas). Em sua maioria, os produtores assentados produziam hortaliças e condimentos (73,91%); em seguida aparece o grupo das frutas presentes em 60,87% dos lotes. Constatou-se ainda o plantio de espécies florestais (21,73%), grãos (8,69%) e outras culturas, como cana-de-açúcar e flores (Figura 4A). Já dentre os sócios da APRUPO foi observada a maior presença de frutas (76,47%) nos estabelecimentos, seguidas pelo cultivo de hortaliças e condimentos (52,94%), e grãos (41,17%) (Figura 4B).

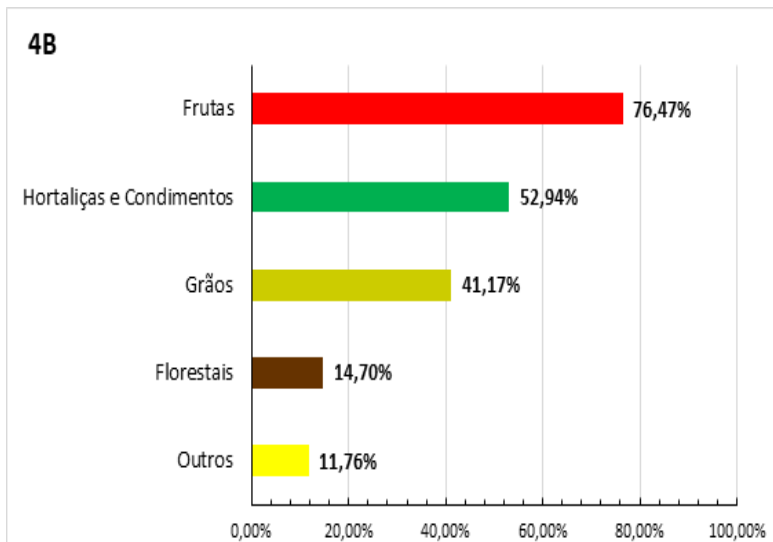
A respeito de criações, em ambos segmentos pesquisados, constatou-se que a atividade mais frequente é a bovinocultura de leite, assim como ocorre com os agricultores de todo do Noroeste Paulista. Também, no caso da exploração animal, verificou-se grande diversificação espécies tanto entre assentados e como entre os associados, embora várias criações estejam presentes apenas em alguns estabelecimentos e sejam destinadas majoritariamente ao autoconsumo (Figuras 5A e 5B).

Figura 4A - Distribuição percentual das culturas presentes nos lotes dos agricultores assentados pesquisados.



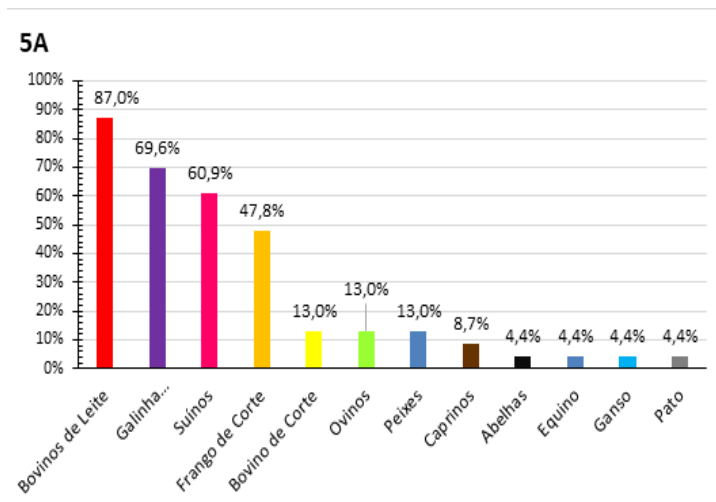
Fonte: Os Autores, 2017.

Figura 4B - Distribuição percentual das culturas presentes nas propriedades dos agricultores membros da APRUPO, em Pontalinda (SP).



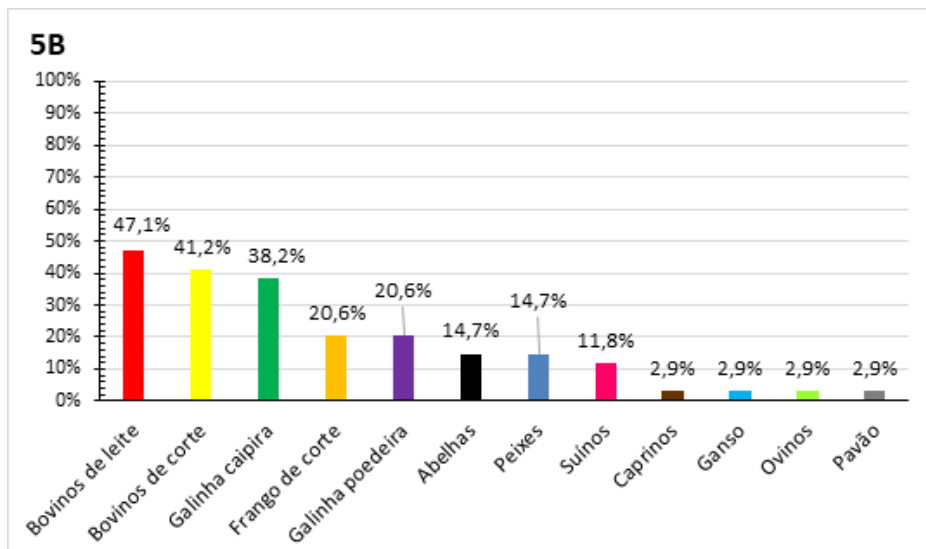
Fonte: Os Autores, 2018.

Figuras 5A - Distribuição percentual dos estabelecimentos, de acordo com o tipo de criações mais citadas pelos agricultores assentados pesquisados.



Fonte: Os Autores, 2017.

Figuras 5B - Distribuição percentual dos estabelecimentos, de acordo com o tipo de criações mais citadas pelos agricultores membros da APRUPO pesquisados



Fonte: Os Autores, 2018.

As características a seguir dizem respeito ao modo como os agricultores pesquisados realizam o manejo de suas culturas e criações quanto ao controle de pragas e doenças, e o controle de plantas espontâneas.

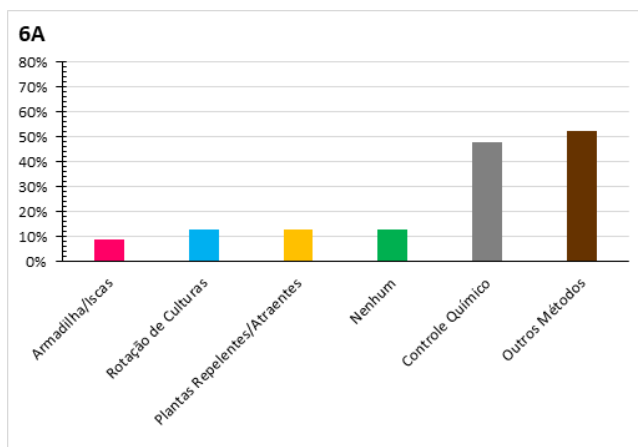
Em relação ao controle de pragas, ambas pesquisas indicaram maior utilização de agrotóxicos, mas os agricultores assentados que empregam o controle químico são 47,83%, enquanto entre os agricultores associados são 73,53%. Entretanto, ambas pesquisas mostraram outras formas de controle de pragas, o que demonstra que há interesse em reduzir a quantidade de agrotóxicos utilizados. Foram relatadas muitas formas alternativas de controle na pesquisa com os assentados, como Rotação de Culturas e uso de Plantas Atraentes/Repelentes (13,04%) e Armadilhas e Iscas (8,69%). Alguns assentados (13,04%) relataram não realizar nenhum tipo de controle de pragas em seus lotes. Outros tipos de controle de pragas foram citados por mais da metade dos agricultores assentados pesquisados (52,17%), como o emprego de caldas orgânicas, o óleo de nim, a urina de vaca, o controle biológico, dentre outros (Figura 6A).

Dentre os associados, foram mencionados a utilização de rotação de culturas (20,59%), armadilhas/iscas (5,88%), entre outras. Parte dos agricultores membros da APRUPO (20,59%) relatou não utilizar nenhum método de controle (Figura 6B). Ao analisar os resultados referentes aos dois grupos de pesquisados, observa-se uma tendência maior do uso de agrotóxicos entre os associados da APRUPO, em relação aos assentados. Esta diferença possivelmente está associada à maior preocupação dos assentados com a qualidade dos produtos, pois 87,0% utilizam ao menos parte da produção de alimentos para o autoconsumo, enquanto os associados da APRUPO em sua maioria destinam sua produção à comercialização para intermediários e somente 38,2% consomem parte dos alimentos produzidos. O fator renda também pode estar influenciando o menor consumo de agrotóxicos, pois 73,9 dos agricultores assentados entrevistados alegaram ter renda monetária de até 2 salários mínimos (73,91%) e, em contrapartida, entre os associados da APRUPO somente 35,3% apresentam renda monetária de 1 a 2 salários mínimos e a maioria (52,9%) declarou renda superior a dois salários mínimos.

De forma semelhante ao combate às pragas, o controle de doenças que incidem nas culturas das propriedades dos agricultores associados, na grande maioria dos casos (73,53%) é realizado com agrotóxicos, porém é frequente uso concomitante de outras práticas, sendo citadas uma maior diversidade de métodos do que no caso do controle de pragas, mas também neste caso em menor número e frequência do que entre os assentados. Os agricultores associados mencionaram: rotação de culturas e uso de caldas orgânicas (17,65%); quebra-vento, controle biológico e

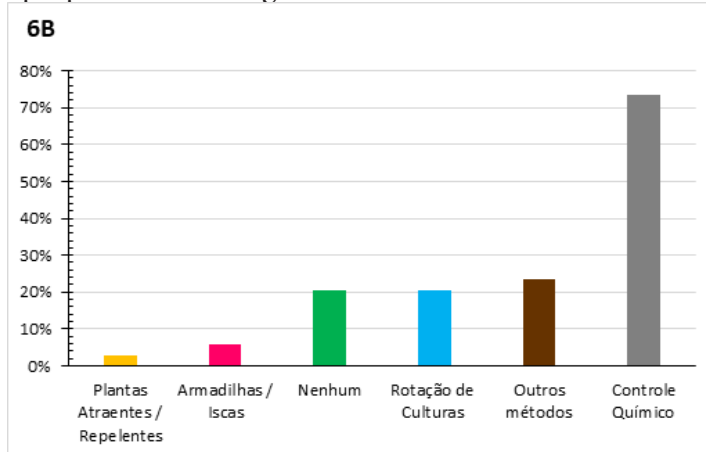
consórcio de culturas (todos - 11,76%), dentre outras formas de controle (Figura 7B).

Figuras 6A - Distribuição percentual das principais formas de controle de pragas utilizadas nos lotes agricultores assentados pesquisados.



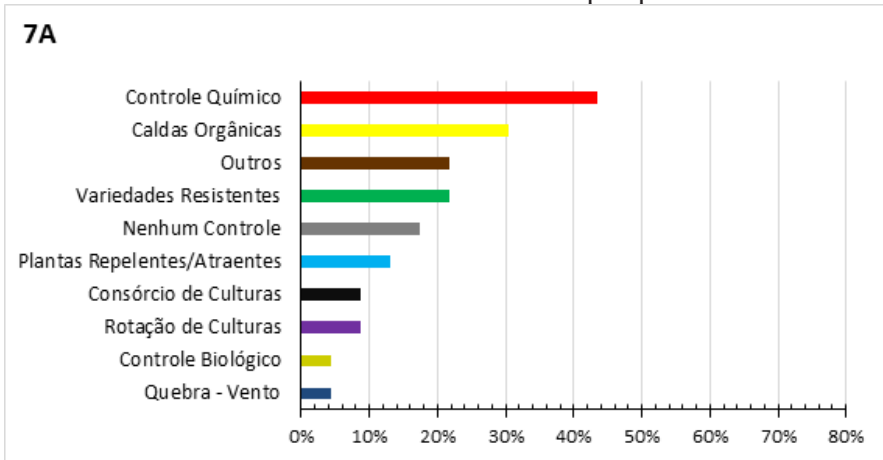
Fonte: Os Autores, 2017.

Figuras 6B - Distribuição percentual das principais formas de controle de pragas utilizadas nas propriedades dos agricultores associados da APRUPO pesquisados.



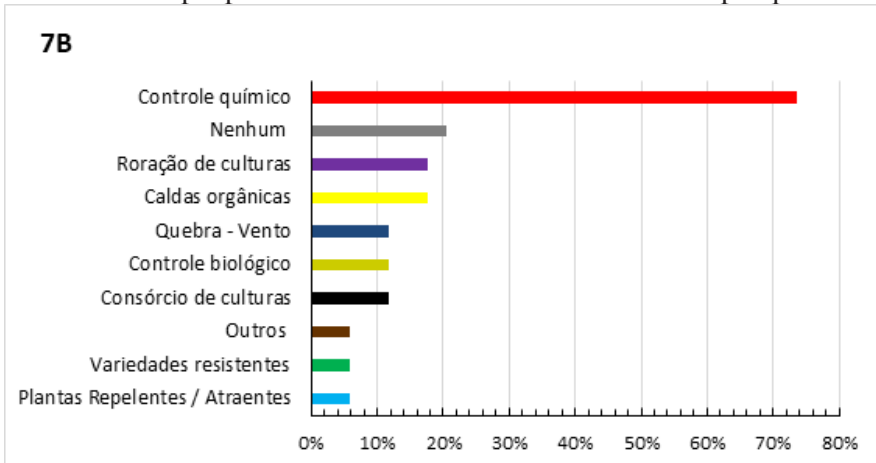
Fonte: Os Autores, 2018.

Figuras 7A - Distribuição percentual das principais formas de controle de doenças utilizadas nos lotes dos assentados pesquisados.



Fonte: Os Autores, 2018.

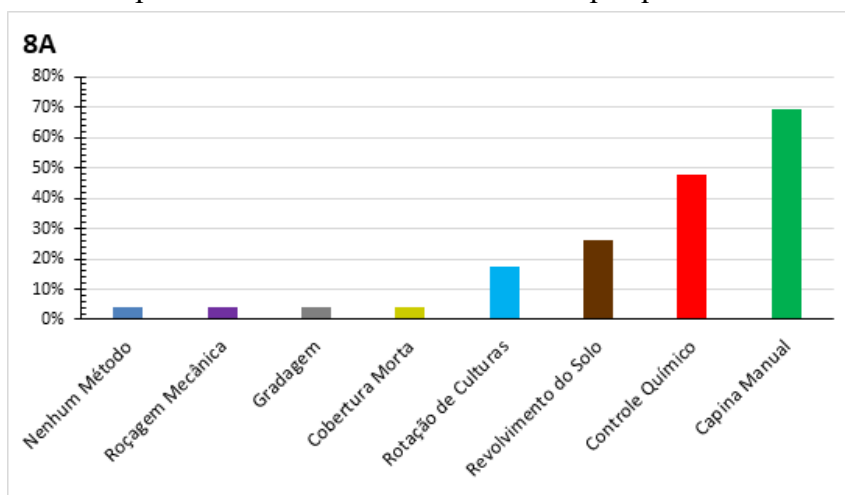
Figuras 7B - Distribuição percentual das principais formas de controle de doenças utilizadas nas propriedades dos associados da APRUPO pesquisados.



Fonte: Os Autores, 2018.

As plantas espontâneas existentes nos lotes pesquisados são controladas pela maioria dos assentados por meio de capina manual (69,57%), seguida do controle químico (47,83%). Além destes métodos foram relatados o revolvimento do solo (26,09%), a rotação de culturas (17,39%), a cobertura morta, a gradagem e roçagem mecânica (4,35%), como outras formas de controle. Um agricultor relatou não utilizar nenhum método de controle de plantas espontâneas no lote (Figura 8A).

Figuras 8A - Distribuição percentual das principais formas de controle de plantas espontâneas nos lotes dos assentados pesquisados.



Fonte: Os Autores, 2017.

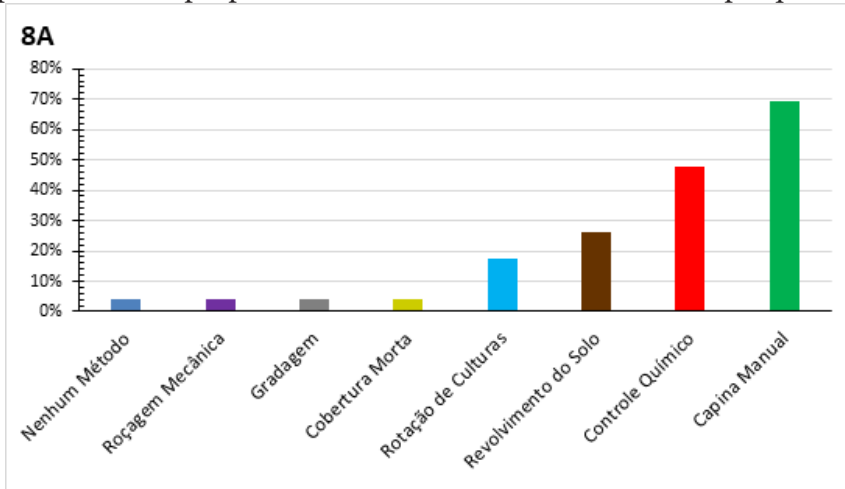
No caso dos agricultores associados predomina o controle de plantas espontâneas com herbicidas (75,53%), enquanto o emprego da roçagem mecânica é realizado por 41,18% dos pesquisados, seguida capina manual (38,24%), e, em menor proporção, da rotação de culturas (14,71%) e o emprego de cobertura morta (11,76%) (Figura 8B).

Os resultados obtidos indicam que os agricultores familiares tem buscado utilizar práticas alternativas no manejo das culturas, seja com base nos seus conhecimentos tradicionais (compartilhados pelos agricultores, inclusive de diferentes gerações) e em conhecimentos científicos adquiridos de forma esparsa ao longo do tempo como agricultores e estão coerentes com outros trabalhos, como o de Souto *et al.* (2010) que analisou as práticas agroecológicas de agricultores familiares de lagoa Seca (PB).

Stoffel *et al.* (2014) consideram que capacidade dos agricultores familiares de gerar inovações endógenas não deve ser desprezada:

[...] pois, quando utilizadas adequadamente, são capazes de gerar formas de organização e tecnologias abrangentes para serem utilizadas em diferentes escalas e nos mais diferentes subsistemas dos agroecossistemas. Está na capacidade de invenção e experiência desses agricultores a adaptação necessária de acordo com o ambiente e o espaço em que se encontram (STOFFEL *et al.*, 2014, p. 62).

Figuras 8B - Distribuição percentual das principais formas de controle de plantas espontâneas nas propriedades dos associados da APRUPO pesquisados.



Fonte: Os Autores, 2018.

Por outro lado, nem todas as práticas tradicionais dos agricultores familiares contribuem para o maior equilíbrio ecológico e/ou prevenção de pragas, doenças ou outras ocorrências indesejáveis (ENRIQUEZ *et al.*, 2007; OLIVEIRA *et al.*, 2015); pois podem depender das próprias condições de vida e saneamento ambiental para serem viáveis ou efetivas (LOPES *et al.*, 2012) e muitas vezes demandam um longo período de maturação e adaptação em que o acompanhamento dos processos de inovação se faz necessário (PIRAUX *et al.*, 2012).

No caso do Território Noroeste Paulista a falta de um trabalho abrangente e contínuo de assistência técnica e extensão rural, voltada à Agroecologia, limita uma maior troca de experiências entre os agricultores e ampliação do uso de determinados métodos que vem sendo utilizados com sucesso entre os agricultores pesquisados, embora como advertem Bogni e Bracagioli (2018) a expansão do conhecimento agroecológico não deve ocorrer em uma perspectiva única e homogênea, mas a partir da compreensão de que se trata de um processo dinâmico e plural, em constante movimento e adaptação, e, sobretudo, tendo como referência o contexto local dos atores sociais e das suas diferentes estratégias de reprodução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto à faixa etária e tempo de trabalho na agricultura, os agricultores assentados são mais jovens e possuem menos experiência do que os agricultores

associados da APRUPO. Em ambos os segmentos predomina a atividade da pecuária leiteira, mas caracterizam-se pela grande diversidade de cultivos e criações, com maior destaque para os assentados, sendo que a maioria das atividades destina-se basicamente ao autoconsumo.

Apesar dos agrotóxicos serem utilizados por cerca de $\frac{3}{4}$ dos agricultores associados da APRUPO para o controle de pragas, doenças e plantas espontâneas, entre os agricultores assentados a maioria não faz uso desses produtos. Constatou-se o emprego uma grande diversidade de métodos de controle alternativos, muitas vezes de forma integrada, com intuito da redução e/ou não utilização dos agrotóxicos, especialmente entre assentados. Algumas formas alternativas de controle foram os próprios agricultores criaram ou aprenderam com experiências de outros agricultores em sua família ou fora dela. Fatores como o fato de a destinação da maioria dos produtos dos agricultores assentados ser para autoconsumo e a preocupação dos mesmos com uma alimentação familiar mais saudável, combinados a uma questão de maior limitação financeira, podem ter influenciado na menor utilização de agrotóxicos no manejo das culturas em seus lotes.

No referido Território ainda não existem muitos agricultores que identificam seus sistemas de produção como de transição agroecológica, pois não há ações sistemáticas e abrangentes que estimulem esse processo, mas é possível situar parte dos associados da APRUPO e a maioria dos assentados pesquisados em uma fase intermediária entre a redução do uso de agrotóxicos e a substituição destes insumos por métodos alternativos e mais sustentáveis do ponto de vista ecológico.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.120 páginas. 4. ed.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 16, n. 13, p.22-32, jun. 2010.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOGNI, A.; BRACAGIOLI, A. Narrativas da transição: a produção agroecológica de arroz na região metropolitana de Porto Alegre. **Retratos de Assentamentos**, v.21, n.2, p.68-85, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.rebrae.com.br/banco_arquivos/arquivos/legislacao_paa/11.326.pdf. Acesso em: 25 abril. 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: Emater/PA, 2004. 24p.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro.** Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017. 474 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/agricultura/agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-do-futuro/1-agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-do-futuro.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2019.

ENRIQUEZ, D.; HONORATO, L.; COSTA, J.; HÖTZEL, M. J.; MACHADO DA ROSA, A. C. Avaliação da adoção de práticas de manejo do rebanho leiteiro no processo de transição para a criação animal agroecológica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.2, p.120-123, 2007.

GERALDI, J. Análise Conceitual Da Política de Territórios Rurais: O Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, S.i., v. 39, n. , p.155-186, jul. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Not/Downloads/318-936-2-PB.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

GIRARDI, E. P. **Proposição teoricometodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera/atlas.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, S. R.; ROSADO-MAY, F. J.; GUADARRAMA-ZUGASTI, C.; *et al.* Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. **Revista Agroecología**, v. 1, n. 2, p. 3-21. 2006.

GUILHOTO, J. M.; AZZONI, C. R.; SILVEIRA, F. G. **PIB da agricultura familiar: Brasil-estados**. Brasília: MDA, 2007.

INCRA **Painel dos Assentamentos SR 08-SP**, 2016. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Acesso em 01/05/2016.

LOPES, K. C. S. A.; BORGES, J. R. P.; LOPES, P. R. Condições de vida e qualidade do saneamento ambiental rural como fator para o desenvolvimento de práticas agroecológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.7, n.1, p.39-50, 2012.

MEDEIROS, L. S.; ESTERCI, N. Introdução. *In*: MEDEIROS, L. *et al.* **Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994. Cap. 1. p. 11-26.

MEDEIROS, L. S. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 339-360. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>. Acesso em: 29 nov. 2019.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 9-24, 2014.

OLIVEIRA, N. D. A.; ALEIXO, A. D.; SATO, S. A. S.; BELETE, N. A. S.; HABITZ-REUTER, P. B. Práticas produtivas da agricultura familiar: um estudo no município de Espigão D'Oeste (RO). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 35, Fortaleza (CE), 2015. **Anais...** Fortaleza (CE): ENEGEP, 2015.

PIRAUX, M.; SILVEIRA, L; DINIZ, P; DUQUE, G. Transição agroecológica e inovação socioterritorial. **Estudos Sociedade. e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.05-29, 2012.

PLURAL - Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Noroeste Paulista (SP)**. São Paulo (SP): PLURAL/MDA, setembro de 2011.

PRETTY, J.; MORRISON, J. I. L.; HINE, R. E. Reducing Food Poverty by Increasing Agricultural Sustainability in Developing Countries, **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v. 95, 2003, p. 217-34.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SARON, F. A.; HESPANHOL, A. N. A implementação do PAA no Território Rural do Noroeste Paulista. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, Uberlândia, 2012. **Anais...Uberlândia**: UFU, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1297_1.pdf Acesso em: 23 nov. 2019.

SCHMITT, C. J. Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural: um olhar a partir da experiência brasileira. *In*: SAUER, S. *et al.* **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Cap. 5. p. 173-225.

SOUTO, R. A.; MALAGODI, E.; MARACAJÁ, M. C.; XAVIER, C. Análise da viabilidade ambiental de práticas agroecológicas adotadas por agricultores familiares do município de Lagoa Seca, Paraíba. **Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal**, v.8, n.3, p.99-115, 2011.

STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S.; SILVA, R. N. B. A sustentabilidade na agricultura familiar e as formas de organização produtivas em contextos locais. **Tempo da Ciência**, v.21, n.42, p.53-67, 2014.

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimemo e Meio Ambiente**, S.i., v. 2, p.29-37, 2000.



O campesinato no "ramal da fome" paulista: contextualização histórica e transformações das atividades produtivas

Tiago Santi¹

Helbert Medeiros Prado²

RESUMO: Conhecido como "ramal da fome", o sudoeste paulista é uma das regiões menos desenvolvidas do estado, e das que apresentam as maiores discrepâncias entre pequenos e grandes produtores rurais. Este artigo discute aspectos socioeconômicos e históricos da região, bem como o perfil e o histórico produtivo dos seus produtores familiares nos últimos 70 anos. A partir de uma abordagem antropológica, foram realizadas entrevistas com indivíduos de nove propriedades nos municípios de Angatuba, Buri e Campina do Monte Alegre. Grosso modo, como resposta à modernização agrícola da região, o portfólio produtivo das famílias se diversificou até os anos de 1980, voltando a se especializar ao longo das últimas quatro décadas. Estratégias econômicas distintas entre as propriedades também foram observadas. Estas parecem estar relacionadas a múltiplos fatores (biofísicos, sociais e culturais) que atuaram em conjunto sobre as tomadas de decisão dos produtores. O histórico produtivo das famílias aqui registrado pode se constituir em importante subsídio às atividades de extensão do Campus Lagoa do Sino da Universidade Federal de São Carlos, assim como para a formulação de políticas públicas na região.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato; Agricultura Familiar; Sudoeste Paulista; Histórico Produtivo.

THE PEASANTRY IN THE "HUNGER BRANCH" OF SÃO PAULO STATE: HISTORICAL CONTEXTUALIZATION AND TRANSFORMATIONS OF PRODUCTIVE ACTIVITIES

ABSTRACT: Known as the "hunger branch", the southwest of São Paulo state is one of the least developed regions in the state and among those showing the highest inequalities between small and large rural producers. This article discusses the socioeconomic and historical aspects of the region, as well as the historical profile of family farmers in the last 70 years. Based on the anthropological approach, interviews were carried out among individuals of nine properties in the Angatuba, Buri, and Campina do Monte Alegre municipalities. Roughly speaking, in response to the modernization of agriculture in the region, the productive portfolio of families diversified until the 1980s, returning to specialize over the past four decades. Different economic strategies between properties were also observed. These seem to be related to multiple drivers (biophysical, social, and cultural) affecting decision-making of the producers. The productive history of the families reported here may represent an important subsidy for the extension activities of the Lagoa do Sino Campus of the Federal University of São Carlos, as well as for the formulation of public policies in the region.

KEYWORDS: Peasantry; Family Farming; Southwest of São Paulo State; Productive History.

¹ Mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: tiagosanti88@gmail.com

² Doutorado em Ecologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: helbertmedeirosprado@gmail.com

INTRODUÇÃO

No início do século XX, o trem da antiga Companhia de Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), que ligava a cidade de São Paulo ao interior do estado, ao chegar à estação de Iperó dividia-se em dois comboios: a maior parte dos vagões, incluindo o vagão-restaurante, seguia pela linha tronco até as cidades da Alta Sorocabana, enquanto os vagões com destino aos municípios do sudoeste paulista eram conectados a outra locomotiva, seguindo viagem pelo ramal ferroviário de Itararé. Desprovido de um vagão-restaurante, este ramal passou a ser conhecido pela alcunha de “ramal da fome” (FOGAÇA, 1998). O termo viria a se perpetuar na memória e no imaginário da população paulista, não só em referência ao ramal ferroviário, mas simbolizando também os altos índices de pobreza e fome na região, bem como o descaso do poder público, estadual e nacional, para com suas necessidades.

Historicamente, o sudoeste paulista é retratado como uma das regiões menos desenvolvidas economicamente do estado (FAVARETO, 2007; MATHEUS, 2016). O processo de ocupação da região, marcado pelo alto grau de concentração fundiária, assim como a baixa integração às culturas de exportação, especialmente o café, que legaram grandes ciclos de desenvolvimento a várias regiões do estado, são alguns dos fatores que ajudam a explicar seu perfil socioeconômico. Com uma economia baseada em atividades agropecuárias voltadas ao mercado interno, a região ficou à margem dos investimentos públicos e privados, ocasionando uma série de problemas e deficiências em diversas áreas (NOGUEIRA, 1999).

No centro das carências socioeconômicas da região, encontra-se sua população rural, notadamente os pequenos produtores de base familiar. Estes produtores são descendentes de famílias do sul do país ligadas ao tropeirismo³, de Minas Gerais, de imigrantes europeus, além de comunidades indígenas e quilombolas do passado (LISBOA, 2008; MATHEUS, 2016; CANDIDO, 2017). Ainda que apresentem um modo de vida e produção relativamente rústicos, essas famílias detêm um conjunto peculiar de práticas produtivas tradicionais e de conhecimentos ambientais que foram se adaptando às características socioeconômicas e ambientais da região. Apesar da dinâmica agrícola específica do sudoeste paulista, o modo de vida e estratégias produtivas de seus pequenos produtores sofreram fortes influências dos processos de desenvolvimento que ocorreram em outras regiões do estado, principalmente pelo modelo de desenvolvimento agrário que tomou força no Brasil a partir da segunda metade do século XX (NOGUEIRA, 1999).

³Tropeirismo refere-se à atividade de transporte de animais (muales e reses) e mercadorias. O termo está associado à rota dos tropeiros, que ligava o extremo Sul do Brasil à tradicional feira de mulas de Sorocaba nos séculos XVIII e XIX. A atividade estimulou o povoamento e a economia ao longo de sua rota, bem como a emergência de traços culturais que perduram até os dias atuais (PETRONE, 1973; LISBOA, 2008).

Tal modelo, ao mesmo tempo que beneficiou o grande latifúndio, promovendo a mecanização do processo produtivo e a expansão das monoculturas voltadas sobretudo à exportação, gerou um processo de exclusão dos agricultores familiares que não conseguiam se integrar a essa nova forma de produção, além de se depararem com sérias dificuldades para manter suas atividades tradicionais (WANDERLEY, 1996; 2009; VEIGA; ABRAMOVAY; EHLERS, 2003). Assim, desenhou-se no sudoeste paulista um cenário que sempre beneficiou o grande latifúndio e fomentou importantes mudanças nas estratégias produtivas da agricultura familiar, bem como trouxe graves consequências socioambientais e culturais na região (MATHEUS, 2016).

Inserido neste contexto, o escritor Raduan Nassar decide doar sua fazenda localizada no município de Buri (SP) para a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região. Assim, em 2014, é inaugurado o Campus Lagoa do Sino da UFSCar, tendo como um de seus eixos norteadores de atuação o trabalho com a agricultura familiar. No seu projeto de implantação, o campus tem o objetivo de fomentar práticas produtivas sustentáveis, a segurança alimentar, a coesão social local, a preservação ambiental, a conservação da biodiversidade e o manejo sustentável das paisagens naturais, bem como o respeito às heranças culturais (PAULILLO *et al.*, 2011).

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de realizar estudos mais aprofundados sobre o desenvolvimento do meio rural desta região específica, principalmente focados na realidade dos pequenos produtores rurais que ali residem. Pensando nisso, o presente artigo tem o objetivo de fazer uma contextualização histórica sobre aspectos econômicos e ambientais do sudoeste paulista. Busca-se, também, investigar de forma mais aprofundada o perfil do pequeno produtor familiar da região, o histórico produtivo de suas propriedades e suas estratégias produtivas utilizadas ao longo do tempo frente às transformações no contexto socioambiental em questão. Além disso, esse estudo também visa trazer subsídios à extensão universitária e à formulação de políticas públicas na região. Sendo assim, apresentaremos aqui os resultados de uma investigação de orientação antropológica e histórica no contexto do “ramal da fome”, mais precisamente entre famílias rurais dos municípios de Angatuba, Buri e Campina do Monte Alegre.

O “RAMAL DA FOME” PAULISTA: ASPECTOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA E AMBIENTAL

O histórico de pobreza no sudoeste paulista tem suas raízes desde os primórdios do período colonial, marcado por um processo de ocupação desordenada e

violenta, levando à expulsão ou extermínio dos povos indígenas que ali viviam. Até o início do século XIX, predominou na região uma ocupação territorial por meio de sesmarias⁴. Estas eram em grande parte mantidas por agregados e escravos, que viviam em situações precárias e, aparentemente, sem nenhuma atividade produtiva de relevo (CORRÊA, 2013).

Outra importante característica do sudoeste paulista foi sua íntima ligação com a rota dos tropeiros, que conectava o extremo sul do Brasil a São Paulo, desde a primeira metade do século XVIII. A rota, que corta a região, foi amplamente utilizada durante dois séculos para o trânsito de tropas (muare e reses) que eram comercializadas na famosa feira de mulas de Sorocaba (PETRONE, 1973). Tal atividade estimulou o povoamento de áreas até então conhecidas como “desertas” e “sertões”, fomentando o aparecimento de fazendas de criação e de invernada de gado ao longo da rota. Muitas das cidades da região, especialmente as abordadas neste estudo, foram fundadas a partir de antigos pousos tropeiros (NOGUEIRA, 1999; LISBOA, 2008).

Em 1820, Auguste Saint-Hilaire (1779-1853), renomado naturalista francês, passou com sua expedição pela região de Itapeva (SP), sem deixar de relatar a situação de pobreza, fome e desigualdade que vira. Segundo seus relatos, compilados por Corrêa (2013), os moradores da região eram, em sua maioria, muito pobres, vivendo em casebres miseráveis, produzindo apenas o essencial para o consumo e vendendo o excedente para tropeiros e viajantes quando podiam. Por outro lado, a maioria das sesmarias da região pertencia a homens que fizeram fortuna com o comércio de tropas, mas residiam e investiam seus recursos em outras localidades. Suas fazendas eram utilizadas apenas como invernadas, pouso e descanso dos animais, o que não contribuía para o desenvolvimento da região (CORRÊA, 2013).

Em meados do século XIX, em especial com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, houve valorização das terras e uma intensificação no avanço sobre o sudoeste paulista. Novamente, o objetivo principal não seria a produção agropecuária e o desenvolvimento econômico da região, mas sim a especulação e a reserva de capital. Neste ínterim, a região experimentou um intenso processo de grilagem de extensas áreas por grandes fazendeiros e comerciantes. Este período também seria marcado pela ocupação de matas e “sertões” por famílias agricultoras vindas de outras localidades, intensificando ainda mais os conflitos fundiários na região ao longo do século XIX (CORRÊA, 2013; ANTUNES JUNIOR, 2019).

Em 1886, o geógrafo e engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio (1855-1937), que participava da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo, integrou a expedição responsável pela primeira medida geodésica do Brasil (SANTOS; CARLOS, 2017). Com esta expedição, Sampaio percorreu todo o território

⁴ Sistema de distribuição de terras destinadas à produção agrícola utilizado no Brasil de 1530 a 1822.

da parte paulista do Vale do Paranapanema e fez significativas contribuições para o entendimento da paisagem da região à época. Para Sampaio, as zonas de mata, cerca de 30% do território segundo seu levantamento, ofereciam solo fértil e apropriado à produção de legumes, arroz, milho, mandioca, fumo, algodão e cana-de-açúcar. Entretanto, não eram adequadas ao cultivo do café devido à baixa altitude, inferior a 450 metros. Já as zonas de terras altas, acima de 650 metros, perfazendo 20% do território, apresentavam vastas áreas disponíveis para o cultivo do café. Os campos, por sua vez, ocupando 50% da área em altitudes médias (entre 450 e 700 metros), formavam uma vasta planície, utilizada principalmente para a criação de gado.

Ainda na segunda metade do século XIX, o café começa a avançar sobre as matas do território paulista. Entretanto, isso não ocorre em grande parte da região sudoeste, pois seu clima mais frio e propenso a geadas não parecia adequado a esta cultura. Aparentemente, os produtores preferiam o algodão ao café, mas também produziam milho, feijão, gado bovino e suíno (SAMPAIO, 1890). Todavia, em algumas áreas do território o café foi introduzido. Em Angatuba, por exemplo, já se plantava café em 1885, aparecendo entre os principais produtos do município da década subsequente (LISBOA, 2008).

Com a expansão do café e das ferrovias no final do século XIX, a fisionomia do estado de São Paulo começa a se transformar. Surgem zonas prósperas, que são produtoras de café, e aquelas periféricas e decadentes, como o litoral, o Vale do Ribeira e o próprio sudoeste. Aliado a isso, o tropeirismo começa a entrar em declínio, afetando diretamente a economia regional (CORRÊA, 2013).

Já na virada do século XIX para o XX, outro acontecimento com implicações de grande magnitude no sudoeste paulista tomara corpo. Trata-se da implantação de um ramal ferroviário na região, o ramal de Itararé, pela antiga Companhia de Estrada de Ferro Sorocabana (EFS). Sua construção foi autorizada em 1888, com objetivo de conectar o Sul do país ao estado de São Paulo. O ramal começava na estação de Boituva e passava pelos municípios de Tatuí, Itapetininga, Angatuba, Buri e Itapeva, chegando em Itararé em 1909, com uma extensão de 265 km (MATOS, 1990; BEM, 1998; CHAVES; PASSARELLI, 2019). A ferrovia foi então responsável por grandes transformações na região, pois contribuiu para a valorização das terras e para o enfraquecimento (já em curso) de uma economia baseada no tropeirismo, bem como ajudou a deflagrar importantes transformações na paisagem em escala regional.

A partir do início do século XX, algumas regiões do estado de São Paulo, impulsionadas pelo capital agroexportador do complexo cafeeiro, experimentaram um expressivo processo desenvolvimento econômico, marcado pela constituição de complexos industriais e agroindustriais em um movimento de modernização da agropecuária voltada ao mercado externo. Entretanto, devido às limitações edafoclimáticas, o sudoeste paulista ficou à margem deste processo, não atraindo

investimentos públicos e privados e mantendo sua economia baseada na produção agropecuária voltada ao suprimento do mercado interno. Segundo Nogueira (1999) esse foi um dos principais fatores que causaram a estagnação do sudoeste paulista até o final do século XX.

O baixo desenvolvimento econômico do sudoeste paulista também se associa à distribuição excludente de terra e a forte concentração fundiária desde a sua colonização. Esse processo fomentou a formação de uma paisagem marcada pela coexistência de grandes e pequenas propriedades, onde há uma tendência de assalariamento do pequeno produtor à medida que a grande propriedade vai se consolidando. Além disso, o poder público pouco fez pela região, já que os recursos estatais e políticas públicas eram direcionados às regiões produtoras de *commodities*. A baixa estruturação da rede urbana, a deficiente malha viária, problemas de saneamento básico e dificuldade de acesso a bons serviços de saúde e educação são alguns reflexos desse processo (NOGUEIRA, 1999).

CARACTERIZAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE ESTUDO

O sudoeste paulista está localizado entre o Vale do Ribeira e a divisa do estado do Paraná. No entanto, o desenho deste território sofre variações dependendo das perspectivas históricas, geográficas e políticas dos atores e organizações que o abordam (ANTUNES JUNIOR, 2020). Neste artigo, consideramos integrantes do território do sudoeste paulista todos os municípios que compõem a 16ª Região Administrativa do Estado São Paulo e as Regiões Geográficas Imediatas do IBGE de Itapeva, Itapetininga, Avaré e Piraju.

Inserida na bacia hidrográfica do Alto Paranapanema, a região conta com remanescentes da vegetação nativa (mata atlântica, cerrado e resquícios de mata de araucária), além de importantes cursos fluviais, como os rios Itararé, Taquari, Apiaí-açu, Paranapanema e Itapetininga. A paisagem rural é marcada pelo contraste entre atividades agropecuária de pequena e grande escalas, além da silvicultura, mineração, algumas agroindústrias, dentre outras (MATHEUS, 2016; ANTUNES JUNIOR, 2019).

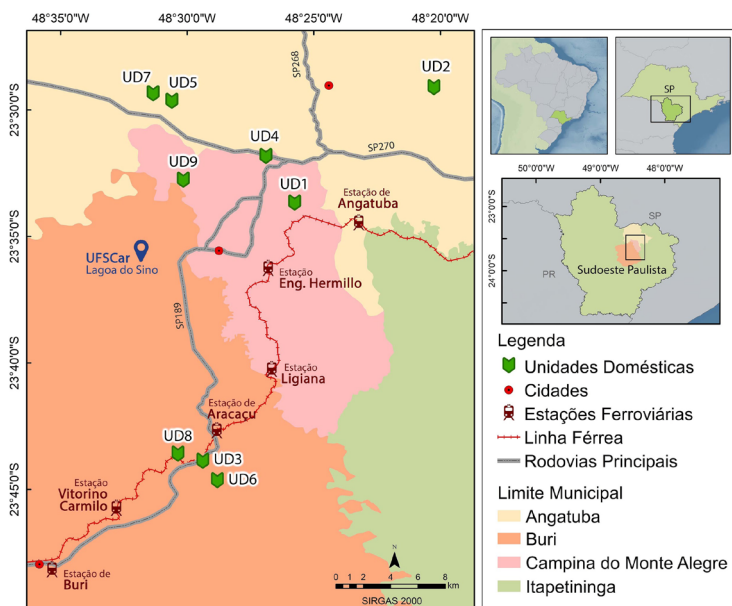
Segundo os dados do censo demográfico de 2010, o município de Angatuba conta com um território de 1.027,288 km² e uma população de 22.210 habitantes, dos quais 25% são moradores da zona rural. Já o município de Buri, tem um território de 1.195,910 km² e uma população de 18.563 habitantes, dos quais, 18% residem na zona rural. Em Campina do Monte Alegre, com apenas 185,031 km² de área territorial, há 5.567 habitantes, sendo 15% da zona rural (IBGE, 2010).

A partir dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), pode-se dividir as propriedades rurais em dois segmentos: grandes propriedades, com área maior

que quatro módulos fiscais (MFs)⁵, e pequenas propriedades, menores que quatro MFs. Nos três municípios estudados a concentração fundiária é marcante. Em Angatuba, 90% das propriedades são pequenas, mas ocupam apenas 23% da área total das propriedades rurais do município. Já em Buri, 74% são pequenas propriedades, preenchendo apenas 16% do território. Em Campina do Monte Alegre a situação é similar, na qual pequenas propriedades representam 91% do total, mas apenas 26% do território.

Além da concentração fundiária, também se destaca o baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos três municípios abordados neste estudo, que sempre estiveram e se mantêm entre os mais baixos do estado de São Paulo (IBGE, 2010). Na figura 1 é apresentada a localização geográfica da área de estudo, do Campus Lagoa do Sino da UFSCar e das unidades domésticas (UDs)⁶ que foram abordadas na pesquisa, assim como o traçado das principais rodovias e da estrada de ferro e suas estações.

Figura 1- Mapa da região estudada.



Fonte: Camila Barbosa & Tiago Santi (2020).

⁵ Em Angatuba e Campina do Monte Alegre, o módulo fiscal corresponde a uma área de 22 hectares. Já em Buri, o módulo fiscal é de 20 hectares.

⁶ Neste estudo, cada unidade doméstica (UD) representa um núcleo familiar central, tendo em comum a residência na mesma propriedade e a execução conjunta das atividades produtivas.

COLETA DE DADOS E REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A coleta de dados ocorreu entre os meses de outubro de 2019 a janeiro de 2020. A seleção da amostra foi realizada a partir de uma adaptação da metodologia “snowball” (BIERNACKI; WALDORF, 1981), por meio da qual indivíduos mais experientes puderam indicar famílias com base no perfil desejado pelos pesquisadores. Foram selecionadas nove famílias que apresentaram longo histórico de atividade rural, as quais foram categorizadas em nove UD: (UD2, UD5, UD7) em Angatuba, (UD3, UD6, UD8) em Buri e (UD1, UD4, UD9) em Campina do Monte Alegre.

Cada UD recebeu três visitas diárias, nas quais foi incentivado a participação de diferentes membros do grupo familiar, inclusive de ambos os sexos e de diferentes gerações. No total foram 27 visitas e 22 participantes, com perfil etário variando entre 27 e 81 anos. Foram realizadas entrevistas informais e semiestruturadas (gravadas em áudio), bem como caminhadas guiadas no interior das propriedades (BERNARD, 2006). Consideramos como entrevistas informais as conversas realizadas antes e depois da aplicação das entrevistas semiestruturadas, durante as caminhadas guiadas pela propriedade e durante os “cafezinhos” que sempre eram oferecidos. Nestes momentos mais descontraídos, novas camadas da intimidade, da história de vida e do cotidiano dos entrevistados acabavam sendo revelados.

Na primeira visita, o objetivo da entrevista foi fazer a caracterização atual da família, da propriedade e das atividades produtivas. Já no segundo dia, buscou-se conhecer o passado da família, a história de vida de seus integrantes, a antiga configuração da propriedade e as atividades produtivas desenvolvidas no passado. No terceiro dia, foi elaborado junto aos entrevistados um histórico detalhado de todas as atividades produtivas realizadas por eles, bem como as especificidades, transformações, motivações, dificuldades e conhecimentos tradicionais envolvidos nestas atividades ao longo do tempo. Este artigo trabalha principalmente com os dados do primeiro e do terceiro dia de entrevistas, ainda que informações referentes ao segundo dia também tenham sido utilizadas de forma complementar.

O histórico produtivo das UD's foi acessado a partir da citação, por parte de cada agricultor, das atividades desempenhadas na propriedade ao longo das décadas. Todavia, vale ressaltar a partir das observações em campo que certas atividades nem sempre eram citadas por parte dos produtores, por considerá-las menos importantes comercialmente, como no caso da produção para o autoconsumo de hortaliças, mandioca, banana, entre outras. Para além do registro sobre o histórico produtivo local de cada família, também se buscou recolher narrativas sobre aspectos associados às transformações da paisagem em escala regional. Nesse sentido, a abordagem antropológica aqui empregada também se beneficiou

das questões e conceitos oriundos da história ambiental e da ecologia histórica (CRUMLEY 1994; BALÉE, 2006; PÁDUA, 2010; McNEIL; ROE, 2013).

Foi realizado o registro sistemático de toda experiência etnográfica em um diário de campo, além de registros fotográficos das famílias e das propriedades. A orientação etnográfica e as técnicas de entrevistas supracitadas foram implementadas em campo à luz das abordagens em história oral (THOMPSON, 2000) e história de vida (PAULILO, 1999). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos. Os participantes autorizaram o estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como o uso de seus nomes e suas imagens na divulgação dos resultados.

A partir dos dados obtidos, foi realizada uma análise de caráter qualitativa, articulando o perfil de cada UD (além de seu histórico produtivo e suas estratégias adaptativas ao longo do tempo) às mudanças no contexto socioeconômico e ambiental, nos níveis local, regional e, também, em âmbito nacional.

CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

A UD1 é composta por Abel Agapto, 71 anos, e sua esposa Nadir, 69 anos. Ambos sempre viveram e tiraram seu sustento do trabalho no campo. A família reside há 50 anos na chácara Santo Antônio, propriedade de 0,9 hectares que foi herdada do pai de Abel, localizada no bairro do Laranjal, município de Campina do Monte Alegre (SP). Os cinco filhos do casal mudaram-se da propriedade quando se casaram ou começaram a trabalhar. A produção da família sempre foi em pequena escala, basicamente para a subsistência e venda do excedente. Atualmente, a maior parte da renda familiar vem da aposentadoria. Porém, apesar da idade avançada, o casal continua trabalhando nas atividades rurais da propriedade.

A UD2 é composta por Adnilson Cardoso, 45 anos, sua esposa Jolice, 42 anos, e seus filhos, Maria Luiza e Denner, 22 e 17 anos, os quais são estudantes⁷ nas áreas de alimento e agricultura. Desde 2001, a família reside no Sítio Rainha da Paz, propriedade de 8,5 hectares herdada do pai de Adnilson, localizada no bairro da Batalheira, município de Angatuba (SP). Também possuem outra propriedade no mesmo bairro, de 2,4 hectares, que foi herdada do pai de Jolice. Atualmente, o sustento da família é proveniente apenas do trabalho nestas duas propriedades, onde possuem 25 cabeças de gado de leite para a produção de queijo Porungo⁸, o qual é vendido diretamente aos consumidores na cidade de Angatuba.

⁷ Maria Luiza é estudante do curso de Engenharia de Alimentos no Campus Lagoa do Sino da UFSCar. Denner estuda no curso de Técnico Agrícola integrado ao Ensino Médio da Etec Prof. Edson Galvão em Itapetininga (SP).

⁸ O queijo Porungo é tradicionalmente produzido por agricultores familiares no sudoeste paulista e praticamente desconhecido na literatura acadêmica. Silva et. al. (2020) publicaram um dos primeiros estudos sobre o queijo.

Fazem parte da UD3, Francisco Gomes, 33 anos, sua esposa Tereza, 35 anos, e seu filho Francisco, 4 anos. A família reside há 19 anos no Sítio São Joaquim, que possui 26,4 hectares e está localizado no bairro do Aracaçu no município de Buri (SP). Além de produzir no seu próprio sítio, Francisco também produz em parceria nas propriedades de seu pai, 84 hectares, e de sua mãe, 33,6 hectares. A fonte de renda familiar é proveniente das várias atividades produtivas nestas três propriedades: leite, gado de corte, resina, eucalipto, melancia e arrendamento de quatro estufas para terceiros. Atualmente, a principal renda é proveniente da extração da resina.

A UD4 é formada por João Luciano, 64 anos, sua esposa Ana Lúcia, 58 anos, e sua cunhada Maria Alice, 60 anos. Residem no Sítio São José, localizado no bairro do Barreiro em Campina do Monte Alegre (SP). A propriedade foi herdada do pai de Ana Lúcia e Maria Alice, cada herdeira possui 9,6 hectares. O casal possui três filhos que atualmente não trabalham no sítio, Maurício, Marcelo e Márcia, 39, 33 e 31 anos. Entretanto, Maurício e Márcia construíram suas casas no sítio onde residem com suas respectivas famílias. Atualmente, a maior parte da renda familiar é proveniente da aposentadoria, que é complementada pela pequena produção de leite e venda de bezerros quando possível.

Na UD5 encontra-se João Rochel Filho, 52 anos, sua esposa Janete, 43 anos, seus filhos Juliano, Jovana e Juliane, 22, 21 e 12 anos, seu pai João Rochel, 81 anos, sua mãe Maria, 73 anos, e seu irmão Valdeci, 48 anos. A propriedade onde residem, localizada no bairro do Guareí Velho no município de Angatuba (SP), é composta pela junção de três glebas: Sítio Nossa Senhora Aparecida, de 16,8 hectares, herdada do pai de João Rochel; Sítio Nova Esperança, de seis hectares, herdada do pai de Maria; e uma gleba de 2,4 hectares comprada por João Rochel Filho. A propriedade conta também com as casas de cinco irmãos de João Rochel Filho, porém todos eles trabalham em atividades externas. João Rochel Filho e seu pai sempre trabalharam com lavoura e leite. Atualmente, João Rochel e sua esposa não trabalham mais nas atividades produtivas do sítio, pois estão aposentados e possuem idade avançada. Valdeci faz algumas atividades no sítio, mas sua principal ocupação é a profissão de pedreiro. João Rochel Filho e sua esposa vivem exclusivamente da produção de leite do sítio. Juliano, Jovana e Juliane ajudam seus pais nas atividades produtivas, entretanto, Juliano também trabalha como diarista em outras propriedades e Jovana realiza estágio de pedagogia na rede municipal de ensino.

A UD6 é composta por José Policarpo, 74 anos, sua esposa Eva, 59 anos, e seu filho Crenilson, 38 anos. O casal tem outra filha, a qual se mudou para a cidade depois que se casou. A família reside no Sítio Timbó, que possui 105 hectares, local-

izado no bairro do Aracaçu, em Buri (SP). José também possui o sítio Colhudos, de 91 hectares, e o sítio Pocinho, com 17 hectares, ambos no mesmo bairro. Todas as propriedades foram herdadas pela família. Apesar da grande extensão de terras, a família não possui empregados, apenas contrata diaristas quando necessário. José trabalha desde os 14 anos no sítio e, apesar de estar aposentado, ainda é responsável pela maioria das atividades, com o auxílio de sua esposa e seu filho. Atualmente, a principal fonte de renda familiar vem da criação de gado de corte, mas também produzem melancia em pequena escala.

Fazem parte da UD7, Luiz Batista, 60 anos, sua esposa Maria Aparecida, 59 anos, e seu filho Davi, com 38 anos. O casal possui outra filha que mora na cidade de Angatuba. A família reside no sítio São Pedro, de 1,7 hectare, localizado no bairro do Guareí Velho, em Angatuba (SP). Também são proprietários do sítio Santana, de 9,2 hectares, localizado no bairro dos Aleixos, em Campina do Monte Alegre (SP). Ambas as propriedades foram herdadas do pai de Luiz. O casal está aposentado, mas continuam trabalhando no sítio, como fizeram durante toda a vida. Hoje, a principal produção do sítio é de soja e milho, porém, a aposentadoria constitui a maior fonte de renda.

A UD8 é composta por Sandro Corrêa, 31 anos, sua esposa Keila, 31 anos, seus filhos Geovane e Daniel, 12 e 1 ano de idade, seu pai Pedro, 67 anos, e sua mãe Divanira, 64 anos. A família reside no sítio Barreiro, de 34,8 hectares, localizada no bairro do Aracaçu, em Buri (SP). Pedro e Divanira sempre trabalharam no campo, atualmente, a renda do casal é proveniente da produção de leite e da aposentadoria. Sandro, apesar de ajudar o pai na produção do leite, também produz hortaliças em estufas, de onde advém sua principal fonte de renda. Também residem e trabalham com estufas na propriedade dois irmãos de Sandro, Sérgio e Solange, e suas respectivas famílias. Entretanto, cada família trabalha de forma individualizada e autônoma.

Por último tem-se a UD9, composta por Sirval Agápto, 64 anos, sua esposa Zilda, 61 anos, e seu filho Pedro, 27 anos. Pedro é tecnólogo em agronegócio pela Fatec de Itapetininga e trabalha exclusivamente na propriedade com os pais. O outro filho do casal, João Paulo, mora na cidade de Campina do Monte Alegre e trabalha como técnico em agropecuária na UFSCar. Sirval e Zilda são descendentes de agricultores e sempre trabalharam nas atividades agrícolas nas propriedades de suas famílias e em terras arrendadas. O casal mudou-se para a cidade após o casamento, mas ainda continuaram trabalhando no campo. Em 2010, a família comprou o sítio Tapiá-Mirim, de 20,5 hectares, localizado no bairro do Salto, em Campina do Monte Alegre, onde residem até hoje. Atualmente, o casal

de produtores é aposentado, mas a principal fonte de renda é proveniente da produção de milho, soja e trigo.

Figura 2 - Fotos dos principais produtores entrevistados: (UD1) Abel Agápto; (UD2) Adenilson e Jolice; (UD3) Francisco Gomes, Teresa e o filho Francisco; (UD4) João Luciano; (UD5) João Rochel e seu filho João; (UD6) José Policarpo; (UD7) Luiz Batista e Maria Aparecida; (UD8) Pedro e Divanira; (UD9) Sirval Agápto.



Fonte: Tiago Santi (2019/2020).

MUDANÇAS NA PAISAGEM LOCAL: DADOS HISTÓRICOS E HISTÓRIA ORAL

Entre o final do século XIX e meados do século XX o mundo rural paulista passou por grandes transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais que alteraram sobremaneira o modo de vida no campo (DA SILVA; MURRIETA, 2014; CANDIDO, 2017). Essas mudanças ocorreram em grande parte fomentadas pela expansão da cultura cafeeira até o início da década de 1920 e pelo processo de industrialização e urbanização de São Paulo a partir da década de 1930, aliado a um discurso de modernização da agricultura. Esse processo levaria à expansão das monoculturas voltadas à exportação, bem como à ampliação da malha ferroviária e a consequente exploração em grande escala da Mata Atlântica do interior paulista (DEAN, 1996; FERRARO, 2005). Tais transformações impactaram diretamente

a realidade das UD's abordadas neste estudo e de toda região do entorno (NOGUEIRA, 1999). Dessa forma, veremos na sequência relatos dos produtores entrevistados que auxiliam na compreensão dos reflexos destas mudanças na paisagem e nas atividades produtivas e práticas tradicionais dos agricultores da região.

Inicialmente, as falas dos mais antigos evidenciam uma redução considerável de floresta primária até meados da década de 1950. As narrativas locais também sugerem três fatores principais que teriam contribuído para tal redução da Mata Atlântica na região: (1) a criação dos ramais lenheiros (décadas de 1930 e 1940) para extração de madeira, utilizada como combustível para as locomotivas e no abastecimento da indústria e da construção civil; (2) a atuação das serrarias na região a partir da década de 1940; (3) a substituição da agricultura tradicional de coivara por uma produção mais intensiva, caracterizada pelo corte e queima da vegetação nativa e posterior introdução de monoculturas ou gado.

A Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) construiu os ramais lenheiros em meados da década de 1930 na região. No município de Buri havia dois ramais lenheiros, um que se iniciava no km 285, próximo a cidade, seguindo sentido o município de Capão Bonito, e outro que se iniciava no km 279, no Bairro dos Buenos, seguindo sentido ao pátio de carregamento Casinha Branca (BURI, 2015). Na estação Engenheiro Hermilo (Figura 1), na época ainda pertencente à cidade de Angatuba, havia outro ramal lenheiro que se estendia até a fazenda Aterradinho, passando pelos bairros do Barreiro, Aleixos, Salto e Guareí Velho. Os “trens lenheiros”, assim chamados pelos moradores locais, extraíam madeira da região, principalmente para ser utilizada como combustível das locomotivas a vapor, além de transportar madeira para utilização na indústria e na construção civil.

Atuando nas décadas 1930 e 1940, os ramais lenheiros foram responsáveis pela redução de grandes áreas de floresta na região, assim como alteraram consideravelmente a dinâmica produtiva dos agricultores. João Luciano (UD4), conta que o “trem lenheiro” retirou grandes quantidades de madeira da região. O mesmo relatou que, assim como seu avô, muitos agricultores começaram a trabalhar no corte e transporte de lenha naquela época. João Rochel (UD5) também relatou, com certo incômodo, que seu pai era “carreiro”, e que, mesmo possuindo terras para produzir, trabalhou transportando muita madeira para o lenheiro com carro de boi. Além da extração da madeira, Luiz Batista (UD7) relata que o trem lenheiro soltava faíscas que causaram muitos incêndios nas florestas no passado.

Outro fator que contribuiu para a alteração da paisagem local foi a atuação das serrarias, concomitantemente aos últimos anos da atuação dos trens lenheiros.

Vale destacar que o bairro da Serraria em Angatuba ganhou este nome devido à presença de uma destas empresas. Luiz Batista (UD7) acredita que cerca de 90% das madeiras do Guareí Velho, bairro rural de Angatuba, foram serradas no bairro da Serraria. João Luciano (UD4) narrou que também existiam as serrarias móveis, adaptadas em carrocerias de caminhões, o que facilitava a mobilidade, possibilitando retirar grandes toras em locais de difícil acesso.

A terceira atividade mais importante para a compreensão da história ambiental da região ao longo do século XX, de acordo com os entrevistados, teria sido a agricultura de coivara. Amplamente utilizado por populações pobres rurais em locais com baixa densidade demográfica, esse sistema de cultivo itinerante é praticado em regiões tropicais úmidas em todo planeta. Sua principal característica é o plantio em áreas de floresta onde a vegetação é cortada e queimada. Esta área é utilizada para produção por um certo período de tempo e deixada em pousio por um período maior, o que possibilita a regeneração da floresta (CONKLIN, 1961; PEDROSO JR. et al., 2008).

Segundo os relatos dos produtores mais antigos, a prática da coivara foi realizada com mais frequência na época de seus pais, em meados da primeira metade do século XX. Já a partir da década de 1960, as narrativas apontam para uma intensificação de produção em áreas de “capoeirinha” (matas secundárias em fase inicial de regeneração), evidenciando uma redução do tempo de pousio. Também se verifica o avanço da produção sobre áreas de cerrado, proporcionado pela inclusão de novas tecnologias e métodos produtivos. Ao mesmo tempo, ocorria um gradativo abandono da coivara em áreas de floresta em meio a boatos sobre a proibição de “derrubar mato” e da pouca disponibilidade de áreas adequadas à esta prática.

Após as significativas transformações que a paisagem do sudoeste paulista passou até meados da década de 1950, e diante do novo cenário agrícola que se desenhava, os pequenos produtores locais se depararam com desafios e oportunidades que exigiram novas estratégias produtivas. Parte destas estratégias serão analisadas na próxima seção.

HISTÓRICO PRODUTIVO E A DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Diferentes abordagens presentes na literatura revelam que a diversificação produtiva pode trazer importantes contribuições no âmbito da agricultura familiar, gerando benefícios socioeconômicos e ambientais não só para os produtores, como também para toda a sociedade (SAMBUICHI *et. al.*, 2014). Em linhas gerais, a diversificação se baseia em um processo socioeconômico onde um portfólio diverso de atividades e fontes de renda é adotado e alterado ao longo do tempo,

visando proporcionar a melhoria das condições de vida dos indivíduos (ELLIS, 1998; SCHNEIDER, 2010). Este repertório de atividades pode ocorrer tanto dentro da propriedade rural (*on-farm*), abrangendo atividades agrícolas ou não, quanto fora da propriedade (*off-farm*), como, por exemplo, rendas provenientes de empregos na cidade ou aposentadorias (ELLIS, 1998). Nesta seção, abordamos especificamente a diversificação das atividades agropecuárias presentes dentro das propriedades dos produtores entrevistados.

É importante destacar que os entrevistados consideraram como atividades produtivas aquelas com maior contribuição para a economia das famílias, deixando de citar várias outras atividades mais ligadas ao autoconsumo, as quais foram reveladas em outros momentos da entrevista, como os pomares de frutas, hortas, plantio de mandioca, batata-doce e banana, criação de galinhas, de porcos, dentre outras. A produção de hortaliças da UD2 e UD5, por exemplo, só foi citada durante o período que eram comercializadas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entretanto as duas famílias sempre mantiveram uma horta para o consumo próprio. O histórico produtivo das famílias estudadas pode ser caracterizado por uma dinâmica que oscila entre momentos de diversificação e de especialização das estratégias produtivas adotadas ao longo do tempo (Figura 3).

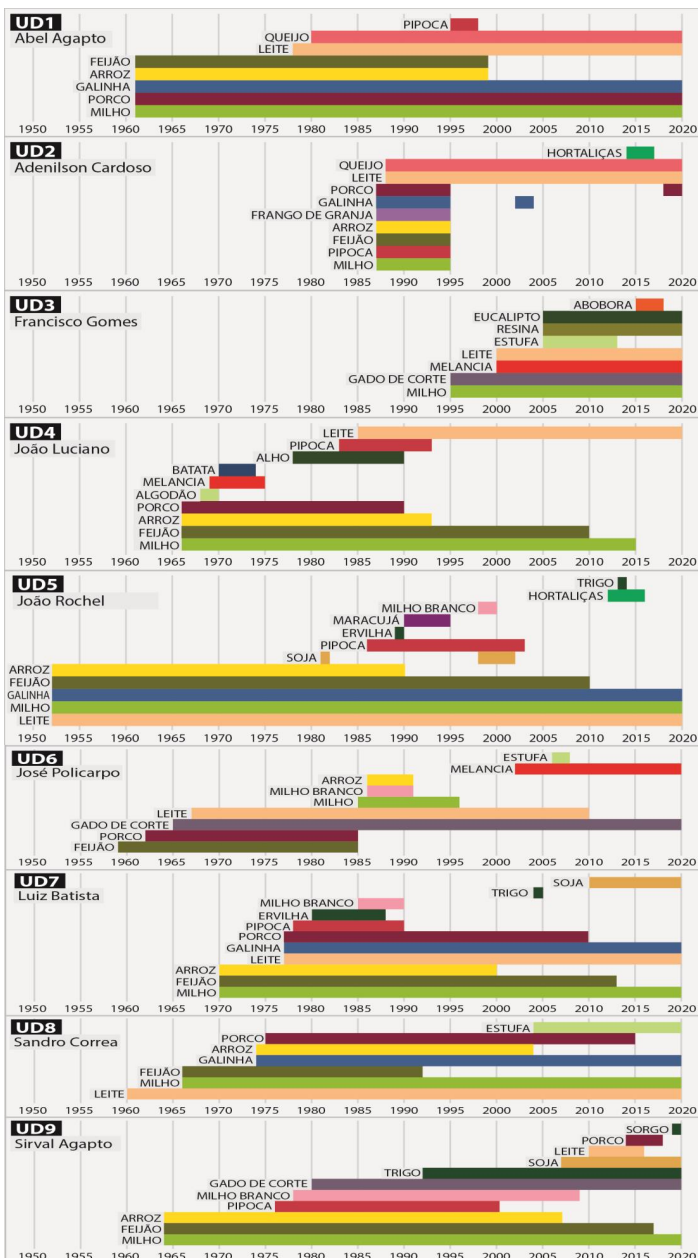
Em média, os produtores possuem 51,7 anos de trabalho no campo. João Rochel (UD5) é o produtor mais experiente, com 68 anos de produção agrícola. Já Francisco Gomes (UD3) é o produtor mais jovem e que produz há menos tempo (25 anos). Considerando todo o período de produção, cada família trabalhou em média com 9,5 atividades produtivas diferentes, sendo que a UD8 teve a menor diversificação, com sete atividades, e a UD5 a maior diversificação, com 12 atividades. Nas nove UDs, verificou-se um total de 25 atividades produtivas: milho, arroz, feijão, pipoca, leite, queijo, gado de corte, galinha, frango de granja, porco, hortaliças, abóbora, eucalipto, resina, estufa, melancia, alho, batata, algodão, trigo, milho branco, maracujá, ervilha, soja e sorgo.

É possível observar nos resultados uma predominância da produção de milho, feijão e arroz dentre as atividades produtivas das famílias, principalmente entre os produtores mais antigos (Figura 3). Este conjunto de atividades, essencial para a subsistência dessas famílias, constituiu-se no chamado triângulo básico da alimentação do caipira paulista, depois que a mandioca foi aos poucos substituída pelo arroz em meados do século XX (DA SILVA; MURRIETA, 2014; CANDIDO, 2017). No entanto, somente o milho continua sendo produzido atualmente nas UDs.

É porque o forte daquele tempo era o arroz, o feijão e o milho, o básico, todo mundo plantava um pouco de cada coisa. Como dizia os meus pai [...] que Deus o

livre de não der o arroz, o feijão deu. Eu vendo feijão e compro o arroz, eu vendo o arroz... Sabe?” (Luiz Batista, UD7. 25/10/2019).

Figura 3 - Histórico produtivo das unidades domésticas estudadas.



Fonte: Tiago Santi (2020).

Destaca-se também a importância que o milho representa, pois foi produzido por todos os entrevistados, em média 42,2 anos por UD, sendo que foi cultivado durante todos os anos de atividades agrícolas de 5 UD's (UD1; UD3; UD5; UD7; UD9). Além de ser utilizado para o autoconsumo, o milho pode ser armazenado, utilizado para tratar das criações e dos animais de trabalho, e, quando possível, para troca ou venda do excedente.

A produção de leite também se mostra muito relevante, pois foi realizada por todos os produtores entrevistados, em média 38,7 anos por UD. A forte influência do tropeirismo na região (PETRONE, 1973; LISBOA, 2008) ajuda a explicar essa vocação leiteira. O leite é utilizado tanto para o autoconsumo como para a comercialização, geralmente vendido ao laticínio, e, mais comum antigamente, direto ao consumidor. Pode-se depreender das entrevistas que a criação de gado proporciona um grau de segurança econômica diferenciado para as famílias, em curto e longo prazo. Enquanto a produção de leite traz uma renda diária estável à unidade doméstica, os bezerros, como um ativo futuro, ainda podem ser vendidos quando necessário. Um padrão também observado em outros contextos, como na Amazônia, por exemplo (LUDEWIGS; BRONDIZIO 2009).

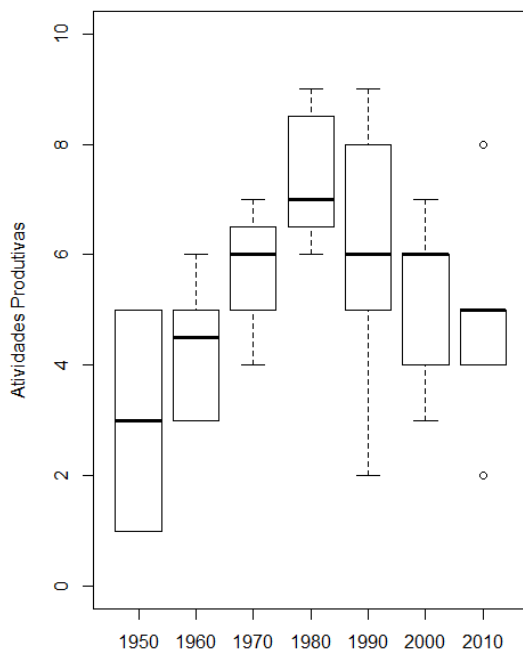
No sudoeste paulista, o leite também é a matéria prima para a produção do queijo Porungo, que pode ser consumido ou comercializado pela família. O soro, um subproduto da fabricação do queijo, também é utilizado na alimentação do gado e dos porcos. Atualmente, todas as UD's ainda mantêm a produção de leite, seja para a comercialização ou autoconsumo.

Em âmbito geral, é possível também observar que houve um constante aumento da diversificação produtiva das UD's entre as décadas de 1950 e 1980 (Figura 4). Parte deste aumento deve-se à inclusão de novas atividades no repertório produtivo das UD's concomitante à manutenção de atividades tradicionais (como pode ser verificado na figura 3). Destaca-se ainda que as novas atividades introduzidas neste período, em grande parte estão ligadas a chegada de novas tecnologias e métodos produtivos, como é o caso da soja, batata, pipoca, milho branco, dentre outras.

Este período de aumento da diversificação produtiva converge temporalmente com o processo de modernização da agricultura em âmbito nacional. Este foi amplamente fomentado pelo Estado e marcado pela integração com o setor industrial, a formação do proletariado rural e o fortalecimento dos complexos agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Um processo que, em linhas gerais, intensificou a cultura da invisibilização do campesinato brasileiro por parte dos setores econômicos e financeiros do país (BRONDIZIO, 2006). Entre 1965 e 1980, por exemplo, instala-se o que Delgado (2001) chamou "idade de ouro de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a

economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público”. Entretanto, esse processo de modernização da agricultura aos moldes da “Revolução Verde”, a qual beneficiou principalmente as grandes propriedades (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; TOLENTINO, 2016), também alterou sobremaneira o modo de vida e as estratégias produtivas dos agricultores familiares abordados neste estudo.

Figura 4 - Amplitude das atividades produtivas nas unidades domésticas por década.



Fonte: Helbert Medeiros Prado & Tiago Santi (2020).

Verificou-se que além da inclusão de novas atividades no repertório produtivo das UD, também houve alterações nas produções tradicionais de arroz, feijão e milho. Estas culturas, produzidas tradicionalmente na região por meio da agricultura de corte e queima, foram incorporando paulatinamente técnicas e ferramentas do novo “pacote tecnológico¹⁰”, como por exemplo a utilização de insumos químicos, agrotóxicos, sementes melhoradas e maquinários agrícolas.

⁹ Trata-se do movimento de modernização da agricultura por meio de um conjunto de inovações tecnológicas, caracterizado pelo melhoramento de plantas e da mecanização do processo produtivo, que foi difundido globalmente a partir da década de 1960 visando o aumento da produção.

¹⁰ Conjunto de inovações tecnológicas disseminadas pela “Revolução Verde”, como melhoramento genético, utilização de insumos e defensivos químicos e a mecanização do processo produtivo.

Nos países onde o “pacote tecnológico” da “Revolução Verde” foi implantado de forma significativa, houve em geral uma ruptura com o passado das famílias rurais tradicionais, que passaram a incorporar as novas formas de racionalidade produtiva, em um processo marcado pela mercantilização da vida social e a perda da autonomia setorial (NAVARRO, 2001).

Estas mudanças também estimularam na região um processo de substituição da produção em áreas de floresta por áreas de cerrado, mais adequadas às novas tecnologias. De fato, o cerrado brasileiro foi o campo de testes do chamado “pacote tecnológico”, caracterizado pela mecanização dos processos produtivos, utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes híbridas (DUTRA; SOUZA 2017).

Além do aumento da diversificação produtiva entre os entrevistados, também verificou-se um considerável aumento de área produzida, especialmente entre as famílias que tiveram maior grau de acesso às novas tecnologias. A aquisição do primeiro trator é considerada por eles o marco inicial desta expansão.

Pra ser sincero pra você, o que trouxe um pouco do progresso aqui foi o trator. Então a gente teve coragem de plantar um pouco mais, porque ficou mais fácil pra preparar a terra, pra plantar. Pra bater o feijão já não era mais em vara, já tinha a maquininha laredo (Luiz Batista, UD7. 03/01/2020).

Entretanto, o aumento da produção não decorreu unicamente das facilidades oriundas desta nova tecnologia, mas também da necessidade de pagar pelo bem adquirido. Assim, os produtores precisaram aumentar a área plantada em suas propriedades e, em alguns casos, arrendar terras de terceiros para conseguir pagar o financiamento ao banco.

Quando a gente começou a mecanizar a lavoura, daí “a moda”¹¹, é claro que você tinha que produzir mais, porque você tinha que pagar a máquina, né? (João Luciano, UD4. 24/12/2019).

Após este período contínuo de aumento da diversificação até a década de 1980, verifica-se uma redução da diversificação nas décadas subseqüentes entre as UD's (Figura 4). Tal redução de atividades produtivas se alinha aos dados levantados pelo Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA), indicando uma considerável redução de áreas de culturas anuais (milho, feijão, batata, etc.) no sudoeste paulista entre 1983 e 1996. Dos 380 mil hectares com culturas anuais

¹¹ Uma variação linguística da locução conjuncional “de modo que”, muito utilizada pelos mais velhos da região estudada. As expressões “a moda”, “a moda o caso”, “a modo caso”, “mode” e “modeque” são variações linguísticas e todas elas funcionam como sinonímia.

em 1983, apenas 228 mil foram cultivados em 1996. Destaca-se que a produção de feijão, uma das mais importantes da região, passou de 128 mil hectares em 1983 para 39 mil em 1996. O milho, no entanto, teve um leve aumento de área, 77 mil para 89 mil hectares. Grande parte das áreas não ocupadas por culturas anuais em 1996 foi destinada à criação de gado de leite e de corte e, uma pequena parte, à criação de suínos (NOGUEIRA, 1999).

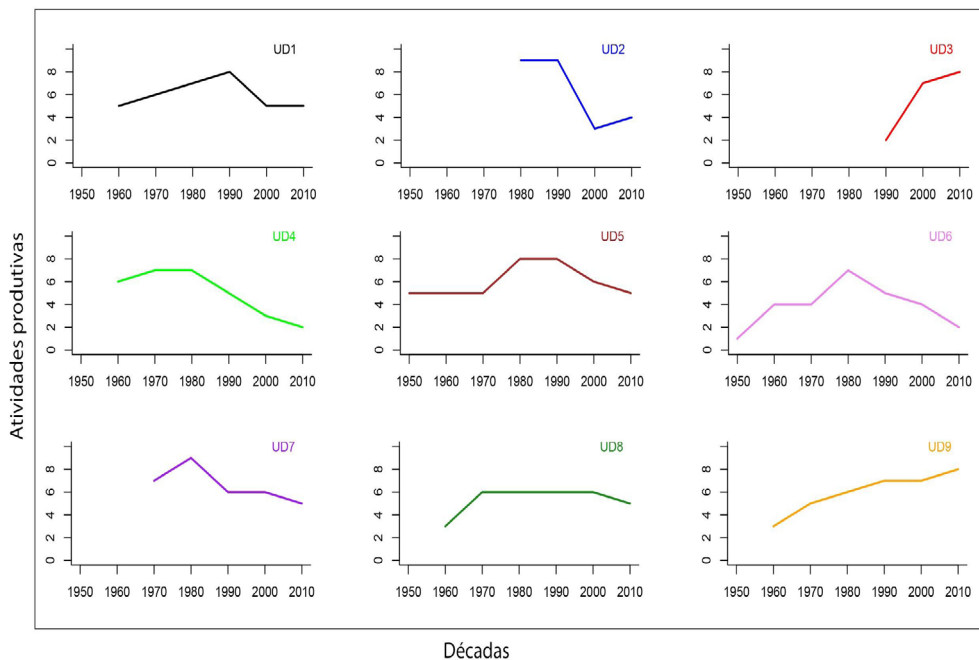
Nas UD's estudadas, a redução da diversidade produtiva deve-se em grande parte ao abandono da produção de arroz e de feijão (Figura 3). Para a maioria das famílias, o arroz era plantado tradicionalmente para o autoconsumo e venda do excedente. Já o plantio do feijão era mais voltado para a comercialização, sendo uma cultura mais rápida, que produzia duas vezes ao ano e tinha um bom retorno financeiro. A partir de 1985 os produtores começaram a parar gradativamente de produzir o feijão, sendo o último plantio em 2017. O mesmo ocorreu com o arroz a partir de 1990, com o último plantio em 2007 (Figura 3). O que motivou Abel Agápto (UD1) a desistir do plantio de feijão foi o alto custo que a cultura exigia para ter uma boa produção e assim obter lucro. Já o abandono do arroz foi motivado pela dificuldade em conseguir arrendar terras de terceiros.

Não plantei porque hoje tem que ganhar com produção e para produzir fica caro. Antigamente, você podia plantar tendo o dinheiro que fosse. [...] Parei por causa que falta de terra também, né? Porque hoje, por exemplo, quem arrenda terra tem que ser com maquinário. Fazendeiro não vai arrendar uma terra pra gente, pra plantar um pouquinho aí, pra estorvar ele lá. Por isso, pode notar que tudo que tá plantando lavoura hoje é com maquinário e planta bastante. Que daí interessa pro dono da terra, pra ter lucro pra ele também, né? (Abel Agápto, UD1. 26/12/2019).

A narrativa do entrevistado também revela um interessante aspecto referente a modernização da agricultura. Se em um primeiro momento esse novo modelo de produção fomentou a expansão da produção e a diversificação por meio da inserção de novas culturas, a partir de meados da década de 1980 teve papel fundamental na especialização das atividades produtivas destes agricultores. Os produtores que conseguiram se integrar ao novo modelo, foram aos poucos aumentando as áreas produtivas e se especializando nas monoculturas mais rentáveis. Já os produtores que não tinham acesso ao crédito ou à terra, além de não conseguirem se integrar neste novo modelo de produção, ainda enfrentam dificuldades em manter suas atividades tradicionais, um padrão que também se verifica na literatura mais abrangente (SILVA; BOTELHO 2014).

Para além da tendência geral discutida até aqui, uma análise pormenorizada sobre o histórico de diversificação produtiva experimentada por cada UD estudada ajuda também a lançar luz sobre a questão (Figura 5). Nesta perspectiva, é possível observar, por exemplo, que seis UDs (UD1, UD4, UD5, UD6, UD7, UD8) seguem a tendência geral de diversificação até da década de 1980 representada na figura 4, seguida de um processo de especialização nas décadas subsequentes (Figura 5).

Figura 5 - Evolução do número de atividades produtivas por década de cada UD.



Fonte: Helbert Medeiros Prado & Tiago Santi (2020).

Tomemos a seguir o caso emblemático da UD6 (Figura 5), a qual apresenta uma curva de diversificação produtiva muito próxima à curva geral das UDs (Figura 4). Na UD6, José Policarpo produziu o primeiro feijão em 1959 e, durante a década de 1960, começou a criar porcos e gado de corte, além de iniciar a produção de leite. Segundo o produtor, durante 20 anos essas atividades trouxeram um bom retorno financeiro, mesmo utilizando métodos de produção mais rústicos, como no caso do feijão. Porém, a sucessiva inclusão de novas tecnologias e métodos produtivos resultou em importantes mudanças nas atividades da propriedade. José adquiriu o primeiro trator em 1980 e expandiu a área de feijão, mas, devido principalmente a

problemas com pragas e doenças, decidi parar com a atividade cinco anos depois, como mencionou:

Na verdade eu ganhei mais dinheiro no peito de burro do que com trator. Depois que comprei trator plantei feijão lá, mas começou a aparecer a praga e não tinha veneno, daí eu [bateu as mãos sinalizando que saiu da atividade] (José Policarpo UD6. 28/12/2019).

A UD6 apresentou sua maior diversificação produtiva na década de 1980, época em que José Policarpo também começou a produzir milho, milho branco e arroz, como forma de aproveitar o maquinário e os conhecimentos adquiridos na cultura do feijão. Porém, encerrou a produção de arroz e de milho branco em 1991, e de milho em 1996. O produtor justifica que parou de produzir o arroz porque precisava contratar diaristas para ajudar na lavoura, enquanto a produção de milho e milho branco não estavam compensando devido ao baixo preço de venda.

Observa-se que apesar de apresentar uma alta diversificação na década de 1980, José Policarpo não se adaptou ao novo modelo de produção de grãos e optou em se especializar na criação de gado de corte, que sempre foi sua principal atividade (Figuras 3 e 5). Outra explicação para a especialização produtiva está relacionada ao tamanho da propriedade (213 hectares somando as três glebas) e a pequena mão de obra familiar disponível, formada basicamente por José, sua esposa e seu filho. Além disso, nesta região de Buri o solo não favorece a produção de cereais, predominando na paisagem pastos para criação de gado e a silvicultura (pinus e eucalipto). Importante citar, também, o valor afetivo associado à criação de gado por parte do produtor, o qual exaltou dentre suas lembranças a figura do pai, um importante tropeiro da região.

Em síntese, observa-se que a diminuição das atividades produtivas da UD6, a partir da década de 1980, está associada a incidência de múltiplos fatores atuando em conjunto, como por exemplo: a dificuldade de adaptação aos novos métodos produtivos, problemas com pragas e doenças, baixos preços de venda, alto custo de produção e baixa lucratividade, características do solo, tamanho da propriedade, mão de obra disponível, além do próprio perfil produtivo pessoal e familiar modulando a vocação e o interesse do produtor em diferentes atividades. Este amplo conjunto de variáveis revela a complexidade associada ao processo de tomada de decisão do produtor rural, e que está na base do histórico produtivo das UD6.

Em outras quatro UD6s (UD1, UD4, UD5 e UD8) ocorreram processos de diversificação e especialização muito semelhantes com o da UD6 (Figura 5). Nestes casos, pode-se observar o mesmo padrão de aumento de diversificação e de

área produzida até meados da década de 1980, seguido por um período de retorno às atividades tradicionais menos dependentes do novo “pacote tecnológico”, principalmente ligadas à criação de gado e produção de leite (Figura 3). Estes produtores também enfrentaram dificuldades semelhantes de adaptação com os métodos produtivos do novo cenário agrícola, que se apresentava como a única opção de desenvolvimento.

Fica evidente a forte influência da modernização da agricultura nas estratégias produtivas desse grupo de UD's acima mencionadas (UD1, UD4, UD5, UD6, UD8). Em maior ou menor grau, estes produtores tentaram sem sucesso se integrar ao novo sistema. Percebe-se nas narrativas que as maiores dificuldades para se integrar a esta agricultura moderna estavam associadas ao acesso ao crédito e à terra. Neste novo modelo de produção agropecuária é exigido ao produtor rural capital financeiro suficiente para arcar com os altos custos dos insumos e tecnologias necessários, bem como expandir a área de produção, comprando ou arrendando terras de terceiros, para assim aumentar a escala e conseguir obter lucro. Nas entrevistas, os relatos acerca das dificuldades e insatisfação com esse novo cenário foram recorrentes:

Se for pra plantar só pra você comer, compensa você comprar no mercado e não se aventurar em fazer plantio pequeno, ou você faz grande ou não faz. [...]No tempo que todo mundo ia pra roça, um sítio de quatro alqueires sustentava uma família de 10 a 12 pessoas trabalhando ali dentro e fazendo algum biquinho por fora. Daí hoje mudou, hoje com uma família de 10 pessoas tem que ter pelo menos 40 alqueires, se não a família não sobrevive. (João Luciano, UD4. 19/10/2019).

O sítio hoje é complicadinho, muito gasto né. [...]O preço baixo que nois vende, e o que nois compra é muito alto. Você vai plantar um milho, é um absurdo que fica pra você plantar. Você vai vender um leite é um real e pouco o litro. A dificuldade maior nossa é isso. Tudo bem, as coisa ser cara, mas se acompanhasse mais ou menos para sobrar mais. [...]A gente mexe com outra coisa aí porque ficou difícil a lavoura por causa de terra, né. A gente não tem área muito boa, daí começou a complicar. Tinha que sair muito longe e parar muito tempo fora. E foi desanimando, né! (João Rochel Filho, UD5. 28/10/2019).

Porque quando eu comecei a tirar leite, um litro de leite dava pra comprar três de gasolina [...]Tinha uma família dos Vieira, não era muitos filhos deles, era uns três ou quatro. Com 20 litros de leite [por dia] eles traziam aquelas moças bem-vestidas, só que eles tinham uma horta boa, plantavam

arroz, feijão pro gasto, milho e tinham um porquinho pro gasto, mas não vendiam. Era 20 litros de leite, só isso, e vendiam um bezerrinho lá que sobrava. E hoje com 20 litros de leite o que você faz? (José Policarpo, UD6. 04/11/2019).

Ah, porque a situação vai apertando e não tem como competir com os grande. Então, a gente parou no tempo né. Não tem quem debilha. Porque até tem, tem que ir atrás de uma máquina grande. Por exemplo, aí pra vir entrar num pedacinho pequeno da gente não tem nem como. Muitos fica bravo, mas a gente entende. Por exemplo, hoje essa máquina grande nem na estrada pode andar, ela tem que vir no caminhão, por exemplo, e montar ela lá no serviço. Como ela vai vim no pedacinho pequeno da gente? Que nem na porteira cabe ela. Então, dificultou. (Abel Agapto, UD1. 26/12/2019).

Diferentemente das UD's abordadas anteriormente, a UD7, mesmo seguindo um padrão de diversificação e especialização semelhante ao padrão geral, adaptou-se com relativo grau de sucesso ao novo “pacote tecnológico”. Desta forma, a diminuição de atividades produtivas após a década de 1980 se deve principalmente a um processo de especialização voltado às culturas associadas ao novo “pacote tecnológico” como a soja e o milho, em substituição ao cultivo tradicional de arroz e de feijão.

A UD2 apresentou uma variação no histórico produtivo bem peculiar, com uma drástica redução das atividades produtivas na transição entre as décadas de 1990 e 2000 (Figura 5). Neste caso, a especialização pode ser explicada pela desvinculação das atividades produtivas dos pais e irmãos de Adenilson, quando o mesmo se casou e se mudou para outra propriedade. Além disso, o casal trabalhou fora da propriedade em alguns períodos, mantendo basicamente a produção de leite e queijos, atualmente a única fonte de renda da família.

Já as UD3 e UD9 seguem um padrão diferente das demais UD's, pois diversificaram suas atividades produtivas constantemente ao longo das décadas (Figura 5). Porém, apesar desta diversificação, a economia destas duas UD's é fortemente dependente de poucas atividades.

No caso da UD3, Francisco Gomes começou a trabalhar com seu pai na produção de milho e criação de gado em 1995. A primeira inserção de outras atividades aconteceu no ano 2000 quando iniciou o plantio de melancia e a produção de leite. O aumento mais relevante da diversificação se dá em 2005, quando realizou parcerias com empresas para produção de madeira e resina, assim como construiu algumas estufas para produção de hortaliças em sistema de parceria com alguns produtores de Buri.

Entretanto, constatou-se nas entrevistas que apesar da alta diversidade produtiva, atualmente a UD3 depende principalmente das parcerias com as agroindústrias de madeira e resina. Assim, suas outras atividades assumem apenas um papel secundário dentro do seu repertório produtivo atual. Por outro lado, em tese, a manutenção dessa diversificação pode trazer maior resiliência e potencial de adaptabilidade do produtor frente às situações e condições futuras imprevisíveis (SCHNEIDER, 2010; SAMBUICHI *et al.*, 2014).

Já na UD9 houve uma relevante adesão ao novo “pacote tecnológico” associado ao aumento da área de produção de arroz, feijão e milho, bem como a inclusão de novas atividades a partir da década de 1980 (pipoca, milho branco, trigo, soja e sorgo). Também verificou-se a inclusão da criação de gado e porcos e a produção de leite. Entretanto, apesar de aumentar sua diversificação durante as décadas, verifica-se que atualmente a UD9 destina grande parte da área do sítio ao cultivo de monoculturas, dependendo quase que exclusivamente da produção de milho, soja e trigo. Segundo Sirval Agápto (UD9), apesar de desenvolver oito atividades diferentes na década de 2010, irá trabalhar com apenas quatro a partir de 2020.

Pode-se constatar que as UD7 e UD9, apresentaram uma tendência de especialização e alto grau de dependência de culturas mais mecanizadas como a soja, milho e trigo. Outras semelhanças destacadas entre estas UD7 e UD9 é a posse de terras adequadas e em quantidade viáveis para o plantio mecanizado de cereais. Nestes casos, os chefes das famílias (cônjuges) encontram-se aposentados e pelo menos um dos filhos trabalha com os pais na propriedade, o que revela a tendência de reprodução e continuidade deste modelo produtivo pelas novas gerações nestas UD7 e UD9.

Por outro lado, as UD1 e UD4, que não se integraram ao novo modelo de agricultura, além de relatarem dificuldades de manter as atividades tradicionais, também evidenciaram uma tendência de migração dos indivíduos mais jovens em busca de novas oportunidades, como empregos na cidade ou em grandes propriedades rurais. Na UD1 e UD4, por exemplo, apesar dos chefes de família estarem aposentados e ainda desenvolverem algumas atividades produtivas, todos os descendentes não trabalham mais nas respectivas propriedades. Dessa forma, fica evidente um preocupante processo de desaparecimento dos pequenos produtores dedicados à produção tradicional e pouco mecanizada.

Outro fator importante revelado pelos produtores foi a preocupação com o uso excessivo de agrotóxicos e com a qualidade dos alimentos produzidos neste novo sistema. Segundo eles, além deste modelo produtivo ser extremamente dependente do uso de agrotóxicos, alguns representantes de empresas do ramo recomendam a aplicação destes produtos além do necessário. Luiz Batista (UD7),

revelou uma grande preocupação com a degradação ambiental e com a própria saúde, associado ao uso cada vez mais intensivo dessas substâncias.

Então, se não fosse o uso de tanto veneno, seria melhor hoje. Porque no passado você produzia pouco mas você não estragava tanto a saúde como hoje. Porque não deixa de prejudicar, viu. Às vezes as pessoas não querem admitir muito, mas você vê o quanto aumentou a doença no povo hoje [...] Então, você veja bem, hoje é proibido caçar, é proibido coisa. Eles acham que assim funciona. É uma falha humana, porque naquela época o caçador não depredava tanto igual hoje. Aqui tinha perdiz, bastante. Com essa passagem de veneno na lavoura, na soja, no milho ela come o arroz, o milho, o trigo, tá envenenada. É o que acabou com os passarinho. Foi a tecnologia, o avanço, o veneno que é jogado hoje até com avião” (Luiz Batista, UD7. 25/10/2019).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas com as transformações ocorridas no cenário agrícola em questão, algo que se mostrou muito presente nas entrevistas foi a forte identificação com o meio rural e o orgulho que estes indivíduos têm em serem agricultores, bem como a consciência da importância que a categoria representa na sociedade, principalmente com a produção de alimentos. Percebeu-se também entre os entrevistados um forte desejo de valorização da agricultura familiar, principalmente por parte do Estado.

Precisa incentivar os pequenos produtor ter meios de continuar no sítio. [...]Futuramente pode ser que não tenha comida, né. E pode ser verdade mesmo, porque os pequenos tá na mão dos grande. Os grande não querem plantar o que comer, eles se preocupam em plantar outro tipo de lavoura, né. Tá acabando, a gente não vê por aqui. No bairro não tem ninguém que planta feijão, não tem ninguém que planta arroz (Jolice, UD2. 07/11/2019).

O que tá precisando melhorar seria que o governo, a moda, lançasse, como eu falei anteriormente, aqueles programas que o governo lança pra tentar segurar o homem no campo. Mas que ele lançasse o programa e colocasse recursos para as pessoas a moda realmente conseguir fazer as coisa. [...] Hoje em dia o homem do campo não se mantém. [...]Política agrícola, a moda que ajude realmente, que não venha a moda pra fazer campanha e depois suma, depois desapareça. Que seja um programa que fique. (João Luciano, UD4. 26/10/2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de uma abordagem antropológica, neste artigo, discutimos o histórico produtivo de pequenos agricultores no sudoeste paulista, em sua interface com a história e o contexto ambiental da região. A análise das narrativas locais evidenciou importantes transformações na paisagem e na dinâmica produtiva da região durante o século XX. Uma considerável redução de floresta primária foi associada a atuação dos ramais lenheiros e das serrarias, assim como a substituição da coivara por uma agricultura mais intensiva. Este novo modelo de agricultura, apesar de utilizar áreas florestais em um primeiro momento, gerou um processo de abandono de antigas áreas de coivara à medida que avançava sobre o cerrado.

Informações inéditas sobre estratégias produtivas e respostas adaptativas das famílias ao longo do tempo também foram reportadas. As UD's analisadas se envolveram em 25 atividades produtivas diferentes entre 1952 e 2019, em uma dinâmica pendular que oscilou entre momentos de especialização e diversificação produtiva ao longo do tempo. Foi na década de 1980 que as famílias analisadas vivenciaram o auge da diversificação de suas atividades, seguida por um processo de especialização até o período atual. Esta redução do portfólio está associada à produção focada em *commodities* por algumas famílias que se adaptaram à modernização da agricultura e ao retorno a práticas tradicionalmente realizadas na região pelas demais famílias, como a pecuária de leite e corte.

A dificuldade relatada pelos produtores de se integrarem ao novo cenário agrícola mostrou como a modernização da agricultura favoreceu os grandes proprietários capitalizados na região, submetendo o pequeno produtor a situações de precariedade. Tal situação, além de desmotivar a permanência dos jovens nas atividades familiares no campo, também revela um preocupante processo de desaparecimento do pequeno produtor de base familiar e das atividades produtivas tradicionais na região.

Compreender o processo histórico e a situação atual do cenário rural do sudoeste paulista, assim como a realidade do pequeno produtor local é um importante passo para buscar um desenvolvimento mais coerente da região, que respeite suas características socioeconômicas, ambientais e culturais. Especialmente para o Campus Lagoa do Sino da UFSCar, que busca o desenvolvimento da região, atuando com foco no agricultor familiar, as informações e análises apresentadas neste artigo podem ser tomadas como subsídios para suas atividades de ensino, pesquisa e, principalmente, de extensão. Fortalecer a agricultura familiar, valorizando seus conhecimentos tradicionais e as formas de produção podem ser promissores caminhos no combate à pobreza e as desigualdades características do sudoeste paulista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES JUNIOR, Wolney Felipe. Território sudoeste paulista: entre conflitos, relações de poder e identidades – notas de uma pesquisa. **Rural & Urbano**, v.4, n.2, p. 109-122, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/242106>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ANTUNES JUNIOR, Wolney Felipe. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil (2003-2016):** um estudo do território sudoeste paulista (SP). 2020. 143f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – UFSCar, Araras, 2020.

BALÉE, W. The Research Program of Historical Ecology. **Annual Review of Anthropology**, v. 35, p. 75–98, 2006. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.anthro.35.081705.123231>. Acesso em: 05 mar. 2020.

BEM, Sueli Ferreira de. **Contribuição para estudos das estações ferroviárias paulistas.** 1998. 419f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – USP, São Paulo, 1998.

BERNARD, H. Russell. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches.** Walnut Creek: Altamira Press, 2006.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, v.10, n.2, p. 141-163, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/004912418101000205>. Acesso em: 05 dez. 2019.

BRONDÍZIO, Eduardo Sonnewend. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. *In:* ADAMS, Cristina.; MURRIETA, Rui Sérgio; NEVES, Walter (Orgs.) **Sociedades caboclas amazônicas** – Modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume Editora, 2006. p. 195-235.

BURI (SP). **Plano municipal de educação.** 2015. Disponível em: <http://www.buri.org.br/leis/PME.Buri.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito:** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia_e_extensao_rural_contribuicoes_para_a_promocao_de_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

CHAVES, Igor Matheus Santana; PASSARELLI, Silvia Helena. O trem na cidade: o lugar da Estrada de Ferro Sorocabana na construção da paisagem de Itapetininga - SP. In. IX ENCONTRO DA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. Brasília, 2019.

CONKLIN, Harold C. The Study of Shifting Cultivation. **Current Anthropology**, v.2, n.1, p. 27-61, 1961. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/200160>. Acesso em: 05 ago. 2019.

CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens Sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)**. Londrina: Eduel, 2013.

CRUMLEY, C. L. **Historical Ecology: Cultural Knowledge and Changing Landscapes**. Santa Fe, NM and Seattle, WA: School of American Research Press, 1994.

DA SILVA, Henrique Ataíde; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da *Manihot esculenta* no estado de São Paulo. **Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v.9, n.1, p.37-60, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222014000100004>. Acesso em: 20 jan. 2019.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.157-172, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013>. Acesso em: 13 fev. 2019.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Cerrado, Revolução Verde e evolução do consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Na-**

tureza, Uberlândia, v. 29, n. 3, p. 469-484, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/SN-v29n3-2017-8>. Acesso em: 07 dez. 2019.

ELLIS, Frank. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, London, v.35, n.1, p.1-38, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00220389808422553>. Acesso em: 1º nov. 2019.

FAVARETO, Ariane. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável sudoeste paulista (SP)**. Secretaria de Desenvolvimento Territorial SDT – MDA, 2007. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio089.pdf. Acesso em: 19 nov. 2018.

FERRARO, Mário Roberto. **A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no estado de São Paulo**. 120 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – USP, Piracicaba, 2005.

FOGAÇA, Jôse Rocha. **Complementando a renda no ramal da fome: o estudo de um programa de renda mínima**. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNICAMP, Campinas, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: mar. 2020.

LISBOA, Maria Aparecida Morais. **Viver na intersecção de culturas: trajetórias de famílias imigrantes italianas em Angatuba - SP (1881-1982)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNICAMP, Campinas, 2001.

LISBOA, Maria Aparecida Morais. **A política dos coronéis e a difusão do ensino primário em Angatuba/sp (1870-1930)**. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas, 2008.

LUDEWIGS, Thomas; BRONDIZIO, Eduardo. Paths of Diversification: Land use, livelihood strategies and social learning along the aging of a land reform settlement in Acre, Brazil. **Amazonica**, v.1, n.2, p. 330-367, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/298>. Acesso em: 21 fev. 2020.

MATHEUS, Delwek. **Análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo: o caso do território da cidadania do Sudoeste Paulista.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Unesp, São Paulo, 2016.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias.** A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Campinas: Pontes, 1990.

MCNEILL, John R.; ROE, Alan. Editor's Introduction. *In: Global Environmental History: An Introductory Reader.* London: Routledge, 2013.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>. Acesso em: 30 jun. 2019

NOGUEIRA, Elizabeth Alves. **Desenvolvimento regional, ocupação do espaço rural e o mercado de trabalho no sudoeste do estado de São Paulo.** Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo, 1999.

PÁDUA, A. J. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**. v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>. Acesso em: 07 jan. 2019.

PAULILLO, Luiz Fernando; TORRES, Isaías; MELÃO, Maria da Graça Gama; FRANCO, Fernando Silveira; FARIA, Luiz Carlos de; VIEIRA, Marcos Antonio Sanches; LAVORENTI, Norberto Antonio Lavorenti. **Proposta para implantação do Campus Rural Lagoa do Sino da UFSCar.** Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2011. Disponível em: https://www2.ufscar.br/documentos/projeto_lagoadosino.pdf. Acesso em: 05 mai. 2018.

PAULILO, Maria Angela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.2, n.2, p. 135-148, 1999. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm. Acesso em: 10 fev. 2019.

PEDROSO JR, Nelson Novaes; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; TAQUEDA, Carolina Santos; NAVAZINAS, Natasha Dias; RUIVO, Aglair Pedrosa; BERNARDO, Danilo Vicensotto; NEVES, Walter Alves. A casa e a roça: socioeconomia, demogra-

fia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v.3, n.2, p. 227-252, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222008000200007>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. O fluxo de gado à Sorocaba e a importância econômica do caminho do Sul na década da independência. **Revista de História**, v.46, n.94, p. 383-406, 1973. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131998>. Acesso em: 13 out. 2018.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; GALINDO, Ernesto Pereira; OLIVEIRA, Michel Ângelo Constantino de; PEREIRA, Rodrigo Mendes. A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. In: MONASTERIO, Leandro Monteiro; NERI, Marcelo Côrtes; SOARES, Sergei Suarez Dillon (Orgs.) **Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, p. 63-84, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3605>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SAMPAIO, Theodoro. Considerações geográficas e econômicas sobre o vale do rio Paranapanema. **Boletim da Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo**, n.4, p. 85-158, 1890. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Asampaio-1890-consideracoes/sampaio_1890_consideracoes.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

SANTOS, Ademir Pereira dos; CARLOS, Rosa Matilde Pimpão. Theodoro Sampaio e a primeira base geodésica do Brasil. **Terra Brasilis**, São Paulo, n.8, p. 1-11, 2017. Disponível em: doi: 10.4000/terrabrasilis.2230. Acesso em: 11 ago. 2019.

SCHNEIDER, Sergio. Reflexões sobre diversidade e diversificação. **Ruris, Revista Do Centro De Estudos Rurais - UNICAMP**, v.4, n.1, p. 85-132, 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/708>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SILVA, Gustavo Bianchi; BOTELHO, Maria Isabel. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v.3, n.1, 93-125, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3308>. Acesso em: 5 mai. 2019.

SILVA, Naaman Francisco Nogueira; AGUIAR, Ketilin Siqueira de; PIMENTEL FILHO, Natan de Jesus; FERREIRA, Iuri Emmanuel de Paula; TROIANI, Caetano Afonso Lanzoni; TRIBST, Alline Artigiani Lima; CARVALHO, Antônio Fernandes de. Milk quality, production process and physicochemical characteristics of Porungo, an artisanal cheese from the State of Sao Paulo, Brazil. **The Journal of dairy research**, v.87, n.4, p. 480–483, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0022029920001016>. Acesso em: 21 dez. 2020.

THOMPSON, Paul. **The voice of the past: oral history**. Oxford University Press, 2000.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima. Da Revolução Verde ao discurso do PRONAF: a representação do desenvolvimento nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v.14, n.2, p. 93-124, 2016.

VEIGA, José Eli; ABRAMOVAY, Ricardo; EHLERS, Eduardo. Em direção a uma agricultura mais sustentável. In: RIBEIRO Wagner. (Org.). **Patrimônio ambiental brasileiro**. EDUSP/Imesp, São Paulo, p. 305-333, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. Caxambu, 1996. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Agricultor Familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: Petersen, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. AS-PTA, p. 33-45, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/373>. Acesso em: 03 de jul. 2019.



Análise da sustentabilidade em assentamentos de reforma agrária na região intermediária Ilhéus-Itabuna, Bahia, Brasil

Eudes Barreto Santana¹

Mônica de Moura Pires²

Paulo César Bahia de Aguiar³

RESUMO: Este artigo tem como principal objetivo analisar os níveis de sustentabilidade ambiental em que se encontravam, em 2009/2010, os assentamentos federais da Região Geográfica de Influência Intermediária de Ilhéus-Itabuna, Bahia, participantes da PQRA/INCRA. Analisaram-se dados secundários da Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária (PQRA), realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA entre os anos 2009-2010, em 65 assentamentos rurais de reforma agrária do estado da Bahia, perfazendo 545 famílias entrevistadas, e especificamente um recorte de 8 assentamentos da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, perfazendo 74 famílias entrevistadas. Como metodologia utilizada para esta análise, aplicou-se o Barômetro de Sustentabilidade, composto de indicadores nas dimensões social, econômico-produtiva, organizacional e ambiental, para compreender a sustentabilidade no que se refere ao bem-estar humano e ao equilíbrio do ecossistema. De acordo com os critérios de análise utilizados, verificou-se que do universo de famílias entrevistadas nos dois recortes espaciais, os beneficiários dos assentamentos analisados não possuíam condições para que as áreas se tornassem assentamentos consolidados. Portanto, não sendo possível serem contemplados com o título de domínio da terra. Os resultados do barômetro de sustentabilidade dos indicadores evidenciaram que os assentamentos se encontravam na condição de potencialmente insustentáveis, sendo que a maioria dos temas e dimensões se mostraram insustentáveis do ponto de vista da escala adotada, com pior situação para a dimensão organizacional, a qual requeria ações para melhor estruturação das relações entre assentados e agentes externos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento rural; Comunidades Rurais; Dinâmica Agrária; Políticas Públicas.

ANALYSIS OF SUSTAINABILITY IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN THE ILHÉUS-ITABUNA INTERMEDIATE REGION, STATE OF BAHIA, BRAZIL

ABSTRACT: This article aims to analyze the sustainability of federal rural land reform settlements in the Geographic Region of Intermediate Influence of Ilhéus-Itabuna, Bahia, Brazil, highlighting the nuances that affect the reality of these rural environments. Secondary data were analyzed from the Survey on Quality of Life, Production and Income in Agrarian Reform Settlements (PQRA), carried out by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform - INCRA between the years 2009-2010, in 65 rural agrarian reform settlements in the state of Bahia, totaling 545 families interviewed, and specifically a cut of 8 settlements in the Intermediate Region Ilhéus-Itabuna, totaling 74 families interviewed. As the methodology used for this analysis, the Sustainability Barometer was applied, composed of indicators in the social, economic-productive,

¹Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. E-mail: eudes.barreto77@hotmail.com

²Professora Plena/Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus, Bahia. E-mail: mpires@uesc.br

³Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: prof.pauloaguiar@bol.com.br

organizational and environmental dimensions, to understand sustainability in terms of human well-being and the balance of the ecosystem. According to the analysis criteria used, it was found that from the universe of families interviewed in the two spatial clippings, the beneficiaries of the analyzed settlements did not have the conditions for the areas to become consolidated settlements. Therefore, it is not possible to be contemplated with the title of land domain. The results of the sustainability barometer for the indicators showed that the settlements were potentially unsustainable, with almost all themes and dimensions being unsustainable from the point of view of the adopted scale, with a worse situation for the organizational dimension, which required actions for better structuring relations between settlers and external agents.

Keywords: Development; Rural Communities; Agrarian Dynamics; Public policy.

INTRODUÇÃO

A reforma agrária, enquanto política pública presente em diversas partes do mundo, possui as suas peculiaridades em razão das especificidades de cada contexto. Essa política tem se mostrado de vital importância principalmente nos países com elevada concentração fundiária, por se constituir em um instrumento propiciador de um desenvolvimento rural inclusivo, por meio da efetivação da sua função social, gerando melhor distribuição de terras na zona rural.

No Brasil, o conceito de reforma agrária foi preconizado pelo Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/64), o qual a define como um conjunto de medidas para promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade. Contudo, na prática, ainda poucos instrumentos e ferramentas foram efetivados para viabilizar a reforma agrária no país, sendo que a Constituição Federal de 1988 atribuiu à União a competência para desapropriar, por interesse social, os imóveis rurais sem função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.

A reforma agrária, no entanto, é um processo mais profundo do que meramente o contido nas leis pertinentes ao assunto. Segundo Bergamasco e Norder (1996), e Martins (2000), esta é um processo amplo, articulado, eminentemente político, que, mesmo sofrendo forte influência de pressões sociais contrárias, tem por objetivo transformar e/ou modificar a estrutura da propriedade da terra, a renda agrícola, o acesso aos meios de produção, a segurança e soberania alimentar, o respeito à tradição local e as diferenças culturais, por meio da distribuição equitativa da terra. Assim, essa modificação das relações sociais deve estar acompanhada de assistência creditícia, técnica e de organização da comercialização da produção, a

fim de promover uma nova condição social aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, garantindo-lhes a apropriação dos frutos do seu trabalho.

Carvalho (1999) sinaliza que a reforma agrária funciona como um sistema de regulação e promoção de terras, para melhorar sua distribuição, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção.

Oszlak (1971), por sua vez, aponta que a reforma agrária é tratada como um processo de transformação socioeconômica por meio de mudanças radicais na estrutura da propriedade da terra e acesso aos meios de produção, em prol da inclusão da população rural excluída desses espaços. A reforma agrária se dá a partir da compra, por parte do governo, de terras de propriedades particulares (latifúndios improdutivos) com a finalidade de serem loteadas e distribuídas para famílias que não as possuem, visando, assim, descentralizar e democratizar a estrutura fundiária, favorecendo a produção de alimentos e dando acesso aos pequenos agricultores à obtenção de alimento e renda.

Para instrumentalizar a reforma agrária e promover o reordenamento fundiário em benefício de trabalhadores rurais que possuem pouca ou nenhuma terra, os assentamentos rurais constituem-se em primeira etapa, os quais, segundo Bergamasco e Norder (1996), são originados a partir de novas formas de organização e implementados por políticas públicas. Assim, o assentamento, para Carvalho (1999), é uma expressão que identifica não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais. Para tanto, o papel do Estado está na promoção ao acesso à terra àqueles que não possuem condições financeiras de adquiri-las, suporte técnico e financeiro para que as famílias assentadas consigam sobreviver nessa terra.

No Brasil encontram-se diferentes modalidades de assentamentos de reforma agrária, sob domínio dos Governos Federal, Estadual ou Municipal, sendo que, até o ano de 2017, haviam 9.374 assentamentos criados no país, ocupando uma área de 87.953.588 hectares, dos quais a maior parcela era de assentamentos de âmbito federal (INCRÁ, 2017).

Existem diferentes questões que afetam a evolução dos assentamentos rurais, haja vista que muitas vezes não possuem assistência por parte dos órgãos governamentais, e enfrentam dificuldades na própria organização das comunidades que habitam esses espaços, algo que acaba afetando o bem estar humano e dos ecossistemas. Van Bellen (2006) chama a atenção para essas questões, ao ressaltar que a sustentabilidade está diretamente associada a um conjunto de medidas geradoras de alocação e distribuição eficientes dos recursos dentro de uma escala apropriada, as quais estão alinhadas ao bem-estar humano, a qualidade de vida e a conservação ambiental.

Nesse contexto, o desenvolvimento de estudos que venham evidenciar a realidade da sustentabilidade/insustentabilidade nesses assentamentos é de vital importância para compreender os fatores positivos e os limitantes ao desenvolvimento desses espaços, possibilitando identificar as nuances internas e externas que afetam cada caso, fornecendo subsídios para a doção de políticas específicas.

Portanto, a discussão sobre a sustentabilidade de assentamentos rurais de reforma agrária se torna apropriada, em especial diante da alteração, a partir de 2009, do foco da política agrária nacional, que passou da criação de novos assentamentos para a titulação de imóveis rurais, gerando um crescimento substancial na titulação de imóveis já ocupados, em detrimento do assentamento de novas famílias e da melhoria de suas condições (INCRA, 2019). Adota-se aqui, com fins de análise, a noção de sustentabilidade como o alcance do equilíbrio de dimensões de sustentabilidade por parte determinada comunidade ou sociedade, quais sejam: social, econômico-produtiva, organizacional e ambiental - a partir de adaptações de referências da literatura (MAUERHOFER, 2008; LEFF, 2015).

O problema de pesquisa levado em consideração no presente estudo se centrou em identificar e investigar os níveis de sustentabilidade de oito assentamentos federais de reforma agrária presentes na Região Geográfica de Influência Intermediária de Ilhéus-Itabuna, Bahia, em relação ao todo dos 65 assentamentos de reforma agrária participantes, no estado da Bahia, nos anos de 2009/2010, da Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda (PQRA), realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2010). Partiu-se do pressuposto de que as comunidades desses assentamentos se encontravam em níveis insustentáveis e potencialmente insustentáveis de desenvolvimento, decorrente de situações internas e externas aos seus ambientes, que fragilizavam as suas dimensões de sustentabilidade.

Sendo assim, este artigo tem como principal objetivo analisar os níveis de sustentabilidade ambiental em que se encontravam, em 2009/2010, os assentamentos federais da Região Geográfica de Influência Intermediária de Ilhéus-Itabuna, Bahia, participantes da PQRA/INCRA. Associado a esse objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos: Levantar junto à PQRA/INCRA um conjunto de indicadores que possibilitem aferir a sustentabilidade dos assentamentos participantes da mesma na Região Intermediária Ilhéus-Itabuna; Aplicar um modelo de análise que dê conta de interpretar os dados levantados; Analisar o nível de sustentabilidade dos assentamentos nas dimensões social, econômico-produtiva, organizacional e ambiental.

O presente artigo é decorrente de uma dissertação de mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus, Bahia. A justificativa para a publicação de dados secundários relativamente antigos deve-se à importância desse tipo de análise e do conjunto de dados, que

podem subsidiar a elaboração de outras pesquisas com o mesmo foco, permitindo a comparação das realidades em conjunturas políticas diferentes e momentos distintos no tempo.

REVISÃO DE LITERATURA

REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

No Brasil, a questão agrária remonta ao ano de 1530 quando a coroa portuguesa criou o sistema das capitanias hereditárias, distribuindo diversas porções de terras divididas em linhas imaginárias. Em 1822, com a independência do Brasil, esse sistema de distribuição de terras deu lugar a “lei dos mais fortes”, pois antigos proprietários e grandes fazendeiros tomavam a posse das terras por meio da força. Diante do caos que se instalou no campo, em 1850 o governo instituiu o Primeiro Código de Terras do Brasil, dando às terras um caráter mais comercial do que social (INCRA, 2019). Mas foi apenas no final da década de 1950 que se retomou o debate sobre a questão agrária no Brasil com a criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA).

Em 1964, com a ascensão do regime militar, foi instituído o “Estatuto da Terra” e a SUPRA foi extinta, sendo criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). O Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/1964) foi o primeiro grande passo para o delineamento de políticas agrárias brasileiras. E logo após esse estatuto, o Governo Federal adotou algumas medidas para promover o acesso à terra por meio da criação de assentamentos rurais, dentre os quais o primeiro I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) em 1966, o qual só foi iniciado com a criação, pelo Decreto n.º 1.110 de 1970, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tornando esse órgão o responsável pelas questões agrárias no país.

A criação do Estatuto da Terra e do INCRA aconteceram no transcorrer dos governos do regime militar, e mesmo com esses instrumentos a reforma agrária ficou praticamente adormecida, sendo retomada com a redemocratização do Brasil, quando então, em 1985, é lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), com meta para assentar 1,4 milhão de famílias em 43 milhões de hectares até o ano de 1989. Nesse ínterim é promulgada, em 1988, a Constituição Federal, estabelecendo a competência da União na promoção da reforma agrária (BRASIL, 2012; INCRA, 2018). Desde o I PNRA de 1966 até o ano de 2019, dados do INCRA (2019) apontavam que pouco mais de 1,3 milhão de famílias foram beneficiadas, e desse total, apenas 973.451 continuavam assentadas, distribuídas em 9.437 assentamentos, ocupando área de 88 milhões de hectares (o dobro do previsto no II PNRA).

Segundo Carvalho (1999), para fins de reforma agrária, se por um lado a criação de

um projeto de assentamento é o produto formal de um ato administrativo, expresso via decreto de desapropriação de uma área rural sob propriedade privada, por outro, e na maioria das vezes, a criação de um assentamento é resultado de prolongadas lutas sociais pelo direito de acesso à terra. Dessa forma, a posse da terra concedida a uma heterogeneidade de famílias de trabalhadores rurais sem terra revela uma transição histórica mais complexa e expressa um ponto de inflexão histórico entre processos políticos e sociais, podendo “encerrar” a concentração de terra e conflitos sociais, permitindo a existência de uma nova organização econômica, política, social e ambiental em determinada área. Além disso, por meio da reforma agrária, propicia-se o desenvolvimento das comunidades alvo, a partir da oferta conjunta de infraestrutura social e produtiva, créditos, tecnologia apropriada, assistência técnica, acesso a mercados e respeito à autonomia das organizações camponesas e indígenas, gerando, portanto, desenvolvimento do meio rural.

O INCRA, autarquia federal, tem como missão prioritária implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário, a partir das superintendências regionais existentes em todo o território nacional, e que em 2019 somavam 30, em um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento territorial (INCRA, 2018).

A implementação de assentamentos rurais segue o disposto na Portaria nº 80/2002 do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2002), na qual são definidas sete fases de classificação, da criação à consolidação, quando o assentado recebe a titulação definitiva da terra, desde que apresente condições de sustentabilidade econômica (Quadro 1).

Da fase primeira até a última, o INCRA estima um tempo de 10 anos para um assentamento ser considerado consolidado; e para agilizar esse processo, em 2012 o INCRA adotou medidas para qualificar o processo de criação, consolidação e viabilidade econômica dos assentamentos, respeitando as peculiaridades, regionalismos e vocações econômicas de cada um deles. Com isso, haveria redução desse tempo para até sete anos, sendo dois anos para as atividades de: planejamento da obtenção, vistoria e avaliação e anteprojeto do assentamento (concepção espacial socioprodutiva e ambiental), edição do decreto, inscrição e cadastro de candidatos, inclusão dos candidatos em ações de segurança alimentar e cidadania, seleção para relação de beneficiários, ajuizamento e emissão de posse, criação do Projeto de Assentamento e homologação das famílias. E até cinco anos para a Fase de “Implantação, Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamentos” para as atividades de execução dos serviços topográficos, contratação de assistência técnica e elaboração do plano de desenvolvimento a partir do anteprojeto do assentamento até capacitação dos assentados, avaliação e consolidação.

Quadro 1- Fases de implementação de projetos de reforma agrária no Brasil, 2002.

Fase	Nome	Significado
1	Pré-projeto de assentamento	Imóveis selecionados e decretados para a desapropriação, ou pré-selecionados para a aquisição pelos programas de crédito fundiário, sendo preparados sob os aspectos técnicos e jurídicos para receber as famílias classificadas como pré-assentados selecionados para projetos em elaboração.
2	Assentamento em criação	Beneficiários selecionados pelos programas de acesso à terra e aguardando a elaboração da Relação do Beneficiário (RB), para ser assentada em imóvel já devidamente identificado, em vias de desapropriação, arrecadação ou aquisição, cujos cadastros estejam disponíveis nos bancos de dados de identificação do INCRA.
3	Assentamento criado	Imóvel sob domínio ou posse do INCRA na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação delas com a assinatura de respectivos contratos de assentamento.
4	Assentamento em instalação	Projeto criado, cujos beneficiários encontram-se em instalação no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), de natureza obrigatoriamente participativa, com a concessão dos créditos de apoio à instalação.
5	Assentamento em estruturação	Aquele em que se inicia a fase de implantação de infraestrutura básica: abastecimento de água; eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias.
6	Assentamento em consolidação	Aquele cujos beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infraestrutura básica, e acesso ao PRONAF-A, estando em fase de titulação definitiva, cujas famílias já possuem condições Socioeconômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.
7	Assentamento consolidado	Aquele que tenha mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade, estando em fase de transferência de áreas ou imóveis remanescentes, ao município ou estado (núcleos urbanos, etc.).

Fonte: elaborado pelos autores com base na Portaria MDA 80/2002.

De acordo com o INCRA (2018), no período de 1998-2017 foram criados 6.870 novos assentamentos de reforma agrária em todo o Brasil, distribuídos majoritariamente - cerca de 71% (4.863 assentamentos) - nas regiões Norte e Nordeste do país: respectivamente, 1.682 na região Norte (em torno de 24,5%), e 3.181 na região Nordeste (aproximadamente 46,3%). Ademais, 43% (2.950) do total de assentamentos criados no país no período 1998-2017 foram criados entre

os anos 1998 e 1999 (1.425) e 2005 e 2006 (1.525).

Por outro lado, a partir de 2015 praticamente não houve a criação de novos assentamentos em função da crise fiscal do governo federal, o que contribuiu para a diminuição do número de famílias assentadas pela reforma agrária. Os assentamentos criados no período de 1998 a 2017 possuíam capacidade para assentar até 708.123 famílias, porém, foram assentadas 616.841 famílias, uma taxa de ocupação de 87% dos lotes destinados à reforma agrária no país (INCRA, 2018).

Essa diferença entre a capacidade do assentamento e o número de famílias assentadas foi decorrente de falhas no cadastro de beneficiários, ausência ou desistência do beneficiário, superdimensionamento das áreas, dentre outros fatores (INCRA, 2018). Tais fatores contribuíram para que não se tivesse atingido os 100% da capacidade de assentamento, gerando lotes ociosos e perfil de famílias que poderiam ser beneficiadas.

Até o ano de 2008, a principal política fundiária do governo federal atrelou-se ao número de famílias assentadas, tendo como “pano de fundo” a política de emissão de títulos de propriedade. A partir de 2009 a política se assentou na emissão de títulos e não em famílias assentadas (INCRA, 2019), chegando em 2017 a emitir 123.553 títulos de propriedade e apenas 38 famílias assentadas. Para o INCRA (2019), essa política reduzia os custos operacionais da reforma agrária e promovia segurança jurídica ao dar ao assentado a condição de proprietário do lote, o que propiciaria ao mesmo ampliar investimento na terra, possibilidade de acessar linhas de crédito mais robustas e ascender econômica e socialmente, além de contribuir para o desenvolvimento rural das localidades onde estavam situados.

A titulação da terra concedida pelo Estado aos assentados pode ser definitiva ou provisória. Para que seja definitiva, o assentado deve cumprir as cláusulas do contrato de concessão de uso, ter condições de cultivar a terra e pagar o título de domínio em 20 parcelas, conforme previsto na Lei n.º 8.629/93. No período de 2003 a 2017, foram emitidos pelo INCRA 415.979 títulos, entre definitivos e provisórios, esses números aumentaram, e entre 2009 a 2015, foram emitidos 59% dos títulos dos últimos 15 anos.

METODOLOGIA

ÁREA DE ESTUDO

A Bahia é um dos nove estados pertencentes a Região Nordeste do Brasil, e possui 417 municípios perfazendo uma extensão territorial total de 564.722,611 km², com população estimada em 14.873.064 pessoas. Sua economia está baseada na indústria (química, petroquímica, informática, automobilística e suas peças), na agropecuária (mandioca, grãos, algodão, cacau e coco), na mineração, no turismo

e nos serviços, sendo responsável por quase 30% do produto interno bruto do nordeste brasileiro (IBGE, 2017).

No estado da Bahia encontram-se 709 dos mais de 9 mil projetos de assentamentos de reforma agrária existentes no Brasil (cerca de 8% desse total), estando assentadas 49.137 famílias (aproximadamente de 5% do total de famílias assentadas no país), em uma área de pouco mais de 2 milhões de hectares. Na região sul da Bahia estão assentadas 10.246 famílias (21% do total do estado), espalhadas por 148 assentamentos de reforma agrária que ocupam uma área de aproximadamente 131 mil hectares e são assistidas pela Unidade Avançada Sul da Bahia do INCRA, cuja sede fica na cidade de Itabuna (INCRA, 2019).

A área de estudo está englobada nos 65 assentamentos rurais de reforma agrária⁴, localizados em 51 municípios do estado da Bahia (Figura 1, Quadro 2), os quais fizeram parte da Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária (PQRA) realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA entre os anos 2009-2010 (INCRA, 2010). Essa PQRA teve como principal finalidade captar informações sobre quem são, como vivem, o que produzem e como produzem, e o que pensam as famílias assentadas da reforma agrária no país. A pesquisa alcançou as 804.867 famílias assentadas entre os anos de 1985 a 2008, mediante a aplicação de 16.153 entrevistas, distribuídas em 1.164 assentamentos do Brasil. No estado da Bahia foram entrevistadas 545 famílias assentadas em 65 assentamentos de 51 municípios baianos (INCRA, 2010).

Figura 1 - Localização dos assentamentos do estado da Bahia participantes da PQRA/INCRA, 2010.



Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados da PQRA/INCRA, 2010.

⁴O método de amostragem levou em consideração as mesorregiões homogêneas do IBGE no Brasil. Foram selecionados assentamentos implantados em períodos históricos: a) 1985-1994, b) 1995-2004 e c) 2005-2008. Também foi considerado os diferentes tamanhos das áreas (INCRA, 2010).

Quadro 2 - Assentamentos do estado da Bahia participantes da PQRA/INCRA, 2010, e número de famílias entrevistadas por assentamento.

Nº	Assentamento	Município	Famílias entrevistadas
PROJETOS DE ASSENTAMENTOS (PA)			
1	3 de Abril	São Sebastião do Passé	2
2	4045	Alcobaça	7
3	Afranio Fonseca Freitas	Vitória da Conquista	14
4	Amaralina	Vitória da Conquista	3
5	Andaraí I	Andaraí	20
6	Angical I	Angical	21
7	Beira Rio	Santa Rita de Cássia	6
8	Beira Rio Sento Sé	Sento Sé	10
9	Boa Sorte Una	Iramaia	10
10	Califórnia II	Itaguaçu da Bahia	2
11	Campo Alegre	Wanderley	9
12	Caritá	Jeremoabo	7
13	Coroa de Cabrália	Santa Cruz Cabrália	3
14	Coroa Verde	Barra do Rocha	12
15	Dom Matthias	Ipirá	2
16	Fazenda Cajueiro II	Xique Xique	13
17	Fazenda Crispim	Boa Vista do Tupim	2
18	Fazenda Itacutiara	Barra	14
19	Fazenda Reunidas Esplanada	Santa Rita de Cássia	3
20	Fazenda Reunidas FS	Iraquara	4
21	Fazenda Reunidas Pai João	Coribe	6
22	Fazenda Santana	Muquém de S. Francisco	6
23	Fazenda Teimosia	Caldeirão Grande	3
24	Imbirussu de Dentro	Porto Seguro	17
25	Lagoa Bonita	Mucuri	8

Quadro 2 - Assentamentos do estado da Bahia participantes da PQRA/INCRA, 2010, e número de famílias entrevistadas por assentamento. (cont.)

26	Manoel Dias	Muquém de S. Francisco	2
27	Mucambinho	Santaluz	7
28	Murity	Tucano	4
29	Nova Jabuticaba	Andorinha	10
30	Nova Terra	Formosa do Rio Preto	2
31	Pajeu	Caldeirão Grande	10
32	Palestina	Cravolândia	14
33	Paulo Cunha	Santo Amaro	3
34	Picada	Morpará	32
35	Poção	Sento Sé	2
36	Ponta D'Água	Coríbe	3
37	Primavera	Encruzilhada	16
38	Reunidas Cambui	Ibiquera	6
39	Reunidas Santa Luzia e Outras	Lagedo do Tabocal	3
40	Riacho dos Porcos	Paratinga	21
41	Rio Branco	Riachão das Neves	10
42	Rompe Gibão	Coronel João Sá	10
43	Santa Catarina	Santo Amaro	1
44	Santa Clara	Ibiquera	8
45	Santa Cruz do Ouro	Itamarajú	3
46	Santo Antônio dos Calmons	Santo Amaro	1
47	São Francisco de Assis do Jequitinhonha	Belmonte	9
48	São Francisco nº 05	Utinga	6
49	São Jorge	Uruçuca	22
50	Senhor do Bonfim	Santa Rita de Cássia	6
51	Talisma	Sítio do Mato	7
52	Tuiuty	Belmonte	5

Quadro 2 - Assentamentos do estado da Bahia participantes da PQRA/INCRA, 2010, e número de famílias entrevistadas por assentamento.(cont.)

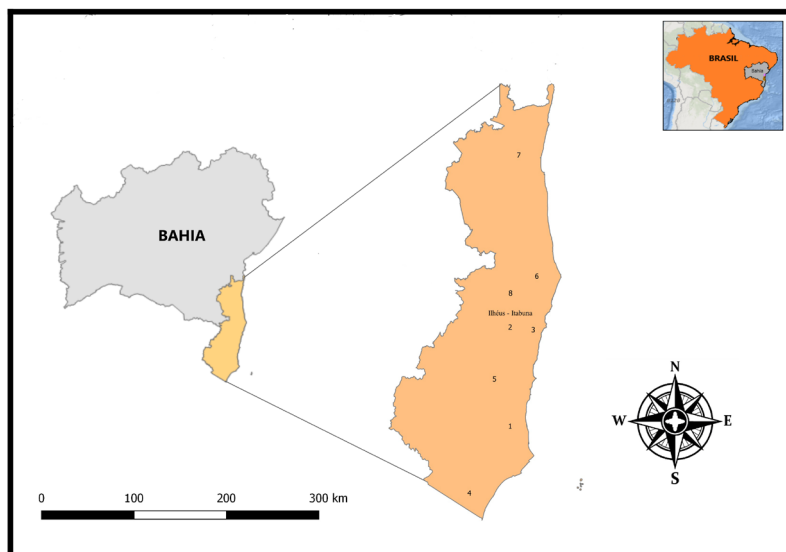
53	União	Candeias	3
54	Vale da Califórnia	Mirante	1
PROJETOS DE ASSENTAMENTO QUILOMBOLA (PAQ)			
55	Projeto Especial Quilombola Parateca	Malhada	4
56	Projeto Especial Quilombola Pitombeira	Bom Jesus da Lapa	9
PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE FUNDO DE PASTO (PFP)⁵			
57	PFP Intendência	Pilão Arcado	9
58	PFP Lagoa Cavada e	Campo Formoso	7
59	PFP Muquem e Região	Monte Santo	14
60	PFP Queimada dos Loiolas	Uauá	8
61	PFP Saldanha	Pilão Arcado	17
62	PFP Santo Antônio e Outros	Monte Santo	13
63	PFP Surará	Andorinha	11
64	PFP Traíra	Jaguarari	15
65	PFP Várzea Danta	Oliveira dos Brejinhos	7
Total de famílias entrevistadas			545

Fonte: PQRA/INCRA, 2010.

De forma específica, os assentamentos considerados como área de estudo na Região Geográfica de Influência Intermediária Ilhéus-Itabuna, foram oito assentamentos os quais foram abarcados na PQRA/INCRA, distribuídos em sete municípios e 74 lotes, contemplando 74 as famílias nessa região (Figura 2, Quadro 3).

⁵ Projetos criados pelos estados ou municípios que são reconhecidos pelo Incra como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), viabilizando o acesso dessas comunidades ao PRONAF A. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html>.

Figura 2 - Localização dos assentamentos da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna participantes da PQRA/INCRA, 2010.



Fonte: elaborada pelo primeiro autor a partir dos dados da PQRA/INCRA, 2010.

Quadro 3 - Assentamentos da Região de Influência Intermediária Ilhéus-Itabuna, Bahia, participantes da PQRA/INCRA, 2010, e número de famílias entrevistadas por assentamento.

Nº	Assentamento	Município	Famílias entrevistadas
1	4045	Alcobaça	7
2	Coroa de Cabrália	Santa Cruz Cabrália	3
3	Imbirussu de Dentro	Porto Seguro	17
4	Lagoa Bonita	Mucuri	8
5	Santa Cruz do Ouro	Itamarajú	3
6	São Francisco de Assis do Jequitinhonha	Belmonte	9
7	São Jorge	Uruçuca	22
8	Tuiuty	Belmonte	5
Total de famílias entrevistadas			74

Fonte: PQRA/INCRA, 2010

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Os dados utilizados neste trabalho foram levantados da Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária (PQRA), realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA entre os anos 2009-2010. A esses dados foi aplicado o método Barômetro de Sustentabilidade (BS), método que permite tratar os dados secundários levantados de maneira a gerar resultados satisfatórios para a interpretação e análise dos mesmos dentro do escopo proposto.

O BS é uma ferramenta voltada para avaliar a sustentabilidade, tendo sido desenvolvida por Prescott-Allen, e possui o aval da *International Union Conservation of Nature and Natural Resources – IUCN* e do *International Development Research Centre – IDRC*. Essa ferramenta permite medir o bem-estar e a evolução de determinado assentamento em relação à sustentabilidade, por meio da sistematização, organização e combinação de indicadores, a fim de se ter um panorama sobre as condições das pessoas, dos ecossistemas e dos efeitos da interação entre essas duas esferas (PRESCOTT ALLEN, 1997). Nessa análise se utiliza um conjunto de índices agregados de bem-estar humano e de bem-estar (equilíbrio) do ecossistema, sendo ambos considerados essenciais para se avaliar o desenvolvimento sustentável, conforme aponta Prescott Allen (2001).

O sistema de indicadores do BS atribui às questões sociais e ambientais o mesmo peso, aglomerando-as em dois grandes eixos: o bem-estar humano e o bem-estar do ecossistema, subdivididos em quatro dimensões: Social, Econômica, Organizacional e Ambiental. A cada uma dessas dimensões se atribui uma escala, a qual permite identificar o nível de sustentabilidade (Quadro 4), que possui cinco diferentes níveis, de sustentável até insustentável, conforme valor assumido entre 0 e 100.

Quadro 4 - Escala do barômetro da sustentabilidade.

Nível de sustentabilidade	Intervalo do valor	Definição
Sustentável	81 – 100	Desempenho desejável (ótimo); objeto plenamente Alcançado
Potencialmente sustentável	61 – 80	Desempenho aceitável (Bom); objeto quase alcançável
Intermediário	41 – 60	Desempenho neutro (Razoável); fase de transição
Potencialmente Insustentável	21 – 40	Desempenho indesejável (Ruim)
Insustentável	0 – 20	Desempenho inaceitável (Péssimo)

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Prescott-Allen (1999).

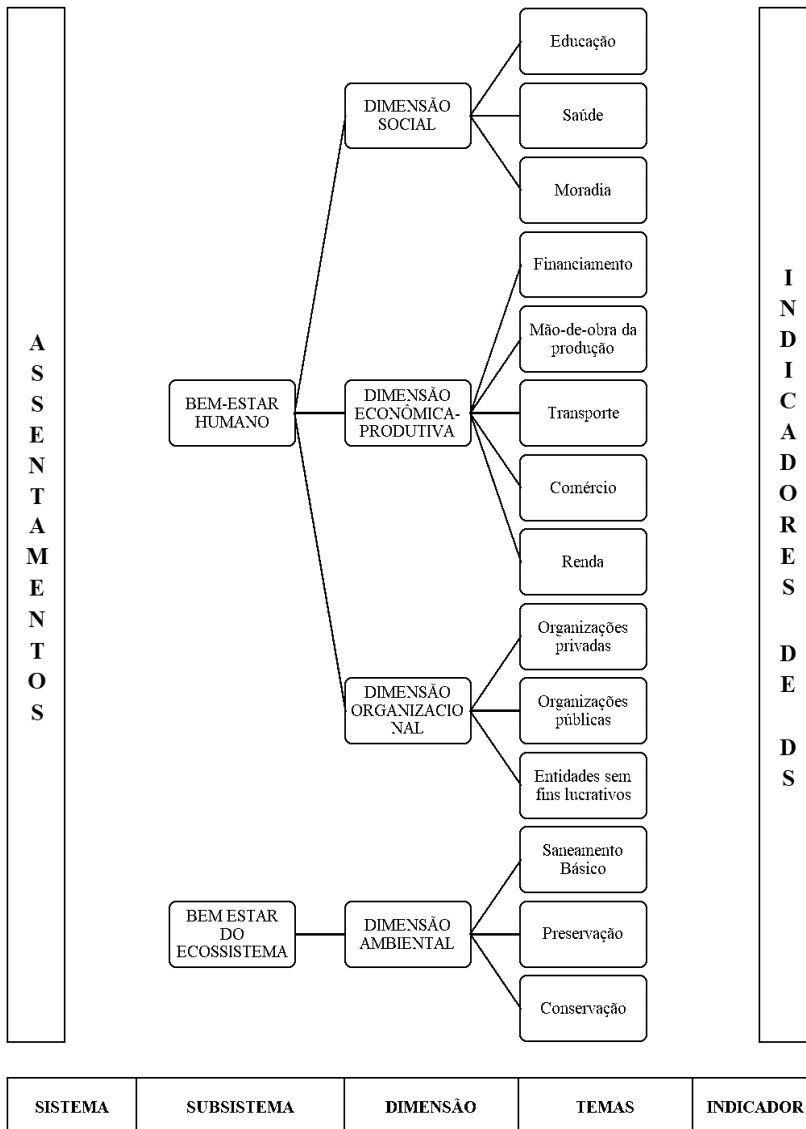
Para aplicação do Barômetro da Sustentabilidade adota-se uma estrutura hierárquica (Figura 3) composta pelo Bem-Estar do Ecossistema e Bem-Estar Humano, subdivididos em quatro dimensões (ambiental, social, econômica e organizacional), as quais são compostas por temas e indicadores. Aplicou-se o Barômetro da sustentabilidade tanto especificamente para os 8 assentamentos da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna quanto para o todo dos 65 assentamentos da Bahia abrangidos no PQRA/INCRA, com a finalidade de comparar o desempenho dos valores obtidos por aqueles em relação ao todo.

Para calcular o nível de sustentabilidade por meio do Barômetro da Sustentabilidade (BS) seguiram-se as seguintes etapas: seleção dos indicadores, elaboração das escalas de desempenho dos indicadores de sustentabilidade, conversão da escala de desempenho do assentamento (EDA) para Escala do Barômetro da Sustentabilidade (EBS).

Na etapa de seleção dos indicadores é importante definir a quantidade de indicadores utilizados, a qual tem influência direta sobre o resultado do BS, pois cada indicador emite um sinal e quanto mais indicadores forem utilizados mais sinais poderão ser observados por isso, deve-se inserir o maior número possível de indicadores para que o efeito individual de cada um sobre seu respectivo tema seja reduzido. Quanto menor o número de indicadores por tema, menos robusto será o resultado do BS (KRONEMBERGER *et al.*, 2008).

Para elaboração dos indicadores de sustentabilidade que compõem o BS foram extraídos 50 indicadores da PQRA, distribuídos entre 14 temas e quatro dimensões (social, econômica-produtiva, organizacional e ambiental), separados em dois subsistemas (Bem-estar Humano e Bem-Estar do Ecossistema).

Figura 3 - Estrutura hierárquica para ordenamento dos indicadores de sustentabilidade aplicada aos assentamentos de reforma agrária do estado da Bahia e da RI Ilhéus-Itabuna.



Fonte: elaborada pelos autores a partir de Silva e Vieira (2016).

Nas Escalas de Desempenho (ED) os intervalos foram divididos em cinco categorias de sustentabilidade (Tabela 1), de acordo com cada uma das dimensões analisadas (social, econômica, organizacional e ambiental). Para reduzir a subjetividade na escolha dos limites das escalas os valores foram “arbitrados” com base em revisão de literatura, padrões definidos na legislação sobre o tema, trabalhos relevantes na área, dados oficiais de instituições federais, estaduais e municipais, dentre outras fontes.

Após a elaboração da escala de desempenho dos assentamentos (EDA), foi feita a conversão para a escala do barômetro da sustentabilidade (EBS) por meio da interpolação linear simples (regra de três simples). Após os cálculos dos graus, os indicadores foram agregados hierarquicamente através de média aritmética simples, do nível mais baixo para o mais elevado, ou seja, do indicador para o tema, do tema para dimensão e da dimensão para o subsistema (KRONEMBERGER; CARVALHO; CLEVELÁRIO JÚNIOR, 2004). O grau do indicador na escala do barômetro de sustentabilidade foi calculado da seguinte forma:

$$EBx = EBa + \frac{(DAX - DAa) \times (EBa - EBp)}{(DAa - DAp)}$$

Em que: EBx = valor na Escala do Barômetro; DAX = valor na Escala de Desempenho do Assentamento; x = valor da variável X nas diferentes escalas; a = limite anterior do intervalo que contém X; a = limite posterior do intervalo que contém X; p = limite posterior do intervalo que contém X.

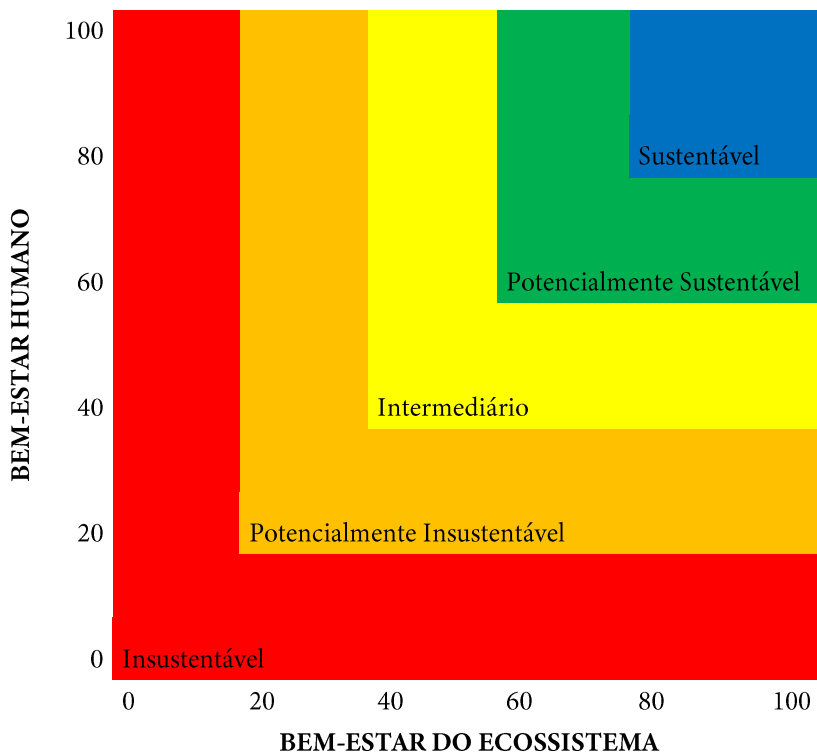
Os valores da variável DAX utilizados constam na coluna “valores reais para assentamentos”, Tabela 1, extraídos das respostas constantes na PQRA. Após estimados o nível de sustentabilidade para cada dimensão, chega-se ao bem-estar humano e ao bem-estar do ecossistema, conforme representado na Figura 4.

Tabela 1- Escalas de Desempenho dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) das dimensões social, econômico-produtivo, organizacional e ambiental, e sua associação com a escala do Barômetro da Sustentabilidade (BS) para os assentamentos do estado da Bahia e da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna.

INDICADORES PARA AS MODALIDADES DE ASSENTAMENTOS (Dimensão Social)	Valores Reais para Assentamentos		ESCALA DO BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE				
			0-20	21-40	41-60	61-80	81-100
	BAHIA	IOS/ITA	Insustentável	Potencialmente insustentável	Intermediário	Potencialmente sustentável	Sustentável
ESCALAS DE DESEMPENHO DOS INDICADORES DOS ASSENTAMENTOS							
Acesso à Escola	49,2	45,9	0 - 30	31 - 50	51 - 80	81 - 90	91 - 100
Estado geral da escola	48,3	45,9					
Quantidade e qualificação dos professores	66,1	62,2					
Acesso a hospital e a posto de saúde	25,3	21,6					
Acesso à consultas médicas	23,1	20,3					
Atuação do PSF ou Agente de saúde	53,0	54,1	0 - 69	70 - 79	80 - 89	90 - 94	95 - 100
Fonte de abastecimento de água	40,2	29,7					
Quantidade de água para consumo	61,8	59,5					
Qualidade da água para consumo	45,1	39,2	0 - 30	31 - 50	51 - 80	81 - 90	91 - 100
Tipo de moradia	69,9	58,1					
Qualidade da moradia	24,8	29,7					
Energia elétrica	54,3	48,6	0 - 39	40 - 59	60 - 79	80 - 94	95 - 100
INDICADORES PARA AS MODALIDADES DE ASSENTAMENTOS (Dimensão Econômico-Produtivo)	Valores Reais para Assentamentos		ESCALA DO BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE				
			0-20	21-40	41-60	61-80	81-100
	BAHIA	IOS/ITA	Insustentável	Potencialmente insustentável	Intermediário	Potencialmente sustentável	Sustentável
ESCALAS DE DESEMPENHO DOS INDICADORES DOS ASSENTAMENTOS							
Obtenção de financiamento/empréstimo	50,8	44,6	0 - 30	31 - 50	51 - 80	81 - 90	91 - 100
Família com acesso ao PRONAF	71,8	78,8					
Produção desenvolvida no lote	94,7	89,2					
Produção de grãos	90,1	85,1					
Produção de frutas	66,4	37,8					
Produção animal	80,4	79,7					
Processamento da produção	41,3	23,0					
Situação da via de acesso	36,9	37,8					
Comercialização da produção vegetal	25,1	27,0					
Comercialização da produção de frutas	5,7	1,4					
Comercialização da produção animal	20,0	23,0					
Comercialização de produtos processados	8,8	5,4					
Renda da produção	41,2	30,9					
Renda de trabalho externo	16,9	15,4					
Renda de benefícios	41,8	53,7	≥ 71	70 - 31	30 - 11	10 - 6	5 - 0
INDICADORES PARA AS MODALIDADES DE ASSENTAMENTOS (Dimensão Organizacional)	Valores Reais para Assentamentos		ESCALA DO BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE				
			0 - 20	21 - 40	41 - 60	61 - 80	81 - 100
	BAHIA	IOS/ITA	Insustentável	Potencialmente insustentável	Intermediário	Potencialmente sustentável	Sustentável
ESCALAS DE DESEMPENHO DOS INDICADORES DOS ASSENTAMENTOS							
Comércio local	38,2	33,8	0 - 20	21 - 40	41 - 60	61 - 80	81 - 100
Agências bancárias	29,7	32,4					

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Silva e Vieira (2016).

Obs: IOS/ITA corresponde a Região de Influência Intermediária Ilhéus-Itabuna.

Figura 4 - Classificação dos resultados do Barômetro da Sustentabilidade.

Fonte: Prescott-Allen (2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o INCRA (2019), os 709 assentamentos de reforma agrária existentes no estado da Bahia (criados ou reconhecidos pelo órgão federal), ocupam uma área de aproximadamente 2 milhões de hectares, equivalendo a menos de 4% de toda a área do estado, e 49.095 famílias assentadas. A região intermediária Ilhéus-Itabuna possui 21% do total de famílias assentadas (10.246 famílias), espalhadas por 148 assentamentos de reforma agrária que ocupam uma área de aproximadamente 131 mil hectares e assistidas pela Unidade do INCRA Avançada Sul da Bahia.

Dos 65 assentamentos analisados para a Bahia, 86% eram Projetos de Assentamento Federal, conhecidos como “PA” - tipo mais comum entre os projetos de reforma agrária no país por se tratar de assentamentos criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA. Depois de criados e/ou reconhecidos, esses assentamentos passam por fases de implementação disciplinadas pelo INCRA, que vão

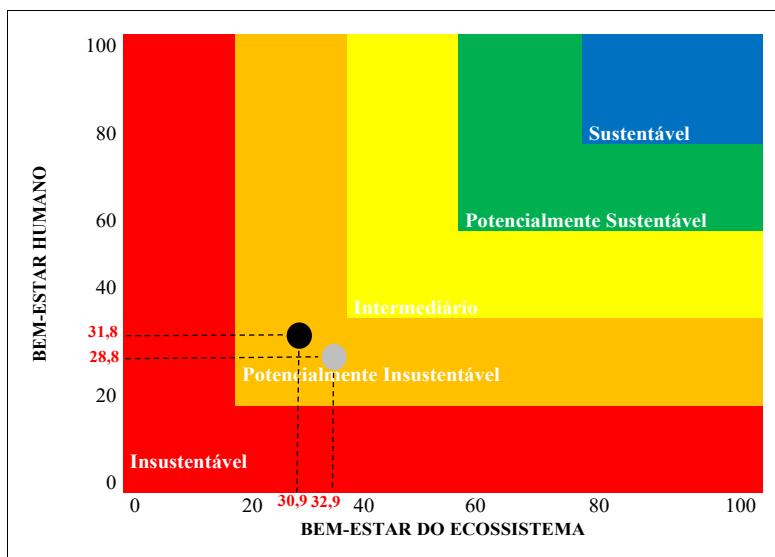
desde a criação até a consolidação. Quanto à fase de implementação, têm-se que 42 encontravam-se na fase 3 (criado); cinco na fase 4 (em instalação); sete na fase 5 (em estruturação); oito na fase 6 (em consolidação); e apenas 3 na fase 7 (consolidado). Já em relação aos assentamentos da RI Ilhéus-Itabuna três estavam na fase 3 (criado), dois estão na fase 5 (em estruturação), um na fase 6 (em consolidação) e dois na fase 7 (consolidado), (INCRA, 2019).

De acordo com a PQRA/INCRA (2010), os 65 assentamentos possuíam 2.137 pessoas, sendo 53,6% do sexo masculino e 46,4% do sexo feminino. A maior parte da população tinha entre 0 e 10 anos de idade (43,0%), 29,4% entre 21 e 60 anos de idade, e apenas 3,2% da população tinha idade superior a 60 anos. Em geral, as famílias eram compostas por 2 a 4 membros (54,3%), porém 35,8% possuíam 5 ou mais membros. Quase metade da população estudou até a quarta série (43,4%) e 21,9% até o nono ano (8ª série), o percentual de pessoas não alfabetizadas era alto (18,0%) e a quantidade de pessoas com ensino superior incompleto ou completo pouco superava 1%, sendo 1,3%. A pesquisa apontou que 86% das crianças das famílias assentadas na Bahia estavam matriculadas na rede escolar.

Utilizando o Barômetro de Sustentabilidade, nota-se que os assentamentos pesquisados, enquadraram-se, em sua maioria, como “potencialmente insustentável”, em que o bem estar humano obteve um índice de 31,8 para os assentamentos da Bahia e 28,8 para os da RI Ilhéus e Itabuna, e o bem estar do ecossistema, índice de 30,9 para os da Bahia e 32,9 para os da RI Ilhéus-Itabuna (Figura 5 e Tabela 2).

Na dimensão social, destacou-se o tema educação; na dimensão econômica-produtiva, o tema mão de obra da produção; e na dimensão ambiental, o tema preservação, os quais alcançaram valores que, isoladamente, apontariam para sustentabilidade intermediária a potencialmente sustentável. Já na dimensão organizacional, nenhum tema obteve pontuação de destaque, haja vista que os componentes dessa dimensão como parcerias com entidades governamentais e empresariais geraram os menores graus de sustentabilidade. Os demais temas componentes das dimensões consideradas, situaram-se, de maneira geral, na condição de “insustentável” a “potencialmente insustentável”. De forma geral, tanto a Bahia quanto a Região de Influência Intermediária Ilhéus-Itabuna apresentaram resultados semelhantes (Tabela 3 e Figura 6).

Figura 5 - Bem-estar humano e do ecossistema dos assentamentos da Bahia e da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, 2010.



Bahia (Bem-Estar Humano: 31,8 e Bem-Estar do Ecossistema: 30,9)
RI Ilhéus-Itabuna (Bem-Estar Humano: 28,8 e Bem-Estar do Ecossistema: 32,9)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (PQRA/INCRA, 2010).

Tabela 2 - Situação dos assentamentos do estado da Bahia e da região intermediária Ilhéus-Itabuna relativa ao Desenvolvimento Sustentável, segundo os Subsistemas, 2010.

Subsistema	Dimensão	Graus das Dimensões		Graus dos Subsistemas		Situação do Subsistema em relação ao desenvolvimento sustentável
		BAHIA	IOS/ITA	BAHIA	IOS/ITA	
Bem-Estar Humano	Social	32,5	29,9	31,8	28,8	BAHIA: Potencialmente Insustentável IOS/ITA: Potencialmente Insustentável
	Econômica-Produtiva	37,4	33,9			
	Organizacional	25,4	22,7			
Bem-Estar do Ecossistema	Ambiental	30,9	32,9	30,9	32,9	BAHIA: Potencialmente Insustentável IOS/ITA: Potencialmente Insustentável

Nota: Insustentável (0-20); Potencialmente Insustentável (21-40); Intermediário (41-60); Potencialmente Sustentável (61-80); Sustentável (81-100)

Fonte: elaborado pelos autores.

Na dimensão social, destacou-se o tema educação; na dimensão econômica-produtiva, o tema mão de obra da produção; e na dimensão ambiental, o tema preservação, os quais alcançaram valores que, isoladamente, apontariam para sustentabilidade intermediária a potencialmente sustentável. Já na dimensão organizacional, nenhum tema obteve pontuação de destaque, haja vista que os componentes dessa dimensão como parcerias com entidades governamentais e empresariais geraram os menores graus de sustentabilidade. Os demais temas componentes das dimensões consideradas, situaram-se, de maneira geral, na condição de “insustentável” a “potencialmente insustentável”. De forma geral, tanto a Bahia quanto a Região de Influência Intermediária Ilhéus-Itabuna apresentaram resultados semelhantes (Tabela 3 e Figura 6).

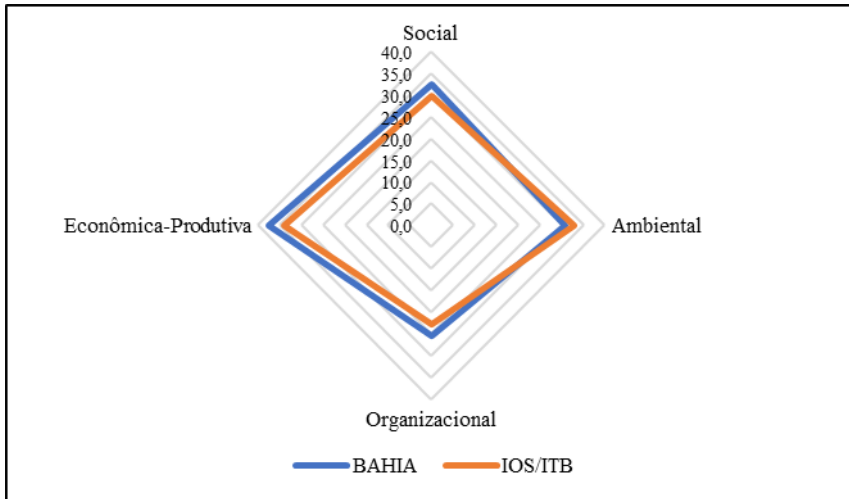
Tabela 3 - Situação dos assentamentos do estado da Bahia e da região intermediária Ilhéus-Itabuna relativa ao Desenvolvimento Sustentável, segundo as Dimensões, 2010.

Dimensões	Tema	Graus dos Temas		Graus das Dimensões		Situação da Dimensão em relação ao desenvolvimento sustentável	
		BAHIA	IOS/ITA	BAHIA	IOS/ITA		
Social	Educação	42,8	40,0	32,5	29,9	BAHIA: Potencialmente Insustentável IOS/ITA: Potencialmente Insustentável	
	Saúde	19,5	18,0				
	Moradia	35,1	31,7				
Econômica-Produtiva	Financiamento	47,7	46,9	37,4	33,9	BAHIA: Potencialmente Insustentável IOS/ITA: Potencialmente Insustentável	
	Mão de obra da Produção	62,3	50,2				
	Transporte	26,9	27,8				
	Comercialização da produção	9,9	9,5				
	Renda	40,0	35,1				
Organizacional	Organizações privadas	24,2	22,1	25,4	22,7	BAHIA: Potencialmente Insustentável IOS/ITA: Potencialmente Insustentável	
	Organizações públicas	23,6	17,6				
	Organizações sem fins lucrativos		28,6				28,4
Ambiental	Saneamento Básico	11,0	18,7	30,9	32,9	BAHIA: Potencialmente Insustentável IOS/ITA: Potencialmente Insustentável	
	Preservação	62,1	64,7				
	Conservação	19,7	15,4				

Nota: Insustentável (0-20); Potencialmente Insustentável (21-40); Intermediário (41-60); Potencialmente Sustentável (61-80); Sustentável (81-100)

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados da PQRA/INCRA (2010).

Figura 6 - Desempenho das dimensões para os assentamentos do estado da Bahia e Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, 2010.



Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados da PQRA/INCRA (2010).

Os indicadores com melhores desempenhos na dimensão social foram Tipo de Moradia e Quantidade e qualificação dos professores, enquanto os piores indicadores de desempenho foram: Fonte de abastecimento de água e Qualidade da água para o consumo (Tabela 4 e Figura 7).

O bom desempenho dos indicadores ligados ao tema Educação pode estar relacionado à oferta de educação de jovens e adultos que vem sendo disponibilizada às populações rurais no campo, resultado de movimentos camponeses, e, segundo Buscioli e Oliveira (2016), também à aderência dessa educação à realidade do meio rural, e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1988, visando consolidar a educação no campo, por meio do acesso à escolarização de jovens e adultos, trabalhadores das áreas de reforma agrária que não tinham como ser alfabetizados ou para continuarem o ensino em diferentes níveis.

Nesse sentido, os resultados referentes ao ano de 2010, apontados na PQRA, revelaram que na Bahia quase 82% dos entrevistados possuíam algum tipo de instrução e 86,3% das crianças encontravam-se matriculadas na rede escolar. Na Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (PNERA) de 2015, os dados apontaram que o estado da Bahia foi o segundo em número de educandos ingressantes em cursos do PRONERA entre os anos de 1998-2011, com 21.767 alunos; no entanto, destes, pouco mais da metade, 11.898 alunos, concluíram os

seus cursos. Outro fator que contribuiu para esse desempenho da educação, diz respeito ao número e qualificação dos professores, apontado pelos assentados como “ótimo” ou “bom” para 66,1% e 62,2% dos entrevistados, relativos aos assentamentos do estado da Bahia de forma geral e para o recorte da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, respectivamente; algo que é reforçado pelo II PNERA, quando aponta que a maioria dos educadores da Bahia apresentavam formação compatível com o desejável, pois possuíam nível médio completo ou superior.

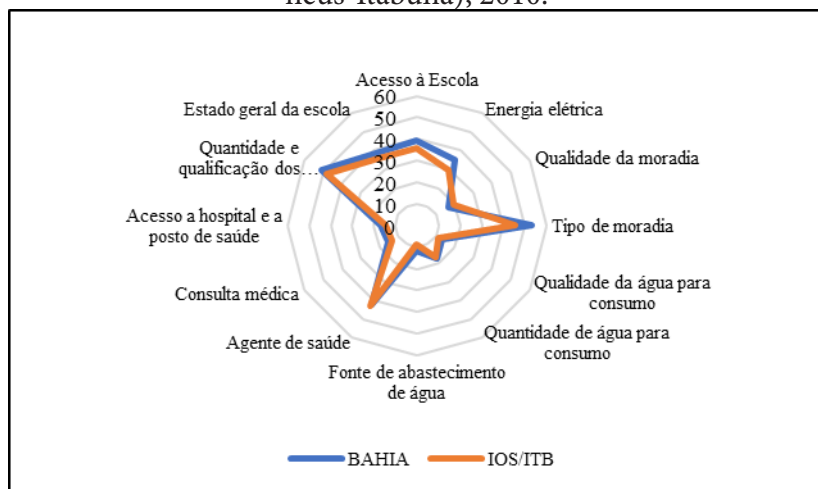
Tabela 4 - Graus dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e dos seus respectivos temas da Dimensão Social na escala do Barômetro da Sustentabilidade (BS), para os assentamentos do estado da Bahia e da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, 2010.

Tema	IDS	Graus dos IDS		Graus dos temas - Índices Temáticos		Situação do tema em relação ao desenvolvimento sustentável
		BAHIA	IOS/ITA	BAHIA	IOS/ITA	
Educação	Acesso à Escola	39,2	35,9	42,8	40,0	BAHIA: Intermediário IOS/ITA: Potencialmente Insustentável
	Estado geral da escola	38,3	35,9			
	Quantidade e qualificação dos professores	50,9	48,3			
Saúde	Acesso a hospital e a posto de saúde	16,9	14,4	19,5	18,0	BAHIA: Insustentável IOS/ITA: Insustentável
	Acesso à consultas médicas	15,4	13,5			
	Atuação do PSF ou Agente de saúde	42,3	43,0			
	Fonte de abastecimento de água	11,7	8,6			
	Quantidade de água para consumo	17,9	17,2			
	Qualidade da água para consumo	13,1	11,4			
Moradia	Tipo de moradia	53,4	45,7	35,1	31,7	BAHIA: Potencialmente Insustentável IOS/ITA: Potencialmente Insustentável
	Qualidade da moradia	16,5	19,8			
	Energia elétrica	35,3	29,6			
Média dos Temas				32,5	29,9	BAHIA e IOS/ITA: Potencialmente Insustentável

Nota: Insustentável (0-20); Potencialmente Insustentável (21-40); Intermediário (41-60); Potencialmente Sustentável (61-80); Sustentável (81-100)

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados da PQRA/INCRA (2010).

Figura 7 - Indicadores da dimensão social (assentamentos da Bahia e Região Ilhéus-Itabuna), 2010.



Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados da PQRA/INCRA (2010).

Já no que se refere ao tipo de moradia, a maioria das casas construídas dentro dos assentamentos eram de alvenaria, porém mais de 70% dos assentados apontaram que a qualidade da moradia era baixa. Normalmente, ao receber o lote, o assentado tinha acesso ao “crédito de instalação”, que se refere ao “apoio inicial” no valor de R\$ 5.200,00 por família, para, entre outras coisas, adquirir itens de primeira necessidade, bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos (Decreto nº 9.424/18, art. 2º, I). Com o valor do crédito de instalação o assentado começava a construir uma casa de alvenaria; mas, dificilmente, conseguia deixá-la em condições adequadas. Além disso, apenas 50% dessas casas possuíam acesso à energia elétrica, beneficiadas pelo programa de eletrificação rural denominado “Luz para Todos”, programa do governo federal implantado em 2003, e que até abril de 2017 já havia atendido mais de 3,3 milhões de domicílios em nível de Brasil, beneficiando mais de 16 milhões de pessoas na área rural, segundo dados do Ministério de Minas e Energia (MME).

Como menos da metade das residências dos assentamentos possuíam acesso a fontes minimamente confiáveis como poços artesianos ou rede pública de abastecimento (PQRA/INCRA, 2010), isso implicou em uma condição negativa do indicador fonte de abastecimento de água. Ademais, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que, ao menos, 70% da população tenha acesso a água de qualidade em suas residências. Porém, foi bem avaliado no tema Saúde

a assistência prestada por parte de agentes de saúde aos moradores dos assentamentos, fruto do Programa Saúde da Família (Tabela 4 e Figura 7).

No que se refere à dimensão econômico-produtiva, os assentamentos da Bahia e da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna obtiveram um resultado geral de “potencialmente insustentável” (Tabela 5 e Figura 8).

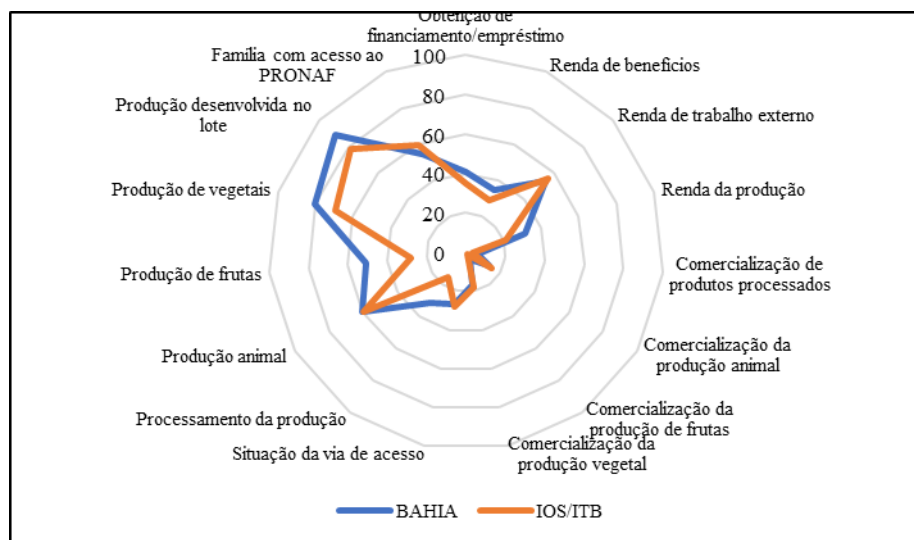
Tabela 5 - Graus dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e dos seus respectivos temas da Dimensão Econômico-Produtiva na escala do Barômetro da Sustentabilidade (BS), para os assentamentos do estado da Bahia e da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, 2010.

Tema	IDS	Graus dos IDS		Graus dos temas - Índices Temáticos		Situação do tema em relação ao desenvolvimento sustentável
		BAHIA	IOS/ ITA	BAHIA	IOS/ ITA	
Financiamento	Obtenção de financiamento/empréstimo	40,8	34,6	47,7	46,9	BAHIA: Intermediário IOS/ITA: Intermediário
	Família com acesso ao PRONAF	54,6	59,2			
Mão de obra da Produção	Produção desenvolvida no lote	88,8	78,3	62,3	50,2	BAHIA: Potencialmente Sustentável IOS/ITA: Intermediário
	Produção de grãos	80,2	69,7			
	Produção de frutas	51,1	27,8			
	Produção animal	60,3	59,8			
	Processamento da produção	31,3	15,3			
Transporte	Situação da via de acesso	26,9	27,8	26,9	27,8	BAHIA e IOS/ITA: Potencialmente Insustentável
Comércio	Comercialização da produção vegetal	16,7	18,0	9,9	9,5	BAHIA: Insustentável IOS/ITA: Insustentável
	Comercialização da produção de frutas	3,8	0,9			
	Comercialização da produção animal	13,3	15,3			
	Comercialização de produtos processados	5,9	3,6			
Renda	Renda da produção	31,2	20,9	40,0	35,1	BAHIA: Potencialmente Insustentável IOS/ITA: Potencialmente Insustentável
	Renda de trabalho externo	54,1	55,6			
	Renda de benefícios	34,7	28,9			
Média dos Temas				37,4	33,9	BAHIA e IOS/ITA: Potencialmente Insustentável

Nota: Insustentável (0-20); Potencialmente Insustentável (21-40); Intermediário (41-60); Potencialmente Sustentável (61-80); Sustentável (81-100)

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados da PQRA/INCRA (2010).

Figura 8 - Indicadores da dimensão econômico-produtiva nos assentamentos do estado da Bahia e da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, 2010.



Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados da PQRA/INCRA (2010).

Os temas que apresentaram melhores desempenhos de sustentabilidade foram “Financiamento” e “Mão de obra da produção”. No caso do financiamento, destacou-se a acessibilidade ao crédito, em especial ao PRONAF, facilitada pelo INCRA que atuava como mediador entre produtores e instituições bancárias, permitindo aos assentados acesso a diversas modalidades de créditos e financiamentos. Isso representa um cenário político da época que propiciava políticas públicas de incentivo ao setor, evidenciando um contexto político diferente do atual, que tem precarizado o acesso do pequeno agricultor a financiamentos e incentivos, se comparado aos concedidos ao agronegócio. Quanto à mão de obra da produção, grande parte dos assentados utilizava a familiar para as atividades rotineiras, e a de terceiros apenas para demandas específicas, normalmente sob a forma de parceria/mutirão. Os assentados apresentaram baixa capacidade de agregar valor aos seus produtos agrícolas. Os demais indicadores apontaram para uma condição de “potencialmente insustentável” a “insustentável”.

O tema “Renda” apresentou situação de “potencialmente insustentável”, pois 78,7% dos assentados ainda dependiam de fontes de renda provenientes de benefícios sociais como aposentadorias (36,1%) e bolsa-família/ à época ainda também bolsa escola (54,3%), para complementarem suas rendas. Isso ocorreu

por que a renda gerada da produção nos lotes não era suficiente para garantir o sustento dessas famílias.

O tema “Transporte” evidenciou uma situação preocupante do ponto de vista logístico, pois boa parte dos assentamentos não conseguia atender aos potenciais mercados consumidores, muito disso em razão das inadequadas condições das vias de acesso, reflexo da falta de sintonia dos assentamentos com os entes públicos, em especial prefeituras municipais, que eram diretamente responsáveis pela construção e/ou manutenção das estradas vicinais que ligam a zona rural à zona urbana. Sob a influência dos problemas logísticos, os indicadores da “Comercialização da produção” foram os que apresentaram os índices mais baixos. A maior parte dos agricultores não soube responder como eram vendidos os seus produtos, e, dentre os que responderam apenas 25% conseguiam vender diretamente para o consumidor final, nas feiras locais ou naquelas organizadas por entes públicos ou pelos próprios agricultores.

A Dimensão Organizacional, por sua vez, a qual retrataria o nível de relacionamento dos assentados com os *stakeholders*, apresentou-se em situação de “potencialmente insustentável”, obtendo a pior média dentre os temas de todas as dimensões analisadas, tanto para os assentamentos da Bahia quanto para o recorte da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna (Tabela 6 e Figura 9).

O relacionamento dos assentados com o mercado poderia ter sido melhor aproveitado pelos mesmos, visando contribuir para uma maior sustentabilidade, haja vista que os agentes externos se relacionam a temas como financiamento, organização e comercialização da produção, execução de obras de infraestrutura, serviços de assistência técnica e extensão rural, dentre outros. No entanto, os resultados dos temas da dimensão organizacional apontaram que o relacionamento com os agentes externos era, de maneira geral, ruim, mas com tendência de evolução, como eram os casos do relacionamento com o comércio local, com as associações/cooperativas e com os sindicatos, que foram os indicadores com melhor avaliação da dimensão. Em contrapartida, indicadores como relacionamento com as cooperativas de crédito, com ONGs ligadas à agricultura familiar, com o IBAMA e, principalmente, com as prefeituras municipais, requeriam melhoras.

O tema “entidades sem fins lucrativos” alcançou o melhor desempenho, principalmente por causa dos indicadores associação/cooperativa, que obteve o maior índice da dimensão (Bahia 47,9, e RI Ilhéus-Itabuna 54,1), e “sindicatos”, com índice próximo à sustentabilidade intermediária. O bom relacionamento com essas entidades estava relacionado ao fato de que os assentamentos foram criados, geralmente, depois da atuação de movimentos sociais de luta pela terra como, por exemplo, MLT, MST, Via Campesina, dentre outros, que organizaram os trabalhadores rurais sem terra num movimento de pressão junto aos governos para

que fossem criados novos assentamentos de reforma agrária. Da relação com esses movimentos sociais surgiram as associações/cooperativas e os sindicatos que iriam fazer parte desse novo aglomerado rural.

Tabela 6 - Graus dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e dos seus respectivos temas da Dimensão Organizacional na escala do Barômetro da Sustentabilidade (BS), para os assentamentos do estado da Bahia e da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, 2010.

Tema	IDS	Graus dos IDS		Graus dos temas - Índices Temáticos		Situação do tema em relação ao desenvolvimento sustentável
		BAHIA	IOS/ ITA	BAHIA	IOS/ ITA	
Organizações privadas	Comércio local	38,2	33,8	24,2	22,1	BAHIA: Potencialmente Insustentável IOS/ITA: Potencialmente Insustentável
	Agências bancárias	29,7	32,4			
	Cooperativas de crédito	4,6	0,0			
Organizações públicas	Prefeitura Municipal	16,9	18,9	23,6	17,6	BAHIA: Potencialmente Insustentável IOS/ITA: Insustentável
	INCRA	33,9	28,4			
	IBAMA	20,0	5,4			
Entidades sem fins lucrativos	Associação/cooperativa	47,9	54,1	28,6	28,4	BAHIA: Potencialmente Insustentável IOS/ITA: Potencialmente Insustentável
	Instituições de assistência técnica	17,4	18,9			
	ONGs ligadas à agricultura familiar	12,3	5,4			
	Sindicatos	36,7	35,1			
Média dos Temas				25,4	22,7	BAHIA e IOS/ITA: Potencialmente

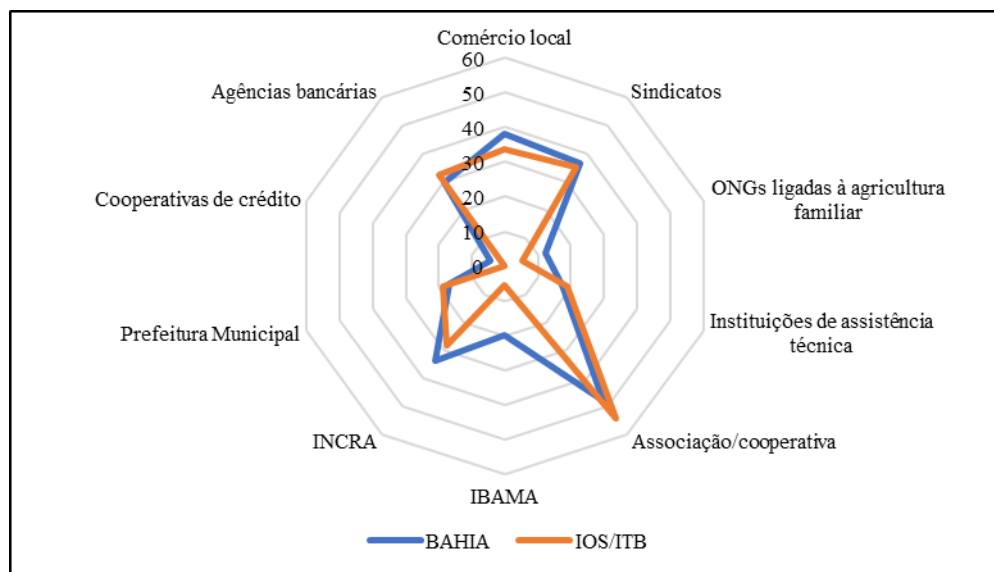
Nota: Insustentável (0-20); Potencialmente Insustentável (21-40); Intermediário (41-60); Potencialmente Sustentável (61-80); Sustentável (81-100)

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados da PQRA/INCRA (2010).

Os demais indicadores desse tema, “ONGs ligados à agricultura familiar” e “instituições de assistência técnica”, apresentaram índices de insustentabilidade, revelando a insatisfação dos assentados com essas entidades. Essa insatisfação era causada, em grande medida, pela falta/carência da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, que cujos serviços eram essenciais para promover o desenvolvimento rural sustentável mediante processos educativos e participativos com o intuito de fortalecer a agricultura familiar. Esses serviços eram tão importantes que foram contemplados como uma das ações para atingir os objetivos da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/06, art. 5º, III). No entanto, o que se observou foi a falta desses serviços nos assentamentos,

contribuindo para a redução da produção e avanço da pobreza nesses locais, chegando a comprometer a sustentabilidade dos assentamentos.

Figura 9 - Indicadores da dimensão organizacional nos assentamentos do estado da Bahia e da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, 2010.



Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados da PQRA/INCRA (2010).

Dos resultados apresentados, o mais preocupante disse respeito ao relacionamento dos assentados com as organizações públicas, que também, assim como os demais temas, apresentou uma situação de potencial insustentabilidade. Apesar do relacionamento com o IBAMA ter apresentado o índice mais baixo do tema para os assentamentos da RI Ilhéus-Itabuna (5,4), o pior desempenho foi verificado no relacionamento dos assentados com as prefeituras municipais, que eram as organizações públicas diretamente responsáveis por serviços que afetavam o cotidiano das famílias assentadas, como educação, saúde, transporte, infraestrutura dentre outros.

Por fim, a Dimensão Ambiental, assim como as demais dimensões, encontrava-se em situação de potencial insustentabilidade (Tabela 7 e Figura 10), principalmente pelos resultados dos indicadores dos temas saneamento básico e conservação. O pior resultado entre os temas ficou com o saneamento básico, principalmente no que se refere a destinação dos dejetos humanos. Enquanto no Brasil o índice tolerável para cobertura desse tipo de serviço é de 70%, nos assentamentos pesquisados apenas 7,5% dos lotes tratavam seus dejetos por meio de

rede de esgoto ou fossa séptica, enquanto 92,5% não tratavam seus dejetos de forma adequada. O tratamento da água mostrou sinais de melhora, embora estivesse ainda em situação de potencial insustentabilidade, com destaque para o índice da RI Ilhéus-Itabuna que se aproximou de uma situação intermediária - isso porque nos lotes havia tratamento de água por meio do processo de cloração ou filtragem em 70% do total, percentual mínimo tolerável para esse tipo de serviço, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Tabela 7 - Graus dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e dos seus respectivos temas da Dimensão Ambiental na escala do Barômetro da Sustentabilidade (BS) dos assentamentos do estado da Bahia e da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, 2010.

Tema	IDS	Graus dos IDS		Graus dos temas - Índices Temáticos		Situação do tema em relação ao desenvolvimento sustentável
		BAHIA	IOS/ ITA	BAHIA	IOS/ ITA	
Saneamento Básico	Tratamento da água	19,7	35,8	11,0	18,7	BAHIA: Insustentável IOS/ITA: Insustentável
	Destinação dos dejetos humanos	2,2	1,6			
Preservação	Poluição de nascentes/rios/córregos	67,7	56,1	62,1	64,7	BAHIA: Potencialmente Sustentável IOS/ITA: Potencialmente Sustentável
	Uso de agrotóxico	86,7	89,0			
	Deposição de lixo	53,6	54,8			
	Desmatamento	51,4	60,2			
	Queimadas	51,2	63,4			
Conservação	Rotação de culturas	17,6	9,0	19,7	15,4	BAHIA: Insustentável IOS/ITA: Insustentável
	Consórcio de culturas	44,6	40			
	Recuperação de área degradada	5,4	6,3			
	Adução orgânica	28	22,4			
	Controle alternativo de pragas e doenças	6,6	6,3			
	Pousio	16,0	8,1			
Média dos Temas				30,9	32,9	BAHIA e IOS/ITA: Potencialmente Insustentável
Nota: Insustentável (0-20); Potencialmente Insustentável (21-40); Intermediário (41-60); Potencialmente Sustentável (61-80); Sustentável (81-100)						

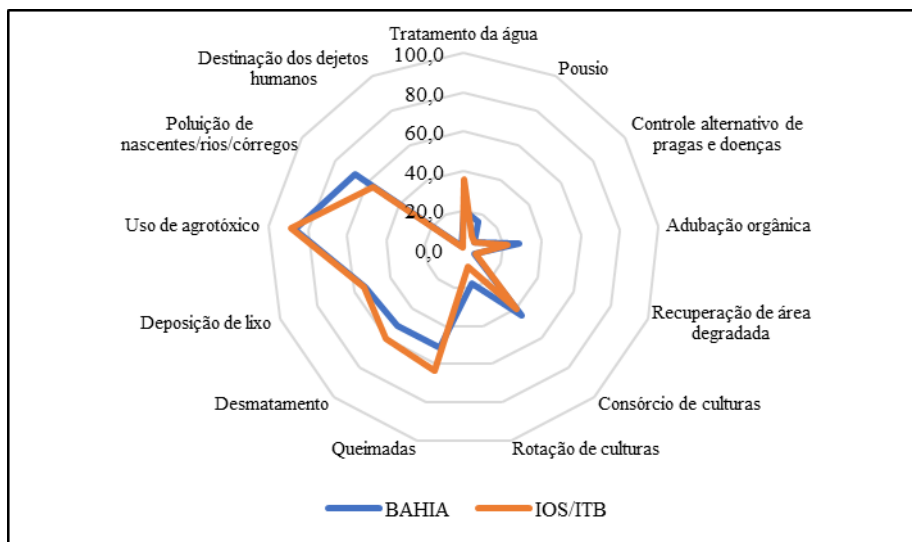
Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados da PQRA/INCRA (2010).

Com relação ao tema conservação, a despeito de adotarem algumas práticas denominadas “ambientalmente amigáveis”, boa parte dos assentados agricultores ainda utilizavam poucas práticas conservacionistas dentre aquelas apontadas nos indicadores (Tabela 7). A exceção é a prática do consórcio de culturas que consiste numa técnica agrícola de conservação que visa a um melhor aproveitamento do

solo ao se plantar diferentes espécies próximas umas das outras, prática muito comum nos assentamentos de reforma agrária para aproveitar toda a área do lote produzindo o máximo de coisas nessa área.

Os indicadores relacionados ao tema preservação obtiveram os melhores resultados da dimensão. A baixa utilização de agrotóxicos contribuiu para elevar o índice desse indicador – essa baixa utilização de agrotóxicos se devia ao fato de se tratar de pequenas propriedades onde a mão de obra era basicamente familiar, requerendo pouca utilização desses insumos. Os demais indicadores tiveram resultados muito próximos, levando-os a uma situação de intermediária a potencialmente sustentável.

Figura 10 - Indicadores da dimensão ambiental nos assentamentos do estado da Bahia e da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, 2010.



Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados da PQRA/INCRA (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados da PQRA/INCRA de 2010 evidenciaram que os assentamentos do estado da Bahia e, especificamente, da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna, segundo o barômetro da sustentabilidade, classificaram-se como potencialmente insustentáveis. Destarte, não possuíam condições para serem consolidados, visando obter o título de domínio da terra.

Essa condição dos assentamentos decorria especialmente da necessidade de melhor organização, especialmente no que se refere ao estreitamento das relações

com agentes externos, pois a necessidade de ações públicas e privadas específicas era de fundamental importância para dinamizar os assentamentos, especialmente em relação à infraestrutura, como construção de estradas para deslocamento de pessoas e produtos, facilitando também acesso à saúde, educação, melhorando e ampliando o mercado consumidor desses locais.

Alcançar a alta sustentação do lote, com a mínima dependência da esfera pública, se mostra como um grande desafio para os assentados. No entanto, é um fator necessário para que se alcance o direito ao título de domínio da terra. Entretanto, os assentamentos da Bahia e da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna não se encontravam ainda em condições de alcançar esse estágio de titulação da terra, pois mais da metade deles permaneciam na fase de implementação desde sua criação e, ou reconhecimento pelo governo federal. Embora o exposto nos resultados retrate uma realidade de uma década atrás, pouco se alterou nesses espaços, especialmente pela lógica do modelo adotado atualmente, que prioriza a titulação, e poucas políticas que conduzam os assentados a uma condição de efetivamente ter essa titulação, pois a maioria não consegue atender às exigências do INCRA.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria MDA nº 80 de 24/04/2002. Adota as denominações e os conceitos aplicáveis ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua entidade vinculada, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília: MDA; INCRA, 2002. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=184224>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. Constituição [da] República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BUSCIOLI, L. D; OLIVEIRA, G. M. de. **A Educação do Campo como luta do MST: O Caso da Escola São Judas de Rio Brillhante (MS)**. GeoAtos. Presidente Prudente, 2016.

CARVALHO, H. M. de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: NEAD, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos assentamentos da reforma agrária.** Brasília: INCRA, 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1152-pesquisa-qualidade-de-vida-nos-assentamentos-2010>. Acesso em: 20 jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA – INCRA, 2017. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária.** Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 17 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA – INCRA, 2018. **Nova metodologia reduz tempo de consolidação de assentamentos.** Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/nova-metodologia-reduz-tempo-de-consolidacao-de-assentamentos>. Acesso em: set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA – INCRA, 2019. **Criação e modalidades de assentamentos.** Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/assentamentoscriacao>. Acesso: nov. 2019.

KRONEMBERGER, D. M. P; CARVALHO, C. N. de; CLEVELÁRIO JÚNIOR, J. Indicadores de sustentabilidade em pequenas bacias hidrográficas: uma aplicação do “Barômetro da Sustentabilidade à Bacia da Jurumirim (Angra dos Reis, RJ). **Revista Geochimica Brasiliensis**, São Paulo, v. 18, n.2, p. 86-98, 2004

KRONEMBERGER, D. M. P.; CLEVELÁRIO JÚNIOR, J.; NASCIMENTO, J. A. S do.; COLLARES, J. E. R.; SILVA, L. C. D. **Desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise a partir da aplicação do “barômetro da sustentabilidade.** Sociedade e Natureza, Uberlândia, 20 (1): 25-50, jun. 2008.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** (Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth). 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária – O Impossível Diálogo**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2000. 176 p.

MAUERHOFER, V. 3-D Sustainability: an approach for priority setting in situation of conflicting interests towards a Sustainable Development. **Ecological Economics**, v. 64, n. 3, p. 496-506, 2008.

OSZLAK, O. **Reforma Agraria en América Latina: una aproximación Política**. International Review of Community Development. Piazza Cavalieri di Malta, 2-Roma n. 26. 1971. 18p.

PRESCOTT-ALLEN, R. **Barometer of Sustainability: Measuring and communicating wellbeing and sustainable development**. Cambridge: IUCN, 1997.

PRESCOTT-ALLEN, R. **Assessing Progress toward Sustainability System Assessment Method illustrated the Wellbeing of Nations**. Cambridge: IUCN, 1999.

PRESCOTT-ALLEN, R. **The Wellbeing of Nations: a country-by-country index of quality of life and the environment**. Washington: Island Press, 2001.

SILVA, V.C.S; VIEIRA, I.C.G. Barômetro da Sustentabilidade aplicado a assentamentos rurais do leste do Estado do Pará, Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.36, p. 201-221, Curitiba, 2016.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 253p.



A percepção do consumidor verde sobre os produtos hortifrúti orgânicos: estudo de caso na empresa Sítio Panorama de Penápolis-SP

Clayrmen Candido Peron¹

Brenda Senatore Anelli²

Camila Afonso da Silva²

Mariana de Araújo Ambrósio²

Janaina Florinda Ferri Cintrão³

RESUMO: O Marketing Verde é uma estratégia para fazer a ligação entre empresas e meio ambiente, seja por meio dos seus produtos, serviços, meios de produção e até mesmo atividades de conscientização da sociedade quanto à preservação ambiental. Este artigo, além de discutir os conhecimentos abordados na teoria, tem como objetivo identificar a percepção do consumidor verde sobre os atributos e benefícios dos produtos hortifrúti orgânicos da empresa Sítio Panorama de Penápolis-SP; e para tanto, foi formulada a seguinte pergunta-problema: Qual a percepção do consumidor verde sobre os produtos hortifrúti orgânicos da empresa Sítio Panorama de Penápolis-SP? Tem ainda como objetivos específicos identificar o perfil dos consumidores de produtos hortifrúti orgânicos; apontar o que mais o consumidor valoriza em um produto orgânico; identificar as dificuldades em se comprar produtos hortifrúti orgânicos e apontar as estratégias de marketing verde que influenciam no processo de decisão de compra do consumidor de produtos hortifrúti orgânicos. As pesquisas utilizadas neste estudo são bibliográfica, quantitativa, qualitativa e o método estudo de caso para a obtenção de conhecimento científico referente ao tema escolhido e objetivo do trabalho proposto. Como resultado, identificou-se que os consumidores de produtos orgânicos são formados por mulheres com maior nível de escolaridade, têm mais de 40 anos de idade, possuem renda familiar até cinco salários mínimos, estão preocupadas com sua saúde e preservação ambiental, porém veem o preço como uma dificuldade para se adquiri-los.

PALAVRAS-CHAVE: Marketing Verde; Produto Orgânico; Meio Ambiente.

THE PERCEPTION OF THE GREEN CONSUMER ON ORGANIC HORTIFRUTI PRODUCTS: CASE STUDY IN THE COMPANY PANORAMA SITE OF PENÁPOLIS – SP

ABSTRACT: Green Marketing is a strategy to connect companies and the environment, whether through their products, services, production means and even society's awareness of environmental preservation. This article, besides discussing the knowledge approached in the theory, aims to identify the perception of green consumers about the attributes and benefits of organic produce from the company Sítio Panorama de Penápolis-SP; To this end, the following problem question was asked: What is the perception of the green consumer about the organic produce of the company Sítio Panorama de Penápolis-SP? It also has as specific objectives to identify the profile of the consumers of organic produce; point out what consumers value most in an organic product; Identify the difficulties in buying organic produce and point out the green marketing strategies that influence the decision making process of buying organic produce. The researches used in this study are bibliographic,

¹ Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, UNIARA. E-mail: clayr_peron@yahoo.com.br

² Graduada em Administração pela Fundação Educacional de Penápolis-FUNEP. E-mail: clayr_peron@yahoo.com.br

³ Doutora em Sociologia pela Unesp de Araraquara-SP. E-mail: jcintrao.mestrado@uniara.com.br

quantitative, qualitative and the case study method to obtain scientific knowledge regarding the chosen theme and objective of the proposed work. As a result, it was found that consumers of organic products are people with higher education, are over 40 years old, have a family income between two and three minimum wages, are concerned about their health and environmental preservation. , are willing to pay more for organic products because they perceive organic products as healthier, but see the price as a difficulty to purchase them.

KEYWORDS: Green Marketing; Organic Product; Environment.

INTRODUÇÃO

Com o avanço da globalização, o mundo passou a ter maior interação entre pessoas, mercados e empresas e, apoiada pelo marketing, proporcionou um incentivo ao consumo, fazendo com que o desperdício de materiais e poluição também aumentassem, devido à exploração intensa dos recursos naturais disponíveis, o que fez despertar, em parte da sociedade, a preocupação com o meio ambiente e com o futuro do planeta.

Conforme afirma Content (2016), o conceito de Marketing Verde foi fortalecido pelo surgimento de legislações ambientais que ajudaram a modificar a maneira de agir e pensar da sociedade e visa à mudança de estratégia das empresas a fim de garantir seu desenvolvimento com grande redução dos danos ao meio ambiente.

O objetivo desse artigo é identificar a percepção do consumidor verde sobre os atributos e benefícios dos produtos hortifrúti orgânicos da empresa Sítio Panorama de Penápolis-SP. Para isso, foram traçados alguns objetivos específicos: identificar o perfil dos consumidores de produtos hortifrúti orgânicos, verificar as dificuldades em se comprar produtos hortifrúti orgânicos e apontar o que os consumidores de produtos hortifrúti orgânicos mais valorizam na comunicação de marketing verde.

Dessa forma, surge a pergunta-problema: Qual a percepção do consumidor verde sobre os produtos hortifrúti orgânicos da empresa Sítio Panorama na cidade de Penápolis-SP? Diante dessa pergunta, foram criadas duas hipóteses: a primeira afirma que os consumidores percebem os produtos hortifrúti orgânicos como sendo mais saudáveis. Já a segunda hipótese afirma que os consumidores também percebem os produtos hortifrúti orgânicos como sendo mais saborosos.

Quanto à metodologia, foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica com base em material já elaborado, como textos, artigos e referências de autores na área do campo de pesquisa, o que permitiu coletar informações e conhecimentos

prévios que auxiliarão a atender aos objetivos propostos e as hipóteses elaboradas inicialmente.

De acordo com Fonseca apud Gerhardt e Silveira (2009, p. 37):

[...] a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

Também foi realizada uma pesquisa quantitativa, por meio de questionário, com 60 consumidores dos produtos hortifrúti do Sítio Panorama escolhidos aleatoriamente no período de 01 e 14 de setembro de 2018. As vendas dos produtos são feitas somente no sítio e em feiras de produtores realizadas em períodos específicos na cidade de Penápolis – SP.

De acordo com Collis e Hussey (2005), a pesquisa quantitativa é focada na mensuração de fenômenos, envolvendo a coleta e análise de dados numéricos e aplicação de testes estatísticos.

Além disso, também foi realizada uma entrevista com os proprietários da empresa Sítio Panorama para coletar informações a respeito das ações no dia 01 de setembro de 2018. Para Fonseca apud Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “[...] a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Conforme afirma Fonseca (apud Gerhardt e Silveira, 2009, p. 39)

[...] um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social e a sua finalidade é conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.

Quanto à estrutura, além desta introdução é apresentado o desenvolvimento do tema, com o desdobramento nos seguintes itens: Marketing Verde; estratégias de Marketing Verde; o processo de comunicação dos produtos ecológicos; o consumidor verde; legislação e comercialização. Em seguida, é apresentado o estudo de caso Sítio Panorama, a discussão dos resultados, as considerações finais e por fim as referências utilizadas na pesquisa.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Nesta seção, será apresentada a revisão bibliográfica sobre os temas Marketing Verde; estratégias de Marketing Verde; o processo de comunicação dos produtos ecológicos; o consumidor verde; legislação e comercialização.

MARKETING VERDE

O Marketing Verde surge no século XX logo quando há uma percepção das pessoas em relação aos problemas ambientais causados pela exploração intensiva dos recursos naturais na produção e o aumento da poluição das águas, solos e ar. A preocupação crescente com o desmatamento, poluição, efeito estufa e extinção de animais impulsionou as pessoas a cobrarem medidas diferentes das empresas, tanto na questão ambiental, quanto social, econômica e cultural.

Conforme afirma Marques (2017), marketing verde, também conhecido como marketing ambiental e ecomarketing, é uma estratégia de marketing que está focada nos benefícios dos produtos, dos métodos de produção ou da postura da organização em relação à preservação ambiental. Outro conceito está ligado às soluções encontradas pelas empresas para produzir utilizando recursos naturais de forma sustentável e sem poluir o meio ambiente.

De acordo com Dahlstrom (2011), o marketing verde é definido como o desenvolvimento e a comercialização de produtos destinados a minimizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Segundo AMA (American Marketing Association) apud Rocha (2017), o marketing verde é um estudo dos aspectos positivos e negativos das atividades de marketing em relação à poluição, esgotamento de energia e recursos não renováveis. Ou seja, o marketing verde é tudo aquilo que está ligado à empresa e ao meio ambiente, através de seus produtos, meios de produção, entre outros fatores que auxiliam na imagem de consciência ambiental.

Uma empresa é considerada verde quando ela utiliza ações ambientais em toda sua constituição, da fabricação de produtos até às relações com clientes, fornecedores e colaboradores da empresa.

De acordo com Content (2016), é necessário que as estratégias de marketing verde estejam alinhadas com o conceito dos três R's da sustentabilidade: reciclar, reduzir e reutilizar, promovendo a conscientização de todos no ambiente interno e fazendo com que a sustentabilidade seja um dos valores da empresa. Quanto ao ambiente externo, influenciar a todos a praticarem atos que sejam considerados sustentáveis.

Para Marques (2017), a prática do marketing verde está ligada a processos de divulgação e práticas administrativas que visam garantir que a empresa realmente

contribua com a preservação ambiental, para que seus clientes confiem que estão investindo em algo correto.

Dessa forma, observa-se que o marketing verde surge como instrumento importante para a comercialização de produtos que resultem de práticas ambientais adequadas e que sejam seguros para o consumo.

ESTRATÉGIAS DE MARKETING VERDE

Para Content (2016), inicialmente, é necessário que a empresa deve objetivar a redução dos impactos ambientais negativos e buscar a preservação ambiental. Esses objetivos devem ser claros para todos os patamares dentro da organização. Para alcançar esses objetivos, a empresa deve seguir os princípios do marketing verde, sendo ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente aceita.

Segundo Baroto apud Pinheiro (2012), o Marketing Verde está diretamente ligado à sustentabilidade. As empresas estão cada vez mais utilizando essa ferramenta como estratégia em seus negócios, possibilitando a divulgação de atividades sustentáveis para o mercado, o cumprimento da legislação ambiental, a exposição das necessidades e desejos de seus clientes em relação aos produtos ambientalmente corretos e práticas que visam a preservação do meio ambiente, bem como auxiliam no processo de conscientização da sociedade.

Apesar de manter o consumidor como público alvo, ele não deve ser o único envolvido nessas estratégias. Quando se trata de questões ambientais, as empresas também devem considerar outros públicos como fornecedores, distribuidores, grupos ambientalistas, instituições financeiras, governo, entre outros.

Devido à implantação da legislação ambiental e conscientização das pessoas, as empresas estão mudando suas atitudes visando a adaptação à nova realidade relacionada ao meio ambiente.

Conforme afirma Dias apud Pinheiro (2012), para obter sucesso nessa adaptação, é necessária a criação e implantação de novas políticas nas empresas, proporcionando alterações na cultura organizacional inspirada em valores ambientais, visando a obtenção de um ambiente interno consciente e preocupado com o cumprimento das metas relacionadas ao marketing verde.

Já de acordo com Baroto apud Pinheiro (2012), outra estratégia importante possibilitada pelo marketing verde é a conscientização e estimulação através da divulgação de informações que evidenciem a importância da preservação ambiental e despertem o desejo dos consumidores em adquirir produtos e serviços ecologicamente corretos. Esse processo é importante para ajudar as empresas a

justificarem o aumento de seus preços, pois existe um aumento do custo quando há ações de sustentabilidade envolvidas no processo de produção.

Para Content (2016), além das estratégias de conscientização e estimulação dos consumidores, existem algumas atitudes que as empresas podem tomar para auxiliarem em uma mudança de postura. Dentre elas, podemos citar:

- a) investimento em reciclagem e reutilização de materiais;
- b) economizar água nos processos de produção;
- c) não utilização ou redução do uso de materiais não-biodegradáveis;
- d) estudos de maneiras de aumentar a durabilidade de produtos.

O posicionamento verde está relacionado a maneira que as pessoas enxergam as empresas quanto a suas ações para preservação ambiental. As empresas que praticam o marketing verde precisam ser notadas como líderes na busca por mudanças atitudes e hábitos, pensando em como promover um mundo melhor para as futuras gerações.

Para Rocha (2017), o posicionamento no mercado através do marketing verde é necessário justamente para que a empresa seja melhor vista pelo público em relação a gestão ambiental. Esse posicionamento pode ser notado pelo fornecimento de produtos não agressivos à natureza, apoio a causas ambientais, entre outras diversas ações.

De acordo com Ottman (2012), o marketing verde ocorre quando se utiliza matéria-prima reciclada e a reciclagem de produtos, quando se trabalhar com o cultivo de produtos orgânicos, quando se usa práticas responsáveis de manufatura, quando se trabalha com eficiência energética, de combustível e no uso da água, quando se prolonga a vida útil dos produtos e se utiliza o reuso e refil, entre outras formas.

Para Zenone (2006), o marketing verde apresenta uma grande oportunidade de mercado, pois preocupação com as questões ecológicas têm proporcionado um crescente aumento por produtos ecologicamente corretos.

Dessa forma, o marketing verde vem para estruturar a organização para atender às necessidades próprias e dos clientes, buscando a qualidade em produtos e serviços, a geração de lucros e a constante prática de ações sustentáveis.

O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DOS PRODUTOS ECOLÓGICOS

De acordo com Marques (2017), o processo de comunicação relacionado ao marketing verde é algo mais completo do que o simples fato de divulgar informações sobre um produto ser ecologicamente correto. É preciso demonstrar compromisso com a causa ambiental em diversos níveis da organização.

Um dos principais desafios dessa vertente é passar credibilidade. Os consumidores sabem que toda empresa visa o lucro e não vai simplesmente acreditar nas informações passadas pelas por elas, relativas à proteção ambiental. Por isso, as empresas precisam convencer de que estão engajadas na preservação ambiental nos diversos níveis, pois os clientes sabem identificar quando estão sendo enganados.

As organizações devem promover seus produtos de maneira que foquem na composição, origem e fabricação, comprovando a veracidade das informações ecológicas de seus produtos. Informações sem fundamento devem ser evitadas, pois os clientes saberão identificar o que é verdadeiro na tomada de decisão durante a compra.

Segundo Baroto apud Rossi et al apud Guimarães, Viana e Costa (2015, p. 98).

O objetivo principal da comunicação verde é mostrar ao consumidor que um artigo ecologicamente correto, é também mais saudável para o consumo, a partir do momento em que, reduzindo-se os danos ambientais, a qualidade de vida das pessoas, indiretamente, sofre melhorias. Ou seja, no Marketing Verde, a empresa divulga o que tem feito em prol do meio ambiente e, desse modo, procura sensibilizar o consumidor para que ele também participe deste processo, já que a responsabilidade de preservar os recursos escassos é de todos.

Ainda segundo Marques (2017), as empresas que seguem as legislações ambientais podem conseguir certificados que garantam responsabilidade ambiental, comprovando a procedência de seus produtos em relação a preservação ambiental.

O CONSUMIDOR VERDE

Devido aos avanços da produção durante o período de Revolução Industrial, o meio ambiente foi muito agredido, já que havia necessidade de grandes produções para atender as necessidades dos consumidores e com a falta de informações e cuidados, não havia muitas preocupações relacionadas a poluição, preservação ambiental e demais questões ligadas ao meio ambiente.

De acordo com Marques (2017), os consumidores engajados na causa ambiental têm preferência por produtos considerados verdes, que seguem padrões ambientalmente corretos. Esses consumidores, além da consciência ambiental, estão cientes de que a produção pautada por atividades sustentáveis são de maior custo e estão dispostos a pagar mais por produto ou serviço, pois entendem a elevação do preço devido às questões ambientais envolvidas.

Conforme afirmam Guimarães, Viana e Costa (2015), admitindo-se a nova maneira de pensar e agir dos consumidores, é notória a necessidade de adequação das organizações para manterem-se competitivas no mercado, para manterem a qualidade de seus produtos e serviços preservando o meio ambiente.

Para Marques (2017), os consumidores que levam em consideração somente o preço de um bem ou serviço são mais sensíveis às condições do marketing verde. Geralmente são formados por pessoas de baixa renda, cuja maior preocupação é a economia de seu dinheiro.

Portanto, o marketing verde tem uma difícil tarefa atualmente de convencer os consumidores a desembolsarem uma quantia a mais por determinado produto ou serviço a fim de garantir os benefícios ambientais, já que vivemos em uma época de forte desaceleração econômica, fazendo com que o preço dos produtos seja um fator decisivo nas decisões de compra das pessoas.

Atualmente o consumidor verde não é só determinado por sua preferência pela qualidade, mas sim por optarem por produtos não agressivos ao meio ambiente. Ele transforma seu poder de escolha, incentivando ações em grupos, onde essas são percebidas por grandes empresas obrigando-as a se adequarem as novas regras e as novas exigências de consumo.

Essa proposta denomina que quanto mais conhecimento, mais consciência têm os consumidores. Além da preocupação com a saúde, buscam qualidade, observam certificados e selos verdes, tem preferência por produtos isentos de conservantes, analisam as embalagens e todo um conjunto de ações sustentáveis.

LEGISLAÇÃO

Pela legislação brasileira, considera-se produto orgânico, seja ele *in natura* ou processado, aquele que é obtido em um sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. A cultura e comercialização dos produtos orgânicos no Brasil foram aprovadas pela Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Sua regulamentação, no entanto, ocorreu apenas em 27 de dezembro de 2007 com a publicação do Decreto Nº 6.323.

Segundo Art. 1º da Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais. (BRASIL, 2003).

Dentre as diversas finalidades do sistema de produção orgânico, podemos citar algumas delas:

- a) oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;
- b) a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;
- c) promover o uso saudável do solo, água e ar, reduzindo ao mínimo as formas de contaminação desses elementos que possam resultar de pragas agrícolas;
- d) basear-se em recursos renováveis. (BRASIL, 2003).

Dessa forma, a produção orgânica se apresenta como uma forma sustentável de produção de alimentos que possam possibilitar sustentabilidade ao meio ambiente e saúde às pessoas.

COMERCIALIZAÇÃO

Para promover a comercialização de produtos orgânicos, estes deverão ser certificados por organismos credenciados no Ministério da Agricultura, sendo dispensados da certificação somente aqueles produzidos por agricultores familiares que fazem parte de organizações de controle social cadastrados no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), que comercializam exclusivamente em venda direta aos consumidores. (BRASIL, 2003).

Existem maneiras de comprovar se um produto é verdadeiramente orgânico. Se o produto for de produtor não certificado, ele deve ter um documento chamado Declaração de Cadastro, que mostra que ele está cadastrado junto ao MAPA e que faz parte de um grupo que se responsabiliza por ele. Os produtos vendidos em supermercados, restaurantes e hotéis, por exemplo, devem ter estampados em seus rótulos o selo federal do SisOrg, que garante a procedência do produto. (BRASIL, 2003).

ESTUDO DE CASO

Nesta seção, é apresentado um estudo de caso realizado na empresa Sítio Panorama de Penápolis – SP com informações sobre a história, estrutura, técnicas e meios de venda dos produtos, obtidas a partir de aplicação de questionário aos proprietários.

A EMPRESA

O Sítio Panorama é uma empresa familiar de Penápolis/SP de propriedade de dois irmãos, que estão transformando uma pequena parte do sítio do avô deles, que sempre se dedicou à pecuária, em agrofloresta.

O projeto começou com o objetivo de implantar um sistema de produção agroflorestal, pois dessa forma, seria possível realmente trabalhar com o ecossistema e possibilitar o convívio em harmonia na natureza.

Em setembro de 2014, o primeiro módulo agroflorestal teve início no Sítio Panorama com o objetivo de desenvolver em uma pequena área um plantio agroecológico com produção de alimentos saudáveis capaz de alimentar as famílias do sítio, além de gerar renda aos desenvolvedores do projeto com a comercialização dos alimentos.

Outra finalidade que o projeto desenvolvido possui, é de inspirar outros agricultores familiares a desenvolver um sistema agroflorestal e assim multiplicar a agroecologia na região noroeste de São Paulo.

O principal objetivo do Sítio Panorama é demonstrar que há possibilidade viável de conciliar a produção de alimentos de qualidade, promovendo a recuperação dos solos, de ecossistemas e relações sociais. Isso é feito através da utilização da técnica de agrofloresta, na qual são promovidos ciclos naturais de sucessão e estratificação de ecossistemas.

Na prática, com as podas do que é produzido no sítio, é feito um processamento e o material obtido é utilizado na compostagem do solo, tornando-o mais nutritivo e fazendo as plantações se desenvolverem, formando um ciclo virtuoso, característica desse sistema de produção.

O Sítio Panorama está situado na cidade de Penápolis – SP e possui uma área de 0,7 ha que ainda não está 100% ocupada. De acordo com os proprietários, o avanço tem sido gradativo, por meio de um consórcio de espécies arbóreas de diferentes portes e horticultura.

Todo o trabalho de plantio, poda e colheita é realizado pelos proprietários da empresa. Como a verba disponível é pequena, ainda não existe a possibilidade de contratação de funcionários, nem de expandir em grandes escalas a produção.

Os proprietários do Sítio Panorama acreditam na produção de alimentos saudáveis dentro de um sistema agroflorestal. Atualmente, o sítio produz hortaliças e algumas fruta e, além disso, está aberto a visitação.

Para os proprietários, a técnica de agrofloresta pode ser reproduzida em diversas escalas, desde que respeitados seus princípios, como o de acúmulo de energia no sistema; o mesmo propicia segurança alimentar e rentabilidade ao produtor, preservando o solo e as águas. A renda é proporcionada pela horta, com verduras, legumes, raízes e as Panc's (plantas alimentícias não-convencionais).

As frutíferas ainda não estão em plena produção, com exceção das que possuem ciclo curto, como banana, mamão e maracujá. Tudo é colhido em seu tempo, com produção o ano inteiro. No mesmo canteiro, é possível plantar alface, rúcula,

brócolis, berinjela e cebola, por exemplo, e cada um ocupa um espaço relativamente pequeno para se desenvolver sem concorrência, um ajudando o outro. A colheita é em tempos diferentes, porque cada planta tem um ciclo. Dessa forma, obtém-se uma diversidade grande para oferecer para aos clientes.

Além de proporcionar aos seus clientes produtos saudáveis e de qualidade, a empresa preza pela preservação ambiental a fim de obter melhor qualidade de vida na relação entre seres humanos e natureza. É também intuito dos proprietários conscientizar os consumidores que, além do benefício à saúde, seus produtos visam a melhoria da preservação ambiental, fazendo com que as pessoas adotem estilo de vida que pense nas gerações futuras.

ESTRATÉGIAS DE MARKETING VERDE

Todas as atividades da empresa são desempenhadas pelos proprietários, desde a plantação até a administração. Pela pouca quantidade de verba, não há um plano de marketing muito bem definido, nem uma consultoria paga para fazer isso.

Dentre as estratégias utilizadas pela empresa, está a presença dos produtos em feiras orgânicas, pois ajudam a empresa se tornar conhecida. Dessa forma, busca-se alavancar as vendas e torna os produtos do sítio conhecidos.

Outra forma de posicionar a imagem dos produtos foi possibilitar a visita de consumidores e produtores ao sítio, onde as pessoas possam conhecer melhor os produtos e fazer suas compras no próprio local.

A empresa ainda não possui certificação, porém está em fase final para obtenção da certificação pelo sistema participativo de garantia. Esse processo pela busca da certificação teve início há dois anos.

Atualmente, a venda é realizada diretamente ao consumidor e, segundo os proprietários, uma das estratégias é romper a linha de comercialização tradicional com o atravessador, e buscam mostrar para o agricultor que ele precisa se fortalecer e que ele pode vender direto para o consumidor final com preço justo a empresa, e evitar perdas com a venda por meio de atravessadores.

A empresa utiliza o Whatsapp como sua principal ferramenta de venda. Toda semana, os produtores fazem uma lista de transmissão, para os clientes, do que está sendo colhido na propriedade. Os consumidores escolhem o que querem naquela semana e recebem as cestas montadas em domicílio ou retiram no local combinado.

Além disso, o Sítio Panorama possui uma página no Facebook para divulgação e recebem também visita de alunos de escolas para apresentarem os alimentos e modo de cultivo. Também participam da Feira dos Produtores de Penápolis – SP, pois além de tornarem os produtos conhecidos na cidade, é um evento que pro-

move o produtor local. Outra maneira de adquirir os produtos é diretamente no sítio.

A empresa tem planos de criar um ponto de venda diversificado no próprio sítio, onde venderiam os produtos orgânicos e agregariam outros produtos que podem ser feitos a partir da matéria prima natural proveniente da produção da empresa.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para obtenção de dados, foi realizada uma pesquisa com cerca de 60 pessoas aleatórias que consomem ou conhecem os produtos do Sítio Panorama em Penápolis – SP. Na sequência são apresentadas as questões de investigação e seus respectivos gráficos representativos das respostas obtidas com os entrevistados que consomem produtos do sítio.

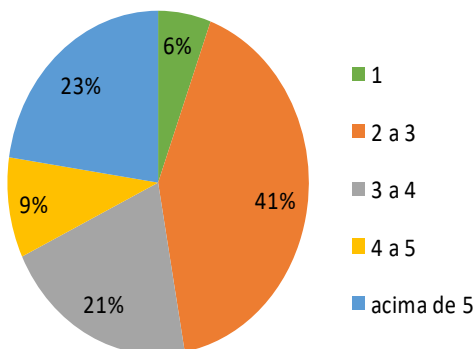
Das pessoas que responderam ao questionário, 68% foram mulheres e 32% homens. Quanto à idade, 41% das pessoas possuem mais de 40 anos e constituem a maior parte, seguidos por pessoas de 25 a 30 anos com 28%, 15% possuem de 31 a 35 anos, 8 % de 36 a 40 e 8% possuem de 18 a 24 anos.

Já quanto à renda, 6% recebem até 1 salário mínimo como renda familiar, 41% da pessoas possuem renda entre 2 e 3 salários mínimos na família, 21% que possuem renda de 3 a 4 salários, 9% ganham de 4 a 5 salários e 23% que possuem renda acima de 5 salários, conforme dados apresentados na Figura 01. Marques (2017) já havia relatado que pessoas de baixa renda, cuja maior preocupação é a economia de seu dinheiro, são mais sensíveis às condições do marketing verde.

Quanto à escolaridade das pessoas que consomem produtos do Sítio Panorama, 4% possuem o ensino fundamental completo, 24% possuem ensino médio completo e 72% possuem ensino superior completo, conforme dados apresentados na Figura 02. Nota-se aqui que o nível de escolaridade aparece como característica importante desse público.

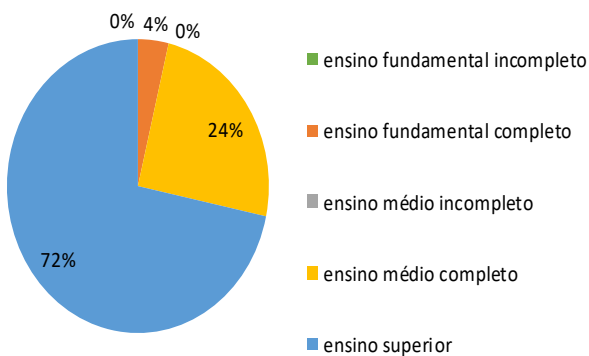
Quando perguntado se procuram informações sobre o uso de agrotóxicos na produção, benefícios à saúde e características dos produtos hortifrútiis, 43% das pessoas disseram que sempre buscam informações sobre os produtos que compram, 28% disseram que muitas vezes buscam informações, 17% disseram algumas vezes, 10% disseram que raramente e apenas 2% disseram que nunca buscam informações sobre os produtos que compram, conforme dados apresentados na Figura 03. Com base nessas informações, é possível verificar que esse público é formado por pessoas que valorizam a produção sem o uso de agrotóxico.

Figura 01 – Renda familiar (em salários mínimos).



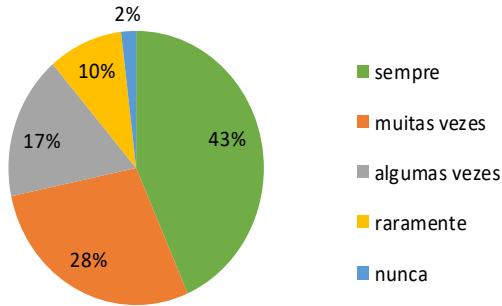
Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Figura 02 – Escolaridade.



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Figura 03 - Você procura informações sobre o uso de agrotóxicos dos produtos hortifrútis que compra?



Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Quanto à maior dificuldade para adquirir um produto orgânico, o preço aparece como principal fator com 49%, seguido pela dificuldade em encontrar com 40%, pela falta de informações com 7% e pelo tamanho/quantidade com 4%, conforme Figura 04.

Já com relação à informação que mais valorizam nos produtos orgânicos, para 52% dos participantes da pesquisa, os produtos orgânicos fazem bem à saúde; para 30%, não causam danos ao meio ambiente; para 13%, são mais saborosos e, para 5%, possuem maior durabilidade, conforme Figura 05.

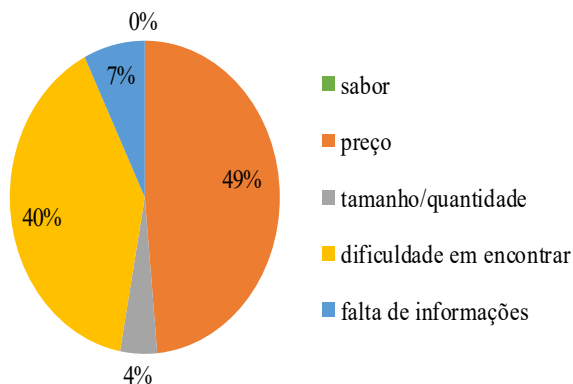
Também foi perguntado sobre a frequência com que as pessoas compram hortifrútis orgânicos e, para 38% das pessoas que participaram da pesquisa, a frequência é mensal; para 29%, a frequência é semanal; para 18%, a frequência é quinzenal; 9% compram diariamente e 6% não compram com frequência, conforme Figura 06.

Para finalizar, foi perguntado também às pessoas pesquisadas qual informação elas consideram a mais importante para influenciar a sua decisão de compra por um produto orgânico. Para 31%, a principal informação é de que não contém agrotóxicos, 24% consideram a informação de que são 100% natural, 20% consideram a informação de que faz bem à saúde, 17% consideram que apenas a informação de que é um produto orgânico é suficiente e 8% consideram a informação de que é mais saboroso e nutritivo, conforme Figura 07. Dessa forma, a comunicação de que não possuem agrotóxicos e de que faz bem à saúde possuem um maior apelo e podem ajudar nas estratégias de marketing verde para divulgação dos produtos.

Diante do objetivo geral desta pesquisa que foi identificar a percepção do consumidor verde sobre os atributos e benefícios dos produtos orgânicos, foi possível notar que 52% dos entrevistados compram produtos orgânicos por entenderem que esses fazem bem à saúde e 30% pelo fato de não agredirem o meio ambiente.

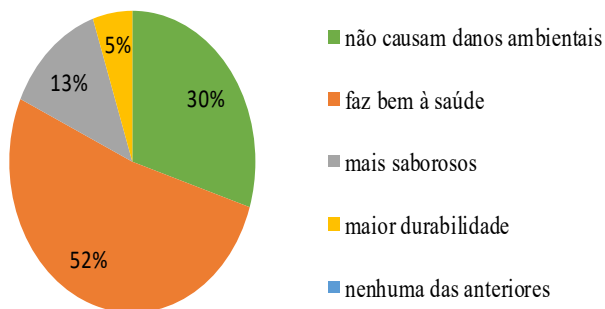
Além disso, 13% afirmam que os produtos orgânicos são mais saborosos e 5% afirmam que esses produtos apresentam mais durabilidade.

Figura 04 – Qual a maior dificuldade para adquirir um produto orgânico?



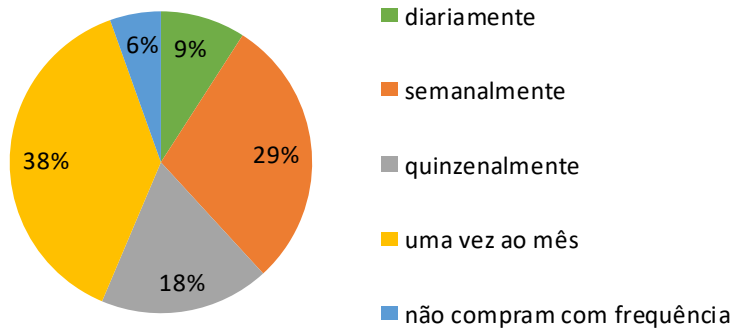
Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Figura 05 – Com relação aos produtos orgânicos, o que o senhor mais valoriza?



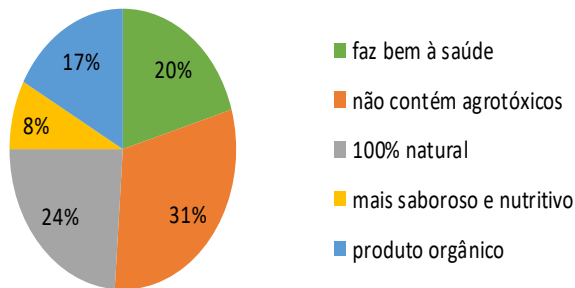
Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Figura 06 - Com que frequência o senhor(a) compra hortifrúteis orgânicos?



Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Figura 07 - Qual das afirmações abaixo você considera a mais importante para influenciar a sua decisão de compra de um produto hortifrúti orgânico?



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Quanto ao primeiro objetivo específico, que foi identificar o perfil dos consumidores de produtos orgânicos, foi possível observar que é formado por pessoas que, na maior parte, têm nível de conhecimento mais alto, visto que, dos entrevistados, 72% possuem nível superior. Além disso, 77% possuem renda familiar de até 5 salários mínimos e a maior parte possui mais de 40 anos de idade. As mulheres são a maioria entre os consumidores de hortifrúteis orgânicos, totalizando 68% dos entrevistados. Quanto à frequência com que compram os hortifrúteis orgânicos, 38% compram mensalmente e 29% semanalmente.

Quanto ao segundo objetivo específico, que foi verificar as dificuldades em se comprar produtos hortifrúti orgânicos, foi identificado que são preço, representando uma fatia de 49% dos entrevistados, seguido pela dificuldade de encontrar os produtos em pontos de venda, com 40%.

No que diz respeito ao terceiro objetivos específico, que foi apontar o que os consumidores de produtos hortifrúti orgânicos mais valorizam na comunicação de marketing verde, foi observado que a divulgação de informações de que os produtos não possuem agrotóxicos é o que mais influencia, atingindo 31% dos pesquisados, seguido das informações de benefícios a saúde, com 20%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta-problema deste trabalho tratava da percepção do consumidor verde sobre os produtos orgânicos da empresa Sítio Panorama de Penápolis – SP. Analisando os resultados obtidos, é possível perceber que os consumidores com maior grau de escolaridade estão mais dispostos a consumir os produtos orgânicos visando o bem para sua saúde e com uma tendência crescente de preocupação ambiental.

Analisando as hipóteses levantadas no início desta pesquisa, é possível notar que a primeira hipótese, que afirmava que os consumidores notam os produtos orgânicos como mais saudáveis, foi comprovada, já que 52% dos entrevistados responderam que se preocupam com a saúde quando adquirem um produto orgânico. Já a segunda hipótese, que afirmava que os consumidores também percebem os produtos hortifrúti orgânicos como sendo mais saborosos, também foi comprovada, pois 13% dos pesquisados fizeram esse apontamento.

Dessa forma, é possível concluir que os consumidores de produtos orgânicos são pessoas que buscam informações sobre o que estão comprando visando sempre melhorarem sua saúde e com uma relevante preocupação com o meio ambiente, que tende a aumentar conforme aumenta o conhecimento sobre esse tipo de produto. Apesar de a maior parte estar disposta a pagar mais caro por um produto sabendo que ele não polui o meio ambiente, o fator de maior dificuldade para adquirir um produto orgânico é o preço, o que causa uma contradição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10831, de 23 de dezembro de 2003**. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 17 ago. 2018.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** (Trad. Lúcia Simonini). Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONTENT, R. R. **Marketing verde: o que é e por que ele pode ajudar a melhorar a imagem da sua empresa!** 2016. Disponível em: <https://marketingdeconteudo.com/marketing-verde/>. Acesso em: 17 ago. 2018.

DAHLSTROM, R. **Gerenciamento de marketing verde.** São Paulo: Cengage, 2011.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GUIMARÃES, C; VIANA, L. S.; COSTA, P. H. de S. **Os desafios da consciência ambiental: o marketing verde em questão.** 2015. 11 f. TCC (Graduação) - Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2015. Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev4_artigo7.pdf. Acesso em: 17 ago. 2018.

MARQUES, M. **A estratégia do marketing verde.** 2017. Disponível em: <http://marcusmarques.com.br/estrategias-de-negocio/estrategia-marketing-verde/>. Acesso em: 17 ago. 2018.

OTTMAN, J. A. **As novas regras do marketing verde: estratégias, ferramentas e inspiração para o branding sustentável.** São Paulo: M. Books, 2012.

PINHEIRO, K. P. **Marketing verde: uma estratégia de marketing utilizando práticas ambientais.** 2012. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/marketing-verde-uma-estrategia-de-marketing-utilizando-praticas-ambientais/62727/>. Acesso em: 17 ago. 2018.

ROCHA, E. **O que é marketing verde e como esse conceito pode ajudar o seu negócio.** 2017. Disponível em: <https://www.ignicaodigital.com.br/o-que-e-marketing-verde-e-como-esse-conceito-pode-ajudar-o-seu-negocio/>. Acesso em: 17 ago. 2018.

ZENONE, L. C. **Marketing social.** 2. ed., São Paulo: Thomson Learning, 2006.



Alternativas sustentáveis para esgotamento sanitário de residências e Assentamentos Rurais

Nemésio Neves Batista Salvador¹
Fernando Frigo²

RESUMO: Os esgotos sanitários gerados na zona rural podem causar a poluição do solo e das águas, colocando em risco a saúde das comunidades locais. Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir soluções práticas e simples para o esgotamento sanitário de residências e assentamentos rurais. As soluções propostas são sanitária e ambientalmente adequadas, seguindo técnicas e normas apropriadas, e são compatíveis com a realidade socioeconômica dessas comunidades. Podem ser executadas utilizando mão-de-obra local, em regime de autoconstrução, com materiais acessíveis e de baixo custo, além de demandar operação e manutenção simples, com baixa ou nenhuma utilização de energia elétrica. Tais soluções, portanto, podem ser consideradas como sustentáveis e envolvem a coleta dos esgotos sanitários através de sistemas alternativos - coletores simplificados e ramais condominiais, e o seu tratamento, empregando técnicas não sofisticadas e econômicas - fossas sépticas, filtros anaeróbios, poços absorventes, valas de infiltração, lagoas de estabilização e terras úmidas (*wetlands*). São discutidas também o manejo e a disposição dos resíduos sólidos (lodos) provenientes do tratamento dos esgotos, que podem ser usados como fonte de matéria orgânica (esterco) para o solo em determinadas culturas.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento; Tratamento de Esgoto; Comunidades Rurais; Sustentabilidade.

SUSTAINABLE ALTERNATIVES FOR SANATION OF RURAL HOUSES AND RURAL SETTLEMENTS

ABSTRACT: Sewage generated in rural areas can cause soil and water pollution, endangering the health of local communities. This work aims to present and discuss practical and simple solutions for sanitation of houses and rural settlements. Proposed solutions are sanitary and environmentally adequate, following appropriate techniques and standards, and are compatible with the socio-economic reality of these communities. They may be executed using local labor, by self-construction, and using accessible and low cost materials, in addition to demand simple operation and maintenance, with low or no use of electricity. Therefore, such solutions can be considered sustainable, involving the collection of sewage through alternative systems - simplified collectors and condominium sewage networks, and the sewage treatment employing not sophisticated and economic techniques - septic tanks, anaerobic filters, absorbent wells, infiltration ditches, stabilization ponds and wetlands. In this work are also discussed the management and disposal of solid waste (sludge) resulting from the sewage treatment, which can be used as a source of organic matter (manure) to the soil in some determined cultures.

KEYWORDS: Sanitation; Wastewater Treatment; Rural Communities; Sustainability.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- UNIARA. E-mail: nemesio.salvador@gmail.com

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- UNIARA. E-mail: fernandofrigo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo com Velleda (2017), a agricultura familiar e os assentamentos de reforma agrária são os maiores produtores de orgânicos no Brasil atualmente.

Os agricultores familiares representavam em 2001, 85,2% do total de estabelecimentos rurais, ocupando 30,5% da área total e sendo responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Quando considerado o valor da renda total agropecuária de todo o Brasil, os estabelecimentos familiares respondiam por 50,9% do mesmo (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

Os agricultores familiares e os assentados geram diversos tipos de resíduos, dentre os quais esgotos sanitários que, se não forem objeto de medidas de saneamento adequadas, podem causar significativos problemas ambientais, como a poluição hídrica.

Segundo Lopes, Borges e Lopes (2012), a qualidade do saneamento ambiental rural é, em conjunto com outros aspectos, um fator relevante para o desenvolvimento de práticas agroecológicas. Para estes autores, a adequação de sistemas de esgotos sanitários também é um processo fundamental para a garantia da qualidade de vida das populações rurais.

Os esgotos sanitários se constituem em significativa fonte de poluição ambiental, principalmente pelo seu conteúdo de matéria orgânica biodegradável representada pela Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), de nutrientes (Nitrogênio e Fósforo) e de organismos patógenos.

Quando os esgotos são lançados brutos nos corpos d'água, sem o devido tratamento prévio, a DBO promove a sua poluição pelo consumo do Oxigênio Dissolvido para a sua degradação, podendo tornar esses corpos d'água "mortos", sem vida aquática aeróbia, como é o caso dos rios Tietê e Pinheiros, na cidade de São Paulo. No interior paulista vários rios estão também na mesma situação ou, então, se encontram ameaçados.

Os nutrientes presentes nos esgotos promovem a fertilização das águas, resultando na sua eutrofização, desenvolvimento excessivo de plantas macrófitas aquáticas e algas, com a conseqüente poluição dos corpos d'água.

Os organismos patógenos presentes nas fezes humanas e nos esgotos – bactérias, vírus, vermes, protozoários e fungos, contaminam o solo e as águas, podendo causar inúmeras doenças, como gastroenterites, verminoses, micoses etc. A presença de patógenos é indicada pela presença de bactérias Coliformes Fecais, que vivem no intestino dos animais de sangue quente e estão presentes em suas fezes.

Todos esses problemas podem ser prevenidos ou evitados com soluções práticas adequadas de saneamento básico - coleta, tratamento e disposição dos esgotos, mesmo quando realizadas na zona rural, pela própria comunidade local.

A zona rural e mesmo algumas regiões da periferia das cidades não costumam ser atendidas pelos prestadores públicos de serviços de saneamento básico, como as autarquias municipais e companhias estaduais de saneamento. Daí a importância de se realizar as referidas soluções localmente, de forma autônoma, em que comunidade possa participar e mesmo implementar e gerenciar este processo.

Isto só é possível com o emprego de sistemas alternativos de saneamento viáveis, não só técnica e ambientalmente, mas principalmente em termos econômicos e de facilidade e praticidade de construção, operação e manutenção, tendo em vista que as comunidades de assentamentos rurais normalmente possuem limitações financeiras e de tempo.

Há que se ressaltar que, para viabilizar tais soluções, se faz necessário a conscientização, união e mobilização das comunidades, bem como a sua educação sanitária e ambiental e o treinamento de alguns de seus membros que irão trabalhar nos sistemas de saneamento a serem implementados.

A seguir, são apresentadas e discutidas soluções alternativas adequadas e sustentáveis de esgotamento sanitário envolvendo a coleta, tratamento e disposição dos esgotos e lodos, e que podem ser aplicadas para casas isoladas e para grupos de casas ou vilas rurais. São exemplificadas soluções para comunidades de 12 e de 200 pessoas.

Este trabalho utiliza linguagem técnica simples, compreensível para as pessoas leigas, sem formação específica em saneamento sendo, portanto, útil para profissionais que trabalham com infraestrutura de assentamentos rurais. As alternativas ou soluções propostas são baseadas principalmente em Salvador (2014) e FUNASA (2019).

COLETA DOS ESGOTOS

Na coleta dos esgotos são empregados coletores simplificados ou ramais condominiais, que podem ser construídos em regime de autoconstrução, com materiais e técnicas simples e de baixo custo, se constituindo em soluções interessantes para o saneamento rural.

COLETORES SIMPLIFICADOS

O uso de coletores simplificados e de redes simplificadas de esgotos no Brasil vem ocorrendo desde o início da década de 1980, sendo sua implantação bem mais barata do que a dos coletores e redes convencionais (FERREIRA, 2003; FUNASA, 2019; SANTORO; FERNANDES; SALVADOR, 1984).

Os coletores simplificados podem ser de tubos e conexões de PVC, próprios para esgoto, com diâmetro de 100mm, para uma casa (unifamiliar) ou para um grupo

de casas (multifamiliar), dependendo da população a ser atendida e da declividade da tubulação.

Não se deve ter coletores aparentes, sobre o solo, pois a luz solar deteriora o PVC. Eles podem ser rasos, com profundidade variando de 30 a 50cm na geratriz inferior, o que faz com que as valas para o seu assentamento sejam também rasas e possam ser executadas manualmente, com o emprego de enxadas, enxadões, pás, picaretas e outros.

Coletores rasos, no entanto, não devem ser localizados em locais onde passam veículos como carros, carroças, caminhões, tratores etc., pois o peso desses veículos pode danificá-los ou mesmo rompê-los.

A declividade dos coletores vai depender da topografia do terreno, devendo ser no mínimo de 0,5%, valor este que resulta para terrenos planos em um desnível da tubulação de 5 cm para cada 10m. Nestas condições, um coletor de 100mm de diâmetro tem capacidade para atender ou esgotar até cerca de 1.600 pessoas. Mesmo no caso de se esgotar apenas uma casa não devem ser usados diâmetros menores que 100mm porque o risco de obstrução dos coletores é grande.

Em terrenos planos ou com declividades inferiores a 0,5% os coletores podem ter uma declividade padrão de 0,5% e para terrenos com declividades iguais ou superiores a 0,5% os coletores devem ter a mesma declividade do terreno, sendo então assentados paralelos ao mesmo. Desta forma, isto torna mais fácil o posicionamento dos tubos no fundo das valas.

Nas mudanças de direção, na união de coletores ou a cada 50m devem ser instaladas caixas de inspeção de seção quadrada de 40x40cm ou seção circular de 50cm de diâmetro e profundidade igual à da vala. Essas caixas podem ser construídas de alvenaria de tijolos ou com tubos de concreto, sendo que existem também caixas de PVC a venda no mercado.

A caixas de inspeção substituem os poços de visita tradicionais (PVs), bem mais caros, e a sua função é permitir a limpeza ou eventual desobstrução dos coletores.

A utilização de coletores simplificados, mais ainda do que a dos coletores convencionais, requer cuidados e educação sanitária por parte dos usuários, a fim de que não lancem no esgoto objetos ou resíduos que possam causar danos ou obstruções das tubulações.

As Figuras 1 e 2 ilustram a implantação de coletores simplificados.

Pode-se observar nas Figuras 1 e 2, à direita, que os coletores passam de um terreno para outro, o que caracteriza um ramal condominial (ver Figura 3). Notar a simplicidade das construções.

Figura 1 - Abertura manual de vala para coletor simplificado e vala pronta.



Fonte: Santiago (2008).

Figura 2 - Detalhe da construção de uma caixa de passagem, caixa pronta e coletor assentado na vala.



Fonte: Santiago (2008).

RAMAIS CONDOMINIAIS

Os ramais condominiais são coletivos, multifamiliares, compostos por conjuntos de coletores simplificados que atendem a grupos de casas. Sua utilização foi praticamente simultânea à dos coletores simplificados, na década de 1980 (FUNASA, 2019; SANTORO; FERNANDES; SALVADOR, 1984).

Os sistemas de ramais condominiais vem sendo bastante empregados no saneamento de favelas e áreas periféricas das cidades, locais não servidos por esgotamento sanitário, onde não existe arruamento definido e nos quais os órgãos oficiais de saneamento não atuam, geralmente porque esses locais não têm regularização imobiliária, sendo considerados como clandestinos. Portanto, estes sistemas se constituem em uma solução interessante e apropriada para os pequenos assenta-

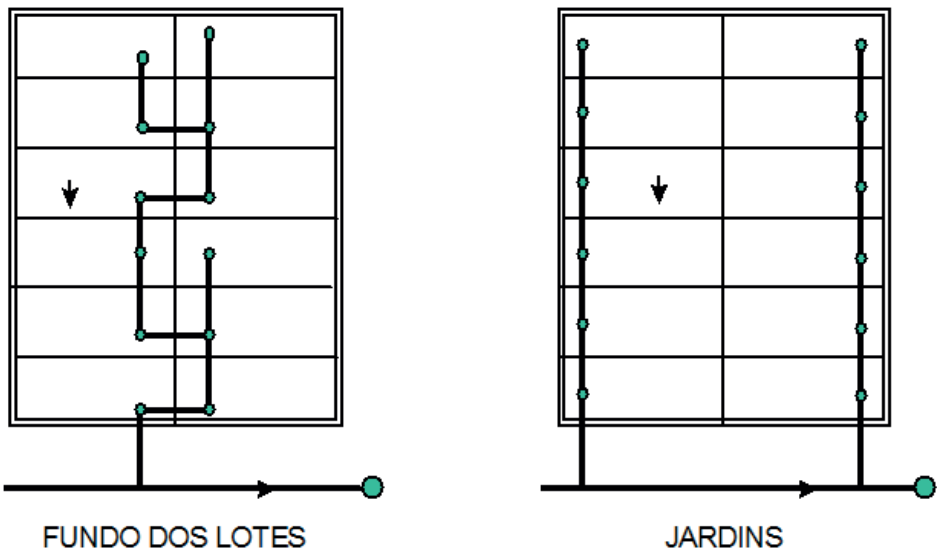
mentos rurais em que existe proximidade entre as casas. Os ramais condominiais, como o próprio nome indica, são implantados e operados/ gerenciados na forma de condomínio, pelas próprias comunidades locais (RISSOLI, 2011).

Os esgotos dos ramais podem ser encaminhados a uma rede pública convencional, no caso de cidades (sob permissão do órgão de saneamento), ou então dispostos no solo ou em corpos d'água, mediante tratamento prévio adequado.

Do ponto de vista técnico, construtivo e operacional, valem as mesmas considerações e indicados para os coletores simplificados, mas tendo-se em mente que numa escala maior. Isto implica em maior responsabilidade e maiores cuidados por parte dos usuários, pois o mau uso do sistema podem causar problemas para muitas pessoas.

A Figura 3 apresenta dois esquemas de ramais condominiais de esgotos sanitários.

Figura 3 - Esquemas de ramais condominiais.



Fonte: FUNASA (2019).

TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS

Existem atualmente no Brasil inúmeras técnicas ou alternativas para tratamento e disposição dos esgotos sanitários, em pequena, média e grande escala. Em seguida, são apresentadas as principais alternativas apropriadas para assentamentos rurais, em pequena escala, simples, práticas e econômicas, e aplicáveis a soluções unifamiliares ou multifamiliares.

FOSSA SÉPTICA

De acordo com Salvador (2014), a fossa séptica, também denominada tanque séptico, é um processo simples e econômico de tratamento, em grau primário, visando atender a poucos usuários (máximo de cerca de 200 pessoas/ fossa) em unidades unifamiliares, grupos de residências, prédios e pequenas comunidades. Ela é bastante empregada em locais sem redes de esgotos, na zona rural, em áreas litorâneas, em condomínios, chácaras, pousadas, alojamentos provisórios, pequenos hotéis e, inclusive, em situações de saneamento de emergência.

Campolim, Soares e Feiden (2010) realizaram uma pesquisa por meio de entrevistas com 17 pessoas envolvidas nas atividades de um assentamento de reforma agrária na região do Pantanal do Mato Grosso do Sul, sobre a utilização de fossa séptica. Todos os entrevistados responderam que esta tecnologia é adequada às necessidades das famílias assentadas.

Na fossa ocorrem os processos de sedimentação e digestão anaeróbia da matéria orgânica biodegradável do esgoto, com a remoção de cerca de 50 a 60% da sua DBO, portanto insuficiente para que o efluente da fossa seja disposto no meio ambiente sem um tratamento complementar. Outro motivo para isto é que a remoção de nutrientes e de patógenos na fossa também é baixa.

A matéria orgânica sedimentada no fundo da fossa forma o lodo, o qual é digerido por um período prolongado, permanecendo na fossa por um tempo, que no caso de zonas rurais, recomenda-se um ano, período de limpeza da fossa. A produção de lodo não é muita, mas as fossas liberam maus odores, principalmente devido ao gás sulfídrico produzido no processo anaeróbio.

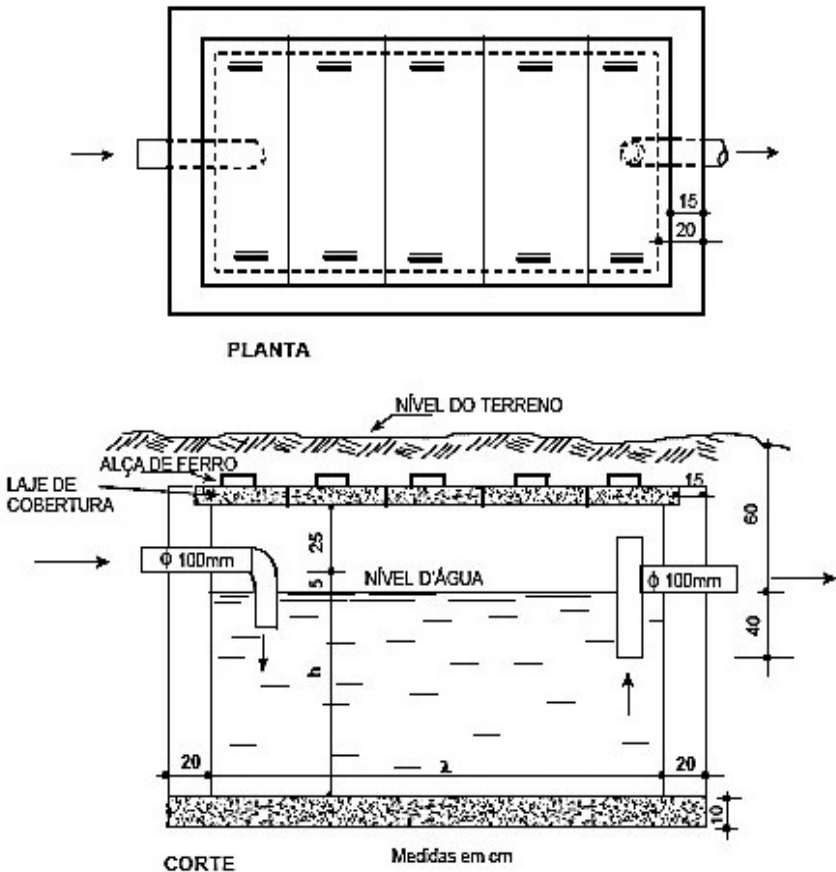
Os gases produzidos nas fossas são liberados junto com seus efluentes, mas por segurança, recomenda-se que elas sejam ventiladas, a fim de evitar incômodos pelos maus odores e riscos de explosão, em eventuais casos de obstrução/ entupimento. O lodo das fossas já é estabilizado (“curtido”) pode ser encaminhado diretamente para a secagem e disposto no solo, tomadas as devidas precauções sanitárias e ambientais.

O projeto, a construção e a operação de fossas sépticas é normatizado pela NBR 7229 de 1993 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1993).

As fossas podem ser prismáticas retangulares (Figura 4) ou circulares, construídas em alvenaria revestida internamente com argamassa de cimento de forma a garantir a sua estanqueidade. Podem também serem feitas de anéis de concreto pré-moldado ou mesmo de caixas de fibrocimento. Elas devem ser fechadas, providas de tubos de ventilação e de inspeções (tampões de fechamento hermético) para a manutenção e a retirada do lodo.

No esquema da Figura 4 não está indicado o tubo de ventilação, mas que deve ser instalado. Uma fossa prismática retangular como a da Figura 4 para atender a 12 pessoas teria um volume total de 3.800L, com as seguintes dimensões internas: largura de 1,1m, comprimento de 2,3m e profundidade total de 1,5m. Já para 200 pessoas a fossa precisaria ter um volume total de 28.750L, com largura de 2,3m, comprimento de 5,0m e profundidade total de 2,5m. Com estas dimensões a construção da fossa já se torna mais difícil, principalmente pela sua grande profundidade, o que torna esta alternativa não recomendável para mais de 200 usuários.

Figura 4 - Vista em planta e corte de uma fossa séptica prismática retangular.



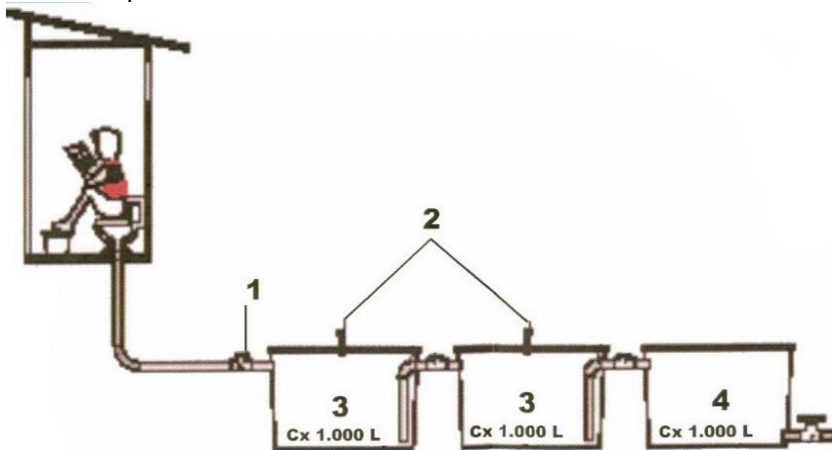
Fonte: Quimilab (2008).

Conforme mencionado, as fossas devem ser seguidas de outras unidades para a complementação do tratamento, podendo ser utilizados para tanto, filtros biológicos

cos anaeróbios, sistemas de infiltração no solo (sumidouros, valas de infiltração), lagoas de estabilização, ou *wetlands*.

As Figuras 5 e 6 ilustram um sistema simples, composto por duas fossas em série seguidas de um filtro biológico e feito com caixas de fibrocimento de 1.000L, proposto pela EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária para uso em zonas rurais (EMBRAPA, 2002).

Figura 5 - Esquema de um sistema de fossas e filtro de caixas de fibrocimento.



Fonte: EMBRAPA (2002).

Figura 6 - Vista do sistema de fossas e filtro de fibrocimento já implantado.



Fonte: EMBRAPA (2002).

Notar nas fossas mostradas nas Figuras 5 e 6 que os tubos de ventilação, que podem ser mais elevados em relação ao nível do solo, para dissipar os maus odores.

As fossas não necessitam energia elétrica em sua operação, exigem pouca área, requerem pouca movimentação de terra e possuem estrutura relativamente leve. Sua operação é simples e pode ser efetuada pela própria comunidade local, sendo que a retirada anual do lodo pode ser feita também por caminhões limpa-fossa, autônomos ou de pequenas empresas costumam prestar esse tipo de serviço nas periferias das cidades e mesmo na zona rural (SALVADOR, 2014).

FOSSA VERDE

A fossa verde é um sistema bastante simples e que apresenta boa remoção de DBO e, conforme a FUNASA (2019), a ela consiste na construção de uma vala de alvenaria impermeabilizada, com dimensões variáveis, dotada de uma câmara construída de tijolos furados e que funciona como um tanque séptico. (Figura 7).

O esgoto é direcionado para dentro da câmara e a seguir escoar para a vala através dos furos dos tijolos, sendo esta vala preenchida por materiais porosos que servem como filtro, tais como brita (pedra-de-mão), entulho, casca de coco etc., os quais são cobertos por material terroso em que são cultivadas plantas, como bananeiras (Figura 8) e outras. A digestão anaeróbia na câmara (tanque séptico), consome a matéria orgânica proveniente do esgoto, em conjunto com a ação de micro-organismos aeróbios na zona de raízes das plantas (FUNASA, 2019).

Figura 7- Etapas de construção de uma fossa verde.



a) Construção da vala e da câmara.

b) Preenchimento da vala com material filtrante poroso (brita).



c) Cobertura do filtro com material terroso.

d) Conclusão da fossa verde.

Fonte: FUNASA (2019).

Figura 8 - Fossa verde com plantação de bananeiras.



Fonte: Fleury; Gregório (2017).

FILTRO ANAERÓBIO

O filtro biológico anaeróbio é considerado um tratamento em grau primário, com remoção de DBO em torno de 60 % e onde ocorre a digestão anaeróbia do esgoto e a sedimentação do lodo produzido, que sofre o mesmo processo.

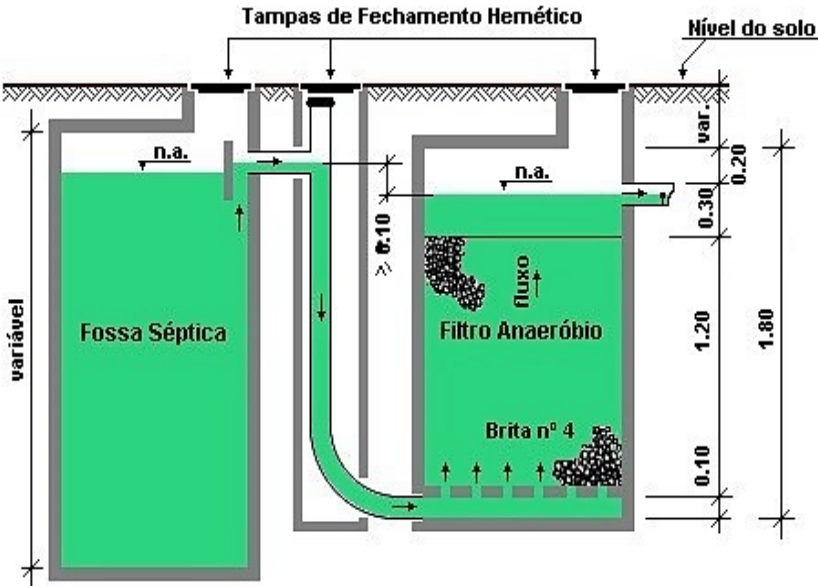
O filtro é composto de um tanque de seção retangular ou circular, contendo um leito fixo submerso no qual se fixam bactérias formando um biofilme, responsável pela degradação do esgoto. Nos interstícios do leito existem ainda flocos de bactérias que contribuem também para o processo.

Ele geralmente tem fluxo ascendente, sendo que afluente adentra pela sua parte inferior e o efluente é recolhido na parte superior, junto à superfície líquida, por meio de canaletas ou tubos perfurados. Embora menos comuns, existem também filtros com fluxo descendente.

O filtro não deve tratar esgoto sanitário bruto, sob pena de sofrer obstrução e por isso, geralmente ele é precedido por uma fossa séptica, servindo como complementação ao tratamento efetuado por ela. No caso, o conjunto fossa-filtro pode resultar em uma remoção de DBO adequada, em torno de 80%, mas se faz necessário uma complementação do tratamento porque a remoção de nutrientes e de patógenos neste sistema ainda é baixa.

Nas Figuras 5 e 6 anteriores e na Figura 9 seguinte são ilustrados sistemas de fossa-filtro anaeróbio. O filtro da Figura 7 é de fluxo ascendente.

Figura 9 - Corte esquemático longitudinal de um sistema fossa-filtro.



Fonte: adaptado de ALPHA GV (s/d).

A complementação do tratamento pelo sistema fossa-filtro pode ser feita com sistemas de infiltração de esgotos no solo, lagoas de estabilização, ou *wetlands*. Somente em casos especiais e, assim mesmo, para sistemas de fossa-filtro de pequeno porte, deve ser feita a disposição de seus efluentes diretamente em corpos d'água. No caso, o corpo receptor não deve ser poluído a ponto de comprometer os usos que são feitos de suas águas.

O lodo formado no filtro é oriundo em sua maior parte do desprendimento do biofilme do leito e se sedimenta no seu fundo, em um poço, de onde é removido periodicamente, em intervalos de tempo similares aos da fossa séptica ou se necessário, inferiores.

Sendo um processo anaeróbio, o filtro não consome energia elétrica, tem construção e operação simples e barata, requer pouca área, demanda pouca movimentação de terra, mas utiliza estrutura mais pesada que a da fossa, devido ao peso do leito filtrante.

Um filtro para atender a 12 pessoas teria um volume total de 2.640L, podendo ser adotadas as seguintes dimensões internas: largura de 1,1m (mesma da fossa), comprimento de 1,6m e profundidade total de 1,5m. Para 200 pessoas teria um volume de 28.175L, com largura de 2,3m, comprimento de 3,5m e profundidade de 2,5m (SALVADOR, 2014).

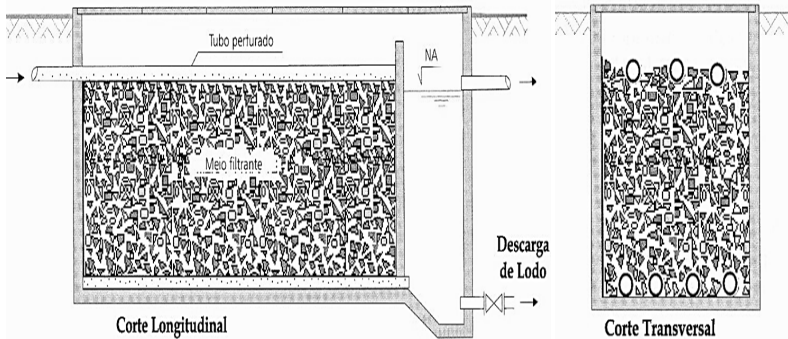
O filtro pode ser executado com mão-de-obra local, em alvenaria cintada ou concreto. Ele pode ser acoplado à fossa, utilizando a mesma laje de fundo, o que simplifica a sua construção.

O leito filtrante é feito de pedras (brita no. 4), peças cerâmicas ou material plástico, sendo que experiências com leitos de pequenos cilindros de bambu realizadas por Couto e Figueiredo (1993) e por Figueiredo *et al.* (2000) obtiveram sucesso.

A produção de lodo, que já é estabilizado, é bastante baixa, mas o filtro liberara maus odores, problema que pode ser resolvido com a cobertura hermética do filtro, possibilitando então o armazenamento e o recolhimento dos gases que podem ser tratados ou dispersados na atmosfera, em uma altura adequada.

A Figura 10 mostra os cortes transversal e longitudinal de um filtro biológico anaeróbio de fluxo descendente.

Figura 10 - Cortes longitudinal e transversal de um filtro anaeróbio de fluxo descendente.



Fonte: Campos (1999).

SISTEMAS DE INFILTRAÇÃO DE ESGOTOS NO SOLO

A) SUMIDOUROS

Sumidouros ou poços absorventes se constituem numa forma de infiltração subsuperficial, por meio da qual efluentes primários, principalmente de fossas sépticas e de filtro anaeróbios são dispostos no solo. Eles costumam ser profundos (de 2 a 8m), desde que não haja o comprometimento do lençol freático. Para tanto, o nível do fundo do sumidouro deve estar pelo menos a 1,5 m acima do nível máximo do lençol, condição prevalente no final do período de chuvas (março - abril). Os sumidouros devem também manter uma distância de no mínimo 20m dos poços próximos, principalmente dos poços rasos freáticos, a fim de não contaminar as suas águas devido à percolação horizontal do esgoto infiltrado.

Os sumidouros são geralmente escavados manualmente e têm suas paredes laterais revestidas de tijolos sem rejunte ou de anéis de concreto perfurado, a fim de promover a infiltração de forma homogênea. O fundo do sumidouro é revestido com uma camada de brita 1. Geralmente os sumidouros têm área circular, mas podem ser quadradas ou retangulares. Devem ser construídos sempre dois ou mais sumidouros, operando em paralelo.

O sumidouro é considerado tratamento secundário, mas pode atingir eficiências compatíveis com o tratamento terciário, pois no solo ocorre elevada remoção de nutrientes, principalmente de fósforo, superior a 90 % e de coliformes fecais, superior a 99,99 % (SALVADOR, 2014).

Para o projeto e construção de sumidouros deve-se fazer previamente ensaios de infiltração no solo, seguindo as disposições das normas NBR 7229/1993 (ABNT, 1993) e NBR 13969/1997 (ABNT, 1997). Os sumidouros são empregados

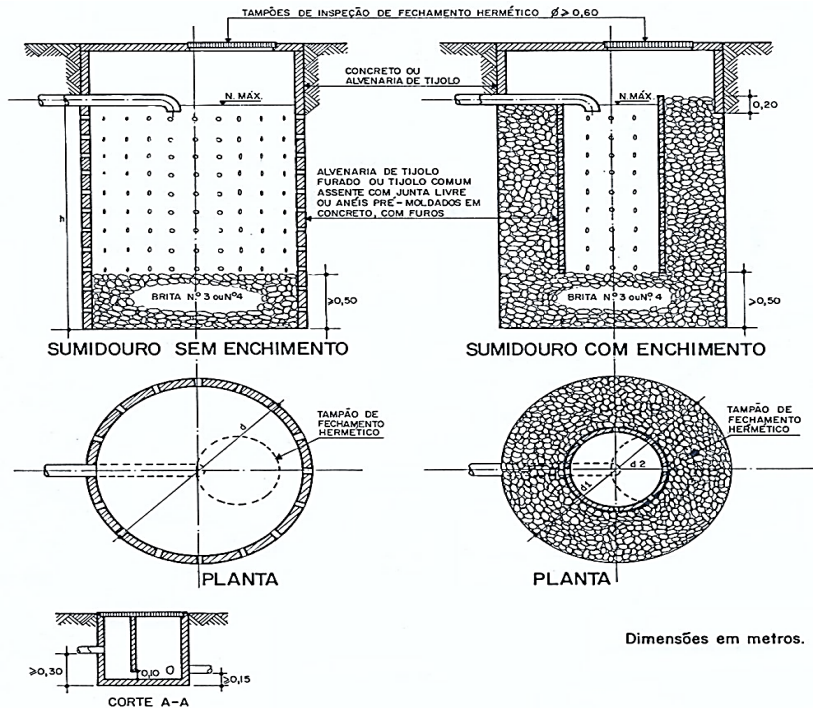
para solos permeáveis, com altos coeficientes de permeabilidade e lençol freático profundo.

O sumidouro atende a poucos usuários, sendo recomendado para unidades uni-familiares, grupos de residências, prédios e pequenas comunidades. Não demanda energia elétrica, requer muito pouca área, demanda escavações mais profundas, provoca pouca movimentação de terra, depende do nível do lençol freático, utiliza muito pouca estrutura, não produz lodo nem maus odores, exige muito pouca operação e manutenção. Porém, é de suma importância que se faça a limpeza da fossa que precede o sumidouro, para se evitar o entupimento do mesmo (SALVADOR, 2014).

Visando atender a 12 pessoas, seriam empregados, conforme Salvador (2014), dois sumidouros funcionando em paralelo, cada um com as seguintes dimensões: diâmetro de 1,3m, profundidade total de 3,5m, com lâmina d'água de 3,0m. Para 200 pessoas seriam 4 sumidouros em paralelo, com diâmetro de 4,6m, profundidade de 7,5m e lâmina d'água de 7,0m.

A Figura 11 ilustra dois tipos de sumidouro, com os respectivos detalhes.

Figura 11 - Vistas de dois tipos de sumidouros.



Fonte: CETESB (1989).

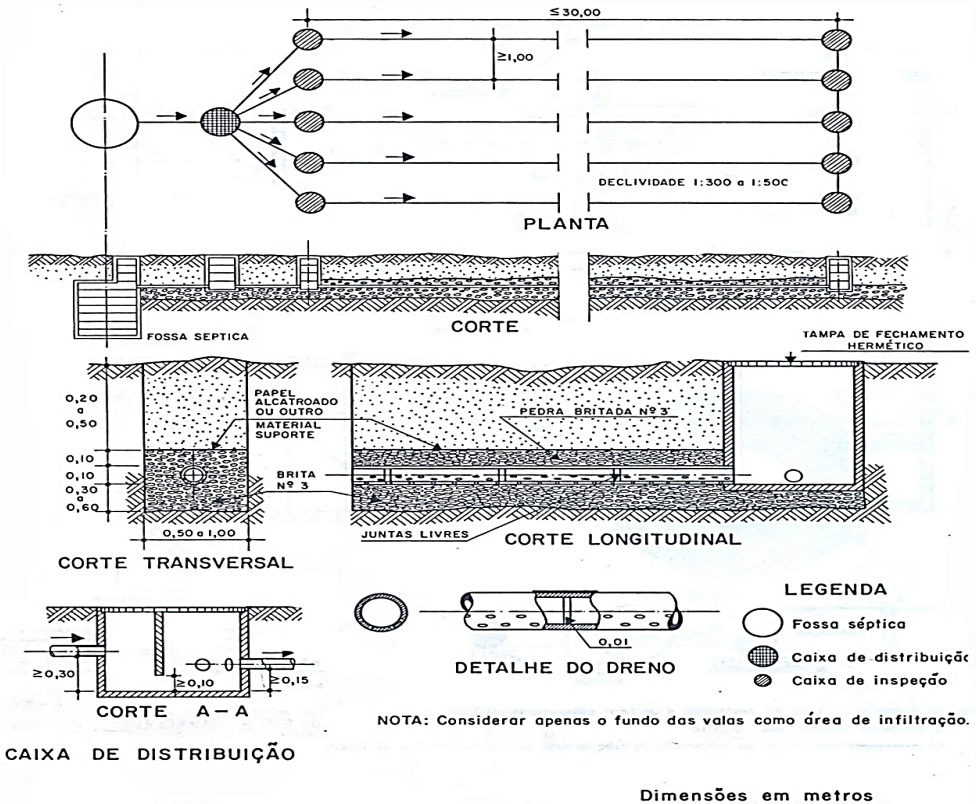
B) VALAS/ CAMPOS DE INFILTRAÇÃO

As valas de infiltração são também uma forma de disposição subsuperficial ou infiltração de esgotos pré-tratados no solo, sendo empregadas como alternativa aos sumidouros, para casos de solos menos permeáveis ou de lençol freático raso.

As valas têm geralmente profundidade entre 0,7 e 1,2m, largura de 0,5 a 1,0m e comprimento de no máximo 30m. A exemplo dos sumidouros, o fundo das valas deve estar pelo menos 1,5m acima do nível máximo do lençol freático e elas devem guardar uma distância mínima de 20m do poço mais próximo (CETESB, 1989).

Elas são compostas de tubos drenantes envoltos em leito de brita, sobre o qual é colocado papel alcatroado, lona plástica ou manta geotêxtil para posterior reat-erro, conforme pode ser visualizado na Figura 12.

Figura 12 - Campo de infiltração e respectivas valas e cortes de uma vala.



Fonte: CETESB (1989).

Um campo de infiltração é formado por um conjunto de valas paralelas, espaçadas de 1,0m, sendo possível fazer o aproveitamento do mesmo como área de lazer - jardim gramado, campo de futebol etc. O projeto e a execução de valas de infiltração devem seguir também as disposições das normas NBR 7.229/1993 (ABNT,1993) e NBR 13.969/1997 (ABNT, 1997).

As valas de infiltração são consideradas tratamento secundário, com eficiências similares ou mesmo superiores às dos sumidouros para a remoção de nutrientes. As valas atendem a poucos usuários, não demandam energia elétrica, possuem requisito médio em termos de área, não demandam escavações profundas, provocam pouca movimentação de terra, dependem do nível freático, não utilizam estruturas, não produzem lodo nem maus odores, podem ser executadas pela própria comunidade local e exigem um nível muito baixo de operação e de manutenção. Como os sumidouros, as valas requerem a limpeza da fossa que as precedem, para não sofrerem obstrução.

Para atender a 12 pessoas seria necessário um campo de infiltração de área total de 86,0m², com largura de 8,6m, comprimento de 10,0m e composto de 6 valas, cada uma com 0,6m de largura, comprimento de 10,0m, profundidade de 0,80m e espaçadas 1,0m umas das outras. Para 200 pessoas, seriam 2 campos de infiltração de 570,0m² cada um, com largura de 19,0m, comprimento de 30,0m, sendo 10 valas por campo, cada uma com 1,0m de largura, comprimento de 30,0m, profundidade de 0,80m e espaçamento de 1,0m entre elas (CETESB, 1989; SALVADOR, 2014).

LAGOAS DE ESTABILIZAÇÃO

As lagoas de estabilização são classificadas em anaeróbias, facultativas e de maturação. As lagoas anaeróbias não são objeto deste trabalho, por não serem totalmente apropriadas para assentamentos rurais, tendo em vista produzirem maus odores que não podem ser controlados, uma vez que são ambientes abertos. Por este motivo, a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo determina que lagoas anaeróbias devem ficar no mínimo 1000m afastadas do perímetro urbano, o que deve ser também adotado para os assentamentos rurais, praticamente inviabilizando então a sua utilização. Além disso, dado que os sistemas apresentados são para pequenas comunidades, não se justifica a utilização em assentamentos, tendo em vista serem utilizadas para reduzir a área das lagoas facultativas, que geralmente as sucedem.

A) LAGOA FACULTATIVA

A lagoa facultativa é uma solução multifamiliar, para atender a uma população maior do que as alternativas de tratamento apresentados anteriormente. É o mais

simples e sustentável dos tratamentos secundários, onde ocorrem fundamentalmente quatro fenômenos:

- Sedimentação de matéria orgânica formando lodo;
- Decomposição anaeróbia do lodo do fundo e do esgoto na região inferior da lagoa;
- Decomposição aeróbia do esgoto na região superior da lagoa;
- Fotossíntese na região superior da lagoa.

Na região superior da lagoa, as bactérias decompondo aerobiamente o esgoto produzem gás carbônico e nutrientes, que são aproveitados pelas algas na realização da fotossíntese, liberando oxigênio a ser usado pelas bactérias na decomposição do esgoto, fechando assim um ciclo simbiótico que permite um tratamento aeróbio natural, sem a necessidade de introduzir artificialmente oxigênio no processo.

Na região intermediária da lagoa, onde a penetração da luz não ocorre o dia todo, existem bactérias chamadas facultativas, por terem metabolismo duplo: aeróbio quando há fotossíntese e oxigênio disponível e anaeróbio, quando não há fotossíntese nem oxigênio; daí a denominação de lagoa facultativa. A aerobiose na região superior evita que esse tipo de lagoa produza maus odores, devido principalmente à oxidação do gás sulfídrico.

A lagoa facultativa é relativamente eficiente, removendo de 70 a 90% da DBO, de 30 a 50% do nitrogênio total, de 20 a 60% do fósforo total e em até 99% os coliformes fecais, o que permite que na maioria dos casos seu efluente possa ser lançado diretamente nos corpos d'água (SALVADOR, 2014).

Podem ser colocados na lagoa peixes mais resistentes a baixas concentrações de Oxigênio Dissolvido, como a tilápia comum; porém ela não deve ser destinada ao consumo humano. Os efluentes das lagoas podem ser reusados para irrigação de plantas arbóreas, não por aspersão e tomando-se os cuidados para que as pessoas não tenham contato com os mesmos, que ainda contém elevado número de Coliformes Fecais e de patógenos.

A produção de lodo na lagoa facultativa é praticamente desprezível; ela não requer escavações profundas, mas exige muita área e grande movimentação de terra; não demanda estruturas e nem energia elétrica. Devido à movimentação de terra a execução tem de ser feita por equipamentos de terraplenagem, o que não permite então a sua autoconstrução pela comunidade local.

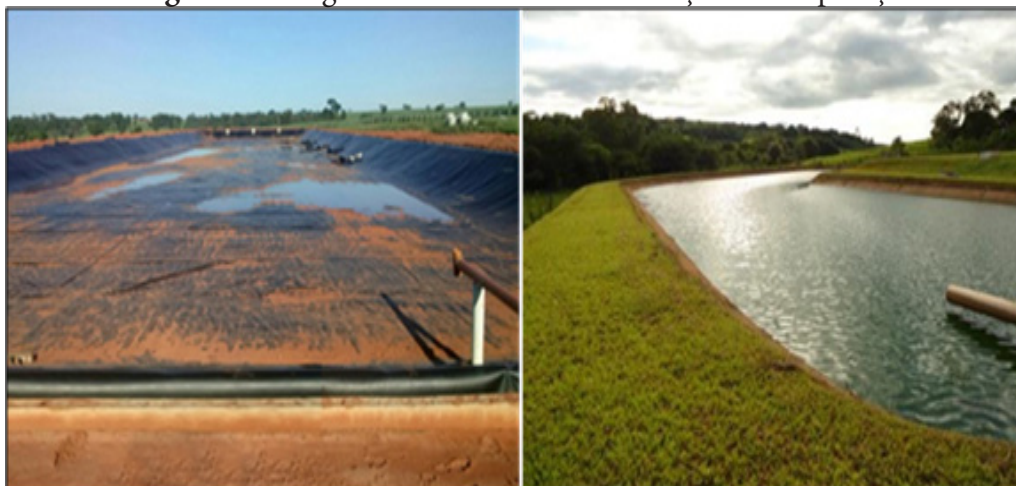
A lagoa tem geralmente o formato retangular e profundidade entre 1,5 e 2,0m sendo de construção simples, em terra, e impermeabilizada internamente com argila compactada e/ou manta plástica. A operação e a manutenção são relativamente

simples, dispensando mão de obra qualificada, podendo ser, portanto, realizadas pela própria comunidade local.

Uma lagoa para atender a 200 pessoas ocuparia, conforme Mendonça e Mendonça (2016); Salvador (2014), uma área de 1.716m², incluindo o coroamento e os taludes externos, com as seguintes dimensões internas: largura de 19,0m, comprimento de 38,0m e profundidade total de 2,0m, com 1,5m de lâmina d'água. No caso, foram consideradas condições climáticas do Estado de São Paulo.

A Figura 13 mostra respectivamente imagens de uma lagoa facultativa em construção e outra em operação.

Figura 13 - Lagoas facultativas em construção e em operação.



Fonte: construção - GEOSYNTHETICA (2016); operação - Vasconcelos (2016).

B) LAGOA DE MATURAÇÃO

A lagoa de maturação é um sistema simples e natural de polimento e desinfecção de efluentes, onde ocorrem basicamente três processos: decomposição aeróbia da matéria orgânica residual, remoção (morte) de coliformes e patógenos por decaimento no tempo e pela ação da radiação ultravioleta.

A exemplo das lagoas facultativas, as lagoas de maturação são uma alternativa multifamiliar. Possuem grande volume e área, sendo sua profundidade pequena, em torno de 80cm, de modo a permitir maior aproveitamento da luz e eficiência da radiação ultravioleta.

As lagoas de maturação possuem baixo custo e são construídas de forma similar à das lagoas facultativas; não demandam escavações profundas, mas produzem grande movimentação de terra. São de operação e manutenção simples, sem ne-

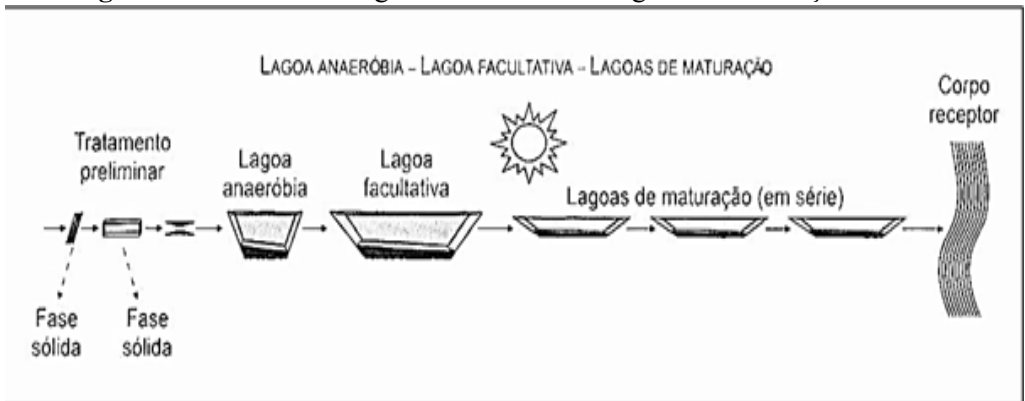
cessidade de mão de obra qualificada; não requerem energia elétrica; não geram lodo nem maus odores.

Para atender a 200 pessoas, conforme Mendonça e Mendonça (2016); Salvador (2014), uma lagoa de maturação ocuparia uma área de 2.139m², incluindo o coroa-mento e os taludes externos, com as seguintes dimensões internas: largura de 19,0m, comprimento de 31,0m e profundidade total de 1,5m, com lâmina d'água de 1,0m.

Nas lagoas de maturação podem ser criados peixes e, dependendo da redução de coliformes, eles podem ser destinados para o consumo humano. Os efluentes das lagoas podem ser utilizados para irrigação de culturas e hortaliças, devendo-se, no entanto, não irrigar aquelas que são consumidas cruas.

A Figura 14 apresenta esquematicamente um sistema composto por lagoa facultativa e lagoas de maturação operando em série.

Figura 14 - Sistema de lagoa facultativa e de lagoas de maturação em série.



Fonte: modificado de Gonçalves (2003).

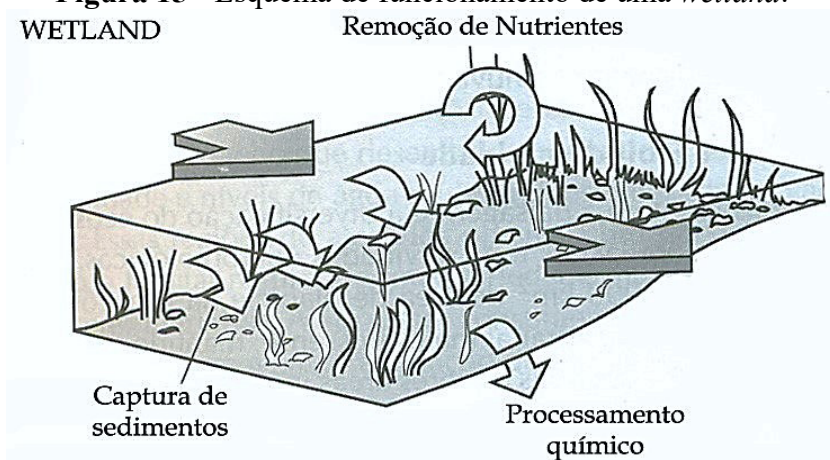
WETLANDS (TERRAS ÚMIDAS)

As *wetlands* são alagados construídos e se constituem num ótimo sistema de tratamento e retenção de poluentes, por diversos processos: precipitação e filtração de sedimentos, absorção e adsorção de nutrientes, decomposição de matéria orgânica por microrganismos do solo e das raízes das plantas, nitrificação e desnitrificação (Figura 15). Além disso, as plantas aquáticas macrófitas que se desenvolvem nesse ecossistema promovem a aeração do meio, pela transferência de oxigênio através de suas raízes e rizomas.

As *wetlands* podem ser de fluxo superficial ou subsuperficial; com fluxo horizontal ou vertical (ascendente ou descendente); de superfície líquida livre ou confinada; e com macrófitas aquáticas flutuantes, emergentes ou submersas.

As *wetlands* de fluxo superficial são bacias ou canais povoados com macrófitas, de fluxo horizontal, geralmente longos e estreitos para se evitar curtos-circuitos. Essas *wetlands* podem conter um leito de 20 a 50cm de altura, situado abaixo da superfície do esgoto a ser tratado, e que serve de substrato para macrófitas emergentes e/ou submersas. No caso de não haver leito, são utilizadas macrófitas flutuantes. Nas *wetlands* de fluxo superficial a superfície líquida é sempre livre e pode ocorrer a produção de maus odores e a proliferação de insetos/ mosquitos, havendo conforme o caso, a necessidade de seu controle (CHERNICHARO, 2014).

Figura 15 - Esquema de funcionamento de uma *wetland*.
WETLAND Remoção de Nutrientes



Fonte: Chernicharo (2001).

As *wetlands* de fluxo subsuperficial podem ter a superfície livre ou confinada, sendo dotadas obrigatoriamente de leito ou substrato de 30 a 80cm de altura, com macrófitas emergentes e/ou submersas, e através do qual o esgoto percola, sofrendo o tratamento. Desta forma, o leito funciona também como elemento filtrante. No caso de a superfície do esgoto ser livre, acima do leito, podem ser cultivadas também macrófitas flutuantes.

O fluxo subsuperficial pode ser descendente, com sistema de drenagem de fundo, e ascendente, com alimentação pelo fundo e sistema coletor de superfície. Neste segundo caso, se a superfície líquida for livre, o esgoto exposto já se encontra tratado, o que pode minimizar o problema de odores e de insetos/ mosquitos.

As plantas têm de ser constantemente manejadas e as mais comumente utilizadas em *wetlands* são:

- Flutuantes: *Eichornia crassipes* (popularmente conhecida como aguapé), *Salvinia molesta* (salvínea), *Sperrodela* (erva de pato);

- Emergentes: *Typha latifolia* (taboa); *Juncus* (junco); arroz;
- Submersas: *Isoetes lacustris*, *Elodea canadensis*.

As espécies submersas são menos utilizadas. Também já foram empregadas em WL gramíneas (braquiária), sendo que se pode utilizar sequencias de diferentes espécies ou mesmo sistemas combinados, com várias espécies misturadas.

As *wetlands* devem receber esgoto tratado em grau primário, de fossa ou de fossa-filtro anaeróbio, recebendo também efluente secundário de lagoa facultativa. Elas possuem boa eficiência de remoção de poluentes, sendo registrados até os seguintes valores, conforme Salvador (2014): DBO (95%), sólidos suspensos (95%), nitrogênio total (70%), fósforo total (90%) e coliformes fecais (99,9%).

Os efluentes das *wetlands* também podem ser utilizados para irrigação de culturas e hortaliças devendo-se, porém, não irrigar aquelas que são consumidas cruas.

Do ponto de vista construtivo, as *wetlands* são relativamente simples, podendo ser construídas em terra ou alvenaria em terrenos relativamente planos, de declividade até 3%. As *wetlands* em terra devem ser impermeabilizadas com argila compactada e/ou manta plástica, a fim de se proteger o lençol freático. Geralmente elas possuem sistemas de distribuição e de coleta de efluente compostos de trincheiras de pedras (brita no. 1 a 4) ou de tubos de PVC perfurados.

Para o leito costumam ser utilizados os seguintes materiais: cascalho, brita (no. 1 a 4), pedrisco, areia, solo, ou mesmo resíduos orgânicos (palha de arroz, cascas de árvores).

Para atender a 12 pessoas uma *wetland* necessitaria de uma área de cerca de 32,0m², largura de 4,0m, comprimento de 8,0m e profundidade total de 1,0m, com lâmina d'água variável, de 0,6m a 0,8m. Para 200 pessoas, a área necessária seria de 450,0m², com largura de 15,0m, comprimento de 30,0m e profundidade total de 1,0m, com lâmina d'água variável, de 0,6 a 0,8m (SALVADOR, 2014).

As Figuras seguintes mostram sistemas de *wetlands*. Pela sua simplicidade, elas podem ser construídas e operadas por integrantes da comunidade local.

Figura 16 - *Wetlands* experimentais.



Fonte: Chemistry and Environment Institute (2008).

Figura 17 - Vista de um sistema de *wetlands* operando em Staverton, Reino Unido.



Fonte: YMAZAL (2010).

LEITOS DE SECAGEM DE LODO

Leitos de secagem são tanques a céu aberto onde ocorre a fase sólida do tratamento, com a desidratação do lodo, basicamente devido a dois fenômenos: evaporação e drenagem através de um sistema drenante no fundo dos leitos. A evaporação e, conseqüentemente, a performance da secagem, dependem fundamentalmente

das condições climáticas - climas frios e úmidos não são recomendados para o emprego de leitos de secagem.

Os leitos de secagem são sistemas simples e de baixo custo de tratamento de lodo, não requerendo o uso de energia elétrica nem de produtos químicos; entretanto, demandam relativamente áreas grandes.

Normalmente são construídos três ou mais leitos, em alvenaria, de área retangular e profundidade variando de 0,5 a 0,8m, com lâmina d'água de 30 a 80cm. O fundo dos leitos é revestido de tijolos sem rejunte, assentados sobre uma camada de areia grossa, por onde percola a água.

Para atender a 12 pessoas, conforme Salvador (2014), seriam empregados 2 leitos de secagem com uma área total de 104,0m² e as seguintes dimensões para cada leito: largura de 4,0m, comprimento de 13,0m e profundidade total de 0,6m, com lâmina d'água de 0,3m. Para 200 pessoas seriam 4 leitos com área total de 1.312,0m² e as seguintes dimensões para cada leito: largura 8,0m, comprimento 41,0m e profundidade de 0,8m, com lâmina d'água de 0,4m.

O lodo, pré-estabilizado, permanece nos leitos entre 15 e 30 dias até a sua secagem, dependendo das condições climáticas, quando então é removido manualmente com rodos e pás ou em ETES maiores, mecanicamente.

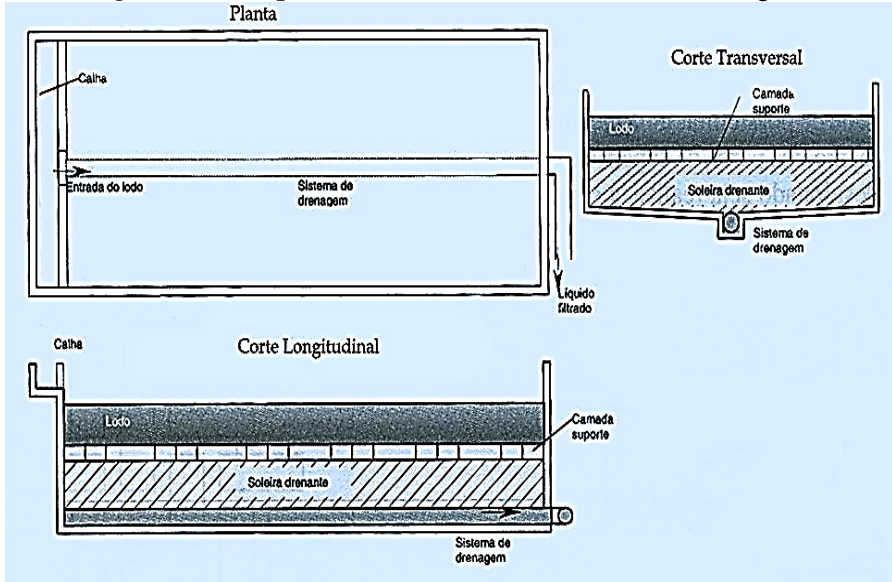
A desidratação é complementada pelo sistema de drenagem, composto da camada de areia e de camadas de pedrisco e brita com transição granulométrica, além de tubos drenantes sob a camada de brita, para escoar a água drenada. Entre as camadas de areia e de brita pode ser usada uma manta geotêxtil, dispensando a camada de pedrisco e a transição granulométrica. Vem sendo pesquisado ainda o uso da manta diretamente sobre a camada de brita, dispensando no caso, também as camadas de areia e de tijolos.

A água drenada, dependendo de sua qualidade, é geralmente descartada com o efluente final da ETE, mas em função do seu grau de poluição, deve ser retornada para o início do tratamento da fase líquida.

O lodo seco, com teor de sólidos variando de 30 a 40%, possui consistência de terra úmida e pode ser retirado em caçambas ou caminhões. Ele é ainda patogênico, contendo principalmente ovos e cistos de vermes, mas tomando-se os devidos cuidados de manuseio/ proteção para os empregados, ele pode ser utilizado para fins agrícolas como fonte de matéria orgânica para o solo, em plantações de espécies de maior porte (milho) ou arbóreas (café, eucaliptos), não devendo ser empregado em horticultura.

A Figura 18 ilustra um sistema de leitos de secagem composto por dois leitos operando em paralelo, com vistas em planta, corte longitudinal e corte transversal.

Figura 18 - Esquema de um sistema de leitos de secagem.



Fonte: Cleverson; Von Sperling; Fernandes (2001).

A Figura 19 mostra uma foto de um leito de secagem, com a remoção manual do lodo seco, podendo-se notar que é um processo bastante simples.

Figura 19 - Remoção manual de lodo de um leito de secagem.



Fonte: Tratamento de Resíduos Agroindustriais (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as diversas alternativas de tratamento apresentadas, fica uma questão – qual a melhor? Não existe em princípio uma melhor alternativa e a sua definição vai depender, segundo Salvador (2002), de vários fatores: número de usuários atendidos, porte (vazão) e qualidade da água do corpo receptor, usos de sua água, área disponível, tipo de solo, profundidade do lençol freático etc. Portanto, a escolha de alternativas deve ser feita mediante uma análise prévia das opções disponíveis (SALVADOR, 2014).

Para poucos usuários, uma casa ou um pequeno grupo de casas, a opção recomendada é a fossa séptica e sistemas de infiltração no solo. Caso não seja possível a infiltração, pode-se empregar a fossa ou o sistema fossa-filtro anaeróbio seguidos de uma pequena *wetland*. Neste caso, a disposição do esgoto tratado pode ser em corpo d'água ou no solo (irrigação superficial).

No caso de um número maior de usuários a serem atendidos, possíveis alternativas seriam lagoa facultativa seguida de lagoa de maturação ou de *wetlands*, com posterior disposição no corpo receptor ou no solo.

Quando forem gerados lodos, a alternativa para o seu tratamento será sempre leitões de secagem, independente do porte da população atendida.

De qualquer modo, reitera-se a necessidade da análise de alternativas, a ser feita com embasamento técnico e econômico e, sobretudo, bom senso. Maiores detalhes podem ser vistos em Salvador (20014).

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 7229/1993**: Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos. Rio de Janeiro, ABNT, 1993.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 13969/1997**: Tanques sépticos - unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - projeto, construção e operação. Rio de Janeiro, ABNT, 1997.

ALPHA GV – Desentupidora. **Sistema fossa – filtro anaeróbio**. Cotia, SP, ALPHA GV s/d. Disponível em: classiwebgratis.com.br/70/51053/fossa-e-filtro-anaerobio-construcao-recuperacao-sp.html. Acesso em: 28 abr. 2021.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n.10, p. 312-347, 2003.

CAMPOLIM, A. I.; SOARES, M. T. S.; FEIDEN, A. Fossa séptica biodigestora: participação e apropriação de tecnologias na reforma agrária. **Cadernos de Agroecologia**. v. 5, n. 1, 2010.

CAMPOS, J. R. (Org.). **Tratamento de esgotos sanitários por processo anaeróbio e disposição controlada no solo**. Rio de Janeiro, PROSAB/FINEP/ABES, p. 464, 1999.

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Opções para tratamento de esgotos de pequenas comunidades**. São Paulo, CETESB, p. 36, 1989.

CHEMISTRY AND ENVIRONMENT INSTITUTE. **Vertical subsurface flow constructed wetland**. Turkey, Training and Demonstration Centers, 2008. Disponível em: athene.geo.univie.ac.at/pucher/gallery/view_photo.php?set_album-Name=album07&id=DSCF0406. Acesso em: 28 abr. 2021.

CHERNICHARO, C. A. L. (Org.). **Pós-tratamento de efluentes de reatores anaeróbios**. Belo Horizonte, PROSAB/FINEP, p. 544, 2001.

CLEVERSON, V. A.; VON SPERLING, M. V.; FERNANDES, F. **Princípios do tratamento biológico de águas residuárias - volume 6: lodo de esgotos: tratamento e disposição final**. Belo Horizonte, DESA/UFMG, p. 484, 2001.

COUTO, L. C. C.; FIGUEIREDO, R. F. Filtro anaeróbio com bambu para tratamento de esgotos domésticos. In: XXIII Congresso Interamericano de Ingeniería Sanitaria y Ambiental, La Habana, Cuba. **Anais... XXIII Congresso Interamericano de Ingeniería Sanitaria y Ambiental**, v. 2. p. 329-340, 1993.

EMBRAPA Instrumentação. **Saneamento básico para a zona rural: fossa séptica biodigestora**. São Carlos, EMBRAPA, p. 6, 2002.

FERREIRA, C. W. S. **Avaliação dos Aspectos Técnicos e Operacionais do Sistema Condominial da Mangueira** (Dissertação de Mestrado). Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Engenharia Civil, 2003.

FIGUEIREDO, R. F.; CAMARGO, S. A. R.; NOUR, E. A. A.; CORAUCCI FILHO, B.; STEFANUTTI, R.; BROLEZE, S. T. **Tratamento de esgoto sanitário por filtro anaeróbio utilizando o bambu como meio suporte: partida do sistema**. In: IX

SILUBESA - Simpósio Luso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, Porto Seguro, BA. Anais do IX Silubesa, v. III-08. p. 1171-1176, 2000.

FLEURY, M.; GREGÓRIO, G. **Fossa alternativa usa até bananeira**. *Jornal Debate*, Santa Cruz do Rio Pardo, dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.debatenews.com.br/2017/12/21/fossa-alternativa-usa-ate-bananeira/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**, 5ª. ed, 2019. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/biblioteca-eletronica/publicacoes/engenharia-de-saude-publica>. Acesso em: 28 abr. 2021.

GEOSYNTHETICA. **Caso de obra – revestimento de lagoas de estação de tratamento de esgoto**, 2016. Disponível em: geosynthetic.net.br/caso-de-obra-revestimento-de-lagoas-de-estacao-de-tratamento-de-esgoto/. Acesso em: 28 abr. 2021.

GONÇALVES, R. F. (Org.). **Desinfecção de efluentes sanitários**. Vitória, PROS-AB/ABES, p. 438, 2003.

LOPES, K. C. S. A.; BORGES, J. R. P.; LOPES, P. R. Condições de vida e qualidade do saneamento ambiental rural como fator para o desenvolvimento de práticas agroecológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 7, n.1, p. 39-50, 2012.

MENDONÇA, S. R.; MENDONÇA, L. C. **Sistemas sustentáveis de esgotos**. São Paulo, Ed. Edgard Blücher, p. 346, 2016.

QUIMILAB - Produtos de Química Fina Ltda. **Manual de esgotamento sanitário**, 2008. Disponível em: quimLab.com.br/PDF-A/Manual%20de%20Esgotamento%20Sanitario.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

RISSOLI, C. A. *et al.* **Sistemas condominiais de esgotamento sanitário – uma visão geral do processo**. Brasília, CAESB, p. 72, 2011.

SALVADOR, N. N. B. Componentes e fatores do meio ambiente físico que influenciam ou condicionam alternativas de tratamento de esgotos sanitários. In: POMPEU, P. F. & BRAGA, R. (Org.). **Perspectivas de gestão ambiental em cidades médias**. Rio Claro, Laboratório de Planejamento Municipal/UNESP, p. 67-85, 2002.

SALVADOR, N. N. B. **Alternativas de tratamento de esgotos sanitários** (Notas de aula). São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Engenharia Civil, p. 159, 2014.

SANTIAGO, A. F. **Sistema condominial de coleta de esgoto e tratamento em decanto-digestor seguido de alagados construídos. Estudo de caso: Município de Nova Redenção- BA** (Dissertação de Mestrado). São Carlos, Escola de Engenharia de São Carlos - USP, 2008.

SANTORO, C. E. M.; FERNANDES, A.; SALVADOR, N. N. B. **Aspectos tecnológicos e econômicos de redes de esgotos não convencionais**. In: 2o. Concurso Nacional de Tecnologias Apropriadas - Saneamento Básico, 1984, Brasília. Anais do 2o. Concurso Nacional de Tecnologias Apropriadas - Saneamento Básico, v. 1. Brasília, POS/CNPq, 1984.

TRATAMENTO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS. **Leitos de secagem de lodos**, 2015. Disponível em: <http://residuosagroindustriais.blogspot.com.br/2015/12/o-lodo-contem-microrganismospatogenicos.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VASCONCELOS, E. **Lagoas facultativas**. LogicAmbiental, maio, 2016. Disponível em: <https://www.logicambiental.com.br/lagoa-facultativa/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VELLEDA, L. **Agricultura familiar e reforma agrária são os maiores produtores de orgânicos no Brasil**. São Paulo, ESPAÇO, 2017. Disponível em: <https://www.espaco.org.br/single-post/2017/03/25/Agricultura-familiar-e-reforma-agraria-sao-os-maiores-produtores-de-orgânicos-no-Brasil>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VYMAZAL, J. Constructed Wetlands for Wastewater Treatment. **Water**, v.2, n.3, p. 530-549, 2010.



O ensino médio e o fechamento de escolas no campo: entre a negação de direitos e a precarização da educação campesina

Inaiara Alves Rolim¹
Elis Cristina Fiamengue²

RESUMO: Este estudo faz parte de uma pesquisa em andamento, desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, e trata das expectativas de formação dos jovens de uma escola localizada numa comunidade rural do município de Serra do Ramalho/Bahia e que frequentam o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica. Este recorte tem como objetivo problematizar o caso do fechamento da turma de Ensino Médio na comunidade e como o fechamento das escolas do campo tem contribuído para o processo de precarização da educação campesina. A pesquisa é participante e de abordagem qualitativa, com método dialético, pois objetiva compreender um fenômeno a partir do universo dos sujeitos e da conjuntura socioeconômica, política e cultural onde estão inseridos. Os participantes são os alunos da escola, a diretora, os professores e um morador da comunidade. A pesquisa tem evidenciado que embora os movimentos sociais tenham conquistado vitórias no contexto da Educação do Campo, ainda há uma longa trajetória de reivindicações para que as leis e decretos para o campo sejam efetivados, garantindo os direitos educacionais do povo campesino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Ensino Médio com Intermediação Tecnológica; Direitos Negados; Precaridade da Educação Campesina; Políticas Públicas.

THE FOOD SECURITY OF FAMILY FARMERS IN AGROFORESTRY POLES IN RIO BRANCO - AC

This study is part of one ongoing research, developed on Professional Master in Education at State University of Santa Cruz (UESC), and it tells about the expectations of young people formation in a school located in a rural community in the municipality of Serra do Ramalho / Bahia and who attend high school with technological intermediation. This research aims to question the case of the closure of the High School class in the community and how the closure of rural schools has contributed to the process of precarious rural education. The research is participative and has a qualitative approach, with a dialectical method, as it aims to understand a phenomenon from the subjects' reality and the socioeconomic, political, and cultural context in which they are inserted. Also, it has as participants the school's students, the principal, teachers, and a community resident. The research has shown that although the social movements have had some victories in the context of Rural Education, there is still a long path of demands to implement the laws and decrees for the countryside, guaranteeing the educational rights of the rural people.

KEYWORDS: Rural Education; High School with Technological Intermediation; Denied Rights; Precariousness of Rural Education; Public Policy.

¹ Mestranda do Mestrado Profissional em Educação Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC. E-mail: inaiararolim@gmail.com

²Mestrado e Doutorado em Sociologia Universidade Estadual Paulista-UNESP/Araraquara E-mail: eliscf@gmail.com

INTRODUÇÃO

A construção dos princípios e do conceito de Educação do Campo está profundamente relacionada às lutas dos movimentos sociais pela reforma agrária. A Educação do Campo, nascida no cerne das reivindicações dos movimentos sociais pelo direito à terra, constitui-se um fenômeno social que envolve elementos culturais, políticos e econômicos. Nessa perspectiva, entendemos que as práticas pedagógicas desenvolvidas nesse contexto devem ser significativas para os sujeitos que o integram, devendo ser construídas a partir da realidade sociocultural do povo campestre. Sobre a importância da atuação dos movimentos sociais na discussão em torno da educação do campo, Arroyo (2004, p. 68-69) coloca que, “significa que acreditamos que a educação se tornará realidade no campo somente se ela ficar colocada ao movimento social. Mais ainda, acreditamos que o próprio movimento social é educativo, forma novos valores [...]”.

Nesse sentido, a educação pensada especificamente para os sujeitos campestres nasce das inquietações desses sujeitos e dos movimentos sociais em construir um processo educacional para a valorização da cultura, dos valores, dos princípios e das maneiras de ser, ver e viver no meio rural. Portanto, a Educação do Campo não pode ser concebida como mero espaço de transmissão de conhecimento, nem seguir uma proposta educacional de outros espaços, mas como elemento político, de fortalecimento da identidade campestre e de luta pela terra. De acordo com Caldart (2004), a Educação do campo constitui-se num paradigma de educação que comporta uma teoria e uma pedagogia embasada em princípios filosóficos, sociológicos, políticos e pedagógicos que se ancoram, na Educação Popular inspirada em Paulo Freire, nos pensadores da educação socialista e na chamada pedagogia do movimento.

Desse modo, as lutas dos movimentos sociais pelo reconhecimento dos direitos do povo campestre e por políticas públicas, entendem que a educação é espaço de resistência, de construção de conhecimentos e de estratégias para vencer a lógica capitalista que gere a grande concentração de terras nas mãos de uns poucos fazendeiros. A educação que nasce no seio dos movimentos sociais é diferenciada por exigir a efetivação dos direitos do povo do campo, dentre eles a educação e construção de escolas. O movimento social é mais exigente porque nos situa no terreno dos direitos, nos leva a vincular educação com saúde, cooperação, justiça, cidadania (ARROYO, 2004, p. 72).

Nesse contexto, o conceito de Escola do Campo entende que a mesma transcende a concepção da acumulação e da transmissão de saberes produzidos pela humanidade ao longo do tempo; ao contrário, a Escola do Campo passa a ser compreendida como espaço de socialização e de formação social e política dos

sujeitos desse espaço. Tendo como função social o compartilhamento de saberes de maneira contextualizada e problematizada a partir da realidade dos seus sujeitos; nesse processo, os estudantes se apropriam dos conhecimentos para reelaborar e produzir outros tantos, mas de maneira crítica e que adquiram sentido para si.

Entretanto, mesmo em face das conquistas dos movimentos sociais a Educação do Campo e as escolas desse espaço ainda resistem às margens das políticas públicas educacionais e lutam para se firmar enquanto campo de conhecimento e espaço de formação de sujeitos políticos. Uma vez que “as políticas educacionais de cunho neoliberal têm agido como uma praga penetrando nesses espaços de forma a descaracterizar ou invisibilizar a luta pela efetivação da Educação do Campo, resultante de reivindicações dos Movimentos Sociais”, (MOURA; SANTOS, 2012, p. 68).

Nesse cenário, os desafios enfrentados por essas instâncias se refletem na organização curricular urbanocêntrica, na histórica precarização do ambiente das escolas, ausência de formação docente adequada para atuar segundo as especificidades da Educação do Campo, limitação na disponibilização de materiais didático-pedagógico e falta de móveis adequados para os estudantes. Esses fatores somados à ineficiência de políticas públicas educacionais que garantam o acesso, permanência dos sujeitos na escola e a construção de uma proposta pedagógica da, e não para a, escola do campo contribui para inibir o processo de consolidação da Educação do Campo.

Nesse contexto, buscamos discutir a precarização da educação e da escola camponesas por meio da problematização da oferta do Ensino Médio no campo por meio da intermediação tecnológica. Neste estudo apresentamos a proposta de ensino do governo do Estado da Bahia para os jovens do campo concluir o Ensino Médio em suas comunidades, o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec). Esse programa foi lançado em 2011, por meio da Secretaria de Educação, e tem como objetivo central o atendimento a jovens e adultos que residem em localidades distantes, ou de difícil acesso, de centros de ensino e aprendizagem onde há oferta de Ensino Médio regular, assim como, localidades que não possuem profissionais com formação específica em determinadas áreas de ensino. Em sua matriz o programa apresenta como metas a conclusão do Ensino Médio, a inclusão social e o prosseguimento nos estudos.

A metodologia de ensino do EMITec se constitui em aulas por videoconferência e *chats* e aponta como uma das metas possibilitar a interação entre os alunos e o professor em tempo real, no momento da aula. Por outro lado, nessa dinâmica a cultura e as experiências dos jovens do campo não são contempladas, visto que o EMITec centra-se na transmissão de conteúdos de maneira genérica para diferentes

comunidades ao mesmo tempo, isso sem preocupar-se com as características de cada uma delas. De acordo com Bahia (2011) o programa objetiva promover acesso à educação pública de qualidade em todo o território da Bahia, reduzir desigualdades e aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das comunidades assistidas.

Entretanto, como alcançar esse desenvolvimento sem levar em conta as especificidades socioculturais das comunidades camponesas e dos jovens que daí fazem parte? Impossível, uma vez que o EMITec embasa-se no currículo padrão do Ensino Médio regular. Canário (2000, p. 134) ressalta que as escolas do meio rural se inserem na “identificação e invenção de práticas educativas portadoras de futuro” que levem em conta o vínculo com a comunidade da qual fazem parte, a partir da superação da forma e da instituição escolar instituída em fragmentos de tempo. Isso pressupõe que a Escola do Campo é espaço de valorização da cultura camponesa, de fortalecimento da identidade do povo do campo e de oposição aos valores da sociedade de classes e políticas neoliberais que veem as pessoas do campo unicamente mão de obra barata. A Escola do Campo, portanto objetiva promover uma educação que uni o sujeito à sua essência, elevando os estudantes da categoria de mercadorias para o status de sujeito que pensa, que reflete e que problematiza o objeto do conhecimento e sua realidade. Nela não há espaço para o conhecimento abstrato, mas toda sua ação pauta-se no concreto, na materialização dos saberes produzidos na comunidade, das lutas pela terra e da resistência a toda forma de opressão.

MÉTODO DE PESQUISA

Este estudo é de abordagem qualitativa e segue o método dialético, pois visa compreender o universo dos jovens participantes e a conjuntura social, política, econômica e cultural na qual eles estão inseridos. É uma pesquisa participante, pois “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste” (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 194). Como integro o quadro de professores da escola do campo, esta pesquisa é natural e nasce das minhas inquietações com relação ao processo formativo e acolhimento das experiências dos jovens do campo no contexto do Ensino Médio por Intermediação Tecnológica. Isso porque, a pesquisa participante tem como base a relação entre o pesquisador e os sujeitos do fenômeno ou situação investigada. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 67), a pesquisa participante “caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. [...] implica compreender, numa perspectiva

interna, o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações que vivem”.

A pesquisa está centrada em uma escola localizada em uma comunidade rural do município de Serra do Ramalho/Bahia e que atende jovens estudantes do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica.

Figura 1 - Localização do Município de Serra do Ramalho/BA.



Fonte: www.google.com.br. Domínio público.

A criação do assentamento que deu origem ao município foi coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, por meio Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho – PEC'SR -, criado em 13 de maio de 1975, fez a transposição das 1800 famílias, mais os sem-terra de várias partes do país distribuindo-os em 23 povoados, denominados, hoje, de Agrovilas. Em 1995 a área da comunidade onde a escola está localizada foi legalizada pelo INCRA para novos assentados com a quantidade de 207 famílias, numa área de 209 lotes; contando com 2 lotes de reserva ambiental medindo um total de 5.600 hectares.

A renda dessas famílias é proveniente do trabalho da criação de gado, ovelha, porco, galinha. Na agricultura familiar cultiva-se o milho, feijão de corda, mandioca e nas pequenas áreas irrigadas há o plantio de bananeiras, mamão, melão, goiaba, cebola e melancias, alguns contam ainda com o gado leiteiro e de corte. Muitos moradores vivem do trabalho prestado como diaristas nas lavouras no Projeto Formoso, povoado que faz divisa com a comunidade pertencente ao município de Bom Jesus da Lapa.

Assim, os participantes da pesquisa foram as três professoras mediadoras, que residem em uma comunidade próxima à escola; a direção da escola; e 28 alunos das turmas de 1º ao 3º do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica no turno noturno. Para o levantamento de informações foram

utilizadas as entrevistas com as professoras mediadoras e com a diretora da escola e o questionário com os alunos. O tratamento dos dados seguiu os princípios da análise dialética, pois objetiva compreender o fenômeno em si de maneira crítica e no contexto em que ocorrem; tendo em vista que não são fixos, a análise dialética entende que os fenômenos estão em movimento, pois os sujeitos estão em constante transformação. A realização dessa pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética e teve a anuência da direção da escola na qual aconteceu essa investigação.

A LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AVANÇOS E RETROCESSOS

A educação do campo nasce no cerne dos movimentos sociais do campo que, por meio de ações coletivas, iniciaram a luta em prol da reforma agrária, da instituição de políticas públicas e da garantia dos direitos humanos com o objetivo de modificar as condições em que os povos do campo vêm construindo seu modo de vida. As discussões iniciais sobre a Educação do Campo ocorreram no I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA) em julho de 1997, tendo como desafio o delineamento de uma proposta que considerasse o contexto do campo. Fernandes (2014, p. 125), aponta que “a proposta dos movimentos sociais intenciona construir, uma política que amplie o sentido da educação [...] politicamente identificado como Educação do Campo”. Essa luta tem gerado muitos desafios e põe em evidência a exclusão social dos povos do campo, a insuficiência didático pedagógica dos processos de formação de professores, a carência da infraestrutura escolar, do transporte, dos materiais didáticos e recursos físicos, da merenda, entre outros.

Com relação às políticas públicas para educação do campo, Pinheiro (2007, p. 1), discute que “a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem”. Quanto aos sujeitos do campo, a autora (2007, p. 1), afirma que “nos deparamos com uma infância, adolescência e juventude desorientada frente aos desafios e incertezas da contemporaneidade, [...]”. Esses fatores levam ao esfacelamento do processo de aprendizagem dos alunos do campo, fazendo com que seja comum encontrarmos um grande número de alunos com baixo desempenho escolar, alunos que evadiram da escola e com distorção idade série, bem como, um processo de ensino bancário.

Fruto das lutas dos movimentos sociais por uma educação pública e de qualidade do povo do campo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir da década de 90 começou a pensar numa educação

direcionada para os sujeitos do campo. Com base na LDB 9394 / 96 surgiram, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a articulação por uma Educação do Campo. No ano de 2001 foi elaborado o parecer nº 36/2001, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esse parecer, ao discutir sobre o processo de exclusão a que esteve exposto, por muito tempo, os povos do meio rural, defende que o “campo, [...] mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana” (BRASIL, 2013, p. 267).

Nesse contexto, em 2007 foi elaborado o parecer CEB/CNE nº 23 que faz uma discussão a respeito das políticas educacionais do campo como meio de agregação da população camponesa à sociedade de maneira igualitária. Esse parecer afirma que não se objetiva a fixação do homem no campo, mas objetiva atender as demandas de [...] acesso, permanência, organização e funcionamento das escolas rurais, propostas pedagógicas inovadoras e apropriadas, [...] construir uma Política Nacional de Educação do Campo (BRASIL, 2013, p. 288).

Dando continuidade à luta pela construção de políticas para a educação do campo, em 2008 foi estabelecida a Resolução nº 2, de 28 de abril, que em seu artigo 1º dispõe que, “a Educação do Campo [...] destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida”, (BRASIL, 2013, p. 295). Neste sentido, a discussão sobre educação do campo dentro da esfera política constitui-se avanço significativo no reconhecimento das especificidades da educação do meio rural, bem como, no respeito da identidade das crianças, jovens e adultos desse meio.

O Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, seu artigo 3º, inciso VII, aponta “ampliar as oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social” (BRASIL, 2009).

No ano de 2010, o Decreto nº 7352, de 4 de novembro, legaliza a materialização do que vem sendo reivindicado pelos movimentos sociais: o reconhecimento da educação do campo como direito de um povo, construída levando-se em conta as especificidades de cada comunidade.

A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político pedagógico e em conformidade com a realidade local e

a diversidade das populações do campo (BRASIL, 2010).

Com esse decreto percebemos que o conceito de educação do campo ganha mais consistência e se fortalece dentro da esfera política, pois se no ano de 2009 há uma generalização quanto à oferta da educação básica. Caldart (2004, p. 157), aponta que “a educação do campo também se identifica pela valorização específica das professoras e professores”, o que exige que atrelado às políticas específicas de formação docente para atuar nas escolas do campo, venha um projeto de valorização e maximização das habilidades desses professores.

Como resultado das reivindicações dos movimentos sociais foram criados programas oficiais para a formação dos professores que atuam nas escolas do campo. Dentre eles podemos citar o Programa Escola Ativa, que durou uma década (1997/2007) coordenado pela SECADI/MEC, “com recursos resultantes de acordo entre o Banco Mundial e o Brasil, representado pelo MEC, que, para administrá-lo, cria o Fundo de Desenvolvimento da Escola (Fundescola)” (RIBEIRO, 2011, p. 26). O programa estendeu se pelas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

Em 16 de abril de 1998 foi instituído, por meio da Portaria n. 10/1998, o PRONERA, do então Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Em seu manual operacional, no que concerne à formação do professor, descreve que “os professores (as) e coordenadores (as) locais devem participar de processo de formação” [...] (BRASILIA, 2004, p. 32). Segundo Molina e Antunes Rocha (2014, p. 229), o objetivo geral do PRONERA, é “promover a educação nos assentamentos de Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais utilizando metodologias específicas para o campo”.

Na luta por uma formação de professores do campo situa se, também, o curso de graduação intitulado “Pedagogia da Terra”, que nasce a partir de iniciativas dos movimentos sociais junto ao PRONERA. É um curso presencial e ministrado no sistema de alternância, em que os alunos passam períodos de três meses na faculdade (denominado tempo escola) e três meses nos assentamentos (chamado de tempo comunidade). Para Molina e Antunes Rocha (2014, p. 230), “ao longo desses 15 anos, desde sua criação, cerca de 200 mil trabalhadores rurais se escolarizaram nos diferentes níveis de ensino: da alfabetização à conclusão dos ensinos fundamental e médio, aos cursos técnicos e profissionalizantes e aos cursos superiores”.

Desse modo, as estratégias do Pronera deram um sentido diferente à educação para as populações do campo, ao promover a formação de professores dentro do espaço de atuação está contribuindo para a afirmação da cultura e dos saberes desse povo, o que faz com que o processo de aprendizagem das crianças, jovens e adultos ganhem significado. Ainda no que concerne às conquistas no âmbito da

Educação do Campo situa se, também, o Programa de apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), objetivando apoiar a sistematização de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior nacionais. A primeira experiência dessa política pública foi realizada na Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Sergipe. Isso mostra que a luta dos movimentos sociais e das entidades civis em prol da construção de uma nova concepção de educação do campo se fortaleceu e ganhou forma ao longo do tempo; por meio dessas reivindicações a compreensão de que o povo do campo tem direito a uma educação diferenciada, pautada na sua cultura e que traduza os modos de vida e de construir conhecimento do camponês, alcançou a esfera política e hoje tem seu espaço garantido no âmbito do poder público e no meio acadêmico.

É evidente que nos últimos anos a Educação do Campo vem ganhando maior notoriedade nos planos políticos, devido à força que os movimentos sociais têm dispensado para que a Educação do campo seja entendida como um todo, deixando de lado uma concepção arcaica do homem do campo, do camponês matuto e do trabalhado rural. Assim, percebemos a ausência ou a ineficiência de políticas públicas para a escolarização no meio rural e que a preocupação com esta modalidade de ensino vem sendo demonstrada a pouco mais de uma década e efetuada a partir da instituição da Educação do Campo a menos tempo ainda.

Entretanto, a Educação do Campo tem sido negada de forma expressiva a partir de ações políticas como, por exemplo, as medidas contidas na Proposta de Emenda à Constituição - PEC 241 apresentada por Michel Temer, em 2016, com o propósito de reduzir os gastos sociais durante os próximos 20 anos. A limitação de gastos impedirá o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE, entre elas e, sobretudo, a efetivação da educação obrigatória para todos as pessoas entre 4 e 17 anos, o estabelecimento do CAQ/CAQI (Custo aluno qualidade/Custo aluno qualidade inicial) e a valorização do magistério da educação básica como política obrigatória em todo o território nacional.

No desmonte anunciado das políticas sociais voltadas aos setores populares, antecipa-se a drástica redução de recursos voltados ao Sistema Único De Saúde (SUS) e à Educação, e a ampliação das desvinculações de receitas para 30%, passando a alcançar estados, municípios e o Distrito Federal, com graves consequências para saúde e a escolarização da população brasileira, excluída do direito democrático de acesso à educação, e prováveis retrocessos para a valorização dos profissionais, em processo de construção Caso aprovada e implementada essa PEC, veremos

retroceder o acesso às escolas e universidades públicas, como correspondente incrementando de sua privatização.

Nesse processo de desarticulação das políticas voltadas para as classes populares, no que se refere ao povo campesino, o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), em encontro realizado em Brasília no dia 11 de abril de 2019, denuncia o fechamento de escolas rurais e chama a atenção para os prejuízos que esse fenômeno pode acarretar para os estudantes desse espaço. Na visão de Mônica Molina, professora da UnB e uma das organizadoras do encontro, “a mudança política no cenário brasileiro representa uma ameaça a continuidade destas iniciativas, seja por conta do discurso ideológico dos atuais governantes, seja por questões objetivas, de constrangimento financeiro”³. Essa realidade revela a existência de uma intenção política implícita de desconstruir a compreensão dos povos do campo como sujeitos de direitos e para reforçar essa ideologia no imaginário da sociedade, a mídia tem empreendido ações que objetivam negatizar o movimento sem-terra no sentido descreditar suas reivindicações diante da população em geral.

Para mascarar a ideologia por trás do fechamento das escolas, o governo alega a questão do orçamento insuficiente, corte de gastos, e insuficiência de fundos políticos para financiar as políticas educacionais para os povos do meio rural. No cerne desse discurso o fechamento/nucleação das escolas rurais e o traslado de seus estudantes para outras comunidades se apresenta como meio para economizar recursos no transporte escolar, na merenda, dentre outros aspectos. A esse respeito Arroyo (1999, p. 42-43) escreve que:

A solução me parece que não é tirar as crianças de seu lugar e levá-las para outro lugar. A famosa nucleação de escolas. [...] Porque a escola tem que estar vinculada às raízes de suas vivências, de sua família, de sua experiência completa. A escola tem que estar colada às raízes mais imediatas das vivências de infância. Não podemos fazer da escola uma espécie de supermercado. A questão é que a educação fundamental, se estiver colada ao cotidiano da vivência das crianças, tem que estar no lugar onde a criança vive, se produz e produz. Criar escolas-núcleo, distantes dos espaços de vivência da criança, desarraiga, tira da raiz.

A posição de Arroyo evidencia que a escola é fundamental enquanto eixo agregador que favorece a sobrevivência da vida “em comunidade” (KREMER, 2011). O fechamento da “escola da comunidade” provoca uma abalo nas referências

³ Ver reportagem em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/11/fechamento-de-escolas-rurais-e-tema-no-forum-nacional-de-educacao-do-campo>.

das pessoas que ali vivem, gerando o sentimento de que seu local de vivências está sendo violado e acabando aos poucos. O que reforça que a escola não é apenas uma instituição de ensino, mas espaço onde confluem vivências, experiências e modos diversos de ver e viver o mundo. Observamos que não havendo cuidado com a questão das identidades dos estudantes, não há preocupação com a oferta de uma formação ampla e que contemple as demandas desses sujeitos. De acordo com Boff (1999, apud KREMER, 2011, p. 182), “educar é um compromisso intenso com o cuidado, o descuido significa excluir a possibilidade humana de existir e de ser”. A ausência de políticas públicas para o campo e para suas populações culminam com o enfraquecimento desse povo como organização social e consciente de que é possuidor de direitos.

Ato contínuo no desmanche das políticas voltadas para a educação, por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, acontece a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Segundo informações do portal eletrônico da Andifes⁴, a criação da SECADI está vinculada ao objetivo de “Contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade sociocultural, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental.” E promovia ações no campo de “Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Ambiental e em Direitos Humanos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação para as Relações Étnico-Raciais”.

Essa ação do Estado brasileiro se configura como um refluxo no âmbito dos direitos educacionais e se constitui como uma medida que vai contra o reconhecimento, respeito e valorização da diversidade sociocultural, da promoção da equidade e do fortalecimento da inclusão de centenas de estudantes de diversas comunidades tradicionais e de classes populares no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Guimarães (2018, p.624) “importa notar, todavia, que não se trata simplesmente de menos Estado, mas de uma determinada configuração de Estado que assegure as condições de (re) produção do capital” e da ideologia conservadora, onde a educação bancária e de caráter assistencialista é suficiente para a educação dos menos favorecidos financeiramente e residentes no campo.

Em 25 de fevereiro de 2020 o Fórum Nacional de Educação do Campo faz mais uma denúncia: a extinção do Pronera. O governo Bolsonaro publicou no dia 21 de fevereiro de 2020 o Decreto 10.252/2020, que altera a estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Mais do que alterar a estrutura regimental e de cargos, o Decreto altera profundamente as

⁴ Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Apresentac%CC%A7a%CC%83o-SECADI-ANDIFES.pdf>.

competências do órgão. A autarquia deixa de ter competências de formulação. Toda a política agrária fica subordinada à formulação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em especial a destinação das terras públicas, a seleção de famílias para assentamentos de Reforma Agrária e a normatização e formação de grupos para elaboração de estudos de identificação e demarcação de terras remanescentes de quilombos⁵.

No contexto da extensão de políticas empreendidas pelo INCRA, esse decreto extingue a Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, que era responsável pela gestão do PRONERA. Após 20 anos de sua criação, a extinção significa do programa significa perder o lugar político para elaboração e gestão de uma das maiores políticas públicas de educação para o povo camponês do Brasil. Analisando o percurso desse programa desde 2016 até o corrente ano, percebemos que a articulação política já dava pistas do desmonte desse importante programa para a Educação do povo do campo. No Golpe de 2016 o INCRA deixa de convocar para deliberações a Comissão Pedagógica Nacional, instância deliberativa do PRONERA. Já no início do governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, o programa sofre o golpe final por meio do Decreto presidencial que extinguiu todos os Conselhos, Comissões e outros mecanismos de participação social no governo, e com eles a Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA.

Resultado de uma política preconceituosa, excludente e que marginaliza as comunidades camponesas em todas as suas formas e as populações das classes populares, esse Decreto desconsidera que o Pronera, para além do instrumento legal de sua criação, inscreveu-se no ordenamento jurídico do Estado brasileiro, autorizado pela Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 e pelo Decreto 7.352/2010 que a regulamentou. Do mesmo modo, o documento não reconhece a importância do programa como uma política gestada pelo protagonismo dos sujeitos do campo organizados coletivamente. Sua criação constitui o primeiro registro, na história do Brasil, dos camponeses protagonizando uma política pública de educação cuja característica fundamental é a articulação entre três sujeitos de territórios diferenciados, mas que materializam uma nova ação do Estado: os movimentos sociais, sindicais de trabalhadores e trabalhadoras do campo, o corpo dos servidores do INCRA e as Universidades.

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária – PNERA, publicada em 2015 pelo IPEA, o PRONERA foi responsável pela alfabetização, escolarização fundamental, médio e superior de 192 mil camponeses e camponesas nos 27 estados da Federação. Entretanto, com a vigência do decreto, extinguiu a instância responsável pelo programa, nenhum órgão governamental estará responsável pela execução do mesmo. Diante desse cenário o governo

⁵ Ver reportagem em: <https://mst.org.br/2020/02/28/forum-nacional-de-educacao-do-campo-denuncia-extincao-do-pronera/>.

precisa responder às comunidades atingidas pelo decreto o que acontecerá com a educação dos sujeitos.

Em nota publicada no dia 28 de fevereiro de 2020⁶, os organizadores do FONEC apontam questões que são de extrema relevância para o destino das comunidades e que precisam de respostas urgentes por parte do governo. Assim, são apontadas questões como: Com quais instâncias se dialogará em relação aos desafios administrativos dos convênios e projetos em andamento? Que instância será responsável, na Autarquia, pela resolução, destinação e execução orçamentária dos convênios e projetos em andamento? Que órgão do Governo se responsabilizará pelas centenas de Projetos de educação que jazem nos arquivos do Incra à espera de alguma resolução? Tendo como princípio a participação ativa dos povos do campo na elaboração de políticas públicas embasadas na democracia, o PRONERA, cuja gestão está assentada no tripé Estado-Universidades-Movimentos Sociais e Sindicais Populares do Campo, tem como objetivo a universalização da educação pública. Nesse processo, um aspecto interessante a ser levado em conta está nos dizeres do educador Paulo Freire (2000), quando coloca que “não importa em que sociedade estejamos e a que sociedade pertencamos, urge lutar com esperança e denodo”. Nesse cenário de contínuas perdas no campo educacional o Estado brasileiro tem uma dívida com os camponeses, com o povo das florestas, das águas e de comunidades quilombolas.

Desse modo, é possível perceber que “qualquer estudo do sistema educacional não pode ser separado de alguma análise implícita ou explícita dos propósitos e do funcionamento do setor governamental” (CARNOY, 1984, p. 19). Ao adentrar brevemente no conceito de Estado e das políticas públicas e, no caso desse estudo as políticas educacionais, fica claro que se por um lado o Estado mantém uma relação próxima com o setor dominante, servindo a seus interesses econômicos, por outro essa instância não pode se furtar à responsabilidade de elaborar e implementar políticas públicas que atendam aos anseios e demandas da população.

ENSINO MÉDIO NO CAMPO: INCERTEZAS E DESCONTINUIDADES

As leituras sobre a Educação do Campo e as observações evidenciam que a educação para o povo camponês é historicamente marcada pela negação e descaso por parte dos governantes, sendo transformada tão-somente no final do século XX devido à atuação dos movimentos sociais, o Ensino Médio para o campo se caracteriza como local de disputas. Esse espaço de embates pode ser explicado pela ideia de que a educação camponesa deve ser desenvolvida na lógica bancária, para o trabalhador rural, embasada na concepção de que para esse povo não é

⁶ Disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/28/forum-nacional-de-educacao-do-campo-denuncia-extincao-do-pronera/>.

necessária muita leitura, ao passo que o Ensino Médio tem sido pensado numa concepção urbanocêntrica de educação.

Para compreendermos os sentidos que o Ensino Médio apresenta para o povo campestre, é necessário fazermos uma breve imersão na história dessa etapa da educação básica, bem como, para entendermos seu papel no processo formativo dos jovens e adultos, em especial do campo. O enfoque nessa etapa da educação básica se deve ao fato de coincidir com a faixa etária atribuída à juventude, de 15 a 28 anos de idade. Assim, o Ensino Médio brasileiro tem seu berço no Brasil colonial e nasceu sob a tutela dos padres jesuítas, do século XVI até o século XVIII; isso fazia com que o ensino tivesse uma estreita ligação com os preceitos religiosos. O que conferia ao processo de ensino e aprendizagem um caráter mnemônico, repetitivo, rigidez disciplinar, pautado na ética religiosa e na reprodução do modelo social vigente, visto que era destinado apenas a uma pequena parcela da sociedade.

Militão e Miralha (2012), destacam que a história da educação escolar (formal) no Brasil teve início em 1549, quando aqui chegam os padres da Companhia de Jesus (ordem religiosa católica) incumbidos de comandar a educação brasileira. Época em que o Brasil pertencia à coroa portuguesa e tinha como base econômica os latifúndios de cana-de-açúcar sustentados pelo trabalho escravo. A educação escolar era destinada apenas aos filhos dos donos de terra e senhores de engenho como meio de garantia do status quo. E, por outro lado, acreditava-se que aqueles que estavam diretamente ligados às atividades de produção como plantar, colher, arar a terra, não necessitavam da educação escolar.

A educação brasileira ficou aos cuidados dos jesuítas durante os anos de 1549 a 1759, os quais foram responsáveis pelas primeiras escolas, incluindo as de primeiras letras, que, hoje, correspondem aos anos iniciais do ensino fundamental tal como conhecemos, do tipo multisseriada. Segundo Militão e Miralha (2012), os jesuítas tinham dois objetivos bem distintos com seu modelo educacional: o primeiro era a catequese para a população índia e branca, exceto as mulheres, no sentido de domesticar essas pessoas; e o segundo, direcionado cada vez mais para a formação das elites, dando início, assim, ao caráter de classe que marca a educação brasileira até os dias de hoje. Neste segundo caso, os alunos eram preparados para seguirem a carreira eclesiástica ou estudarem nas escolas europeias.

No ano de 1759, entretanto, o ensino jesuítico já não atende aos interesses da coroa portuguesa e esse fato culmina com a expulsão dos jesuítas do Brasil. Em substituição ao modelo de ensino desenvolvido pelos padres, a coroa portuguesa institui as aulas régias, onde os professores eram escolhidos por indicação e que não tinham habilidades comprovadas, mas como atendia aos interesses políticos

da época recebiam cargos vitalícios. Sendo produto do sistema educacional dos jesuítas, esses professores faziam um trabalho pautado em métodos reprodutivistas e excludentes. Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, fugindo da invasão napoleônica, são criados os primeiros cursos superiores (não teológicos) na Colônia. No entanto, esse episódio não traz mudanças significativas na educação, pois limitava-se à formação de quadros militares e administrativo, trazendo mudanças apenas para o Ensino Superior. Mais uma vez o sistema educacional agrega uma pequena parte da sociedade, deixando de fora as classes populares e os povos do campo. Desse modo, a expulsão dos jesuítas não representou uma transformação no modelo de ensino, pois continuou seletivo e elitista, tendo como meta apenas a preparação dos herdeiros de fazendeiros, negociantes, médicos e advogados para ingressarem em instituições de ensino superior fora do país.

Em 1824, com a promulgação da Constituição do Império, é visualizada uma pequena mudança no cenário da educação. Em seu Art. 179 - § 32, a Constituição estabelece que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Entretanto, de acordo Militão e Miralha (2012, p. 838), “a educação ainda não atingiu todos os cidadãos, pois a maioria da população continuou dominada pelo analfabetismo e, apesar do que foi estabelecido nesse artigo, o poder público não demonstrou preocupação em mudar essa realidade”. E mais uma vez os povos do campo ficaram fora do projeto educacional. Saviani (1996), destaca que nossa primeira lei nacional sobre instrução pública data de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos. No entanto, essa lei não diz nada a respeito disponibilização de materiais e manutenção dessas escolas, o que culminou com sua precariedade e continuidade do abandono da educação pública. E mesmo em face de tantos problemas a instrução pública não recebe a devida atenção pelo poder público, uma vez que o Ato adicional de 1834 deixa a educação da elite sob a responsabilidade do poder central e a educação do povo a cargo das Províncias, que pouco podiam fazer em prol da educação primária e secundária. Conforme Leite (2002, p. 28), “no que se refere ao meio rural, o processo escolar continuou descontínuo e desordenado, como sempre fora”.

Essa situação perdurou ao longo dos anos e por muito tempo o acesso à educação formal esteve restrito a uma determinada camada social. Apenas em 1930 começam a acontecer mudanças significativas na esfera educacional brasileira; com a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas é criado o Ministério da Educação a partir das iniciativas de Francisco Campos. O Decreto/Lei nº4. 244 de abril de 1942, que instituiu a criação da Lei Orgânica do Ensino Secundário,

vigorando até o ano de 1971, definiu que o ensino primário era constituído de quatro anos e o ensino secundário de sete anos, destes, quatro anos era destinado ao ginásio e três anos ao colegial. Posteriormente, com a criação da Lei nº 5692 de 1971, ocorre uma nova mudança no sistema de ensino: acontece a unificação do ginásio e primário, originando o primeiro grau com oito anos de duração e o colegial, que continuou com três anos de duração, passou ser denominado de segundo grau. Nessa nova configuração e de acordo com a lei, a etapa educacional do segundo grau deveria ser destinada à qualificação profissional, seja de nível técnico ou auxiliar técnico.

Em 1988 é criada a Constituição Federal do Brasil e com ela a escola e o ensino médio brasileiro passam por novas transformações; com a carta magna o ensino médio passa a ser responsabilidade do estado, que assume o dever de garantir essa modalidade de ensino de forma gratuita a toda a população que tenha concluído as demais etapas da educação básica. Também foram criadas novas diretrizes para a educação que culminaram, posteriormente, com a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação em 1996. Com isso aconteceu a ampliação do ensino médio para as camadas populares, entretanto essa oferta não contou com os insumos e recursos financeiros suficientes para garantir um ensino médio de qualidade. Com relação à responsabilidade da União e dos Estados na oferta do Ensino Médio é importante salientar o que está posto na LDB 9394/96 em seus artigos 4º, 9º, Art. 10 e Art. 24, onde,

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; [...]. Art. 9º. A União incumbir-se-á de: [...]IV – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum [...] (BRASIL, 1996). Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: [...] VI – assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; [...] (BRASIL, 1996).

Percebemos uma preocupação em garantir a implantação de um ensino que atenda a toda a população e que seja garantido pela União e pelos Estados, assim é evidente que esse documento traz as diretrizes que normatizam o funcionamento e oferta dessa etapa da educação básica, entretanto, as condições de ensino, de

acesso e de permanência do aluno no Ensino Médio não ficam claras. No que diz respeito ao Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, na Meta 3, observa-se “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento” (BRASIL, 2014). Para tanto apresenta como estratégia

Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais; [...] (BRASIL, 2014).

Nesse documento já é possível observar uma mudança na concepção do modelo de ensino e aprendizagem adotado no Ensino Médio; ao propor uma renovação do ensino médio, com práticas pedagógicas interdisciplinares estruturando teoria e prática, propõe-se o rompimento com metodologias tradicionais, mudança na visão do professor como detentor do saber e do aluno como depósito de informações. Nessa nova perspectiva o aluno passa a ser o centro do processo de ensino e aprendizagem e sua cultura e conhecimentos prévios passam a ser levados em conta. Essa mudança ocorre em função das transformações políticas, econômicas e sociais porque vem passando nosso país resultante do processo de globalização. Amplia-se a função do Ensino Médio, se antes tinha como objetivo a preparação para o ingresso em cursos de nível superior, com as reconfigurações do mundo do trabalho, agrega a função de preparar o aluno para o mercado de trabalho.

Nesse contexto, há a necessidade de uma clareza quanto ao objetivo do Ensino Médio brasileiro, à sua finalidade, se deve preparar os jovens para o mundo do trabalho, se é apenas uma etapa para preparar o jovem para o Ensino Superior, “ou teria como objetivo oferecer uma formação geral, garantindo valores associados ao protagonismo juvenil, a ética e a cidadania?” (BRASIL, 2013, p. 63). No Art. 35 da LDB são assim descritas as finalidades do Ensino Médio no Brasil,

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando prosseguimento dos estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar

aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Dessa forma, o Ensino Médio que conhecemos congrega uma diversidade de papéis que na prática não são realizados completamente e de forma que satisfaça os desejos e necessidades do estudante ou vá ao encontro de suas especificidades culturais e sociais. Fica claro, portanto que o Ensino Médio está carente de uma proposta político-pedagógica atualizada e em consonância com a realidade do educando. Na contemporaneidade o Ensino Médio está sendo pensado a partir da Reforma introduzida pela Lei 13.415/2017 que tem como foco central promover maior relação dessa etapa da educação com a perspectiva do trabalho. Com as alterações promovidas na organização do currículo, passa a vigorar o conhecimento por grandes áreas e não mais disciplinas, além disso planeja-se a ampliação da carga horária de maneira a constituir o ensino de tempo integral como padrão ideal para o processo de aprendizagem.

Nessa direção, no que se refere à oferta do Ensino Médio para os povos do campo, mesmo no curso de inúmeras mudanças ocorridas ao longo do tempo, nunca houve uma discussão direcionada para o Ensino Médio ofertado aos jovens e adultos camponeses. Ao contrário, a história dessa etapa da educação nos mostra que é marcada pela ausência do Estado no meio rural, que contribui para o fechamento de escolas e inexistência do Ensino Médio no campo. Dito dessa forma parece pessimista, mas Silva (2019, p. 47), destaca que quando observamos atentamente os dados do Censo Escolar de 2016, estes nos,

Informam que 89,8% das escolas com Ensino Médio estão na zona urbana e apenas 10,2% na zona rural (sendo esta a menor participação da zona rural em toda a educação básica). Temos ainda que das 8,1 milhões de matrículas no Ensino Médio 95,6% dos matriculados frequentam escolas urbanas. E que 91,2% dos matriculados estudam em escolas com biblioteca ou sala de leitura enquanto para os alunos da zona rural, o acesso a esses espaços ocorre para 66,8%.

Os dados revelam que quando se trata da educação para os jovens do campo as iniciativas do Estado são mínimas e marcadas por políticas compensatórias, ofertando uma educação bancária e em espaços com infraestrutura precária.

Com a publicação da Lei 13.415/2017, com o discurso de possibilitar o acesso dos jovens ao mundo do trabalho, o Ensino Médio passa a ser configurado para oferecer itinerários formativos de forma a guiar a formação dos jovens para uma das áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. É importante ressaltar que segundo essa lei, a organização das áreas de que trata o caput e das concernentes competências e habilidades será arranjada de acordo com critérios estabelecidos por cada sistema de ensino.

Um olhar atento a essa proposta possibilita entrever uma aproximação com os ideais neoliberais, uma vez que ao estabelecer uma base curricular comum prioriza a formação aligeirada ancorada em uma organização curricular generalizada. Percebemos aí que a proposta não entende o trabalho como princípio educativo, mas a proposição da aproximação entre ensino e trabalho mascara a formação para o emprego futuro, para assumir cargos subalternos e de subserviência no mundo capitalista. A Base Nacional Comum Curricular, documento aprovado pela Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018, no que trata do Ensino Médio aponta que “para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras”, (BRASIL, 2018, p. 461). Dessa análise surgem indagações como: e o Ensino Médio no campo? Como a juventude desse espaço terá acesso a essa etapa da educação? Como o currículo deve ser organizado para contemplar as especificidades da Educação do Campo e as demandas da juventude? Entretanto, no documento não fica claro como será garantido o acesso e a permanência dos estudantes na escola nem, tampouco, como serão desenvolvidas estratégias que atendam às demandas e necessidades desse público tão diverso que é a juventude.

No que concerne aos jovens e adultos que residem no meio rural e não podem frequentar uma escola de ensino regular, devido à distância e à dificuldade de deslocamento, cursar o Ensino Médio constitui-se um desafio, exigindo do governo a criação de políticas públicas educacionais para garantir a essas pessoas a conclusão da educação básica. A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, dispõe no Art. 8º, “II – considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural” (BRASIL, 2014), no entanto, em pleno ano de 2020 ainda encontramos escolas de Ensino Médio no campo com estrutura precária, proposta pedagógica urbana, sem professores habilitados para atuar nesse espaço e para

piorar a situação nos últimos anos o meio rural vem sofrendo com o fechamento de escolas e o traslado de seus estudantes para outros espaços.

Conforme dados do INEP (2018), no meio rural brasileiro há um número irrisório de escolas que ofertam o Ensino Médio regular; no âmbito nacional a rede estadual rural de ensino conta com 2.810 escolas, enquanto o meio urbano conta com 17.569 escolas. Os dados mostram que há uma discrepância acentuada entre a oferta do ensino médio no meio urbano e rural, revelando a necessidade de políticas públicas para a educação que garantam não apenas a oferta do ensino médio, mas a disponibilidade de recursos, profissionais habilitados para atuar segundo as particularidades socioculturais do povo do campo, construção de escolas com infraestrutura adequada às diversas atividades pedagógicas e aos desejos dos jovens camponeses, com o objetivo de promover a permanência dos estudantes na escola e uma educação de qualidade para os sujeitos do meio rural.

No Estado da Bahia, a população baiana alcançou a marca dos 14.016.906 milhões em 2010, divididos em 417 municípios, sendo 10.102.476 milhões de pessoas que residem na zona urbana e 3.914.430 milhões na área rural (IBGE, 2010). Com relação à oferta de escolas de ensino médio regular o estado baiano conta com 966 escolas no meio urbano, com um total de 429.646 mil estudantes matriculados, já no meio rural o estado conta com 151 escolas, com 26.758 mil estudantes matriculados. O Quadro 1 mostra o total de escolas e alunos matriculados nas três séries do Ensino Médio no estado da Bahia.

Quadro 1 - Quantitativo de escolas e matrículas no meio urbano e rural.

Total de escolas	1.117	
Meio urbano	966 escolas	
Matrículas	Matrículas 1º ano	172.315 estudantes
	Matrículas 2º ano	136.410 estudantes
	Matrículas 3º ano	120.921 estudantes
Meio Rural	151 escolas	
Matrículas	Matrículas 1º ano	10.593 estudantes
	Matrículas 2º ano	8.634 estudantes
	Matrículas 3º ano	7.531 estudantes

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018.

Diante das informações apresentadas entendemos que o significativo número de matrículas de jovens no Ensino Médio no meio rural exige que a Educação do Campo precisa contar com investimentos tanto no que diz respeito à oferta de

escolas com infraestrutura adequada, quanto a garantia de um modelo educativo com uma proposta curricular específica, que contemple as especificidades locais e as necessidades dos sujeitos desse espaço. Com isso, objetiva-se construir uma relação dialógica entre os conhecimentos locais e os globais, por meio da adoção de estratégias dinâmicas e conteúdos contextualizados com a realidade dos jovens estudantes do meio rural.

Entendemos que o Ensino Médio no campo tem como alvo jovens e adultos que, em sua maioria, trabalham em lavouras, precisa seguir o calendário das colheitas, possuem costumes, linguagens, estilos de vestir-se e falar específicos e que se distinguem em cada espaço. Nesse cenário, a educação para os sujeitos camponeses se configura como um instrumento facilitador da construção de conhecimentos e da formação cidadã objetivando o desenvolvimento das comunidades rurais. A estratégia 7.14, meta 7, do PNE 2014 aponta a necessidade em “desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais” (BRASIL, 2014). No entanto, ainda vemos a presença de modelos educacionais no meio rural que não são construídas e desenvolvidas com a participação efetiva da comunidade. A exemplo disso, temos a iniciativa do governo da Bahia, que com vistas a possibilitar aos estudantes das comunidades camponesas baianas o acesso ao Ensino Médio, implantou o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica nas escolas do campo.

O ENSINO MÉDIO COM INTERMEDIÇÃO TECNOLÓGICA – EMITEC

O EMITEC está em vigor pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia desde 2011, em substituição ao Programa Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica (EMC@MPO), que iniciou suas aulas com mediação tecnológica efetivamente em 2008. O EMITEC surge na escola do meio rural como uma possibilidade dos jovens desse espaço permanecerem na escola e dar continuidade aos seus estudos sem precisarem sair de sua localidade. Normatizado pela portaria nº 424/2011, Diário Oficial de 21 de Janeiro de 2011, o EMITEC é uma política educacional que apresenta uma proposta de oferecer o Ensino Médio aos jovens e adultos estudantes que moram e trabalham em comunidades distantes ou de difícil acesso à rede Estadual de ensino.

Ao utilizar-se de serviços de comunicação multimídia com som e imagem o programa transmite as aulas via satélite e procura promover a interação entre o professor à distância por meio de chats mediados pelo professor mediador presencial. Aqui é importante explicar que o EMITEC conta com professores especialistas, que gravam as aulas transmitidas para todas as localidades onde

o programa, e os professores mediadores de base, responsáveis por operar os instrumentos nas escolas e acompanhar os alunos durante as aulas. Cada turma do Ensino Médio possui um professor mediador de base, também chamado pelos alunos de monitores, que têm a função de ligar os aparelhos, escrever as dúvidas dos alunos no chat, fazer a merenda, aplicar as avaliações enviadas pelo programa e executar as atividades pedagógicas designadas pela coordenação do EMITec.

Segundo Rabelo (2006, apud SANTOS; ARAÚJO, 2017, p. 3), a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) possibilita: “[...] não só o atendimento a grandes contingentes de alunos, dispersos geograficamente, mas também a igualdade de oportunidades educativas e, conseqüentemente, a inclusão social.” Nesse sentido, o EMITec é um programa que surge com o objetivo de superar as dificuldades de muitos jovens que vivem no campo e não têm condições de frequentar o ensino regular, e está de acordo com a estratégia 3.1 da meta 3 proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, relacionada à renovação do ensino médio.

Institucionalizar política e programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais (BRASIL, 2014).

Assim, o centro de produção e transmissão de aulas do EMITec está localizado no Instituto Anísio Teixeira (IAT), situado em Salvador. Nesse centro acontece o planejamento e geração das aulas, gestão da produção e postagem dos instrumentos avaliativos, acompanhamento da vida acadêmica dos alunos e promoção de cursos de capacitação para mediadores⁷. De acordo as Orientações Gerais para Mediadores do EMITec (2013), o programa está estruturado de acordo com os seguintes seguimentos: a) Coordenação Executiva do EMITec: gestão geral do Programa; b) Coordenação Pedagógica e de Área: profissionais com formação diversificada, com o papel de fornecer orientação e acompanhamento pedagógico a professores e mediadores; c) Secretaria do EMITec: composta por uma equipe que colabora com a Coordenação Executiva do EMITec; d) Setor de Avaliação: responsável pela organização, revisão e postagem no AVA das avaliações realizadas pelos es-

⁷ BAHIA (Estado). Secretaria de Educação. Orientações Gerais para Mediadores do EMITec. Salvador: Secretaria de Educação, 2013.

tudantes do EMITec; e) Coordenação de Estúdio: equipe de profissionais que atua diretamente na gestão dos trabalhos realizados nos estúdios que atendem ao programa; f) Professores: Profissionais da Rede Estadual de Educação, especialistas em diferentes áreas do saber, responsáveis por ministrarem as aulas, construção das avaliações e pela elaboração dos instrumentos de suporte à aprendizagem dos alunos; g) NRE/CEMIT/Escolas de Vinculação: Estabelecem contato direto com a Coordenação Executiva e Secretaria EMITec, com a função de acompanhar as turmas do EMITec, através dos Coordenadores Locais e Diretores; h) Mediadores: Profissionais da área de educação que, embora não ministrem aulas, são fundamentais para o desenvolvimento das ações pedagógicas junto aos estudantes atendidos pelo Programa EMITec, realizando o acompanhamento da vida escolar do estudante, como a frequência, aplicação e correção dos instrumentos avaliativos dos estudantes; i) Alunos: jovens e adultos matriculados no Ensino Médio da Rede Estadual de Educação do Estado da Bahia, para as turmas do EMITec.

A tecnologia utilizada pelo programa para as transmissões das aulas é a plataforma de telecomunicações via satélite com o software IP.TV (Internet Protocol Television), que inclui recursos como videoconferência; as salas associadas ao programa são equipadas com Antena VSAT bidirecional, roteador-receptor de satélite, cabeamento estruturado (LAN), microcomputador, webcam com microfone embutido, TV LCD 37 polegadas, impressora a laser, no-break e acesso à Internet em banda larga via satélite. Outro recurso tecnológico que viabiliza a funcionalidade do programa é a Plataforma Moodle, que se refere ao ambiente virtual de ensino destinado a oferecer suporte teórico e metodológico aos professores especialistas e mediadores do Programa, bem como socializar as produções educativas dos estudantes. Sua estrutura é composta de diretórios de acesso, nos quais são postadas as videoaulas, informações administrativas e pedagógicas, legislação educacional, material de ensino (vídeo, áudio, slides, textos, livros, revistas, jornais e outros de interesse geral) didático e formação de professores, além de produções discentes⁸.

Nesse cenário, o programa EMITec está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, criada através da Resolução N° 4, de 13 de julho de 2010, CNE/CEB 4/2010, Art. 13. § 3º; VII, em especial, no que se refere ao

Estímulo à criação de métodos didático-pedagógicos utilizando-se recursos tecnológicos de informação e comunicação, a serem inseridos no cotidiano escolar, a fim de superar a distância entre estudantes que aprendem a receber informação com rapidez utilizando a linguagem digital e professo-

⁸ Informações disponíveis em: tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-39.htm.

res que dela ainda não se apropriaram. (BRASIL, 2010).

Investigar a respeito das políticas educacionais para o Ensino Médio no campo vai além da investigação sobre leis, decretos ou pareceres. Falar da oferta do Ensino médio no Campo por meio do EMITec pressupõe refletir sobre uma educação de qualidade para a juventude desse espaço e nos questionar se o modelo educacional desenvolvido no meio rural vai ao encontro dos projetos futuros dos jovens desse espaço; se este modelo educacional está sendo construído de acordo com as especificidades da juventude em cada contexto, seja indígena, ribeirinho, quilombola, caiçara, dentre outros. Assim, compreendemos que para construir um processo de ensino que vá ao encontro das necessidades formativas e especificidades culturais da juventude campesina é essencial a existência de políticas públicas educacionais eficientes, que garantam de fato uma educação de qualidade, escolas com infraestrutura adequada e profissionais habilitados para atuarem nesse espaço de formação, no sentido de oportunizar uma verdadeira educação do campo.

DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA MEIO RURAL: O CASO DO FECHAMENTO DO EMITEC

A educação para o meio rural ainda é um espaço de disputas no que concerne à criação, efetivação e manutenção de políticas públicas que garantam um processo educacional de qualidade para o povo campesino e também que possibilite aos sujeitos que vivem nesse espaço uma vida digna e com acesso a serviços como saúde, transporte, lazer, dentre outros. Percebemos a ausência do cuidado com esses sujeitos por meio da falta de estrutura nas estradas, no atendimento à saúde, na ausência de assistência técnica para os pequenos produtores, educação construída segundo as especificidades do homem e mulher do campo, escolas com infraestrutura adequada e profissionais habilitados para atuar junto às pessoas desse espaço. Embora possamos apontar avanços como a criação de Diretrizes Educacionais, compra da merenda escolar, alguns cursos de formação para educadores do campo, ainda vivenciamos situações que exigem maior atuação dos governos no que concerne ao desenvolvimento rural e dos sujeitos que constituem esse espaço.

A Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegura o direito de educação a todos, inclusive ao povo do campo, como previsto no art. 28, onde dispõe que

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona

rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Essa lei evidencia que a educação para os povos do campo deve ser construída segundo as especificidades de cada comunidade, sejam “posseiros, boias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos ou sitiantes, caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas” (PARANÁ, 2006), sendo necessária a adequação no currículo, nas metodologias de ensino, no calendário de acordo com o ciclo agrícola, organização e gestão escolar. Esse artigo chama atenção para outro aspecto importante, que é a diferença, a singularidade dessas comunidades, o que leva à compreensão de que seu sistema educacional não pode ser submisso aos valores urbanos.

Entretanto, notamos que esse direito não está sendo garantido pela esfera política, pois na última década o fechamento e nucleação de escolas têm atingido as comunidades rurais de maneira drástica e vem contribuindo para o aumento do analfabetismo e desistência dos estudos de muitas pessoas que residem no meio rural. Esse fenômeno pode ser analisado sob dois aspectos, de um lado do ponto de vista dos gastos de recursos com a oferta e manutenção de escolas no campo, e por outro do ponto de vista da educação como elemento de emancipação e transformação. Dessa forma, entendemos que o poder público não considera lucrativo construir escolas no meio rural e nem seguro, para a manutenção do status de dominação sobre o povo rural, oferecer uma educação de qualidade aos sujeitos desse espaço.

Percebemos, então, que apenas a criação de leis não basta. É necessário o reconhecimento do povo do campo como possuidores de direitos, que precisam ser contemplados pela esfera política. Leite (2002), aponta que aliada à criação das leis é imprescindível a participação da comunidade de maneira incisiva por meio de reivindicações e da pressão pela efetivação do que está posto na lei. O autor ressalta, também, a importância da sociedade conhecer quem realmente é o povo do campo, uma vez que o que a maioria das pessoas sabe a respeito desse povo se restringe ao que as feiras agropecuárias mostram e o que transmitem as letras de músicas sertanejas (cada vez mais urbanizadas). Assim, o distanciamento e invisibilização dos sujeitos do campo dificulta a definição de estratégias de ações que contribuam de fato com o desenvolvimento desse espaço. Decorrente do desconhecimento da realidade do meio rural Leite (2002, p. 11), afirma que surgem enigmas como

O que dizer, então, do conhecimento da realidade educacional do campo? Quais são as aspirações dessa população? Quem são essas 'estranhas' pessoas que conseguem viver ao largo de um shopping center? De que tipo de escola necessitam? Como devem agir seus professores? Quais os conteúdos que precisam aprender?

Com estes questionamentos entendemos que qualquer serviço realizado no campo, com especial atenção para a educação, precisa estar associado a um aprofundamento teórico e conhecimento sociocultural do meio rural. Esse espaço possui uma práxis educacional com características específicas que exigem uma educação construída com a participação das pessoas que constituem o espaço campestre. Nesse cenário, podemos identificar a omissão do Estado na oferta e manutenção das escolas campestres. O Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo - GPTE - instituído pelo Ministério da Educação em 03/06/2003, reconhece as históricas omissões do Estado neste setor ao detectar que

O Estado brasileiro omitiu-se: (1) na formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola do campo deveria funcionar e se organizar; (2) na dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e a manutenção de uma escola com qualidade em todos os níveis de ensino; (3) na implementação de uma política efetiva de formação inicial e continuada e de valorização da carreira docente no campo (BRASIL, 2005, p.7).

Assim, a educação para o povo do meio rural, não se caracterizou, ao longo da história de nosso país, como um local para implementação de ações projetadas e efetivadas pelo Estado. A ausência da institucionalização de estratégias educacionais para o meio rural tem privado a população campestre de ter acesso a escolas e a uma educação de qualidade. Geralmente as escolas do meio rural possuem um currículo pautado na discussão dos direitos básicos relacionados à cidadania e restritos aos limites geográficos e culturais do meio urbano, fortalecendo a negação do campo como espaço social e de constituição de identidades e sujeitos de direitos sociais. O Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPTE), (BRASIL, 2005) reforça essa ideia ao afirmar que

A concepção de que o meio rural é um espaço de atraso foi fortalecida a partir da primeira metade do século XX, com o surgimento de um discurso modernizador e urbanizador, que enfatizava a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural.

Segundo a ideologia da modernização, “o campo é uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida” (BRASIL, 2005, p.8).

Nessa perspectiva a educação campesina tem sido destituída de sua identidade e marcada por políticas compensatórias, que não possuem uma filosofia ou política específica para a formação das comunidades rurais. Nesse contexto, percebemos um desmanche nas políticas públicas direcionadas para o meio campesino. No que diz respeito ao objeto de estudo dessa pesquisa, as expectativas de formação dos jovens do EMITec de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho, observamos que a ausência de políticas públicas educacionais efetivas contribuiu para o fechamento do programa na Comunidade Flor do Oeste. Esse fato, de acordo com a Coordenadora do programa, aconteceu devido à política partidária existente no município, e tem imposto grandes desafios aos alunos da comunidade. Para os participantes da entrevista, o fechamento do EMITec tem afetado de maneira negativa os alunos do programa. A esse respeito eles colocaram que

Na minha opinião foi uma grande perda na comunidade, muito ruim o turno noturno sem funcionamento; a escola é pertinho de casa e agora está longe, os adolescentes tendo que sair de casa para estudar longe, em outra escola, outra comunidade; ainda mais nessa idade que é difícil a disciplina. (Morador 1)

O EMITec foi bom porque quase não tinha alunos. As professoras precisavam sair da sala de aula e deixava os alunos sozinhos para poder fazer merenda, pois o EMITec não tem merendeira. (Aluno 4)

Aqui ficou ruim depois que tiraram o EMITec da comunidade. Agora os alunos têm que se deslocarem para outra escola. (Aluna 3)

O fechamento do EMITec aqui ficou ruim porque os alunos têm que ir estudar em outro lugar. E tem gente que não pode ir para outra escola e teve que desistir de estudar. Sem o EMITec ficou ruim para a comunidade. (Aluno 5)

Com o fechamento do polo os alunos foram obrigados a se deslocarem para outra unidade de ensino, completamente diferente da realidade ao qual vivenciavam, além de obrigar muitos desses a desistirem dos seus estudos. A maioria dos alunos são trabalhadores, com o novo trajeto é longo para outra comunidade, muitos deixaram de estudar. A escola é uma instituição que sempre sofre ameaças de fechamento, com a retirada do programa, só

acirra cada vez mais as ameaças, o que não é bom pra a comunidade em si, a escola é a única representação que temos na comunidade. Perder a escola é como perder a sua referência. (Diretora)

Por meio das falas dos participantes percebemos que embora o EMITec apresente algumas falhas no processo de execução da sua proposta, no que diz respeito às especificidades da juventude campesina, o programa se constitui uma alternativa para a conclusão da educação básica e continuidade dos estudos. Nesse contexto, retomamos a ideia de que a educação, situada na esfera do estado de direitos, configura-se como uma ação viabilizadora da formação emancipatória e cidadã dos sujeitos que vivem do campo e constituem esse espaço, assim como, possibilita o desenvolvimento sustentável local. Levando-se em conta que a educação é um direito social, a construção de uma política de educação do campo precisa garantir que os seus sujeitos tenham a oportunidade de estudar em seu local de vivências, sem deslocar-se para outras comunidades ou para a cidade. Assim, com relação ao fechamento do EMITec e à necessidade de estudar em outra escola, os entrevistados afirmaram que se constitui um desafio, pois

O fechamento do EMITec tornou a vida dos alunos difícil; eles têm que pegar dois transportes para chegar até a outra comunidade; as alunas que têm filhos precisam deixar em casa. Também, os alunos chegam muito tarde à noite, pois o trajeto ficou muito maior, muito complicado. (Morador 1)

A entrevista reforça, ainda, que os prejuízos vão além do deslocamento para outra comunidade ou do longo trajeto, mas aponta que com o fim do programa na sua comunidade muitos alunos deixarão de estudar, principalmente as alunas casadas. Em sua fala deixa evidente que o EMITec se constituía uma alternativa para preparar os alunos para cursar uma faculdade. A esse respeito ela coloca que

Na minha condição, em que meus filhos precisam trabalhar para se manterem, o EMITec já prepara para fazer uma faculdade à distância, tendo interesse é uma boa oportunidade para aprender. (Morador 1)

A diretora da escola complementa a fala da Moradora ao afirmar que,

O programa oportunizou aos alunos continuar seus estudos sem sair da sua própria comunidade, uma vez que para cursar o Ensino Médio muitos tiveram que se deslocar pra outro município, os que não tinham essa condição acabava desistindo dos estudos. Então, o programa é extremamente

importante tanto para escola como para a comunidade em si. (Diretora)

Nesse contexto, observamos que embora o EMITec necessite de reestruturação para contemplar as especificidades socioculturais dos seus jovens alunos, sua presença na comunidade é necessária para que os jovens estudantes continuem seus estudos. Ao realizarmos uma análise estrutural, pedagógica e na construção e implementação da proposta curricular do programa em destaque, identificamos que o mesmo não está em consonância com os estudos do Grupo Permanente de Trabalho e Educação no Campo (2005, p. 37-39), que defende os seguintes princípios pedagógicos de uma Educação do Campo:

1) o papel da escola é formar sujeitos, e isso deve articular-se a um projeto de emancipação humana; 2) é valorizar os diferentes saberes oriundos da diversidade de sujeitos no processo educativo; 3) é valorizar os diferentes espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem, pois a educação no campo ocorre tanto em espaços escolares quanto fora deles; 4) é vincular a escola à realidade dos sujeitos; 5) é ter a educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável; 6) desenvolver a autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino. (BRASIL, 2005, p. 37-39).

A análise desses princípios nos remonta aos questionamentos proposto por Leite (2002) sobre o desconhecimento do povo do campo; entendemos aí que qualquer política de educação dos sujeitos do campo precisa conhecer quem são essas pessoas, como vivem, o que desejam e o que não querem; igualmente, o currículo da escola do campo precisa ser norteado segundo os princípios apontados pelo GT da Educação do Campo descrito acima. Dessa forma, observamos que o programa EMITec, com sua proposta generalizada e currículo padrão, está na contramão da formação emancipatória do jovem camponês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados têm revelado que, no que diz respeito à juventude do campo, observa-se que as políticas públicas ainda é um assunto pouco discutido e que não chega a muitas comunidades; marcada por influências diversas, as políticas públicas para a juventude camponesa ainda carece de maior atenção do poder público quanto à sua efetivação e garantia de direitos dessa categoria social. No setor educacional observa-se que a criação do EMITec constitui-se um ganho para as populações do campo, entretanto há a necessidade de investimento em infraestrutura das escolas, capacitação dos professores mediadores e elaboração de uma proposta

condizente coa as especificidades de cada comunidade. Isso com vistas à valorização e emancipação política da juventude desse espaço.

A análise da proposta do EMITec faz perceber a necessidade reestruturação metodológica do programa para oferecer espaços de discussão que envolva elementos da realidade sociocultural do estudante e que promova a interação dos professores com os jovens, para, desse modo, estabelecer um elo forte entre o processo educacional e os projetos de vida dos jovens. O desenvolvimento de um programa pautado unicamente na transmissão de conteúdos, no livro didático e na realização de avaliações periódicas, faz perceber uma fragilidade nesse programa no que diz respeito às expectativas de formação e os elementos da cultura juvenil na proposta pedagógica do EMITec. Desse modo, mesmo o programa contando com professores especialistas, com salas equipadas com os aparelhos tecnológicos necessários para a transmissão das aulas, sinal de internet e disponibilização do transporte escolar, por meio da parceria entre Estado e Município, há a necessidade de uma ampliação na proposta pedagógica no sentido de prever a realização de atividades extraclasse que sejam dinâmicas, elaboradas segundo os interesses dos alunos, e que oportunize o protagonismo juvenil dentro e fora da escola.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M. G. FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, 2).

ARROYO, M. G. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASÍLIA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LEI nº 9394/96. Brasília, 1996.

BAHIA. **Portaria n.º 424**, 21 de jan. de 2011. Implanta o Programa Ensino Médio com

Intermediação Tecnológica (EMITEC). Salvador: EGBA, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação – **Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo**. Referência para uma política nacional de Educação do Campo. Caderno de subsídios, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 4, DE 13 de julho de 2010. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação (PNE)**, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular Ministério da Educação**. Ministério da Educação, 2018.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANÁRIO, R.A **escola no mundo rural**: contributos para a construção de um objecto de estudo. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 14, p. 121–139, 2000.

CARNOY, M. **Educação, Economia e Estado**: base e superestrutura e relações e mediações. (trad. Dagmar M. L. Zibas). – São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984.

FERNANDES, I. L. A construção de políticas públicas de educação do campo através das lutas dos movimentos sociais. **Revista Lugares de Educação [RLE]**, Bananeiras/PB, v. 4, n. 8, p. 125 135, Jan./Jun., 2014 ISSN 2237 1451 Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>. Acesso em: 03 de abril de 2020.

GUIMARÃES, M. C. R. As novas formas de organização e articulação das classes dominantes: o MBL em questão. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 2 (2018)

AVANÇO DO CONSERVADORISMO: expressões e formas de resistência. Universidade Federal do Maranhão São Luís, Brasil <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10558/6164>. Acesso em: 01/10/2020

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação*. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

KREMER, A. A nucleação escolar e o processo de desenraizamento nas comunidades rurais do município de Bom Retiro/SC. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S. A. B.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (orgs.) **Educação do Campo:** políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.

LAKATOS, E.; MARONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural:** urbanização e políticas educacionais. – 2. Ed. – São Paulo, Cortez: 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 70).

MILITÃO, S. C. N.; MIRALHA, M. F. Ensino Fundamental: trajetória histórica e panorama atual. In: XIV Semana da Educação da UEL, 2012, Londrina. *Pedagogia 50 anos: da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Londrina*. Londrina: UEL, 2012. V. 1. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1423711/ensino-fundamental--trajet%C3%B3ria-hist%C3%B3rica-e>. Acesso em: 08.12.2020.

MOLINA, M. C.; ANTUNES ROCHA, M. I. **Educação do campo, história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de professores** – reflexões sobre o Pronex e o Procampo. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

MOURA, T. V.; SANTOS, F. J. S. dos. A Pedagogia das classes multisseriadas: uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. **Debates em Educação** - ISSN 2175-6600. Maceió, Vol. 4, nº 7, Jan./Jul. 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/658/0>. Acesso em: 12.04.2021.

PARANA. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 2006.

PINHEIRO, M. do S. D. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira.** In: ANPAE, 2007, Ri Grande do Sul. Cadernos ANPAE. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, L. M. dos; ARAÚJO, H. A. B. de. **Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec): inclusão e escolarização na zona rural e regiões remotas.** Salvador/BA Maio/2017. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2017/trabalhos/pdf/153.pdf>. Acesso em: 08.03.2019.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil: o congresso nacional na legislação do ensino.** São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, M. M. da. **O Ensino Médio para os jovens do campo na região de Uberlândia-MG** [manuscrito] Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Catalão, 2019.



O proprietário "bom" e o proprietário "ruim": o fim das relações de morada em memórias de assentados rurais

Thelma Maria Grisi Velôso¹

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker²

RESUMO: O artigo parte das transformações ocorridas nas relações de trabalho rural, no litoral nordestino, para esclarecer o significado das narrativas de camponeses assentados que nos confiaram memórias que evocam momentos importantes de suas trajetórias. Assim, analisamos as enfáticas e contraditórias memorizações sobre a "bondade" de um patrão, dualisticamente comparada com a "maldade" de outro, e através dessas manifestações pudemos encontrar os reflexos dessas transformações. Ou seja, memórias individuais como vivência e interpretação de um processo histórico complexo que afetou suas vidas, devido ao domínio do senhor de terras que ora apresenta sua "maldade" ora se distancia com estratégias paternalistas. As memórias colhidas nos levam também a tangenciar diferenças entre as memórias masculina e feminina e a rejeição da "racionalidade" da administração burocratizada.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias; Relações de Morada; História Oral.

THE "GOOD" LAND OWNER AND THE "WICKED" ONE: THE END OF THE HOUSE SETTLEMENT RELATIONS IN THE MEMORIES OF RURAL SETTLERS

ABSTRACT: The departure point is connected with the changes that occurred in the rural labor relations in the Northeastern coast in Brazil, and we aim at clarifying the narratives of those peasants settled in the area who trusted in us and revealed their memories, evoking important moments of their trajectories. This has enabled us to analyze the emphatic and contradictory memories concerning the "goodness" of a boss, and compare it to the "wickedness" of another. This comparison enabled us to identify the reflections of these transformations, that is, the individual memories seen as the living experience and the interpretation of a complex historical process which affected their lives because of the domination of the landowner who either revealed his "wickedness" clearly or distanced himself by resorting to paternalistic strategies. The memories collected all led us to compare the differences between masculine and feminine memories and the rejection of the "rationality" of the bureaucratized administration.

KEYWORDS: Memories; House Settlement Relations; Oral History.

¹Graduada em Psicologia e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Araraquara/São Paulo). Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: tgrisiveloso@gmail.com.

²Socióloga. Pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Oxford, Inglaterra. Professora emérita aposentada da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Araraquara/São Paulo). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA). E-mail: marisaandreatta@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo dialoga com as memórias de assentados rurais do litoral sul da Paraíba e investiga como essas memórias reconstróem e interpretam o fim das ‘relações de morada’. Para alcançar esse objetivo, faremos, inicialmente, uma breve retrospectiva histórica sobre o sistema de morada a partir de textos que se tornaram uma referência nessa discussão.

A presença camponesa no Brasil data da época da colonização (FORMAN, 1979). A pequena produção e a pequena propriedade nasceram atreladas ao setor canavieiro, não apenas entre um latifúndio e outro, mas também nos limites das propriedades, “nas ‘brechas’ do sistema canavieiro e a ele subordinadas” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 53, grifo dos autores).

A escravidão foi, durante três séculos, a relação de trabalho dominante. No entanto, embora os negros tenham constituído, na época da Colônia, parte significativa da população da Paraíba, se comparada com outras províncias, esse estado nunca teve uma grande porcentagem de escravos. Por outro lado, o Nordeste, apesar das várias tentativas feitas no Século XIX, nunca recebeu quantidade substancial de imigrantes europeus. Sendo assim, os senhores de engenho, mediante as crises do sistema açucareiro, como não podiam adquirir escravos, devido ao seu alto custo, recorreram muito cedo ao estabelecimento de **moradores** em suas terras para suprir a necessidade de mão de obra. Isso justifica as transformações, no país agrário, que ocorreram do sistema escravocrata para o de moradores, e deste para o de assalariamento atual.

Em suma, desenvolveu-se, no Brasil, um campesinato que se caracterizou, inicialmente, pela presença de moradores de condição, moradores foreiros, lavradores e posseiros. Até a abolição da escravatura, essas formas de trabalho conviveram com a escravidão. Com a abolição, o **sistema de morada** tornou-se a forma de trabalho dominante.

Palmeira (1976) adverte que, para os trabalhadores da cana, morar significava estar ligado, de um modo particular, a um engenho. Tornar-se morador significava estabelecer um **contrato** específico que o vinculava a um senhor de engenho particular. Nesse sentido, o trabalhador só se tornava morador quando se colocava **em relação com**. Apesar da mobilidade na vida do morador que, historicamente, deslocou-se de uma propriedade para outra, o mais importante era que, no local onde chegasse, ele se vinculasse, de maneira específica, ao proprietário. Quando se deslocava, procurava a casa de morada, isto é, uma casa que possibilitasse seu sustento e o da família, determinadas vantagens na propriedade e possibilidades de usufruir de um sítio. O referido autor assinala que, com a casa, o morador recebia trabalho (o denominado morador de condição) ou terra (o morador foreiro).

O morador de condição tinha o dever de trabalhar para a propriedade. A condição era, sobretudo, a obrigatoriedade de trabalhar. Além dos dois ou três dias de trabalho gratuitos (o **cambão**), o morador era obrigado a trabalhar em outros dias, que variavam de acordo com o calendário agrícola. Na época do corte da cana-de-açúcar, quando havia mais necessidade de mão de obra, chegava a dar cinco dias de trabalho. Quando havia remuneração, era em nível mais baixo do que a quantia paga aos trabalhadores de fora.

Já o morador foreiro tinha acesso a um sítio (onde desenvolvia uma agricultura de subsistência), pagava o foro anual (quantia paga em dinheiro) e, muitas vezes, trabalhava alguns dias gratuitamente – o cambão. Tinha uma situação almejada por todos, embora só pudesse dispor dos produtos de seu trabalho com uma concessão do senhor que, em caso de venda dos produtos, tinha prioridade de compra. Os moradores foreiros gozavam de mais autonomia, porém deveriam, ao mesmo tempo, demonstrar uma interiorização maior das regras de morada.

Tanto o morador de condição quanto o foreiro recebiam uma casa, que podia ou não estar construída, que incluía um terreiro (chão de terra ou fundo de casa). Nesse espaço, o morador de condição que não recebia sítio plantava os produtos considerados fundamentais para o consumo familiar (milho, mandioca, feijão). No espaço maior ou menor à volta da casa, podia haver árvores frutíferas ou os moradores podiam criar animais que servissem para o autoconsumo (galinhas, porcos, cabras etc.). Além disso, o senhor não concedia a terra, apenas permitia que o morador desenvolvesse certas culturas sob seu controle ou de prepostos. A criação de animais que não serviam para o autoconsumo só podia ser efetuada com autorização do proprietário. Era permitido que se aprovisionassem de água e lenha, porém a casa de farinha³ era usada em troca de 1/10 (um décimo) do produto. A casa, o sítio e o que os moradores produziam pertenciam **de direito** ao proprietário (GARCIA JR., 1988).

O sítio era um dos mais importantes **prêmios** dados pelo senhor de engenho ao morador. Era uma possibilidade dada pelo **contrato** de morada. Possibilitava o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência e o poder de plantar árvores frutíferas. Assim, o morador estabelecia um vínculo de permanência na propriedade. Esse também era um mecanismo central de diferenciação interna. A própria organização espacial do engenho denunciava essa diferenciação: na parte central, edificava-se a casa-grande e, em suas proximidades, ficavam as instalações do engenho, a capela, a escola, o barracão (armazém da propriedade, onde se abasteciam os moradores); um campo (onde se realizavam as festas ao ar

³ As casas de farinha tradicionais não eram eletrificadas e, para funcionar, dependiam, sobretudo, da força de trabalho humana. Elas eram constituídas basicamente de roda de ralar mandioca (o ralador), prensa, com a qual a mandioca era espremida para retirar o veneno, e forno em que se tostava a farinha (OLIVEIRA, 1998).

livre e os jogos), as casas do administrador e demais empregados e as casas dos moradores sem sítio e dos não moradores (como os trabalhadores de fora). Ao redor, o canavial e as casas dos moradores com sítio que eram dispersas pelas áreas da propriedade pouco propícias, em geral, para plantar cana (PALMEIRA, 1976).

Além da casa e do trabalho, as demais trocas necessárias à subsistência eram feitas dentro do engenho. A compra de produtos, por exemplo, era feita no barracão que se caracterizava, também, como uma forma de prender o morador que contraía dívidas. Havia casos em que o morador, bastante endividado, era ameaçado pelo proprietário. O morador tentava sair para outra propriedade, mas o proprietário não lhe dava permissão enquanto ele não saldasse a dívida. Então, o morador pedia um empréstimo equivalente em outra propriedade, porém ficava sem poder sair dela enquanto não pagasse o novo débito. Caso não conseguisse o empréstimo e saísse fugido, era comum o credor ter o apoio de uma autoridade para prender o foragido, para que trabalhasse até saldar a dívida. Havia casos em que o morador ficava trabalhando de dia e, à noite, ficava preso em um quarto sob a guarda de vigias (ANDRADE, 1986).

Cada relação concreta mostrava uma configuração de concessões e obrigações diferentes, que só se explica completamente pela história particular das trocas morador-senhor.

Situado numa posição que permite colocar os moradores em concorrência por seus favores, o senhor podia instituir vantagens materiais como contrapartida da fidelidade à sua pessoa sem mesmo ter necessidade de explicitá-las (GARCIA JR., 1988, p. 11).

A casa-grande concentrava todo o poder social. A organização do engenho denotava a hierarquia e garantia a dominação e a vigilância do senhor sobre os demais. O senhor **casava e batizava**, distribuía medicamentos, rezava novenas e moralizava. Detinha o poder de cura dos corpos e das almas. Em situações como nascimento, morte ou doenças, recorria-se ao senhor que, como protetor, legitimava-se através da generosidade. Nessa relação, o morador contraía uma dívida que não podia ser paga senão através da obediência. Ele também se submetia em troca de recompensas.

O senhor também decidia em quem o morador devia votar – o chamado **voto de cabresto** – e constituía o poder único dentro de sua propriedade, excluindo qualquer outra autoridade, até mesmo a Polícia. Para se fazer obedecer ou para punir, os senhores recorriam a castigos corporais que, às vezes, resultavam em mortes. Cabia às verdadeiras milícias privadas (constituídas de capangas ou cabras de confiança, isto é, indivíduos que, às vezes, cometiam crimes e ficavam sob a

proteção do senhor, contraindo uma dívida moral) garantir o poder no interior da propriedade e em disputas fora dela.

O que retém os moradores nos limites do engenho não é só a expectativa de um grito a lembrar que o senhor precisa deles, é toda esta vasta organização da vida social, envolvendo trabalho, residência, trocas materiais, práticas religiosas, festas que se desenvolvem dentro dos seus limites e constituem uma espécie de força centrípeta que os atrai “naturalmente” para dentro do espaço dominado pelo poder do senhor, e limita os horizontes mentais (“numa geografia mínima”), desviando-os do mundo social mais abrangente (GARCIA JR., 1988, p. 13, grifos do autor).

Essa relação de dependência exigia do morador obrigações com o dono da propriedade, que, ao mesmo tempo, fortalecia seu poder social se possuísse um número maior de moradores – também era fortalecida sua força simbólica pelo número dos que o reconheciam como senhor. Os moradores eram obrigados a ficar o tempo todo à inteira disposição do senhor, para executar suas ordens a qualquer hora do dia ou da noite (GARCIA JR., 1988).

Nesse processo, o morador interiorizava que os interesses do senhor eram iguais aos seus, e o trabalho que fazia significava um **dom** recebido. A própria utilização do tempo e do corpo do morador obedecia à vontade tácita ou explícita do senhor e encobria-se a dominação pela ‘ideologia da reciprocidade’.

Aos dons concedidos pelo senhor de engenho o morador deve fazer juz e, voluntariamente, retribuir. Entre os dons oferecidos pelos proprietários destacam-se: a casa, o trabalho e o acesso à terra para roçado (plantação de mandioca e outras culturas alimentares) direito de criar pequenos animais, acesso à água e o mel do engenho, acesso ao barracão. Juntam-se a proteção e o auxílio financeiro em momentos de precisão, na doença, no parto, e na morte. A contrapartida a tais concessões pode ser resumida através de uma palavra utilizada pelos próprios moradores: a *sujeição* (NOVAES, 1997, p. 14, grifo da autora).

Não há nenhum fundamento jurídico na denominação **sujeição**, pois todos são livres perante a lei, e esse termo não é reconhecido nem sancionado pelo Estado, tampouco utilizado em classificações estatísticas oficiais. O termo **sujeito** era utilizado pelos sertanejos para designar os escravos, e o termo **liberto** designava o escravo que tinha passado para a condição de livre (GARCIA JR., 1988). Designar os moradores de **sujeitos** é o resultado de um processo de elaboração das

representações que se dá pelo reconhecimento da semelhança entre as condições materiais nas relações de morada e as condições de escravidão. Embora os moradores não fossem escravos, estavam inseridos em relações de trabalho com características de escravidão, inclusive por sua contemporaneidade (VELÔSO, 1990).

A diferenciação interna era um elemento importante não só no que dizia respeito à segmentação da força de trabalho, como também ao fato de dificultar a formação de uma identidade política por parte dos trabalhadores. Dentre os elementos ideológicos e culturais, socialmente produzidos e reproduzidos, que legitimavam as regras de morada, destacavam-se os de caráter religioso. A religião católica, historicamente, serviu para legitimar a dominação, apesar de também expressar aspectos contraditórios e de resistência. Quanto às relações de morada, ela serviu para reforçar as relações pessoais com o senhor. Os sentimentos de lealdade e de reconhecimento se fundamentavam também “no partilhar das mesmas crenças e concepções religiosas que, aos poucos, foram se tornando um denominador comum entre brancos, índios e negros” (NOVAES, 1997, p. 12).

Scott (1981), em seus estudos sobre o campesinato em nível internacional, refere-se à existência de um princípio moral de reciprocidade na relação entre proprietários e camponeses. O autor parte da seguinte formulação: um presente ou um serviço cria em quem o recebe a obrigação de restituí-lo, no futuro, por um presente ou serviço de valor semelhante. A obrigação da reciprocidade é o princípio moral por excelência, o qual se aplica tanto às relações entre iguais quanto entre desiguais. Em geral, pela própria natureza da relação, é provável que os serviços trocados entre patrão e cliente não sejam idênticos, porém se estabelece uma obrigação recíproca, na qual os dois polos da relação têm direitos e deveres. Assim, considerando a relação entre o proprietário e o morador, o primeiro tem direitos, mas também o dever de proteger o camponês e de assegurar que suas necessidades materiais sejam atendidas. O segundo, por sua vez, tem esses direitos, mas também o dever de fornecer seu trabalho e sua lealdade.

Não estamos negando que, nas relações de morada, a lógica da reciprocidade encobria a dominação, tampouco que, para muitos autores, não existe reciprocidade entre desiguais, mas lealdades que são introjetadas no processo de dominação. No entanto, no que diz respeito às relações de morada, não podemos desconsiderar que, entre proprietário e morador, havia uma relação de obrigação recíproca e o que a mantinha era o cumprimento dessas obrigações por ambas as partes. O cumprimento das obrigações (instituídas pelas regras de morada) tanto por parte dos moradores quanto do proprietário garantia a legitimidade dessa relação,

pois, caso contrário, havia uma ruptura, isto é, a relação perdia sua legitimidade. Portanto, havia um tipo de contrato moral.

Dando prosseguimento a nossa retrospectiva histórica, os moradores passaram a ser a mão de obra utilizada pelas fazendas do litoral paraibano que cultivavam coco e criavam gado, como a Fazenda Camucim (município de Pitimbu/PB), atualmente assentamento rural, onde realizamos a pesquisa.

Segundo pesquisadores do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) (1992), a existência da Fazenda Camucim situa-se no início do Século XIX, quando a atividade principal era a cultura do coco, que era comercializado quase que integralmente. Os pequenos produtores que lá residiam eram moradores de condição, por isso tinham direito à lenha que encontravam na mata, à água das fontes, dos rios e dos riachos e a um pedaço de terra para morar, cultivar e criar. Em troca, davam de um a três dias de trabalho gratuito ao proprietário (a tucuca – denominação dada pelos pequenos produtores ao trabalho não pago, que consistia no plantio e no trato dos coqueirais).

Os roçados distribuía-se pela propriedade. Plantavam-se, sobretudo, inhame, batata-doce, feijão, milho, fava, mandioca e árvores frutíferas. Também se produzia farinha de mandioca na Casa de Farinha do proprietário (para cada cuia, que equivale a dez litros de farinha, um litro pertencia ao proprietário da fazenda). Criavam-se alguns animais (como aves, cabras e umas poucas reses); produzia-se carvão com a madeira retirada da mata e pescava-se (peixes, caranguejos e camarões) na baía do rio Abiaí. A produção (incluindo a farinha, a criação, o carvão e os pescados) tanto se destinava para o consumo como para comercialização. Essa última era realizada por meio dos chamados atravessadores e nas feiras livres da região (MOREIRA, 1997).

Com o aprofundamento das relações capitalistas no campo, a indústria da cana-de-açúcar vai, gradativamente, avançando por toda a microrregião do litoral sul paraibano, modificando a paisagem e as relações de trabalho existentes. Desse modo, a microrregião onde se localiza o Assentamento Camucim passou do período colonial – com a marcante presença e resistência indígena – para o avanço da indústria canavieira e os movimentos de resistência camponesa – que se materializaram nas Ligas Camponesas e nos conflitos de terra – até a constituição dos assentamentos rurais.

Esperamos que, além de ter trazido elementos para contextualizar o espaço social e histórico em que nossos narradores estavam inseridos – e de termos elementos para pensar na dimensão econômico-social e política – possamos também ter trazido elementos para pensar e repensar em seus relatos, isto é, a dimensão discursiva. Nesse sentido, deter-nos-emos, a seguir, nas memórias

construídas por nossos narradores a partir das entrevistas de história de vida realizadas.

AS MEMÓRIAS

Nossos narradores vivenciaram a quebra das relações de morada na Fazenda Camucim, hoje assentamento rural. Essa ruptura se deu no final dos anos 1970 e gerou um conflito de terra. A partir de pesquisas feitas no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba – Fundo: Conselho Pastoral. Grupo: Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH (João Pessoa-PB), mais especificamente, no dossiê ‘Tensão Social no Campo’ – o conflito de terra em Camucim iniciou-se com a venda da fazenda, depois da morte do proprietário, para a Empresa Agroindustrial Tabu⁴, cujas terras se limitam com Camucim. Para que a empresa Tabu pudesse expandir a área de cultivo de cana-de-açúcar, era necessário retirar os moradores. O conflito foi alimentado pela forte pressão da Destilaria, por meio de ameaças, prisões, espancamentos, sequestros e outras arbitrariedades. Em contrapartida, esses moradores resistiram, apesar de algumas famílias terem “desistido” de lutar, seja abandonando a área, seja aceitando as indenizações, seja concordando em se transferir para outra área. Ressalte-se, também, que tiveram, durante o conflito, não só o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Pitimbu, mas também a assessoria da Igreja e de professores universitários. Cerca de quarenta e duas famílias continuaram lutando pela desapropriação da Fazenda Camucim que, em 1986, foi comprada pelo Estado, e não, desapropriada, e se transformou em um assentamento rural administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Antes de analisar as memórias sobre as relações de morada, é importante destacar que, orientadas pela metodologia qualitativa da história oral, essas memórias foram colhidas por meio de entrevistas de histórias de vida – que foram submetidas a uma proposta de Análise de Discurso (CARMO, 1997a, 1997b, 1999) – em uma pesquisa mais ampla cujo objetivo principal foi de analisar as lembranças dos pequenos produtores rurais de Camucim sobre suas experiências de luta e resistência durante as Ligas Camponesas e durante o conflito de terra com a Tabu.

Trabalhar com fontes orais significa considerar que elas não são apenas um “testemunho” dos fatos, um “depósito de dados”, mas que também elaboram e reconstróem esses fatos e lhes atribuem sentidos através do “trabalho da memória” e do “filtro da linguagem” (PORTELLI, 2000, 2017). Nessa perspectiva, a memória é concebida como um processo individual e coletivo de recriação dos fatos, que se

⁴ A empresa pertence ao Grupo Empresarial Lundgren S. A., que tem empresas em vários setores: no agropecuário, no de tecidos, de comércio, de hotelaria e de finanças. O grupo é um dos mais tradicionais da economia brasileira.

coloca entre eventos, imaginações e relatos; entre história e subjetividade; entre narradores e sujeitos da narração, misturando continuamente seus respectivos papéis (PORTELLI, 1985). Interessa-nos como o acontecido é lembrado e narrado no momento da entrevista.

Como assinala Portelli (1987, p. 7), não buscamos, através das fontes orais, a verdade, a realidade, o vivido, a materialidade da experiência ou a dimensão imediata do testemunho, mas as mediações, as impressões, as mistificações, as representações, as interpretações, os erros – as memórias. Considerar a subjetividade significa dar ênfase ao estudo das formas e dos processos culturais por meio dos quais os indivíduos exprimem o sentido de si mesmos na história (PORTELLI, 1990).

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envolvidos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como *história* com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações (PORTELLI, 1998, p. 111, grifos do autor).

Assim, a memória daqueles que protagonizaram a dominação e foram vítimas dela ajuda a dar nuances à interpretação do processo histórico que perde o caráter rígido das interpretações unilineares. Cumpre lembrar que a memória assim entendida, a partir dessa orientação metodológica, é reconstruída com base nas subjetividades em processo, um fenômeno que ocorre com qualquer grupo social. Só o confronto entre os relatos dos diferentes atores sociais que observamos historicamente pode dar conta de uma compreensão dialética da história em movimento.

No que concerne às memórias dos nossos entrevistados, elas ressaltam uma separação entre o bem e o mal e se destacam devido a essa polarização. O fim das relações de moradia em Camucim é metaforizado por meio de um dualismo que contrasta a existência de um proprietário ‘bom’, aliado, com um proprietário “ruim”, antagonista.

No relato abaixo, a narradora refere-se aos dois proprietários que ela conheceu antes de a Fazenda Camucim ser vendida para a Destilaria Tabu – o Frederico

Cesário e o Francisco (Chico) Leocádio. A bondade do primeiro e a maldade do segundo são reiteradas várias vezes.

D^a. Ju: Que quando era naquela segunda-feira estava... tinha que nós se reunir novamente prá ir tirar aquela conta de terra. Todos nós, todos morador. [...]Esse homem era tão bom (enfática), que eu não sei porque a pessoa no mundo é tão bom (enfática) e morre de esmola. Morreu de esmola esse homem. Disse que estava ele, contaram a gente, numa calçada (enfática), numa calçada. Acharam ele numa calçada, morto, numa calçada. Eu não sei como aconteceu uma coisa dessa, com uma criatura tão boa... (enfática) [...]Bom se a alma dele prá Jesus Cristo, que era bom demais! Criou eu, criou meus quatro irmão, quem criou foi ele, órfão de pai e mãe, ele criou foi todos quatro. (...)

Entrevistadora: Aí quando a senhora foi trabalhar na casa dos outros ele ainda era dono ou já era o outro?

D^a. Ju: [...]Era Seu Leocádio, ruim! (enfática) Tão ruim, viu? Só gostava de moça nova (enfática) é, devorou muitas. [...]Se empregava na casa dele, que ele não tinha mulher. Queria as mocinha prá ele. (enfática) [...]Ele era muito ruim, ninguém gostava dele não. Dentro da propriedade dele em Jacaraú, ninguém comia nem uma frutinha assim, não dava nada, apodrecia no chão [...]ele comia os comer de quatro, cinco dia, um comer sem jeito. Aquilo era tão ruim, os comer gelado, comer ruim [...]num perdia nada. (enfática) [...]Tinha um morador que ele enraivou-se e meteu-lhe bala, não... não morreu porque ele saltou uma cerca e foi “simbora”. [...]Era ruim, era ruim, era ruim, o Francisco Leocádio era ruim (enfática) [...]era muito ruim prá gente.

O primeiro proprietário – Frederico Cesário – segundo D^a. Ju era extremamente bom. Essa bondade se deve ao fato de o proprietário tê-los criado – a narradora e os irmãos. Noutro trecho de seu relato, D^a. Ju explicita que seu pai saiu de casa, e eles (filhos) ficaram com a mãe e a avó. A mãe, no entanto, era muito doente, e a avó era quem cuidava deles e da casa. O proprietário Frederico os ajudava, assistindo-os com bens materiais. D^a. Ju relembra, por exemplo, que tanto quando morreu sua mãe, como quando morreu a sua avó, o Frederico providenciou o enterro. Protegia, então, na vida e na morte, respeitando as regras de morada. Em outro momento de seu relato, diz que a avó ainda era viva quando a propriedade já pertencia ao outro proprietário – o Leocádio. Esse desencontro de informações gerado pelo ‘trabalho da memória’ pode garantir que a intenção do discurso era de ressaltar a generosidade do proprietário Frederico que cuidava na vida e na morte, que se interessava que os pequenos produtores trabalhassem em suas lavouras.

Em outro trecho de sua entrevista, D^a. Ju justifica o fato de Frederico receber o dia de trabalho gratuito – a ‘ticuca’ – do seguinte modo: “ele tinha que fazer assim mesmo”, caso contrário, “perdia” os coqueiros. Dessa forma, legitima a exigência do proprietário e minimiza, inclusive, qualquer tipo de questionamento, afirmando que ele não queria nada, somente aquele “diazinho”. A utilização do diminutivo reforça que o proprietário Frederico não queria nada, ou melhor, queria muito pouco; que não era exigente, tinha paciência. Todas essas características ressaltam sua imensa bondade e sugerem seus deveres inerentes às regras de morada.

As memórias conduzem para a ideia de que o proprietário aliado é o que respeita as regras, e o antagonista, o que não respeita. Outro aspecto que chama a atenção no discurso de D^a. Ju é o fato de o aliado morrer pobre. A própria morte das regras tradicionais? Ou a ideia de que a bondade está próxima de Deus assim como a pobreza? Considerando que a narradora, como é comum na maioria dos relatos, ressalta a sua fé em Deus e em seus desígnios, podemos supor que o pobre sofre – e “tem que sofrer” – pois, só assim, alcançará o reino dos céus.

No que se refere à bondade e à maldade dos respectivos proprietários, vale ressaltar que o discurso é construído da seguinte forma: de um lado, o proprietário bom; do outro, o ruim que o sucede. A maldade deste último é muito exaltada na referência à predileção por moças jovens e pela avareza, várias vezes reiteradas no relato de D^a. Ju. A narradora explicita que o Leocádio – o proprietário ruim – “devorou” muitas moças. Quem devora come com avidez, destrói (Bueno, 1989). O modo como se alimentava é ressaltado de forma crítica: apesar de só “devorar” menina nova, só comia comida velha, “de quatro, cinco, dias,” comida gelada. Para D^a. Ju, a forma como Leocádio satisfazia suas necessidades básicas era, em todos os sentidos, animalésca. Ela acrescenta que ele era avarento, não perdia nada, não dividia nada – observemos que, nesse sentido, refere-se à outra propriedade chamada Jacaraú, onde ele não permitia que os moradores colhessem os frutos, o que sugere que ele não era ruim só com os moradores de Camucim. Além do mais, o Leocádio castigava os moradores que o aborreciam, chegando quase a matar um. A irmã da narradora, que também foi entrevistada, constrói um relato que se assemelha ao de D^a. Ju, dizendo, inclusive, que Leocádio tinha a “cara de um bicho”. Todas essas características compõem seu perfil de pessoa ruim, muito ruim, que se aproxima da figura da besta-fera.

Novaes (1997) afirma que o bom patrão era aquele que, considerando a lealdade ilimitada dos moradores, usava muito pouco a violência. Se as relações de morada eram regidas por direitos e obrigações recíprocas, o proprietário é que deveria proteger seus moradores e lhes assegurar condições para satisfazer suas necessidades básicas em troca de seu trabalho e de sua lealdade.

O mais impressionante, no relato de D^a. Ju, é a necessidade de comparar os dois “protagonistas” de sua memória. Para expressar, com intensidade, sua gratidão ao bom patrão que ajudou a sua família, ela precisa compará-lo com o patrão malvado que o sucedeu. Ou seja, o pensamento que informa a memória necessita de parâmetros para avaliar um passado tão injusto como o tempo da “morada”: tudo era tão difícil, tão custoso, que só o fato de ser “um pouco melhor” já é suficiente.

Melhor do quê? O que “pensa o pensamento”? Ora, toma-se o malvado como parâmetro e, então, a bondade aparece no outro polo da narrativa, e a exploração via “ticuca” é apenas um detalhe do qual Frederico não podia escapar. Então, o “oprimido hospeda o opressor”, conforme Paulo Freire equaciona na obra antológica ‘A pedagogia do oprimido’ (1980).

É importante enfatizar, ainda, que, no relato de D^a. Ju, a versão de que o Leocádio morre e os herdeiros (entre eles, Marcelo) vendem a propriedade à Tabu não se evidencia. Para ela, Leocádio vendeu a fazenda ao Marcelo, pressionado pelos camponeses de Camucim. Apesar de o proprietário ser tão ruim, ele teve medo deles – do povo de Camucim, “povo muito forte, muito lutador”. Segundo D^a. Ju, ele “inventou” que vendeu a Tabu.

Ao apresentar uma versão sobre esse momento da história de Camucim, criando uma imagem extremamente negativa do proprietário, instiga-nos a pensar que essa versão resulta do fato de os moradores estarem sendo, pouco a pouco, expropriados e que houve uma ruptura definitiva nas relações de moradia no momento em que a propriedade foi vendida, e a Destilaria resolveu expulsá-los. Em outros relatos, explicita-se que foi na época do Leocádio que eclodiram as Ligas, expressão também da própria ruptura das regras tradicionais e do avanço do aprofundamento das relações capitalistas no campo. D^a. Ju nega a morte do Leocádio e, com essa negação, ele tornou-se mais responsável ainda pela “ruptura”, o que reforça a ideia de sua maldade.

Aqui temos, talvez, o aspecto mais fascinante das reconstruções de fatos a partir da memória individual. Parece que duas ou mais pessoas não contam versões idênticas de um fato, ainda que tenha acontecido no dia anterior. Isso se deve às diferenças entre as subjetividades envolvidas, cujas emoções alteram os detalhes e as representações. No caso da venda de uma terra que era a fonte de vida para o grupo, é fácil imaginar as emoções desconstruídas que informaram os registros da memória. Nossa enfática participante só podia atribuir ao malvado Leocádio os sofrimentos pelos quais passaram na ocasião.

No relato do irmão de D^a. Ju – Sr. Z. B. – a bondade do proprietário Frederico também é ressaltada. Vale destacar que, quando o Sr. Z. B. foi entrevistado,

informou-nos que saíra de Camucim nos anos 1960, depois do Golpe Militar. Nessa época, o proprietário já era o Leocádio, mas a propriedade ainda não tinha sido vendida à Tabu. Cabe registrar que ele foi entrevistado no assentamento vizinho, Árvore Alta, onde residia⁵. Quando perguntado se, na época do proprietário Frederico, pagava cambão, Sr. Z. B. respondeu:

Sr. Z. B.: Não, o dono não queria, ele queria... ele fazia assim, que ele era pai da gente mesmo de todo morador (enfático). Ele fazia assim: olhe, o sítio dele era debaixo do mato, que quando ele... quando o mato crescia, ele dizia: “‘Eita’, minha gente, ‘umbora’, hoje dá um cambãozinho prá me ajudar.” A gente se juntava aquele povo e ia, trabalhar um dia, às vez, dois, deixava prá lá. Era... era o que ele queria. Prá tratar dos coqueiros dele somente (enfático) [...] Quando foi com o tempo, ele inventou de botar um... um empregado e coisa e tal e lá vai, aí o empregado fez a sujeição, n/é? De toda semana um dia, n/é? [...] quando foi com uns tempo ele falou em vender, e vendeu e a gente ficamos lá. Entrou o outro proprietário. [...] a gente cismamos, ficar parado, se amarramos, era muito bruto, era muito ignorante [...] o tal de Chico Leocádio. Ele tratava o povo por mal. [...] ele também não morava aí, morava... morava no... morava no Recife. [...] daqui com uns tempo ele botou administrador. E ninguém aceitava nada com o administrador [...] E ficou prá lá e daqui a pouco ele tirou o corpo. Quando foi com o tempo souberam que ele morreu, n/é? [...] quando pensou que não, ele tinha vendido ao Tabu.

Nas lembranças do Sr. Z. B., observamos que a relação com o Frederico também nos remete às regras de morada tradicionais: uma relação pessoal, em que os moradores o “ajudavam”. Nessa relação, o proprietário não queria o cambão, o que implica que ele podia fazer essa exigência, mas não a fazia porque era o **pai** de todos. Em outro trecho da sua entrevista, o narrador enaltece, mais uma vez, a bondade do proprietário Frederico, acrescentando que tudo o que tinha na fazenda era para os moradores e que ele não permitia sequer que alguém de fora pegasse os caranguejos. Além de em Camucim não existir “condição”, pois trabalhavam de “boa vontade”, Frederico protegia seus moradores. Quando eles iam para a sede do município e se embriagavam, ele ia lá e os defendia da Polícia, pois tinha patente: “Aquilo era uma satisfação prá gente. [...] quando chegava, passava uns ‘carão’: ‘Num dê trabalho mais não!’ Pronto, aí o povo se ‘aquetava.’”

⁵ Embora Sr. Z.B. tenha saído de Camucim nos anos 1960, depois das Ligas Camponesas, e, portanto, não residisse mais lá na época do conflito com a Tabu, achamos importante incluir sua entrevista, já que nasceu e viveu muitos anos de sua vida na Fazenda Camucim, é irmão de duas das pequenas produtoras que foram entrevistadas em Camucim e foi sócio da Liga Camponesa de Alhandra (PB). Participou desse movimento quando ainda residia em Camucim, o que foi reiterado diversas vezes nas entrevistas de suas irmãs e em conversas informais.

Nesse tipo de relato, surge clara a questão do paternalismo. O Sr. Z.B. é explícito: o patrão era o pai, e sua bondade, aliada às suas “intervenções” quando a vida deles se complicava, aquietava-os. Aqui devemos recordar Weber e sua antológica análise das formas de dominação. Em um período de transição socioeconômica (aprofundamento das relações capitalistas no campo), os dominados se apegam à proteção do bondoso e poderoso senhor. Embora rejeitem a dominação rígida do patriarcado tradicional, valorizam a bondade do “pater família” e desconfiam da racionalidade que se anuncia com o administrador. Assim, a tradição se mantém e resiste.

O discurso do Sr. Z.B. sugere, ainda, uma interessante diferença entre a memória masculina e a memória feminina, o que já foi observado por Whitaker e Fiamengue (1995) em assentamentos de Reforma Agrária, no estado de São Paulo, e reportado em estudo sobre história e memória da cidade de Araraquara (Whitaker, 2004). No caso aqui em questão, temos dois narradores: uma mulher (D^a. Ju) e um homem (Sr. Z.B.) avaliando os mesmos acontecimentos, ou seja, comparando os dois padrões. Ambos fazem o mesmo tipo de comparação, ou seja, o “mal” e o “bem” corporificados nos referidos personagens. No entanto, D^a. Ju enfatiza (e observem que é mais enfática do que o Sr. Z.B.) – enfatiza, repetimos – aspectos da vida “doméstica” dos padrões, enquanto o Sr. Z.B. se refere diretamente a questões relativas ao trabalho.

Outro aspecto no discurso do Sr. Z. B. é que ele relembra que o Frederico queria que tratassem **somente** dos coqueiros, o que sugere que não queria muita coisa. Quem fez a “sujeição” foi o empregado. Como afirma Novaes (1997, p. 21), a relação mediada pelos empregados refletiu as transformações nas regras de morada tradicionais e fortaleceu a coerção, enfraquecendo a legitimidade da relação. Romperam-se, assim, as bases personalizadas “de um contrato particular do patrão com cada morador”.

No entanto, a rejeição à figura do empregado parece mais forte quando o Sr. Z. B. se refere ao Chico Leocádio, que ele também considera como um proprietário ruim. O relato sugere que é nesse momento em que a ruptura se concretiza, inclusive, com as lembranças de que os moradores pararam e se “amarraram”. Portanto, resistiram, não mantiveram a “reciprocidade” inerente às regras tradicionais, uma vez que elas parecem também ter sido rompidas pelo proprietário.

Cabe registrar que as formas tradicionais de trabalho começaram a ser modificadas depois do final da Segunda Guerra Mundial – com a valorização do açúcar no mercado internacional, estimulando os proprietários a aumentarem a área de cultivo e de produção (AZEVEDO, 1982). Assim, as terras que eram cedidas aos moradores, aos foreiros e aos lavradores foram ocupadas pela cana-

de-açúcar, e os engenhos e as usinas passaram a expulsar os moradores ou a expropriá-los. Em alguns casos, permitiam que plantassem, mas os sítios eram de tamanho reduzido e situados em terras cansadas. Além disso, passaram a exigir deles de cinco a seis dias de serviço por semana, o que os impedia de trabalhar em suas lavouras. Noutros casos, negavam o direito ao sítio, onde os moradores desenvolviam a cultura de subsistência. Por outro lado, a categoria dos lavradores foi extinta, e eles se tornaram assalariados da cana. É nesse contexto de mudanças estruturais no setor canavieiro que eclodiram as Ligas Camponesas. Referindo-se a esse processo no estado da Paraíba, Moreira e Targino (1997, p. 63) afirmam:

É importante destacar que este processo se deu de modo muito lento. Tanto é que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, várias décadas após a instalação das primeiras usinas, o sistema de morada ainda vigorava com grande força na Zona da Mata, preservando sua característica secular de exploração: o cambão.

Esse processo de aprofundamento das relações capitalistas no campo também repercutiu nas fazendas que recorriam às relações de morada, como a Fazenda Camucim. Observemos mais um trecho do relato do Sr. Z. B.:

Sr. Z. B.: A gente fazia tudo de boa vontade (enfático), era todo mundo de boa vontade, que o homem era muito bom! Seu Frederico daquele... daquele não... não... não aparecia mais não. Esses outro é tudo cheio de direito, coisa e tal e lá vai, joga uma piléria, coisa e tal. Não... não foi... na minha época, não foi época de pegar gente e matar, e judiar, furar, dar cipoada [bater]. Mas era tudo cheio de direito, vai dar o condição (enfático), coisa e tal e lá vai! E a gente ia, um bocado ia mordido [com raiva], n/é? Porque ninguém gostava, de graça! Porque o tempo de cativo acabou-se há muitos anos. Então a gente não ia bem satisfeito não, ia não. Agora, Seu Frederico, o dono, ele era pai de todo mundo, dos morador tudo. Todo mundo gostava dele, em peso, em peso, em peso! (enfático) [...] Seu Frederico era um proprietário bom! O Chico Leocádio não prestava! Não! O Chico Leocádio só chamava tudo de ladrão [...] eu saí mais também, olhando também essa situação, viu? Não me dou bem da pessoa está me maltratando sem eu merecer não. Eu não achava bom esse modo... modo... modo de vida não, aí vim “mimbora” prá aqui prá Árvore Alta.

Como já referido, o Sr. Z.B. nos informou que saiu de Camucim nos anos 1960, depois do Golpe Militar. Na sequência discursiva acima, o narrador relembra, mais uma vez, a bondade de Frederico – porque os tratava como filhos, e não,

como escravos – e o compara com outros proprietários que exigiam a “condição”, explicitando a insatisfação que sentiam. Relaciona a exigência da “condição” à escravidão, o que também aparece em outros relatos. Em seguida, relembra a “maldade” do Leocádio e condiciona sua saída de Camucim ao “novo modo de vida” instituído por ele – observemos as hesitações ao se referir ao modo de viver, sugerindo que aquela não era vida. Em outro trecho de seu relato, relembra que foi o Leocádio que começou o “desmantelo”:

Sr. Z. B.: O Francisco Leocádio não... não considerava ninguém, não sabia receber os morador. Quando chegava lá, dava uma ordem, [...]ia embora prá o Recife. Vinha de quinze em quinze dia, de mês em mês. O administrador aqui casava, batizava, fazia o que queria. [...]Porque quando o proprietário compra um... um local e ele fica aqui dentro, o povo ainda obedece, mas esse negócio desse administrador, n/é todo mundo que... que quer chegar no pé dele. Basta ser que a gente era um morador afundado [...] fundado, nascido e criado ali dentro. Num era toda hora que a gente queria obedecer não. [...]Porque a gente... muitos anos, nascido e criado (ênfático) ali, e o negócio bem pensado pe... passa quase prá ser dono. [...]o Chico Leocádio comprava, entregava isso aí assim, a gente ficava tudo assim, mal satisfeito. Isso aí se conversou e o Chico Leocádio viu... via a má vontade da gente, queria que roçasse o mato [...]E sem pagar, satisfação nenhuma dava a gente, a gente também não ligava importância a ele não. Aí ele foi se... se enchendo de raiva, e “pô” vendeu a Tabu.

O relato sugere, mais uma vez, uma referência à quebra das regras tradicionais, expressa na insatisfação com a figura do administrador intermediando a relação e a indignação pelo fato de ele ocupar o lugar do proprietário – “casava e batizava” – que, como já sublinhamos, era o papel do proprietário, como autoridade privada e única. “Certamente a expressão ‘casava e batizava’, ‘como era costume dizer’, aparece como figura de retórica que, através do exagero, revela o poder sem limite do senhor de engenho que chega às fronteiras entre o poder temporal e o poder religioso” (NOVAES, 1997, p. 17, grifos da autora).

Observemos que o fato de serem nascidos e criados lhes dava o direito de não quererem obedecer sempre e de serem ‘quase donos’. As regras da reciprocidade não se mantinham nem por Leocádio – “não dava satisfação” – nem pelos moradores – “não ligava importância a ele não”. Essa quebra fez com que ele vendesse a propriedade para a Tabu. O trabalho da memória relaciona a venda da propriedade à raiva que o proprietário sentia dos moradores, já que eles recusavam as novas regras. As lembranças do Sr. Z. B. não fazem referência à morte do proprietário

e aos novos interesses dos herdeiros, como consta nas fontes documentais. As memórias sugerem uma lógica vinculada às relações pessoais, paternalistas, uma característica do sistema tradicional anterior à suposta racionalidade do capitalismo.

Não estamos desconsiderando que existiam proprietários mais acessíveis do que outros. No entanto, a menção a “esse proprietário bom” pode ser interpretada como o protótipo de proprietário idealizado pela memória que a indignação com a ruptura das relações tradicionais recria. A exaltação da bondade de Frederico remete à existência de um tempo idealizado pela memória, o tempo da “fatura” de Camucim, quando se trabalhava em todo canto, não havia limite e havia até três olarias na fazenda, como relembra o Sr. Z. B. em outro trecho de seu relato. A idealização produzida pela memória contribui para uma nostalgia presente nos relatos que as pessoas constroem sobre os fatos. No processo de rememoração, elas exaltam o passado e o contrapõem ao presente, como pontuam estudos como o de Gagnebin (2020).

A ênfase que a maioria dos entrevistados dá à figura do proprietário Leocádio como antagonista nos faz pensar que um relato construído para falar sobre as Ligas e o conflito com a Tabu (objetivos principais de nossa pesquisa mais ampla) não pode fugir da constatação do confronto com os proprietários. O proprietário, em geral, torna-se um inimigo a partir do momento em que se quebram as regras tradicionais. O “tempo ruim” se inicia depois da saída do proprietário Frederico. Daí associar o “tempo bom” ao proprietário bom.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Evocar as relações de morada sob diferentes olhares da memória daqueles que as vivenciaram nos ajuda a compreender bem mais a dominação quando tem como base a apropriação da terra. A posse de um espaço transformado em território pessoal tem sido utilizada com diferentes estratégias para explorar, controlar e estabelecer hierarquias. Algumas dessas estratégias estão expressas com clareza nas memorizações aqui analisadas. Mas o mais importante é que elas (as memorizações) também nos falam de resistência.

A memória individual, apesar de tantas contradições que sugerem idealizações, desvela as nuances de um processo que, por ser histórico, não se apreende somente nos documentos e em suas unilateralidades. Opondo-se a essa unilateralidade, aparecem, nessas memorizações, alguns aspectos a serem ressaltados, entre eles, o mais expressivo é o dualismo, por criar idealizações inesperadas e justificadoras.

Como enfrentar a questão do dualismo sem desprezar os participantes que ajudam a construir nossos dados?

Diríamos, em primeiro lugar, que o dualismo é uma característica “forte” do pensamento ocidental.⁶ Ele deriva da nossa necessidade de comparação culturalmente construída. Tendemos a avaliar fatos, objetos ou pessoas, sempre fazendo comparações. Conforme já observamos, o pensamento precisa de “parâmetros para julgar” – especialmente quando se trata de avaliar trajetórias humanas.

Então, para ser algo considerado “bom”, o pensamento busca algo “pior”, que ajude a ressaltar aspectos positivos do que avaliamos como melhor. Assim, recordar é, muitas vezes, comparar o “ontem” com o “hoje”, os modos de viver de outrora com os de agora, a juventude de hoje com a do passado etc., etc. Ao estabelecer diferenças, a memória ‘re-cria’ o passado de forma idealizada, como acontece com o proprietário “bom”, que, em comparação com o “malvado”, teve obscurecidas suas práticas autoritárias, exercidas com base no paternalismo de suas atitudes “diplomáticas” – e nem por isso menos estratégicas, muito pelo contrário.

Ao organizar, de forma “dualística”, os registros da memória, o narrador, ao mesmo tempo em que esconde tudo o que não cabe em seu modelo, revela as nuances dessas estratégias. Ou seja, em fenômeno valorizado pelas Teorias da Complexidade, “esconde e mostra”, ao mesmo tempo, o processo que queremos estudar.

Outro aspecto importante desses relatos a ser ressaltado é a tímida resistência que deles se deriva. Isso não significa, no entanto, que não houve resistência. Afinal, são memórias de resistência – um caso de vitória camponesa contra o poder de uma usina e alguns relatos remontam às Ligas Camponesas. Por que a ênfase no discurso da opressão? Segundo Paulo Freire (1980), o oprimido hospeda o opressor devido à força naturalizadora das ideologias. Para o bem ou para o mal, os dois personagens estarão, para sempre, gravados em suas memórias que restam dramaticamente marcadas pelas experiências ligadas ao sofrimento e à gratidão, quando focam o alívio trazido pelo paternalismo do bom patrão. É então que o “recordar”, ou seja, o trabalho da memória – atividade tão cara principalmente para os idosos – organiza os fatos de forma seletiva em dois lados aparentemente opostos.

Dessa tentativa de oposição, derivam, naturalmente, as contradições entre os diferentes relatos e até ao longo de alguns deles. Isso não significa, obviamente, falsidade ou “mentira na memorização”. O que se passa é que, como a realidade é tão complexa e o cotidiano tão carregado de detalhes e nuances, o trabalho exaustivo de recordar, influenciado pela subjetividade do narrador, acaba por captar e relacionar o que vem ao encontro de suas opiniões e experiências.

⁶ Ver a crítica ao dualismo, inclusive na Ciência, conforme observado por Capra (1982) em ‘Ponto de Mutação’.

Sendo assim, é muito natural que a memória feminina seja impregnada de um *ethos* diferente da masculina. Imaginemos a História da Humanidade contada em contraponto dos gêneros – o que, aliás, já está proposto – e teremos uma visão mais completa do que somos ou do que fomos – o que se pode entrever nesse caso em especial.

O mais interessante dessas memórias, no entanto, é vislumbrar, por meio das narrativas, uma quase totalidade histórica em transformação: o autoritarismo perverso herdado da estrutura escravocrata se transformando em um paternalismo revestido pela ideologia “da bondade” do patrão que desperta formas de lealdade e gratidão por parte dos camponeses. Assim, quando a suposta racionalidade do capitalismo emerge na figura do administrador, ela é refutada, já que nela desaparecerão as emoções – positivas ou negativas – que estavam na base das relações tradicionais: o proprietário Frederico era “bom”, e o Francisco Leocádio era “ruim”. Mas, e o administrador? Era apenas o intruso. Não cabia nas relações afetivas que ali se desenvolviam para o bem ou para o mal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BUENO, F. da S. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed., São Paulo: Editora Lisa, 1989.

CAPRA, F. **Ponto de mutação**, São Paulo: Cultrix, 1982.

CARMO, S. I. S. **Discurso, sociedade e história**. Araraquara, 1997a. Mimeografado.

CARMO, S. I. S. **Sujeito do discurso e sujeito social**: uma abordagem interdisciplinar. Araraquara, 1997b. Mimeografado.

CARMO, S. I. S. **Discurso, dimensão da história**: a análise do discurso numa perspectiva interdisciplinar. Araraquara, 1999. Mimeografado.

FORMAN, S. **Camponeses**: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GAGNEBIN, J. M. Os impedimentos da memória. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 201-217, jul.,2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/172148>. Acesso em: 26 jul.de 2021.

GARCIA JR., A. R. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. **Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 7, p. 5-41. 1988.

MOREIRA E. R. F. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Universitária/UFPB, v.1, 1997.

MOREIRA E. R. F.; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997.

NOVAES, R. R. A questão agrária e o papel da igreja na Paraíba. In: PAIVA, V. (Org.) **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985. capítulo 11, p. 209-247.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL. Ficha de levantamento do conflito de Camucim. João Pessoa, Fundo Comissão Pastoral da Terra (CPT)/Arquivo Eclesiástico da Paraíba, 1992. Mimeografado.

OLIVEIRA, J. B. **Pitimbu e seu passado**. Rio de Janeiro: Alves Pereira, 1998.

PALMEIRA, M. **Casa e trabalho**: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. Paris, 1976. Mimeografado. Apresentado como comunicação no Simpósio “Le rapport au travail dans les sociétés américaines”, Congresso dos Americanistas.

PORTELLI, A. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. **Revista Trilhas da História**, v.7, n. 13, p.182-195, jul.-dez., 2017. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/5306>. Acesso em: 26 jul. de 2021.

PORTELLI, A. Un lavoro di relazione: osservazione sulla storia orale. **Ricerche Storiche Salesiane**, n. 1, p. 11-24, gen.-giu., 2000.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 2. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. capítulo 8, p. 103-130.

PORTELLI, A. La doppia verità della storia orale. **I Giorni Cantati**, Roma, anno III, n. 13, p. 18-20, 1990.

PORTELLI, A. “La verità del cuore umano”: sui fini attuali della storia orale. **Qualestoria**, Trieste, anno XV, n. 3, p. 5-12, dic., 1987.

PORTELLI, A. **Biografia di una città: storia e racconto**, Terni 1830-1985. Torino: Einaudi, 1985.

SCOTT, J. C. **I contadini tra sopravvivenza e rivolta**. Napoli: Liguori, 1981.

VELÔSO, T. M.G. **A representação social do trabalho alugado ou “Com a enxada nas costas e o coração preso”**. 1990. 193f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1990.

WHITAKER, D. C. A. **Araraquara: histórias não reveladas**. Presidente Venceslau: Ed. Letras à margem, 2004.

WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C. Memória feminina: trabalho, amor e escola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, ano II, n. 2, p. 13-28, 1995.



Memória de jovens rurais universitários e universitárias sobre experiência de vida e trabalho

Alano José Soares Sandes¹
Ana Elizabeth Santos Alves²

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar quais as memórias coletivas presentes nos depoimentos de homens e mulheres provenientes do campo a respeito das suas experiências de vida no mundo rural e de suas relações com o trabalho, com a educação e o ingresso na universidade. A coleta dos dados e sua posterior análise ocorreu com 09 (nove) estudantes (5 homens e 4 mulheres) de graduação de origem rural e vinculados (as) a uma Instituição de Ensino Superior pública de Vitória da Conquista-BA. O desenvolvimento do estudo buscou a teoria e a empiria, formando a espinha dorsal do trabalho, utilizando-se do conceito de memória coletiva proposto por Halbwachs (2006) e as concepções de memória social fundamentadas em Aróstegui (2004), Jelin (2012) e Fentress & Wickham (1992). O conceito de experiência foi abordado a partir da noção de experiência em Thompson (2011). As memórias dos e das jovens rurais entrevistados (as) possibilitaram a construção de eixos temáticos a respeito da vida no campo, do trabalho e das experiências na Universidade. A partir dos resultados, com ciência da realidade e das demandas dos e das jovens camponeses/as entrevistados (as), políticas públicas para este grupo social podem ser empreendidas dentro e fora da universidade. Novas agendas de pesquisa podem ser úteis para generalizar os achados desse estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude Rural; Memória Coletiva/Social; Educação Superior.

MEMORY OF YOUNG UNIVERSITY STUDENTS FROM THE COUNTRYSIDE ABOUT LIFE AND WORK EXPERIENCE

ABSTRACT: This academic work aimed to analyze which collective memories are present in the testimonies of men and women from the countryside regarding their life experiences in the rural world and their relationship with work, education and admission to the university. Data collection and subsequent analysis was carried out with 09 (nine) undergraduate students from rural area and linked to a public Higher Education Institution in Vitória da Conquista-BA. The development of the study sought theory and empiricism, forming the backbone of the work, using the concept of collective memory proposed by Halbwachs (2006) and as conceptions of social memory based on Aróstegui (2004), Jelin (2012) and Fentress & Wickham (1992). The concept of experience was approached from the notion of experience in Thompson (2011). The memories of the rural youth interviewed enabled the construction of thematic axes regarding life in the countryside, work and experiences at the University. Based on the results, with awareness of the reality and the demands of the young peasants interviewed, public policies for this social group can be undertaken inside and outside the university. New research agendas can be useful to generalize the findings of this study.

KEYWORDS: Rural Youth; Collective/Social Memory; Higher Education.

¹ Mestrado em Memória pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: alanosandes@hotmail.com

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia; E-mail: ana_alves183@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Castro (2007) sinaliza que a noção de juventude é transversal, ou seja, deve ser analisada circunstancialmente, a partir do gênero, classe social, etnia, local de origem (urbano e rural), dentre outros aspectos. Considerando essa noção de juventude enquanto elemento histórico e socialmente dependente, não há como avaliar o indivíduo urbano e rural a partir de um parâmetro único. Para Kummer e Colognese (2013), o jovem e a jovem rural são aqueles que vivenciam e participam da unidade produtiva familiar, inserindo-se numa realidade em que o universo do trabalho e o da vida se confundem. Esta juventude experimenta o mundo e constrói sua subjetividade dentro de um território concreto e simbólico marcado pela desigualdade com seus pares urbanos. Muito comumente, os sujeitos de zona rural carregam um estigma por viverem no campo, espaço frequentemente associado a uma imagem de atraso, pobreza e desqualificação (CASTRO, 2007).

A visão sobre estes jovens é mediada por uma invisibilidade social que se concretiza na dificuldade de acesso a direitos básicos, bens, serviços ou oportunidades, aos quais jovens urbanos conseguem usufruir mais facilmente. Essa diferença entre as duas experiências juvenis afeta a construção da identidade, de modo a reservar aos jovens da cidade e de classes sociais abastadas a carga semântica de modernidade, transformação e futuro, relegando à juventude rural ideias associadas a conservadorismo, passado e modelo a ser superado (WEISHEIMER, 2019). Parece haver, portanto, um abismo entre o mundo urbano e rural, muito embora no traçado geográfico brasileiro frequentemente esses espaços se encontrem territorialmente próximos (WANDERLEY, 2007).

Nesse cenário desafiador para a juventude rural, políticas governamentais de ampliação regional e democratização do acesso ao ensino superior têm possibilitado o ingresso de grupos historicamente excluídos das universidades, o que permitiu que uma parcela de jovens proveniente do campo passasse a frequentar o ambiente acadêmico (REDIN, 2017). Essa nova realidade favoreceu o processo migratório do campo para a cidade em busca de formação profissional especializada e possibilidades de garantia de direitos a uma vida digna.

Tendo como realidade a relação da juventude rural com o intrincado jogo de forças que envolvem as vivências no campo e a experiência acadêmica, foi possível estabelecer como objetivo do artigo analisar quais as memórias coletivas estão presentes nos depoimentos de jovens universitários provenientes do campo a respeito das suas experiências de vida no mundo rural e de suas relações com o trabalho, a educação e o ingresso na universidade, bem como

buscou-se compreender possíveis contradições, interlocuções, divergências e aproximações com a experiência universitária.

Após investigação em indexadores de pesquisa, verificou-se que as principais temáticas tratadas na última década referem-se ao dilema dos jovens rurais camponeses em relação a sua permanência ou saída do campo, educação no campo e extensão rural. Notou-se uma escassez de investigações na área de interesse deste artigo, que tem por foco o estudante universitário proveniente da zona rural, o que justifica o esforço nesse sentido. Outro fato relevante para a definição do estudo foi a concentração da produção de pesquisas empíricas na região sul e sudeste do país, com lacunas em diversos estados do norte, nordeste e centro-oeste. Essas são, inclusive, as regiões mais vulneráveis, em que se aglutinam maiores problemas sociais e menores investimentos governamentais.

As experiências de jovens do campo foram ancoradas na proposta teórica de Halbwachs (2006) sobre memória coletiva e nas concepções sobre memória social (ARÓSTEGUI, 2004; FENTRESS; WICKHAM, 1992; JELIN, 2012), cujas teorias abordam o papel comunitário na formação subjetiva do indivíduo. Halbwachs contribuiu vigorosamente com os estudos da teoria social ao propor a formação de uma memória forjada nos aspectos coletivos da sociedade. O autor discute que o suporte de toda recordação individual é o tecido social mais amplo em que uma determinada lembrança foi formulada. Este conceito ancorou a vertente principal sob a qual as memórias de jovens universitários de origem camponesa são interpretadas e discutidas. A centralidade da memória para o objeto desse estudo decorre da noção de que a mesma é forjada coletivamente nas relações deste com a sociedade. Todo o desenvolvimento de ideias sobre determinado fenômeno é resultado de experiências coletivas que formam um pensamento partilhado e uma realidade comum a um grupo social. Nesse sentido, o conhecimento compartilhado sobre o campo e a cidade é decorrente das memórias do passado, das expectativas sociais e das memórias construídas coletivamente. Assim, as experiências atuais de vida, cotidiano, moradia, universidade e trabalho de jovens universitários oriundos do campo são dinâmicas, compostas por tensões entre o passado e o presente, e por interesses individuais delineados na relação com a sociedade (SÁ, 2007).

A questão da juventude rural foi tratada, ainda, a partir do conceito de experiência em Thompson (2011) com a intenção de apreender as memórias da juventude rural como socialmente determinadas, tornando-se adequado avaliar estes eventos a partir de uma compreensão histórica, em que as experiências dos sujeitos se constroem nas tramas sociais, resultando das condições materiais e dos meios de produção, que forjam as relações entre os homens, os modos

de vida, os desdobramentos históricos e consciência de classe. Nesse sentido, o conceito abordado por Thompson é importante, uma vez que se debruça justamente sobre a noção de experiência, historicamente definida, que vai perpassar as memórias dos estudantes, com base em suas aproximações com o mundo rural, urbano e a universidade.

É a partir desse arcabouço teórico que os depoimentos dos jovens e das jovens rurais foram analisados e estruturados em categorias analíticas, buscando apreender o modo como esses universitários e universitárias compreendem as macro e microestruturas que impactam sua vida diária e qual postura reflexiva adotam dentro das universidades, tendo como base a origem no campo. Este trabalho originou-se da dissertação de mestrado intitulada: Memória de Jovens Rurais Universitários sobre Experiência de Vida e Trabalho, defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, no dia 31 de março de 2021.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo fez uso de delineamento qualitativo, de natureza exploratória-descritiva (FREITAS & JABBOUR, 2011; GIL, 2015), corte transversal, do tipo relato de experiência. O método qualitativo permitiu, a partir dos indicadores discursivos, descrever a realidade subjetiva dos jovens e das jovens estudantes rurais à luz da literatura científica.

Foram entrevistados 11 (onze) estudantes universitários provenientes do campo, (5 homens e 6 mulheres), tendo como critério de escolha o perfil de baixa renda e a vinculação a pequenas propriedades rurais de agricultura de subsistência e de comércio local, graduandos de cursos da área de saúde (área de conhecimento única disponível) do Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia (IMS/UFBA), localizado na cidade de Vitória da Conquista – BA. Dentre os 11 (onze) entrevistados, 02 (duas) discentes participaram das entrevistas piloto, durante a etapa inicial de aprimoramento do procedimento de coleta de dados. Estas entrevistas não foram utilizadas na etapa de análise empírica, uma vez que as informações obtidas se mostraram aquém das necessidades da pesquisa. Após o refinamento do instrumento, foram analisadas e discutidas as entrevistas de 09 (nove) universitários (as), (5 homens e 4 mulheres), com média de idade de 21,6 anos.

Para o recrutamento, foram analisadas as listas de estudantes, por curso, que ingressaram através do sistema de cotas sociais, por terem feito todo o ensino médio em escola pública e possuem renda familiar per capita de até

um salário mínimo e meio. Além disso, enquadraram-se num destes requisitos para o ingresso como cotista: autodeclaração como preto/pardo/indígena e ser integrante de comunidade quilombola. A condição de proveniência de pequenas propriedades rurais designadas como sítios ou fazendas também foi observada. Todas estas informações estavam disponíveis no perfil sociodemográfico fornecido pela instituição. Os participantes recebiam auxílio financeiro para permanência na Universidade, tais como auxílio moradia e auxílio alimentação, por conta da condição de baixa renda.

A amostra foi selecionada por conveniência (consentimento em participar), através de convite endereçado por e-mail aos discentes provenientes de zona rural, após obtida a autorização pela direção da universidade e pelo comitê de ética. Os nomes citados neste trabalho foram alterados pelo pesquisador, com a intenção de preservar a identidade dos informantes.

Em função da pandemia mundial da Covid-19, que atingiu o Brasil a partir de março de 2020, a coleta de dados foi realizada por meio digital com suporte de áudio e vídeo. Optou-se pela entrevista semiestruturada, instrumento efetivo para levantamento de processos simbólicos e significados particulares que revelam aspectos subjetivos dos participantes de uma pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2002). Tendo em vista os objetivos da pesquisa e elementos da literatura científica sobre juventude rural, trabalho, educação e memória coletiva/social, foi elaborado um roteiro de entrevista com as seguintes dimensões: Memórias do campo; Experiência na Universidade; Inserção na Universidade; Vida Futura; Macropolítica e Economia. Antes do início desta fase da pesquisa, foi aplicado virtualmente o termo de consentimento livre e esclarecido aos participantes através de e-mail, tendo sido a versão impressa coletada posteriormente

A análise empírica deu-se a partir de como a juventude rural descreve a própria experiência de ser jovem de origem camponesa, resultante de uma relação concreta e prática com esse universo e com as memórias que compõem este grupo social, bem como com o fato de terem passado a adentrar a universidade na história recente, evento que certamente tem impacto sobre o mundo até então conhecido por esses indivíduos. Além disso, foram os próprios participantes que deram um norte para os assuntos debatidos, cujas falas foram alocadas em eixos temáticos sob orientação empírica. A partir disso, buscou-se situar os elementos obtidos das entrevistas com os achados teóricos sobre juventude rural, bem como articular esse material principalmente com a questão da memória social e coletiva e, adicionalmente, com aspectos que atravessam o debate sobre trabalho e educação.

A pesquisa foi registrada no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo a autorização para a coleta ocorrido no mês de junho de 2020, através do parecer de número 4122106. Este estudo cumpriu todos as disposições éticas estabelecida para empreendimentos científicos que envolvem seres humanos, de acordo com as normas da resolução nº 510/16 (BRASIL, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A EDUCAÇÃO BÁSICA OFERTADA AO JOVEM RURAL

Uma das grandes dificuldades a serem contornadas pela juventude rural é o acesso à educação. Desde o ensino primário, a estrutura escolar é habitualmente precária ou mesmo inexistente localmente, exigindo deslocamentos substanciais para garantir o direito ao ensino público, muitas vezes de pouca qualidade.

A maioria das entrevistas indicou um cenário de dificuldades para os primeiros anos de ensino no meio rural, destacando-se o aspecto de salas multisseriadas com um grande número de alunos por professor, além das deficientes condições de transporte, conforme segue:

Iniciei na escola acho que com 6, 7 anos de idade, no antigo prézinho, na comunidade mesmo. Até então era só nessa faixa etária. E a partir da primeira série eu passei e estudar em sala multisseriada³. Então assim, hoje eu vejo a dificuldade enorme, a disparidade do ensino da zona rural e o ensino da cidade. Porque na cidade todo mundo... as crianças, cada uma em sua faixa etária, estudando aquilo que condiz com a sua idade, e no contexto da zona rural, até hoje, as crianças de várias idades, uma professora só pra dar conta de 40 alunos. Então eu acho assim, que a minha formação até então, até o ensino médio foi uma formação defasada. (Mônica, 27 anos, feminino, curso de Psicologia).

A gente ia de carro para a escola. Era mais ou menos uma meia hora de carro. É bem “longinho” de carro. Todo dia! Acho que... não sei se você conhece carro pau de arara. E a gente ia. (Suzi, 34 anos, feminino, curso de Psicologia).

Em relação ao ensino médio o cenário de precariedade na educação não se modifica, conforme seguem depoimentos:

Isso, a vida inteira eu acordava cedo e pegava ônibus, o ônibus passava aqui

³ As classes multisseriadas constituem uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, numa mesma sala de aula, com várias séries de ensino simultaneamente, atendendo a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes.

de frente e ia e voltava todo dia. Eu senti falta de muita coisa assim, logo que eu terminei a escola, e na escola mesmo tinha muitos problemas, sabe?! Acho que passei um ano inteiro sem aula de sociologia, passei duas unidades sem ter aula de biologia, tinha muitos problemas assim, eu sentia falta de muita coisa, principalmente no ensino médio, porque antes eu não tinha muito essa noção, eu acho que pelo fato de eu sempre viver aqui, aqui não tinha internet, só tive internet quando tinha 16 anos, não tive acesso a isso, então sempre me sentia um pouco pra trás, sabe?! (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Assim, por ser uma cidade pequena, ter pouco investimento em educação muitas vezes, por ser tudo público, eu acho assim, um ensino mediano. Eu não vou dizer que era ótimo, porque quando eu cheguei na UFBA teve, eu senti muitas dificuldades em relação a algumas matérias. Porque a gente nunca tinha tido acesso àquele conteúdo, por exemplo. Mas eu, é... por ser uma cidade pequena, por ter pouco investimento, eu acho era até, vamos dizer assim, médio. Já senti a falta do ensino aqui [universidade], o Ensino Médio, né? Que a gente não teve assim um ensino de qualidade em relação a esse, a essa matéria, a esses conteúdos. Aí eu já senti a dificuldade: Bioquímica, Química. (Talita, 22 anos, feminino, curso de Nutrição).

Nota-se, na fala dessas estudantes, a existência de uma memória compartilhada sobre o tratamento precário que tiveram acesso no que se refere à educação básica e ao contexto de luta e obstáculo que precisaram enfrentar para serem escolarizados. Os depoimentos denunciam a construção de memórias de pertencimento a um mundo marcado por desvantagens, em que direitos são inferiorizados e cujo destino é pouco valorizado e subjugado em uma sociedade capitalista que não cuida da classe a qual pertencem.

A predominância dos elementos sociais e históricos na construção das memórias individuais faz com que os entrevistados e as entrevistadas, embora com suas idiossincrasias e particularidades, compartilhem de uma vivência similar a respeito da educação recebida no passado. Sobre isso, Halbwachs (2006) apresenta uma importante contribuição ao estabelecer que a atuação de grupos sociais (no caso específico desse estudo, de jovens rurais universitários e universitárias) é justamente marcada pelo processo de reconstrução do passado vivido por um determinado círculo social na construção da memória coletiva. Isso permite compreender que o processo de rememoração do tempo de escola e das condições a que foram submetidos e submetidas não são apenas lembranças individuais, mas uma realidade que atravessa a classe ao qual pertencem e as memórias e expectativas desse grupo sobre como a realidade funciona.

Sobre essa questão, é útil ainda o pensamento marxista que, embora não tenha se dedicado a formular, de modo sistematizado, uma teoria sobre a educação, se debruça sobre questões que se apresentam ainda muito apropriadas para analisar a opressão que estes e estas estudantes denunciam em suas falas. Ao lançar as bases do materialismo histórico, o teórico alertou para as contradições do capitalismo industrial que coloca em lados opostos e inconciliáveis a burguesia – dona dos meios de produção –, e a classe operária – explorada em sua força de trabalho para assegurar, minimamente, a sobrevivência. Debruçando-se sobre a realidade de vida das classes subalternas⁴, Marx abre caminho para se perceber a historicidade presente no conteúdo das entrevistas no que se refere à educação enquanto pertencente à superestrutura (cultura), sujeita às condições concretas de existência (infraestrutura) e aos perversos modelos produtivos da sociedade (SAUL, 2014).

ASPECTOS ADVERSOS DO TRABALHO NO CAMPO

As condições de vida no campo fazem com que uma parcela dos jovens e das jovens rurais opte pela saída para os centros urbanos em algum momento de suas vidas. Parte desse universo é formada pelos filhos e filhas de pequenos produtores rurais. As difíceis condições econômicas e de trabalho são fatores que inviabilizam a permanência daqueles que poderiam dar continuidade às atividades ligadas ao cultivo da terra (ZAGO, 2016). Os trechos que seguem são retratos dessa realidade, em alguns casos agravada pela precocidade com que determinados entrevistados e entrevistadas assumiram atividades laborais extenuantes:

Com 13 anos, eu catava andu (tipo de feijão), só que como o sol bate no olho é complicado, mas assim meu pai ele, quando era época de colheita, tinha que retirar do pé, colocar num montinho no chão e lá ele trazia o carro de boi, a gente tinha que colocar, é aquele milho dentro de uma bacia, colocar na cabeça e levar até o carro de boi. Quem tava na roça trabalhava da mesma forma. (Suzi, 34 anos, feminino, curso de Psicologia).

Eu não estava assim na linha de frente de pegar e fazer tudo. Mas desde pequena eu tava junto assim, eu queria pegar enxada pra ajudar a mexer, a limpar tudo, todas essas coisas sempre foram muito presentes no meu dia-a-dia, desde meu pai, meu avô, vendo o que eles estão fazendo e ficar ajudando. Dentro de casa também, e assim... aí ajudava a tocar as vacas, levar de um lugar pro outro. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Eu e meu irmão, quando a gente tinha 13, 14 anos, a gente começou a trabalhar e é até hoje. Aí no ensino médio, eu comecei a estudar de noite. Na

⁴O termo “subalterno” foi analisado de forma aprofundada por Gramsci na obra *Cadernos do Cárcere* (1999).

verdade, trabalhar de dia nessa rotina aí. A gente faz plantação de hortaliças, planta couve, pequenas plantações de quiabo, essas coisas e na época de chuva a gente pega um pedacinho maior de terra e planta. É plantação de andu, feijão, milho. Há uns dois anos, a família aqui abriu um poço artesiano. Daí pra cá, a gente começou a fazer produção de hortaliças, essas coisas a gente já plantava, mas começou a plantar um pouquinho a mais, pra ter mais variedade. (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Considerando que a atividade laboral humana determina grande parte da experiência cotidiana da vida, de modo que uma parcela significativa dos aspectos abstratos da existência são afetados ou explicados pelo trabalho, enquanto acontecimento humano concreto e material, pode-se admitir que a similaridade de experiências laborais dos jovens e das jovens rurais geram memórias coletivas, oferecendo uma identidade para esse grupo que vai compartilhar comportamentos, intelectualidade, ideologias e pensamentos, a partir da vivência da lida diária e difícil com a terra. De acordo com Aróstegui (2004), ocorre, nesses casos, justamente a necessidade de se admitir a centralidade social que é formada pelo depósito de experiências comuns vivenciadas pelos indivíduos, levando à formação de memórias sociais, que sustenta um acervo de ideias similares circulantes nos indivíduos que compõem a mesma classe.

A respeito das memórias sobre o trabalho que esses universitários e essas universitárias desenvolviam no campo, estas passam a ser elementos constitutivos da produção da existência dessa juventude, que marca suas identidades, com a percepção de que são pouco cuidados pela sociedade.

Neste contexto de trabalho adverso na perspectiva de alguns entrevistados e algumas entrevistadas, o campo deixa de ser atrativo e esses e essas jovens tentam superar esse destino, emigrando para a cidade em busca de oportunidades de emprego, para o qual almejam uma educação de melhor qualidade também com vistas a ampliar as oportunidades profissionais, como pode ser observado nos relatos a seguir:

Em questão de trabalho, com certeza a cidade. Bom, primeira coisa, com certeza me formar. Conseguir um emprego, e conseguir me manter disso. Penso sim em talvez fazer um mestrado, mas é mais pra frente. Eu acho que agora o meu interesse mesmo é em me formar. (Luciano, 20 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Não tá do mesmo jeito (campo). Onde minha mãe morava mesmo, quase todo mundo já foi pra cidade e tá tendo êxodo rural e lá tudo que planta... não sei porque hoje, porque quando meu pai trabalhava mesmo a gente

colhia 80 sacas de milho e hoje já não dá... segundo eles é porque não chove. Eu dou muito valor ao campo... pelo campo que eu estou aqui, mas do mesmo jeito que eu do valor que eu olho pra trás... pra mim, hoje, eu não vejo o campo como uma prosperidade pra mim, não consigo ver como uma prosperidade. (Suzi, 34 anos, feminino, curso de Psicologia).

A educação superior muitas vezes é vista como um veículo de mudança do mundo rural para o urbano (FERRARI et al., 2004, apud GAVIRIA, 2006), conforme aponta categoria analítica mais adiante. No contexto dessa pesquisa, a possibilidade de entrada no ensino universitário soma-se a outras aspirações idealizadas pelos jovens universitários e pelas jovens universitárias nem sempre concretizadas no campo, e encontradas no espaço urbano que, além disso, dispõe de melhores serviços estruturados de lazer, transporte público e saúde.

A QUESTÃO DE GÊNERO PARA AS JOVENS RURAIS

Da década de 50 do século passado para os dias atuais houve uma mudança no perfil da faixa etária das pessoas que migraram do campo para a cidade. Aqueles com idade entre 30 e 39 anos eram os que mais emigravam, enquanto na década de 90 foram os indivíduos da faixa etária entre 20 e 24 anos. Além disso, houve uma preponderância de migração entre as mulheres em relação aos homens, correspondendo a 52% do número total de jovens migrantes (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999).

Nota-se uma tendência na saída da mulher do campo, por uma questão política de gênero, em que o trabalho feminino é pouco valorizado e diversificado, além da falta de perspectiva na sucessão de chefia da unidade familiar, restando-lhe um papel subalterno no papel de filha e/ou esposa (GAVIRIA, 2006). Nas entrevistas, parece haver um incômodo maior sobre a ausência de escolha para as mulheres do que, exclusivamente, pela realização de um trabalho braçal em si. Pesa ser este um destino apenas para o sexo feminino, condição possível de ser flexibilizada na cidade. Neste sentido, foram dados alguns depoimentos:

As atividades domésticas eu sempre ajudei, acho que pra mim sempre foi uma obrigação. Mas não que minha mãe me obrigasse, ela me chamava e eu ia, aí às vezes me sentia muito culpada se ela fizesse sem eu ajudar ela, porque eu percebia que ela sempre se sobrecarregava. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Aí tipo assim, desde com doze anos ou menos. Aí a gente ficava assim, o meu pai mais minha mãe ia pra roça e aí eu ficava em casa limpando, aí lim-

pava, cozinhava... já desde pequena já aprendia. Nessa idade minha vó ainda tava viva, aí ela... só que ela era cadeirante, ela não podia andar, né? Foi ficando mais velhinha assim, não podia andar, aí ficou na cadeira de roda, aí ela ia me ensinando a cozinhar, por exemplo. “Oh vovó, me ensina aqui, como é que eu faço isso aqui?” Já desde pequena já fui aprendendo como é que faz a comida, como é que limpa a casa, então como é que lava a roupa, tudo isso aí a gente já vai aprendendo desde pequena. Que é outra coisa que é importante quando a gente sai assim pra morar sozinho, foi uma coisa que eu não tive dificuldade. Foi ficar com o trabalho de casa assim mesmo. (Talita, 22 anos, feminino, curso de Nutrição).

Halbwachs (2006) sinaliza que na construção e reconstrução da memória dos indivíduos existe um importante papel desempenhado pelo coletivo. Assim, os elementos da estrutura psíquica das jovens entrevistadas passam pela cultura em que vivem, pela trama social que as levou a um modo de vida, a um estar no mundo de forma individual. Esse lugar disponibilizado para as mulheres no mundo rural traz memórias de um fazer destinado ao feminino, algo que gerava culpa se não executado ou que se naturalizava como obrigação desde pequena.

Para esses casos, é apropriada a lógica Halbwachiana de que a memória é construída da não divisão de contexto e de pessoa enquanto unidades independentes, não admitindo uma dicotomia entre sociedade e indivíduo. O autor não enxerga razoabilidade em pressupostos teóricos que entendem um e outro como sendo autônomos e distintos entre si (FIALHO; SANTANITA, 2017). Partindo desse olhar, compreender a realização do trabalho doméstico por essas jovens está ligado ao entendimento de um fazer socialmente instituído, realizado por suas mães, suas avós e por muitas mulheres antes delas, gerando memórias individuais associadas à realidade social de origem sobre o destino feminino na lida doméstica.

Embora exista dependência da construção coletiva em relação à vontade e ao agir individual, Halbwachs (2006) afirma que o conceito de sociedade também é inútil se for retirado o elemento individual, na medida em que as ações dos indivíduos tomadas em conjunto dentro de uma determinada estrutura também geram mudanças no cenário social. É, portanto, mutável a realidade forjada coletivamente, pois esta é formada por grupos de pessoas que participam de agrupamentos distintos e compartilham memórias coletivas desses outros pertencimentos, compondo uma rede social complexa. Partindo desse raciocínio, as jovens entrevistadas possuem memórias de um fazer doméstico destinado às mulheres do campo, mas também acessam outros grupos sociais (universidade, coletivos feministas) que as podem levar a formação de outras memórias. Estas

são vivas, se opõem mutuamente, dividem-se e excluem-se enquanto habitam o mesmo espaço social (SILVA, 2016). Assim, a saída do campo, o rompimento com o destino do trabalho doméstico e a entrada na universidade são elementos potencializadores de novas memórias e performances.

ELEMENTOS DE ATRAÇÃO DA CIDADE NO PROCESSO DE MIGRAÇÃO DO CAMPO

Carneiro (2007) aponta uma tendência em suas pesquisas para o desejo de saída do espaço agrícola enquanto lugar de moradia. Algumas famílias têm optado por residirem em localidades mais próximas aos centros urbanos em busca de melhor disponibilidade de serviços básicos que proporcionem mais qualidade de vida e pela proximidade a escola e a espaços de lazer, com o atrativo ainda de poder acessar uma diversidade maior de trabalho para além da agricultura.

Em pesquisa realizada por Castro (2009) em assentamentos rurais nacionais, a autora identificou que a maioria dos jovens que expressaram o desejo de ir embora, o fizeram citando a vontade de viver num lugar considerado melhor. Essa construção é erigida com base em algumas percepções de vivência em uma área socialmente menosprezada nos espaços urbanos que frequentam, englobando os estigmas sobre a população rural e pela própria carência de serviços públicos e privados nesses locais.

Diante de um sentimento avesso ao campo que geralmente é retratado como um local símbolo de atraso, desprovido da oferta de um cenário de vida promissor, constata-se uma construção social deste espaço que atinge principalmente o imaginário do jovem do campo, reafirmada pela grande mídia, pelos meios acadêmicos e pelo próprio governo. Portanto, a saída para áreas urbanas representa uma mudança na busca de ascensão social, novas oportunidades de acesso a um contexto social comumente alardeado que proporcionem opções de trabalho, lazer, educação, dentre outras (BARCELLOS, 2014). Porém, é preciso não perder de vista que além de uma construção social, estes jovens vivenciam uma realidade na maioria das vezes dura, com trabalho árduo e baixa renda. A seguir alguns depoimentos de nossos entrevistados e entrevistadas, que corroboram o pensamento de que a cidade é mais atrativa para a vida e para futuros objetivos:

Eu acredito que quem mora na cidade sempre tem uma certa vantagem, até por conta da educação ser melhor. Emprego, nem se fala. E uma série de outras coisas. Eu consideraria a cidade um lugar bem melhor para viver. (Luciano, 20 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Viver na cidade tem a questão da facilidade ao acesso, como eu já havia dito

antes. Acesso a tudo, acesso a transporte, às escolas... você tem a opção de escolha, aqui no campo, geralmente, você não tem muita opção, tem aquela e pronto. (Pedro, 19 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Porque aí na cidade a gente é movido muito pela tecnologia. Aqui na fazenda, quem tem mais acesso a essas tecnologias são os mais novos, o pessoal de trinta anos pra cá. Enquanto que os mais idosos assim, não. Eles não... não tem essa tecnologia. E não falo só de celular, mas também outros... outros utensílios que facilita a vida... que na, na zona urbana, aí na cidade, a gente tem acesso e facilita a vida das pessoas. Enquanto que aqui não, a gente não tem acesso. (Talita, 22 anos, feminino, curso de Nutrição).

Nesse contexto, surge similaridade entre os desejos dos jovens e das jovens do campo e da cidade, decorrente de uma nova mentalidade rural representada por alguns fatores: mudanças na esfera do trabalho com a realização de novas atividades não relacionadas ao setor agrícola, que trazem novas práticas como remuneração mensal e que afetam as expectativas futuras de trabalho, lazer e consumo; permanência no campo sujeita a novas formas de fazer agricultura, tratando-se de uma mudança do valor atribuído à agricultura realizada por seus pais; esvaziamento do espaço agrícola como local de moradia, na busca por residirem mais próximos dos centros das localidades (CARNEIRO, 2007).

Compatível com esse traçado teórico, os depoimentos acima são representativos de memórias partilhadas por alguns dos entrevistados e entrevistadas em relação a um mundo urbano valorizado por símbolos, imagens, experiências e possibilidades consideradas, em algumas situações e para alguns participantes da pesquisa, hierarquicamente superiores aos disponíveis no campo. De acordo com Fentress & Wickham (1992), os conteúdos que sustentam a consciência social se tornam relevantes em contexto em que passam a ser lembrados pessoalmente, no processo cognitivo, após serem validados por uma versão socialmente consentida. Nesse sentido, memórias de valorização do meio urbano são percebidas como legítimas através de ações de comunicação que circulam em uma comunidade sobre a existência de um modo de vida mais fácil e feliz fora do campo, concepções que passam a fazer parte das memórias e planos desses jovens e dessas jovens rurais.

Nessa perspectiva, Jelin (2012) assinala que a formulação de uma memória comunitária funciona como uma espécie de moldura social, na qual as memórias individuais são enquadradas. Metaforicamente, as memórias sociais circulantes sobre a atratividade da cidade são o enquadramento para uma tela, nesse caso a mente concreta e individual de cada jovem rural, que será pintada/preenchida por visões de mundo urbano, valores e necessidades que são guiados pelo tamanho da

moldura. No entanto, a ideia de que a cidade é mais propiciadora de experiências satisfatórias não é uma verdade incontestada. A memória social não precisa ser exata, mas sim significativa e crível para a comunidade que a transmite (FENTRESS & WICKHAM, 1992).

Fato é que esse tema da “migração do campo para a cidade”, de acordo com Castro (2009), é frequentemente ligado à questão da jovem e do jovem rural. Todavia, essa problemática exige a análise de inúmeras questões que abarcam a construção da categoria jovem e os seus significados. É essa complexidade de personagens e memórias que vem sendo tratadas através dos depoimentos desses universitários e dessas universitárias.

VÍNCULO, AFETO E PERMANÊNCIA DO JOVEM E DA JOVEM NO CAMPO

Uma das principais pesquisadoras sobre o (a) jovem rural no Brasil, Castro (2009) alerta para a necessidade de apreender a juventude como categoria social relevante, que produz impacto no mundo prático, indo além das perspectivas exclusivamente desenvolvimentistas que também se debruçam sobre esse período compreendido entre a infância e a vida adulta. Nesse sentido, interessa compreender esse contingente populacional em relação à construção identitária, formas de interação, posição social e política. Estes temas costumam ganhar maiores esforços de pesquisa direcionados à juventude de forma genérica ou, o que é mais comum, à juventude urbana. As demandas e particularidades dos jovens rurais ainda carecem de compreensão dentro de uma perspectiva mais atual, apesar de serem fenômenos concretos.

Para Paulo (2011, p. 115), o entendimento da construção da identidade do jovem aqui tratado, entre o mundo urbano e rural, passa pela compreensão de que a:

A relação entre esses dois ambientes sociais é pensada como uma relação dialética, marcada por continuidades e descontinuidades, que apesar de ser constante, não dilui as diferenças que persistem e são perceptíveis, principalmente em elementos simbólicos e que são responsáveis por demarcar as identidades juvenis rurais.

Embora um foco de divulgação sobre o jovem rural esteja associado à migração do campo para a cidade, retratando um perfil motivado pelos atrativos das cidades e descontentes com o modo de vida e de labor de zona rural, essa realidade não contempla toda a categoria analítica da juventude do campo. Apesar de ser este um fenômeno verdadeiro, abordado por uma agenda de pesquisa que vem denunciando a desvalorização do campo em relação à cidade, se restringir a isso deixa de fora outras trajetórias e questões relevantes (CASTRO, 2009).

Assim, a realização de pesquisas sobre este tema tem se modificado ultimamente, com o deslocamento do foco sociológico sobre o êxodo no campo para o estudo de movimentos de permanência e de migração de retorno, a despeito do alto número de migrantes verificado na primeira década deste século. Ainda nesta direção, existem outros ângulos de análise sobre a migração que não a enxergam mais como resultado definido de uma ação natural do jovem de se sentir atraído pela cidade, proveniente do desinteresse pela vida no campo e pelo trabalho agrícola (CASTRO, 2016).

De acordo com Carneiro (2005), o jovem rural, muitas vezes, mantém uma memória afetiva com o campo mesmo em um cenário de existência concreta marcada por dificuldades econômicas e sociais, que exige dele sanar conflitos para a construção de perspectivas futuras de vida. Aspectos centrais como educação, lazer, cultura e emprego são igualmente relevantes para esses jovens que sonham com um futuro no campo e que entendem que estes aspectos ainda estão muito distanciados da cidade, mesmo quando esta é geograficamente próxima. Sobre a relação afetiva com o campo, seguem alguns excertos de entrevistas:

Não trocaria (o campo) por outro lugar pra mim ter crescido, assim é longe da maioria dos centros urbanos, mas aqui a gente dá pra viver com tranquilidade, não tem a questão da violência, essas questão de cidade grande mesmo...e eu acho que sou o que sou hoje por conta das atitudes e vivências daqui do campo, a pessoa que sou hoje com olhar voltado pra sustentabilidade, natureza que influenciou muito até na escolha do curso. (Rodolfo, 18 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Lembro que logo quando fui pra Conquista (ingresso na universidade), meu primeiro ano aí, eu tive vários problemas, eu fiquei muito deprimida e sempre que pensava num lugar seguro, num lugar que queria estar, era aqui. E até hoje esse é o lugar que só me traz coisa boa, então eu tenho muitas lembranças felizes daqui, tive uma infância muito feliz aqui, tive uma adolescência muito feliz aqui, sabe?! Sempre gostei muito de morar aqui, de estar em contato com os animais, em contato com a terra, de poder plantar, de poder colher... a partir das experiências na universidade é como se eu tivesse colocado outras lentes, para olhar para as coisas que eu estou acostumada. Não mudou o carinho que eu tenho por esse lugar, o apego as raízes. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Eu tenho uma ligação muito forte aqui onde eu moro, mas eu tô aberto para viver em outros lugares também, mas nunca deixar de ter essas raízes, esses valores que eu aprendi aqui acabarem né? Se perderem ao longo do tempo

né? (Rodolfo, 18 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Segundo Abramo (2005), o jovem rural é compreendido como um sujeito constituído pelas condições de vida determinadas pelo local específico de seu nascimento, que define o tipo de relações familiares, a visão de mundo e as experiências singulares a que foi exposto. Conseqüentemente, não há de se considerar um único padrão de juventude rural, devendo levar em conta as aspirações, conflitos, valores, práticas e demandas de cada grupo juvenil comunitário. Assim, a permanência dos jovens deve sempre ser considerada como uma agenda loco-regional, a partir das condições e possibilidades disponíveis em cada realidade rural.

Em pesquisa comparativa realizada por Neves (2014) em duas regiões rurais do sul do país com características agrícolas e influências de urbanização distintas, o autor verifica uma maior tendência de atração ao rural em locais de predominância da agricultura familiar. Segue explicando estes achados com referência ao conceito de estruturas de oportunidades, formulado por Bourdieu (2007), no qual afirma existir diferentes capitais (cultural, político, econômico, simbólico) disponíveis para os atores sociais, de modo que a estrutura, o volume e a acessibilidade a esses capitais vão definir os objetivos dos sujeitos. A partir dessa perspectiva, é possível inferir que a relação do jovem universitário camponês com sua origem ruralista é subjetiva, dependendo da exposição a estruturas de oportunidades distintas que vão definir suas memórias do campo, os laços com a região, a experiência em ambiente acadêmico e os planos futuros.

Não há, portanto, um único caminho ou resposta para a saída ou permanência da juventude rural em seu território natal. Este tema é complexo, multifatorial e revela-se uma profícua área de estudo. Inúmeras são as situações que determinam essa relação dialética do jovem rural entre o urbano e rural e as composições possíveis de moradia e trabalho nesses dois espaços. Estas situações são marcadas por experiências de vida em zona rural, dos significados dessas vivências a partir do contato com a academia e de como prospectam a vida futura. Essas condições são relevantes e, quando partilhadas, são representativas de indivíduos com histórias, princípios e realidades semelhantes, compondo um grupo social, com memórias circulantes coletivamente. Dos entrevistados que desejam permanecer, manter o vínculo ou voltar para o campo, nota-se a composição de um fio condutor afetivo que vai trazer para a superfície lembranças sobre uma ruralidade que remete a princípios edificantes, simplicidade, sossego e senso de comunidade.

Essa similaridade na vinculação afetiva com o campo compõe um coletivo dentro da perspectiva do que Halbwachs (2006) vai chamar de fenômeno decorrente da formação de memórias coletivas caracterizadas pelo que nomeia de painel de semelhanças, ou seja, um conjunto de memórias convergentes de seus membros. Essas memórias costumam

ser estáveis, sendo justamente os elementos de similaridade e permanência os aspectos centrais que trazem identidade ao grupo. Neste sentido, o que alguns dos jovens rurais pensam e lembram sobre a vida em zona rural é consequência da exposição a um grupo de pessoas que também valorizam e se expressam carinhosamente sobre esse modo de vida, mantendo essa identidade social viva. Essas memórias são constantemente reeditadas por novos membros que aprendem, no seio da comunidade, a valorizar a vida em zona rural.

Nesse sentido, o fenômeno de lembrar e fazer exortações ao campo, embora possa até parecer, num primeiro momento, um produto da mente singular de cada entrevistado, na perspectiva halbwachiana da memória coletiva é entendida como resultado de uma comunidade afetiva, que se constrói a partir do convívio que esses jovens mantêm com outras pessoas ou grupos sociais. Nessa linha, as lembranças dos grupos dos quais o indivíduo faz parte é determinante da lembrança individual deste, de modo que a constituição das recordações particulares é produto da combinação das memórias dos diferentes grupos de pertencimento, estabelecendo-se dois tipos de memória, a individual e a coletiva, sendo a primeira um desdobramento da segunda (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO NA AVALIAÇÃO DE JOVENS RURAIS

A juventude rural não se encontra isolada do mundo a sua volta. Suas aspirações e projetos para o futuro sofrem influência do meio urbano através da televisão e do acesso à internet, por exemplo. Além disso, também as barreiras geográficas entre o campo e a cidade se encontram cada vez mais diminuídas, com o crescimento acelerado dos aglomerados urbanos e o processo migratório. Diante da proximidade entre estes dois mundos, a juventude do campo vai construir aspirações em consonância com os universos simbólicos que acessa. Neste sentido, Wanderley (2007, p. 33) descreve expectativas que se abrem para estes jovens:

[...] poder vivenciar “o melhor dos dois mundos” é, sem dúvida, um desejo dos jovens, mas que se inscreve, aqui, sobre um modo utópico e constitui mais uma demanda do que, propriamente, uma realidade concreta. Estas demandas parecem claras e fortes: para uns, poder permanecer no meio rural e encontrar, no espaço local, um campo de realização pessoal e profissional, na própria atividade agrícola ou fora dela; para outros, ter acesso aos meios que permitam a realização de um outro projeto de vida, no local ou fora dele – ser médico, advogado, bailarina, jornalista etc. Para todos, o desejo de vencer o isolamento, integrando, efetivamente, o meio rural à sociedade brasileira, para o que o acesso à educação é a principal demanda.

O campo como símbolo de atraso e de inferioridade acaba permeando o pensamento do senso comum, levando a ideias de que os jovens rurais teriam um desejo de habitar a cidade, como uma forma de melhorar de vida. No entanto, estudos como o empreendido por Valadares et al. (2016) têm revelado que as causas do êxodo rural entre os jovens não são, em sua maioria, motivadas pelo rompimento afetivo e simbólico com o campo. Mesmo com a ação do Governo, principalmente na esfera Federal, em ações de políticas públicas relacionadas a crédito, educação e transferência de rendas, verifica-se que as desigualdades e dificuldades de acesso a bens, serviços e a renda, agravadas pela concentração fundiária e fortalecimento do agronegócio, mostram-se as verdadeiras razões para o processo migratório destes jovens. Nessa perspectiva, ganha força a ideia de que uma parcela significativa dos nascidos em zona rural prospecta um futuro no campo, caso sejam implementadas políticas que favoreçam condições dignas de vida e que possam assegurar não só a permanência, mas o acesso a direitos básicos de todo cidadão (VALADARES ET AL., 2016, p. 61).

Valadares et al. (2016) seguem analisando o mundo rural contemporâneo, tendo descrito que após os anos 2000, houve uma ampliação da permanência em zona rural por jovens nascidos nesse contexto, após transformações econômicas e sociais ocorridas nessas áreas, decorrentes de políticas públicas e previdenciárias, que permitiram o acesso a bens duráveis e a serviços (a exemplo de telefonia, internet, água, energia elétrica). Nesse ínterim, destacam-se os programas de transferência de renda, programa de aquisição de alimentos, disponibilização de crédito, reforma agrária e assistência técnica. Outras iniciativas para permanência no campo vêm sendo conduzidas a partir da organização e cobrança de jovens camponeses envolvidos em movimentos sociais e políticos em zona rural.

Embora nacionalmente a literatura aponte o crescimento de políticas públicas para o campo e a existência de um contingente maior de jovens interessados em permanecer em zona rural, os investimentos ainda são bastante insatisfatórios e, frequentemente, sequer são percebidos em algumas regiões, como é o caso de muitos dos entrevistados provenientes de áreas rurais baianas. Constata-se nos depoimentos coletados a carência de ações do poder público nas localidades dos entrevistados e das entrevistadas, seja com ações pontuais para melhoria das condições de vida ou mesmo com a implementação de políticas voltadas para o campo, conforme seguem:

Mas assim, as políticas públicas no cenário, não é surpresa para ninguém do jeito que o cenário está hoje, mas até certa época atrás, certos anos atrás, um, dois anos atrás. Porque aqui chegou para o pessoal na época de plantação, igual eu te falei, chegava semente do governo do estado, chegava

equipamento para as pessoas trabalhar, plantar semente. Teve até cesta básica aqui, na comunidade. Pode ser que nas outras também tenha. Na verdade, sempre fica alguma gente para trás. Quem precisa fica para trás. Não era o suficiente, ajudava muito. Ajuda muito, mas eu avalio que não é o suficiente ainda porque não é uma esmola que a gente tá recebendo, é aquilo de imposto que a gente paga. É o mínimo do muito que vai. Um retorno bem mísero, bem pequeno. (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Eu acho que tem muito o que avançar (ações públicas). Eu creio, porque não atinge todos os agricultores, é uma pequena parte e muitos não conseguem obter o empréstimo, esse crédito. Já outros obtêm com maior facilidade e acaba trazendo um pouco de desigualdade. Eu vejo que alguns conseguem e outros não conseguem, uns conseguem avançar e outros fica estagnado. Eu acho que deveria ampliar mais ainda o que já existe. (Rodolfo, 18 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Eu ia e voltava todos os dias (do campo para a cidade). Aí eu fiz o cursinho esse ano, aí depois desse ano, a gente ficou sem passagem da prefeitura. A gente ficou sem passagens, eu não pude mais fazer o cursinho, e daí eu comecei a trabalhar, aí foi quando eu vim pra cá, acho que com vinte anos. Aí eu me mudei pra cá pra cidade. [...] não mais pra residir, por conta disso, por conta da dificuldade, porque lá a gente não tem água encanada, a gente depende de carro pipa, exército, então assim, agora mesmo tá uma calamidade, porque são acho que vinte tickets, vinte caminhões de água pra toda a comunidade. (Mônica, 27 anos, feminino, curso de Psicologia).

Eu acho que deveria ter bem mais atenção, pois é um descaso assim com a nossa comunidade por não ter essa... por causa dessas políticas públicas não ter..., como eu posso dizer, um olhar mais atento para a gente, entendeu?! Principalmente na questão da educação. É a questão que eu mais queria mudanças, é a parte da educação. (Luciano, 20 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

A percepção da diferença de interesse público e do investimento governamental entre o mundo rural e urbano, e mesmo a necessidade de enfrentar a dura realidade relacionada à pouca infraestrutura e serviços escassos, é uma luta constante para essa juventude rural oriunda de um mundo cada vez mais conectado e que questiona cada vez mais as fronteiras sociais e econômicas que separam as duas realidades. A percepção do descaso do poder público com os espaços de origem

desses universitários e dessas universitárias é um elemento comum no discurso dos jovens entrevistados e das jovens entrevistadas, sendo um desdobramento das determinações sociais de desinvestimento nas pequenas propriedades rurais. Assim, as memórias geradas para estes e estas estudantes a respeito do lugar simbólico do campo na política nacional transcendem os sujeitos, sendo fenômenos intrinsecamente coletivos. Essa compreensão vai ao encontro do que Aróstegui (2004) descreve como memória social. Ainda sobre o tema, o autor sinaliza a temporalidade dos processos de mnésicos, sempre atrelados a eventos comunitários relevantes na construção, ação e produção de sentido sobre determinada realidade. No caso em análise, a negligência governamental apresentada nesse momento histórico, gera insatisfação e favorece a união de jovens rurais em torno de uma agenda de resistência e de memórias de liderança, luta e militância.

A organização da juventude rural tem sido um ato político que vem ganhando força através de movimentos sindicais, organizações religiosas e movimentos dos trabalhadores sem-terra, liderados por jovens conectados com as demandas do mundo rural e com habilidades para dialogar com outros modos de vida e produção. Estes atores sociais vêm, gradativamente, reafirmando suas identidades rurais e o interesse em manter laços com suas origens, através de estratégias de luta pela terra, ações políticas e protagonismo na busca por políticas públicas para o campo (CASTRO, 2009), conforme se verifica na próxima categoria analítica.

PROTAGONISMO JUVENIL E A UNIVERSIDADE COMO FERRAMENTA PARA PERMANÊNCIA OU RETORNO AO CAMPO

No cerne da discussão sobre aspectos que favorecem a permanência do jovem no campo, é relevante discutir o protagonismo juvenil para atuar ativamente como grupo social comprometido com a superação das más condições de vida para aqueles pertencentes à zona rural. Calil (2008, p. 81), assim define protagonismo juvenil:

[...] é uma prática que possibilita a transformação do jovem e a transformação do mundo, numa relação dialética que favorece a formação de jovens mais conscientes de seu papel como agentes de mudança social, investidos na construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Enquanto agentes mais conectados com o mundo fora do campo, ao se envolverem com ações, iniciativas e entidades políticas com finalidades de beneficiar o mundo rural, os jovens passam a constituir uma força endógena diferenciada e relevante na luta pelo desenvolvimento local, pelo fortalecimento econômico e pela qualidade de vida nas unidades territoriais aos quais pertencem. Para isso,

estes atores sociais precisam ocupar os espaços políticos e institucionais que os coloquem em posição de acessar lideranças comunitárias e externas. Necessitam, ainda, estabelecer relações horizontais, estimulando o surgimento de vínculos solidários, confiança e reciprocidades no agrupamento que compõe o território afetivo, ou seja, a rede de suporte e participação, cuja finalidade é lutar pela melhoria da vida no campo de dentro para fora (FERREIRA; HILLING, 2018).

Um importante espaço político e institucional que pode fortalecer o protagonismo juvenil é a universidade. Não sem motivo, o ensino superior é encarado por muitos jovens rurais como uma ferramenta de ampliação das possibilidades de trabalho e, frequentemente, apresentam manifesto desejo de que as novas habilidades laborais possam servir ao campo. Isso é possível não somente no exercício de atividades ligadas à terra, mas inclusive em ocupações não agrícolas para atender demandas humanas nesses espaços (NEVES, 2014), como moradia, saúde, lazer, acessibilidade digital etc. Assim, a permanência ou retorno para o campo exige dos pais e de seus filhos uma mudança de paradigma em relação à atividade agrícola. Novas formas de se fazer agricultura são pensadas, assim como modos diferentes de trabalho para que consigam manter-se nesse espaço (CARNEIRO, 2007). Fato é que os jovens camponeses já vêm há algum tempo cobrando ações governamentais que estimulem o retorno não somente de agrônomos e veterinários, mas também de professores, médicos, engenheiros e demais profissões que possam, de alguma forma contribuir para o avanço do mundo agrícola (MENEZES et al., 2014).

Nessa direção de aproximação da juventude com o campo, Menezes et al. (2014) disponibilizam a articulação entre jovens rurais, movimentos sociais, academia e governo, ocorrida no I Seminário sobre Juventude Rural e Políticas Públicas⁵, no ano de 2012, evento organizado para ampliar o debate entre instituições e atores sociais vinculados à questão agrícola brasileira. Na ocasião, já se organizava o protagonismo da juventude rural com o debate e formulação de ações para manutenção do jovem no campo, dentro de uma perspectiva que possa garantir um futuro promissor e proporcionar uma formação técnica e acadêmica, se revertendo na renovação do processo agrícola e de alimento em operação no país. Um dos temas também debatidos foi a necessidade de superação de uma visão pouco diversificada em relação ao leque de profissões ofertadas pela educação superior para a zona rural, sob o argumento de existir no campo demandas complexas para atender ao objetivo de progresso e diferenciação do sistema produtivo rural.

⁵ Promovido pelo Governo da presidenta Dilma Rousseff, o Seminário propunha um espaço de diálogo entre governo e movimentos sociais para debater políticas públicas para a juventude rural, visando fortalecer a participação social deste público, promovendo espaços de diálogo para a formulação de políticas públicas (BRASIL, 2012).

De modo convergente com essa pauta, consegue-se observar em algumas entrevistas o entendimento de jovens universitários da necessidade de qualificação como um meio de permanência no campo dentro de um projeto de vida com melhores condições ou oportunidades de contribuição com a zona rural. Seguem os depoimentos:

Depois da faculdade, até o momento eu penso em tentar dar seguimento para uma linha de mestrado no curso de farmácia ou de medicina, que eu vou tentar entrar novamente que seria em residência, que no curso de medicina (desejo de ingresso futuro) teria mais possibilidade de eu voltar a residir lá junto com meus pais e trabalhar na região... pelo estilo de vida, pela tranquilidade e acho também pela proximidade que você se sente acolhido, acho que de um modo geral aqui (cidade), eu não conheço meus vizinhos e lá não, meio que todo mundo se conhece e de uma forma ou de outra todo mundo tenta se ajudar. (Fred, 22 anos, masculino, curso de Farmácia).

Eu vejo que a educação é a grande chave que vai abrir várias portas. Então, foi o que fez minha família investir na minha educação e na do meu irmão. Eu vejo que com a educação a gente pode mudar essas realidades que a gente vive aqui... por que eu vejo outras pessoas da minha idade que não optaram pelos estudos e continua trabalhando com os pais... isso é muito importante também, mas eu vejo que a educação pode ser uma grande facilitadora... de trilhar outros caminhos aqui. (Rodolfo, 18 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Eu penso quando acabar o curso, penso mais pra frente, eu vou concluir esse ano, aí tipo eu penso em viajar. Algumas viagens, pequenas, viagens, entendeu? e depois se eu conseguir um emprego na área, porque não é fácil, né? se formou e já começou a trabalhar, mas eu penso em viajar um pouco e saber o que eu quero mesmo. Mas eu quero concluir. Depois eu penso em fazer primeiro a especialização, depois o mestrado e doutorado, né? se Deus permitir [risos]. Eu penso isso. Agora, continuar morando aqui (zona rural). Fazer pequenas viagens só para sair, mas a raiz mesmo morando aqui, entendeu? Eu espero estar empregado bem futuramente. Ter minha independência. Estar empregado com casa própria e tal. (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Dessa forma, a migração pode também representar um fator condicionante para permanência futura ou como elemento estratégico para outras formas de fixação no espaço rural, até mesmo de luta pela terra (BARCELLOS, 2014).

Em pesquisa realizada no sertão da Paraíba com algumas gerações de famílias camponesas, Menezes (2009) constatou que a saída do jovem do meio rural pode representar um fato definitivo, mas também uma forma de proporcionar meios para sua permanência no campo. A renda auferida no trabalho na cidade pode atender necessidades básicas de sua família, além de ser utilizada em pequenos investimentos na compra de propriedades rurais ou outros bens, representando um projeto de vida de continuar no campo. Assim, a autora acredita que a migração dos jovens constitui uma estratégia de reprodução histórica das famílias camponesas. O jovem vivencia essa experiência como um ritual de passagem na vida que vai além dos fatores econômicos que motivam sua saída.

Fato é que a necessidade do ensino superior e técnico torna-se relevante no mundo rural como forma de garantir recursos humanos habilitados para a prestação de serviços básicos nas localidades onde se situam as comunidades rurais. As novas tendências têm gerado mudanças importantes nas relações sociais e produtivas de zona rural, de modo que o acesso às políticas educacionais de ensino superior pelos jovens camponeses acaba sendo uma oportunidade de qualificação que pode se reverter em uma força de trabalho mais crítica e técnica que deve, em muitos casos, contribuir para a qualidade de vida das localidades rurais.

Na esteira dessa discussão, é possível analisar o fenômeno sob o ponto de vista da teoria marxista, que defende que a educação só pode ser libertária à medida que atua com a intenção de expor as contradições do capital e da divisão do trabalho, acreditando que esse papel só será possível se os processos educacionais puderem ocorrer de forma revolucionária e crítica. Se não houver este compromisso, os modelos pedagógicos estarão sempre subservientes ao capital. Portanto, a educação superior tem papel importante, podendo ofertar uma formação profissional que desenvolva em seus alunos consciência social e pensamento crítico, colocando em evidência as contradições e perversão do sistema capitalista na contemporaneidade. As universidades são as que mais se aproximam do que Marx descreve como o ensino tecnológico, que oferece maior protagonismo ao disponibilizar habilidades teóricas, práticas e científicas ao indivíduo (MANACORDA, 2010).

Nesse cenário, o protagonismo juvenil exercido por universitários e universitárias oriundos da zona rural interessados e interessadas em consolidar a trajetória de trabalhador e trabalhadora do campo deve ter como propósito lutar por investimentos nas técnicas de produção, por avanços na qualificação do trabalho e por melhores condições de vida. Essa é uma das opções possíveis para esses e essas jovens universitários, que também podem decidir, através da formação acadêmica, por caminhos que os (as) distanciem da zona rural. Embora os/as entrevistados/as sejam todos de origem rural e vinculados (as) a uma mesma

Instituição de Ensino Superior, eles e elas possuem algumas memórias similares, mas outras divergentes sobre a vida no campo e planos futuros. Isso porque, cada indivíduo participa de inúmeros grupos, cada qual com uma memória específica: a escola, o trabalho, a igreja ou, ainda, comunidades mais amplas, como a ordem de classe, o estado, a nação (SILVA, 2016). Assim, a depender da combinação de experiências que cada pessoa está exposta, o resultado é singular, formando um sujeito único que acessa inúmeras memórias coletivas e que contribui na formação de outras tantas. Esse processo é vivo e contínuo, assim como são as memórias individuais dele decorrentes (HALBWACHS, 2006).

Portanto, a migração, permanência ou militância do jovem do campo não pode ser considerada uma certeza posta e inerente a esse grupo social, ou uma decorrência direta das dificuldades encontradas num contexto específico, mas como fator que compõe práticas de reprodução decorrentes de realidades distintas.

O INGRESSO NA UNIVERSIDADE COMO MEIO DE SAÍDA DO CAMPO

Adentrar a universidade costuma ser um passo nada óbvio para o (a) jovem rural, que passa a ter uma parcela que os represente nas Instituições de Ensino Superior apenas na história recente, a partir das políticas governamentais de democratização do acesso à universidade. Ao ingressar na academia através das políticas de cotas, o (a) jovem rural tem outros desafios além da qualificação para o trabalho, uma vez que surge a demanda de se familiarizar com o novo sistema educacional, de modo a assegurar algum pertencimento social e a construção da identidade enquanto acadêmico (a). Nesse processo, ocorre um distanciamento dos conhecimentos empíricos prévios adquiridos em meio rural, os quais costumam ser substituídos ou aperfeiçoados por conteúdos teóricos e técnicos.

Fato é que esses e essas estudantes, conectados (as) a outros modos de vida (CASTRO, 2009) e fora de seus lugares de origem, precisam organizar suas experiências subjetivas e construções identitárias a partir das vivências enquanto acadêmicos e acadêmicas, em espaço urbano e com acesso a saberes e oportunidades de trabalho diferentes das que eram disponíveis no campo. O depoimento a seguir é bem representativo nas novas opções e expectativas que surgem na experiência universitária:

Meu principal objetivo é continuar na pesquisa. Na verdade, meu principal objetivo é conseguir um emprego, que eu não especifico qual seria porque eu tenho medo de ficar desempregada. Mas o que eu tenho vontade é seguir na área da pesquisa. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Acho que mais curiosidade. Eu tenho mais curiosidade para aprender.

Curiosidade pra... de ver as coisas. Ver as coisas diferente. Tipo, ler mais entendeu? Eu não lia muito. Agora, tô lendo bem pouco por causa dessa pandemia. Mas, quando entrei deu vontade de ler muito, ler mais, ter mais conhecimento. (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Quando você vai pra universidade você acaba tendo contato com muita gente que tem uma... um modo de ver a vida diferente. Você vai aprendendo com isso, você vai aprendendo a respeitar, você vai aprendendo a valorizar aquilo, a trazer pra si também e acaba também, é somando na nossa formação. (Talita - 22 anos, Nutrição).

Eu acho que, eu olho pras coisas e para as pessoas e para o contexto que eu fui inserida de forma mais crítica. Eu percebo que eu olho para as pessoas tentando compreender, de tentar entender o mundo, assim, das pessoas. (Sofia, 20 anos, feminina, curso de Psicologia)

Na busca pelo desenvolvimento das novas habilidades requeridas, é comum que aspectos da identidade camponesa sejam preteridos, dando lugar a um movimento de identificação com o mundo urbano, inclusive como forma de aceitação social e profissional. A distinção nas experiências culturais, afetivas, simbólicas e materiais entre a juventude rural e urbana é decorrente da assimilação da estrutura social de origem, que se caracteriza por sentimentos, pensamentos e percepções específicas. Ao ingressar no ensino superior e mudar-se para a cidade, muitos e muitas jovens do campo costumam assimilar um modo de vida baseado em fatores culturais típicos do estilo de vida urbano como forma de inserção simbólica e legitimação. Nessa intrincada relação entre o passado em zona rural e o presente na condição de acadêmica a juventude rural pode buscar no ensino superior uma forma de romper com o campo e com as condições de vida normalmente difíceis do contexto de agricultura familiar (REDIN, 2017).

Partindo desse ponto, o ingresso na universidade pode significar mudanças significativas nas possibilidades de escolha profissional disponíveis para jovens rurais que, ao se aproximarem do mundo urbano e das oportunidades nesse espaço, podem não achar mais viável o retorno à zona rural e às condições muitas vezes precárias de vida (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

Em convergência com os aspectos da literatura, tem-se os seguintes trechos:

Acredito assim, por ter vindo, sofrido, lutado, eu acredito assim, que eu dou mais valor na universidade, porque a gente passou muita necessidade, então assim, hoje eu penso assim [...] pra evitar [...] talvez evitar [...] é [...] passar necessidade de novo, aquela vida... eu luto! O que eu puder

fazer aqui pra ‘mim’ mudar de vida. (Suzi, 34 anos, feminino, curso de Psicologia).

(Motivo da entrada na universidade) Resistência, resistência porque como eu te falei na nossa comunidade desde o início a gente não é criado pra chegar no ensino superior, a gente é criado pra chegar olhe-se lá, no terceiro ano, então assim, quando me veio a oportunidade de ingressar na faculdade, eu não pensei duas vezes. Mãe, eu tenho um filho de 4 anos, então assim, minha vida é muito corrida pra estar aqui todos os dias, e às vezes dá vontade de jogar tudo pra cima, mas eu continuo resistindo sabe? Porque é uma maneira de que as outras pessoas vejam e queiram também fazer, sabe? Saber que existe vida além disso, além do ensino médio, além do casamento. (Mônica, 27 anos, feminino, curso de Psicologia).

Carneiro (2005) assinala que a juventude rural possui dilemas diferentes dos de seus pais, já consolidados no campo, uma vez que os mais jovens são diretamente expostos às transformações sociais e laborais impostas pelas mudanças na forma de atividade agrícola, que privilegia os grandes produtores e o modelo de agronegócios⁶. Estes jovens, ainda em fase de consolidação no mundo do trabalho, podem vir a transitar melhor nos espaços urbanos e têm na educação superior uma possibilidade de ampliar o leque de opções profissionais e, conseqüentemente, angariar melhores condições de trabalho. É nesse cenário de possível ruptura que o grau de escolaridade da juventude camponesa tem se ampliado em relação aos seus ascendentes, para alguns significando a saída permanente do campo.

Os (as) jovens entrevistados (as) que prospectam uma vida fora de zona rural estruturam essa expectativa a partir de um aparato social que oferta a esses (essas) estudantes códigos culturais que circulam nas novas comunidades que passam a fazer parte. De acordo com Jelin (2012), a memória social não é um fenômeno solitário, impermeável e único, mas decorre de narrativas coletivas que são desenvolvidas a partir de ritos, experiências, normas de conduta, que quando assimilados, geram novos pertencimentos para o sujeito. Nesse sentido, a universidade oferece vivências partilhadas que para muitos e muitas jovens rurais, podem entrar em conflito com memórias circulantes previamente, gerando rupturas, novas reconstruções de memórias e desejos diversos, consonantes com o pertencimento a outros grupos sociais. Um desejo de saída definitiva do campo

⁶ Souza & Conceição (2008) denunciam o discurso ideológico de que os problemas do campo brasileiro estão superados com as perspectivas de acréscimo na produção e produtividade e não com as condições de vida daqueles que vivem no campo, trabalhadores rurais e camponeses, deixando à margem a discussão sobre a revisão da estrutura fundiária, com uma política de reforma agrária e manutenção do homem do campo. As autoras destacam ainda a relevância dada ao agronegócio pelo Governo do Estado da Bahia, através da realização de trabalhos e estudos amplamente divulgados, que o retratam como a via única possível em busca de uma pretensa “modernização” do campo.

não necessariamente envolve falta de afeto com o lugar de origem, mas significa o rompimento desses estudantes com uma necessidade comunitária da qual deixam de pertencer integralmente, desaparecendo a obrigação de manter vivo o modo de vida e trabalho dos ascendentes através da continuidade desse projeto.

INCERTEZAS DO (DA) JOVEM DO CAMPO SOBRE O FUTURO PROFISSIONAL E SUBSISTÊNCIA

As políticas de cotas em universidades públicas beneficiam jovens rurais provenientes dos modelos de agricultura familiar, permitindo o acesso à educação superior, até então inalcançável para esse público. Essas políticas de ingresso na universidade são importantes para democratizar a possibilidade de formação acadêmica e para reduzir o distanciamento social, em razão da entrada no ensino superior ser, por muitos anos, reservado majoritariamente para famílias com boas condições econômicas (REDIN, 2017).

No entanto, para além do ingresso através de políticas de cotas e das bolsas de permanência para que a juventude camponesa possa concluir o curso superior, outra agenda se descortina como pauta urgente. Tão importante quanto a formação superior é a instituição de programas de residência e auxílio financeiro para que jovens recém-formados, quando assim desejarem, possam retornar ao local de origem, contribuindo com mão de obra qualificada para a melhoria dos modelos de agricultura familiar (MENEZES et al., 2014). A necessidade de oferecer suporte a estes egressos oriundos de condições socialmente vulneráveis também é uma realidade para aqueles que desejam seguir com uma vida profissional fora do campo. Tanto em um caso quanto no outro, a universidade e suas políticas de transferência de renda para a manutenção do curso costumam ser a única forma de sobrevivência de muitos estudantes durante os anos de graduação. Sem políticas públicas que favoreçam a empregabilidade/sustento dos recém-formados, a formatura passa a significar um momento de preocupações e incertezas futuras relacionadas à inserção profissional e sobrevivência. Alguns depoimentos dos (das) entrevistados (das) são representativos dessa realidade:

Olhando para o meu círculo social, eu acho que a gente, que não tem muitas condições sociais, tem medo do que vai acontecer quando terminar a faculdade, porque a gente vive de bolsa, o que vai acontecer quando eu não tiver mais a minha bolsa?! Como é que eu vou fazer pra arrumar um emprego sem dinheiro, sem meus pais poderem me bancar e montar um escritório pra mim ou arcar com as despesas até eu terminar um mestrado, se eu não conseguir a bolsa do mestrado, a gente tem mais uma insegurança do que vai acontecer. (Sofia, 20 anos, feminino, curso de Psicologia).

Acho que se eu ir até o final, acho que vai antes mesmo de concluir, vou parar e refletir sobre a minha trajetória e buscar ser um profissional quando terminar para buscar ser um profissional de “responso” entendeu? Porque o próprio professor Márcio fala: ‘Vocês têm que dar o seu melhor, dar o seu melhor porque quando abre a gaveta tem mais mil e não sei quantos alunos muito bons desempregados’, então para chegar e ter essa motivação, um dos melhores, não que os outros, melhores para mim, entendeu? (Thiago, 24 anos, masculino, curso de Ciências Biológicas).

Assim, a gente sempre pensa em ter uma profissão, uma profissão fixa assim mesmo, porque a gente tem essa ideia de como se fosse uma garantia de que você não vai ficar desempregado lá na frente. Coitado, oh dó dessa mentalidade, por que não tem nada a ver. Ainda mais aqui, por exemplo, eu falava bem assim: “aqui eu falo: eu quero me formar, Deus ajude que eu consiga um trabalho”, mas provavelmente não vai ser aqui em Guajeru, eu já sei que eu não vou ser priorizada. Eu já sei. Só passar num concurso mesmo, com a minha própria capacidade e olhe lá, né? tem as burlagem. (Talita, 22 anos, feminino, curso de Nutrição).

Os trechos acima revelam preocupações dos (das) entrevistados (das) sobre o futuro profissional, com sentimentos de desesperança ou de necessidade de dedicação extrema à vida laboral para obtenção de sucesso nesse meio. Estes e estas jovens demonstram inseguranças com o futuro profissional em um mundo do trabalho reconfigurado pela ação de um capitalismo cada vez mais nocivo, que afeta não só as configurações de emprego na cidade, mas também a própria atividade no campo.

Sobre a perversidade produtivista das relações subjugadas a um mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado, Druck (2011) alerta que essas transformações significativas só podem ser entendidas numa perspectiva histórico-dialética, em que velhos modelos de produção se reconfiguram, passando por um complexo processo de metamorfose social, em que novas formas e condições laborais e novas relações sociais entram em funcionamento, não necessariamente como uma ruptura com o passado, mas como uma espécie de reconfiguração das contradições histórico-sociais do trabalho. Nesse sentido, a precarização da atividade produtiva e as incertezas por ela geradas afetam especialmente as formas de execução laboral e as lutas dos trabalhadores, mantendo ainda relações sociais ancoradas pela compra e venda da força laboral do homem. Toda essa incerteza afeta, principalmente as classes sociais mais vulneráveis, como é o caso dos/das jovens provenientes de zona rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou compreender as memórias de jovens rurais universitários sobre o modo de vida a partir das próprias experiências enquanto juventude do campo. As noções de memória social nesse trabalho foram apreendidas como um chão que alicerça os passos e os caminhos dos (das) entrevistados (as). Metaforicamente, este chão que sustenta a sobrevivência desses sujeitos e de seus ascendentes através do arado e da enxada é também o mesmo que oferece suporte aos afetos, princípios e aspirações dessa juventude, garantindo uma base e um trajeto para ir e vir, ficar ou sair, nunca de forma definitiva, mas como uma escolha disponível.

O solo por onde transitam estes e estas jovens guarda, no passado e no presente, o suor de muitas mãos na composição de seu traçado. Um solo exige, portanto, um trabalho sempre comunitário. As experiências e memórias que atravessam os (as) jovens participantes dessa pesquisa também são frutos coletivos, resultados de histórias anteriores a esses próprios indivíduos e ancorados no pertencimento a uma classe social que vai ajudar a compor a consciência e identidade dessas pessoas.

Partindo desse ponto, as concepções de memória coletiva de Halbwachs, as teorias sobre memória social e o conceito de experiência de Thompson foram centrais para este artigo, por defenderem uma ancoragem social e histórica na formação da subjetividade dos (das) jovens universitários (as) oriundos (as) de zona rural. De todos os conceitos abordados nesse estudo, a concepção de memória coletiva foi a base principal sob a qual os resultados empíricos foram analisados, sendo a lente social para compreender as relações que os (as) entrevistados (as) estabeleceram com o trabalho, com a formação universitária, com a vida no campo, com a experiência urbana, com os sonhos, medos e anseios para o futuro.

Entender o impacto subjetivo da dualidade entre as experiências de vida, saberes e expectativas moldadas em zona rural e a estrutura da cidade e da formação superior envolveu um olhar atento para as ideias e conhecimentos que estes e estas jovens tinham sobre si e sobre o futuro, elementos forjados socialmente ao longo de muitos anos. Assim, o artigo se dedicou a compreender o acesso, a dinâmica e as eventuais dificuldades para inserção desses e dessas jovens estudantes do campo na lógica universitária, bem como a percepção destes sobre o futuro, compromissos e possibilidades pessoais e comunitárias.

Os desafios e obstáculos impostos a estes e estas jovens para cursarem uma graduação fora de seus lugares de origem e em condições econômicas pouco favoráveis geraram a necessidade de se discutir, quando pertinente, os conceitos sociológicos de educação e trabalho, temas completamente imbricados na trajetória desses e dessas estudantes que, ao final do curso, seguirão com seus diplomas e suas heranças sociais para adentrar um mercado de trabalho contemporâneo bastante

desafiador, difícil e, frequentemente, opressor. Tais questões atravessam as memórias desses e dessas discentes, a partir de uma miscelânea de afetos, ideias e percepções forjadas no encontro entre a subjetividade de cada entrevistado (a), o contexto social do qual participa e a herança coletiva que, em conjunto, formaram as narrativas apreendidas nas entrevistas, interpretadas e separadas em categorias analíticas para o estudo empírico desse artigo.

Olugar defaladessesedessasjovens estudantes interessa enquanto empreendimento científico e político. Conforme mencionado na introdução, é amplo o contingente de brasileiros de origem rural, contrastando com a deficiência de políticas públicas para essa população. Pesquisas, investimentos e ações governamentais destinados aos jovens urbanos são muito mais numerosos. Há lacunas na literatura científica sobre estudantes do campo que acessam a universidade e como este fenômeno está atrelado a possíveis impactos na zona rural, a partir das novas experiências e pertencimentos desses sujeitos do campo.

A ciência é uma importante ferramenta de conhecimento e mudança social, ao informar, legitimar e dar visibilidade para alguns fenômenos. Nesse sentido, este artigo alcançou seu objetivo de ampliar as possibilidades de conhecimento e, portanto, de ações destinadas a este público, especialmente dentro da realidade baiana. Cientes da realidade e das demandas desses sujeitos, políticas públicas melhor direcionadas para este grupo social podem ser empreendidas. Novas agendas de pesquisa podem ser úteis para oferecer uma compreensão mais robusta sobre a juventude rural universitária.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; MARTONI, P. P. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. v. 2. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.

ARÓSTEGUI, Julio. Retos de la memoria y trabajos de la historia. **Pasado y memoria. Revista de historia contemporánea**, v. 3, n. 5, p. 58, 2004.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. 306p. Tese Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016**. Ministério da Saúde, 2016.

CALIL STAMATO, Maria Izabel. **Protagonismo Juvenil: uma práxis sócio-histórica de ressignificação da juventude**. 212 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo: 2008.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. 1999.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In.: ABRAMO, H. e BRANCO, PMD (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 243-261.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista latinoamericana de ciências Sociais, Niñez y juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

_____. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Política & Trabalho**, n. 45, 2016.

_____. Balanço e Perspectivas. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, v. 24, n. SPE1, p. 37-57, 2011.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Social Memory**. Oxford: Blackwell, 1992.

FERREIRA, Daniel José; HILLING, Clayton. Juventude Rural e Protagonismo: caminhos para o desenvolvimento local. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 4, n. 2, p. 200-227, 2018.

FIALHO, Joaquim; SANTANITA, Carla. Revisitando Norbert Elias e os seus Contributos para a Teoria Sociológica: O foco no indivíduo e na sociedade. **Desenvolvimento e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. p. 131-146, 2017.

FREITAS, Wesley RS; JABBOUR, Charbel JC. Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Revista Estudo & Debate**, v. 18, n. 2, 2011.

GAVIRIA, Margarita Rosa; MENASCHE, Renata. A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. **Estudo e Debate**, v. 13, n. 1, p. 69-82, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social (1999)**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. Trad. Manoel AF Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 5.

HALBWACHS, M. A memória coletiva (B. Sidou, Trad.). **São Paulo: Centauro (Obra original publicada em 1968)**, 2006.

JELIN, Elizabeth. **Los Trabajos de la Memoria**. 2a. ed. Instituto de Estudios Peruanos-IEP, Lima, Perú, (Estúdios sobre Memoria y Violência, 1), 2012.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. 2ªed. Trad. Newton Ramos de Oliveira. Campinas-SP: Alínea, 2010.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. 2014.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Juventudes rurais do nordeste: trabalho, migração e movimentos sociais**. Campina Grande/PB. Edital Universal MCT/CNPq 02/2006. (Relatório Acadêmico Sintético – Fevereiro, 2009).

NEVES, Jonas Anderson Simões das. Os jovens rurais e suas oportunidades: uma proposta analítica a partir dos dados censitários. **Voos Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá**, v. 5, n. 1, 2014.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude Rural: suas construções identitárias**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. 324 p. – (Teses e Dissertações).

REDIN, Ezequiel. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. **Educar em Revista**, n. 63, p. 237-252, 2017.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre a psicologia social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 7-13, 2007.

SAUL, Fernanda Quatorze Voltas. A educação no pensamento de Karl Marx. **Veras**, v. 4, n. 1, p. 25-36, 2014.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

SILVA, Giuslane Francisca. A memória coletiva. **AEDOS**, v. 8, n. 18, p. 247-253, 2016.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 9, n. 1, 2008.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 6º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

VALADARES, Alexandre Arbex et al. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**, p. 59, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventude E Agricultura Familiar no Recôncavo da Bahia**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019.

ZAGO, NADIR. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista brasileira de educação**, v. 21, n. 64, 2016.



Rompendo a "Terceira Cerca": a judicialização da questão ambiental em um Assentamento Paulista da modalidade PDS

Diogo Marques Tafuri¹

Luis Gonçalves Junior²

RESUMO: Neste artigo problematizamos a situação de criminalização de que é vítima a população camponesa envolvida na luta pela reforma agrária no Brasil. Por meio de revisão bibliográfica específica à questão agrária brasileira e da análise fenomenológica dos registros de campo coletados no processo investigativo junto aos/as agricultores/as assentados/as no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santa Helena, localizado no município de São Carlos/SP, defendemos que as experiências de vida individuais e coletivas engendradas pelas ações dos movimentos de luta pela terra são marcadas pelos conflitos de classes e raciais expressos nas reações de violência e criminalização sofridas por trabalhadores/as sem-terra.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária; Movimentos Sociais; Violência e Criminalização; Assentamentos Rurais; Questão ambiental.

BREAKING THE "THIRD FENCE": THE JUDICIALIZATION OF THE ENVIRONMENTAL ISSUE IN A PAULISTA SETTLEMENT OF THE PDS MODALITY

ABSTRACT: In this paper, we intend to problematize the criminalization of the peasant population involved in the struggle for agrarian reform in Brazil. Through bibliographic review on Brazilian agrarian question and phenomenological analysis of field records collected in the investigative process with farmers in the Sustainable Development Project (PDS) Santa Helena, located in the city of São Carlos/SP, we argue that the individual and collective life experiences engendered by the actions of the movements for the struggle for land are marked by the class and racial conflict expressed in the reactions of violence and criminalization suffered by landless workers.

KEYWORDS: Agrarian reform; Social movements; Violence and criminalization; Rural settlement; Environmental issue.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2007), Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2019). E-mail: diogotafuri@gmail.com

² Professor Titular do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana da Universidade Federal de São Carlos (DEFMH/UFSCar). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar. E-mail: luizgj7@gmail.com

INTRODUÇÃO

A primeira cerca é de arame, é a cerca do latifúndio, a cerca das terras devolutas. A segunda cerca é da violência programada, é a cerca dos pistoleiros, é a cerca dos massacres anunciados, é também a cerca da persistente militarização da questão agrária. E assim os sem-terra enfrentam a terceira cerca: a cerca do Poder Judiciário (FERNANDES, 1997a, p. 36).

Num cenário de crise da agricultura tradicional frente ao processo de modernização capitalista e de fechamento do mercado de trabalho, a política de implantação de assentamentos rurais em território nacional possibilitou, paralelamente à manutenção da estrutura fundiária concentrada e à consolidação dos setores mais integrados aos mercados agroalimentares globais, uma alternativa de trabalho e oportunidade de obtenção de terra para uma população historicamente marginalizada e com inserção precária no mundo laboral (LEITE, 2004). As possibilidades de implantação, por parte do Estado brasileiro, dos projetos de assentamentos como forma de atender as reivindicações populares de acesso à terra, estiveram condicionadas, desde a década de 1960, por uma conjuntura histórica marcada principalmente pelas tensões existentes entre: a) a crescente pressão exercida pelos movimentos sociais decorrentes da perenidade da concentração fundiária e do aumento da pobreza e da desigualdade social no campo; b) a atuação estatal no fomento ao desenvolvimento de uma agricultura capitalista integrada à economia urbano-industrial e ao setor externo, tendo como fundamento a modernização na base técnica dos meios de produção agrícolas por meio da qualificação técnica do trabalho rural, do aumento no nível de mecanização da atividade agrícola e da utilização de insumos industriais no manejo produtivo (DELGADO, 1984; 2012; GRAZIANO DA SILVA, 1980).

A intensificação dos conflitos fundiários resultante da ampliação histórica, em âmbito nacional, dos movimentos articulados em prol da luta pela reforma agrária, requereu que o Estado brasileiro, representado pela União e seus entes federativos, exercesse de forma mais contundente seu papel de mediador político-institucional das questões fundiárias do país. No estado de São Paulo, a “Revisão Agrária” foi o primeiro programa criado para a implantação de assentamentos rurais, tendo sido realizado pelo governador do citado estado, Carvalho Pinto (1958-1962), no contexto próprio do que Bergamasco (2003) qualificou como “reforma agrária produtiva”, pautada pelo debate das funções da agricultura no desenvolvimento econômico do país. No âmbito federal, a reforma agrária voltou à agenda política do Estado com o fim da ditadura civil e militar (1964-1985) e a inauguração da chamada Nova República, quando é apresentado pelo Presidente José Sarney (1985-

1989), à época do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o I Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA). Já a partir do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), do Partido dos Trabalhadores (PT), foi elaborado e aprovado o II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural (II PNRA), o qual defendia em suas diretrizes a democratização do acesso e a desconcentração da estrutura fundiária.

Analisando o gráfico do número de famílias assentadas desde o I PNRA, Barone e colegas (2016) reconhecem a existência de um “grande ciclo” da política de reforma agrária no Brasil, cujos dados revelam aos autores a existência de três momentos destacados de intensificação e refluxo na consecução dos assentamentos de sem-terras. Para os autores, este ciclo teria findado na atualidade¹, na medida em que as questões envolvendo a continuidade dos assentamentos rurais até então efetivados sobrepujaram a problemática da cessão de novas terras a outras famílias:

O primeiro momento do grande ciclo teve início em 1986, ano em que ocorre um “salto” no número de famílias atendidas em assentamentos, seguindo até 1989. Esse é o período do governo de José Sarney (1985-1989), durante o qual foi lançado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). [...]O segundo momento do ciclo se refere aos dois governos FHC (1995 - 2002). O movimento ascendente no número de sem-terras assentados cresce desde 1995 e atinge o clímax no ano de 1997, momento a partir do qual se observa um descenso constante até o primeiro ano do período Lula (2003). A intensa mobilização dos trabalhadores rurais marca o período, assim como a pressão internacional advinda do impacto das chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Em resposta às pressões, o governo federal assenta cerca de 460 mil famílias no período. Quase do mesmo montante – aproximadamente 420 mil famílias – é o número de famílias assentadas no terceiro momento desse grande ciclo, que compreende o período dos dois governos Lula (2003-2010). [...]No governo Dilma, a tônica para consolidar a reforma agrária consistiu em desenvolver os assentamentos existentes, ao invés de focar na criação de novos (BARONE; FERRANTE; DUVAL, 2016, p. 29-31).

Tomados enquanto objeto relevante do conhecimento científico e, portanto, como elemento de problematização sociológica no atual contexto do mundo rural no Brasil, os assentamentos constituídos pela consecução das políticas de reforma

¹ Corroborando, segundo o relatório DATALUTA (2020), o número de assentamentos criados no Brasil, que já chegara ao auge de 872 no ano de 2005, vem sofrendo queda substancial desde então, chegando a seu quantitativo mais reduzido no ano de 2019, quando apenas 02 propriedades foram desapropriadas pelo Estado.

agrária no país podem ser tomados em uma dupla perspectiva epistemológica: trata-se, sob um primeiro aspecto, de um fenômeno concreto e persistente cuja manifestação permite, dentro da análise de um horizonte temporal razoável, a problematização do *modus operandi* da política pública de cessão de terras em suas relações com a viabilidade econômica e social de tais assentamentos, controvérsia cuja expressividade e abrangência social no presente² permitem afirmar a pertinência da continuidade dos estudos acadêmicos acerca de tal temática. De outro modo, a realização de tais pesquisas tem o intuito de atualizar as questões que emergem do mundo rural brasileiro na virada da segunda década deste século, considerando as continuidades e rupturas que constituem o complexo fenômeno agrário no país, bem como a importância dos espaços sociais de vida e reprodução da agricultura familiar para a construção da cidadania no campo e para a redução das assimetrias sociais e de poder de nossa sociedade democrática (MOREIRA, 2009).

Buscando contribuir com tal campo de estudo, pretendemos problematizar a realidade de marginalização e criminalização de que é vítima a população camponesa envolvida em ações em prol da reforma agrária no Brasil, situando as lutas coletivas e organizadas de trabalhadores/as sem-terra em busca do acesso à terra de trabalho no seio do processo histórico de produção e reprodução social capitalista no meio rural brasileiro. Trataremos de tal questão por meio da análise das experiências vivenciadas pelos/as agricultores/as assentados/as no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santa Helena, localizado no município de São Carlos, interior do estado de São Paulo, durante o processo de mobilização, ocupação, resistência e luta pela desapropriação da Fazenda Santa Helena para fins da reforma agrária, ocorrido desde os idos dos anos de 2000³ até os dias atuais.

Para coleta e análise dos dados adotamos o método fenomenológico (GARNICA, 1997; GONÇALVES JUNIOR, 2008; MARTINS; BICUDO, 2005), processo que resultou na proposição de compreensões acerca das situações de violência e precarização das formas de reprodução da vida familiar vivenciadas no acampamento durante a ocupação do latifúndio, bem como do processo de criminalização das famílias sofrido como decorrência do que Fernandes (1996) denominou de “judicialização da reforma agrária”, cujo último ato ainda se expressa atualmente aos assentados do PDS Santa Helena por meio da tramitação de ação civil pública promovida pelo Ministério Público Federal com o intuito de proteger

²De acordo com os dados mais atuais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), datados de 31/12/2017, os assentamentos rurais existentes no Estado de São Paulo totalizavam 275, envolvendo 17.194 famílias assentadas em uma área total de 348.729,76 hectares. Em âmbito nacional, foram contabilizados 9.374 assentamentos, abarcando 972.289 famílias dispostas em 87.978.041,18 hectares de terras (BRASIL, 2017).

³Os resultados apresentados foram obtidos por meio de pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos [PPGE/ UFSCar], sob o título “Deus e o Diabo na terra da cerca: a educação como expressão da luta pela terra no Assentamento Santa Helena” (TAFURI, 2019), e contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

o meio ambiente na área denominada “Fazenda Santa Helena”. Antes, contudo, de apresentar a análise dos dados empíricos, contextualizamos com base na literatura acadêmica aspectos gerais da prática social luta pela terra no Brasil e no estado de São Paulo, situando a análise fenomenológica dos registros de campo.

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA, CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

A prática social da luta pela terra constituiu-se historicamente no Brasil a partir da conformação secular de uma questão agrária própria a esta formação social, a qual é definida por Carvalho (2011) pelo conjunto de ações e relações sociais estabelecidas no meio rural a partir do processo de expropriação, produção e reprodução social capitalista, o qual institui e vai definindo, de forma geral e particular, o fenômeno da luta pela reforma agrária no país. Manifestando de modo mais intenso as tensões existentes entre formas de uso da terra concorrentes entre si, dado que a lógica rentista do capital agrário apresenta formas de apossamento que limitam e subordinam a reprodução social camponesa, a reprodução ampliada do capital na agricultura brasileira requereu não apenas a alienação e apropriação do trabalho humano sob a forma de mais-valia (realizada posteriormente na esfera da circulação de mercadorias), mas também a apropriação de outro instrumento fundamental de produção, a terra:

[...] o desenvolvimento capitalista da agricultura tem particularidades em relação ao da indústria. Uma delas é que, inicialmente, o seu meio de produção fundamental - a terra - não é suscetível de ser multiplicado ao livre arbítrio do homem, como o são as máquinas e outros instrumentos de trabalho. É exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente não reprodutível que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental. A estrutura agrária - ou seja, a maneira como a terra está distribuída - torna-se assim o “pano-de-fundo” sobre o qual se desenrola o processo produtivo no campo. [...] o desenvolvimento do capitalismo no campo subordina a propriedade da terra no caso concreto do Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 76).

O desenvolvimento capitalista da agricultura no Brasil se deu a partir da existência de uma fronteira agrícola que se movimentou constantemente de acordo com a disponibilidade de terras ainda não apropriadas legalmente. Tal processo, ao mesmo tempo em que propiciou uma renda diferencial crescente aos grandes proprietários rurais (dadas às diminuições dos custos de produção decorrentes do saldo entre a fertilidade natural e a localização dos solos), também garantiu a

reprodução dos pequenos posseiros, parceiros e arrendatários, ainda que de maneira subordinada ao processo de sustentação do monopólio da propriedade fundiária e de captação de renda da terra, dada as formas precárias de acesso a ela disponíveis. Entretanto, o processo de modernização agrícola brasileiro, intensificado a partir da década de 1950, provocou transformações históricas no tocante às formas possíveis de acesso a terra pelos produtores marginalizados, afetando os modos de realização do trabalho no mundo rural e, por conseguinte, as possibilidades de reprodução social das famílias rurícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

No caso do estado de São Paulo, se, num primeiro momento, a grande oferta de terras e a possibilidade de expansão gradativa da fronteira agrícola com o citado estado favoreceram as explorações pioneiras e temporárias de posseiros e o aumento do número de pequenos estabelecimentos rurais, a partir dos anos 1950 esta tendência é revertida, sendo o contexto paulista marcado pela tendência geral da expansão e incorporação de áreas dedicadas às lavouras comerciais de grande aporte tecnológico em detrimento das áreas tradicionalmente ocupadas pela produção agrícola familiar, caracterizada pela produção de gêneros alimentícios voltados à subsistência e ao comércio de excedente. Para Graziano da Silva (1980, p. 134), “[...] esse movimento não consistiu apenas numa substituição de culturas, mas dos próprios produtores”, pois, “[...] quando se troca arroz e feijão por soja e cana são também as pequenas unidades familiares de baixo nível tecnológico que estão sendo expulsas e substituídas pela grande produção mecanizada e empresarial”.

De acordo com Carvalho (2011), a modificação da base tecnológica em que se sustentava a produção agrícola paulista e brasileira, propiciada pelas políticas macroeconômicas voltadas para expansão da produtividade do setor, ampliou a produtividade do trabalho no campo por meio do aumento no nível de mecanização desta atividade, alterando sobremaneira a escala de exploração das propriedades rurais e provocando o aumento da quantidade das áreas mínimas necessárias para garantia da rentabilidade econômica (o que por sua vez gerou uma rápida valorização financeira da propriedade fundiária). Por outro lado, transformou significativamente as características e as formas de absorção da mão-de-obra rural utilizada nos ciclos das principais lavouras, com o notório aumento da sazonalidade e diminuição dos postos de trabalho no setor agropecuário, acarretando a ampliação do excedente de força de trabalho agrícola e a intensificação do êxodo rural, que em grande parte se direcionou rumo aos grandes e médios centros urbanos.

Afirma Carvalho (2011) que o desenvolvimento subsequente da agricultura paulista confirmou tanto a consolidação das grandes cadeias produtivas com intenso aporte tecnológico e inter-relacionadas com o agronegócio internacional, notoriamente aquelas relacionadas à cultura da cana-de-açúcar, da laranja e da

pecuária de corte e derivados, como também a presença de inúmeras cadeias produtivas especializadas de pequeno porte que, apesar da diminuta participação na renda agropecuária total do estado, possuem destaque local. No entanto, a despeito desta considerável diversidade e especificidade regional dos tipos de exploração agrícola presentes atualmente em São Paulo, não somente houve um agravamento no quadro de elevada concentração de terras no estado entre 1995 e 2006, mas também “[...] não resta dúvida de que os ganhos de produtividade ficaram ao largo da melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, o que por sua vez, corroborou de modo estrutural para o aumento dos conflitos no campo e na luta pela terra” (CARVALHO, 2011, p. 76).

A conjuntura delineada, que alijou e expropriou historicamente a população camponesa do usufruto da terra de trabalho, por meio das distintas formas com que a apropriação fundiária tem se subordinado ao desenvolvimento *sui generis* do capitalismo no meio rural brasileiro, terminou por conformar uma estrutura agrária concentrada e excludente, aprofundando os níveis de desigualdade social entre seus viventes. Erigiu, em contrapartida, as possibilidades históricas de manifestação do fenômeno da luta pela reforma agrária, a partir do envolvimento desta população marginalizada em processos de resistência e disputa pela posse da terra.

Diferentemente do contexto nordestino, onde o trabalho realizado por ativistas do Partido Comunista a partir de 1945 promoveu com maior efetividade a mobilização e organização civil dos trabalhadores rurais, culminando na formação das Ligas Camponesas enquanto alternativa política aos sindicatos rurais controlados pelos grandes proprietários fundiários (MONTENEGRO, 2003), os movimentos de luta pela terra no estado de São Paulo não se constituíram de forma organizada até o início da década de 1980⁴. A despeito da atuação política do mesmo Partido Comunista nas décadas anteriores em prol da regulamentação das leis trabalhistas e da reforma agrária, os conflitos e ocupações de terras ocorreram em caráter pontual e em áreas isoladas do estado (FERRANTE *et al.*, 2012; CARVALHO, 2011).

Analisando o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no estado de São Paulo, entre os anos de 1979 e 1986, Fernandes (1997b; 1999) destaca que, a partir do marco de fundação da entidade enquanto movimento nacional, em janeiro de 1984, o MST passou a atuar de forma mais ordenada no estado de São Paulo, com o estabelecimento de ações articuladas com o trabalho político das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), do PT e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). Se, no momento de sua estruturação, o movimento centrou suas intervenções com ocupações realizadas em áreas pertencentes ao

⁴Período histórico correspondente ao processo político de redemocratização política brasileira e marcado pela forte atuação dos movimentos sociais, culminando na mudança do estatuto da propriedade fundiária e de sua legitimação por sua função social, por meio da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 (BRASIL, 2008).

governo do estado e a empresas estatais, a partir de 1985 ele passou a também utilizar como estratégia de pressão para a realização da reforma agrária a ocupação de terras devolutas e latifúndios improdutivos, período em que a territorialização de sua atuação atinge diversas regiões paulistas (FERNANDES, 1997b; 1999).

Na região central do estado de São Paulo, marcada historicamente pela presença dos complexos agroindustriais vinculados ao agronegócio⁵ e local da posterior constituição do Assentamento Santa Helena, a luta pela terra esteve essencialmente atrelada aos movimentos de trabalhadores/as rurais assalariados/as vinculados/as aos movimentos sindicalistas, especialmente à Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP). O acolhimento da luta pela terra enquanto pauta política do sindicalismo rural no estado de São Paulo, a partir da década de 1960⁶, foi marcado pela tensão entre o enquadramento, o assistencialismo e a tentativa de controle do Estado sobre o comando das práticas diretivas dos sindicatos e a atuação efetiva destes enquanto forma de organização e atendimento das demandas e lutas dos/as trabalhadores/as rurais. Consideramos, aqui, o aparato jurídico-institucional que se impôs então como parâmetro à prática sindical após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), do Estatuto da Terra (1964) e do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural, criado em 1963, mas efetivamente operacionalizado a partir de 1972, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (FERRANTE, 1990; COLLETTI, 1998).

Dentro de tal contexto, as mobilizações de enfrentamento ocorridas no decorrer da década de 1980 e protagonizadas pelos/as trabalhadores/as rurais assalariados/as do estado de São Paulo, em resposta às péssimas condições de remuneração e de trabalho nos cultivos de cana-de-açúcar e laranja, explicitavam as divergências entre a direção dos movimentos da categoria e a estrutura sindical oficial representada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FETAESP), cuja direção ainda “[...] estava ocupada por líderes do segmento dos pequenos produtores, num momento em que já é flagrante a presença dos trabalhadores rurais assalariados como força social” (FERRANTE; BARONE, 1994, p. 38). Destarte, a necessidade de organização autônoma dos/as trabalhadores/as rurais assalariados/as culminou com a fundação, em 1989, da FERAESP⁷:

⁵ Segundo Delgado, “agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (Delgado, 2005, p. 66).

⁶ Para mais informações sobre a estruturação legal do movimento sindical rural brasileiro e paulista, bem como seu impacto sobre as formas de organização e luta dos trabalhadores rurais, ver os trabalhos de Ferrante (1990), Ferrante e Barone (1994) e Coletti (1998).

⁷ Uma análise crítica acerca da criação dos Sindicatos dos Empregados Rurais e da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) no contexto da modernização agrícola brasileira, bem como suas repercussões para a dinâmica de atuação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais em São Paulo e no Brasil, foi feita por Alves (1991).

Desta maneira, a luta pela terra empreendida pelos trabalhadores rurais assalariados tornou-se fenômeno recorrente na região central do estado desde a ocupação da propriedade pertencente à falida Usina Tamoio (ocorrida em 1984 no município de Araraquara), manifestando parte das contradições referentes a intensificação do processo de proletarização do trabalho rural e da “[...] defasagem entre as reais condições de trabalho no campo e o aparato legal vigente” (FERRANTE; BARONE, 1994, p. 39). Portanto, continua os autores, “[...] a eclosão da luta pela terra no seio da categoria dos assalariados rurais é uma manifestação clara desse dilema e vai ajudar a compor o quadro de contrapontos nesse novo período das lutas dos trabalhadores rurais no Estado” (p. 39).

Em São Paulo, o número de famílias acampadas em 2003 chegava a 14.000, a maior parte delas concentrada na região do Pontal do Paranapanema e de Andradina, sendo a meta de assentamentos do governo federal para o período de 2003 a 2006 de 9.000 famílias (ALY JUNIOR, FERRANTE, 2012). A partir do primeiro mandato de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), com o início da execução do II PNRA e da decorrente descentralização administrativa da atuação da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em São Paulo, gradativamente se ampliou a participação federal na constituição de assentamentos rurais em São Paulo (ação até então desenvolvida pelo governo estadual por meio da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP), sendo que a partir de 2006 o número de famílias em assentamentos federais ultrapassa aquele dos assentamentos estaduais⁸ (IPEA, 2013).

Explicitado o quadro mais geral da conjuntura agrária nos níveis nacional e paulista, podemos situar de forma mais compreensível a experiência de constituição do Assentamento Santa Helena na cidade de São Carlos, interior do estado de São Paulo, Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) implantado pelo INCRA no município em 2005. Passemos, agora, ao contexto de luta e conquista provisória do referido assentamento, com especial destaque a experiência de trabalhadores/as rurais nele viventes.

ROMPENDO A PRIMEIRA CERCA: AS OCUPAÇÕES CONTRA O LATIFÚNDIO

De acordo com Fernandes (2001), a maioria dos assentamentos rurais criados no Estado de São Paulo a partir da década de 1990 foi resultado de ocupações de terras empreendidas por movimentos de luta, sendo que “a intensificação das ocupações de terra causou grande impacto político, de modo que os sem-terra passaram a ser

⁸ “As famílias assentadas pelo INCRA em São Paulo passaram de 4,3 mil, em 2002, para mais de 10,5 mil em 2010. De outra parte, o aumento das famílias em assentamentos estaduais pouco evoluiu: de 6,2 mil, em 2002, subiu a apenas 6,4 mil em 2010. O total de famílias sob a responsabilidade da SR-8 chegava, em 31 de dezembro de 2010, a 16,1 mil” (IPEA, 2013, p. 13).

os principais interlocutores, no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela reforma agrária” (p. 07). Ainda segundo o autor:

A ocupação é conhecimento construído nas experiências de luta popular contra o poder hegemônico do capital. É um processo socioespacial e político complexo desenvolvido como forma de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra (FERNANDES, 2001, p. 03).

O processo de disputa pelas terras da Fazenda Santa Helena, ocorrida entre trabalhadores/as sem-terra e seu proprietário, entre os anos de 2004 e 2005, ensejou uma série de episódios que trazem a tona elementos interpretativos para compreensão das formas diversas de manifestação dos interesses e relações de poder e de classes envolvidos nos conflitos ligados à posse de terra, pautados pela contraposição entre formas de uso da terra concorrentes entre si representadas, de um lado pela lógica rentista do capital agrário, e de outro pela possibilidade de usufruto da propriedade rural para a produção direta dos meios de vida a partir de sua utilização como terra de trabalho (propriedade direta de quem nela trabalha).

Nossos dados empíricos sinalizam não somente a disseminação e configuração progressiva da luta pela terra enquanto fenômeno essencialmente político, construído a partir da ação combativa dos movimentos sociais de trabalhadores sem-terra enquanto sujeitos coletivos de construção e transformação histórica. Denotam, igualmente, um cenário múltiplo de práticas e formas de organização das lutas em seu processo de construção, sendo possível reconhecer, a partir da fala dos sujeitos, a presença marcante de partidos políticos, sindicatos, movimentos sem-terra e da própria igreja católica em tais processos de resistência, sendo estas atuações por vezes tensionadas por disputas pela órbita de influência em relação às ocupações e assentamentos rurais existentes em São Paulo.

Ficamos numa chácara próxima. Tinha umas 37 família numa chácara de 5 mil metros quadrados. Já imaginou? Cheia de loninhas pretas de barracões, um em cima do outro. Sem banheiro. Uma verdadeira favelinha. Ainda bem que os vizinhos fazendeiros deram trabalho de colher laranja, etc. (Calêndula)⁹.

Mas é sofrido, não é fácil não. Quando chove, você tem que ver, cai todos

⁹ Todos os nomes citados dos/as trabalhadores/as rurais entrevistados/as são fictícios, visando garantir sigilo conforme procedimentos éticos em pesquisa. Registramos que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar, conforme Parecer n. 1.999.809.

os paus, é um tal de me acode aqui, tudo molhado. É sofrido. Quem ficou embaixo de lona então [...] E no tempo do sol! Rapaz! No sol, você sofre! Tempo de frio, você sofre! Tempo de calor, você sofre! (Dente-de-Leão).

As dificuldades de se enfrentar a experiência da lona preta vão bem além das precárias condições domésticas e sanitárias de abrigo das famílias participantes dos grupos de ocupação, podendo envolver inclusive a separação do núcleo familiar (mãe, pai, filhos e filhas), a depender dos arranjos definidos por seus membros em relação a participação de cada um deles na busca pela renda que propiciará a sustentação material da família no decorrer da tentativa de obtenção de terra via política de constituição de assentamentos rurais, dispostos nas possíveis relações tecidas entre campo e cidade pelos/as agricultores/as. Além disso, um aspecto relevante para compreensão das condições de vida que constituem a experiência dos acampamentos de trabalhadores/as sem-terra refere-se à possibilidade ou impossibilidade da formação, por parte dos acampados, das pequenas lavouras de subsistência para autoconsumo e comércio de excedente.

Afora poder servir enquanto possibilidade de demonstração à opinião pública da intencionalidade genuína dos movimentos de luta pela terra em relação à futura utilização das propriedades rurais requisitadas enquanto local de trabalho, voltado para produção agrícola, a viabilização ou não do pequeno plantio de subsistência durante o período dos acampamentos possui papel determinante nas condições de reprodução da vida dos trabalhadores acampados, condicionando as estratégias de obtenção das necessidades básicas de sustento e também as possibilidades de permanência, em luta, dos sem-terra. Em meio à complexidade do cenário apresentado, tanto no que diz respeito aos dilemas que constituem o cotidiano dos acampamentos em si, quanto em relação aos arranjos estabelecidos de acordo com as dinâmicas de reprodução da vida familiar no meio urbano, a ausência de oportunidades de trabalho e a impossibilidade de realização do plantio para consumo próprio podem resultar na dependência em relação às ações de caráter assistencialista e mitigatório, por vezes proporcionadas pelo poder público municipal, por entidades religiosas e também pelos próprios atores sociais envolvidos com a organização política dos movimentos de luta pela terra.

“Até sair a terra”, transcorre um longo tempo em que se desenrola o jogo de tentativa e erro das investidas dos movimentos sociais em direção às aquelas propriedades passíveis de desapropriação pelo Estado para a implantação dos assentamentos rurais. Cada tentativa fracassada de ocupação promove uma reconfiguração dos coletivos envolvidos, o que abrange tanto a desistência de algumas pessoas e famílias da busca por terra como a persistência de outras na procura pela propriedade rural em que poderiam se estabelecer por meio da política

de constituição de assentamentos rurais. Para estes últimos, este tempo de indefinição decorrido até a escolha do próximo latifúndio improdutivo a ser pleiteado, durante o qual se realiza também o processo de reformulação dos membros dos grupos reivindicatórios, engendra o que entendemos como a constituição de uma espécie de não-lugar no mundo, dada a suspensão momentânea da referência espacial que possibilita qualquer movimento de retorno ou de partida frente à necessidade da procura por um novo rumo.

Neste momento, emerge de modo fundamental a participação dos movimentos sociais de luta pela terra e de suas lideranças políticas na orientação e direcionamento dos grupos constituídos, especialmente em relação às propriedades onde haveria maior viabilidade de instauração do processo de desapropriação, evitando o equívoco da mobilização e ocupação desperdiçadas. Este papel de mediador dos movimentos sociais (seja de cunho partidário, sindical, religioso, popular ou misto) na viabilização das ações que constituem o interminável processo de luta contra a concentração e a favor da redistribuição de terras que configura historicamente a questão agrária no Brasil, pode se materializar pela assistência material prestada aos grupos de ocupação, que, conforme vimos, parece ter papel fundamental na permanência ativa das mobilizações. No entanto, tal atuação destaca-se principalmente: 1) pela sensibilização de novas pessoas para integração aos movimentos de ocupação; 2) pela gestão dos possíveis conflitos e necessidades de acomodação de interesses (políticos e/ou particulares) entre os membros dos coletivos e entre coletivos, os quais decorrem deste processo crescente de incorporação de integrantes e de busca e disputa por propriedades rurais desapropriáveis; 3) pela procura e indicação dos locais passíveis de expropriação, bem como pela definição e alteração das estratégias legais a serem adotadas pelos grupos durante os momentos da efetivação do plano de ação da ocupação. No caso do processo de luta que culminou na desapropriação da Fazenda Santa Helena e na criação do assentamento rural homônimo, no decorrer dos anos 2000, quem cumpriu este papel de liderança institucional junto aos grupos de ocupação foi, conforme vimos anteriormente, a FERAESP.

É, portanto, com base na instabilidade e precariedade das condições de vida instauradas no processo de luta pela terra que os sujeitos aprendem a definir suas táticas para reprodução da vida familiar, buscando se resguardar minimamente da provável expulsão violenta a que teriam que se submeter frente às agressivas reações de classe advindas dos representantes do capital agrário. No seio das experiências vivenciadas nos acampamentos, os agricultores e agricultoras com os quais pesquisamos tiveram que conviver diretamente com o fenômeno dos conflitos fundiários que, em período anterior ao ingresso em tais movimentos, figurava em seus imaginários apenas pela representação criminalizada e violenta construída

pelas reportagens jornalísticas da televisão em relação a esta forma de organização e reivindicação política da terra.

ROMPENDO A SEGUNDA E TERCEIRA CERCAS: VIOLÊNCIA E CRIMINALIZAÇÃO

Não tinha passagem. Nós cortamos o arame. Fizemos 4 a 5 barracos. [...] Fizemos barraco até a outra estrada. Veio advogado, querendo saber o que estava fazendo. Nós falamos: “[...] Nós queremos água. Não tem água pra nós tomarmos. Nós não vamos mexer com vocês, podem ficar tranquilos com sua família”. Aí ele deixou pegar a água. Só pediu pra não mexer na cana. [...] Aí ele ligou pro fazendeiro, que veio no outro dia. Disse que era plantio, que não podíamos ficar, que estragamos a cana. Ele disse que não podia. Agora não tinha jeito. Ele queria que saísse. Falou que ia no juiz. Nós não saímos, dissemos que íamos ficar. Ele falou da granja. Nós falamos que não ia mexer na granja dele (Dente-de-Leão).

Mas precisa ter uma luta. Pra o juiz saber que está lá. Porque terra é assim: o juiz chega e toma uma propriedade. A terra não tem como levar. A terra é tomada no burocrático, mas continua ali. O ex-dono continuava produzindo nela. E fazia muito tempo que não pertencia a ele. Era da União. Ele arrendava. Aí soubemos de uma fonte segura que era da União e estava destinado pra reforma agrária. “Depois vai fazer o cadastro direitinho, mas vai dar certo, vocês podem ir”. A gente veio, ficou. O oficial falou: “A terra é da União, mas vocês não tem o direito de chegar e ficar em cima dela”. A União toma uma propriedade de terra, a terra é tomada no burocrático, mas ela continua ali, como que vai levar ela? Aí ele falou que esse processo vai correr, não sabe se por um ano ou um mês, mas vai dar certo. A gente veio. Nós chegamos ocupando. O oficial falou que realmente a terra era da União, que estava destinada a reforma agrária, mas que tinha um processo pra gente ocupar. Aí nós saímos (Calêndula).

O fenômeno da “judicialização da reforma agrária” (FERNANDES, 1996) refere-se à compreensão formal e legalista presente de modo geral nas respostas oferecidas pelo Poder Judiciário em relação às ocupações e aos conflitos por terra, na medida em que historicamente vem favorecendo as ações de reintegração de posse e desocupação de terras improdutivas (dado o direito constitucional à propriedade privada) em detrimento do direito de ocupação de tais propriedades baseado no princípio da função social da terra, afirmado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 2008).

A disputa legal presente na manifestação dos conflitos fundiários também se

configura em uma disputa semântica sobre o tratamento dispensado às ações dos movimentos sociais, as quais são qualificadas e socialmente representadas com o recorte “invasão” de terra, utilizado pelo código penal brasileiro e pelos críticos da reforma agrária a fim de caracterizar o crime de esbulho possessório, ao passo que a denominação “ocupação” de terra é empregada pelos movimentos de luta pela terra para designar o processo de apropriação do espaço geográfico pelos seres humanos, sob a argumentação de que, sendo o espaço territorial utilizado em desacordo com as premissas constitucionais, ele pode ser ocupado a fim de conferir a tal espaço uma função eminentemente social. Vejamos, a seguir, descrição da trabalhadora rural assentada no PDS Santa Helena que frisa terem conseguido “ocupar”:

[...] essa era uma terra que foi roubada. O cara roubava do Estado e comprou essa e mais três terras em Descalvado. Aí a União veio e confiscou a terra dele. Que estava confiscada desde 1996. Mas ele usou a terra até 2005. Até que nós entramos e conseguimos ocupar. E de lá pra cá, estamos aí até hoje (Alfazema).

Percebemos, portanto, que a priorização de uma ou outra forma de tratamento da questão vem se configurando como uma decisão política de interpretação da lei, negando, portanto, seu caráter pretensamente neutro e positivo. As decisões jurídicas que tomam por objeto os conflitos fundiários ocorridos no Brasil têm gravitado, de modo desigual e desde uma hermenêutica tendenciosa, entre o reconhecimento tácito da função social da propriedade enquanto princípio fundamental do próprio programa constitucional de existência digna, concretizado através do trabalho e do bem-estar social, e a noção de propriedade enquanto direito individual e absoluto, quase sempre em benefício desta última interpretação possível (ESCRIVÃO FILHO, 2011).

No caso do Assentamento Santa Helena, tal parcialidade pode ser percebida quando constatamos o longo e moroso tempo decorrido entre a conclusão do referido processo judicial que conferiu aquela propriedade rural em favor da União, datada de 1993, e a Ação Cível Pública impetrada por representantes do Ministério Público Federal contra seu dono, em 2003, a qual, fundamentada em autos de infração ambiental, finalmente chamou a atenção pública para a situação ilegal da terra perante o poder judiciário. Se, durante estes 10 anos, o antigo proprietário continuou a empreender de modo irregular a exploração econômica da terra, com a realização de contratos de arrendamento para pecuária bovina, avicultura e cana-de-açúcar, sem que por conta disso fosse interpelado pelos órgãos de justiça, poucos dias se fizeram necessários para que os/as primeiros/as trabalhadores/as sem-terra que ocuparam a Fazenda Santa Helena fossem despejados/as por uma

ação de reintegração de posse desferida em juízo:

Aqui estava sendo pleiteado. Aí chegaram e falaram que iríamos pra São Carlos, para a [fazenda] Santa Helena. Eles tinham entrado aqui e teve uma ordem de despejo e eles não conseguiram entrar. Aí o sindicato alugou a chácara lá em cima e eles ficaram dois anos na chácara. Aqui era tudo cana. Eles vieram pra entrar, porque a terra já tinha sido perdida para a União para o INCRA. Mas tinha que entrar aqui dentro pra ter movimento. Daí os capangas do pessoal não conhecia nossa turma. A outra turma eles conheciam. Tentaram matar o líder. Deu maior trabalho pra nós. Tivemos que cercar na porteira. Os caras armados. Juntou as mulheres na porteira (Alfazema).

Chegou a dar um mês e saímos de novo. Fizeram uma liminar falsa lá e tiraram a gente. Mas já tinha dado início do processo todo. Aí deixamos por conta do sindicato que tinha os advogados todos e estavam a par da situação ali. Depois que voltamos, de novo, quando nós voltamos já estava bem encaminhado. Até que saiu (Confrei).

Em meio ao desenrolar do litígio jurídico em relação à posse legal da Fazenda Santa Helena, a decisão judicial que determinou a saída do primeiro grupo de ocupantes da fazenda precipitou a reconfiguração de suas estratégias reivindicatórias, momento no qual foi fundamental o papel da FERAESP na assunção da condução do processo de luta. Além de possibilitar o remanejamento das pessoas que participaram da ocupação de terras para um local vizinho alugado pela entidade, o sindicato rural também atuou enquanto mediador entre os constrangimentos legais ocasionados pela judicialização da disputa e as táticas postas em ação pelos grupos de ocupação, a fim de aumentar as chances de êxito e dar celeridade ao andamento do imbróglia fundiário. Cumpre destacar os efeitos práticos e coercitivos ocasionados pela Medida Provisória no 2.183-56 em tal situação, sancionada ao final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em agosto de 2001, a qual previa em seu artigo segundo, parágrafos 6 e 7:

§ 6o O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o

descumprimento dessas vedações.

§ 7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante.

No caso abordado, após a criminalização do primeiro grupo ocupante e o consequente recuo dado em relação ao andamento do processo de desapropriação da fazenda, com o cumprimento estrito das medidas repressivas previstas na MP 2.183-56 (a realização da vistoria da propriedade ocorreu somente após os dois anos decorridos após a ocupação da fazenda, sendo que seus participantes diretos não puderam ingressar como grupo beneficiário primário por conta das sanções legais decorrentes do ato de invasão), FERAESP e INCRA/SP obtiveram finalmente a decisão judicial favorável à constituição de um assentamento rural da modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Iniciou-se, a partir do momento em que os/as trabalhadores/as sem-terra puderam ocupar legalmente a propriedade com a obtenção da vitória jurídica, o conflito envolvendo o antigo proprietário da fazenda, os recém-assentados e a usina que arrendara aquelas terras para o plantio de cana-de-açúcar:

No começo era tudo cana, cana, cana. Nós viemos pra dentro e ficamos cuidando da cana. A cana, não podia deixar a cana pegar fogo que estragava tudo pra nós. As mulheres cuidavam de dia e os homens de noite. Nós morávamos no barracão com um monte de gente. Enquanto eles não tirassem a cana, o processo não podia andar. O combinado dele era a Usina não tirar. Se a Usina tirasse a cana, nós ficávamos com a terra. Enquanto tivesse a cana, nós não podíamos entrar, nem mexer na terra. Aí o sindicato arrumou uma Usina que tirou toda a cana. Quando a Usina entrou, a outra Usina ficou sabendo, e ela entrou também pra tirar. Aí vinham os capangas armados de unha e dentes. O objetivo deles era caçar o Jenipapo. Ele era o coordenador dessa coisa. Foi feito um motufo de terra, uma porteira pra entrar, e foi feito até lá embaixo e o Jenipapo vivia escondido aqui. Nós escondíamos ele. Quando chegava abria a porteira lá, chegava a notícia que

tava lotado de caminhonete, lotadas de caras armados até os dentes. Juntava a mulherada todinha, com criança e ia tudo pra porteira. Aí eles pegavam e ficam lá fora. E nós chamávamos a polícia. A polícia vinha um monte de vez e não prendia nenhum. Um dia chegou a turma da Federal, de São Paulo, que veio. Desse dia em diante, eles nunca mais vieram. Sumiram, desapareceram. Aí a usina tirou tudo da cana. Aí já era mês de outubro (Alfazema).

A gente ia trabalhar, e às vezes tinha que voltar correndo, porque mesmo na chácara tinha ameaça. Às vezes, até pra ir no bar precisava ir 2 ou 3, pra um cuidar do outro. Foi terrível. [...] E um tinha que proteger o outro. Ele queria fortemente o líder. Ele achava que se matasse ele, iria enfraquecer o grupo. [...] Mas nós tínhamos que cuidar um do outro. Foi mais dolorido do que o povo imagina (Calêndula).

Três interesses distintos permaneceram em jogo a partir do momento em que se definiu legalmente a destinação das terras pertencentes à Fazenda Santa Helena para constituição do assentamento rural: a colheita e comercialização da safra de cana-de-açúcar disponível naquele solo; a possibilidade, ainda que remota, da reversão da decisão judicial que retirava em definitivo a posse legal de seu titular em prol da União Federal; e o interesse de trabalhadores/as rurais sem-terra na formação de um assentamento rural que abrigasse as famílias rurícolas que se encontravam em luta. Entrave para o seguimento do processo de constituição do assentamento, o plantio de cana-de-açúcar existente na propriedade criou um dilema manifestado pela improvável coincidência entre o interesse sem-terra e da usina arrendatária, visto que para que a superintendência estadual do INCRA pudesse iniciar o trabalho de transição e manejo da terra para início do assentamento (retirada dos tocos de cana e gradeamento do solo, realização das curvas de nível e da topografia do terreno, para medição e distribuição oficial dos lotes, etc.) era preciso que alguma destinação fosse dada para a produção agrícola ali existente, o que também convinha para a usina de cana que pretendia auferir o retorno do investimento realizado naquele plantio.

Entre a insistência do ex-proprietário em obter novamente a posse legal da terra na justiça e as ações de intimidação e violência direcionadas por ele contra as famílias acampadas, engendrou-se uma situação extremamente conflituosa entre as partes envolvidas no litígio, na qual se promoveu um jogo de responsabilização indevida dos/as trabalhadores/as sem-terra em relação ao cuidado com a plantação de cana-de-açúcar disponível para colheita. Isto incluiu a propagação de afirmações falsas e enganosas em relação à situação vivenciada, que iam desde ameaças de perda da terra iminentemente conquistada caso houvesse algum tipo de prejuízo à lavoura de cana, até a insinuação de que o valor obtido pela transação comercial daquela

safra seria revertido aos agricultores/as. Dentro de tal contexto, a participação institucional da FERAESP e do INCRA na mediação e resolução do conflito mostrou-se novamente essencial, não somente para o prosseguimento burocrático do processo de instauração do Assentamento Santa Helena, mas também para a garantia da integridade física dos trabalhadores rurais.

ROMPIMENTO INTERROMPIDO: A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS PDSs

O litígio judicial existente entre o proprietário da Fazenda Santa Helena e o Estado Brasileiro em decorrência de dívidas com o erário federal concluiu-se em outubro de 1993, com a transferência de tal propriedade em favor da União. Entretanto, dez anos se passaram sem que as medidas judiciais concernentes fossem executadas, podendo o antigo proprietário realizar, ainda que sem o domínio legal da propriedade, a exploração econômica destas terras por meio do estabelecimento de contratos de parceria e arrendamento agrícola. Em 2003, representantes do Ministério Público Federal (MPF) deram entrada a uma Ação Cível Pública contra o fazendeiro, fundamentada em autos de infração ambiental e laudos técnicos realizados por agentes públicos da Polícia Ambiental do estado de São Paulo e do antigo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, os quais atestavam os prejuízos ambientais observados durante as vistorias realizadas na Fazenda (GONÇALVES, 2016).

Se, inicialmente, tais pareceres indicaram ao MPF a conveniência de transformar a área da Fazenda Santa Helena em Unidade de Conservação de proteção integral, o que não permitiria que ali fossem desenvolvidas atividades agropecuárias, a contestação desta decisão por parte da Advocacia Geral da União e o ingresso de ação judicial por parte da Superintendência Regional do INCRA/SP requerendo a posse da terra para fins de reforma agrária alteraram o rumo dos acontecimentos posteriores. Contando com o apoio político da FERAESP e da pressão promovida pela ocupação da Fazenda Santa Helena por parte dos/as trabalhadores/as rurais sem-terra, a proposta do INCRA/SP de transformar a área em assentamento rural do tipo PDS “[...] contou ainda com o apoio de agrônomos, técnicos ambientais e ambientalistas simpáticos à luta pela reforma agrária na região. [...] Este grupo não abria mão de aplicar, ao futuro PDS, as normas referentes à legislação ambiental vigente” (GONÇALVES, 2016, p. 140).

Os assentamentos rurais da categoria PDS destinam-se, de acordo com as normativas da Portaria INCRA n. 477 de 1999, ao manejo sustentável e a preservação de reservas de matas primárias por populações que repousam seu sustento no extrativismo e em atividades de baixo impacto ambiental. No estado de São Paulo,

entretanto, tendo em vista a especificamente da formação de sua estrutura fundiária:

[...] ao promover a instalação de assentamentos do tipo PDS em São Paulo, a SR-8 tinha ainda em vista uma finalidade estratégica importante: em um contexto fundiário marcado pela escassez de terras disponíveis e por uma agressiva expansão do agronegócio sucroalcooleiro, a modalidade do PDS apresentou-se como recurso alternativo para assegurar a obtenção de terras para a reforma agrária. [...] Além disso, em virtude de especificidade normativa deste tipo de projeto, cujas regras oferecem meios de evitar que a exigência de concessão de licenciamento ambiental, de competência do estado, se converta em obstáculo em um contexto político desfavorável, os PDS permitem que as ações de assentamento das famílias se realizem mais tempestivamente, com subsequente liberação de créditos de instalação e, com eles, com o início do processo de construção das moradias e de acesso a outros serviços que ajudam a reforçar, na reforma agrária, sua dimensão de política garantidora dos direitos básicos da cidadania (IPEA, 2013, p. 12).

Contando com o apoio político da FERAESP e da pressão promovida pela ocupação da Fazenda Santa Helena por parte dos/as trabalhadores/as rurais sem-terra (que já possuíam a informação de que aquela propriedade encontrava-se *sub judice*), bem como com o respaldo técnico obtido por meio de parecer favorável do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos, a proposta do INCRA/SP de transformar a área em assentamento rural da modalidade PDS logrou êxito. Com a cessão de uso de lotes agrícolas a 14 famílias de trabalhadores/as rurais sem-terra, cada qual com extensão de aproximadamente 5,4 ha, o assentamento foi constituído com uma extensão total de 102,5 ha, incluindo as áreas comunitárias, de reserva legal (6,56 ha) e área de preservação permanente (6,56 ha). O registro oficial do assentamento foi realizado pelo INCRA no dia 27 de dezembro de 2005.

Entretanto, mais de quinze anos após a implantação do referido PDS, as disputas jurídicas permaneçam abertas e ameaçando a continuidade da existência deste assentamento, fato demonstrado pela continuidade da tramitação do processo n. 0000138-91.2004.403.6115, levado a cabo pelo Ministério Público Federal no município de São Carlos. Impetrado pelo Ministério Público Federal no município de São Carlos, tal processo constitui-se de:

[...] ação civil pública em andamento, promovida com o escopo de proteger o meio ambiente na área denominada Fazenda (ou Sítio) Santa Helena [...] Interessa destacar o posicionamento do MPF na ACP, ao recomendar que “a única alternativa para proteger eficazmente a área em questão e evitar

novas degradações é, precisamente, a criação, implementação e gestão de uma unidade de conservação que englobe a fazenda indicada, como consta da petição inicial”. No entanto, descartando o modelo de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) apresentado pelo INCRA (inspirado em assentamentos da região Norte do Brasil), o MPF argumenta que descabe sustentar “a realização de reforma agrária naquele local e nas condições originalmente pretendidas pelo Incra, não sem o *placet* da UNIÃO, de modo a preterir, ou colocar em um grau inferior de importância, o meio ambiente e o especial interesse ecológico na recomposição e preservação do bioma [...]”. Evidencia-se, portanto, parecer em prol da conciliação entre as funções sociais e ambientais da terra, visando à presença humana no local aliada à adoção de práticas pouco invasivas no ambiente, algo considerado apenas plenamente tangível com a redução no número de famílias ali presentes, e mediante a observância das formalidades e exigências legais contidas na Lei nº 9.985/00 e nas normas que a complementam” (OLIVEIRA *et al.*, 2019, p. 110-111).

Diante do cenário atual de retração do conjunto de políticas públicas implantadas para concretização dos assentamentos rurais, descontinuidade e extinção de políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa e de aniquilamento dos movimentos socioterritoriais indígenas e quilombolas, compreendemos que a judicialização da questão ambiental pode vir a se coadunar com a já discutida judicialização da questão agrária, promovendo a ampliação das possíveis formas de criminalização dos movimentos sociais camponeses e de questionamento da legalidade dos assentamentos de trabalhadores rurais já instituídos. Neste último caso, a própria forma jurídica de transferência do direito de posse por meio de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso¹⁰, típica dos assentamentos da modalidade PDS, pode favorecer a potencial perda dos direitos estabelecidos em uma situação de descumprimento das normativas ambientais firmadas pelo INCRA, ou no caso de decisão judicial que privilegie a dimensão ambiental em detrimento da dimensão social dos assentamentos rurais.

Neste caso, mais do que representar uma dicotomia entre o uso agropecuário da terra e a busca pela preservação ambiental, enxergamos uma reposição, em outros termos, “da estratégia do paradigma do capitalismo agrário de barrar o crescimento da luta pela terra e território, impedir o avanço da agroecologia, criar obstáculos para o desenvolvimento comunitário e cooperativo na construção do

¹⁰De acordo com Carvalho (2014), “[...] a Concessão de Direito Real de Uso é uma das espécies de direito real sobre coisa alheia, de gozo e fruição do bem. O possuidor não se torna proprietário do imóvel público ocupado. O direito real sobre coisa alheia se extingue, por exemplo, nos casos de se dar ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou em caso de descumprimento de cláusula resolutória” (s.num.).

comum” (DATAUTA, 2020, p. 06). Tal reposição reforça, em nossa compreensão, o argumento de Carvalho (2011), segundo o qual “[...] a luta pela terra no estado mais rico do país demonstra o quão complexo e contraditório é o processo de desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura brasileira e paulista” (p. 63), tendo “[...] importantes implicações que transcendem o espaço rural, estabelecendo outras interfaces com o desenvolvimento nacional dada suas conexões com questões regionais e urbanas de cunho demográfico e social” (p. 56).

CONSIDERAÇÕES

Tomando o contexto brasileiro de concentração da propriedade de terras e de superexploração da mão-de-obra rural e urbana, o fenômeno da luta pela terra tem se apresentado como elemento significativo fundante e comum (tanto em termos materiais como simbólicos) às experiências camponesas, constituídas enquanto contra-processos de resistência política que culminaram, entre outras conquistas, com a constituição dos assentamentos rurais. Entretanto, a luta pela terra não finda com a conquista do lote e a formalização do assentamento rural por meio da concessão do direito de uso conferido pelo poder público aos/ trabalhadores/as sem-terra: ela encontra sua expressão final no processo continuado de recriação de constrangimentos que caracteriza a condição camponesa presente no PDS Santa Helena e também em outros assentamentos rurais contemporâneos.

A luta pela terra permanece expressando-se perenemente nas novas condições vivenciadas, dado que as situações com as quais se depararam e continuaram a se deparar após o início do processo de constituição do assentamento permaneceram alcançando ao centro da possibilidade de significação e compreensão de suas práticas sociais o fenômeno da luta, agora realizada com a terra. Tal disputa é calcada no surgimento de adversidades relacionadas a certa condição camponesa forjada em meio ao mundo do capital, manifestada pela atuação insuficiente e por vezes negligente do Estado em relação ao provisionamento dos elementos necessários e suficientes para constituição e consolidação de um novo assentamento, pelas relações de tensão estabelecidas com a economia de mercado capitalista no que tange as formas possíveis de reprodução social, pelas marcas de esgotamento da terra, da vida no campo e dos recursos naturais causados pela exploração rentista do solo, realizada historicamente a partir do que emergiu no continente latino americano, desde o século XVI, enquanto colonialidade da natureza. Neste artigo, focalizamos as situações de criminalização de que é vítima a população camponesa envolvida na luta pela reforma agrária no Brasil, dando especial destaque à potencial judicialização da questão ambiental em assentamentos PDSs do estado de São Paulo.

Defendemos que as manifestações das lutas para o regresso e permanência na

terra de trabalho, presentes nas experiências dos/as agricultores e agricultoras do PDS Santa Helena, trazem a tona questões fundamentais para pensarmos as formas possíveis e desejáveis da ação antrópica no ambiente, tomado enquanto realidade biofísica (diversidade de ecossistemas) e configuração territorial (dinâmica sociocultural de interação e significação humana do ecossistema). Isto porque, em nossa compreensão, as práticas sociais de luta pela terra expressam intencionalidades que imprimem às relações estabelecidas entre os seres humanos e seu meio natural uma significação distinta da lógica rentista de usufruto da natureza, a qual considera a terra e o meio ambiente enquanto meros meios de produção de valores de troca e mais valia em benefício do regime de acumulação vigente.

Tais práticas designam a valorização da vida na terra em sua relação com a importância do trabalho agrícola para a reprodução social das famílias a partir do sustento direto propiciado por esta interação; manifestam-se numa forma de relação econômica cuja centralidade se encontra no processo de transformação da natureza por meio do trabalho humano, realizado intersubjetivamente a partir de um arranjo familiar que busca, em essência, recriar um ambiente propício para o desenvolvimento da vida humana com a natureza, e não apenas para o progresso econômico. Na luta pela terra, os/as agricultores/as vão podendo aprender e ensinar que os bens materiais se vão, mas que, no entanto, as sementes permanecem ávidas de germinar e florescer:

Aqui era mantido corte de cana e cana. Aqui não tinha onde inclinar a cabeça. E hoje você vê que tem abacate, manga, urucum, vários tipos planta aqui. Nativas e frutíferas que eu tenho. Eu tenho mais de 200 árvores aqui hoje. Pra começar, eu trouxe uma semente de mamona de Colina. Junto com o documento, um pouquinho de semente de mamona. Que é esses pés de mamoneiro que tem ali e serve de estaca. [...] No despejo perdi tudo, fiquei só com documento, as sementes e a roupa do corpo. Eu fiquei só com a do corpo. E viemos pra cá. E foi o início disso aqui. E não foi fácil. Foi difícil. Em vista, hoje e aquela época, hoje você anda por aí e vê muito de manga e de abacate produzindo. Tanta horta produzindo. Você vê o pé de feijão, milho produzindo. Chegamos aqui, só tinha cana. Veio os tratores e fogo. Você não via um passarinho. Não via uma cobra. Não escutava um canto de um passarinho. Não tinha. E hoje vêm bandos de periquito, bando de pardal, sabiazinho, canarinho do reino. Eles vêm aqui. Vem os tucano e bando grande de maritaca. Porque tem comida hoje. Não só pra nós, ser humano. Mas tem a comida para os animais do campo. Tem muito tatu aí comendo mandioca e batata pra lá e pra cá. Tem as seriemas que vem no curral beber água. Nós não mexe com os bichinhos do campo. De tudo

you find here today. It has become a place of leisure for its own creation of the field. Not only for us (Coentro).

REFERÊNCIAS

ALVES, F. J. C. **Modernização da agricultura e sindicalismo**: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto. 1991. 2v. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

ALY JUNIOR, O.; FERRANTE, V. L. S. B. A execução da reforma agrária no governo Lula (2003-2010): avanços e impasses no Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, v. 15, p. 15-62, 2012.

BERGAMASCO, S. M. P. P. Reforma Agrária e Assentamentos em São Paulo: mudanças no espaço rural. **Jornal da universidade estadual de campinas**. Campinas, p. 2, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CARVALHO, H. M. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária. **Revista NERA**, v. 7, n. 5, p. 113-122, 2004.

CARVALHO, J. G. **Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo**: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

COLLETI, C. **A estrutura sindical no campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil**, 2020.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.

_____. Questão Agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. 1 ed. Brasília/DF: IPEA, v. 1, p. 51-90, 2005.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

DUVAL, H.C.; FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P.. Sobre o uso da teoria do campesinato na contemporaneidade. **Raízes (UFPB)**, v. 35, p. 62-78-78, 2016.

ESCRIVÃO FILHO, A.. **Uma hermenêutica para o programa constitucional do trabalho rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, B. M. A judicialização dos conflitos fundiários. **Oeste Notícias**, Presidente Prudente - SP, p. 02-02, 26 fev. 1996.

_____. Formação, espacialização e territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 6, 1997. **Anais...** Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 1997. p. 1-14.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST (1979 -1999)**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. A ocupação como forma de acesso à terra. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 8, 2001. **Anais...** Santiago de Chile: Universidad de Chile, p. 01-13, 2001.

FERRANTE, V. L. S. B.. Caminhos e descompassos do sindicalismo rural paulista. **Revista Perspectivas**, n. 12/13, p. 73-102, 1990.

_____. Os herdeiros da modernização (Grilhões e Lutas dos Boias-Frias). **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 8, p. 93-104, 1994.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. O sindicalismo rural paulista na última década: Fissuras e Contrapontos. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, p. 36-46, 1994.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. *In*: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. (Org.). **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, v. 1, p. 37-69.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C. O final de um ciclo? Reflexões sobre assentamentos rurais no Estado de São Paulo. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 5, n. 1, 2012, p. 01-28.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C.; GOMES, T. P. S.; AMARAL, Daniel Tadeu Do; GEMERO, C. G.; FLORES, A. F.; SILVA, S.; ALY JUNIOR, O. Um retrato das regiões da pesquisa. **Retratos de Assentamentos**, v. 15, p. 45-88, 2012.

GARNICA, A. V. M. S. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, n. 1, p. 109-122, 1997.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, v. 8, p. 73-98, 2008.

GONÇALVES, J. C. **Desenvolvimento sustentável e questão agrária: retóricas e realidades em movimento**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

GONÇALVES JUNIOR, L. Lazer e trabalho: a perspectiva dos líderes das centrais sindicais do Brasil e de Portugal em tempos de globalização. *In*: GONÇALVES JUNIOR, L. (Org.). **Interfaces do lazer: educação, trabalho e urbanização**. São Paulo: Casa do Novo Autor, 2008. p. 54-108.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista**. 1980. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

IPEA. **Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo**. Fatores de sucesso ou insucesso. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. da V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. 2. ed. São Paulo: Moraes EDUC, 1989.

MILANO, M.; PERA, J. Entrevista com Élio Neves. **Revista REED**, v. 2, n. 1, 2009.

MONTENEGRO, A. T. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. *In*: FERREIRA, J.; NEVES, L. **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, C. M.; SOUSA, I. C. N.; ZANQUIM JUNIOR, J. W.; COLENCI, P. L. **Cidades (i) legais**: análise comparativa dos conflitos ambientais urbanísticos em São Carlos – Brasil e Coimbra – Portugal. São Carlos: UFSCar/CPOI, 2019.

TAFURI, D. M. **Deus e o diabo na terra da cerca**: a educação como expressão da luta pela terra no assentamento Santa Helena. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.



O presente e o futuro dos assentamentos rurais: dilemas e ressignificações

Vera Lucia Botta Ferrante¹

Oswaldo Aly Junior²

Oriowaldo Queda³

Luís Antonio Barone⁴

Henrique Carmona Duval⁵

RESUMO: O artigo propõe-se a realizar um balanço da trajetória dos assentamentos rurais em São Paulo, levando-se em conta que se trata da expressão da diversidade social que permeia as distintas dinâmicas territoriais, reveladoras da relação tensa entre a utopia e a política pública, entre o projetado e o vivido. Tais experiências são compreendidas, neste artigo, ligadas às lutas pela conquista e pela manutenção da terra por parte de distintos grupos sociais marginalizados; bem como aos projetos que envolvem e dão sentido aos seus dilemas e ressignificações. Neste contexto, tem sido analisados os caminhos trilhados pelas experiências de assentamentos, nas quais são levados em conta os modos de vida, as tramas de tensões sociais derivadas do confronto dos agentes e das agências que se (dis)põem neste campo específico. Metodologicamente foram priorizadas estratégias qualitativas e consulta a bancos de dados de órgãos oficiais e representativos de movimentos sociais. O exercício de ressignificar a Reforma Agrária põe em questão, a perspectiva do incremento das liberdades instrumentais e, outro uma altíssima concentração fundiária amparada por políticas governamentais, as quais, estimulam o desenvolvimento de uma agricultura de base ecológica.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos Rurais; Desenvolvimento Territorial; Agroecologia; Luta pela Terra; Políticas públicas; Reforma Agrária.

THE PRESENT AND THE FUTURE OF RURAL SETTLEMENTS: DILEMMAS AND RESIGNIFICATIONS

ABSTRACT: The article proposes to carry out an assessment of the trajectory of rural settlements in São Paulo, taking into account that it is an expression of the social diversity that permeates the different territorial dynamics, revealing the tense relationship between utopia and public policy, between the projected and the lived. Such experiences are understood, in this article, as linked to the struggles for the conquest and maintenance of land

¹ Docente e Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado. E-mail: dtmeioambiente@uniara.com.br

² Atua como profissional e pesquisador e consultor em estudos relacionados com o recursos hídricos e meio ambiente em sua interface com o desenvolvimento. É pesquisador do Núcleo de Pesquisas, Estudos e Documentação no Meio Rural (NUPEDOR) junto ao curso de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA. É pesquisador convidado do do Centro de Estudos em Águas Subterrâneas - CEPAS-USP. E-mail: oalyjunior@gmail.com

³ Docente do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado. E-mail: quedaoriowaldo@gmail.com

⁴ Professor assistente doutor da FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente/SP, desenvolvendo projetos na área de Sociologia, atuando nas temáticas de assentamentos de reforma agrária, desenvolvimento rural sustentável, educação popular, movimentos sociais e cidadania. Bolsista de Extensão no País - EXP 3 (CNPq); Diretor Presidente da Rede de Estudos Rurais (2017-2018). E-mail: labarone@uol.com.br

⁵ Professor Adjunto do Centro de Ciências da Natureza, Universidade Federal de São Carlos - Campus Lagoa do Sino. E-mail: henriquecarmona@hotmail.com

by different marginalized social groups; as well as the projects that involve and give meaning to their dilemmas and resignifications. In this context, the paths followed by the experiences of settlements have been analyzed, in which the ways of life and the webs of social tensions derived from the confrontation of agents and agencies that are (dis)played in this specific field are taken into account. Methodologically, qualitative strategies and consultation of databases of official bodies and representatives of social movements were prioritized. The exercise of reframing the Agrarian Reform calls into question the perspective of increasing instrumental freedoms and, on the other hand, a very high land concentration supported by government policies (which encourage the development of ecologically-based agriculture).

KEYWORDS: Rural Settlements; Territorial Development; Agroecology; Fight for Earth; Public Policy; Land Reform.

INTRODUÇÃO

Ao propor a discussão dos dilemas dos assentamentos rurais, principalmente em São Paulo, levamos em conta vários fatores. Em primeiro lugar, esta reflexão não é um diagnóstico baseado em parâmetros de eficiência econômica, mas é expressão da diversidade social que permeia as distintas dinâmicas territoriais, as quais revelam, em sua realidade multidimensional, uma relação tensa entre a utopia e a política pública, entre o projetado e o vivido. Tais experiências vêm sendo compreendidas, em nossa interpretação, ligadas às lutas pela conquista e pela manutenção da terra por parte de distintos grupos sociais marginalizados política, social, cultural e economicamente, bem como ao conjunto de políticas públicas geradas em resposta a essas lutas e os possíveis projetos políticos que envolvem e dão sentido às lutas e às ações oficiais. Mudanças nos rumos dos governos e das ações das políticas públicas, neste contexto, tornam necessária uma análise da relação nem sempre harmoniosa entre a integração agroindustrial e a diversificação dos sistemas produtivos e os caminhos trilhados para o desenvolvimento rural nos assentamentos, numa perspectiva ampliada, na qual devem ser levados em conta os modos de vida, a construção da autonomia, as tramas de tensões sociais derivadas do confronto dos agentes e das agências que se dispõem neste campo específico, assim como as experiências propostas no campo da agroecologia, dentre outros.

Torna-se, portanto, impossível analisar assentamentos a partir de um modelo teórico unívoco. As experiências, não uniformes (por mais que as respostas governamentais se pautem e busquem a uniformização), exigiram que buscássemos enfrentar analiticamente a compreensão desse fazer-se diferenciado, sem naturalizar unidades de análise, sem cair em procedimentos classificatórios ou em raciocínios empenhados em catalogar relações sociais constitutivas de um processo.

Visto por esse prisma, a análise dos assentamentos parece prestar-se a um “movimento teórico marcado pela multiplicidade de pontos de vista interpretados, pela combinação de instrumentos conceituais distintos e pela construção de noções” (SANTOS, 1991, p. 44) que poderiam se adaptar melhor à interpretação dessa realidade multidimensional.

Efetivamente, existe um descompasso entre os conceitos disponíveis - definidos de modo rígido - e a perspectiva de sua aplicação à investigação da realidade dos assentamentos. Por isso, priorizamos o princípio de que os mesmos constituem processos sociais agrários complexos, o que tem imposto a necessidade de recorrer a uma ampla gama de noções – as chamadas estratégias interdisciplinares de análise – o que não nos isenta de incertezas, mas nos põem diante da necessidade de conviver com a construção de verdades relativas. Leia-se tal observação com a ressalva de que uma discussão presente acerca dos assentamentos rurais não pode ser entendida numa ruptura com o passado, mas o incorpora, assim como o seu futuro - daí a referência às suas contradições e perspectivas, ao seu desenvolvimento, historicamente nada linear.

AS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Passamos a falar em assentamentos como expressão de uma política estatal com muitos sinais de advertência. Uma política estatal que não representa apenas uma resposta imediata aos trabalhadores rurais e seus movimentos organizados, nem uma resposta às exigências do capital, mas sim a unidade contraditória dessas necessidades e exigências.

A diferenciação é um elemento constitutivo do objeto. Os assentamentos não podem ser tratados unicamente como uma questão do Estado, mas inseridos em um processo de lutas advindas das grandes desigualdades existentes na sociedade brasileira, sobretudo com relação à concentração fundiária, mas também de práticas diferenciadas, nas quais ganham destaque a importância das especificidades.

Negamos a noção de identidade absolutizada, mas concordamos com algumas análises que discutem a construção da identidade, o apelo às relações, aos contrastes, ao não estabelecimento de dicotomias entre subjetividades e objetividades, bem como à observação das dinâmicas familiares em diferentes conjunturas políticas. Os assentamentos exigem a discussão de seus dilemas e ressignificações, procurando revelar as acomodações, as resistências e os conflitos construídos nesse campo de disputas que é a reforma agrária, sobretudo por meio das diferentes políticas de desenvolvimento, levadas a cabo nos mais de 35 anos passados do I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985).

As categorias de análise privilegiadas na construção teórico-metodológica

A noção de uma trama de tensões, utilizada como instrumento analítico de compreensão da realidade, tem se mostrado útil na análise das trajetórias e do cotidiano, tanto dos trabalhadores assentados quanto dos projetos de assentamentos (FERRANTE; BARONE, 2011).

Outro conceito que aparece imbricado ao de trama de tensões é o de campo, conforme o concebeu Pierre Bourdieu (1989), espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força em busca do poder, cujas lutas ora reforçam sua autonomia, ora reforçam sua dependência em relação ao estado, ao mercado, aos agentes econômicos territoriais e às corporações transnacionais. Lutas que, evidentemente, têm importantes reflexos na experiência concreta desses agentes sociais.

A trama de relações e tensões se constitui num campo específico, conforme Bourdieu (1989), no qual estão em disputa distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, disputa esta mais acirrada, no plano das políticas públicas, quando há concentração de assentamentos no mesmo território.

A complexidade marca a abordagem das dimensões constitutivas desse modo de vida. Para os assentados, o espaço do assentamento é um espaço conquistado que deve ainda ser “domesticado”⁶. É um espaço de dificuldades, mas carregado de esperanças. Neste espaço constrói-se ou reconstrói-se a história individual e a sociabilidade. É um espaço de experiências, práticas e transformação de *habitus*, que ressocializam os trabalhadores para alternativas jamais previstas. A criatividade demonstrada por muitos assentados, homens e mulheres que “se fazem” enquanto constroem os assentamentos, enriquece de especificidades o caleidoscópio de situações particulares. Há singularidades por toda a parte (MARTINS, 2003).

A introdução, em nossas pesquisas, de discussões envolvendo a construção da agroecologia fortalece a dimensão possível de mudanças do sistema produtivo. As trajetórias desses sujeitos ora os individualizam, ora os aproximam. A gestão do território do assentamento e seus projetos de desenvolvimento vêm sendo analisados do ponto de vista da construção de um novo modo de vida, que envolve um conjunto complexo de relações. Separar as dinâmicas interna e externa desse processo torna-se um procedimento analítico enganador, posto que estão imbricadas e se retroalimentam.

A possível integração⁷ do assentado, enquanto produtor, aos circuitos econômicos que dinamizam o mercado local/regional apresenta-se problemática.

⁶ O termo domesticado está sendo utilizado como expressão do necessário reconhecimento e adaptação às regras e relações até então desconhecidas de trabalhadores que tinham seu tempo regido pelo assalariamento, ou seja, suas iniciativas dependiam do recebimento de ordens.

⁷ Entendemos por integração uma situação na qual o assentado tem, por meio de contrato ou acordo tácito, uma relação direta com alguma agroindústria, enquanto fornecedor de matéria prima (cana, frango, leite, eucalipto) que será entregue à empresa e por ela processada.

Os territórios dos assentamentos apenas parcialmente atendem às exigências desses circuitos, quando não se apresentam bastante distantes do padrão dominante de acumulação econômica dos respectivos contextos. Falamos de bloqueios dessa integração quando os assentamentos não reúnem condições para a alocação adequada dos fatores produtivos – como é o caso do tamanho dos lotes, da disponibilidade de mão-de-obra, dos financiamentos e da adoção de pacotes tecnológicos e assistência técnica – ou quando os mercados locais/regionais não oferecem agentes econômicos dispostos a adquirir/distribuir a produção dos assentamentos. Por sua vez, assentados têm dificuldades em acessar os diferentes tipos de canais e mercados para comercializar seus produtos, que guarda uma certa relação com o tipo de assistência técnica que recebem.

Dado os patamares de desenvolvimento econômico das diferentes regiões, sobressai, em primeiro plano, a polêmica inserção, por exemplo, dos assentamentos no circuito de fornecedores de cana-de-açúcar, para as agroindústrias. Isso tem se revelado cheio de impasses, nos quais uma questionável melhora na renda monetária oculta a perda de autonomia na gestão do lote e, na medida em que essa modalidade de “contrato de produção” acaba por se caracterizar como arrendamento, o qual, contraditoriamente, o transformaria em rentista ou, até mesmo, a perda do lote via exclusão oficial. E, lastimavelmente, com a aquiescência, ou mesmo estímulos, dos órgãos estatais responsáveis pelos assentamentos. Definitivamente, este sistema de integração não contribui para a otimização e ocupação da mão de obra familiar.

Apesar da reforma agrária brasileira girar em torno de uma política de assentamentos que em nada altera as estruturas fundiárias e produtivas superconcentradas do país, a criação dos assentamentos tem um significado material importante – em torno de 1 milhão de famílias foram assentadas desde 1985, mobilizando recursos e políticas públicas até então nunca previstos nos orçamentos dos entes federativos da união e que promoveram novas dinâmicas socioeconômicas nas distintas regiões (MEDEIROS; LEITE, 2002). Igualmente, existe uma dimensão simbólica importante, que é a mudança qualitativa na vida das próprias famílias beneficiárias, assim como a recuperação ambiental de terras anteriormente degradadas.

A hipótese de “fim de ciclo” de criação de assentamentos rurais, aventada ainda nos estertores dos governos federais liderados pelo PT mais do que o simples término da querela em torno da reforma agrária, parece evidenciar o estágio no qual se encontra o debate sobre o tema, em sintonia com o momento político do país, assim como em relação às alternativas postas nesta conjuntura. Observamos, então, que a dinâmica político-institucional se apresentava relativamente consolidada, oferecendo limites para as alternativas

desenhadas pelas forças em confronto. Mesmo os defensores de uma reforma agrária estrutural ou anticapitalista reconheciam esse estreitamento de possibilidades, que afastava a perspectiva de ampla redistribuição de terras.

Assim, entre 2007 e 2016 a quantidade de famílias assentadas teve uma queda de 94%. Especificamente, entre 2015 e 2016 houve uma significativa diminuição do número de famílias assentadas de 26.335 para 1.686, enquanto a emissão de título de propriedade aumentou de 1222 para 7356 (GUERRA; MAGALHÃES, 2017) Vale lembrar a criação do Terra Legal, programa de regularização fundiária independente do Incra, mas também subordinado ao então Ministério de Desenvolvimento Agrário, com a política de priorizar a concessão de títulos de propriedade na região da Amazônia. A verba para desenvolvimento rural teve uma pequena redução entre 2013-2015, passando de R\$ 264,7 milhões para R\$ 253,2 milhões de reais. Continuou caindo, chegando a R\$ 211,9 milhões em 2017, ficando no ano de 2021 R\$ 232 milhões (GUERRA; MAGALHÃES, 2017; Painel do Orçamento Federal, 2022).

Do mesmo modo, a verba para obtenção de imóveis rurais para a criação de novos assentamentos variou de R\$ 720,5 milhões, em 2013, para R\$ 800 milhões em 2015, caindo abruptamente para R\$ 204,2 milhões em 2017, e no ano de 2021 foi de apenas R\$ 44,4 milhões. A verba destinada a assistência técnica e extensão rural cresceu quase nada entre 2013-2015, passando de R\$342,1 milhões para R\$ 355,4 milhões e sofreu forte queda entre 2015-2017 para R\$ 92,4 milhões e em 2021 foi de apenas R\$ 6,9 milhões (GUERRA; MAGALHÃES, 2017; Painel do Orçamento Federal, 2022).

É chocante a declaração por meio de nota enviada à reportagem de Guerra e Magalhães (2017) informando que apenas recebem títulos de propriedade os agricultores “de projetos de assentamento nos quais o instituto já cumpriu (sic) com suas obrigações referentes a crédito, infraestrutura e assistência técnica”. Isso gerou um consenso silencioso, não dialogado ou acordado, que atravessou todo o espectro de sujeitos que compõem o campo sociopolítico da reforma agrária, fazendo com que o discurso das agências já consagradas no campo se voltasse mais para o universo das famílias assentadas, em busca de alternativas para seu desenvolvimento.

O exercício de ressignificar a Reforma Agrária no contexto brasileiro do século XXI tem sentido, posto que uma ação pública com vistas a intervir no meio rural para ampliar a democracia, através do incremento das liberdades instrumentais (SEN, 2000), sempre estará às voltas com a altíssima concentração fundiária, característica estrutural do desenvolvimento agrário do país e sua modernidade anômala e inconclusa, quase sempre geradora de desigualdades que confrontam

uma proposta de desenvolvimento como liberdade. Com a necessidade de manter a grande propriedade rural improdutiva e “solucionar” o problema dos minifúndios, a permanência e persistência da violência, assassinatos e trabalho escravo no campo, constata-se a grilagem de terras, a volta da fome e da inflação de alimentos, com o desmatamento e a contaminação ambiental e dos alimentos.

É evidente a conjuntura plenamente adversa para a continuidade de criação de novos assentamentos. Além das posturas voltadas ao desmonte do Estado por parte do governo federal de hoje, o comando dessa área importante está nas mãos da organização mais antirreformista que o Brasil conheceu desde a redemocratização: o titular da Secretaria Especial de Regularização Fundiária é ex-presidente da UDR, que subordinou hierarquicamente o comando do INCRA desde o início do governo Bolsonaro⁸. Se a MP da regularização das terras na Amazônia, de 2019, não se diferencia muito das anteriores – pois este instrumento tem sido reiteradamente proposto pelos governos, legalizando sucessivamente a grilagem na Região Norte – o PL 2633/2020, que tramita no Congresso com apoio da base do governo, propondo a regularização praticamente ilimitada de terras com base na “autodeclaração” do ocupante, é o ápice desse açambarcamento das terras e da riqueza da Amazônia, com a marca indelével daqueles que insistem em afirmar que “este país tem dono”. Se o PL 2633 for aprovado, de fato, o Brasil será mesmo de poucos, pois até mesmo seus herdeiros tradicionais estão sendo ameaçados de perdê-las, dependendo do resultado da votação do marco temporal pelo STF.

Como revelado acima assistimos a uma forte diminuição no ritmo de obtenção de imóveis rurais para criação de assentamentos, desde o primeiro governo de Dilma Rousseff, chegando a praticamente zero nos anos Bolsonaro. A virtual paralisação dos assentamentos ganhou foros de judicialização quando da manifestação do TCU, ainda em 2016, indicando grandes irregularidades nos assentamentos – sobretudo na região Norte, que é onde mais se assentou trabalhadores desde 1985. O governo-tampão de Michel Temer, cumprindo o acordo de forças conservadoras que depuseram a presidenta Dilma Rousseff, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por vezes criticado, mas que institucionalizava a obtenção de imóveis rurais para a criação de assentamentos. A panaceia da titulação dos assentamentos federais, estimulada atualmente como a emancipação dos agricultores assentados da ação autoritária do estado, esconde o desprezo à justiça social e econômica no meio rural do nosso País. Mais do que uma ação autoritária do governo de Michel Temer, os estímulos utilizados para

⁸ João Carlos Jesus Correa, oficial das FFAA que foi presidente do INCRA de fevereiro a outubro de 2019, declarou, quando de sua exoneração, que “se tornara uma pedra no sapato” e atacou “verdadeiras organizações criminosas”. Um de seus assessores, também exonerado na época apontou Nabhan Garcia como um dos que pressionaram por interesses “não republicanos” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 08/10/2019).

promover a titulação dos assentamentos rurais revelam procedimentos éticos e morais inaceitáveis. A mesma matéria de Guerra e Magalhães (2017) revela:

“Desde abril, os servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) recebem incentivos para dar títulos individuais de propriedade da terra ao maior número possível de assentados da reforma agrária. Quando ligam seus computadores, encontram na tela o “titulômetro”, nome oficial de um ranking que fixa metas e premia as superintendências regionais que mais emitem esses títulos. Como prêmio mensal, a equipe “medalha de ouro” ganha 8 notebooks; a de “prata”, 6, e a de “bronze”, 4.” No período de 2007 a 20016, o aumento no número de títulos concedidos foi 502%. (GUERRA; MAGALHÃES, 2017).

A NECESSIDADE DE SE DEBATER (E DEFENDER) A REFORMA AGRÁRIA

Sempre que nos referirmos à reforma agrária, neste trabalho, estaremos falando sobre: 1) as lutas pela conquista e pela manutenção da terra por parte de distintos grupos sociais marginalizados política, cultural e economicamente, 2) o conjunto de políticas públicas geradas em resposta a essas lutas, bem como 3) os possíveis projetos políticos que envolvem e dão sentido às lutas e às ações oficiais.

Reconhecendo-se esse terreno movediço, de obrigatória travessia para quem discute a reforma agrária, tomamos duas chaves de interpretação: entender a reforma como política pública, como preceito ou exigência constitucional para o meio rural, pois é a forma possível para viabilizar a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e também para conseguir erradicar a pobreza e a marginalização, de acordo com o art. 3º da CF/88 (BRASIL, 1988); e entendê-la como utopia, ideia-força a mobilizar distintos segmentos sociais. Esta distinção facilita uma postura analítica necessária, embora estas não sejam dimensões excludentes, posto que é a interface e a retroalimentação delas que, a nosso ver, anima o debate sobre seu futuro, sua persistência, resignificação ou reavivamento de antigas questões, como a violência, o trabalho escravo, a grilagem, a população no meio rural. A existência da reforma agrária, bem como sua presença no debate nacional, dessa forma, não pode ser refutada – mesmo a partir da posição mais veementemente contrária –, pois não se pode furtar de reconhecer o sentido utópico da reforma agrária (goste-se dele ou não), ou seja, sua capacidade de mobilizar a ação política de diferentes grupos sociais que vivem no campo.

A persistência e a resignificação da reforma agrária, nestas considerações, não têm a vocação de uma síntese totalizante dessa diversidade de sujeitos e lutas, seja para definição de uma nova agenda de debates ou uma nova postura política. Mais modestamente, procuramos prospectar as possibilidades e os limites do que

se pode chamar de “mística da reforma agrária” diante dos desafios concretos da luta pela terra empreendida, explícita ou de modo latente, por um conjunto díspar de agentes. Como pontos em comum, que dão sentido ao todo dessa luta, consideramos alguns elementos bastante conhecidos da estrutura social brasileira: a forte concentração fundiária historicamente herdada e o excludente processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, ingredientes que se reforçam mutuamente. A história de violência praticada contra as populações do meio rural como forma de grilar suas terras, a priorização das exportações em detrimento da fome e da inflação dos alimentos passam a ser frequentes.

É nesse horizonte de possibilidades que uma ressignificação da Reforma Agrária pode ser encontrada: nessa busca/disputa por espaços de maior participação cidadã (bloqueada pelo peso político do latifúndio), inclusão socioeconômica e sustentabilidade no meio rural, numa escala territorial (portanto, circunscrevendo territórios) que ultrapassa em muito o recorte formalmente expresso pela dicotomia rural-urbano. A existência de “territórios reformados”, leia-se latifúndios improdutivos e terras públicas transformadas em locais de moradia e produção de alimentos com os assentamentos rurais no país, parecem ingrediente fundamental para a superação de desequilíbrios sociais flagrantes, garantindo, ao lado dos setores mais integrados aos mercados agroalimentares globais, a manutenção de agriculturas alternativas de base familiar e comunitária, nas suas mais distintas modalidades de expressão. Resolvendo o estrangulamento do abastecimento do mercado interno e do flagelo da fome destinando terras ociosas (que esperam sua valorização mercantil) para tanto.

Quanto à possível hipótese ou desejo de fim de ciclo, afirmamos que não é o fim da reforma agrária e muito menos da questão agrária em nosso país.

A busca por uma agricultura de base familiar e/ou comunitária diferenciada, agroecológica e com vocação para produção de alimentos “limpos” e saudáveis é outro objetivo da reforma agrária ressignificada. Toda uma gama de experiências de agriculturas alternativas – aqui entendidas como formas comunitárias, tradicionais e/ou de base agroecológica – tem sido mobilizada em busca de “viver na e pela terra” e de uma sociedade do “bem viver”, intensificando essa demanda que, virtualmente, perfaz um novo ciclo de luta pela terra e pela reforma agrária. Tais lutas se situam nas disputas sobre os modelos agrícolas, das matrizes energéticas e dos pacotes agrícolas para a produção de commodities em detrimento do mercado interno brasileiro e de uma produção não degradante das pessoas e dos ecossistemas. Pouca atenção foi dada, quando da criação das primeiras experiências com assentamentos, que os modelos agrícolas estimulados pela assistência técnica e extensão rural para os assentamentos rurais, em nada

se diferenciavam daqueles propostos pelas empresas privadas produtoras de insumos extra setorial. O que se observa, olhando a história da assistência técnica e extensão brasileira é a história da “dança das siglas”: Embrater, Anater, Pnater etc. Mudam governos, mudam as siglas e a Ater continua não sendo prestada até hoje (BERGAMASCO et al., 2017).

Esclarece-se, de sobejo, que ações complementares de desenvolvimento territorial-rural também estão consignadas nesse exercício de ressignificação, o que torna a reforma agrária uma política pública permanente, com reflexos em políticas de outras áreas como a Educação, Saúde, Tecnologia e a Segurança Alimentar, com vistas ao desenvolvimento sustentável dos setores mais precarizados neste item do campo – não exclusivamente dos trabalhadores rurais assentados. A construção/consolidação de políticas públicas que apoiem essas iniciativas produtivas já é percebida como missão dessa nova etapa da reforma agrária.

TITULAÇÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS

Sem dúvida quando se fala de assentamentos, reforma agrária, presente e futuro, o tema fundiário é aquele que se destaca. Seja em relação a posseiros, indígenas, sem-terra e populações tradicionais etc., seja quanto à grilagem, expulsão, violência e queimadas/desmatamento.

No caso dos assentamentos sobressai a perspectiva da desapropriação e da permanência. Mas também se cria o fantasma da titulação, especialmente quando o país entrou em um período no qual promove-se de forma muito mais intensa e violenta a negação do direito à terra e ao território. Essa negação se dá pela via institucional e por um conjunto de irregularidades: a violência como a queimada, o emprego de milícias (os jagunços da modernidade) queimando e destruindo a produção e moradias, e por fim atentando contra a vida humana. Complementando esse quadro, há mudança das leis buscando negar direitos inscritos na Constituição de 1988.

No que se refere ao presente e futuro dos assentamentos, a titulação surge neste cenário a partir de muitos questionamentos. Entre eles como tal processo será conduzido pelo atual governo nacional que “nega a reforma agrária” e apoia a tradicional elite agrária brasileira, buscando, pela ausência de políticas de assistência técnica, de apoio à produção e comercialização asfixiar esse contingente de agricultores familiares, ao mesmo tempo em que mercantiliza as terras dos assentados.

Desde o governo Temer e seu sucessor promove-se um processo de desresponsabilização do Estado no sentido de cumprir o seu dever Constitucional, no caso, o exercício da função social da propriedade no meio rural, negando direitos

à população pobre do meio rural. Direitos que são preceitos constitucionais que definem funções para o Estado brasileiro que é a promoção do desenvolvimento nacional via combate à pobreza e à exclusão. Desenvolvimento este que no caso dos assentamentos deve ocorrer por meio da criação de infraestrutura, do fomento à produção, do apoio à comercialização, prestação de assistência técnica etc. Em vez do acesso a essas políticas, tem sido colocado como alternativa para as dificuldades econômicas a titulação dessas terras para colocá-las no mercado privado de terras.

Por sua vez, a integração dos assentamentos a diferentes complexos agroindustriais enquanto fornecedores de matéria-prima se dá por meio de contratos de produção e fornecimento ou de maneira informal. O foco principal de análise são os contrapontos possíveis, como no caso da dimensão econômica da integração: apesar de algumas vezes possibilitar um bom retorno financeiro às famílias assentadas, a grande questão em tais formas de integração agroindustrial e a geração de relações assimétricas entre “parceiros” com distintos interesses e capitais políticos, econômicos e sociais. Portanto, com riscos potenciais para o endividamento das famílias e para um processo produtivo que aponta para o arrendamento dos lotes.

O plantio de cana industrial se constitui como a principal estratégia produtiva nos assentamentos de Araraquara e se apresenta como solução para os problemas da ausência do Estado no âmbito da assistência técnica e do financiamento, para a produção e para a comercialização das famílias. Isso indica que esse mecanismo de integração ao mercado se apresenta como a principal estratégia produtiva na trama de tensões que anima as possibilidades de desenvolvimento nos assentamentos, reforçando a grande dependência dos assentados a esta lógica.

A integração agroindustrial dos assentados ao complexo canavieiro mais marcante na região de Araraquara, tem mostrado complementaridades e contrapontos em uma proposta mal resolvida para o desenvolvimento dos assentamentos. Em que consiste o ciclo das “parcerias”? Destacamos como traço principal a assimetria das relações sociais geradora de um sistema de controles e poderes, que acabam por subordinar os assentados aos modos de produção impostos pelas usinas ou por outros complexos agroindustriais. Trata-se de uma produção superintensiva em capital com insumos genéticos, químicos e mecânicos, que deve corresponder ao processo produtivo de matéria-prima que atenda às exigências das usinas.

Atualmente, as usinas continuam a ter interesse em controlar o território dos assentamentos, e, ao que tudo indica, os contratos agora passarão a ser assinados entre agroindústrias e organizações como cooperativas e associações de assentados. Diante desta dimensão, há riscos de ser colocada em xeque a capacidade organizativa e de diálogo entre os assentados de forma a melhorar as

condições de negociação com a usina. A desconstituição do aparato institucional e das políticas para a reforma agrária, para a agricultura familiar e populações tradicionais se acelerou a partir de 2016. O governo Temer editou a MPV 759 (Lei nº 13.465, de 2017) (BRASIL, 2017) que estabeleceu as condições para a privatização das terras dos assentados, e para a legitimação das terras da União (inclusive ‘grilos’) sem as condicionalidades socioambientais antes requeridas expressas na Lei nº 13.001/2014 (BRASIL, 2014). Ademais, suspendeu os trabalhos para reconhecimento e demarcação de territórios indígenas e quilombolas.

Em 2011, o orçamento para aquisição de terras destinadas à reforma agrária era de R\$ 1,6 bilhão. Em 2020, o montante não passou de R\$ 12,2 milhões, menos de 1% de uma década antes (NORONHA, 2020). Ademais, acrescenta-se o fato de o INCRA ter acabado com a Diretoria de Obtenção de Terras. Esses retrocessos também se estendem aos povos indígenas e comunidades quilombolas. O próprio INCRA reconhece que nos últimos dois anos não ocorreram desapropriações. Assiste-se a uma crise de insuficiência orçamentária associada ao aniquilamento dos direitos e mesmo de atentados contra a existência de grupos de nossa ruralidade.

As ações dos dois últimos governos tiveram um antecedente no ano de 2014 com a promulgação da Lei 13.001, que no artigo 10º fala sobre o processo de titulação para os assentamentos de reforma agrária. Importante ressaltar que a perspectiva, caso se concretizasse comportaria 957,6 mil famílias em 9.109 projetos, abarcando 88 milhões de hectares.

Muito desse resultado pode ser explicado “pela existência de alterações na ocupação nos lotes, com a saída de famílias sem a atualização no sistema e os títulos acabam sendo emitidos para famílias que não são os atuais ocupantes dos lotes. Outras possibilidades de o imóvel/assentamento ter sua matrícula com a posse do INCRA estar registrada em cartório, caso contrário isso impediria a entrega de títulos (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020).

Pode-se falar em um grande imbróglio fundiário que envolve titulação e sucessão nos assentamentos, como também do reconhecimento dos direitos territoriais das populações originárias e tradicionais. Porém, no caso da titulação, o argumento da política pública do governo federal de concessão do título de proprietário das terras constitui um tema complexo e de extrema importância para a compreensão do presente e do futuro dos assentamentos. Também, pelo que tem sido observado ela cria fissuras entre as organizações dos assentados e as famílias assentadas sobre qual a melhor saída para esse momento de total abandono da parte do poder público: resistir e produzir ou titular, vender e sair.

No estado de São Paulo, a situação com relação à titulação proposta pelo governador João Dória é ainda mais perversa. O PL 410/2021 enviado à Assembleia Legislativa desse Estado esconde em sua proposta de titulação e venda da terra aos assentados várias armadilhas. Em reunião virtual promovida pela Associação de Funcionários da Fundação Itesp (AFITESP), alguns depoimentos foram importantes para alertar os possíveis desdobramentos do PL para as famílias assentadas de São Paulo.

Destaque-se depoimento de Tânia Andrade, ex-Diretora Executiva da Fundação ITESP no período 1996-2002, no qual alerta para o seguinte aspecto: em caso de morte dos titulares, os herdeiros somente poderão assumir ou se desfazer do lote caso, no ato do falecimento, este já tenha sido quitado. Caso contrário, o PL não prevê o que fazer nesse caso com relação às parcelas faltantes e nem sobre a devolução do recurso já pago e dos investimentos em benfeitorias. Essa situação abre a possibilidade do Estado se apropriar do dinheiro já pago pelos assentados, o que é ilegal (ANDRADE, 2021).

Outra observação que deve ser anotada é o caráter “resolúvel” das terras a serem entregues. Ou seja, o PL proposto mantém a possibilidade do Estado retomar as terras, caso seja desejo do Estado ou caso o assentado não cumpra com as condicionantes definidas no PL. Ainda, ele vai emitir o título para o beneficiário ou quem detenha a propriedade ou a posse, estimulando o comércio imobiliário de lotes (ANDRADE, 2021).

Ainda, o valor da terra a ser pago, equivale a 10% do valor da terra nua e o PL não estabelece a forma e o prazo para o pagamento, não fica claro se o prazo será de fato de dez anos, o PL remete a um decreto futuro a ser emitido que, também, irá definir juros e a correção monetária. Não está previsto o que irá suceder em caso de inadimplência por algum motivo de causa natural como seca ou inundação que levam à frustração da safra e da receita do assentado (ANDRADE, 2021).

Em documento de análise dos possíveis impactos do projeto de lei nº 410/2021, elaborado por pesquisadores da questão agrária no estado de São Paulo, em conjunto com o MST, (TERRA *et al.*, 2021), é discutida a capacidade de transformar os lotes dos latifundiários de programas de redistribuição fundiária em propriedades privadas com implicações sérias tais como a promoção da desterritorialização, impactando sensível e negativamente a luta pela reforma agrária iniciada há meio século.

Sem dúvidas, o projeto de lei 410/2021 do governo Dória que determina a entrega dos títulos de propriedade para as famílias assentadas gera uma nova conflitualidade, já que o prazo de dez anos para a inegociabilidade do título de domínio não é o caminho possível para o desenvolvimento sustentável da

agricultura familiar. Em estudo recente Fernandes et. al. (2021) indicaram o aumento de desterritorialização das unidades familiares no Estado de São Paulo, com implicações nos contornos da produção local e regional de alimentos.

Perspectivas de transformar territórios alimentares em terras de negócio configuram um dilema vital para o futuro dos assentamentos.

MINIFÚNDIO, LATIFÚNDIO E OUTROS DILEMAS PARA UM PROJETO VOLTADO À AGROECOLOGIA

O Estatuto de Terra (ET), Lei 4504/1964, prevê como parte das ações da reforma agrária erradicar os males do minifúndio e do latifúndio. No caso do minifúndio a proposta apresentada no ET é da sua paulatina erradicação. O artigo 21 afirma que, em áreas de minifúndio, o Poder Público tomará as medidas necessárias à organização de unidades econômicas adequadas, desapropriando, aglutinando e redistribuindo as áreas.

O Censo Agropecuário 2017 revelou a dimensão dessa situação inalterada pelos seguidos governos desde a promulgação do Estatuto da Terra. São mais de 1.970.017 estabelecimentos, que envolvem desde meeiros, arrendatários até áreas de tamanho entre 0,1 hectare até menos de 5 hectares. Essa quantidade representa quase 40% dos 5.073.324 estabelecimentos recenseados pelo IBGE em 2017 (NORONHA, 2020). A resolução do problema relacionado ao tamanho das áreas dos minifúndios certamente teria um impacto sobre os índices de concentração de terras no Brasil.

Essa condição de insuficiência de área coloca essas famílias numa situação também de insegurança alimentar e de renda, uma vez que as áreas que dispõem são insuficientes para a reprodução da agricultura familiar, as garantias de geração de renda e de produção de alimentos suficientes para os seus moradores.

Por outro lado, existe um falso discurso relacionado com a defesa do modelo convencional que é a ameaça mundial da fome. Atualmente, o mundo produz mais de um quilo de grãos por pessoa por dia e o PIB Mundial per capita nos gera uma renda de R\$ 7 mil por mês por família de quatro pessoas (DOWBOR, 2015). Isso nos permite identificar que a necessidade de produção de grãos está satisfeita, ainda mais quando, de acordo com a FAO, ocorrem perdas de alimentos da ordem de 20% a 30% do que é produzido (DOWBOR, 2015).

Isso nos permite identificar que o discurso produtivista que busca justificar o modelo intensivo em capital e recursos naturais é falso. Acrescente-se a isso a constante redução da produtividade das lavouras em que pese o elevado consumo de insumos

Ou seja, a terra que não está sendo destinada à produção de grãos pode ser direcionada para outras formas de uso e produção e fica mais claro ainda que o avanço sobre terras ocupadas por populações tradicionais, sobre assentamentos se dá na tentativa de impossibilitar a afirmação de sistemas produtivos que diferem da produção convencional. Ainda mais, diante da realidade na qual a produção de commodities do agronegócio brasileiro não atende mais à demanda do mercado interno, haja vista que o desemprego promovido pelo setor agroexportador, o desabastecimento do mercado interno e o retorno da inflação de alimentos ressurgem em consequência da sanha exportadora desse segmento. Descompromisso histórico que levou mais de uma vez ao fracasso do Proálcool no país.

A experiência da criação e desenvolvimento de projetos de assentamentos com proposta ambientalmente diferenciada e que não seguem a modalidade convencional tiveram o seu incremento no período 1995 a 2015: (i) Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, executadas pelas populações que tradicionalmente ocupam a respectiva área; (ii) Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) de interesse social e ecológico que se destina às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e outras atividades de baixo impacto ambiental; e (iii) Projeto de Assentamento Florestal (PAF) que pratica o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável (INCRA, 2021)

Ao mesmo tempo, nos Projetos de Assentamento que são a modalidade convencional, por iniciativa dos movimentos sociais do campo, das redes de apoio aos assentados, ONGs, compradores urbanos entre outros, e a partir da crítica ao excesso de aplicação de agrotóxicos nas culturas alimentares e das consequências para a saúde humana surgiram várias iniciativas de promover a transição com base agroecológica do modelo de produção convencional.

O envolvimento da sociedade civil urbana foi sumamente importante nesse sentido, pois possibilitou o surgimento de diferentes formas de apoio à produção agroecológica. Destacam-se as feiras livres, as feiras de orgânicos ou agroecológicas, as vendas em pequenos mercados e para o mercado atacadista. Da mesma forma, merecem destaque os grupos ou cooperativas de compra de diferentes organizações da agricultura familiar, dos assentados, indígenas, quilombolas etc., como também as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) que são modalidades de financiamento da produção da agricultura por consumidores urbanos, revigorando as cadeias curtas e os alimentos que se encontram fora

da pauta das cadeias convencionais de produção e comercialização (IZIDORO; FERRANTE; ALY JUNIOR; GOMES JÚNIOR, 2020).

Embora apenas 25% dos lotes de assentados tenham fornecido alimentos para diferentes organizações sociais e públicas através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), este programa funcionou para estas famílias como um estímulo para impulsionar a produção diversificada de alimentos, inclusive pagando valores mais elevados para a produção agroecológica da horticultura, fruticultura e avicultura nos assentamentos. Neste momento de retorno do país ao mapa da fome, é justamente quando programas de aquisição e doação de alimentos por parte do governo mais deveriam se fazer presentes e o que ocorreu foi justamente o contrário, o governo federal deixou este e outros programas à mingua.

Os sistemas agrícolas familiares também são considerados como mais resilientes e para o enfrentamento às mudanças climáticas globais, evitando a perda da agrobiodiversidade, promovendo o sequestro de carbono e o declínio da fertilidade e da vida dos solos. Da mesma maneira, promovem uma reconexão com a natureza e com uma dieta rica e variada. Ademais, essa população é conhecedora e detentora de parte do conhecimento sobre usos e consumo de plantas nativas dos nossos biomas. Eles desenvolveram sistemas produtivos inerentes à lógica de organização familiar que são voltados à produção de alimentos e que possuem menores níveis de impacto sobre o meio ambiente (DUVAL, 2009). As espécies por eles cultivadas de plantas alimentícias e medicinais são parte da agrobiodiversidade existente em nosso país, além de resultarem de longos processos de seleção e adaptação aos nossos diferentes ecossistemas e climas. Um exemplo deste tipo de adaptação é o milho produzido no semiárido brasileiro que tem sido objeto de cruzamento com outras variedades para desenvolver tipos adaptados às altas temperaturas que se avizinham como resultado da mudança do clima.

No campo das diferentes iniciativas rumo à transição agroecológica e denúncia a respeito das consequências da agricultura convencional, merecem destaque duas iniciativas que tratam da busca da institucionalização da agroecologia e de regulação das atividades relacionadas com o agronegócio.

Na região Nordeste destaque-se a proposta de desenvolvimento alternativo do semiárido que envolveu assentados, agricultores familiares tradicionais, quilombolas e outras populações tradicionais. A proposta mudou o paradigma do enfrentamento para convívio com o semiárido, passando por adotar cultivos adaptados ao clima da região, cultivos tolerantes à salinidade ou que inclusive absorvem sais do solo, mudança na gestão da água (ALY JUNIOR, 2019).

Naquela região, da segurança hídrica associada à segurança alimentar, uma parceria original entre governo e sociedade civil promoveu o investimento em

cisternas, sistemas de coleta e armazenamento de água de chuva, construídas com a participação dos beneficiários. Cisternas para o abastecimento doméstico e água para a produção. Esta política beneficiou mais de um milhão de famílias no semiárido (ALY JUNIOR, 2019).

Junto a este programa, foi acoplado outro programa, o Programa Água Doce, de segurança hídrica em regiões com baixíssimas precipitações, taxas elevadas de pobreza, garantindo água para a dessedentação humana, animal e ainda em alguns casos permitindo o cultivo de plantas absorvedoras ou tolerantes à salinidade, beneficiando, para mais de 200 mil famílias de agricultores familiares, assentados, quilombolas, entre outros.

No caso da institucionalização da agroecologia, destaca-se a iniciativa Agroecologia nos Municípios, um desdobramento da campanha Agroecologia nas Eleições, construída pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em parceria com as redes estaduais de agroecologia durante as eleições municipais de 2020. Na oportunidade, a ANA lançou um estudo que mapeou mais de 700 iniciativas entre políticas públicas, programas e legislações em 531 municípios no País. Esse estudo inspirou a criação da carta-compromisso “Por Políticas de Futuro”, cuja mobilização para assinaturas de candidaturas engajou redes de agroecologia em centenas de municípios em todos os estados brasileiros. No total, foram 1.240 candidatas/os que assinaram o documento; desse conjunto, 172 foram eleitas/os, sendo 47 prefeitos/as e 125 vereadores/as.

Entre os problemas que podem configurar dilemas destaca-se os processos de redução do tamanho das famílias e número de moradores, o envelhecimento e a masculinização da população do campo. Embora, em 50% dos assentamentos estaduais a titular do lote seja a mulher (ITESP, 2018), isso não elimina as barreiras impostas pelas relações de gênero ao protagonismo feminino. Considera-se que a agroecologia para se afirmar como perspectiva de futuro, deve contribuir para enfrentar o tema da permanência da juventude nos assentamentos e no meio rural, é necessário modificar estruturas de produção e das atividades produtivas, já que o futuro do empreendimento rural depende desses jovens. Partindo disso, torna-se necessário compreender como essas mudanças configuram o espaço rural, modificando realidades tradicionais, formas de ser e estar nesse espaço, de modo a instaurar papéis sociais, com ênfase nas relações intergeracionais, e quais os gargalos existentes no processo de sucessão no campo.

Temas como informática, tecnologias ergonômicas e poupaduras de esforço físico, participação nos processos de comercialização, valorização da importância do meio rural para o combate às mudanças climáticas, podem contribuir para um maior interesse na permanência dos jovens no meio rural. Na busca da regulação do agronegócio destaca-se a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela

Vida cuja finalidade é promover a luta contra o uso de agrotóxicos. Os participantes e colaboradores buscam construir uma base sólida de conhecimento sobre o tema reunindo pesquisadores das universidades e centros públicos de pesquisa. Por outro lado, também é objetivo da Campanha valorizar o conhecimento e os saberes populares (CAMPANHA NACIONAL CONTRA O USO DE AGROTÓXICOS, 2021).

Além de melhorar o acesso às informações à sociedade sobre o uso e as consequências do uso de agrotóxicos para a saúde humana, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida conseguiu que em 13 estados, incluindo o DF, diferentes iniciativas no âmbito legal fossem aprovadas: proibição de pulverização aérea, exigência de distanciamento mínimo de povoados e cidades, incentivo à produção agroecológica, retirada de subvenção à comercialização de agrotóxicos e adoção da alimentação orgânica na merenda escolar em quatro estados (CAMPANHA NACIONAL CONTRA O USO DE AGROTÓXICOS, 2021).

Essas e outras iniciativas vêm paulatinamente conquistando reconhecimento, mostrando para a sociedade a importância da função social e ambiental da propriedade e que a exploração da mesma pode proporcionar boas condições de saúde para os que nela trabalham, como também para aqueles que consomem os seus produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre os desafios que a reforma agrária enfrenta no Brasil é feita há muitos anos. Tais desafios se dão em função do próprio papel dessa importante política pública no processo de desenvolvimento nacional. Afinal, o país já realizou sua “revolução industrial”, prescindindo de uma ampla distribuição de terras aos trabalhadores rurais (anos 1967/1970) - o que teria tornado a Reforma Agrária uma política anacrônica.

Restou, no entanto, a chamada dívida social dessa marcha acelerada, além de importantes lacunas em termos de desenvolvimento regional, com distintas características. Outra dimensão que se torna cada vez mais importante é a ambiental, visto o caráter fortemente degradante que o rico agronegócio exibe. De norte a sul do país, o ‘agro que é tech’ destrói biomas, degrada o solo e empesteia com venenos os superexplorados recursos naturais com destaque para a água. Também a necessidade de garantir segurança e soberania alimentar, algo premente na conjuntura atual, tem no setor da Agricultura Familiar - da qual os assentamentos fazem parte - um polo estratégico. Requalificar a reforma agrária no Século XXI passa por entender os novos e velhos processos bem como os sujeitos que têm no rural seu espaço de vida e trabalho.

A ilusão do desenvolvimento, com uma economia agropecuária modernizada tecnicamente, é um problema, pois os bens primários ao se tornarem predominantes nas exportações tendem a revelar a falta de inovações e de competitividade da nossa indústria, com perdas de receitas e geração de empregos de qualidade, ao mesmo tempo que deixa um rastro de degradação ambiental e crise social em boa parte do território nacional e não exclusivamente na Amazônia - que é onde melhor esse projeto de destruição ambiental e crise social vislumbra. Em todas as regiões, no entanto, embora sempre com um certo engessamento dos parâmetros para implantação de assentamentos rurais (em que pese as estratégias dos PDS, uma das únicas modalidades diferenciadas de assentamentos - uma verdadeira exceção que confirma a regra geral), distintas estratégias de desenvolvimento das experiências de reforma agrária foram implementadas pelos assentados. No mais das vezes, os assentamentos estão fortemente limitados pelos poderes locais avessos à reforma agrária, bem como pelas conjunturas oscilantes dos sucessivos governos estaduais e federais.

Tem sido estudado esse processo ao longo de décadas, com especial destaque para o estado de São Paulo, o que nos leva a afirmar que, mesmo na unidade mais rica e desenvolvida da Federação, a reforma agrária cumpre ainda um papel importante. Mesmo entendendo a diversidade regional do país e as formas de inserção e desenvolvimento da agricultura familiar em cada território, a afirmação acima busca abrir caminho para novas estratégias de acesso à terra para aqueles que buscam modos de vida que aliam a ampliação dos direitos de cidadania, à moradia no rural e uma inserção mais autônoma na economia agropecuária. E, assim, contribuir para uma substantiva mudança na sociedade brasileira, no sentido da superação do abismo social que separa alguns setores mais protegidos das classes trabalhadoras, a classe média e aqueles que genericamente chamaremos de “endinheirados” - como insiste Jessé Souza (2009) - de uma gama de trabalhadores destituídos de quaisquer direitos, nas cidades, nos territórios periurbanos de regiões mais ou menos dinâmicas e no rural - aqueles que, provocativamente, o mesmo Jessé Souza denomina de “ralé”.

Conforme ficou demonstrado aqui, a reforma agrária e a questão fundiária colocam em xeque o modelo de desenvolvimento do país que se construiu com base na marginalização da sua população e na negação do seu direito à terra. Essa negação ocorre por diferentes meios: negação de acesso a direitos, uso de meios coercitivos como grilagem, milícias armadas, queima e destruição de bens e plantações, expulsão de populações originárias, tradicionais e posseiros.

Mas a brutalidade das elites e do Estado não conseguiu enterrar o sonho da democratização do acesso à terra como um meio de promoção da justiça. Esse foi

um tema que ficou por ser tratado na Comissão da Verdade que analisou os crimes da ditadura civil-militar e nas suas recomendações.

A exemplo do que ocorreu na Itália e no Japão no pós-guerra, o Brasil continua a depender da realização da Reforma Agrária para cumprir o preceito Constitucional para o meio rural e viabilizar a consolidação de uma sociedade livre, justa, solidária e para conseguir erradicar a pobreza e a marginalização, e com isso dar mais passos em direção à cidadania.

A persistência da brutal concentração de propriedade como obstáculo ao cumprimento dos preceitos constitucionais e à consolidação democrática do Brasil são dilemas a exigir enfrentamentos. Basta ver as iniciativas da bancada ruralista na mudança do código florestal, na aprovação de agrotóxicos proibidos em outros países, no bloqueio à demarcação das terras indígenas e quilombolas, no apoio à regularização de terras públicas desmatadas/queimadas ou griladas.

Os processos de exclusão em nosso país são os mesmos processos que criam as populações demandantes de terra e território. Sem a justiça social no campo esse tema sempre ressurgirá. Desde a segunda metade do século passado, a demanda por terra e território, e políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar e das populações tradicionais sempre sofreram a tentativa de serem suprimidas da agenda, mas como a fênix elas sempre retornam revigoradas com os ares da democracia.

É preciso fazer valer a função social da propriedade e não apenas ficar afeito aos critérios de produtividade, pois ante a situação da mudança climática, grandes quantidades de terras ociosas, desemprego e empobrecimento da população do campo, a reforma agrária é mais do que necessária. É preciso controlar as forças que fazem da terra uma mercadoria e fonte de especulação financeira e dar voz àqueles que encontram na terra e nos territórios sua identidade cultural e seu modo de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (Coord.) **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

AHLERT, L. A sucessão das atividades na agricultura familiar. In: **Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2009, Porto Alegre: SOBER, 2009.

ALY JUNIOR, O. **Segurança hídrica no semiárido, recursos hídricos na agropecuária e adaptação às mudanças do clima:** serviços ecossistêmicos das águas subterrâneas e aquíferos no Brasil. SP: IGc-USP: Tese de Doutorado, 2019, Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44138/tde-13022020-103509/publico/versaofinal_tese_doutorado_OswaldoAlyJunior.pdf. Acesso em: 15 de out. 2021.

ANDRADE, T. **Titulação dos assentamentos rurais estaduais de SP:** sonho ou pesadelo? SP: Associação dos Funcionários do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (AFITESP). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VXQ-mZBMSaQ>, Acesso em: 15 de out. 2021.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Agroecologia nos municípios.** [s.d.] Disponível em: <https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/>, 15 de out. 2021.

BERGAMASCO, S. et al. Da Extinção da Embrater à Criação da Anater: os desafios da política de ATER. In DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectiva futura. Brasília: SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR, 2017, PP.312-340.

BORGES, M. B. de O. **A produção de conhecimento sobre o envelhecimento humano:** aspectos históricos e sociais. 2007. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, 2007.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. de 2021.

BRASIL, Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014. Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária. **Diário oficial**, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13001.htm. Acesso em: 15 de out. 2021.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS PELA VIDA. **Leis estaduais e municipais contra**. 2021. Disponível em: <https://contraosagrotoxicos.org/leis-sobre-agrotoxicos/>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

CARVALHO, V. R. F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, 2007. Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

DOWBOR, L. **O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2015.

DUVAL, H. C. **Da Terra ao Prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (Versão Impressa), v.13, UFRGS, p.262-305, 2011.

FERNANDES, B. M. et al. **A luta pela territorialização da agricultura familiar camponesa paulista nas duas primeiras décadas do século XXI**. No prelo, 2021.

GONZALEZ, C. A. G. **Envelhecimento demográfico e mudanças na transição à velhice entre brasileiros de distintas gerações**. 2014. 166 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281285/1/Guidotti Gonzalez, Carolina Alondra_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281285/1/Guidotti%20Gonzalez,%20Carolina%20Alondra_D.pdf). Acesso em: 15 de out. 2021.

GRISA C. et al. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 52, 2014.

GUERRA, R.; MAGALHÃES, A. **Incrá reduz recursos para assentamentos**. FOLHA DE S. PAULO. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1924119-incra-restringe-recursos-para-assentamentos-rurais.shtml>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

INCRA. **Modalidades de assentamentos**. 2020. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

IZIDORO, L. T.; FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O.; GOMES JÚNIOR, N. O abastecimento alimentar de Araraquara/SP por meio das cadeias curtas de comercialização e sua relação com a agricultura familiar. SP: Araraquara: **Retratos de Assentamento**, v. 23 n. 2, 2020: Agosto-Janeiro. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/448>.

MARTINS, J. S. **O Sujeito Oculto**. Ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. **Raízes**, UFPB, v. 35, p. 1-15, 2015.

MEDEIROS, L. S. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil contemporâneo. BA: Salvador: **Caderno CRH**, v. 34, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/i/2021.v34/>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S.P. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MELLO, M. A. et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24. 2003.

NORONHA, G. S. de. O desmonte das políticas de reforma agrária. In Dweckm E., Rossi, P., Oliveira, A. L. M de. **Economia pós-pandemia**: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil. São Paulo: SP: Editora Autonomia Literária, 2020.

OLIVEIRA, D.; SCHNEIDER, S. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê

(RS). In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47, 2009. Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

BRASIL. Painel do Orçamento Federal. DF: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, [https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/,](https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/) acesso abril de 2022.

PETINARI, R. A. **Agricultura familiar em microbacias do noroeste do estado de São Paulo**: estratégias de reprodução e organização. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

SANTOS, J. V. T. dos. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra Sociologia dos processos sociais agrários. *In: Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Editora Vértice/ANPOCS, 1991, p.13-51.

SAUER, S.; LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G. A agenda política da reforma agrária. **Revista da ANPEGE**. v. 16. nº. 29, p. 285 - 318, 2020. e-ISSN: 1679-768X, Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>, DOI 10.5418/ra2020.v16i29.12518. Acesso em: 15 de jul. 2021.

SEN, A. Os fins e os meios do desenvolvimento. *In: Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 51-71. 2000.

SOUZA, J. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TERRA, A. *et al.* **Projeto de Lei nº 410.2021**: análises preliminares dos possíveis impactos. Documento encaminhado aos órgãos competentes do MST, 2021.